



Câmara dos
Deputados

ULYSSES GUIMARÃES

PERFIS
PARLAMENTARES

66

EDIÇÃO COMEMORATIVA

LUIZ GUTENBERG

Brasília
2016

Onze vezes eleito deputado federal, **Ulysses Guimarães** foi um político em tempo integral, mas nunca se distraiu de preocupações intelectuais, como demonstram a seleção de discursos e o texto biográfico desta obra organizada pelo jornalista Luiz Gutemberg.

A maioria dos pronunciamentos de Ulysses Guimarães foi realizada na tribuna do Congresso, honrando uma de suas mais caras autoapresentações: “Sou do gênero parlamentar; espécie, deputado”.

Os temas variados e universais sobre os quais se manifestou revelam seu sólido compromisso democrático. Também informam sobre as condições de temperatura e pressão das instituições políticas do país, especialmente ao assumir, já no seu primeiro mandato, a Presidência da Câmara dos Deputados, no governo Juscelino Kubitschek.

Oriundo do Partido Social Democrático (PSD) – de cuja fundação participou, em São Paulo, em 1945 –, Ulysses Guimarães somente deixou a legenda quando ela foi extinta pelo AI 2. Mas ele logo se engajou no seu sucedâneo natural, o Movimento Democrático Brasileiro, que durante a ditadura foi transformado em PMDB, partido do qual foi presidente e líder mais relevante.

A voz de Ulysses, portanto, não é a de um orador diletante nem a de um provocador de ocasião, mas a de protagonista da história, um estadista atuando no Poder Legislativo e alimentando, o que mais e melhor ele fez, a esperança popular na democracia representativa.

Luiz Gutemberg vive em Brasília, mas nasceu em Maceió, Alagoas, em 1937. Sua longa experiência como jornalista começou na Gazeta de Alagoas, aos 16 anos. Passou ainda pelo *Jornal do Brasil*, revista *Veja* e Rede Bandeirantes, onde atuou como analista político de telejornais.

Uma das suas principais obras, a biografia *Moisés, codinome Ulysses Guimarães* (Companhia das Letras, 1994), tornou-se bibliografia essencial sobre a vida brasileira contemporânea.

O autor também possui trabalhos como ficcionista e teatrólogo: *O homem que enganou o diabo e ainda pediu troco*, *O jogo da gata parida*, *Rendez-vous no Itamaraty*, *Cadastro geral dos suspeitos de ódio ao presidente* e *O anjo americano*.

PERFIS
PARLAMENTARES

66

ULYSSES
GUIMARÃES

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

55ª LEGISLATURA – 2015-2019
2ª SESSÃO LEGISLATIVA

Presidente RODRIGO MAIA

1º Vice-Presidente WALDIR MARANHÃO

2º Vice-Presidente GIACOBO

1º Secretário BETO MANSUR

2º Secretário FELIPE BORNIER

3ª Secretária MARA GABRILLI

4º Secretário ALEX CANZIANI

Suplentes de Secretário

1º Suplente MANDETTA

2º Suplente GILBERTO NASCIMENTO

3ª Suplente LUIZA ERUNDINA

4º Suplente RICARDO IZAR

Diretor-Geral LUCIO HENRIQUE XAVIER LOPES

Secretário-Geral da Mesa WAGNER SOARES PADILHA



Câmara dos
Deputados

PERFIS
PARLAMENTARES

66

ULYSSES GUIMARÃES

EDIÇÃO COMEMORATIVA AO
CENTENÁRIO DE NASCIMENTO

SELEÇÃO DE TEXTOS, INTRODUÇÃO E
COMENTÁRIOS DE LUIZ GUTENBERG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor ANDRÉ FREIRE DA SILVA

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretora HELOÍSA HELENA S. C. ANTUNES

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretora ADRIANA PAULA FERREIRA DA SILVA

Projeto gráfico ALESSANDRA CASTRO KÖNIG

Diagramação e capa FABRIZIA POSADA

Revisão DANIELLE DA SILVA RIBEIRO

Foto da capa ACERVO ARQUIVO DA CÂMARA

Câmara dos Deputados

*Centro de Documentação e Informação – Cedi
Coordenação Edições Câmara – Coedi
Anexo II – Praça dos Três Poderes
Brasília (DF) – CEP 70160-900
Telefone: (61) 3216-5809
editora@camara.leg.br*

SÉRIE

Perfis Parlamentares
n. 66 PDF

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Guimarães, Ulysses, 1916–1992.

Ulysses Guimarães [recurso eletrônico] / seleção de textos, introdução e comentários de Luiz Gutemberg. – Ed. comemorativa ao centenário de nascimento. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série perfis parlamentares ; n. 66 PDF)

Versão PDF.

Modo de acesso: livraria.camara.leg.br

Disponível, também, em formato impresso e digital (EPUB).

ISBN 978-85-402-0551-2

1. Guimarães, Ulysses, 1916-1992, atuação parlamentar. 2. Político, biografia, Brasil. 3. Político, discursos etc, Brasil. I. Gutemberg, Luiz. II. Título. III. Série.

CDU 328(81)(042)

ISBN 978-85-402-0550-5 (papel) | ISBN 978-85-402-0551-2 (PDF)
ISBN 978-85-402-0552-9 (EPUB)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<hr/>	
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO	11
<hr/>	
CRONOLOGIA	15
<hr/>	
INTRODUÇÃO	25
<hr/>	
DISCURSOS	
<i>O torto e franzino açoriano</i>	51
<i>A última leva da emigração italiana</i>	54
<i>Júlio de Castilhos</i>	59
<i>A primeira presidência</i>	65
<i>Os dez anos da Constituição de 1946</i>	67
<i>Necrológio de Washington Luís</i>	69
<i>Questões de ordem de Lacerda – I</i>	71
<i>Questões de ordem de Lacerda – II</i>	76
<i>O MIC, o Brasil e seu ministro</i>	81
<i>Crédito rural</i>	91
<i>Indenizações e reforma agrária</i>	101
<i>Mazzilli e o ato institucional</i>	110
<i>Despesas eleitorais e voto distrital</i>	112
<i>A reforma bancária de 1964 – I</i>	124
<i>Sob investigação de um IPM</i>	135
<i>A reforma bancária de 1964 – II</i>	147
<i>Necrológio de Horácio Lafer</i>	158
<i>Nossa Senhora Aparecida</i>	162
<i>Multissubpartidarismo</i>	166
<i>Na liderança da oposição</i>	187
<i>Hoje começa o outro dia</i>	191
<i>“Navegar é preciso. Viver não é preciso.”</i>	197
<i>O desembarque da caravela</i>	204
<i>Em defesa da OAB</i>	211
<i>Necrológio de Mazzilli</i>	220

<i>A luta e o líder continuam</i>	222
<i>Apelo à infidelidade</i>	226
<i>Como pode a Arena ganhar eleições se o governo perdeu o povo?</i>	230
<i>Prudente mensagem aos gaúchos</i>	235
<i>O homem e a liberdade</i>	237
<i>Euler para presidente</i>	246
<i>Por que o MDB participou?</i>	248
<i>Saudação aos eleitos de 1978</i>	252
<i>Apelo à militância dos jovens</i>	261
<i>A transfusão na transição MDB-PMDB</i>	266
<i>A oposição sob o risco da fragmentação</i>	273
<i>Necrológio de Cunha Bueno</i>	280
<i>Usaremos o poder</i>	281
<i>O PMDB, o salário e o emprego</i>	283
<i>A travessia</i>	289
<i>Os nãoos e os sins do PMDB</i>	302
<i>Integração latino-americana</i>	307
<i>Diretas-já</i>	313
<i>Já temos um acordo com a Frente Liberal!</i>	320
<i>As três novas maiorias</i>	326
<i>A arquitetura da eleição de Tancredo</i>	332
<i>A volta à Presidência da Câmara</i>	337
<i>A agonia e morte de Tancredo</i>	344
<i>No sepultamento de Tancredo</i>	350
<i>Vive la France!</i>	352
<i>A ressurreição do Poder Legislativo</i>	355
<i>Em defesa do Poder Legislativo</i>	364
<i>A convocação da Constituinte</i>	369
<i>Eu e a política</i>	371
<i>Apoio do PMDB ao presidente Sarney</i>	375
<i>Balanço da sessão legislativa de 1986</i>	379
<i>Alfonsín e a democracia brasileira</i>	384
<i>A quinta presidência</i>	386
<i>Os profetas do amanhã</i>	388
<i>Democracia e diplomacia</i>	398
<i>O Regimento Interno da Constituinte</i>	411
<i>Louvor a Portugal e ao presidente Mário Soares</i>	415

<i>Glorioso Tancredo, pobre Tancredo</i>	419
<i>Necrológio de Artur Virgílio</i>	422
<i>Saudação a Felipe González</i>	424
<i>A Maçonaria</i>	427
<i>Necrológio de Virgílio Távora</i>	429
<i>Primeira avaliação da Constituição</i>	431
<i>Estatuto do homem, da liberdade e da democracia</i>	435
<i>Da fé fiz companheira</i>	444
<i>Necrológio do senador Luís Viana Filho</i>	447
<i>Agenda para a legislatura 1991-1995</i>	450
<i>As desmedidas provisórias</i>	452
<i>Oração do adeus</i>	457
<i>O sonho parlamentarista</i>	463
<i>Rio-92</i>	467
<i>O plebiscito do parlamentarismo</i>	470

FRAGMENTOS: TEXTOS RECOLHIDOS DOS ARQUIVOS DE
ULYSSES GUIMARÃES

<i>Ficção</i>	477
<i>Prefácio</i>	483
<i>Crítica</i>	495
<i>Testemunho</i>	500
<i>Correspondência</i>	503
<i>Crónica</i>	508
<i>Crónica esportiva</i>	512
<i>Elegia</i>	514
<i>Ensaio</i>	516
<i>Epigramas</i>	519
<i>Moralidade</i>	530
<i>Nota à imprensa</i>	535
<i>Apologias</i>	539

FOTOS	545
-------	-----

ANEXO

<i>O grito de guerra</i>	551
--------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Ao publicar, desde 1977, a série Perfis Parlamentares, a Câmara dos Deputados tem reunido substancioso cabedal biográfico de grandes vultos do Parlamento brasileiro, demonstrando o profundo apreço da Casa à memória nacional.

A presente edição da coletânea justifica-se por motivo ao mesmo tempo simples e grandioso: a comemoração do centenário de Ulysses Guimarães, nascido em 6 de outubro de 1916.

Ulysses Guimarães representará, para sempre, a essência do Poder Legislativo perante a sociedade brasileira, e a Câmara dos Deputados foi, por excelência, a sua casa. Aqui exerceu sucessivos mandatos. Da tribuna pronunciou discursos que se tornaram emblemáticos. Presidiu a Câmara dos Deputados em dois períodos distintos e, entre 1987 e 1988, conduziu a Assembleia Nacional Constituinte, após a redemocratização, pela qual lutou com extremada coragem.

Ao longo de uma trajetória genuinamente icônica, primeiro no campo do direito, depois nas lides da política, Ulysses Guimarães colheu o respeito e a admiração não apenas de seus pares ou de quantos o cercavam mas de todos os cidadãos.

Perseverou incansavelmente nos paradigmas de retidão e sobriedade. Democrata, sabia ouvir, sem se furtar ao debate. Assentia quando percebia razão no oponente. Acreditava no entendimento. Mas, cioso da própria trajetória, nunca permitiu que interesses menores ameaçassem seus princípios mais caros.

Desse rigor ético lhe provinha a autoridade. Tal autoridade emanava naturalmente de sua presença, pelo simples fato de ser Doutor Ulysses o homem que, entre a realidade do atraso e a utopia da prosperidade, entre a crueza das desigualdades sociais e o sonho de justiça, lançou a política brasileira a patamares mais elevados.

Somos, a atual geração de figuras públicas, herdeiros do legado de Ulysses Guimarães. Pertinente, assim, que a ocasião deste centenário seja marcada com a presente edição comemorativa.

Além de fotos e sucinta cronologia, o material compõe-se de ditos, crônicas, artigos, discursos e fragmentos literários. Contudo, por muito representativo que seja, é breve, em face do pensamento pujante desse brasileiro exemplar.

Que este perfil parlamentar de Ulysses Guimarães proporcione ao leitor – agente político ou espectador da política, iniciante ou iniciado – a proveitosa oportunidade de conhecê-lo melhor.

Deputado Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

A Câmara dos Deputados, em gesto de grande acerto de sua Mesa Diretora, decidiu reeditar este livro sobre um dos maiores parlamentares, senão o maior, de nossa história republicana: Ulysses Guimarães. São realmente merecidos, por todos os ângulos, a distinção e o reconhecimento a ele dedicados.

As ideias, os gestos e as palavras de Ulysses, no exercício de seus onze mandatos de deputado federal, moldaram um perfil pessoal inigualável, fruto de uma atuação, conjunta ou isolada, que se caracterizou pelo seu incomensurável talento para a política. Por essa engenhosa habilidade foram lapidadas muitas das mais preciosas instituições que hoje distinguem e honram a nação brasileira.

Ulysses era mestre da esgrima verbal, um talentoso produtor de textos e um sedutor tribuno. Ao falar, fazia com que todas as suas expressões fossem respeitosamente ouvidas. Todas as palavras por ele proferidas, pelo comprometimento e o peso que ele a elas emprestava, passavam a ser relevantes, merecedoras de grifo.

Naquele 12 de outubro de 1992, ele mergulhou para as entranhas do Oceano Atlântico que o acolheu e o incorporou para sempre. Só a imensidão do mar poderia hospedar a alma e a estátua do grande, do maior de todos os parlamentares brasileiros: Ulysses Guimarães.

Assim, Ulysses continua navegando no oceano do inconsciente político nacional. Foi-se a vida no sentido físico e revigorou-se a vida de sua obra, de sua memória e de suas profecias. Em cada onda que chega à mansidão da praia rasa, ou naquela que embate nos rochedos, está um pouco da sua alma indomável.

Parecendo antever como partiria de nosso convívio, navegando, Ulysses encerrou seu discurso de aceitação de sua anticandidatura à presidência da República com uma das suas marcas:

“... nossa carta de marear não é de Camões, e sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado:

‘Navegar é preciso

Viver não é preciso’.”

Esse é o estadista cujo perfil está retratado nas páginas deste volume.

Como veremos nesta coletânea, a acuidade e a sensibilidade político-social de Ulysses tornaram atualíssimos seus conceitos e suas lições sobre a política, o desenvolvimento e a justiça social do Estado brasileiro. Mesmo aquelas palavras cunhadas há décadas, hoje se apresentam palpitantes.

Houve-se com extrema felicidade o jubilado jornalista Luiz Gutemberg, que, para compor esta coletânea, promoveu uma criteriosa seleção das manifestações de Ulysses, de tal forma que, somadas entre si, como adiante estará comprovado, traçam o caráter deste estadista de exceção. Assim, ao concluir a leitura do que foi aqui habilidosamente compendiado, o leitor terá uma exposição fiel do perfil de Ulysses Guimarães.

A propósito da descrença na política e da decrescente participação dos cidadãos nos processos eleitorais, observadas pela abstenção e pelos votos nulos e brancos que nestas eleições subiram a patamares preocupantes, seria altamente conveniente que toda a nação refletisse sobre ao menos três das suas tantas lições:

Lição 1: *“Esse vácuo popular da política brasileira é perverso e desumano, pois quando o povo é expulso da política, simultaneamente é deserdado do desenvolvimento”.*

Lição 2: *“Na política, o povo ou é tudo ou é nada, ou é personagem como cidadão ou é vítima como vassalo”.*

Lição 3: *“...Política não se faz com ódio, pois não é função hepática. É filha da consciência, irmã do caráter, hóspede do coração. Eventualmente, pode até ser açoitada pela mesma cólera com que Jesus Cristo, o político da Paz e da Justiça, expulsou os vendilhões do Templo. Nunca com a raiva dos invejosos, maledicentes, frustrados ou ressentidos. Sejamos fiéis ao evangelho de Santo Agostinho: ódio ao pecado, amor ao pecador. Quem não se interessa pela política, não se interessa pela vida...”*

Essas premissas, concebidas e publicizadas pelo Senhor Diretas-já, transcorridas há décadas, parecem dirigidas para o Brasil de hoje. Sem a formação e o exercício da cidadania, a nação continuará marcando passos, a política não atingirá seus fins, os partidos definharão e a democracia correrá riscos. Ausentes a formação e o exercício da política, a República não garantirá a independência e a harmonia entre os poderes.

Outra assertiva de Ulysses que também deveria ser conhecida e avaliada por todos os brasileiros é a que vai ao encontro do momento em

que passamos a disputar a sexta melhor posição na geração de riquezas – 6º maior PIB –, porém, concomitante e contraditoriamente, passamos a ocupar também a vexatória octogésima quarta posição na aferição do desenvolvimento humano – 84º IDH. São palavras de Ulysses:

“Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranha ao homem e a seus problemas, é inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares”.

A elaboração de conceitos políticos como esses é que elevam Ulysses à posição de respeitado estadista.

Portanto, antes de concluir, temos que reiterar que o legado conceitual de Ulysses, fonte permanente de inspiração para a fundação que leva seu nome e que, para minha honra, presido, está atualíssimo em relação ao processo político nacional. Sua contribuição tende à perpetuidade.

Todos os que fazem a Fundação Ulysses Guimarães nos vinte e seis estados do Brasil e no Distrito Federal ficarão gratificados com a leitura e a reflexão sobre as incomensuráveis contribuições deixadas pelo Dr. Ulysses à nossa nação.

Eliseu Padilha

Presidente da Fundação Ulysses Guimarães

CRONOLOGIA

- 1916 – Nascimento de Ulysses Silveira Guimarães, no dia 6 de outubro, em Rio Claro, São Paulo, filho da professora primária Amélia Correa Fontes e do coletor federal Ataliba Guimarães.
- 1927 – Primeira Comunhão, na Igreja de Nossa Senhora Aparecida, em Lins, São Paulo.
- 1932 – Orador da formatura na Escola Normal de Lins, de cuja primeira turma fez parte.
- 1936 – Matrícula na Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo de São Francisco.
- 1937 – Professor de Latim do Ginásio Anglo-Latino e do Curso de Madureza Souza Diniz, em São Paulo.
- 1938 – Eleição como orador do Centro Acadêmico XI de Agosto.
- 1938 – Publicação do primeiro livro, Tentativa (contos, ensaio, crítica literária).
- 1939 – Eleição como vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).
- 1939 – Coordenação e organização da antologia Poesia sob as arcadas, com poemas de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo e apresentação do escritor Alcântara Machado.
- 1940 – Colação de grau como bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo.
- 1940 – Publicação de Vida exemplar de Prudente de Moraes, biografia do primeiro presidente da República civil.
- 1941 – Fundação do escritório de advocacia em associação com Antônio Sílvio Cunha Bueno, seu colega de turma na Faculdade de Direito, cabendo-lhe responsabilizar-se pelas causas relativas a Direito Tributário.
- 1942 – Nomeação, pelo interventor federal Fernando Costa, para a Procuradoria do Departamento Administrativo de São Paulo.
- 1945 – Participação como membro fundador da fundação da seção paulista do Partido Social Democrático (PSD).

- 1947 – Eleição, pelo PSD, como deputado à Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo, com 5.114 votos, ocupando o décimo oitavo lugar entre os vinte e seis eleitos pelo PSD e o quadragésimo lugar entre os setenta deputados de todos os partidos.
- 1948 – Eleição como presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Constituinte de São Paulo, que funcionaria como câmara municipal para todas as prefeituras paulistas (inclusive da capital) até a eleição e posse dos vereadores, em 1948.
- 1948 – Condução da malograda tentativa de *impeachment* do governador Ademar de Barros, na condição de líder do PSD na Assembleia Legislativa – que se transformou em Assembleia Constituinte ao ser promulgada a Constituição estadual.
- 1950 – Eleição como deputado federal por São Paulo, com 13.944 votos, sendo o quarto mais votado entre os sete deputados da bancada do PSD e ocupando o vigésimo quarto lugar na bancada paulista de quarenta deputados.
- 195 – Indicação como membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.
- 1951 – Relator, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, da Lei nº 2.004, que estabeleceu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobras.
- 1954 – Membro da CPI da Última Hora – destinada a apurar empréstimos e facilidades concedidas pelo Banco do Brasil ao jornalista Samuel Wainer – cujas investigações precipitariam a crise que terminaria com a deposição e o suicídio de Getúlio Vargas.
- 1954 – Primeira reeleição para a Câmara dos Deputados, com 38.764 votos, ficando em quarto lugar entre os treze eleitos pelo PSD e em sexto lugar entre os quarenta e quatro eleitos por São Paulo.
- 1955 – Casamento com Ida Maiani de Almeida, viúva com dois filhos, Celina e Tito, que adota como seus.
- 1956 – Eleição, em março, como presidente da Câmara dos Deputados – terceira sessão legislativa da 32ª Legislatura, correspondente ao quadriênio 1955-1958 –, com 194 votos de um total de 232 deputados votantes.
- 1957 – Reeleição como presidente da Câmara dos Deputados.

- 1958 – Candidato do PSD a governador de São Paulo, escolhido em convenção estadual no Teatro Paramount, no dia 22 de abril de 1958. A candidatura não chegou a ser registrada na Justiça Eleitoral.
- 1958 – Segunda reeleição para a Câmara dos Deputados, com 72.286 votos, sendo o mais votado da coligação PSD-PSP-PST e o terceiro da bancada paulista.
- 1962 – Terceira reeleição para a Câmara dos Deputados, com 34.191 votos, em quarto lugar na coligação PSD-PSP e em décimo sétimo da bancada paulista de 59 deputados.
- 1964 – Aceitação discreta da deposição do presidente João Goulart e participação nos esforços – que se revelaram inúteis – para evitar que os militares estabelecessem uma ditadura, buscando fórmulas para que o próprio Congresso promovesse as cassações e mudanças institucionais desejadas pelo movimento militar vitorioso.
- 1964 – Apoio de Ulysses ao nome do general Humberto Castelo Branco na eleição indireta para presidente da República.
- 1964 – Pedido de cassação do mandato de deputado de Ulysses Guimarães pelo almirante Paulo Bosísio, presidente da seção paulista da Comissão Geral de Investigações (CGI). O presidente Castelo Branco considera insubsistentes as acusações e arquiva a denúncia.
- 1965 – Baixado, em 10 de outubro, o Ato Institucional nº 2, que extingue os partidos políticos existentes e estabelece o bipartidarismo no país.
- 1966 – Assinatura do manifesto de criação do novo partido oposicionista, Movimento Democrático Brasileiro, que considera substituto do PSD e do qual se torna primeiro-vice-presidente.
- 1966 – Quarta reeleição para a Câmara dos Deputados e a primeira pela legenda do MDB. Obtém 26.963 votos. Foi o décimo quinto mais votado do MDB e o trigésimo sexto da bancada paulista de 58 deputados.
- 1968 – Participação – com um discurso vigoroso – da resistência da Câmara ao pedido dos ministros militares para processar o deputado Márcio Moreira Alves.

- 1968 – Decretação do AI-5. O Congresso é colocado em recesso.
- 1969 – Reabertura do Congresso, com a Constituição reescrita pela Emenda nº 1, para formalizar a posse do general Médici na Presidência da República, com o almirante Rademaker na Vice-Presidência.
- 1970 – Quinta reeleição para a Câmara dos Deputados e a segunda pela legenda do MDB, de cuja bancada é o quarto mais votado, com 44.704 votos. Fica em sétimo lugar no total da bancada paulista de 86 deputados.
- 1971 – Reassunção – com a renúncia do ex-senador pelo Acre, Oscar Passos, presidente do MDB – de Ulysses, na qualidade de vice-presidente do PMDB, sendo, em seguida, efetivado pelo diretório nacional.
- 1973 – Lançamento como candidato à Presidência da República – tendo o jornalista Barbosa Lima Sobrinho como vice – em convenção do PMDB, no qual pronuncia o discurso “Navegar é preciso” e no qual se proclama anticandidato, uma vez que o indicado pelo regime militar já está previamente eleito. Inicia campanha viajando pelo país, como se as eleições fossem diretas.
- 1974 – Janeiro. Eleição do general Ernesto Geisel como presidente da República pelo Colégio Eleitoral, com 400 votos contra 76 votos de Ulysses, 21 votos em branco (dos Autênticos do MDB) e seis abstenções.
- 1974 – Março. Geisel assume a Presidência da República junto com seu vice, general Adalberto Pereira dos Santos.
- 1974 – Liderança, como presidente do MDB, da caravana que visita todos os estados promovendo os candidatos oposicionistas, que vencem as eleições majoritárias para o Senado em quinze estados e abalam irreversivelmente o regime militar, cujo partido, a Arena, é vitorioso em apenas cinco.
- 1974 – Sexta reeleição para a Câmara dos Deputados e terceira pelo MDB. Votação: 151.105 votos. É o segundo mais votado do MDB e o quinto da bancada paulista de 55 deputados.
- 1977 – Início das reuniões com o presidente da Arena, Petrônio Portela, dentro do diálogo imaginado pelo general Golbery,

chefe da Casa Civil e principal conselheiro político de Geisel, como ato inicial do processo de abertura democrática.

- 1977 – Abril. Instituição do Ato Complementar nº 2, decretando o fechamento provisório do Congresso, que só será reaberto quinze dias depois, após o governo decretar uma série de leis e emendas constitucionais, que se tornaram conhecidas como Pacote de Abril. Uma delas criou os senadores biônicos, para impedir que nova vitória da oposição nas eleições desse ao MDB o controle do Senado.
- 1977 – Junho. Discurso no programa de televisão, em rede nacional, de propaganda do MDB, autorizado pelo Código Eleitoral e que provocaria a cassação do líder do MDB na Câmara, deputado Alencar Furtado, do Paraná.
- 1977 – Outubro. Absolição, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal, da denúncia do procurador-geral da República por seu discurso no programa de televisão do MDB, em junho.
- 1978 – Agosto. Lançamento, pela Convenção Nacional do MDB, das candidaturas do general Euler Bentes para presidente da República e do senador Paulo Brossard como vice, às eleições pelo Colégio Eleitoral.
- 1978 – Outubro. Eleição do general Figueiredo, tendo Aureliano Chaves como vice, pelo Colégio Eleitoral, com 355 votos, contra os 266 dados ao general Euler Bentes, candidato da oposição.
- 1978 – Sétima reeleição para a Câmara dos Deputados e quarta pelo MDB. Votação: 151.105 votos, sendo o segundo mais votado do MDB e o quinto do total da bancada paulista de 55 deputados. O resultado final da apuração em todo o país indica que o MDB conseguiu 17,4 milhões dos votos para o Senado contra 13,1 milhões de votos da Arena, vitória que não se reflete na composição do Senado porque um terço dos senadores foi eleito pelas assembleias legislativas.
- 1978 – 31 de dezembro. Revogação do AI-5, de 1968, que concedia poderes absolutistas aos gerais-presidentes.
- 1979 – Março. Assunção da Presidência da República pelo general Figueiredo.

- 1979 – Extinção do MDB – junto com a Arena – com a decretação do fim do bipartidarismo pelo Congresso.
- 1980 – Reestruturação, por Ulysses, como presidente do extinto MDB, do antigo partido oposicionista, sob nova sigla, PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro – desfalcado de grupos que foram fundar os novos PP (de Tancredo Neves) e PDT (de Brizola).
- 1981 – Primeiro de maio. Explosão de bomba no Riocentro, no Rio de Janeiro.
- 1982 – Fevereiro. Fusão do PMDB e PT, como reação à proibição de coligações partidárias imposta pelo governo.
- 1982 – Oitava reeleição para a Câmara dos Deputados e primeira pelo PMDB. Votação: 224.665 votos. É o terceiro do PMDB e o quinto da bancada paulista, de 65 deputados. Nas eleições para governador, o PMDB venceu em nove estados, o PDS em doze, o PDT fez um, Brizola, no Rio.
- 1983 – Lançamento, tímido, a partir de abril, pelo PMDB, de um movimento nacional pelas eleições diretas para presidente da República.
- 1984 – Liderança, em nível nacional, da campanha das Diretas-já pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que determinava a realização de eleições diretas para a sucessão do presidente Figueiredo, cujo mandato expiraria em 15 de março de 1985. Ulysses é aclamado como Senhor Diretas. Em abril, a Emenda Dante de Oliveira é derrotada por não atingir o quórum exigido para reformas constitucionais, embora tenha maioria de votos: 298 a favor, apenas 65 contra e três abstenções.
- 1984 – Maio. Iniciativa, após a definição de que o futuro presidente da República seria eleito pelo Colégio Eleitoral – composto por deputados, senadores e representantes das assembleias legislativas estaduais –, de viajar a Belo Horizonte para oferecer apoio ao governador Tancredo Neves, reconhecido como candidato natural das oposições e francamente aceito pelos militares para um governo de transição.
- 1984 – Agosto. Presidência da convenção do PMDB, que homologa as candidaturas de Tancredo Neves para presidente da Repú-

- blica e de José Sarney para vice, representando os dissidentes do PDS governista, que passam a constituir a Frente Liberal.
- 1985 – 15 de janeiro. Eleição de Tancredo Neves para presidente da República, com 480 votos, contra 180 dados a Paulo Maluf, do PDS, e 26 abstenções.
- 1985 – Fevereiro. Eleição como presidente da Câmara dos Deputados da 47^a Legislatura, voltando ao cargo trinta anos depois de tê-lo assumido pela primeira vez, ainda no Palácio Tiradentes, no Rio.
- 1985 – 14 de março. Recusa, por Ulysses, da oferta do presidente Figueiredo, que lhe deseja passar a Presidência da República, no lugar do vice-presidente eleito, José Sarney, que deveria assumir com o impedimento de Tancredo, internado para uma cirurgia na véspera da posse.
- 1985 – Posse de Sarney na Presidência da República.
- 1985 – 21 de abril. Uso, por Ulysses, com a morte de Tancredo, da liderança política que lhe havia sido arrebatada pelo presidente eleito, para consolidar Sarney na Presidência da República.
- 1985 – Empenho na convocação da Constituinte, conforme a Emenda Constitucional nº 26, proposta pelo presidente José Sarney, aprovada pelo Congresso e promulgada em novembro.
- 1986 – Maio-junho. Viagem a Boston, Estados Unidos, para tratamento de uma crise de psicose maníaco-depressiva de que fora acometido, depois de semanas em que exibiu publicamente, no Congresso e em aparições na televisão, estado lastimável de perturbação mental. Volta ao Brasil inteiramente recuperado e reassume suas atividades.
- 1986 – Nona reeleição para a Câmara dos Deputados – agora com mandato constituinte – e a segunda pelo PMDB. Votação: 590.873 votos. O mais votado do PMDB e o segundo da bancada paulista, apenas superado por Lula, do PT. Nacionalmente, o PMDB elege 21 governadores, ou seja, em todos os estados, com exceção de Sergipe, que fica com o PFL.
- 1987 – Abril. Eleição para as Presidências da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte, que serão exercidas

- cumulativamente. Recebe 425 votos contra 69 do seu concorrente, deputado Lisâneas Maciel, do PDT-RJ.
- 1987 – Novembro. Submissão, no Incor, em São Paulo, a uma angioplastia, que desobstruiu 95 por cento das suas artérias coronárias.
- 1988 – Março. Participação ativa, em duas votações marcantes, nas negociações de bastidores da Constituinte e do interesse direto do presidente Sarney na definição da forma de governo (o presidencialismo derrota, por 344 votos a favor e 212 contra, o parlamentarismo) e sobre o tempo de mandato de Sarney (os cinco anos venceram por 328 contra 22 votos dos quatro anos).
- 1988 – Outubro. Declaração, na qualidade de presidente da Assembleia Nacional Constituinte, da promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, a oitava da República, em cuja elaboração teve papel político decisivo e a que chama de Constituição Cidadã.
- 1989 – Abril. Indicação como candidato à Presidência da República pelo PMDB, em segundo turno da Convenção Nacional, com 624 votos de um total de 825. Já havia sido o mais votado no primeiro turno, com 302 votos contra 272 do governador da Bahia, Valdir Pires; do ministro da Agricultura de Sarney, Iris Resende, e do governador do Paraná, Álvaro Dias.
- 1989 – 15 de novembro. Derrota nas eleições diretas para presidente da República. Fica em sexto lugar, com 1,9 por cento dos votos.
- 1990 – Décima reeleição para a Câmara dos Deputados e terceira pelo PMDB. Votação: 46.635 votos. O sexto mais votado do partido e o trigésimo primeiro na bancada de sessenta deputados.
- 1991 – Março. Saída da presidência do PMDB, substituído por Orestes Quércia, eleito pela Convenção Nacional.
- 1992 – Março. Veto, por Quércia, de sua nomeação para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que dependia de indicação do PMDB.
- 1992 – Junho. Assunção da liderança do movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor.

- 1992 – Agosto. Cirurgia de extração do apêndice no Hospital Sírio Libanês.
- 1992 – Setembro. Aprovação, pela Câmara, do *impeachment* de Collor.
- 1992 – 12 de outubro. Morte em desastre de helicóptero no litoral do estado do Rio, num voo entre Angra dos Reis e São Paulo. Dos cinco passageiros, seu corpo foi o único não resgatado.

INTRODUÇÃO

ULYSSES POR ELE MESMO

“Felizes aqueles, como Ulysses, que fizeram uma bela viagem.”

Joachim du Bellay (1524–1575), no poema *Regrets*.

Ulysses Guimarães (Rio Claro, SP, 1916 – Angra dos Reis, RJ, 1992) experimentou centenas de autodefinições. Graves, irônicas, melodramáticas. A preferida era uma paródia da linguagem dos geneticistas: “Se quiserem imitar a classificação mendeliana, considerem-me do **gênero** parlamentar; **espécie**, deputado”.

Daí, nenhuma das suas fontes biográficas é mais importante do que os discursos, a forma mais escrachada de expressão dos parlamentares. “Modéstia à parte, não fiz nada melhor na vida senão falar, do povo ao papa”, gabava-se. Para completar a receita, e seguindo a miscelânea que eram seus próprios arquivos, juntamos aos discursos uma seleção de textos literários, notas partidárias, frases e epigramas, cartas e telegramas. São traços tão diversos quanto indispensáveis do seu perfil.

Garimpando nas fontes originais as peças mais exemplares, identifica-se sem dificuldade o processo criativo de quase tudo quanto Ulysses escreveu e falou. A partir das anotações em que registrava a primeira inspiração de uma frase ou raciocínio, rastreando-as, vai-se encontrá-las reproduzidas em livros, folhetos, gravações de som e vídeo, publicações no *Diário do Congresso*.

Tudo quase sempre começou nas “tripas”, como diziam seus secretários. Eram papeluchos em que garatujava o que lhe viesse à cabeça. Eram ideias e lembranças que lhe ocorriam durante o dia e a noite. Providências prosaicas, como comprar um animal para o sítio, telefonar a alguém, marcar um jantar, organizar uma viagem. Ou ideias para frases. Até minutadas de discursos e cartas. Tudo de tal forma misturado, já que concebido e registrado sem disciplina, que ajuda a revelar o estado de espírito que o dominava quando tomou determinada decisão. Essas anotações cumpriam longo processo. Ele as escrevia onde estivesse, bastava que lhe ocorresse inspiração. Guardava no bolso do paletó e viajava com elas o dia inteiro, “de ceca em meca”, como dizia, até que se defrontava com um dos seus secretários e a safra de “tripas” era recolhida.

Antes que tais textos se transformassem em documentos para receberem sua assinatura, ou que ele subisse a alguma tribuna para lê-los, ou utilizá-los como roteiro para improvisações, iria corrigi-los uma, duas, três vezes, tantas eram as tentativas frustradas dos seus colaboradores para decifrar os hieróglifos. A dificuldade para os tradutores derivava da temática variada, do universo vocabular que sempre renovava, e do gosto pela criação surpreendente. Não dava para aplicar na decifração de um texto a mesma lógica que havia dado certo no anterior. Esses testemunhos do processo criativo não só comprovam a autoria dos discursos, mas também indicam que não há amostras mais autênticas da sua vida, obra e pensamento. O Ulysses que falava era o mesmo da intimidade, não havia outro.

O REPERTÓRIO DIÁRIO

A documentação disponível de Ulysses – os arquivos que mantinha no seu gabinete, no Congresso, hoje depositados no Cepedoc da Fundação Getúlio Vargas, examinei-os enquanto ele vivia, e seus papéis íntimos, na sua casa da rua Campo Verde, em São Paulo, ainda intocados depois da sua morte, e a mim franqueados pela família – privilegia os discursos. Não há nada melhor e mais revelador para montar sua biografia, sejam os discursos propriamente ditos ou sejam os que disfarçava sob a forma de declarações à imprensa. Não os dizia da tribuna, ditava-os aos repórteres como entrevistas, mas funcionavam de fato como intervenções oportunas e consequentes nos debates nacionais. Eram respostas, provocações, propostas, recados oportunos aos companheiros e adversários, malícias, ironias. Pronunciamentos, como preferia. Ouvi-o muitas vezes pedir à secretária: “Me traga aquele pronunciamento da semana passada, sobre...”. Poucos homens públicos tiveram registros mais numerosos das suas palavras. Muitas frases encontradas nesses recortes de jornais e revistas tornaram-se bordões e assinalaram eventos importantes da longa luta contra o regime militar de 64. Eram repetidas no país inteiro como palavra de ordem, fonte de esperança, estímulo à organização oposicionista. Relidas, distante do momento histórico, revelam-se como sínteses competentes e quase sempre trazem acentuadas marcas de espírito e senso de humor.

Uma surpreendente revelação dos arquivos é a constatação de que muitas das frases e comentários que apareceram na época como improvisos não passavam de transcrições literais de textos garantidos nas “tripas” e que Ulysses já entregava aos seus assessores acompanhados

dos nomes dos repórteres e colunistas a quem eram destinados. Sinal de que já os compunha pensando onde publicá-los, na forma e estilo daquele colunista.

Apesar da sua famosa oralidade, de amante apaixonado da boa conversa (e também do bom copo, da boa mesa, da boa música, da boêmia), Ulysses era de acordar cedo e concentrar-se longamente, solitário, no pequeno escritório, junto ao quarto de dormir, pensando e anotando o que seria sua agenda do dia. Agenda, não. Repertório. Tinha consciência de que era um *performer*. Assim mesmo, no jargão universal midriático. Sabia que se usasse a palavra adequada em português – artista – correria o risco da conotação pejorativa.

A oratória parlamentar, mais do que a forense – o modelo da juventude de que se distanciou com o tempo – compensavam-no da frustração de não haver cumprido a vocação artística que imaginava possuir. Tanto que tentou encontrá-la não só na ficção literária, mas na música. Estudou piano, desde a adolescência, em Lins, no interior de São Paulo. Já na capital paulista, acadêmico de Direito, cursou até o sexto ano do Conservatório, onde foi aluno do escritor e musicista Mário de Andrade (1893-1945), de quem se tornou amigo. Essa amizade seria um dos troféus da sua vida e a citaria sempre com orgulho, lembrando que foi o autor de *Macunaíma* quem o desiludira ternamente do piano, consolando-o com a lembrança de que sua vocação não era a música. Ou ele achava pouco as oportunidades de criação e exibição da política em que se iniciava na Faculdade de Direito?

Tudo indica que, mesmo abandonando o piano, persistiu na tentativa de se tornar artista. Tentou a poesia, a ficção, a historiografia, o ensaio literário e só abandonou tais tentativas quando se profissionalizou político. Mas, mesmo assim, trabalhando como matéria-prima a dramaticidade da cena política, procurava realizar sua vocação artística. Tinha plena consciência de que, ao fazer política e sem prejuízo da sua autenticidade, representava. No sentido de encarnar um papel teatral. Como protagonista da História, na condição de autor e ator de momentos decisivos da política, não poderia dispensar a elaboração dramática. Precisava situar-se nos cenários, otimizar o uso da voz, até tirar partido dos efeitos da iluminação. Usava os recursos histriônicos sem ser um ator. Compreendeu que o púlpito dos sermões e as tribunas dos parlamentos e tribunais tanto quanto as próprias catedrais, plenários e auditórios, até os palanques e praças, deixaram de ser recintos finitos.

A eletrônica os havia aberto ao público infinito do rádio, da televisão e dos vídeos. Mais do que o prodígio da multiplicação instantânea da audiência, criou-se a questão da documentação. O videoteipe permitia o arquivamento fácil dos sons e imagens. Ulysses costumava alertar os amigos: o videoteipe não servia apenas para apurar os erros das arbitragens do futebol. Tornara-se o tira-teima para demonstrar a incoerência dos homens públicos. A multiplicação dos públicos era apenas o enunciado do novo teorema que se apresentava aos oradores. Agora, além de siderar as plateias visíveis, cujas reações ajudavam o desenvolvimento do discurso, precisavam posicionar-se diante das câmaras. Ulysses era de tal forma fascinado pela luzinha vermelha das câmaras de televisão que, ao vê-la acender-se, onde estivesse, assumia responsavelmente seu papel na cena. Havia aprendido o suficiente das teorias sobre meio e mensagem para comportar-se com racionalidade diante dos fenômenos da comunicação eletrônica. Sabia que, até para a elementar projeção da sua imagem mais autêntica e despojada, necessitava proteger-se das deformações que esse novo veículo impõe aos que não o usam adequadamente. Sua mulher, D. Mora, dizia que havia ficado mais fácil vesti-lo, fazê-lo aceitar ternos bem cortados, combinar meias, camisas e gravatas. A percepção do fenômeno da multimídia lhe permitiria usar, como ninguém, suas aparições na televisão.

O ALVO E AS PRETENSÕES

Ulysses formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1940, em plena era dos bacharéis. Ao colar grau, devia optar entre a advocacia, a magistratura, o ministério público ou a política, que sob o regime fascista do Estado Novo significava um emprego público. Os rebeldes, liberais ou esquerdistas, aliados circunstancialmente, geralmente se camuflavam na advocacia liberal para conspirar contra a ditadura Vargas.

O caminho de Ulysses foi o serviço público. Ele apuraria sua vocação numa espécie de estágio probatório no Departamento Administrativo de São Paulo, que na verdade era um conselho. Criado conforme o estilo fascista, visava a reduzir o poder dos interventores federais e era formado por políticos desempregados com o fechamento, em 1937, das câmaras legislativas. Seus membros eram escolhidos, designados e nomeados pelo presidente Vargas, que os chamava ao Rio e, um por um, em separado, ungia-os, depois de transmitir-lhes instruções pessoais. O Departamento Administrativo de São Paulo exercia funções de tribunal de contas e câmara legislativa disfarçada. Politicamente, funcionava para o regime

como uma espécie de limbo em que o ditador retirava da tentação conspiratória um bom número de bacharéis e intelectuais sem oportunidades democráticas de atuação. No Departamento Administrativo estavam empregados e entretidos com o controle das prefeituras municipais.

Por sua vez, os conselheiros – cumprindo o papel do Departamento Administrativo de cooptar vocações políticas que se constituiriam um problema para o regime do Estado Novo – cercavam-se de um bom número de assessores e assistentes. Eram quase sempre bacharéis, equivalentes na época aos economistas e tecnocratas de hoje, que encontravam nos gabinetes dos conselheiros um clima de oficina de aprendizagem política. Esses jovens aprendiam feitiçaria política com os conselheiros – entre outros, Miguel Reale, Antônio Feliciano, Godofredo da Silva Teles, Artur Paquerobody Whitaker, Marrey Júnior – vindos da tradição dos antigos Partido Republicano Paulista e Partido Democrático.

O jovem bacharel Ulysses Guimarães, depois de breve tentativa de compor um escritório de advocacia com seu amigo Antônio Sílvio Cunha Bueno, trabalhava no Departamento Administrativo com o conselheiro Antônio Feliciano – Antoninho Feliciano, famoso pelos discursos em que gesticulava com um lenço branco – que em 1945 o levaria para o PSD, na fundação da seção paulista do partido, e principalmente o treinaria no contato popular. Foi pelas mãos de Feliciano que Ulysses se tornaria presidente do Santos Futebol Clube.

Quando veio a redemocratização de 1945 e as eleições para deputado estadual constituinte de São Paulo em 1947, Ulysses Guimarães inicia sua trajetória solo, sustentada exclusivamente pelo voto popular. Nos 55 anos seguintes, até a morte, em 1992, disputaria e se elegeria doze vezes pelo voto proporcional. Sempre através de eleições, chegou ao seu décimo primeiro mandato de deputado federal, já que a primeira eleição foi para deputado estadual. Em toda a vida, perdeu apenas uma eleição: a disputa pela Presidência da República, em 1989. Sofreu esmagadora derrota, classificando-se em sétimo lugar, com 4,43% dos votos. Foi ultrapassado por Collor, eleito presidente, e também por Lula, Brizola, Covas, Maluf e Afif. Basta dizer que, em São Paulo, teve menos votos para presidente do que havia recebido para deputado federal. O desastre teve muitas explicações no momento, mas, em perspectiva, vê-se que a candidatura de Ulysses havia ficado na contramão da opinião pública, que o responsabilizava pelo governo Sarney, no fundo do poço em matéria de popularidade. Mais tarde, Ulysses reconhecera com a famosa

frase: “Sarney é uma tatuagem que eu trago e que, por mais que lave e tente removê-la, mais fica viçosa”. Sua candidatura também contrariava os interesses imediatos dos seus companheiros do PMDB, que o traíram desavergonhadamente e que pagariam caro pelo gesto porque o partido iniciaria uma fase de irrecuperável decadência. O desastre da candidatura presidencial foi desconcertante para ele, que considerava a opinião pública a matéria-prima do seu trabalho, onde buscava inspiração e a quem dirigia seus discursos e ação política. Tendo desistido da política de clientela – e nunca esqueceu o dia 2 de dezembro de 1954, em que tomou a decisão de não mais frequentar gabinetes ministeriais encaminhando pedidos e pleitos de eleitores, como normalmente fazem os deputados – reeleger-se-ia a cada quatro anos com a ajuda de amigos fiéis e admiradores anônimos que se multiplicavam a cada eleição. Antes de se candidatar a presidente em 1989, nunca havia testado em eleição majoritária os efeitos dessa abstinência fisiológica que impunha aos eleitores, viciados em ver nos políticos mais despachantes que estadistas.

Mas, como candidato à presidência, a situação era bem outra. Uma fantástica máquina precisava ser posta em movimento e o que menos contaria era a imagem de líder moderado na luta contra a ditadura. Devia apostar uma corrida pela preferência popular ao sabor dos temas do momento, com técnicas mercadológicas que respondiam às emoções populares e dispensavam a arte da política, sua especialidade, trocada pelas estratégias da moderna propaganda. A situação era diferente até mesmo do quadro político eleitoral de 1958, quando tentou ser candidato a governador de São Paulo e Juscelino lhe negou apoio. Ulysses, que em 1955 havia chefiado no estado a campanha de Juscelino para presidente da República, imaginava reunir apoio político e votos, desfraldando a bandeira do otimismo desenvolvimentista que dominava o país sob o governo JK.

Em 1989, a sucessão presidencial deu-se num vazio de ideias políticas, com o povo de costas para a História, fascinado por truques de propaganda e *marketing*. A vitória de Fernando Collor premiou a ação pragmática e inescrupulosa de aventureiros, instrumentalizados por leituras competentes das sondagens de opinião pública. Dominando esse precioso conhecimento, publicitários desenvolveram mensagens que exploravam instituições e indignações populares. Os brasileiros, dominados por um porre de liberdade inédito na História do Brasil e vivendo as primeiras eleições democráticas depois de vinte anos de ditadura e

de cinco anos de difícil transição para a plena ordem constitucional, deixaram-se levar.

Ulysses, obrigado a negociar com a ala esquerda do partido – que lhe impôs o candidato a vice, o ex-governador da Bahia, Valdir Pires –, descaracterizou-se, enquanto a disputa pelo voto popular travava-se entre duas posições radicais, já preenchidas: Lula, do PT, era a esquerda, enquanto Collor representava o oposicionismo. Já os especialistas em *marketing* contratados para conduzir a campanha, apavorados com a situação, quiseram seguir o mal exemplo de Collor. Abandonaram a imagem que Ulysses e o próprio PMDB haviam construído pela vida afora, tentaram glamourizar sua velhice honrada – apresentando-o como um “velhinho vulgar” – e esvaziaram sua oratória impondo-lhe um discurso cosmético. O orador admirado e até sua boa convivência com a televisão – como atestavam o sucesso das suas entrevistas nos programas de Marília Gabriela e Jô Soares – foram desprezados nos planos de campanha. O candidato presidencial Ulysses Guimarães nada tinha do deputado Ulysses Guimarães, era um *frankstein* produzido por precários cientistas da propaganda política. Nada restou, na campanha de 1989, da sua experiência e sabedoria de hábil manipulador da comunicação no dia a dia da política, que voltaria a praticar em seguida ao desastre da eleição presidencial.

A candidatura presidencial começou exigindo-lhe a demonstração prática de uma das suas mais divertidas e insistentes fanfarrônicas. Ulysses costumava gabar-se de que fazia política com um olho na opinião pública, outro nos políticos. Dizia que não se descurava jamais da manipulação partidária e institucional. “É preciso ganhar no campo e não perder no tapetão”, uma das suas divisas, tirada da gíria futebolística. Afinal, havia sido cartola da Federação Paulista de Futebol e dirigente do Santos Futebol Clube. Pois em 1989, para se impor candidato pelo PMDB, precisou enfrentar e vencer os cartolas do partido, que pontificavam no “tapetão” da convenção. Ironicamente, venceu no “tapetão” e perdeu no campo.

A malograda experiência da candidatura presidencial de Ulysses, em 1989, não era órfã na crônica internacional.

Em 1981, na França, Michel Debré (1912-1996), que tal como Ulysses era chamado pelos franceses de Monsieur Constitution – pois foi quem elaborou a Constituição gaullista da V República, em 1959 – disputou as eleições presidenciais vencidas por Mitterrand. Debré foi

abandonado pelos partidários do general De Gaulle – a cuja fidelidade havia abandonado tudo – e amargou apenas 1,6% dos sufrágios. Tal como Ulysses, que na eleição presidencial brasileira foi superado pelo eleito Collor e por mais cinco outros candidatos (Lula, Brizola, Covas, Maluf e Afif), Michel Debré teve menos votos que uma desimportante candidata, Arlete Laguillier, sobre quem a História não reservará nem 1,6% do espaço garantido àquele que tinha sido primeiro-ministro da França na implantação da V República.

Surpreendentemente, porém, esse extraordinário desastre eleitoral (cujas proporções podem ser medidas pelo fato de Ulysses ter recebido em São Paulo menos votos para presidente da República do que sua votação para deputado federal na eleição anterior) não interrompeu nem turvou sua atividade política. Nem interrompeu sua atividade parlamentar. Nas eleições de 1990 para deputado federal, ele renovaria seu mandato.

O PROSADOR DAS ARCADAS

Ulysses pretendia o reconhecimento da sua retórica. Que se identificassem densidade filosófica e qualidade literária nos seus discursos. Achava pouco os ganhos funcionais e episódicos da sua comunicação político-eleitoral e se empojava quando ouvia leituras críticas que atribuíam inspirações e profundidade à sua oratória. Especialmente quando se apontavam tais virtudes nas suas cotidianas arengas táticas de repercussão popular. Foi assim que chegou a contemplar uma candidatura à Academia Brasileira de Letras, proposta pelo então senador Luís Viana. Queria ser reconhecido como personalidade literária ou, mais precisamente, “medalhão”, conforme a teoria do famoso conto de Machado de Assis, que costumava citar com senso de humor. Achava que podia dispensar demonstrações das habilidades ecléticas que procurou, avidamente, demonstrar no seu primeiro livro, *Tentativa*, em que reuniu discursos, poesia, ensaio e ficção. Tanto porque os havia abandonado, como havia abandonado o piano, como porque havia assumido sua condição de personalidade política e feito da oratória seu gênero artístico.

Publicado quando ainda estudava Direito e premiado pela Academia Paulista de Letras, o livro *Tentativa* lhe rendeu o título de Prosador das Arcadas (*arcadas*, traço arquitetônico mitológico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo). O rigoroso crítico Antônio Cândido não o esqueceu ao citar nas suas memórias os jovens acadêmicos de Direito dos anos 30 que despontavam para a literatura,

lembrando a famosa antologia *Poesia sob as arcadas*, que Ulysses organizou em 1940.

Ele tratou da candidatura à Academia Brasileira de Letras – difundindo-a e tentando viabilizá-la através de contactos realizados no Rio por seu amigo, ex-deputado e ex-ministro Renato Archer (1922-1996) – tal como fazia nas suas manobras político-eleitorais. Além da ação nos bastidores e notinhas nos jornais, que sabia como manipular, bastava-lhe aproveitar o assédio dos repórteres e atender telefonemas de editores e colunistas. A ilusão acadêmica soçobrou pela má vontade do presidente da Academia, Austregésilo de Ataíde, que conduzia o preenchimento das vagas e àquela altura estava comprometido com uma longa lista de candidatos.

Atento às exigências formais dos veículos de comunicação e sem esquecer os humores diários de cada editor, a boa imprensa de que desfrutava Ulysses era, em boa parte, consequência da boa vontade dos repórteres, que lhe davam vistas aos originais das pautas que recebiam das redações, o que lhe permitia saber o objetivo das indagações. Essa intimidade não só o informava privilegiadamente como lhe permitia posicionar-se no dia a dia do noticiário. Sua habilidade estava em compatibilizar a participação nesse jogo com seus objetivos estratégicos e suas manobras do varejo da política. Por isso, preparava-se, refletia, ensaiava. Treinava até o que apareceria depois como improvisações. Era assim que começava seu dia. Enquanto bebia o suco de frutas que a empregada Geralda, fiel e também madrugadora, trazia-lhe ao escutar na cozinha o menor sinal de que ele se levantara. Não há dúvida de que as *performances* públicas de Ulysses, especialmente depois que assumiu a presidência do MDB, em 1970, foram sempre arditosamente pensadas, planejadas, testadas (ele era de pensar em voz alta, falando o que escrevia) e minutadas nesse laboratório matinal.

DOCUMENTAÇÃO DE AUTORIA

De quase todos os textos de Ulysses Guimarães, descobriram-se os manuscritos básicos originais. Dos seus discursos mais famosos, como o “Hoje começa o outro dia” (na V Convenção Nacional do MDB, em 1972, quando exorta os radicais a adotarem a ação partidária pacífica com o *slogan* “Não é hora de morrer, é hora de viver”), à polêmica nota do PMDB, que quase lhe custou a perda do mandato pelo AI-5, quando comparou o arbítrio do presidente Ernesto Geisel, no episódio da cassação

do deputado Alencar Furtado, aos desvarios de Idi Amin Dada, o boçal ditador de Uganda. Se a demonstração de autoria consagra ou condena, os arquivos de Ulysses o expõem inapelavelmente. Não há dúvida de que, no mínimo, assumiu sugestões de amigos e correligionários. Gostava de citar, orgulhosamente, os economistas do PMDB que o aconselhavam: Maria da Conceição Tavares, José Serra, João Manuel Cardoso de Melo, Luís Gonzaga Beluzzo, Luciano Coutinho, Bresser Pereira. Mas, quando utilizava as ideias desses acadêmicos, procurava traduzi-las para sua prosa bacharelesca, o que, frequentemente, resultava em interpolações. Muitos colaboradores, em algum momento, ofereceram dados e textos para subsidiar discursos de Ulysses – como Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier, para só citar dois a quem agradeceu formalmente – que quase sempre foram reescritos e adaptados.

Entre seus contemporâneos, ninguém mais que Ulysses teve responsabilidade sobre o que disse e escreveu. Com ele, *ghostwriters* morreriam de fome. Bastavam-lhe revisores. Quando foi presidente da Câmara, em 1985, tinha à sua disposição máquina numerosa e competente de assessores da Mesa. Esses funcionários não esperavam por sua iniciativa. Adiantavam-se a quaisquer efemérides ou pretextos que exigissem uma manifestação do presidente da Casa e redigiam notas, declarações, discursos. Examinei uma pasta graúda contendo esses textos, tão gramaticalmente corretos quanto assépticos em matéria de estilo, conforme o modelo dos *ghostwriters* burocráticos. Conferi que Ulysses quase sempre os desprezou. Não os leu nem os assinou. Ou improvisou – se eram declarações feitas ao Plenário –, abandonando inteiramente a leitura, ou recobriu-os de tantas garatujas que os originais propostos resultaram irreconhecíveis na versão final.

Ulysses Guimarães desenhou seu próprio perfil, e o melhor caminho de encará-lo é transcrevê-lo. A velha fórmula do *par lui même*, que significa encandear e colar seus escritos, foi o método que adotei para escrever-lhe a biografia (*Moisés, codinome Ulysses Guimarães* – Companhia das Letras, 1994). Depois de ler os discursos e mergulhar nos arquivos, posso dizer que foi complementar o exaustivo trabalho de entrevistas (comecei ouvindo o próprio Ulysses) e depoimentos (como as deliciosas impressões de sua mulher, D. Mora). Até o levantamento de documentação paralela para situá-lo na vida brasileira, em seus 76 anos de vida, não apresentou revelações importantes. A vida de Ulysses Guimarães está inteira nos seus discursos e escritos. Ele não poupou, nas suas patéticas confissões públicas, nem os sentimentos mais delicados. Como a

sublimação da angústia que o invadiu por ter sido ultrapassado em 1984 pelas contingências políticas que asseguraram a Tancredo Neves o lugar de candidato a presidente da República, que julgava lhe pertencer de fato e de direito como chefe da oposição. Ele dizia que não era inveja nem ciúme, mas o irrecusável sentimento de derrota. Tancredo ganhara a vez, não dava para contestar-lhe a vitória. Portanto, restava-lhe reconhecer que o momento era do companheiro e rival. Portanto, podia comandar: Viva o presidente Tancredo Neves!

SER E NÃO SER

A consciência do papel do Parlamento, o domínio da retórica política e um humilde respeito pela História, deixava-o à vontade para expor-se corajosamente, quando o natural seria resguardar-se. Não fingia superioridade nem se mostrava indiferente se estava frustrado. Pelo contrário. Partia para o ataque, como fez com os jovens deputados do Grupo Autêntico, do MDB, que, no início dos anos 70, mal havia assumido a presidência do partido, tentaram destruí-lo. Ele os desafiou, inspirado na máxima napoleônica: “Tout est perdu. J’attaque”.

A única questão em aberto sobre seu caráter – ou seja, um fato sobre o qual não há documentação para que seja julgado pela opinião pública – é o episódio da elaboração por deputados e senadores da proposta de uma medida a ser votada pelo Congresso logo após o golpe de 31 de março de 1964. Uma espécie de capitulação da ordem constitucional à situação de fato do golpe militar. Uma alternativa – em linguagem corrente brasileira, um jeitinho parlamentar – que teria evitado o Ato Institucional de 1964, fascista na forma, no conteúdo e na autoria. O fato de haver sido redigido, pessoalmente, pelo notório Francisco Campos, o Chico Ciência, o mesmo autor da Constituição do Estado Novo, de 1937, qualifica-o não só pela competência jurídica como pela perversidade ideológica. Ulysses participou desse grupo de políticos realistas de que faziam parte Bilac Pinto, João Agripino, Daniel Krieger, Aduauto Lúcio Cardoso, Martins Rodrigues, Pedro Aleixo, Paulo Sarasate. Reuniram-se no Palácio das Laranjeiras, onde pontificava o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, imaginando que havia sucedido constitucionalmente ao deposto presidente Jango Goulart, sem perceber que o general Costa e Silva e seu autoproclamado Supremo Comando da Revolução cuidavam de implantar a ditadura em que o país mergulharia nos vinte anos seguintes. Desde então, e principalmente quando se tornou presidente do MDB, Ulysses foi perseguido por boatos,

periodicamente reanimados, de que os militares desmascarariam, a qualquer momento, seu liberalismo oposicionista. Prometiam divulgar o texto original dessa proposta de ato punitivo, que, tanto como o ato institucional fascista, de que pretendia ser uma alternativa parlamentar, também previa cassações de mandato e suspensão de direitos políticos. Com uma agravante em relação a Ulysses, pessoalmente. Acusavam-no de, para satisfazer a sede moralista e ideológica dos militares, ter proposto punições ainda mais duras que as contidas no ato institucional finalmente editado. A minuta desse ato alternativo, elaborado pelos políticos, jamais foi publicada nem localizada em nenhum arquivo. Os sete companheiros que compuseram esse grupo de redatores convocados por Mazzilli já haviam morrido, inclusive o próprio Mazzilli, e Ulysses reagia à chantagem negando responsabilidade pessoal por qualquer parte do documento: “Só tenho a dizer que, qualquer crítica que me façam no episódio, minha parte não é superior a um oitavo, pois éramos oito e prevaleceu sempre o consenso”.

Mesmo assim, havia registrado seu álibi. No dia 22 de abril, usou o pretexto de uma saudação ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, para referir-se ao assunto. A transcrição taquigráfica, publicada pelo *Diário do Congresso*, está nesta antologia, sob o título “Mazzilli e o ato institucional”.

Ulysses assumiu tudo o mais que disse ou escreveu. No máximo, fez autocríticas. Penitenciou-se do excesso de prudência responsável pela demora, em 1992, em se engajar no movimento do *impeachment* de Collor, que depois lideraria. Também renegou o entusiasmo apologético com que anunciou e saudou a promulgação da Constituição de 1988, por ele cognominada de Constituição Cidadã, orgulhoso por haver promovido sua elaboração como presidente da Assembleia Constituinte. Antes que se generalizasse a onda reformista, majoritária com o Plano Real e a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, começou a admitir equívocos na Constituição de 1988:

“Primeiro, a impatriótica estabilidade dos servidores públicos, engessada no art. 18 das Disposições Transitórias. Segundo, a imprevidente admissão das medidas provisórias, do art. 62, que deram privilégios irresponsáveis aos presidentes da República, autorizados a legislar por decreto com instantânea força de lei, durante trinta dias, permitindo-lhes reeditá-las, repetida e ilimitadamente, mesmo que tenham sido recusadas pelo Congresso”.

IDEOLOGIA E ESTRATÉGIAS

Conservador clássico em matéria de pensamento político, o que não significa imobilismo, mas até facilita comportamentos pragmáticos, Ulysses não parecia constrangido por cercar-se de liberais, esquerdistas de todos os matizes, até comunistas, na grande frente oposicionista que liderou durante a ditadura militar. Achava-se herdeiro das habilidades do velho PSD – sua escola de ação política, onde cumpriu todos os estágios de ascensão hierárquica, até tornar-se um dos seus caciques nacionais, ou “cardeais” – e encarava essas alianças como manobras táticas indispensáveis. Sem os comunistas, em 1955, Juscelino Kubitschek não teria vencido as eleições para presidente e, no entanto, quem pode acusar seu governo de comunista? Os pessedistas eram muito ciosos da experiência com o poder e não tinham medo de parcerias, se era esse o preço a ser pago para alcançá-lo. Daí, sua atuação parlamentar marcada pela controvérsia, pela polêmica, pelo desafio e por aparente ecletismo ideológico. Mas Ulysses sabia o que estava fazendo. Basta ler os seus discursos. Identificado o inimigo, ia ao ataque com vigor. Andava no fio da navalha, para não afugentar aliados, mas não fazia concessões profundas na hora de estabelecer alianças. Além de atento aos limites das parcelas de liderança que confiava às esquerdas do MDB, depois PMDB. Os militares no poder é que não entendiam nada. Desesperados, confundiam as manobras de Ulysses com demagogia, fraqueza de “inocente útil”, falta de discernimento e cumplicidade interesseira para fins eleitorais. Em sua maioria egressos da velha UDN, esqueciam que Ulysses transferiu para o PMDB o estilo e ideologia do PSD do regime da Constituição de 46. Anticomunistas viscerais e enredados em posições fascistas por empresários cavilosos que se beneficiavam da repressão da ditadura (o maior abuso de medidas de exceção baseadas no AI-5 foi feito justamente na área econômico-financeira, para facilitar negócios) e exploravam a falta de flexibilidade política do regime, os militares não conseguiam entender a temeridade de Ulysses com sua frente ampla tropical. Ouviam de cientistas políticos e historiadores que os comunistas tinham desenvolvido historicamente modelos de frentes populares, que acabavam por controlar.

Indiferente, Ulysses apostava nas artes de raposa da sua aprendizagem pessedista. Achava que as esquerdas trocavam a astúcia pela agressão e eram politicamente incapazes se não tivessem a força, como acontecia nas ditaduras comunistas sob controle soviético. Preocupava-se mais

com a competição dos seus próprios companheiros de centro-direita. O futuro deu-lhe razão. Quando caiu a ditadura, ele bancou o Moisés bíblico: havia sido o líder da dura travessia do deserto, mas, na hora de entrar na Terra Prometida, teve que passar o bastão a Josué. Aliás, Tancredo. Ou, mais precisamente, pelas circunstâncias, Sarney.

Na hora H da virada, não foram os esquerdistas, que lhe disputaram a liderança da oposição, que lhe tomaram as rédeas do poder. Foi a direita, formada em grande parte por ex-aliados da ditadura convertidos à oposição nos estertores finais do regime militar.

O GRANDE MOMENTO DAS DIRETAS-JÁ

A marcha batida da oposição rumo ao poder – que, sob a liderança de Ulysses, durou quinze anos, de 1970 a 1985 – foi alimentada basicamente por um sentimento meramente intuitivo de esperança. Não houve, durante todo o período, nenhuma análise ou projeto teórico oposicionista que permitisse prever, no tempo, o esgotamento do regime militar. Muito menos planos consistentes de ação a curto, médio e longo prazos, com a visualização objetiva dos seus efeitos. Tudo aconteceu surpreendentemente, começando pela espetacular derrota eleitoral da Arena, partido governista, nas eleições majoritárias para o Senado, em 1974. As relações de causa e efeito somente puderam ser estabelecidas *a posteriori*. De fato, naquele ano, ocorreu apenas uma disposição generosa e heroica de Ulysses (e do secretário-geral do MDB na época, deputado Tales Ramalho) de dar um mínimo de organização ao partido e marcar presença junto aos diretórios estaduais, alguns implantados justamente às vésperas das eleições. O regime estava fortíssimo na época – o ex-presidente Médici havia atingido ótimos índices de popularidade e a euforia em torno do Milagre Brasileiro parecia generalizar-se – e dispunha do artifício da sublegenda para somar, a seu favor, os votos dos grupos rivais nos estados e municípios. Esses adversários locais, parcelas da oposição nacional acomodados em várias Arenas, o partido oficial (Arena 1, Arena 2, Arena 3), substituíam o MDB nos estados, livrando-os do ônus de ser oposição num país sob ditadura. Não perdiam as benesses do poder nem enfrentavam os riscos da má vontade das guarnições militares locais. Quando começou a campanha de 1974, viu-se que a opinião pública não pactuava dessa farsa primária da sublegenda e votou maciçamente no MDB. Mas o poder institucional do regime era tão absoluto, sob o AI-5, que logo veio a reação, com a cria-

ção dos senadores biônicos e a decretação de novas leis de exceção – o chamado Pacote de Abril, de 1975.

Por incrível que pareça, a primeira e até então única previsão metódica conhecida sobre o momento fatal da ditadura – mais tarde confirmada – foi feita em 1974 pelo general Golbery do Couto e Silva (1911-1987). Ironicamente, Golbery havia sido um dos principais cabeças do golpe de 1964, criador do SNI e responsável pelas conspirações internas do regime que fizeram dois presidentes, Geisel e Figueiredo. Transmitida a Ulysses pelo próprio Golbery – num histórico encontro a três, pois também assistido pelo deputado Tales Ramalho, que o havia promovido através de contatos do general Cordeiro de Farias (1901-1981) –, Ulysses não a levou a sério. Manteve a mesma linha de combate que seguia na presidência do PMDB e mais tarde foi acusado de ter aproveitado o conhecimento das indicações que Golbery lhe transmitiu para impedi-las de se cumprirem. Segundo tais acusações, Ulysses orientava-se pela ambição pessoal de poder, já que Golbery – tal como aconteceu – imaginava uma transição suave e naturalmente negociada, hipótese em que seguramente o poder não seria transferido à oposição e, muito menos, ao seu líder e guerreiro mais escrachado. Era evidente que, se transmitissem o poder a Ulysses, configurar-se-ia claramente a capitulação que os militares desejariam, no mínimo, disfarçar.

Pode-se acreditar, porém, na sinceridade do ceticismo de Ulysses quanto às análises e previsões de Golbery, baseadas na autocrítica dos militares e na confiança de que o próprio regime faria a transição para a democracia. As alegadas motivações egoísticas de Ulysses tinham também lastro estratégico, uma vez que um dos cenários cultivados pela oposição era um súbito enfraquecimento do regime, aproveitado arditamente pela oposição. Como aconteceu no episódio das Diretas-já, o melhor ensaio de tomada pacífica do poder em que a oposição usou as regras institucionais da própria ditadura.

Aproveitando a votação de uma emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira (PMDB-Mato Grosso), que estabelecia o fim do Colégio Eleitoral para a escolha do presidente da República que substituiria o general João Figueiredo em 1985, as oposições promoveram uma campanha nacional por sua aprovação.

Iniciado timidamente – já havia se tornado rotina o PMDB fazer campanhas nacionais para aproveitar a votação de emendas desse tipo, como a proposta de eleições diretas para prefeito das capitais, que a ditadura

havia tornado cargo de nomeação pelos governadores –, o movimento das Diretas-já levantou o país. Não chegou a concretizar a “autonomia das ruas”, como exagerava o senador Teotônio Vilela (1917–1983), considerando-a uma manifestação revolucionária, mas um sinal de que a ditadura já não exprimia qualquer parcela da sociedade brasileira, nem mesmo os quartéis. Os comícios nas capitais se sucediam (a oposição já controlava os governos estaduais de São Paulo, Minas, Paraná e Rio de Janeiro) e chegam a reunir um milhão de pessoas na Candelária, Rio de Janeiro, e um milhão e setecentos mil no Anhangabaú, São Paulo. O movimento tem cor – todos usam amarelo; um locutor oficial, Osmar Santos, no auge da sua popularidade como narrador esportivo; o próprio Hino Nacional adquire o tom revolucionário da Marselhesa, puxado ao fim das manifestações pela cantora Fafá de Belém; Ulysses Guimarães é aclamado em toda parte como *Senhor Diretas*.

Tardiamente, o governo reage à avalanche. Para pressionar o Congresso, decreta medidas de emergência em Brasília e cidades vizinhas, sendo nomeado executor militar o general Newton Cruz, antigo chefe da agência central do SNI e que comete desatinos na tentativa de intimidar as manifestações.

Finalmente, no dia 25 de abril de 1984, o Congresso se reúne para votar a Emenda das Diretas-já, que precisava de dois terços dos votos da Câmara e do Senado para estabelecer que o futuro presidente da República, sucessor do general Figueiredo, seria eleito pelo voto direto, no dia 15 de novembro de 1984.

A votação começa pela Câmara e o placar é espantoso: 298 *sins* e apenas 65 *nãos*. Faltam, no entanto, 27 votos *sim* para atingir o quórum de 325 votos, exigido para a aprovação de emendas constitucionais. A Emenda das Diretas-já é derrotada e nem vai ser submetida ao Senado. Em consequência, a sucessão presidencial, ainda uma vez, será decidida através do Colégio Eleitoral.

Imbatível se as eleições fossem diretas, Ulysses estaria fatalmente aliado da disputa. O *Senhor Indiretas* era outro. O governador de Minas, Tancredo Neves (1910–1985), finalmente eleito no dia 15 de janeiro de 1985, pelo Colégio Eleitoral. Placar: Tancredo, 480 votos; Maluf, 180.

Tancredo não tomará posse, mas é de Ulysses Guimarães a voz (institucionalmente, como presidente da Câmara; politicamente, como presidente do PMDB) de serenidade e esperança que paira sobre a tra-

gédia da morte de Tancredo Neves e assegura ao vice eleito, José Sarney, condições para se consolidar na Presidência da República.

Recusando-se a assumir a Presidência da República no dia 15 de março – conforme oferta de Figueiredo, disposto a lhe passar a faixa presidencial, que não queria, por capricho, passar a Sarney, antigo aliado –, Ulysses disse que não aceitou a oferta por duas razões siamesas: a vez era, constitucionalmente, de Sarney e não seria ele, Ulysses, quem violaria as regras constitucionais. Foi, sem dúvida, sua maior chance de ter o poder, mas, se tivesse sucumbido à tentação, teria dado um golpe, comprometido irreversivelmente sua biografia de legalista e homem de Direito. Ele preferiu manter a coerência.

A campanha das Diretas-já não rendeu discursos antológicos. Os oradores precisavam falar pouco, pois eram muitos e o pique nos comícios devia corresponder à transmissão ao vivo de um flagrante pelo Jornal Nacional da TV Globo; o que se dissesse era abafado pelas palavras de ordem; pelo grito de “Diretas-já!” e até pela simples leitura do art. 1º, § 1º, da Constituição, “Todo o poder emana do povo...”, como fez o jurista Sobral Pinto (1893-1989) no comício da Candelária. Mas os discursos de Ulysses Guimarães a propósito da morte de Tancredo seriam memoráveis.

“BAIONETA NÃO É VOTO, CACHORRO NÃO É URNA”

De todas as frases que Ulysses produziu e episódios que protagonizou como líder da oposição, nenhum foi mais emblemático e melhor sintetizado – num texto curto, completo e bem escrito do jornalista e ex-deputado Sebastião Néri, que o publicou na *Folha de S. Paulo* – do que seu desafio à Polícia Militar da Bahia na noite de 16 de maio de 1978.

O próprio Ulysses adotou a crônica de Néri como prefácio para seu livro *Rompendo o cerco* (Editora Paz e Terra, 1978). Estava em Salvador uma delegação itinerante do PMDB composta por Ulysses, Tancredo Neves (então deputado), Freitas Nobre (líder do MDB na Câmara) e Saturnino Braga (senador pelo estado do Rio). Hospedados no Hotel Praia-Mar, receberam a angustiada visita da direção baiana do MDB, trazendo notícia da notificação recebida da polícia de que não seria permitida a reunião do partido para o lançamento dos candidatos da oposição baiana ao Senado. Havia de fato uma portaria do ministro da Justiça proibindo comícios em praça pública, mas a reunião programada pelo MDB baiano se realizaria em recinto fechado, na sede do

partido, Praça Dois de Julho, no Campo Grande. A proibição, concluiu Ulysses, era uma arbitrariedade e ele não iria aceitá-la. Segundo Néri, “Ulysses esfregou as mãos na testa larga, desceu-as pelos olhos fechados, levantou-se e anunciou: Vou entrar de qualquer jeito. Vamos entrar. É uma arbitrariedade sem limites”.

Quando chegaram à Praça Dois de Julho, saltaram em frente ao Teatro Castro Alves, defronte à sede do MDB:

“A praça era um campo de batalha – recorda Néri: quinhentos homens com fuzil com baioneta calada; 28 caminhões de transporte; dezenas de patrulhas, grossas cordas amarradas nos coqueiros em torno de toda a praça. Ulysses olhou, meditou, comandou: ‘Vamos rápido, sem conversar’”.

Todo o grupo – a comitiva do MDB nacional, mais os líderes baianos, Rômulo de Almeida e Hermógenes Príncipe, candidatos ao Senado – o seguiu. Continua Néri:

“Quando o grupo se aproximou, um oficial gritou: ‘Parem, parem!’ Ulysses levantou o braço e gritou mais alto: ‘Respeitem o líder da oposição’. Meteu a mão no cano do fuzil, jogou-o para o lado, atravessou. Tancredo meteu o braço em outro, passou. O grupo foi em frente. Três imensos cães saltam sobre Ulysses. Freitas Nobre dá um pontapé na boca de um. Rômulo de Almeida defende-se de outro”.

Todos entram na sede do MDB, vão para as sacadas, os alto-falantes são ligados com a boca para a rua e começa um comício com quatorze oradores – depois saíam em passeata com as ruas desimpedidas pela PM, que se recolheu desmoralizada –, encerrado por Ulysses, que exortava: “Soldados da minha pátria, baioneta não é voto, cachorro não é urna”.

CENAS, PERSONAGENS E DATAS

Dificuldade idêntica àquela que impedia os militares de avaliar, na época, as suas manobras como líder da oposição à ditadura podem confundir quem hoje lê os seus textos. No lugar da paranoia que no passado dominava os malogrados militares, agora o risco é a desinformação, que confunde a maioria das análises sobre a atuação de Ulysses. Tudo deriva do fato de que os discursos parecem monólogos, imperativos, solenes, presunçosos, autossuficientes, quando na verdade eram réplicas,

trélicas, tiros de dissuasão ou mesmo “abertura de barragem de fogos”, como se deflagravam as velhas batalhas. Deslocados da contingência em que foram pronunciados e apesar da carga de dramaticidade que contêm, mesmo os que resistem como forma – alguns são verdadeiras obras-primas da arte do discurso –, perdem muito do colorido, da ironia, do oportunismo originais. Até o sentido das metáforas corre o risco de se diluir, sem achegas históricas que os situem. É uma pena que, pelas circunstâncias e limitações deste volume, tenhamos sido obrigados a pequenas ementas, quando o ideal era dar a cada peça o acompanhamento de reconstituições, ilustrações, longas notas sobre a realidade do momento. Não fomos além de atribuir títulos, aplicando a técnica das manchetes, e oferecer indicações sumárias. Mas a maior parte dos discursos ganharia sabor especial se conhecidas suas motivações ou as reações que provocaram. Sendo impossível reconstituir tiroteios verbais – ou, no caso de Ulysses Guimarães, a verdadeira avalanche de ações jurídicas, parlamentares, eleitorais que foram seus quinze anos, entre 1970 e 1985, de combate à ditadura como presidente da oposição –, é indispensável que a imaginação do leitor reconstitua quadro a quadro os cenários. O papel pujante do orador parlamentar, assim transcrito, sem o apoio do som, da imagem e, principalmente, das reações das plateias, não pode ser dissociado do panorama em que produziu suas exortações, imprecações, arengas e protestos. O que parece orações gratulatórias ou meras celebrações de efemérides foram sempre pretextos ardilosos para convidar à resistência, à desobediência civil, à organização da sociedade, à indignação consequente. Nem necrológios eram isentos de recados políticos, e os militares se irritavam porque a censura era driblada. Ou seja, a peça isolada, suspeita de gratuidade ou literatice, panfletarismo ou messianismo, desde que situada no tempo, no espaço, na verdade é um documento oportuno, funcional e pujante.

Temos o caso exemplar do discurso conhecido como “Navegar é preciso”. Uma expressão poética (retirada, sob forma de verso, de um fado de Caetano Veloso, que o havia colhido de um texto épico de Fernando Pessoa, que, por sua vez, já o transcrevera das *Vidas paralelas*, de Plutarco) ganha um novo sentido quando Ulysses o declama da tribuna da Convenção Nacional do MDB, na tarde de 22 de setembro de 1973:

“Navegar é preciso.

Viver não é preciso”.

A citação transformou-se em *slogan* quixotesco da oposição, infundindo ânimo aos que se opunham à ditadura. Foi tomado como expressão de desprezo à vitória da violência e da prepotência do regime militar. Significava que, mesmo derrotada, a anticandidatura de Ulysses à Presidência da República era um momento de triunfo na luta pela democracia. A vitória moral, politicamente inconsequente numa disputa de poder, foi aceita pela nação. O importante era lutar; vencer era secundário. O impacto popular dessa mensagem de otimismo para uma sociedade subordinada ao regime absolutista do AI-5 (o Ato Institucional nº 5, edito perverso do general Costa e Silva, de 1968, que punha privativamente nas mãos dos eventuais generais-presidentes poderes de fazer e desfazer tudo, até a Constituição, sem apreciação pelo Judiciário) pode ter sido responsável pelo vigor com que o eleitorado, até então complacente com a ditadura, votou nos candidatos da oposição nas eleições diretas de 1974. Pela primeira vez, o MDB derrotou a Arena pelo voto majoritário (nas eleições para o Senado) e não há dúvida de que os efeitos mágicos do “Navegar é preciso” influenciaram na campanha.

Esta é a parte épica da oratória de Ulysses Guimarães. Aquela que o inscreve na História entre as grandes vozes da consciência democrática brasileira.

LACERDA COMO REFERÊNCIA

Não é justo, porém, esquecer o virtuosismo com que Ulysses praticava a rotina parlamentar, a sagacidade das intervenções em plenário, dos apartes e contra-apartes, especialmente das falas da presidência (que ele exerceu por seis anos, o que o torna recordista em tempo de ocupação da Presidência da Câmara dos Deputados). Há muito humor, elegância, criatividade, domínio e correção da língua em tudo quanto dizia nos embates parlamentares. Há, principalmente, habilidade. Nada de inconseqüências ou precipitações, porque a oratória parlamentar de Ulysses era objetiva e funcional.

Não ter sido esmagado por Carlos Lacerda, que ao eleger-se deputado federal pela primeira vez, em 1954, levou para a tribuna parlamentar seu vigor de polemista insuperável, foi uma das proezas de Ulysses na sua primeira passagem pela Presidência da Câmara, nos anos 50. Já haviam se defrontado como simples deputados em debates sobre projetos que opunham UDN x PSD, mas os melhores momentos ocorreram entre Ulysses, presidente da Câmara, e Lacerda, líder da oposição. Mesmo

assim, mantiveram-se cordiais e respeitosos. Foi Lacerda quem botou o apelido de Ramsés III em Ulysses, que, por sua vez, presidiu, com isenção e firmeza, a histórica votação em que a Câmara negou a perda de imunidade a Lacerda para um processo político pretendido pelo general Lott, durante o governo JK.

Quando assumiu pela primeira vez a Presidência da Câmara em março de 1956 – com Juscelino Kubitschek iniciando seu governo –, ainda estavam muito vivas as cicatrizes do contragolpe de 11 de novembro de 1955, que garantiu a posse de JK, ameaçada por uma conspiração udenista. Tanto que Ulysses recebeu a presidência do deputado Flores da Cunha, vice-presidente, que havia assumido no lugar do mineiro Carlos Luz.

No seu discurso de posse, porém, dá um jeito de anunciar sua disposição de comportar-se com isenção:

“Tendo sido sempre fiel ao meu partido, por obediência ao imperativo até de teor moral da disciplina, irei honrá-lo no exercício desta presidência sendo sinceramente fiel ao Regimento”.

DONA MORA E O ETERNO RECOMEÇAR

Embora tenha citado várias vezes o mito de Sísifo para demonstrar a condenação que o regime militar impunha à oposição, obrigando-a a retornar ao ponto original a cada avanço que realizava, Ulysses nunca teve dúvidas de que, em algum momento, tais tentativas vingariam. O seu Sísifo sem o desespero, que significava esvaziar o mito grego da carga trágica, impunha-lhe um eterno recomeçar revigorado e confiante. O que valia tanto para o partido que liderava (MDB, depois PMDB) como para sua vida pessoal.

Com o apoio compreensivo da companheira, D. Mora (que na verdade se chamava Ida e que nunca se envolveu ou deu palpites decisivos na vida do marido), Ulysses não se deixava abater, por mais que os fatos prescrevessem abatimento.

Quando se casaram, em fevereiro de 1955, Ulysses já era deputado federal, tinha 38 anos (ela, 34, viúva), e nunca estavam juntos nas campanhas. Mora ficava na retaguarda, não participava, mas tinha papel decisivo na recuperação do humor do marido depois das *débâcles*, que não foram poucas.

Por exemplo, em 1958, Ulysses chegou a ser escolhido pelo PSD como candidato a governador de São Paulo, mas foi obrigado a desistir porque Juscelino (cuja campanha para presidente, em 1955, havia coordenado no estado) preferiu fazer um acordo de não beligerância com Jânio Quadros e o abandonou sem apoio e sem meios. Uma humilhação – aliviada porque a candidatura não chegou a ser registrada na Justiça Eleitoral – que Ulysses deu por superada reelegendo-se deputado federal.

Em 1964, militares exaltados e preconceituosos usaram IPMs e a Comissão Geral de Investigação em tentativas para comprometer Ulysses. Chegaram a pedir sua cassação, recusada pelo presidente Castelo Branco. Enquanto esperava a cada dia receber a notícia da cassação, Ulysses saía todas as noites e D. Mora recordava que nunca foram tanto ao teatro, cinema e restaurantes.

No dia seguinte à sua espetacular derrota nas eleições presidenciais, em 1989, Ulysses acordou como se nada tivesse acontecido e disposto a iniciar a campanha pelo parlamentarismo, cujo fracasso no plebiscito a morte poupou-o de assistir.

D. Mora surge na cena política a partir da campanha das Diretas-já, em 1984, e, a partir daí, nunca mais deixa de acompanhar Ulysses nas suas movimentações. Em 1985, muda-se para Brasília (há 25 anos Ulysses vivia na ponte aérea entre Brasília e São Paulo, dividindo apartamentos com amigos, como o senador Néelson Carneiro) e torna-se rapidamente uma personagem da capital federal.

No dia 12 de abril de 1989, ela está nas primeiras páginas dos jornais. É a personagem central de reportagens que descrevem sua reação desafiadora aos governadores do PMDB que foram ao apartamento de Ulysses para anunciar-lhe que não o apoiariam como candidato à Presidência da República. Sentada ao lado do marido, sem dizer uma palavra, ela encara um por um os governadores que falam, e seu olhar relembra-lhes as bajulações que ouviu dos mesmos, noutros tempos, quando precisaram do prestígio de Ulysses para se elegerem. O olhar acusador de D. Mora fez história, tanto como sua famosa frase, quando Ulysses, irônico, perguntou-lhe porque não mandou servir bebida, nem um cafezinho, aos visitantes:

“Em São Paulo, só servimos café aos amigos”.

Em seguida, engajou-se na malograda campanha eleitoral.

Na última ação política de Ulysses, liderando o movimento pelo *impeachment* de Collor, D. Mora assistiu com ele à memorável sessão do Supremo Tribunal Federal que recusou o recurso judicial do ex-presidente.

UNIDADE NA MULTIPLICIDADE

Quem conheceu Ulysses experimentou sua estranha capacidade de ser um só, quaisquer que fossem as circunstâncias. Na tribuna e na descontração da intimidade, mudavam os temas, a linguagem (ele fazia questão dos rituais, dos solenes protocolos aos testemunhos carinhosos da amizade), mas o espírito era o mesmo. O *Doutor Ulysses* mitológico da luta contra a ditadura; da campanha das Diretas-já; das múltiplas presidências – da Câmara, da Constituinte, do PMDB e da República –, que, num certo momento, chegaram a ser quatro, acumuladas; da doença depressiva de que ressuscitou espantosamente; da acachapante derrota nas eleições presidenciais de 1990; na sua última façanha, como *Doutor Impeachment* (quando comandou a derrubada do presidente Collor); ele foi sempre o mesmo. Não mudava nada. Nas cartas à mãe e ao pai – que se sacrificaram para educá-lo; das atividades como acadêmico de Direito; na intimidade com jornalistas, de quem se tornava amigo dedicado; no contato com cabos eleitorais e eleitores; nas escaramuças com adversários e nas disputas com companheiros (e nenhuma mais divertida, dura e elegante como a que travou com o presidente Sarney), era sempre o mesmo. Em resposta a Collor, que o chamou de velho, bonifrate: “Velho, sim; velhaco, não”. Mas toda a graça, se lhe concederem, ou caráter, se quiserem qualificá-lo com rigor, está num dos seus pareceres como membro da Comissão de Justiça da Câmara, em 1960. Questionava-se a concessão de um auxílio federal de dez milhões de cruzeiros para a realização do VII Congresso Eucarístico Nacional. Havia quem contestasse a constitucionalidade do favor aos católicos. O parecer de Ulysses concluiu:

“Não se justifica a interpretação extremada que afirma que, entre nós, o Estado seja agnóstico ou ateu. Ou ainda mais que isso: que seja hostil, contra a religião. A verdade histórica, social e constitucional é muito outra: o Estado brasileiro, frente aos cultos, é neutro, mas não é incrê; é imparcial, mas não é ímpio; não é indiferente às práticas morais, caritativas, assistenciais e educacionais que a fé exercita, porque sabiamente as encoraja”.

A subvenção foi aprovada.

CORTE BIOGRÁFICO

O melhor Ulysses está contido na sua oratória e textos. Quando escrevi sua biografia, esqueci os critérios convencionais e decidi-me por um corte arbitrário e ousado. Comecei a contar a história da sua vida a partir de dezembro de 1954, quando já era deputado federal, tinha 38 anos e vivia no Rio de Janeiro, então capital federal. Foi a partir daí que a vida de Ulysses Guimarães passou a apresentar real interesse público. Deixei para trás a infância, a juventude – os tempos, que tanto gostava de valorizar, da Faculdade de Direito, as experiências literárias e até sua passagem pela Assembleia Legislativa de São Paulo, onde liderou uma tentativa de *impeachment* contra o governador Ademar de Barros. Reduzi esses registros a um apêndice – sob o título Biografia Linear – no final do meu livro. Esta antologia demonstra as razões que fundamentaram a decisão e que ele mesmo admitia, fixando o momento – dia, hora e local – em que fez a opção pela grande política e nasceu como homem público, o estadista, seu grande objetivo de realização humana até a morte.

Uma última indicação preciosa. Não adianta tentar encontrar Ulysses Guimarães fora dos cenários parlamentares. A política era sua razão de viver e nunca lhe importaram dinheiro, patrimônio, luxo, riqueza e outras tentações que costumam desviar os políticos e das quais se preveniu elegendo como divisa este verso de Cervantes:

“Construí uma muralha entre meus apetites e minha honestidade”

(*Don Quixote de la Mancha*, capítulo 44, parte II).

Brasília, agosto de 1996.

Luiz Gutemberg



DISCURSOS

O torto e franzino açoriano

Assembleia Legislativa de São Paulo, em 5/11/1949.

Elogio ao padre José de Anchieta, fundador de São Paulo, o Apóstolo dos Gentios, o Padroeiro de Piratininga, o Santo do Brasil.

Anchieta é viagem retrospectiva ao nosso passado, sugestivo comprovante à prática já sugerida da *política do regresso*, a fim de que um presente de perigos não enterre um passado de grandezas. Evoquemos emocionado o torto e franzino açoriano. Atlas aleijado, que em seus ombros desconjuntados ergueu e sustém a surpreendente edificação moral de São Paulo, criatura piedosa de seu amor cristão, fecunda descendente do milagroso celibatário que gerou o futuro paulista.

Recordemos, em sua figura minguada, a efeméride genética de 25 de janeiro de 1554, pedra fundamental de São Paulo, natal de Piratininga. Plantada no planalto para que só respirasse pureza e liberdade; egressa do ventre imaculado de uma igreja, que a fez bendita e invulnerável, e de um colégio, que a iluminou e a predestinou. Aproveu à Providência dar o nome de Apóstolo da Conversão à Meca do Bandeirismo. Ela soube cumprir o augúrio: foi, no espaço, a estrada de Damasco, que o Brasil trilhou para ir buscar suas fronteiras continentais, e foi, no tempo, a escada de Jacó, que o Brasil subiu em quatro séculos trescalantes de trabalho e prosperidade.

No altiplano amortalhado em garoa, encrespado de colinas, rasgado por vales e estirado em retas relvosas, nessa manhã de Gênese, que é 5 de janeiro de 1554, alteia-se uma figura esquelética, face enxuta e macegada, imensamente triste e, por isso, imensamente boa.

É Anchieta, o Taumaturgo da Selva, o Apóstolo dos Gentios, o Padroeiro de Piratininga, o Santo do Brasil.

Em êxtase profético, seus olhos se projetam além das coisas e por sobre as idades e veem o Tamandateí guardando nas retinas líquidas e barrentas o cromo agreste da missa batismal, com o altar e a cruz de madeira verde e resinosa, tendo em volta bugres balouçantes nos galhos das árvores e as rijas cunhãs amamentando nos seios apoiados os curumins assustados; veem o colégio tal qual o descreveu em carta o Santo Inácio de

Loyola: “barranquinha de caniço e barro, coberta de palha, longa 14 pés, larga 10. É isto a escola, a enfermaria, o dormitório, refeitório, cozinha, despensa”; veem a miséria e o desconforto como aparecem de tal sorte, que necessita improvisar-lhe médico, enfermeiro, barbeiro, artífice de alpercatas, e implorar a São Vicente que lhe mande as velas rotas e inúteis dos navios, para que, ao menos, seus catecúmenos a ele próprio tivessem com que se vestir e se resguardar contra o frio intenso; veem cair sobre a povoação inerme a sombra exterminadora da Confederação dos Tamoios, entoando macabra marcha fúnebre na algaravia rítmica dos maracás cho-calhantes, das inúbias e borés zinindo imprecações guerreiras, dos atabaques anunciando rubras vinditas de carnificina; veem o casario qual vaga humana galgar os outeiros, espriar-se pelas lapas e acompanhando a crista dos espigões; os conventos de São Bento, de São Francisco e do Carmo são os vértices do triângulo que foi a medula da metrópole futura; veem a rebeldia e a impaciência aventureira do planalto aleitarem a estirpe jupiteriana dos mamelucos, os bandeirantes do apesamento indígena e do recuo de Tordesilhas, os façanhudos caboclos de gibão de couro e arcabuz de pederneira, que, sob bimbалhos nervosos dos sinos, partiam em monções, deixando a vila vazia de homens válidos e, arriscando-se pelo Tietê estrangulado em itaipavas traiçoeiras e suicidas nos saltos mortais das cachoeiras, em verdade, eram os primeiros instrumentos do fatalismo histórico, que sempre foi uma constante no destino de São Paulo, qual seja o de estar tantas vezes ausente de seus próprios interesses para estar mais presente no interesse maior do Brasil; veem ainda Amador Bueno, por lealdade, recusar uma coroa, Pedro I libertar a pátria na colina sagrada do Ipiranga, José Feliciano Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo, fundar os cursos jurídicos, alojando-os no Mosteiro de São Francisco, sem dúvida, para que a beca do doutor em leis se impregnasse da austeridade impoluta da túnica do sacerdote; e, finalmente, no prodígio dessa antevisão, os olhos de Anchieta, em clarões de entusiasmo e ofegantes de orgulho paterno, admiram o São Paulo de hoje, em que os arranha-céus saltaram para as alturas quais lépidos sacis-pererês de cimento armado e vigas de aço, os viadutos pularam acrobaticamente os vales, as ruas e avenidas espicharam-se e se multiplicaram como grossas veias onde circulam trêfegas multidões e veículos vertiginosos, o gás neônio pondo corisco cor de sangue no pretume da noite, as fábricas a apitar no ouvido róseo das madrugadas, enfim, o São Paulo que trabalha, sem descanso, na indústria, que planta lavouras, que apascenta rebanhos, que

reza nas igrejas, que se ilustra nas escolas, que se exercita nos quartéis, apaixonadamente devotado à glória e à unicidade do Brasil.

E, sem dúvida, vê também, com os olhos orvalhados de gratidão, a cerimônia atual, em que na Casa da Lei Secular se entroniza a imagem do apóstolo da lei moral eterna. Anchieta é um santo que há mais de trezentos anos busca um altar. Canonizamo-lo civicamente hoje, neste plenário, que a democracia garante o redentor inquilinato da liberdade de palavra e opiniões, nele inaugurando seu busto como anátema causificante contra os apóstatas do bem e da verdade.

Foram os jesuítas, dos quais Anchieta é o arquétipo imortal, pizarros às avessas por conquistarem contra os conquistadores e que, ao defenderem nos aborígines sua condição humana, infensa a serem tratados como coisas sujeitas à propriedade, tornaram-se, em verdade, nossos primeiros mestres de direito, professando da cátedra verde das selvas as prerrogativas fundamentais e inalienáveis do homem.

Muito bem, portanto, ficará entre nós a presença evocativa desse meigo legislador de almas, desse suave jurisperito de consciências. Ela lembrará aos mandatos políticos que se albergarem sob este teto livre o ensinamento evangélico que poderá salvar a época delirante que vivemos: política, antes de ser ciência ou arte, é virtude.

Reconciliemo-nos com nossas origens austeras e viris ao pormos nossos trabalhos sob a presidência moral de Anchieta, esse andarilho Pedro Álvares Cabral das selvas, que desbravou o pedestre Colombo dos corações autóctones e mamelucos, que descobriu para Deus e para a pátria.

Semelhante paraninfado ético significará para nós e para os que nos sucederem nesta tribuna e nessas poltronas que São Paulo só continuará como nasceu das santas mãos de Anchieta.

Servo da Cruz, para ser livre da descrença; honrado e esburacado colégio de paus bentos, para não ser desonrado pela ignorância; lutando sempre pelo bem, pela verdade e pelas liberdades humanas para que não se suicide com a morte política da tirania ou com a morte civil da indignidade.

A última leva da emigração italiana

Câmara dos Deputados, em 2/3/1953.

Publicado no DCN-I de 23/4/1953, p. 3016.

Na defesa do secretário de Agricultura de São Paulo, o correligionário João Pacheco Chaves – um dos grandes amigos de Ulysses –, o registro sobre os dramáticos episódios que envolveram a emigração para o Brasil de 18 mil italianos, para se instalarem em fazendas paulistas.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna no sentido de restabelecer a verdade a propósito de críticas formuladas nesta Casa pelo meu colega de representação paulista, o nobre deputado Carvalho Sobrinho, à administração do engenheiro agrônomo João Pacheco Chaves, responsável pela Secretaria de Agricultura no governo de São Paulo.

As críticas endereçadas pelo parlamentar paulista correlacionam-se com episódios da recente imigração italiana para o meu estado. Quero aduzir também que venho à tribuna aqui por força de um imperativo partidário, porque, no governo capaz e construtivo do engenheiro Lucas Nogueira Garcez, o meu partido, o Partido Social Democrático, atendendo ao apelo formulado por S.Exa., ofereceu o nome honrado do engenheiro João Pacheco Chaves para gerir uma das mais importantes pastas do governo estadual.

Em 1950, foi efetuado entre o Brasil e a Itália um convênio buscando a introdução em nosso país de imigrantes italianos.

O ministro Nilo Alvarenga, ilustre diretor do Conselho de Imigração e Colonização, onde, diga-se de passagem, vem produzindo obra meritória e patriótica, imediatamente empreendeu gestões buscando dar o maior resultado possível à vinda dos referidos peninsulares, que orçavam, por estimativas prévias feitas, pela casa dos 18 mil.

Indo a São Paulo, o ministro Nilo Alvarenga, em sucessivos entendimentos com as autoridades do estado, deteve-se, principalmente, na Secretaria de Agricultura, setor especializado. O secretário João Pacheco Chaves, compreendendo o alcance da medida, não poupou esforços no sentido de que a imigração para São Paulo, num total de 5 mil

peninsulares, pudesse ter o mesmo resultado lisonjeiro das imigrações anteriores, que sofreram para a grandeza e a prosperidade de São Paulo. Assim sendo, aquele titular, além dos entendimentos efetuados lá em São Paulo e aqui no Rio de Janeiro com o ministro Nilo Alvarenga, efetuou reunião, que se realizou a 15 de abril de 1952, convocando as entidades que tutelam os interesses agrícolas do meu estado, notadamente a tradicional Sociedade Rural Brasileira, a Faresp e técnicos da Secretaria de Agricultura e – o que é importantíssimo – para essa reunião solicitou a presença do representante da embaixada italiana em nosso país.

Como consequência, Sr. Presidente – e isso foi amplamente divulgado pela imprensa do país –, estabeleceram-se bases criteriosas no sentido de que essa imigração se processasse com a maior regularidade possível. Sempre de acordo com as autoridades consulares e da embaixada italiana, estipularam-se as condições que deveriam ser adimplementadas, porque essa imigração iria processar-se à base de contrato firmado na Itália por aqueles que desejassem vir para o Brasil.

Ainda há mais. Além de esse contrato descer a todas as minúcias necessárias, determinou-se também que seria o mesmo traduzido para a língua italiana, a fim de que os elementos recrutados tivessem conhecimento perfeito, cabal, integral dos direitos e das obrigações que iriam assumir.

Não satisfeito, Sr. Presidente, o secretário João Pacheco Chaves determinou a ida à Itália de um técnico de reconhecida capacidade e de grandes conhecimentos em assuntos de imigração – o Dr. Renato Azzi – que foi *in loco* fazer as observações necessárias sobre os imigrantes que melhor serviriam ao nosso país, principalmente pela semelhança geoeconômica entre a nossa pátria e certas regiões da Itália. Isso porque já se sabia, em São Paulo, por meio da experiência de uma empresa particular, que os imigrantes vindos da região de Abruzos, na Itália, localizados no estado do Paraná, se aclimataram perfeitamente às condições do trabalho agrícola naquela importante unidade da federação.

A fim de que fosse possível dar-se toda a assistência necessária a essas levas humanas, a Secretaria de Agricultura também determinou a entrada de grupos de 530 famílias – 100 cada mês – a fim de que fosse possível a localização nas diversas fazendas no estado de São Paulo.

Sr. Presidente, ao lado destas providências preliminares, os técnicos que assessoravam o assunto foram, pessoalmente – e sempre se solicitou a presença de representantes da Itália nessas vistorias –, às várias

propriedades agrícolas em São Paulo desejosas de beneficiar-se com o braço alienígena. Esses fazendeiros tiveram de fazer despesas não pequenas, principalmente para a adaptação das moradias. Muitas dessas propriedades tiveram seus pedidos recusados. Quem conhece São Paulo e, em São Paulo, as modelares instalações agrícolas de fazendeiros como D. Sebastiana Cunha Viana, em Ipauçu, como João Virgílio Junqueira, em Lins, como as da Fazenda Gutaparé e tantas outras, sabe perfeitamente, até por meio do testemunho de viajantes de outros países, inclusive dos Estados Unidos, que essas instalações agrícolas são havidas como verdadeiros paradigmas.

Pois bem, as famílias de imigrantes, chegando a São Paulo e após alojadas na Hospedaria de Imigrantes, eram logo enviadas às fazendas devidamente preparadas para recebê-las.

Sucedo porém que, dentro em breve, grande celeuma levantou-se no interior de São Paulo. Estouraram, por circunstâncias irremovíveis, conflitos de natureza social principalmente, que não puderam ser dirimidos. Boa percentagem dessas famílias não conseguiu adaptar-se ali.

Como resultado dessa crise, estabeleceu-se dissidência insanável entre esses elementos mal satisfeitos e os proprietários das fazendas, os administradores e, o que é pior, até os trabalhadores, nossos patrícios. Em algumas fazendas, deu-se o êxodo em massa, sem qualquer aviso a seus proprietários. Em certas ocasiões, desejando levar consigo aparelhos, instrumentos pertencentes às fazendas, ficavam pelas estradas, recusando obstinadamente solução conciliatória, até pelo contrato firmado, obrigatória. Foram além: demandavam as estações mais próximas sem recursos, tomavam o trem sem o pagamento da passagem, consignavam suas bagagens, seus haveres à Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. É fácil de se verificar, Sr. Presidente, a gravidade desses acontecimentos: os fazendeiros, que haviam tido despesas não pequenas, que já se encontravam em meio das lides agrárias, inopinadamente, sofriram não só essa má vontade, mas também recusa formal para solução que respeitasse seus direitos também em jogo. A Secretaria de Agricultura alarmou-se com os acontecimentos e entendeu-se com as autoridades da República, comunicando as dificuldades emergentes, devidas, antes de tudo, à deficiência na seleção, pois se sabe, hoje, não se ter cumprido na Itália aquela exigência da tradução do contrato que vincularia obrigações certas a quantos quisessem vir para nosso país, trazendo, como consequência, surpresa para muitos emigrantes sem qualquer traquejo,

qualquer habilidade agrícola, mas especializados em serviços citadinos, em particular na indústria. A Secretaria de Agricultura solicitou se sus-tasse imediatamente a imigração, até que fosse debelada a crise, mas teve recusa formal e peremptória dessa sugestão, sob a alegação, primeiro, de que contratos já estavam firmados e, segundo, de que as passagens já haviam sido adquiridas para a vinda dos referidos imigrantes. Assim sendo, ao invés de diminuírem, aumentaram as irregularidades dentro de São Paulo.

Aqui, chegamos ao ponto das críticas feitas pelo eminente deputado Carvalho Sobrinho. Por esta rápida exposição, a conclusão que se impõe é a seguinte: não estávamos frente a acontecimento de natureza exclusivamente econômica, problema que seria resolvido, como comumente acontece nos dissídios entre patrões e empregados, pela Justiça trabalhista.

O Sr. Tristão da Cunha – Admiro-me de que o governo ainda se es-force em trazer estrangeiros para o Brasil. O Brasil é, hoje, terra inóspita, da qual os brasileiros só não fogem porque não podem... Como trazer outros povos para cá? Não há, aqui, ambiente para eles ficarem... A terra deles é sempre melhor do que a nossa...

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Muito obrigado pelo aparte, que tanto valoriza meu discurso.

Sr. Presidente, havia, ainda, um problema de ordem pública; verificavam-se atritos, rixas se sucediam seguidamente, não só nas fazendas, como também nas estações.

O Sr. Presidente – Quero lembrar a V.Exa. que dispõe apenas de dois minutos.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Terminarei imediatamente, Sr. Presidente.

Havia, também, o problema da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, desaparelhada para, de chofre, receber elementos que, sem aviso prévio, viessem bater a suas portas, para ali aguardar seu retorno à Itália. É mister se saiba que, somente de patrícios nossos, vindos notadamente da zona do Nordeste, 300.000 passaram por São Paulo, em 1952. Poderemos, assim, facilmente ver pelas cifras que, em média, quase 1.000 brasileiros tinham hospedagem e alimentação na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, por dia. À vista disso, estabeleceram-se entendimentos entre as Secretarias de Agricultura e de Segurança, a fim de que delegados de polícia ficassem atentos a tais ocorrências, aconselhassem

os imigrantes a procurar uma solução conciliatória com os proprietários das fazendas e aguardar providências, que viriam, como de fato vieram, da Secretaria de Agricultura, que forneceu até passes para livre embarque. Que isso, no entanto, se fizesse ordenadamente, sem tumulto.

Esta portaria, Sr. Presidente, devo confessar, talvez tivesse sido mal redigida, mas foi explorada com grande sensacionalismo em São Paulo, como se a Secretaria de Agricultura e o seu ilustre titular tivessem tido a iniciativa de, voltando aos tempos odiosos dos escravos da gleba, impedir o livre trânsito desses imigrantes dentro do nosso país.

Isso absolutamente não sucedeu, e, assim, não colhe a crítica feita nesta Casa pelo nobre deputado Carvalho Sobrinho contra a administração do secretário João Pacheco Chaves, que se houve no episódio com elevação, com acerto e com patriotismo.

Júlio de Castilhos

Câmara dos Deputados, em 26/10/1953.

Publicado no *DCN* de 27/10/1953, p. 3400.

Para homenagear Júlio de Castilhos na sessão comemorativa do cinquentenário da sua morte, Ulysses discorre sobre a biografia e as marcas do político gaúcho nas Constituições e leis brasileiras.

Há precisamente cinquenta anos, no dia 24 de outubro de 1903, também num sábado, em Porto Alegre, a morte enriquecia a posteridade com o legado cívico constituído pela exemplaridade da vida e da obra de Júlio de Castilhos.

O cidadão hoje memorado, disse-o argutamente Pedro Calmon, torna a data acontecimento do regime e do país porque sua celebração desborda os limites e as contingências de um evento estritamente pessoal.

A quem quer que se debruce sobre a existência inquieta e apaixonada de Júlio de Castilhos, a primeira impressão é de como madrugaram nele as peregrinas qualidades que esculpiram sua memória no reconhecimento pátrio. De fato, alvoreceu-lhe na alma o fervor para a promoção do bem coletivo. Causa-nos assombro, Sr. Presidente, como em tão pouco tempo pudesse ele realizar tanto, pois 43 anos apenas são a medida temporal de sua luta, que se iniciou, anônima, aos 29 de junho de 1860, na Fazenda da Reserva, no município de Vila Rica, que, depois, lhe receberia o nome, e que termina em pleno e vertical fastígio olímpico do voo aos 24 de outubro de 1903, com a latitude de infortúnio nacional.

Realmente, Sr. Presidente, cruel e traiçoeira faringite o siderou. Ainda no momento supremo, revelou a inamolgável têmpera de lutador. Ao médico assistente, mais amigo do que médico, que o adjurava a que tivesse coragem, obtemperou imediatamente: “Coragem não me falta; o que me falta é ar”.

Em 1877, com apenas dezessete anos, ei-lo na Faculdade de Direito de São Paulo, onde podemos divisar, para logo, as duas vigas mestras desse sólido travejamento de vontade e de convicções que nutriram com dureza granítica sua personalidade. Jornalista, a profissão preferida pelo seu talento, transformou-a na ferramenta para a destruição da

Monarquia e construção e organização da República. Até os adversários mais ferrenhos – e ele os teve tantos! – são acordes no veredicto que proclama Júlio de Castilhos uma das penas que melhor escreveram para jornal neste país, ombreada à de Quintino e emuladora com a de Rui. Depois, no frescor dos dezessete anos, mais uma vez, confirma que o estilo é o homem. É sóbrio, temperado, frugal, medida do equilíbrio e retrato da modéstia, que é o envergonhado pudor dos fortes. Sua fala é enxuta de adjetivos, podada de interjeições, inimiga jurada da prolixidade e do fraseado redondo e campanudo. É que Júlio de Castilhos, falando mais raramente, escrevendo mais amiudadamente, menos na tribuna do que no prelo, era antes eloquente que retórico, dizia e escrevia para realizar, e não para encantar ou colher palmas. Suas orações e escritos eram clarinadas, ordenando carga cerrada de ataque. Terminando seu curso jurídico, ele, homem dominado pela paixão do solo natal, tangido pela saudade do chão, possuído pelo amor aos pagos, que, muitas vezes, renteou ao fanatismo, retornou à província querida. Em breve, porém, eram-lhe convocados os serviços e ei-lo participando da Constituinte de 1890 e 1891, com apenas trinta anos, integrando, em nome da delegação gaúcha, a famosa Comissão dos Vinte e Um, que realizou modificações estruturais no projeto elaborado em nome do Governo Provisório pela Comissão dos Cinco.

E ali, Sr. Presidente, naquela assentada de tantos homens que enobreceram a nacionalidade, Júlio de Castilhos confirmou suas aptidões de trabalhador infatigável, oferecendo com os seus companheiros verdadeiro substitutivo ao anteprojeto da Constituição. Pugna pela emancipação da jurisdição divina da jurisdição temporal, separando os negócios de Deus dos negócios dos homens, quer o sufrágio indiscriminado, incluindo os analfabetos e os religiosos.

Mas, Sr. Presidente, onde ele se excedeu, onde ele se agigantou, foi na pugnacidade que pôs na estruturação política, em bases econômicas e financeiras, da federação. Júlio de Castilhos e aqueles que o seguiam, chefe incontestado que era de uma escola política, primeiro foram pela federação e depois pela República. O jornal que fundaram em 1º de janeiro de 1844, veículo para a circulação das suas convicções, chama-se *A Federação* e não *A República*. Sabiam – e como sabiam bem, se é que não pressentiam – que a República é consecutória política da federação, porque a federação é o pressuposto geográfico, social e até étnico da República.

Admirável fórmula governamental de compreensão e de tolerância recíprocas, estatuinto regras flexíveis de boa vizinhança e de bom

convívio entre os estados, por meio de condomínio político que divide responsabilidades e une deveres. Como o Atlântico no litoral, os rios no mediterrâneo, a língua e a religião, a federação tem sido historicamente cimento e pedra da unidade nacional.

Mas, Sr. Presidente, pragmatista, homem que enxergava o lado concreto e realístico das coisas, ele sabia que as autonomias regionais não funcionariam sem suficiência financeira. Estado sem tributos bastantes, equivale à liberdade na miséria – eis a advertência que iterativamente repetia. E ela, ainda hoje, tem vigência, pois é um dos *slogans* das reivindicações municipalistas de maior e melhor partilha de rendas.

Quando se estabeleceu, no capítulo das competências, o critério da enumeração taxativa, do enunciado textual dos poderes da União, remanescendo aos estados os poderes residuais ou implícitos, ele lutou para que isto também não acontecesse, como aconselhava o modelo americano, que nós seguíamos, no domínio dos estados, no que diz respeito ao regime impositivo. Pilotou a insurreição para que se estabelecesse o elenco rígido, o catálogo enumerativo, senão imutável, porque estava na Constituição, das receitas públicas dos mesmos. Rendas próprias, explicitamente discriminadas e bastantes – eis seu lema federativo.

Nesse passo ele teve contra si o gênio e o denodo de Rui Barbosa. Longa foi a refrega, de tal forma que, ainda às vésperas da votação final do estatuto político de 1891, ela perdurava. Alguns desejaram escapar pela tangente, sugerindo que ato adicional posterior regulasse a *vexata questio*. Prudente de Moraes, avesso, como sempre, a narcotizar as dificuldades, protelando-as, não admitiu sequer, considerando impertinentes os requerimentos nesse sentido, que essa fosse a deliberação constituinte. A porfia de Júlio de Castilhos obviou a calamidade da competência concorrente e, assim, as autonomias regionais não foram e não são decorativa árvore de papelão para ornamentar mentiroso panorama federativo.

Promulgada a Constituição de 1891, a espada do seu entusiasmo novamente vibra para formar, liderando também, ao lado daqueles que postulavam a investidura de Deodoro na suprema magistratura cívica do país, contra a candidatura civil de Prudente de Moraes.

Convidado para ministro, recusa e retorna ao Rio Grande do Sul e ali é sucessivamente secretário do governo, vice-presidente da província, presidente do estado, por decisão unânime da respectiva assembleia dos representantes.

Apeado do poder pelo Governicho, ao poder regressa conduzido pela invicta valentia pessoal. Renuncia à presidência, a fim de pleitear, pela segunda vez, pela recondução livre e democrática dos votos, o comando administrativo de sua terra. Nesse interregno, defende-se contra a Revolução Federalista, que forneceu o teste decisivo da resistência do regime. Em toda parte, a República foi investida na suprema gestão da pátria entre aclamações delirantes e perfumada de flores. O quadro célebre e clássico, que registrou para a História o instante supremo da arrancada, mostra Deodoro e seu cavalo legendário na praça pública, cercado pelo povo ovante, e não no campo de batalha, acuado por inimigos. No Rio Grande do Sul, ela sofreu o cruento batismo das armas e foi lavada em sangue.

Cumpre, Sr. Presidente, ao biografar Júlio de Castilhos, ao avultar a folha larga e longa de serviços com que honrou a pátria, não esquecer a criatura querida do seu coração e de sua paixão, sua filha espiritual e enternecida, um dos documentos políticos mais combatidos, negados e discutidos na imprensa, nos tribunais e no Parlamento, inclusive o nacional, que o Brasil já teve: faço menção à Constituição gaúcha e presidencialista de 14 de julho de 1891. Foi designada comissão tríplice para elaborá-la, mas, dele sozinho, de sua lavra, de seu gênio político, como seus próprios companheiros reconheceram, por meio até de dissídio famoso com Assis Brasil, que dela fazia parte, foi o trabalho integral.

Fixou, nesse documento, aquilo que depois viria a ser regra na atual Constituição – a disparidade dos mandatos executivo e legislativo –: cinco anos, o primeiro e quatro, o segundo.

Sei muito bem, Sr. Presidente, que há opiniões divergentes sobre a espécie, mas filio-me entre aqueles que louvam o critério distintivo do Estatuto sul-rio-grandense, porque dissocia, ante o pronunciamento popular, problemas específicos e diferentes, permitindo respostas melhores e mais cautelosas, porque separadas. Confundir as eleições é confundir as soluções.

Pregoeiro do sistema proporcional, sabia ele muito bem que, se se assegura a pluralidade dos partidos, pode-se, e isso acontece presentemente no Brasil, levar aos excessos da multiplicidade deles, que vasculariza o poder e capilariza a autoridade.

Quis assim oferecer-lhe freio e contrapeso. A democracia é a técnica dos controles. E a forma que adotou foi a de restringir praticamente o pronunciamento da Assembleia dos Representantes à votação

do Orçamento, porque, por intermédio dele, negando verbas, a atividade legislativa, outorgada em grande latitude ao Executivo, poderia ser freada. De outro lado, porém, Sr. Presidente, negou ao Executivo a arma legislativa incontrastada e que tão amiudadamente se volta contra o Legislativo para feri-lo em sua independência: o veto. Outra limitação à atividade legiferante do Executivo, mil vezes acoimada como vulneradora do art. 62 da Constituição Federal de 1891, era a necessidade das leis serem referendadas pelos conselhos municipais, que, por maioria, podiam fulminá-las.

Além disso, Sr. Presidente, estabeleceu as regras que possibilitaram no ensino, na segurança e na magistratura, a atividade que revela novo fâcias das habilidades com que Deus dotou Júlio de Castilhos, qual seja o de jungir em si mesmo, de adicionar forças e qualidades, tantas vezes divorciadas, senão antípodas, porque aqueles que são afeitos à demolição, por meio da pregação revolucionária, são frequentemente lacunosos, omissos, incapazes da construção e da organização das fórmulas políticas que implantaram.

Rugindo no seu calcanhar a sanha fratricida de feroz guerra civil, com as preocupações e incertezas do regime recém-criado, governa com *superavits* orçamentários todos os anos, lança a semente da organização do grande estado meridional, a qual gerou o cerne rijo e a fronte majestosa da gigantesca árvore gaúcha, que tantos frutos dá e com tanta sombra tem protegido a pátria comum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui, como alhures, quando a casa do homem público perde o inquilinato do poder, ao mesmo tempo ela se torna órfã da frequência dos amigos.

Sabemos que o ostracismo dos postos públicos acarreta comumente o exílio das clientelas numerosas e interesseiras, tão vorazes e veementes no pedir, como ligeiras no esquecer.

Sabemos, por amarga experiência própria, que o negro salário que recebemos, como operários da democracia, tem sido o de reconhecer abnegadamente que o dia do benefício é véspera do da ingratidão.

Júlio de Castilhos, contudo, mercê das virtudes que se esmaltavam em seu espírito e em seu coração, representou, ainda aqui, exceção. É porque, nele, o prestígio não era filho do poder oficial. Muito ao contrário, sozinho, era ele uma das matrizes do poder público e da autoridade no Rio Grande do Sul e no país. Realizou a assertiva de

Churchill de que os estadistas não cabem nos cargos porque são maiores do que os mesmos. Mais do que um homem, foi uma instituição e uma consciência; mais do que um nome, foi uma bandeira e foi um símbolo. Tanto isto é exato que, nas praças públicas, nas ruas, nos monumentos, nos estabelecimentos e até nos municípios que lhe emprestaram o patronímico, para que se tornassem herdeiros de sua glória, é comum não estarem fixados os títulos de sua estrênuo militância, quais sejam, o de presidente do estado, o de constituinte ou o de jornalista.

O magistério da República, a pregação missionária da federação, o primado da moral, a hegemonia da austeridade incorruptível de seu caráter, eis, Sr. Presidente, os pergaminhos cívicos que lhe outorgaram a lãurea com que ingressou na imortalidade – Júlio de Castilhos, o Patriarca.

Sr. Presidente, mais do que searas nos campos e dinheiro nas arcas, o Brasil precisa de forças espirituais atuantes na consciência popular e nas elites. Júlio de Castilhos é uma dessas forças. Cumpre preservá-la do esquecimento, para que subsista como exemplo a ser seguido, porque esta será uma das formas de salvar, para o respeito e para a prosperidade, o destino do Brasil.

A primeira presidência

Câmara dos Deputados, em 11/3/1956.

Publicado no DCN-I de 12/3/1956, p. 1554.

Discurso pronunciado quando da primeira eleição do deputado Ulysses Guimarães para a Presidência da Câmara dos Deputados.

Srs. Deputados, deputado e nada além de legislador em toda a minha vida pública, fácil será aquilatar a emoção que me sensibiliza quando, por obra de vossa confiança consagradora, ascendo ao posto máximo desta Casa.

Não por vanglória da imodéstia, mas por exaltação do regime, permiti que testemunhe ser a promoção com que ora me distinguis comprovante de que vige a igualdade de oportunidade na democracia que dignifica esta nação, pois nela, sem outro favor ou riqueza que o benévolo julgamento de seus patrícios, um antigo mestre-escola tornou-se dignitário de uma das mais altas unções da República.

Tendo sido sempre fiel ao meu partido, por obediência ao imperativo até de teor moral da disciplina, irei honrá-lo no exercício desta presidência sendo sinceramente leal ao Regimento.

No emprego dos que me forem confiados, perflharei a sábia lição de Ihering de que a justiça é a melhor política do poder.

Os partidos têm, no Parlamento, deveres específicos, que os distinguem, e deveres comuns, que os solidarizam. Entre estes, avulta a elaboração das leis necessárias, na qual não pode subsistir a discriminação clássica entre oposição e governo, de vez que não é o Executivo, mas o próprio Legislativo que está em causa, na desincumbência de sua missão institucional de promover a paz, o bem-estar e a prosperidade do povo de quem é mandatário.

A Mesa hoje eleita está apta a ser expressão desse anseio unânime de produtividade legislativa.

Presidente Flores da Cunha, no momento em que eu o sucedo, mais do que o substituo, é emocionado que recorde haver o mesmo teto, durante quatro anos, coberto e protegido nossa amizade.

Convívio fraterno fortificou em mim admiração contemporânea da juventude pela maneira apaixonada e destemerosa, até de perigos pessoais, com que vosso patriotismo imortalizou vosso nome no reconhecimento do país.

Srs. Deputados, ao perpetuar em nossos anais minha gratidão pela vossa escolha, peço a Deus que me arme de coragem e ilumine a consciência na direção deste poder, o que por ser difícil precisa de sua ajuda e por ser benéfico à pátria merece seu amparo.

Considero empossados os demais membros que constituem a Mesa.

O Congresso deverá reunir-se dia 15, em sessão solene, para efeito da inauguração da sessão legislativa.

Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão.

Os dez anos da Constituição de 1946

Câmara dos Deputados, em 18/9/1956.

Publicado no *DCN* de 20/9/1956, p. 8344.

Na fala de encerramento da sessão comemorativa do décimo aniversário da promulgação da Constituição de 1946, uma notícia da campanha de divulgação do texto constitucional, impresso em livrinhos miniaturas pela gráfica do IBGE por iniciativa da gestão do deputado Ulysses Guimarães na Presidência da Câmara.

Há áreas neste país onde seus homens de responsabilidade podem se encontrar, sem demissões ou transação, para atestar sua unidade intangível. A exaltação de suas efemérides ou a conjuração dos serviços que ameaçam seu destino são exemplos.

Dezoito de setembro é uma dessas áreas de comunhão e entendimento.

Ainda que distintos senão adversários como partidários, identificam-se como democratas no amor e no respeito à Constituição, pressuposto comum da polêmica em que se efervoram pela grandeza da pátria.

Dezoito de setembro de 1956, pela extensão e significado das homenagens, teve categoria de data nacional.

Na história da República, jamais seu documento jurídico máximo teve a exaltação hoje consagrada ao Estatuto Cívico de 1946.

Acudindo ao apelo que lhes endereçamos, irão celebrá-la 2.500 câmaras municipais, as assembleias legislativas dos estados, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, faculdade de direito, escolas, quartéis, e entidades culturais do país, bem como, *sponte sua*, a Presidência da República, governadores, prefeitos e as Cortes Judiciárias. Rezou por ela, em solene ato religioso, S.Ema. o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara.

Em cooperação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cuja frente está o ex-constituente professor Jurandir Pires Ferreira, foram impressos e distribuídos pelo território pátrio quatrocentos mil exemplares da Constituição, em edição popular de bolso.

Uma das formas eficientes de cultuarmos o Código Supremo será assegurar condições de bom funcionamento ao poder, que é símbolo de sua vigência.

A Mesa da Câmara dos Deputados, fiel à tradição que lhe cabe honrar, está, inflexivelmente, empenhada em cumprir o dever patriótico de ensinar os meios materiais e técnicos para que o Legislativo possa legislar bem.

Srs. Deputados, a Constituição não é proclamação demagógica anunciando milagres e perfeições. É um documento sincero e modesto, tendo o possível por continente, a verdade por conteúdo e o homem por fim.

Dentro da perspectiva do humano e do real, como nossa homenagem à Constituição, reafirmemos nosso juramento de dar ao Brasil as leis que o bem-estar, a segurança e a prosperidade de seu povo exigem do nosso mandato.

Necrológio de Washington Luís

Câmara dos Deputados, em 6/8/1957.

Publicado no *DCN* de 6/8/1957, p. 5670.

Como presidente da Câmara, Ulysses associa-se ao pesar pela morte do ex-presidente da República.

Washington Luís é um exemplo. Felicidade para o Brasil se tiver muitos seguidores. Esse seu destino cívico ressalta dos discursos que, na Câmara dos Deputados, expressaram a gratidão nacional ao preclaro estadista, notadamente o proferido pelo notável tribuno Otávio Mangabeira, seu ministro, seu amigo e seu admirador.

Filho do estado cuja política Washington Luís representou e dignificou, venho, em nome da Mesa, solidarizar-me às homenagens que consagram o grande brasileiro.

Quero ater-me a três aspectos exemplares de sua vida pública.

Primeiro, que em política não se improvisa. Conheceu as necessidades fundamentais do Brasil, manejando os problemas municipais, iniciando em Batatais, no estado de São Paulo. Tendo sido prefeito, governador e presidente da República, realizou a carreira política sem carreirismo, sem a queima fatal de etapas necessárias ao seguro e experiente exercício do duro ofício de governar.

Segundo, soube estoicamente calar quando entendeu que sua palavra, principalmente no exterior, mais poderia prejudicar do que favorecer o bom nome do Brasil.

Por último, a unanimidade do pesar e do enaltecimento ao glorioso estadista constitui consolo e esperança para todos quantos, como ele, transitamos as angustiosas vias políticas. Poucos, neste país, quanto ele, foram tão atacados, negados e caluniados. Tendo sido digno e patriota, a posteridade lhe fez justiça, que começou a ser anunciada pelo povo, por intermédio dos seus representantes nesta Casa.

Limpo em sua vida privada e pública, Washington Luís foi um patriota.

Que Deus o tenha junto a Si, como eterna recompensa por tudo o que fez por São Paulo e pelo Brasil.

Atendendo ao apelo unânime dos oradores que se fizeram ouvir – notadamente o primeiro deles, o nobre deputado Otávio Mangabeira, cuja oração foi de pé aplaudida pela Casa –, no sentido de que a Câmara dos Deputados homenageie o ex-presidente Washington Luís, inclusive com o levantamento da sessão, a Mesa cumpre tal desiderato.

Vou levantar a sessão.

Questões de ordem de Lacerda – I

Câmara dos Deputados, em 11/8/1957.

Publicado no *DCN* de 28/8/1957, p. 6569.

O deputado Carlos Lacerda exercita seus instrumentos de líder da UDN para fustigar o jornalista e senador Assis Chateaubriand, que, nomeado pelo presidente Juscelino para embaixador do Brasil na Inglaterra, retarda sua viagem para Londres e permanece no Rio, frequentando o Senado. Um requerimento de informações da oposição, ao Itamaraty, é o objeto da reclamação de Lacerda. Quando o líder da UDN começa a falar, a presidência da sessão está sendo exercida pelo vice-presidente, deputado Godói Ilha. No final do debate, Ulysses assume seu lugar e fala como presidente da Câmara.

O Sr. Carlos Lacerda – Meu objetivo, submetendo tais requerimentos, com 25 assinaturas como manda o Regimento, por intermédio da Mesa, ao Plenário, decorre do fato de que alguns Srs. Ministros se julgam no direito de não responder a requerimento de informações individual, isto é, subscrito por um só deputado, ainda mesmo quando encampados ou encaminhados pela Mesa, o que a meu ver constitui flagrante violação da Constituição porque é evidente que, se a Mesa encaminha o requerimento, ela, ainda que não o encampando no seu mérito, tem o direito de exigir resposta do ministro.

Uma esdrúxula doutrina, uma espantosa doutrina, tem feito com que os Srs. Ministros e as autoridades do Executivo desdenhem essa obrigação constitucional, cuja transgressão importa, como V.Exa. sabe, em crime de responsabilidade. Foi para evitar isto e porque a Mesa até agora não tomou providências para a apuração de responsabilidades dos ministros faltosos que recorri àquele dispositivo do Regimento que autoriza a Mesa a submeter a Plenário requerimento de informações subscrito, no mínimo, por 25 Srs. Deputados. Assim fiz ontem, Sr. Presidente, com inteira isenção, porque é preciso que se obtenha resposta a esses dois requerimentos. Um deles, aliás, dirigido ao Sr. Presidente da República, refere-se a uma situação que a todos afeta, que afeta não apenas a um partido ou a uma facção nesta Casa: trata-se da situação da representação diplomática do Brasil na Corte inglesa. Até agora, parece, temos uma espécie de “mãe de São Pedro” representando o Brasil na

Corte inglesa porque tornou-se um produto híbrido, ora é senador, ora é embaixador.

O Brasil vive há oito meses sem representação diplomática na Inglaterra. Talvez seja, sem estabelecer diminuições ou preterições a nenhum país, a segunda ou terceira representação por ordem de importância e, sem dúvida, a primeira na ordem da tradição da diplomacia brasileira, estando hoje vacante.

Impossível nos sujeitemos nesta Casa a não receber informações que, por lei, os ministros são obrigados a enviar. Em tais condições, deveria ser encaminhado ao Sr. Presidente da República meu requerimento de informações sobre a verdadeira situação do Sr. Embaixador – ou senador, conforme os dias da semana – Sr. Assis Chateaubriand.

Nesse caso, o chefe da nação não responde a requerimentos individuais dos Srs. Deputados, mesmo encampados e encaminhados pela Mesa. Desta forma, pareceu-me que a solução seria e será a de submeter tais requerimentos à deliberação do Plenário, que os tornaria então decisão do Plenário, e o crime de responsabilidade, pela não resposta, ficaria perfeitamente caracterizado.

Assim, imploro a V.Exa. submeta ao Plenário, incluindo na Ordem do Dia os dois requerimentos que, com o quórum regimental de 25 Srs. Deputados cada um, foram ontem encaminhados à Mesa, assim como, já agora, o requerimento de constituição de comissão parlamentar de inquérito, da mesma maneira que o requerimento de convocação do Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que, tão logo S.Exa. se restabeleça e volte de Buenos Aires, explique à Câmara quais os resultados da Conferência de Buenos Aires e até que ponto pôde levar a colaboração do Brasil ao malogro dessa conferência.

Sr. Presidente, estou encaminhando tais requerimentos a V.Exa., na certeza de que todos eles, na forma do Regimento, serão por V.Exa., sempre atento à sua árdua e importantíssima missão, submetidos à aprovação do Plenário.

O Sr. Presidente (Godói Ilha) – Um momento. Vou responder, primeiramente, à questão de ordem do nobre deputado Carlos Lacerda.

A Mesa não pode acolher o pedido do nobre deputado Sr. Carlos Lacerda, nem submeter a Plenário o pedido de informações dirigido ao Poder Executivo, porque importaria em violação do Regimento, segundo o qual os pedidos de informações somente são submetidos à

decisão da Mesa. Nos casos em que a Mesa opine pelo indeferimento, teria aplicação o dispositivo regimental pelo nobre deputado invocado, dispositivo que permite recurso dessa decisão para o Plenário. O art. 101, § 6º, está assim redigido: “Se for indeferido requerimento de informações ou retardado o respectivo despacho, será lícito ao deputado apresentá-lo diretamente ao Plenário”, etc.

Ora, não houve indeferimento nem retardamento. O pedido de V.Exa., nestes termos, não pode ser atendido.

O *Sr. Carlos Lacerda* – Sr. Presidente, V.Exa. me perdoe. O assunto é grave e permita que a ele volte, invocando dispositivo regimental, para ampliá-lo, invocando a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que diz no seu art. 13:

“São crimes de responsabilidade dos ministros de Estado:

(...)

4 – Não prestarem, dentro de trinta dias e sem motivo justo, a qualquer das câmaras do Congresso Nacional as informações que ela lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidade”.

Perdoe V.Exa. que eu, com a maior brevidade, argumente...

O *Sr. Presidente (Godói Ilha)* – V.Exa. está voltando ao vencido. A Mesa já esclareceu a sua posição em face do Regimento: os pedidos de informação deferidos pela Mesa e encaminhados, pelo seu órgão próprio, à consideração do Executivo são pedidos da Câmara. Nesse sentido, não há duas opiniões. Destarte, só quando a Mesa indefere pedido de informações formulado por algum dos Srs. Deputados ou quando retarda injustificadamente seu pronunciamento é que tem lugar a providência invocada por V.Exa.

O *Sr. Carlos Lacerda* – Permita-me concluir minha questão de ordem, Sr. Presidente, e V.Exa. verá onde quero chegar.

O *Sr. Presidente (Godói Ilha)* – Então é outra questão de ordem?

O *Sr. Carlos Lacerda* – É outra questão de ordem.

Estou citando o art. 13, item 4, da lei que define os crimes de responsabilidade. Nele se prescreve que as autoridades do Executivo que, ao fim de trinta dias, e sem motivo justo, não responderem às informações solicitadas, por escrito, por qualquer das câmaras do Congresso Nacional...

Como estava ao lado de V.Exa., Sr. Presidente, o presidente da Câmara que ora assume a direção dos trabalhos, V.Exa. me dará licença para recapitular brevemente, a fim de formular a questão de ordem.

Sr. Presidente, citei ao seu eminente antecessor, nosso prezadíssimo colega, deputado pelo Rio Grande do Sul, Sr. Godói Ilha, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que, no seu art. 13, item 4, que V.Exa. o bem conhece, determina:

“Art. 13. São crimes de responsabilidade dos ministros de Estado:

(...)

4 – Não prestarem, dentro em trinta dias e sem motivo justo, a qualquer das câmaras do Congresso Nacional as informações que ela lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidade”.

Temos, portanto, uma de duas – e esta é a questão de ordem que caberá a V.Exa., com sua alta sabedoria e experiência, resolver: ou considera-se informação solicitada pela Câmara, prevista na hipótese do art. 13, item 4, toda aquela informação requerida por deputado individualmente, mas encaminhada pela Mesa da Câmara – e neste caso já incidiram em crime de responsabilidade as autoridades do Executivo que não deram resposta a todos os requerimentos em tais condições – ou, então, há uma outra forma pela qual o requerimento individual de um deputado se converte num requerimento coletivo, isto é, num requerimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES) – Atenção!

O Sr. *Carlos Lacerda* – Sr. Presidente, ainda estou dentro do prazo. De fato, V.Exa. assumiu a presidência em substituição ao Sr. Vice-Presidente, enquanto eu formulava a minha questão de ordem. Permita V.Exa., pois não estou ganhando tempo nem perdendo, mas formulando uma questão de ordem da maior consequência para a autoridade e o prestígio do Poder Legislativo.

Foi um dos nossos eminentes correligionários e ilustre brasileiro, o Sr. Embaixador Raul Fernandes, quem, ao ocupar uma pasta do governo, sustentou doutrina que, apesar do respeito que tenho a S.Exa. e da admiração que lhe devoto, parece inteiramente destituída de fundamento, doutrina – se V.Exa. e ele me permitem – de homem do Exe-

cutivo, e segundo a qual o ministro só está obrigado a responder a requerimento de informações, sob pena de incorrer na lei que define os crimes de responsabilidade, quando o requerimento for coletivo, isto é, for aprovado pela Câmara. Essa doutrina esdrúxula – e, pelo que sei, não encontra apoio no Regimento – foi, no entanto, a interpretação constitucional dada por aquele eminentíssimo jurista brasileiro.

Agora, Sr. Presidente, cabe à Mesa decidir: o requerimento individual do deputado, uma vez aceito e encaminhado pela Mesa, passa a ser requerimento da Câmara? Se o é, estão incursos em crime de responsabilidade todas as autoridades que não dão respostas na forma dessa lei. Se, no entanto, a teoria ou a doutrina sustentada naquele tempo pelo Sr. Embaixador Raul Fernandes é a doutrina da Mesa, é a doutrina boa, é a doutrina certa, neste caso, Sr. Presidente, deverá haver outra forma para dar cumprimento ao dispositivo constitucional que exige da autoridade solicitada, dentro de trinta dias, pronta resposta a requerimento de informações.

De sorte que pediria a V.Exa. cedesse esta questão de ordem, ressaltado, naturalmente, caso V.Exa. a decida logo, como penso que a sua sabedoria e a sua experiência são capazes de fazê-lo, o recurso da consulta à Comissão de Justiça, pois já não envolve apenas uma questão regimental, mas a aplicação da Lei de Responsabilidade e a interpretação do texto constitucional.

Aguardo a decisão da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES) – A Mesa já esclareceu que tem, no que toca ao atendimento dos requerimentos de informações dos Srs. Deputados, cumprido o Regimento. Como manda o Regimento, estamos na Ordem do Dia.

Questões de ordem de Lacerda – II

Câmara dos Deputados, em 11/9/1957.

Publicado no DCN de 11/9/1957, p. 7058.

O pretexto é secundário, porque é mero pretexto. No caso, uma denúncia sobre falsa alegação de doença por um deputado do PSP ademarista para licenciar-se. O episódio é exemplar para mostrar o líder da UDN, Carlos Lacerda, exercitando sua famosa oratória e sua habilidade parlamentar no dia a dia da Câmara. Ulysses Guimarães, como presidente, é ao mesmo tempo alvo e tira-teima das reclamações e provocações do deputado opositorista.

O Sr. Carlos Lacerda – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES) – Tem a palavra o nobre deputado.

O Sr. Carlos Lacerda – A questão de ordem que venho propor a V.Exa. tem relação com as votações neste momento porque se refere à situação em que nos encontramos, nós deputados, em face dessas votações.

Na sessão de ontem, tive a honra de congratular-me com a Mesa pela sua decisão que me fora anunciada de não convocar suplente para os Srs. Deputados que se encontram ausentes, trinta e tantos deles em missão externa desta Casa e vinte e tantos ou mais – o total ontem era de setenta e dois Srs. Deputados – para tratamento de saúde principalmente, e alguns para cuidar de interesses particulares.

Desde logo, Sr. Presidente, à base da desconfiança em relação à conduta dos Srs. Deputados que tem norteado a decisão da Mesa no que se refere ao pagamento do chamado jetom, caberia, sem nenhuma impertinência e sobretudo com um critério inteiramente pessoal, indagar de V.Exa. se a Mesa, para efeito de manter as regalias regimentais, indaga das razões reais pelas quais um deputado pede licença para tratamento de saúde.

Longe de mim a ideia de que V.Exa., ou a Mesa, exija de um Sr. Deputado atestado médico; longe de mim esta ideia. Mas, desde que a Mesa parte do princípio de que algum deputado é capaz de simular um comparecimento à Câmara apenas para efeito de receber sua diária, caberia estender esse movimento de severa defesa dos cofres da Câmara

a esse abuso ou, pelo menos, a esse uso inveterado de licença para tratamento de saúde como motivo para convocação de suplente.

Sr. Presidente, minha questão de ordem se refere mais especificamente àquele dispositivo regimental que autoriza ou, até poder-se-ia dizer para ser exato, que determina a convocação de suplentes para os Srs. Deputados que se ausentam das sessões, porém em missão desta Câmara. Desejaria saber, em primeiro lugar, para poder formular a questão de ordem, se V.Exa. considera esta convocação compulsoriamente determinada pelo Regimento ou se fica a critério da Mesa determiná-la, ou não.

Se V.Exa. tiver a bondade de responder à minha consulta, poderei formular a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES) – A Mesa aguarda que o nobre deputado formule a questão de ordem, para que possa decidi-la.

O Sr. *Carlos Lacerda* – Sr. Presidente, tinha pedido a V.Exa. a bondade de responder à minha consulta, para que eu pudesse formular a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES) – A Mesa informa ao nobre líder da União Democrática Nacional que a atribuição regimental dispõe que compete à Mesa resolver questões de ordem.

O Sr. *Divonsir Cortes* – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem do deputado Carlos Lacerda.

O Sr. *Carlos Lacerda* – Ainda não formulei a questão de ordem.

Sr. Presidente, isso quer dizer que V.Exa. recusa a um colega a gentileza de uma resposta a uma consulta que, em termos os mais corteses, aqui a formula, para que V.Exa., respondendo-a, possa permitir-lhe a fundamentação da sua questão de ordem.

Seja, Sr. Presidente! Aos poucos vamo-nos convencendo de que V.Exa., realmente, tende cada vez mais a ser, hoje, o presidente de uma parte da Câmara, mas não da Câmara toda. (*Protestos.*)

Lamento dizê-lo, Sr. Presidente, mas é esta a primeira vez, creio eu, nesta Câmara, que o presidente se recusa a dar uma simples resposta a uma consulta cortesmente formulada por um deputado.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES) – Informo ao nobre deputado, líder da União Democrática Nacional, que a atribuição

da Mesa é no sentido de resolver questões de ordem. Se V.Exa. levanta uma questão de ordem pertinente ao momento regimental em que os nossos trabalhos estão vivendo, no presente instante, evidentemente, é a atribuição regimental que a Mesa tem – com o respeito que dispensa a todos os Srs. Deputados, notadamente aos líderes, que representam partidos nesta Casa – resolver as questões de ordem.

O Sr. *Carlos Lacerda* – Vou formular a minha questão de ordem, mesmo sem a resposta que V.Exa., ao menos por cortesia, nos devia.

Não ignoro, Sr. Presidente, que o Regimento autoriza V.Exa. a convocar suplentes para os trinta e tantos deputados das várias bancadas, inclusive da nossa, que estão neste momento no exterior, no exercício de missão externa desta Câmara, em missão oficial. Não ignoro este ponto. Não ignoro também que a convocação de suplentes para esses deputados significa o pagamento, em dobro, de ajudas de custo para cada um deles. É necessário que a nação saiba disto, no momento em que V.Exa. aplica sanções econômicas contra os deputados da oposição em nome dos sagrados interesses da economia dos cofres da Câmara, V.Exa. prepara-se para convocar suplentes para 36 deputados, pagando em dobro a ajuda de custo a cada um deles, além do subsídio que tem pago em dobro aos que estão no estrangeiro e pagará aos que para aqui forem convocados.

Agora mesmo, há cinco minutos, o Sr. Deputado Arnaldo Cerdeira, pelo telefone internacional, comunicava-se com Roma para falar ao Sr. Deputado Maia Lelo, que lá se encontra, no sentido de que aquele nobre colega solicite com urgência licença para tratamento de saúde, a fim de que V.Exa. convoque o respectivo suplente.

Pergunto, pois: que meios tem V.Exa., Sr. Presidente, para saber se o Sr. Deputado Maia Lelo está doente ou se sua doença telefônica foi, neste momento, determinada pelo Sr. Deputado Arnaldo Cerdeira?

Pergunto a V.Exa., ainda, se é legítimo isso que a Mesa está fazendo: pagar a um deputado o dobro, para que uns exerçam função externa e outros função interna, nesta Casa, dependendo, desta forma, aquele sagrado dinheiro do povo em nome do qual V.Exa. aplica sanções à oposição, violando, conseqüentemente, a intangibilidade do exercício do mandato.

V.Exa., que não responde às nossas consultas; V.Exa., que ultimamente tem tido tão pouco tempo de pensar nos seus deveres de presidente da Câmara; V.Exa., Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES) – Atenção, peço ao nobre deputado Carlos Lacerda levantar sua questão de ordem, pois o tempo de que dispõe é de cinco minutos apenas.

O Sr. Carlos Lacerda – Acabo exatamente de levantar minha questão de ordem para saber, primeiro, se V.Exa. tem meios de apurar se as licenças requeridas para tratamento de saúde são ou não legítimas; segundo, se V.Exa. considera compulsória a convocação dos suplentes, com essa sobrecarga no orçamento da Câmara, ou se pode, como ontem nos pareceu, dispensá-la.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES) – Em resposta à questão de ordem levantada pelo nobre deputado Carlos Lacerda, a Mesa tem a informar o seguinte: em primeiro lugar, não aplicou a Mesa qualquer sanção econômica a deputados da oposição. Há dispositivo regimental, que sempre foi respeitado nesta Casa, no sentido de se determinar, em caso de votação, não seja paga a parte variável correspondente ao subsídio. Esta a norma invariavelmente seguida nesta Casa. É disposição, aliás, que independe de autorização da Mesa, que não poderia revogar dispositivo regimental expresso. Aos órgãos administrativos da Casa, na hipótese a Contadoria – é que cabe cumprir o referido dispositivo regimental.

Quanto às convocações de suplentes, a presidência informa, primeiramente, que é atribuição da presidência reunir os membros da Mesa a fim de deliberar sobre convocação de suplentes. Na hipótese de se tratar de convocação de suplentes para tratamento de saúde, exige o Regimento o competente laudo médico, o que a Mesa sempre tem exigido. Tanto assim que, dada entrada aos referidos requerimentos, são eles encaminhados ao órgão competente da Casa, para as informações necessárias. Este o critério que esta Mesa, como as outras, e não a Presidência, têm adotado, com respeito à matéria. Informo ainda a V.Exa. que, conforme determina o Regimento, quando se trata de ausência do país por autorização, por licença concedida pelo Plenário, principalmente quando se trata de nomeação feita pelo Executivo para composição de delegação ou de representação fora do país, as convocações, nos termos do Regimento, são compulsórias, são obrigatórias na hipótese.

Este o entendimento fixado pela Mesa a respeito da matéria. A Mesa não tem feito convocações automáticas, por força regimental, a não ser nesta hipótese, isto é, quando há autorização por força do próprio

Plenário, em representação por ele determinada a deputados que representam o país em delegações no exterior.

O Sr. *Arnaldo Cerdeira* – O nobre deputado Carlos Lacerda, visivelmente mal informado, asseverou que V.Exa. deveria declarar à Casa se tinha recursos para examinar os deputados ausentes do país.

Antes de mais nada, devo informar a V.Exa. e ao nobre líder da UDN que o meu correligionário, deputado Maia Lelo, não está afastado por motivo de doença. S.Exa., conforme publicação no *Diário do Congresso Nacional*, comunicou à Mesa que se licenciara para tratar de interesses particulares. Mais ainda; ao fazê-lo, deixou em meu poder requerimento em que comunica seu afastamento por mais 95 dias, caso em que a convocação do suplente é automática.

O telegrama a que aludiu o nobre líder da UDN teve como objetivo obter do Sr. Maia Lelo ratificação, por telegrama, do requerimento de licença, de modo a permitir a convocação do suplente. Fi-lo por questão de patriotismo, pois é obrigação nossa dar número para que a Casa realmente funcione como Poder Legislativo.

Quanto às minhas atitudes, só devo explicações a mim mesmo. Não pedi ao Sr. Maia Lelo que requeresse licença por motivo de saúde, porquanto S.Exa. comunicara à Mesa que se afastava para tratar de interesses particulares.

Com este esclarecimento, presto uma homenagem ao deputado Carlos Lacerda, para que S.Exa. melhor se informe, quando levantar questões de ordem.

O Sr. *Carlos Lacerda* – Peço a V.Exa. me inscreva no expediente da sessão de amanhã, para comentar a decisão que V.Exa. proferir quanto à questão de ordem por mim suscitada.

Desejo formular agora questão de ordem diferente da primeira, mas que se refere à matéria ora em exame, embora seja outra questão de ordem. Trata-se do seguinte: um deputado que se encontra em missão externa da Câmara e adoce, a ponto de não poder exercer sua missão, tanto que V.Exa. convoca seu suplente, deve, evidentemente, ser substituído.

Requeiro, pois, a V.Exa. faça substituir todos os Srs. Deputados que se encontrem em missão da Câmara e que hajam solicitado licença para tratamento de saúde.

O MIC, o Brasil e seu ministro

Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, RJ, em 28/3/1962.

Apresentação dos temas prioritários e da orientação dada aos órgãos do Ministério da Indústria e do Comércio por seu titular no gabinete Tancredo Neves (8 de agosto de 1961 a 12 de julho de 1962), ministro Ulysses Guimarães, numa conferência por ele mesmo intitulada “Desenvolvimento nacional – decisão irrevogável de setenta milhões de brasileiros”. O texto faz uma apresentação da economia brasileira na visão do gabinete Tancredo Neves – extremamente otimista – e do sistema parlamentarista implantado no Brasil em 1961.

A presença do ministro da Indústria e Comércio nesta Casa de tão altas tradições na vida econômica do Brasil tem uma dupla significação. É uma oportuna homenagem do governo aos homens que estimulam a criação e a distribuição de riquezas, aos quais estou ligado por velhos e tenazes laços de apreço e admiração, autor que fui do projeto que se transformou na Lei nº 2.048, de 26 de outubro de 1953, instituindo o Dia do Comerciante, celebrado anualmente a 16 de julho, data do nascimento do visconde de Cairu. E constitui, também, ensejo para nova prestação de contas à coletividade, como o exige o estilo do sistema democrático, que no parlamentarismo atinge o máximo de sua evolução e do seu aperfeiçoamento.

Com 70.967.185 habitantes, o Brasil é hoje a mais populosa nação da latinidade. Crescemos em ritmo explosivo. Em 1800 éramos 3.620.000 brasileiros; em 1850, 7.234.000; em 1900, 17.984.000; em 1950, 51.976.000; em 1955, 58.456.000; e em 1960 superamos a marca dos 70.000.000.

Na década de 1940-50, nosso crescimento populacional foi da ordem de 26%. Entre 1950 a 1955 aumentamos em seis e meio milhões, tanto quanto a França em um século – de 1850 a 1950. A taxa média anual desse acréscimo chegou a 3,12% no decênio 1950-60, contra 2,38% do anterior. É uma expansão espetacular, que supera o período mais dinâmico dos Estados Unidos, como lembrou recentemente Jacques Lambert, pois, na grande democracia do norte do continente, o enriquecimento demográfico recebeu o impulso da imigração por meio do *rush* maior de sua história. No caso brasileiro, conforme observou

o mestre francês, essa contribuição limitou-se à vinda de sete milhões de estrangeiros, de 1850 a 1950, numa população de 52 milhões, o que significou um crescimento vegetativo de 45 milhões.

Ocupamos agora o oitavo lugar entre os dez países mais populosos do mundo. Mantido esse percentual, em 1970 seremos quase 100.000.000, em 1980 cerca de 130.000.000. Essa dinâmica não resulta de fatores externos, mas da fecundidade excepcionalmente elevada do povo brasileiro. Há de crescer ainda que a higiene e a dieta, subprodutos do desenvolvimento, rebaixam a taxa de mortalidade no Brasil; hoje, morre-se menos porque a situação está melhor para a maioria.

Ao apresentar em breve traços esse panorama populacional, que o ilustre ministro Tancredo Neves, na sua recente e magistral aula magna na Universidade de Minas Gerais, qualificou de explosão demográfica, tenho o propósito de lembrar que o fenômeno assume claro, firme e categórico aspecto de desafio ao povo brasileiro, notadamente à liderança nacional. Que fazer para alimentar, vestir, educar, calçar, dar moradia e saúde agora a 70 milhões de homens e mulheres do Brasil, que logo serão mais de 100 milhões, não apenas nos padrões atuais, que todos consideram insatisfatórios, mas em níveis compatíveis com os imperativos do progresso social e da dignidade humana? Em que moldes dimensionar em tão majestosas perspectivas o mercado de trabalho brasileiro para que absorva todo esse potencial humano, a fim de que todos tenham como e onde haurir recursos para manter-se e aos seus condignamente? Na hora de integração e convivência que vivemos, o homem ou a nação que não projetar as mensagens construtivas de seu bem-estar e prosperidade vulnera a paz social com os impactos do ódio, da revolta e do terrorismo. Aí está a imensa e conspícua missão do governo e das forças produtoras do país na atualidade.

Aos olhos dos observadores nacionais e estrangeiros não escapou a relevância da operação que estamos realizando em prol da conquista e ocupação social e econômica dos espaços vazios. Avançamos do litoral para a hinterlândia, como em sua época o fizeram os Estados Unidos, dando conteúdo civilizador ao que, até o momento, tem sido apenas base física. As frentes pioneiras que se internam nos sertões do Maranhão, de Mato Grosso, do Amazonas, do Acre, de Goiás e do Paraná representam um esforço formidável de integração nacional. Temos a geografia maior do que a história. Urge que as fronteiras físicas, as do território, coincidam com as fronteiras do homem, metro da civiliza-

ção. Herdamos um Brasil grande. Através do desenvolvimento, devemos construir um grande Brasil. É o desafio da nossa geração. São duas as ocupações que devemos promover: a territorial e a humana, articulando, esta última, em povo massas embrutecidas pelo pauperismo e pela doença.

Não podemos esperar que exclusivamente a agricultura, especialmente nas regiões tropicais, possa resolver os problemas do pauperismo, com a diversidade de nossa estrutura territorial. Sobretudo, se levarmos em conta essas inimigas implacáveis dos brasileiros, que são as distâncias. A marcha para o oeste, por maiores que sejam os seus objetivos e mais fecundos os seus resultados, não poderá, por si só, atender, com a urgência imposta pelas circunstâncias, às exigências do desenvolvimento e bem-estar da coletividade.

O drama do Nordeste, com as migrações internas que se vêm acentuando, evidencia os perigos da disparidade das taxas de progresso regional, mostrando a existência de áreas que se descapitalizam, dadas as suas escassas possibilidades. Esses desajustamentos domésticos, que se generalizam por meio do êxodo rural, não representam singularidade brasileira. Ocorreram e foram resolvidos em outros países. O campo necessita de saúde, educação, técnica, crédito, transportes, prudente e justa regulamentação do uso da terra. A energia, que também é essencial à sua riqueza, está chegando ao interior. Ninguém desconhece que a evolução econômica se relaciona intimamente com os equipamentos. Nos Estados Unidos, 90% das atividades produtivas são realizadas mecanicamente.

Temos 50.000 tratores, a Alemanha Ocidental 800.000 e os Estados Unidos 5 milhões. A essencialidade do veículo e a disparidade dos números demarcam a distância a percorrer. Essa mecanização multiplicou por 40 a força do trabalho norte-americano. Por isso mesmo sua produtividade média é cerca de duas vezes superior à da Europa. Teremos dez por cento de maquinaria ajudando o esforço muscular dos brasileiros? Trabalhando com sua enxada, sem qualquer assistência, o rurícola não consegue, sequer, produzir para a própria subsistência. Se dá pouco à coletividade, pouco dela recebe. Em cima de uma colhedeira de cana, ou ceifeira de trigo, contribui mais e em contraprestação pode e deve perceber mais. Armado seu braço com adequado instrumental e racionalizado seu trabalho, ele retira da lavoura alimentos para que algumas dezenas de pessoas possam viver com fartura. Está claro que só os revolucionários processos de produção poderão corrigir o desequilíbrio

entre a população ativa, isto é, a que consome e a que produz, as quais crescem desigualmente. Sem a contribuição da ciência e da técnica, em prazo mais ou menos longo, os que trabalham não suportariam a carga dos inativos, máxime quando a medicina prolonga a vida humana. Esses problemas estão sendo enfrentados e, indispensavelmente, terão de ser resolvidos. Senão, seremos engolidos por eles.

Deixando de lado a agricultura, que racionalizada vai cooperar decisivamente para corresponder aos apelos do consumo e aos legítimos anseios de conforto do povo, e não examinando nesta oportunidade o admirável surto industrial do Brasil – responsáveis ambas, agricultura e indústria, em magna parte, pela alta taxa de crescimento da renda nacional, que se manteve nos últimos anos entre seis e sete por cento –, voltemo-nos para os assuntos e preocupações que mais de perto dizem com o comércio e o ministério a meu cargo. O mercado interno brasileiro oferece hoje amplas perspectivas para o desenvolvimento. Nele repousa a segurança de um progresso autônomo, impulsionando-se as trocas da produção agroindustrial e servindo-se de um sistema de transportes que se aprimora notadamente através das estradas de rodagem. Os efeitos multiplicadores desse esforço serão imensos nos campos e nas cidades. A circulação das riquezas permitirá a melhoria da produtividade global e setorial, refletindo-se em todos os escalões da economia nacional. O comércio inter-regional dará novas dimensões ao mercado brasileiro, com a garantia de uma estabilidade que no mundo moderno não têm as importações e exportações, por motivos óbvios. Acredito que a conquista da hinterlândia, as vias de penetração, a racionalização da lavoura, a industrialização, as pesquisas tecnológicas (este ano o Instituto Nacional de Tecnologia realiza um programa de análises dos recursos vegetais e minerais do estado de Goiás), o aumento do poder aquisitivo das massas trabalhadoras, tudo são atrações para o comércio interno, que há de transformar-se, em curto prazo, no instrumento mais atuante e acelerador do desenvolvimento do Brasil. Para que se dimensionem os parâmetros do poder de absorção do mercado interno, será sugestivo dizer que os Estados Unidos têm nele escoadouro para cerca de noventa por cento da sua produção, exportando os restantes dez por cento. Aumentar a renda *per capita* será aumentar a produção e o comércio nacionais. E essa tarefa os homens da confederação, das federações e dos sindicatos do comércio poderão realizar, servindo à causa da emancipação econômica do país.

Creio que o Brasil já extralimitou o conteúdo estritamente físico do país para a categoria moral, espiritual e social de nação. Somos um povo. Não na sua significação meramente matemática de número ou quantidade. Mas pelo seu *status* socioeconômico; pela consciência que tem de deveres, direitos e reivindicações; pelo sistema e organicidade que o estruturam, bem como pela vizinhança e o diálogo que lhe permitem os poderosos e onipresentes veículos de aproximação, pelos transportes, e de circulação de ideias por meio do rádio, imprensa e televisão; pela bilateralidade do aluguel de serviços para ingresso cada vez mais dilatado na aquisição de utilidades para a subsistência e de prazeres para o ócio. Lógico que, no particular, estamos a meio caminho. Mas são acontecimentos singularizadores de nossa geração o esforço e a compreensão para integrar economicamente nosso povo como um dos maiores mercados consumidores do mundo. Exportar, sim, e cada vez mais. Mas também fazer com que o produzamos mais pelo imperativo da circulação doméstica de nossos produtos, vascularizando nossas riquezas pelos ditames da justiça comutativa e distributiva, para que todos se incorporem ao processo desenvolvimentista nacional. Este país será livre e cristão condomínio de bem-estar para todos, e não para alguns. Para logo, e consecutória desses pressupostos, aponto a necessidade inadiável do engajamento das poupanças populares para capitalizar nossa evolução agrícola e notadamente industrial. Não será somente com o dinheiro oficial, o dos empréstimos externos e o da rede bancária particular que teremos força para financiar nossa expansão, no ritmo exigido pelo nosso enriquecimento demográfico e pelo nosso destino de país desenvolvido. Os atrativos da honesta partilha dos lucros empresariais entre os acionistas e a saúde de nossa moeda canalizarão para nossas sociedades a economia das massas, evitando que ela se esterilize no fundo dos colchões, se distorça em empreendimentos inflacionários ou se desonre em aplicações onzenárias. É a receita norte-americana, onde, em geral, um grande acontecimento industrial ou comercial é simultaneamente extenso acontecimento popular, pela integração de milhões de tomadores em suas responsabilidades sociais. Isso não significará a erradicação ou entorpecimento da iniciativa privada, antes a confirma e lhe dá os invencíveis estímulos de tornar-lhe beneficiária a maioria dos cidadãos prestantes da sociedade. É o estilo democrático, tanto político como de vida, que deve ser preservado, apólice de seguro que é da dignidade do homem brasileiro, fim e não meio do Estado.

Sumariemos agora aspecto de nossa política de exportação. Exportar é uma imposição da conjuntura indissolúvelmente ligada que está ao desenvolvimento do Brasil. Quem diz exportar diz produzir mais e melhor, a preços de competição, expandindo-se a economia e criando-se novas possibilidades de emprego. O Ministério da Indústria e do Comércio tem dispensado a esse problema o interesse que merece. E sua orientação é apoiada firmemente pelo Conselho de Ministros por meio de numerosos atos, inclusive o Decreto nº 220, de novembro último, instituindo o Grupo de Fomento à Exportação (GRFEX), cujo conselho deliberativo é integrado pelos titulares das pastas que têm direta relação com as exportações. Também a Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, que organizou o ministério, criou no Departamento Nacional do Comércio a Divisão de Comércio Exterior, com seções destinadas especificamente ao estudo dos assuntos relacionados com a expansão econômica do país no estrangeiro. Sob minha direta supervisão, medidas de curto e longo prazo vêm sendo postas em prática, visando a facilitar e estimular o giro mercantil internacional. É propósito do governo manter e ampliar os mercados dos produtos tradicionais de nossa pauta de vendas para as outras nações. Como também diversificar as exportações, nelas incluindo os artigos do nosso parque fabril. Agindo em estreita cooperação com industriais e comerciantes, muito já se conseguiu no sentido de reduzir ou eliminar as exigências burocráticas, suprimindo formalidades inúteis e gastos intermediários, unificando horários de trabalho nas repartições e solicitando dos governos dos estados providências para diminuir a carga fiscal que onera os produtos exportáveis. E, no momento, se estuda, sempre com a cooperação das classes econômicas, um projeto de lei que liberte certos bens ameaçados na competição internacional pelos impostos que os gravam mortalmente. Já instituímos o seguro do crédito às exportações, que veio cobrir os riscos do não cumprimento dos contratos de exportação por eventos políticos – revoluções ou greves – ou comerciais, como o não pagamento na moeda convencionada, com prejuízos do exportador. Foi assim atendida antiga e justa reivindicação dos nossos comerciantes. Em síntese, no setor da exportação, nosso objetivo é podar excrescências burocráticas com a simplificação do mecanismo administrativo, autorizativo e fiscalizador da migração de nossos produtos; unificar, sob comando da União, o controle dos encargos fiscais que oneram a produção nacional exportável, inclusive os gravames estaduais, notadamente o de vendas e consignações, pois, como ora está, teremos, na verdade, vinte

e uma políticas de exportação diferentes, uma para cada estado, que invalida a responsabilidade com que a Constituição Federal armou o governo central de ser o único organizador e executor das exportações; assegurar transportes, principalmente marítimos, que não retardem ou paralise a produção indígena na corrida competitiva internacional; finalmente, o financiamento, pela forma tradicional de dividir o encargo entre os exportadores e os importadores. Os fatos mostram que o MIC é mesmo do comércio não apenas porque assim o determinam as leis e regulamentos que disciplinam suas atividades, mas também pelas diretrizes que lhe traçou o governo, por intermédio do ministro de Estado.

Como consequência desses esforços conjugados, somando vontades a autoridade pública e a empresa privada, em 1961 nossa safra de divisas atingiu a cifra de 1 bilhão e 400 milhões de dólares. O café, o açúcar, o pinho e o mate (para citar apenas quatro atividades reguladas por órgãos sob jurisdição do MIC) renderam cerca de 840 milhões de dólares. Os artigos industrializados começaram a influir na diversificação das exportações. É um acontecimento auspicioso: ainda há poucos dias, uma empresa brasileira venceu concorrência internacional na Europa para 150 viaturas e peças sobressalentes. Temos, pois, o direito de esperar que o comércio exportador cumpra o seu dever, dando ao Brasil a quota que dele se aguarda para o aumento da renda nacional em termos que satisfaçam às necessidades do país.

Ninguém desconhece que o desenvolvimento de uma nação impõe sacrifícios e que os mais pesados ônus recaem sobre os seus filhos. Mas parece lícito admitir que o século exige a cooperação internacional. Como a paz, a prosperidade também tornou-se indivisível. A tragédia dos países subdesenvolvidos é que tendem para a estagnação, embora crescendo suas populações, enquanto as chamadas grandes potências crescem mais e mais, estabilizando sua posição demográfica. Sessenta e seis por cento dos habitantes da Terra recebem somente quinze por cento da renda mundial, ao passo que dois terços dela são distribuídos entre dezenove países (43% para os Estados Unidos e o Canadá). Três quartos da energia mecânica do mundo constituem privilégio de menos de um terço da humanidade. É inexorável o ímpeto de redistribuição e de equilíbrio na prosperidade entre todas as nações, nele se categorizando moralmente pelo exemplo as maiores, como o documenta esse belo e fraterno esforço da Aliança para o Progresso. Devemos, portanto, contar com a colaboração do exterior para a solução de alguns dos nossos problemas, seja por meio de investimentos diretos, seja por meio

de planos de assistência técnica e financiamentos. A respeito da questão dos capitais estrangeiros, o presidente João Goulart, na sua lúcida mensagem ao Parlamento, que tão merecidos aplausos recebeu do presidente da Confederação Nacional do Comércio, disse textualmente: “cabemos-nos-á definir o estatuto da aplicação de capitais estrangeiros, mediante critério de justiça econômica, evitando, por igual, espoliações de matiz puramente xenófobo e explorações de espírito colonialista”. Eis a linha certa, o conceito preciso, capaz de inspirar confiança a todos, no país e no exterior. Necessitamos dessa cooperação. Mas, aconteça o que acontecer, nada mais há de deter o surto de desenvolvimento nacional, que essa é uma decisão irrevogável de setenta milhões de brasileiros, no influxo do imperativo do próprio destino da nossa civilização. O comércio hodierno, ampliando-se de bilateral para multilateral, tanto nas relações entre homens como entre nações, não é o instrumento do egoísmo para exclusivo ganho pessoal, mas uma das ferramentas da paz pela integração da humanidade na segurança e no bem-estar.

O regime parlamentar, instaurado recentemente como solução de grave crise político-militar, serviu inicialmente para indicar a capacidade brasileira de resolver de modo pacífico, com inteligência e serenidade os problemas da vida institucional. Imperou o bom senso e a bondade como partido de todos os brasileiros nas horas dramáticas da ameaça de desunião e de guerra civil, dois sentimentos que, invariavelmente, planejam em nossos sucessos históricos decisivos. Não representou, contudo, o parlamentarismo novidade, pois vicejou no Império em toda a plenitude. Todas as nossas etapas evolutivas que resultaram na transformação estrutural do país sofreram certamente o impacto dos acontecimentos imediatos, mas sempre foram consequência de um estado de consciência que vinha sendo lentamente elaborado. Foi assim com a independência, a maioria, a libertação dos escravos, a república, a Revolução de 1930. Não constituiu o parlamentarismo, entre nós, planta exótica de difícil aclimação, nem se lhe pode cobrar de pronto, numa exacerbação injustificada, soluções vertiginosas ou miraculosas para as angústias e os desequilíbrios nacionais. O sistema parlamentar, que começa a cumprir sua missão histórica no Brasil, pode e deve encaminhar e impulsionar, por meio de partidos bem orientados, com programas definidos, a execução dos planos de desenvolvimento econômico e bem-estar social. A fecundidade da instituição tem sido constatada em muitos países e aqui mesmo o foi sob Pedro II. Ao invés de lutas entre homens, teremos o debate das ideias e das realizações

construtivas. O brasileiro atingiu o elevado nível de educação política e não acredita mais nos salvadores e nas suas panaceias demagógicas. Pelo parlamentarismo, a coletividade disciplina e comanda a ação governamental. É o instrumento plástico que encontra na opinião pública a inspiração maior para as soluções dos grandes problemas nacionais, servindo não à vaidade pessoal de um líder, mas à felicidade do povo. Parlamentarismo é a equipe e o governo plural, estilo de comando implantado nas famílias bem-sucedidas e nas empresas bem dirigidas. É a opinião pública no governo, pois ela aciona o Congresso no sentido de sustentar as boas administrações e destituir as más. Os governos terão a duração da sua prestabilidade e não limites arbitrários, praticamente irremovíveis, fixados pela lei e não pelo interesse público.

O Ministério da Indústria e do Comércio, que acaba de ser organizado para cumprir seus encargos de verdadeira Pasta da Economia – com seus institutos técnicos e econômicos, centro de estudos, representação na Sumoc, no Conselho de Política Aduaneira, órgãos centrais e em cada unidade da federação – visa a promover o desenvolvimento regional e assegurar a produtividade, que, na expressão de Fourastié, é a grande esperança do século XX. O MIC aqui compareceu para transmitir aos homens que trabalham e produzem uma palavra de apoio ao seu esforço construtivo e de plena confiança na fecundidade do sistema da livre empresa. Sofremos graves dificuldades financeiras, mas nossa posição econômica é encorajadora. E o afirmo conscientemente, sem as ilusões do ufanismo, que delas não preciso para acreditar na grandeza nacional. Nossa capacidade de realização e nosso ímpeto criador operam prodígios. Ainda recentemente, o eminente antropólogo norte-americano Charles Wagley disse, na análise espectral que realizou do nosso país: “Sua longa tradição de paz está a indicar que o Brasil vencerá as suas dificuldades e sobreviverá como uma das democracias condutoras do mundo”. Para esse fato transcendental pediu a atenção das autoridades de Washington a fim de que “entendessem o processo, as tendências e o pleno impacto” do nosso elã desenvolvimentista. Resumiu assim o seu pensamento o destacado professor da Columbia University: “No fim do nosso século, o Brasil se tornará uma das maiores potências mundiais, não somente pela sua grande área e população, como também pelo alto padrão de vida que dará ao seu povo”.

Quem falou em termos tão categóricos sobre o futuro imediato do nosso país não foi um otimista a Pangloss. Foi um grande espírito de nossa época, que abarcou com a sua visão de cientista todo este prefácio

de uma situação que o Brasil está criando para assegurar aos seus filhos níveis de existência dignos da generosidade brasileira, com paz social, por meio da justiça e da liberdade, que haverá de exprimir, sintetizar e exaltar a mensagem suprema de nossa gente na construção moral e material de um mundo que seja segura e amorosa casa de irmãos.

Crédito rural

Câmara dos Deputados, em 11/6/1963.

Publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 11/6/1963, p. 764.

Uma amostra exemplar da rodada de 1963 do eterno tema anual da política brasileira: o financiamento da safra agrícola.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – (...) Aqui vim, Srs. Deputados, por delegação e em nome do líder do Partido Social Democrático, nobre deputado Martins Rodrigues, para significar o interesse, o empenho, a vigilância de nossa agremiação política no sentido de que, efetivamente, na reforma agrária, objeto das atenções desta Casa do Congresso Nacional, aproveitemos a oportunidade para transformarmos em preceito legislativo disposições concretas, objetivas, favoráveis ao critério rural.

Começarei, Sr. Presidente, dizendo que crédito rural é uma coisa, e outra é crédito mercantil. O crédito rural é, ou pelo menos deve ser, institucional, promocional, capacitário, operando principalmente a juros de subsídio. Tem, sem dúvida alguma, características de serviço público, de serviço de governo, como dinheiro posto, principalmente dinheiro oficial, na educação e na saúde públicas.

O que notamos no país é que a rede bancária oficial e a rede dos bancos privados, no particular, isto é, no que diz respeito ao crédito agropastoril, operam não pelo critério do financiamento, mas do empréstimo. É preciso, Sr. Presidente, meus colegas, que, notadamente, no crédito rural ele tenha a característica de estimular, mas também de desestimular, de corrigir, se não erradicar distorções, pontos de estrangulamento. É claro que não merecem sustentação da rede bancária do país e das instituições financeiras em geral aquelas lavouras que não atendam às condições ecológicas devidas. Sabemos que há café plantado – financiado e socorrido, quando há intempérie ou adversidade da natureza – em locais, em regiões do país absolutamente desaconselháveis. Poderíamos enumerar outras culturas. É óbvio que, se como pretendemos fazer, o governo, servindo-se de sua instrumentação creditícia e ainda, por meio de lei, atuando sobre a rede bancária particular, vai interferir neste assunto, terá voz também no sentido de instituir no país o chamado crédito orientado, para que a lavoura e a pecuária se orientem pelos caminhos da produtividade, a fim de ser mensurada também a aplicação

do crédito, no sentido principalmente de evitar os excedentes agrícolas. É lógico que por intermédio de repartições competentes não se deverá estimular a produção naqueles setores onde se verifique que a produção atende às necessidades do país e haveria dificuldades costumeiras, no que diz respeito à exportação, para suportar a competição internacional.

Portanto, Srs. Deputados, sumariando minhas considerações no particular, direi que o trabalho que iremos apresentar na Comissão Especial de Reforma da Constituição, onde representamos o nosso partido, é um substitutivo que adota as disposições da mensagem que, ao que estamos informados, acaba de chegar à Casa. Apresentamos também estudos e sugestões advenientes de um trabalho feito em colaboração com um eminente ex-colega nosso, o ex-deputado Nestor Jost, hoje à frente da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, que recebeu essa incumbência da parte do Sr. Presidente da República, a quem reiteradamente submeti estudos e pareceres sobre o assunto. Quero dizer, nesta parte da nossa exposição, que vários dos preceitos, pelo menos em etapas a médio e longo prazos, perseguem esse objetivo da instituição do crédito orientado: o crédito com assistência técnica, o crédito rural para a produtividade e o crédito também para mensurar, para evitar que surjam no país os excessos agrícolas, criando dificuldades, como temos notícia ainda atualmente com o sucedido com a safra de milho.

O Sr. Alceu de Carvalho – Nobre deputado Ulysses Guimarães, acredito que uma das condições, a primeira sem dúvida alguma, para a garantia do sucesso de uma reforma agrária será a concessão do crédito rural, não só orientado, como diz V.Exa., mais que isso, supervisionado; isto é, àqueles que se dispõem ao amanhã de terra, que pretendem a aquisição de um lote para o cultivo será, antes de mais nada, imposto um plano de exploração dessa terra.

Depois de atendidas todas as fases, com relação a técnicos, às condições ecológicas etc., terá esse mesmo candidato o seu crédito, sob a supervisão do estabelecimento que o forneceu.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Agradeço a valiosa intervenção de V.Exa.

Sr. Presidente, é curial que, para haver crédito, é preciso haver recursos, é preciso haver dinheiro. Os relatórios sobre a matéria existentes no Brasil demonstram que o crédito agropecuário, além de parcimonioso e reduzido, se vale do redesconto e, o que é pior, das emissões. Consequentemente, Sr. Presidente, é qualquer coisa assim como a arma aus-

traliana de *boomerang*, partindo, inicialmente, beneficiando a lavoura, depois, com a inflação, vai acabar tornando inviável a própria lavoura.

É indispensável a criação de um fundo que, no nosso substitutivo – de acordo, aliás, com sugestão governamental –, poderia ter o nome de Fundo Nacional de Empréstimos Rurais, vinculado a esse gênero de atividade operacional, alimentando as atividades rurícolas e, pela rotatividade, capitulando depois vultosos recursos para ensejar novas aplicações. O Fundo Rural poderá ser suprido por taxas que incidam sobre descontos de títulos de operações bancárias em geral. Poderá alimentar o Fundo Rural parte do numerário, tão copioso, drenado pela retenção de 20 até 25 dólares por saca de café exportado em benefício do Fundo de Defesa do Café. Quando nós sabemos que o Brasil exporta de 16 a 18 milhões de sacas, se nós dermos como média – e é maior – 20 dólares de retenção, teremos aí qualquer coisa em volta de 350 milhões de dólares que não são todos destinados ao financiamento, à aplicação, à defesa e à proteção da lavoura cafeeira. É óbvio que, depois de atender à finalidade institucional desse Fundo de Defesa do Café, que existe para a proteção da lavoura cafeeira do país – e foi um grande passo, diga-se de passagem, porque, anteriormente, a defesa do café era feita também à custa do redesconto e da emissão –, é óbvio que se deve atribuir a esse objetivo pelo menos a metade daquilo que sobrar, daquilo que restar. E posso, com a experiência que tenho, como ex-ministro da Indústria e Comércio, das responsabilidades de orientar ou intervir, em nome do governo, na política do café, por intermédio do Instituto Brasileiro do Café, dizer que se trata de recurso farto, abundante, nada melhor para a própria lavoura cafeeira, direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente, que parte desse recurso, que cinquenta por cento daquilo que sobrar, seja destinado a abastecer e a suprir o referido fundo.

Além disso, como recurso principal, porque poderá haver outros, poderemos mencionar aqui a necessidade de vincular compulsoriamente a rede bancária particular a uma atividade como esta, promocional, de grande alcance para a emancipação econômica deste país.

Tenho aqui alguns números que demonstram o comportamento da rede nacional de instituições financeiras, não particular. As aplicações em crédito rural no ano passado, 1962, foram da ordem de 254 bilhões e 798 milhões de cruzeiros. Significou esta cifra um aumento considerável, de setenta a oitenta por cento, de vez que, em 1961, esta ordem de aplicações atingiu um montante de 152 bilhões e 486 milhões.

Os empréstimos são consignados mediante contrato e desconto de títulos. E as parcelas, que estruturam esse montante global, assim se discriminam: Banco do Brasil, mediante contrato, 155 bilhões e 450 milhões; Banco do Nordeste, 4 bilhões e 300 milhões; Banco da Amazônia, 1 bilhão e 580 milhões; Banco Nacional de Crédito Cooperativo, 630 milhões, perfazendo um total de 161 bilhões e 960 milhões.

Outros estabelecimentos, que não os bancos federais enumerados, emprestam – veja-se o percentual – 6 bilhões e 368 milhões. Toda a rede particular e também a oficial, porque nesta designação de “outros” estão os dezesseis estabelecimentos que são os bancos estaduais, operam também propiciando crédito à lavoura e à pecuária. Quanto ao desconto de títulos são esses os números: Banco do Brasil, 32 bilhões e 823 milhões; Banco do Nordeste, 60 milhões; Banco da Amazônia, 705 milhões; Banco Nacional de Crédito Cooperativo, 1 bilhão e 52 milhões, perfazendo um total de 35 bilhões e 113 milhões.

Sr. Presidente, vamos fazer, ainda que sumariamente, algumas considerações a propósito desta estatística.

Em primeiro lugar, salientemos que os empréstimos mediante contratos são aqueles que genuinamente atingem, irrigam a lavoura e a pecuária. Os empréstimos sob a forma de descontos de títulos, estes, como se sabe, beneficiam mais a comercialização de produtos agrícolas e pecuários. São beneficiários deles principalmente os fornecedores, os comerciantes, os maquinistas, os moinhos e os engenhos. Daí se conclui, de conseqüente, que esta cifra, já de si escassa para beneficiar a estrutura rural do país, mesmo assim, não atinge, em sua plenitude, esse *desideratum*, este objetivo, porquanto parcela ponderável, sob a forma de desconto de títulos, alcança a etapa posterior quando a produção já está com o comerciante.

Outro ponto, Sr. Presidente, a ser focalizado aqui é que a rede bancária particular, neste montante geral de 168 bilhões e 328 milhões de cruzeiros que, sob a forma de contrato, especificamente, diretamente, que, sem dúvida, atinge a agricultura, comparece com um *quantum* que não atinge, acredito, 2 bilhões de cruzeiros em todo o país, em todos os bancos, por todas as cooperativas, por todas as casas bancárias, genericamente, por todas as instituições financeiras, enfim.

O Banco do Brasil, na verdade, tem esse encargo. Portanto, quando verificamos que estes créditos pelos bancos oficiais alcançam mais de 95% – 98% – dos investimentos destinados à agricultura e à pecuária,

estes pressupostos documentam o acerto da providência que aventamos em nosso substitutivo, no sentido de que menos de dez por cento dos depósitos dos bancos particulares, obrigatoriamente, compulsoriamente, deverão ter como prestamista a agricultura e a pecuária.

O Sr. Milton Dutra – Querida, muito atento ao discurso de V.Exa., ponderar que os bancos particulares não concorrem com percentagem mais significativa, pela simples razão de que o empréstimo agropecuário é feito em condições que a rede bancária particular, que compra e vende dinheiro, não pode evidentemente acompanhar. Entendo, de outro lado, que a rede bancária particular deve efetivamente concorrer, mas não com esta sobretaxa sugerida e sim com a dedução de uma das somas de seus depósitos compulsórios no Banco do Brasil, a ser destinada ao setor agropecuário, em especial. E, nobre deputado, permita uma sugestão. Quando V.Exa. lembra a conveniência de integralizar esse fundo para o empréstimo agropecuário, acho que isso deve ser feito não com o Fundo do Café, que é trabalho, produto, suor do homem da terra, do café, mas com o Fundo do Trigo, resultante do consumo de toda a nação, e recurso que a nação pode utilizar, sem o sacrifício de dólares, para o alevantamento, para a melhoria das nossas condições agropecuárias.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Agradeço a intervenção de V.Exa.

Aliás, quero dizer que este discurso e o substitutivo apresentado têm em mira a provocação dos debates. Não traduzem mesmo ponto de vista definitivo. A matéria é complexa, de certa maneira nova, pelo menos em nosso país. Busquei adaptar a essa necessidade de apoio em dinheiro, quer oficial, quer particular, as características sem dúvida bastante atrasadas da exploração agrícola e rural em nosso país.

Quando acenei com o café, disse claramente: somente depois de ter o fundo atingido seus objetivos, em apoio à lavoura do café, se houver sobras, ao invés de outras aplicações, que, como sabe a nação toda, não se destinam nem à lavoura do café nem à do trigo, poderemos com elas beneficiar, direta ou indiretamente, a própria lavoura do café. Comprometo-me a examinar a sugestão de V.Exa., porque realmente poderá ser bastante interessante abastecer esse fundo servindo-se do Fundo do Trigo, que dispõe de recursos apreciáveis para esta finalidade.

Desejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a propósito ainda da intervenção com que acabo de ser honrado, dizer o seguinte: este relatório do

Banco do Brasil traz-nos também uma situação que merece ser examinada. Os empréstimos destinados à lavoura e à pecuária decompõem-se em dois tipos fundamentais. Primeiro, empréstimos para capital fixo, antecipação de poupanças para investimento, para exercício, são empréstimos que devem ser feitos a longo prazo. Por exemplo: uma pessoa adquire uma extensão de terra e precisa desmatá-la, precisa abrir estradas, construir pontes, cercar a área, construir sua residência e as casas daqueles que vão explorar a gleba, precisa adquirir veículos e, principalmente, tratores. São bens duráveis que não se relacionam diretamente com a rentabilidade da propriedade. Tudo isto diz respeito aos empréstimos, sob a rubrica de capital fixo. Em segundo lugar, há o capital de custeio, geralmente nulo, sob a forma de penhor agrícola. Por exemplo: o banco empresta ao lavrador para que ele plante e, quando a colheita se verifica, o banco tem em devolução o empréstimo propiciado ao lavrador e os juros.

Como já disse, trago aqui números em relação ao pouco que existe em matéria de crédito rural, e, deste pouco, a maior parte refere-se àquela área de operabilidade entregue ao banco particular, ao banco privado. Este pouco se envereda pela forma do crédito agrícola de custeio, porque, como sabemos, os bancos particulares têm preferência – é natural, é explicável – para a entrega do dinheiro, desde que tenham condições para rapidamente tê-lo de volta, o que acontece sob esta forma de empréstimo.

Mas os empréstimos para capital fixo são indispensáveis, porque se relacionam com a produtividade da lavoura. Do contrário, apenas para que anualmente haja o plantio e a colheita, sem que haja o defensivo, sem que haja inseticida, sem que haja adubo, sem que haja terraceamento, sem que haja trator, sem que haja colhedeira, não poderemos dar ao agricultor esta característica indispensável de rentabilidade que o fará produzir melhor e mais barato para o consumo interno e, conseqüentemente, dará aos produtos de exportação as condições de que necessitam para suportar a competição internacional.

Sr. Presidente, os bancos oficiais – isto é, o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Banco da Amazônia – emprestaram, em 1962, para capital fixo, para investimento, há cinco, seis, sete e oito anos, 43 bilhões e 610 milhões de cruzeiros, enquanto os outros – e entre estes os bancos estaduais, que também operam como particular, e a rede bancária particular – emprestaram,

em todo o Brasil, somente o montante de 757 milhões de cruzeiros. Quanto ao custeio, os mesmos estabelecimentos oficiais enumerados destinaram cerca de 18 bilhões e 360 milhões de cruzeiros, e a rede bancária, a mesma estadual, oficial, e a dos bancos privados, 5 bilhões e 611 milhões de cruzeiros.

Antes de dar o aparte ao eminente colega, desejo dizer que, no substitutivo, estudei um mecanismo no sentido de fazer com que recaia preferencialmente sobre a responsabilidade dos bancos oficiais – Banco do Brasil, Banco do Nordeste, bancos estaduais também – o empréstimo para capital fixo, o empréstimo para investimento, ao passo que, preferencialmente, em sentido inverso, a rede particular, dentro daquele teto de dez por cento a ser proposto, irá operar, pelo menos inicialmente, para o custeio anual das lavouras.

Acredito que, desta maneira, poderíamos atingir o problema em suas duas bases essenciais, para assegurar a continuidade de exploração, o que se fará por meio de dinheiro abundante para o custeio, mas sem deixar – e isso é importante – de bem apetrechar e aparelhar tecnicamente com todos os implementos, com tudo aquilo que seja essencial, a pecuária e a lavoura nacionais.

O Sr. Renato Celidônio – Quero, inicialmente, congratular-me com V.Exa. por esta exposição...

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Grato a V.Exa.

O Sr. Renato Celidônio – ...e por este projeto que está encaminhando e expondo ao debate. Acompanho com todo o interesse o seu trabalho e tomo a liberdade de apresentar a V.Exa. duas sugestões: uma relacionada à constituição do fundo para o financiamento agropecuário. O Fundo de Defesa do Café realmente apresenta sempre um saldo, principalmente nos últimos anos, e ele poderia ser aplicado no setor crédito para a cafeicultura, para a lavoura de modo geral, como recurso dos mais expressivos e vultosos. Entretanto, esse saldo do Fundo de Defesa do Café tem caráter eventual, uma vez que varia a safra de café; sempre uma é menor e outra maior, e isso afeta a previsão do fundo como volume de recursos. Às vezes, uma safra representa o triplo da outra, como ocorreu no Paraná, entre esta safra e a próxima colheita. Sugeriria a V.Exa. se fixasse então inicialmente, de acordo com a disposição do fundo, anualmente, aquela taxa que ficaria disponível para esta aplicação, num sentido portanto anual, para evitar que o fundo não tivesse os recursos necessários por ocasião de uma safra maior de café.

Queria lembrar ainda velha aspiração da terra paranaense, da terra brasileira, já neste setor bancário. Era no sentido de se incorporar a este projeto um percentual do recolhimento que a rede bancária particular faz no Banco do Brasil, aliás, na Sumoc. Este recolhimento, se não me engano, é da ordem de 28%. Esta porcentagem do recolhimento poderia ser liberada, uma vez que aplicada em cédula rural. Seria uma maneira de difundir, forçar mais a aplicação dos recursos da rede bancária particular no setor agrícola. Agradeço a V.Exa. a oportunidade e, ao mesmo tempo, congratulo-me com o nobre colega pelo seu brilhante discurso.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Grato pelas ponderações de V.Exa., bem como pelas sugestões. Além de as apreciar, certamente a comissão especial que trata do assunto as levará na devida conta, como valioso subsídio para a boa solução do problema.

Sr. Presidente, o relógio me adverte que estou no término do meu tempo. Vejo que já não poderei discorrer sobre a matéria com o vagar que desejava, mas sintetizarei apreciações a propósito de dois itens que reputo da maior importância.

Em primeiro lugar, é a difusão, a democratização, a quantificação do empréstimo rural do Brasil. Ele não pode ficar somente nas áreas mais desenvolvidas e, assim mesmo, onde existem os estabelecimentos oficiais, as agências do Banco do Brasil. É preciso que o crédito vá ao encaço, tenha facilidade de encontrar-se com ele, o agricultor e aquele que se dedica à exploração pecuária neste país. É lógico que seria demasiado dispendioso fossem criadas agências do Banco do Brasil em cada município. Assim, no substitutivo, colocamos sugestão à mensagem chegada recentemente a esta Casa, propondo a criação de associações de produtores, pessoas válidas, de idoneidade indiscutível no lugar, por meio de mecanismo simples do reconhecimento de sua existência oficial e jurídica, atuando, respaldadas essas associações de produtores, em nome e sob a orientação do Banco do Brasil ou de qualquer estabelecimento de crédito. Desta maneira, nos municípios, principalmente nos pequenos, iremos ter condições de fazer com que o crédito possa beneficiar, o que é fundamental, principalmente o médio e o pequeno produtor.

Outra sugestão, antes de encerrar minhas considerações. Desejo submeter uma sugestão à apreciação e à consciência dos que aqui se preocupam com esse problema. É no sentido de desburocratizar a concessão do crédito agropastoril. Há verdadeira muralha de papéis, de documentos, de certidões onerosos, dispendiosos e difíceis. Propomos

duas medidas principais, no sentido de desburocratizar, de descentralizar, de desobstruir o caminho dos créditos rurais, para que atinjam a propriedade agrícola. Em primeiro lugar, conferir as características, de preferência ao crédito agropastoril, porque, sabemos, o banco particular ou oficial que milita a favor do crédito, que concede a preferência, é óbvio, não irá precisar ter os cuidados atuais, porque esses cuidados irão ter os estabelecimentos que tenham de emprestar de outra maneira. Desta forma, muitas dessas exigências que tornam frequentemente inviáveis os empréstimos, principalmente para o homem rústico, o pequeno e médio proprietário rural, desaparecerão.

Outra sugestão, de acordo com o estudo feito com um grupo de estudo orientado pelo Sr. Nestor Jost, no Banco do Brasil, será no sentido de limitar, senão evitar, o registro e depois a baixa em cartório do penhor rural. Sabemos que, além das despesas cobradas, frequentemente abusivas, há uma demora de um, dois ou três meses para que a formalidade seja cumprida, trazendo, às vezes, como consequência, a perda de todo o ano agrícola, porque essa atividade depende não dos homens, mas da natureza. No particular, consta de nossa sugestão a instituição de uma caderneta, a exemplo das que têm os advogados, onde se anota toda a sua vida funcional, não sendo necessário exibi-la toda vez que compareça, nem apresentar certidão retirada da Ordem dos Advogados. No caso do trabalhador rural, ele terá uma caderneta oficial, onde será lançada toda a sua ação como devedor perante os estabelecimentos de crédito.

Desta forma, em vez de o agricultor ter de ir a essas repartições, nesse documento de cunho e de características oficiais, com grande simplificação de documentos, se verá a regularidade ou irregularidade de sua situação frente a créditos evidentemente obtidos.

Sr. Presidente, é entendimento do meu partido que, se não estabelecermos agora e já, nesta mensagem que aí se encontra ora em estudos na comissão especial, medidas do tipo desta e de outras que sem dúvida serão sugeridas por intermédio de emendas nesta Casa, o acesso à terra que aqui se busca conseguir não terá aquelas consequências, aquelas vantagens benéficas à vida nacional como se espera.

Quero recordar, Sr. Presidente, expressão favorita de um patriarca, principalmente da agricultura do meu estado, a figura de Bento de Abreu Sampaio Vidal, que, homem público eminente, marcou a sua trajetória em nosso estado como fundador de cidades, lançando as bases de empreendimentos agrícolas que até hoje ainda florescem em

São Paulo. Ele costumava dizer, ao tempo em que éramos deputados estaduais em São Paulo, quando se queria criar uma situação formal, extrínseca, acreditando que somente pela lei, pelo decreto se pudesse resolver situações, que isso equivalia, de acordo com saborosa expressão cabocla, a “dar milho na garrafa”.

Sr. Presidente, se dermos a terra e não dermos o crédito, não estaremos aproveitando a sábia advertência daquele grande paulista e grande brasileiro, e toda esta nossa movimentação não passará de barulhenta, dispendiosa e decepcionante inutilidade.

Indenizações e reforma agrária

Câmara dos Deputados, em 13/9/1963.

Publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 13/9/1963, p. 327.

Posição do PSD no debate sobre as desapropriações de terras para efeito de reforma agrária, objeto de emenda constitucional proposta pela ala esquerda do PTB.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – O Partido Social Democrático, embora respeitando as manifestações anteriores à formalização da sua posição, aceita a tese da desapropriação da propriedade territorial rural com indenização paga em títulos da dívida pública. Tem mesmo a propósito – e isso é do conhecimento da opinião pública do país – um texto que, dentro da lógica democrática, no mecanismo de freios e contrapesos, de um lado, admite a desapropriação, mas, de outro, cria os resguardos, os cuidados para que essa desapropriação se situe em sua área específica e própria. O desentendimento entre a nossa bancada e outros setores desta Casa é um problema, poderíamos dizer, de dosimetria, de mensuração: saber até onde essa desapropriação, com pagamento em títulos, atingirá o seu dimensionamento, enfim. Nosso partido fixou-se na admissibilidade da desapropriação, com pagamento em títulos, da propriedade territorial rural inaproveitada, inexplorada. Admite também a desapropriação quando essa propriedade é explorada de forma antieconômica, o que, em termos práticos, dá na mesma coisa.

Não vou aqui, Sr. Presidente, num assunto que já foi exaustivamente examinado nesta Câmara, no Senado, na Imprensa, repisar argumentos sobejamente versados. Quero, isto sim, Sr. Presidente, nessa minha rápida intervenção, em nome do meu partido, focalizar aspecto que precisa ser examinado e que constitui um dos pressupostos da nossa posição.

Todos sabem, Sr. Presidente, parece que é insusceptível de contradição baseada em fatos que quem tem terra no país geralmente não tem recursos próprios, pelo menos suficientes, para explorá-la. É uma regra a suplementação dos recursos para exploração da propriedade agrária. Há mesmo, Sr. Presidente, fato corriqueiro, comezinho, que justifica esta tese: grande parte dos proprietários de terra no Brasil não dispõe de recursos sequer para cercar as suas propriedades. Numa rápida viagem pelo interior, inclusive do meu estado, ver-se-á grande número de

propriedades agrícolas que não estão sequer cercadas. Ora, Sr. Presidente, quando uma propriedade rural não é cercada, não há como falar em terraceamento para protegê-la contra a erosão, em defensivos contra formiga, saúva etc., em tratores, porque é óbvio que não tem condições para o cultivo. Se o lavrador nela planta, aquilo que plantou está sujeito a ser danificado, está sujeito ao furto, ao roubo, inclusive a ser devorado por animais vindos de outras propriedades. Muito menos, é claro, haveria condições para a pecuária, porque os animais fugiriam. Nos anúncios de jornais, em qualquer parte, para compra de uma propriedade rural, o fato de ser cercada é sempre apontado como vantagem, como melhoria, como prova de ser uma propriedade em estágio mais avançado de exploração.

Ora, se há estatísticas que dizem que de 80 a 85% das propriedades exploradas existentes no Brasil precisam de recursos de particulares, de bancos oficiais, de bancos particulares, para o plantio, a lavoura ou a pecuária, é indiscutível que preservar, estimular, garantir o ingresso, a inversão de capitais alheios na propriedade territorial rural constitui uma cautela, uma precaução mínima que devemos ter quando vamos regulamentar por meio de nova lei o assunto. Sabe-se que é por meio da hipoteca normalmente e também do crédito pignoratício, penhor rural, que é por meio dessas garantias que o dinheiro alheio se insere na propriedade de terceiros. Portanto, cerca de 80 a 85% das propriedades existentes no Brasil têm sobre si o ônus de empréstimos e a propriedade é oferecida como garantia real no vínculo hipotecário. E há também, quando existem prendas, quando existem safras, o crédito pignoratício.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ser uma propriedade territorial rural desapropriada, se o pagamento for em dinheiro não há problema, porque, no ato, sub-roga-se o credor hipotecário ou pignoratício; por intermédio das testemunhas dos atos públicos efetiva-se a desapropriação com o pagamento, e o credor recebe em dinheiro o que é seu. Mas se a desapropriação da propriedade territorial explorada se fizer em títulos, parece-me que não haverá outro meio, outro remédio, outro recurso, senão também em títulos pagar ao credor hipotecário a hipoteca, ou ao credor pignoratício aquilo que emprestou, justamente para que plantasse milho, feijão, arroz, tendo como garantia a safra, ou aquilo que emprestou para que se comprasse o gado, tendo como garantia também o gado.

As consequências seriam, entre outras, as seguintes: primeiro, quer-nos parecer, a nós do Partido Social Democrático, que o assunto precisa ser regulado, examinado não só na emenda que modificar o texto constitucional como o disciplinamento posterior, por meio de legislação ordinária. Porque, Sr. Presidente, não se criando garantias para esta inversão de dinheiro, além das próprias para a exploração agrária, duas consequências adviriam. Em primeiro lugar, parece-me injusto que a desapropriação – que em última análise é uma sanção, um castigo, porque mãos ociosas, incapazes, não puderam explorar o que é seu, o que não sucederia quando a propriedade é explorada, inclusive com dinheiro de terceiros –, que essa garantia fosse ricocheteada, fosse atingir esses terceiros, protegidos por um contrato acabado, perfeito, quando o dever fundamental do Estado é, precisamente, dar estabilidade, garantia aos contratos. Em segundo lugar, seria um castigo ao capital que justamente tem uma inclinação ou uma orientação, um destino sadio, salutar, porque se poderia destinar às práticas onzenárias de dois, três, quatro, cinco e até seis por cento ao mês, ou nas inversões imobiliárias, com rentabilidade sempre muito maior, porque as taxas altas são incompatíveis com o rendimento modesto da exploração agrícola.

Ora, Sr. Presidente, não se compreende que precisamente esse capital, esse dinheiro de banco de pessoas que nele se inserem, que passa a atuar na área agrícola da nação, tenha esse tratamento, sofra essa discriminação e se exponha a esse perigo.

O *Sr. Jales Machado* – Sr. Deputado, temos assistido na Câmara a grandes debates sobre o problema. Infelizmente, esses debates têm pairado apenas no campo filosófico, ideológico, nas teorias. O meu aparte é exatamente para me congratular com V.Exa. pela maneira concreta que está atuando neste problema, consultando, realmente, a realidade brasileira. É o que tem faltado nos debates desta Casa. Portanto, conforta-me a mim e, naturalmente, àqueles que querem realmente uma reforma agrária brasileira a maneira com que está expondo o problema, com tanta atitude e realidade.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Muito grato à intervenção generosa de V.Exa.

Sr. Presidente, isto iria fatalmente determinar a fuga, o receio de emprestar ao lavrador, porque, a qualquer momento, pode haver a desapropriação com o pagamento em títulos, se esta situação não for evidentemente examinada. O que sucede é que, tendo entregue o dinheiro,

inclusive o dinheiro do banco, que não lhe pertence, que está sob sua custódia, pertencendo aos seus depositantes, poderia sobrevir a desapropriação com o pagamento em título, e o dinheiro seria substituído por títulos resgatáveis a prazos longos. Por isso, foi além de outras razões que nós, a maioria de nosso partido, nos fixamos pelo menos neste iniciar, para usar esta palavra que está agora tão em curso, nesta decolagem, no *take off*, nós nos fixamos na possibilidade da desapropriação das terras inexploradas, porque é de pressupor que sobre estas não incidam estes recursos que dificilmente são desvinculados do processo desapropriatório, dado o seu montante, porque aí não ocorreriam aquelas dificuldades, já apontadas aqui, de não haver recursos numéricos suficientes para se proceder à desapropriação, pelo menos no número ou na proporção com que se deseja fazer. É preciso que se diga que há outras formas e outras maneiras de situar a proposição agrária dentro do condicionamento e da prevalência do social sobre o individual, do coletivo sobre o particular. A desapropriação, por exemplo, com o pagamento em dinheiro. Temos experiência, poderia enumerar aqui um rol extenso de casos. Prefeituras que frequentemente desapropriam com pagamento em dinheiro, porque certas propriedades agrárias, ainda que bem exploradas socialmente, constituem uma dificuldade para uma cidade. O estado, por igual, suplementa com as suas finanças, com os seus recursos, estas desapropriações que serão, sem dúvida nenhuma, singulares, tópicas, esporádicas. Não é justo, portanto, parece-nos, pelo menos no primeiro momento, que enfrentemos este problema por todos os ângulos e sem esmiuçá-lo devidamente, criando dificuldades do tipo que procurei denunciar, isto é, num país onde quase tudo é feito com recurso oficial, com dinheiro do governo, onde a iniciativa particular não fertiliza as áreas das realizações administrativas e governamentais, iríamos escrever mais um capítulo, fazendo com que aquilo que, embora com escassez, ainda existe, em matéria de empréstimos particulares e oficiais, até este pouco seja banido, seja afugentado, porque, positivamente, entregar-se a exploração agrária somente a recursos próprios, a quem tem a propriedade, será uma involução, será criar condições mais angustiantes e difíceis para a produtividade agropastoril no Brasil.

O Sr. Afonso Celso – V.Exa. aflora, realmente, matéria que requer debate e sobre a qual a Casa deve deliberar. Apenas V.Exa. antecede esta discussão. Estes problemas não estão na emenda constitucional do PTB. É bom que se frise isto. Se atentarmos para a redação que propusemos para o art. 147, ela transfere este problema, inclusive o da indenização

por títulos, para a lei ordinária. O problema há de ser resolvido em lei ordinária. A redação de nossa emenda é permissiva. Ela consente que a lei ordinária resolva a matéria, quando diz “a lei poderá”. Não determina que a indenização seja por títulos, faculta apenas o que não há na Constituição de 1946, que a lei ordinária possa determinar que a indenização seja por títulos.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Agradeço o aparte do nobre deputado Afonso Celso, mas, quando se faz uma ressalva no sentido de excepcionar o critério geral que protege a propriedade, admitindo que ela seja desapropriada, mas com o pagamento prévio em dinheiro, entendemos que isto, também no instrumento constitucional, deve ser devidamente cuidado e regulado, porque o tema é de tal magnitude que relegá-lo à legislação ordinária seria certamente criar tantos problemas de insegurança para o país que, ao invés de servi-lo, iríamos desservi-lo.

O Sr. Afonso Celso – Permita ainda, agora para lamentar que V.Exa., membro efetivo da comissão especial, não houvesse levado ao debate naquela comissão esse propósito de V.Exa., essa linha do seu partido, inclusive apresentando ali em debate, à discussão e à votação, subemenda que modificasse essa parte, quando proposta na nossa emenda. Se isso houvesse sido feito, certamente estaríamos aqui, sem dúvida alguma, a discutir uma emenda que fosse, muitas vezes, um denominador comum entre as várias representações desta Casa.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Eu quero responder ao nobre deputado Afonso Celso dizendo que S.Exa. não tem razão nos reparos que faz. O nosso partido, o Partido Social Democrático, em sucessivas demonstrações públicas patenteou o seu desejo de composição, de achar um denominador comum com as outras forças existentes em nossa Casa, notadamente com o Partido Trabalhista Brasileiro. Acudindo mesmo aos apelos, solicitações, sugestões, inclusive do Sr. Presidente da República e de figuras as mais representativas do Partido Trabalhista Brasileiro, introduziu modificações na sua posição inicial, valendo citar aquela que diz respeito às taxas de correção monetárias frente à inflação, além de outros dispositivos.

Houve, portanto, um esforço de composição, mas é lógico que o nosso partido, como acontece com outros, tem limites nas suas concessões, os limites da sua consciência pela maneira certa, característica, como no seu entender o assunto deve ser enfrentado e resolvido. Temos, a propósito da condução do assunto, um documento sobejamente conhecido

da opinião pública e nele nós demonstramos, inclusive baseados em pressupostos, em razões do tipo daquelas que estamos enunciando neste instante, que nós devíamos ficar na desapropriação com pagamento em títulos de propriedades territoriais inexploradas, daquelas propriedades que não estão correspondendo aos apelos da coletividade para que lhe deem alimentos e lhe forneçam matérias-primas e divisas. Foi dentro desse ângulo que nos situamos.

Entendemos, Sr. Presidente, que, se fôssemos além, nós iríamos esbarrar com dificuldades como aquelas que estão aqui enunciadas, qual seja de possuir, de criar uma incerteza por meio daquelas desapropriações, para que o capital alheio àquele eventualmente existente nas mãos do proprietário de terra, este capital viesse também cooperar, ajudar o desenvolvimento ou a exploração da propriedade agropastoril.

O Sr. Osmar Dutra – Sr. Deputado, o ponto de vista esposado por V.Exa. num determinado setor deste magno problema, qual seja o da justa indenização por títulos, com ele estamos acordes quando esses títulos efetivamente trouxeram ao simples confisco aquelas garantias tão necessárias, para que deixem no espírito do desapropriado a certeza da manutenção de suas garantias, que, inicialmente, já tem por força dos dispositivos constitucionais. Nós podemos, com referência a títulos, lembrar aqui célebres títulos denominados bônus de guerra, que deixaram tão má fama por esse Brasil afora. De maneira que esse ponto de vista de V.Exa., que é pessedista, coincide com o meu ponto de vista, que sou udenista, e, assim sendo, estamos observando que as dificuldades vão sendo superadas e poder-se-á conseguir um denominador comum.

O Sr. Tenório Cavalcanti – O nobre deputado Ulysses Guimarães, com a autoridade de ser um dos deputados de maior visão desta Câmara e ter à sua retaguarda um partido...

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – É generosidade de V.Exa.

O Sr. Tenório Cavalcanti – ...que tem a responsabilidade de dirigir politicamente a Câmara, está com a sua palavra, em nome do seu partido, deixando transparecer que jaz por terra, ceifada pela mão impiedosa da morte, a emenda constitucional, porque a opinião do Partido Social Democrático coincide, já agora, com a opinião da União Democrática Nacional e tira da Câmara a esperança de possibilidade de fazermos essas reformas nos moldes em que a nação reclama. V.Exa., realmente, está preocupado com um detalhe que a todos deve preocupar, que é problema dos títulos, mas V.Exa. esquece de uma coisa: não há valo-

rização de propriedade, há, sim, a desvalorização da moeda, que dá a impressão que houve a valorização da propriedade. Se fizermos a reforma constitucional de modo a fazermos a reforma agrária substancial, de modo a aumentar a integração de quarenta milhões de brasileiros na comunidade nacional, aumentará também o poder aquisitivo desses brasileiros e a moeda há de se valorizar e, conseqüentemente, os títulos. A preocupação decorre disso, da falta da reforma de estrutura. No dia em que V.Exa., como homem de São Paulo, verificar que o que o estado de São Paulo precisa não é de aumentar o *standard* de vida do povo brasileiro, mas aumentar o nível de vida geral dos brasileiros, para que aumente, conseqüentemente, o poder aquisitivo. São Paulo será o único estado do Brasil a lucrar com a reforma da Constituição, porque ela é indispensável. O legislador que fez esse dispositivo constitucional o fez no tempo e espaço distantes dos dias que estamos vivendo. Hoje, temos uma consciência de direito diferente. Cresceu na consciência nacional que é possível deixarmos de ser um país estagnado. Não existe mais essa mentalidade de que não se pode alterar a Constituição, que é feita para ser alterada. O legislador faz a lei, mas a razão é que faz o direito. O direito acompanha o homem, assim como a sombra acompanha o corpo. Isso de sermos rígidos no que tange à não reforma da Constituição se alterou. Hoje prevalece o direito do homem alimentar-se, de subsistir, fazendo subsistir o próprio regime democrático.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Agradeço o aparte de V.Exa., Sr. Presidente, desejo dizer, encerrando esta parte da minha exposição, que não sou pessimista a ponto de entender que, se não vingar, se não for bem-sucedida a tentativa consubstanciada da emenda constitucional, que será, em breve, submetida à votação, isso signifique que esteja encerrada a possibilidade de entrarmos num entendimento, para que a questão evolua e avancemos, na medida do possível, num assunto de tanta importância. Nos entendimentos, mesmo entre o PSD e o PTB, várias vezes pleiteamos uma solução conjunta para ambos os partidos e com a exequibilidade desta forma de pagamento, além de outros critérios progressistas, após os quais já há um entendimento entre essas duas forças, além de outros entendimentos. Por isso, eu creio que realmente poderemos ainda chegar a um entendimento que resulte em uma proposição em condições de exequibilidade, inclusive pelo Plenário da Casa.

Sr. Presidente, antes de sair da tribuna, quero, em nome do meu partido, dizer que é nosso propósito estudarmos a solicitação quanto ao regime de urgência para as proposições existentes. Inclusive, há uma

mensagem e um substitutivo de minha autoria, além de outras proposições sobre o crédito rural.

Falamos, Sr. Presidente, em reforma agrária, em maior aproveitamento da estrutura agropastoril da nação, sem modernizar, atualizar, instrumentalizar o crédito rural, positivamente não estamos enfrentando o assunto com aquela seriedade com que é mister seja resolvido.

Nosso propósito é fazer com que existam recursos vinculados especificamente ao crédito rural. Para isso, no nosso substitutivo, apontamos uma fonte importante, ou seja, o excedente do Fundo de Defesa do Café. Quando se sabe que cada saca de café que sai deixa por volta de 20 dólares, devendo totalizar 18 milhões de dólares, temos cerca de 360 milhões de dólares. É lógico que não será toda essa quantia, mas uma porção substancial daquilo que sobrar, daquilo que restar, que remanescer da destinação normal deste fundo de proteção da lavoura do café. Isto deveria – e deve – alimentar o Fundo de Crédito Rural.

Em segundo lugar, desburocratizar o crédito rural, principalmente a hipoteca, que ainda mantém os moldes tradicionais do Código Civil de 1916. O crédito pignoratício: todos sabem que nos bancos, inclusive no Banco do Brasil, é tal a especificação que se constitui numa verdadeira enciclopédia! A semente que vai ser usada, quando vai ser plantada, quando vai ser colhida etc. Os documentos que são exigidos, como por exemplo os cartorários, criando entraves quase intransponíveis, fazendo-se tornar mais ágil, mais rápido, mais portátil este crédito. Por isso, apontamos duas providências. A primeira é dar características de preferenciabilidade ao crédito rural, preterindo ele outros débitos, fora aqueles que normalmente não podem ser preteridos, como as dívidas resultantes dos salários e pagamentos ao trabalhador e as referentes à Fazenda Nacional.

Com esta preferência, não é necessário acautelar-se o prestatário, para saber se há ônus ou gravames que poderiam, amanhã, tornar perigosos os investimentos ou os empréstimos.

Em segundo lugar, estabelecer por exemplo uma carteira de crédito rural que fica em poder daquele que emprestou e onde todos os incidentes, tudo aquilo que aconteceu nas suas relações com o banco, com o estabelecimento bancário, estará ali anotado, não se fazendo necessário, por exemplo, como hoje acontece, a retirada de certidões cartorárias, onde há as explorações mais ignóbeis.

Sabemos que a demora é fatal, porque temos ciência de que o crédito para a lavoura tem seu prazo fatal assinalado, principalmente pelas épocas das chuvas e, frequentemente, a demora é de um, dois, até três meses, para que um pobre lavrador retire os documentos em cartórios, que testemunhe ter ele pago o crédito pignoratício anterior. Tudo isso tem trazido dificuldade e sobressaltos do conhecimento de todos aqueles que aqui se encontram. Quer-nos parecer, inclusive há um grupo de trabalho chefiado pelo Dr. Nestor Jost, hoje diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, estudando a medida que talvez resolvesse satisfatoriamente o problema.

Sr. Presidente, reitero, portanto, nosso desejo, devidamente credenciado pelo líder do meu partido, nobre deputado Martins Rodrigues, de, dentro em breve, em entendimentos com outras lideranças, solicitar urgência para esta proposição, porque, sem dinheiro fácil, na época oportuna, vindo não só dos bancos oficiais, mas também da rede bancária particular – fixaríamos, por exemplo, dez por cento para compulsoriamente serem vinculados os depósitos bancários, dez por cento para empréstimos agropastoris –, neste quadro tão complexo, com problemas que têm tantos ângulos, não estamos cuidando de um que é fundamental, que é substancial.

Ao encerrar meu discurso, Sr. Presidente, devo dizer que vamos fazer esforços junto aos demais partidos, às demais bancadas para a aprovação rápida, urgente, se for o caso, de crédito rural. Temos de desobstruir os canais de acesso, para que a propriedade territorial rural cresça em número neste país. Sem isto, vamos, sim, aumentar o número de proprietários rurais, mas o que é gravíssimo, simultaneamente – isto é que é fundamental –, não aumentaremos no Brasil o número de lavradores e o número de pecuaristas.

Mazzilli e o ato institucional

Câmara dos Deputados, em 22/4/1964.

Publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 22/4/1964, p. 417.

Sob o pretexto de uma saudação ao deputado Ranieri Mazzilli, depoimento sobre as discussões que cercaram a elaboração do Ato Institucional nº 1, de 5 de abril de 1964.

Há uma razão natural para que eu também fosse situado entre os intérpretes da homenagem desta Casa ao seu presidente, deputado Ranieri Mazzilli. Representamos a mesma província. Os parlamentares de São Paulo se envaidecem nesta Casa de terem entre os seus pares a personalidade daquele que tem as responsabilidades de presidir a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente Ranieri Mazzilli, na vida pública de V.Exa. encontramos várias singularidades das mais expressivas. Desde que esta nação se fez livre e nela, nos períodos de vigência do regime das franquias públicas, o Parlamento foi o intérprete da vontade popular, desde o Brasil Império, portanto, nenhum brasileiro por tantos anos sucessivos, sete ao todo, ocupara a chefia do Legislativo. Há um sentido nisso, um lógica, uma razão: é que V.Exa., à frente desta Casa, realiza na prática aquilo que tantas vezes tem sido decantado, embora não tantas vezes seguidas, isto é, V.Exa. é efetivamente o presidente da Câmara, o magistrado, o representante indiscriminado de todos os deputados. V.Exa. realiza, como exemplo, aquele critério que talvez não seja tão acertado quando se trata de um líder de facção política ou de partido, mas que o é, sem dúvida nenhuma, quando se trata de liderança, como representação unânime de todo um colegiado, no caso a Câmara dos Deputados. É que o líder não deve imprimir nem comprimir, mas sim exprimir. E V.Exa., na sua atuação imparcial, equidistante, tem sido, sem dúvida, a expressão lídima e constante, porque justa e geral desta Casa.

Sr. Presidente, nenhum outro brasileiro por tantas vezes – seis ao todo – foi convocado para a suprema curul desta nação. Mas não se veja no episódio, na sua reiteração, somente uma significação de tempo ou cronologia. Não. É que V.Exa. foi convocado, e talvez isso não acontecesse, pelo menos em tantos episódios, a nenhum outro chefe desta nação, para as ocasiões de procela, de tempestade, de paixão, incom-

preensão e de perigo. E V.Exa., Sr. Presidente, todas as vezes, soube conduzir-se com tal domínio da situação, com tal apego à verdade e integração no real interesse do país, que tem saído do Palácio que representa o Poder Executivo cercado de compreensão e engrandecido em sua trajetória política, como ora sucede.

Estive, Sr. Presidente, na intimidade da atuação de V.Exa., em todos os episódios, posso mesmo dizer em todas as ocasiões em que V.Exa. se inquietou com a convocação para o posto supremo. Poderia, como testemunha, trazer aqui, para ilustrar as minhas palavras de aplauso a V.Exa., algumas ocorrências que bem demonstram a sua alta envergadura de homem público e, acima de tudo, o cuidado escrupuloso que sempre teve em continuar a ser, na chefia da nação, o chefe do Poder Legislativo.

Ainda recentemente, no Palácio das Laranjeiras, quando vozes autorizadas buscavam dirimir a dificuldade de convalescer a situação de fato criada pela revolução por intermédio da decisão do Congresso ou do Poder Revolucionário, quando eu sustentava a tese de que deveria ser feito por meio do pronunciamento do Poder Legislativo, quando se procurou, Sr. Presidente, convalescer esta situação, para que o ato institucional fosse baixado pelos ministros e por V.Exa., como presidente, V.Exa., a meu ver lapidarmente, recusou dizendo:

“Se o Congresso não entra, eu não posso entrar; e, se for um imperativo inelutável, não serei eu, como presidente da Câmara, que, por vocação constitucional, tem as responsabilidades da chefia da nação, que irei baixar um ato não previamente aprovado pelo Congresso”.

Nos acontecimentos de contextura histórica que a nação acaba de viver, dois paulistas, chefes ambos do Parlamento brasileiro, tiveram atuação que fixou seus nomes na permanente gratidão pátria: Moura Andrade, presidente do Congresso, e Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados.

Sou voz de São Paulo, ao proclamar que nossa província comum incluiu esses seus dois filhos na galeria de pró-homens que destinou ao serviço glorioso da pátria.

Despesas eleitorais e voto distrital

Câmara dos Deputados, em 29/4/1964.

Publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 29/4/1964, p. 503.

Antecipação de um projeto de reforma da legislação eleitoral.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Quero aduzir considerações a propósito do projeto de reforma da legislação eleitoral vigente, que irei encaminhar à consideração do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, grande prazer eu teria em que houvesse intervenções dos nobres colegas sobre a matéria, na exposição que vou fazer. Contudo, serei forçado a pedir aos meus eminentes pares que deixem seus apartes para outras oportunidades, porque disponho somente de meia hora. Tendo solicitado a palavra, na qualidade de líder, dispunha de uma hora, mas o nobre líder da UDN, deputado Adauto Cardoso, pediu-me que partilhasse o tempo com o deputado Raimundo Padilha.

Sendo matéria naturalmente polêmica, que vai suscitar ampla discussão nesta Casa, se o debate se desse desde já em torno das ideias que irei submeter à consideração dos meus colegas, eu sairia desta tribuna sem poder fazer a explanação que desejo.

Começarei dizendo que o presidente nacional do Partido Social Democrático, deputado Amaral Peixoto, me solicitou estudasse esta matéria. O projeto que vou apresentar não é o do Partido Social Democrático, porque ainda não tivemos tempo de reunir a bancada para que ela se fixasse a propósito do assunto. Posso adiantar, contudo, que muitas das ideias contidas nesta proposição resultam de conversas, de permuta de opiniões que incansavelmente venho tendo não só na minha bancada, como com parlamentares filiados a outras legendas partidárias.

Sr. Presidente, no meu projeto, eu enfatizo, dou tônica ao controle do poder econômico, à sua intervenção nas eleições neste país. Entendo que devemos colocar na área do ilícito penal, do delito, do crime, o imoderado uso de dinheiro, seja qual for sua procedência, em nossas eleições.

O Sr. *Chagas Rodrigues* – É só uma indagação, nobre deputado. Não conheço o projeto de V.Exa. Mas talvez seja essa a proposição mais importante para a reforma eleitoral, dentro da legislação constitucional vigente. Mas, nobre colega, V.Exa. sabe que, apesar de a Constituição

não proibir o candidato avulso – pois aí estão os constitucionalistas, dizendo que o candidato avulso é possível dentro da sistemática constitucional –, a legislação eleitoral ordinária proíbe o candidato avulso, tendo em vista o fortalecimento dos partidos. Para ficar nesta parte do discurso de V.Exa., perguntaria eu: já que não temos mais o candidato avulso, já que os candidatos têm de ser necessariamente registrados por partido, crê V.Exa., dentro desta ordem de ideias de combatermos sistematicamente o abuso do poder econômico, que os gastos, todos eles, sejam feitos única e exclusivamente pelas tesourarias dos partidos? Se não há candidatos avulsos, não devemos também permitir que candidatos saiam, avulsos, fazendo gastos extraordinários, prejudicando os partidos e prejudicando o próprio regime democrático.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Agradeço o aparte de V.Exa. e o valioso subsídio que V.Exa. traz à matéria que, sem dúvida alguma, será, ao devido tempo, apreciado pelas comissões inicialmente e, posteriormente, neste plenário.

Srs. Deputados, entendemos que devemos colocar, portanto, no ato ilícito penal, o gasto imoderado. Se nós não o fizermos, a sanção será meramente ética, moral, de moral política, uma vez que não há preceito na legislação objetiva que conceitue esta limitação nos gastos durante as eleições.

Desejo dizer, Sr. Presidente, logo de começo, que, evidentemente, no particular, não vamos ter a pretensão de, por meio desse limite, controlar definitivamente a intervenção do dinheiro, do poder econômico nas eleições. A experiência demonstra que, em outros países do mundo onde isso foi feito, nos Estados Unidos, na Europa, na Inglaterra principalmente, os resultados não são molde a concluir pela erradicação completa desse *handcap* que infirma a captação da vontade popular manifestada na sua pureza.

Mas sucede, no assunto, o que a propósito acontece com toda a legislação penal, com as penas mais graves, mais severas. A pena de morte, por exemplo, não elimina de vez o homicídio, o crime. Sabendo que é irregularidade, mais do que isto, um crime, um delito, uma parte ponderável, ponderabilíssima de candidatos, sem dúvida alguma, não correrá o risco de fraudar, de desrespeitar a preceituação categórica da legislação eleitoral do país. A ideia que adotamos em nosso projeto foi no sentido de se fixar esse teto de despesas em razão do eleitorado. Colhemos isso em alguns estados da América do Norte, como, por

exemplo, o da Pensilvânia. É lógico que, para um eleitorado maior, uma despesa maior.

Esta regra de fazer com que a despesa funcione em razão do eleitorado tem duas vantagens: primeiro, a grande regra da isonomia, a grande regra da injustiça e igualdade, que é tratar desigualmente aquilo que é desigual. Num eleitorado desigual, no que diz respeito ao seu volume, ao seu montante, é natural que as despesas também sejam desiguais. Em segundo lugar, não precisaremos estar constantemente fazendo a revisão da lei em função do aumento de despesas, conseqüentemente ao aumento do eleitorado. Automaticamente esse reajustamento se efetivará.

Sr. Presidente, já sei a pergunta que está plantada na consciência de muitos Srs. Deputados: qual a sanção? Ainda recentemente, verificamos, no rumoroso inquérito do Ibad, que existem várias preceituações, inclusive aquela que proíbe a ajuda vinda do exterior, a cooperação financeira anônima e outras mais, que constituem, praticamente, letra morta na legislação eleitoral do país, porque não há sanção, não há pena.

Sr. Presidente, transplantamos de outras legislações aquilo que a experiência demonstrou ter dado grande resultado, que é o chamado princípio da publicidade. Terminada a eleição, cada candidato remeterá à Justiça Eleitoral a relação completa dos gastos, com os respectivos comprovantes. A Justiça Eleitoral, nos principais jornais do estado, no rádio e na televisão, divulgará seguidamente, durante quatro dias, pelo nosso projeto, essa relação. Somente os aventureiros, os audaciosos, Sr. Presidente, ousarão – essa a experiência, o depoimento de outros países quando adotaram este sistema – passar perante a opinião pública como mentirosos, como fraudadores da lei, porque no processo eleitoral a ostensibilidade, a publicidade, é a grande característica. Quem gastou na eleição, gastou muito, em rádio, jornais, revistas e peruas. Isso é imanente, é intrínseco. A opinião pública tomou disso conhecimento, tem condições, pelo menos relativas, para saber se a movimentação feita por um determinado candidato – depois ele a confessa, com a sua assinatura em documento que entrega à Justiça – efetivamente guardou a necessária proporção com aqueles gastos confessados no documento exibido perante a Justiça Eleitoral do país.

Se, Sr. Presidente, em processo perante a Justiça Eleitoral do país, documentadamente se comprovar que o candidato mentiu, que o candidato desrespeitou o teto fixado na lei, a Justiça Eleitoral não o diplomará. É esta a segunda sanção. A primeira, como disse – se não for

sanção é um controle ou preceito que zelará pela exequibilidade da lei eleitoral no particular –, será o princípio da publicidade.

Sr. Presidente, fixamos, como critério de despesa, o salário mínimo também para facilitar os reajustamentos constantes. Do contrário, quase que anualmente, de vez que as eleições se realizam aqui, acolá, em diversos estados, todos os anos, precisaríamos estar fazendo uma atualização dos gastos. O critério que adotamos foi em função do salário mínimo, e nossos cálculos se baseiam, principalmente, em São Paulo. Os deputados que representam outros estados darão suas achegas, seus suplementos, a fim de ajustar-se a medida à realidade do mesmo estado. Estabelecemos a quantia de dois cruzeiros, que daria em São Paulo a despesa autorizada: para deputado federal, de 8 milhões de cruzeiros; para deputado estadual, a metade, 4 milhões de cruzeiros; e para senador, o dobro, 16 milhões de cruzeiros. Isso por uma base de cálculo que, aliás, já foi superada em São Paulo, só para disciplina de raciocínio ou de argumentação, em 4 milhões de eleitores.

O Sr. *William Salem* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Ouvirei V.Exa. no fim do meu discurso, com muito prazer.

Sr. Presidente, ponto fundamental da reforma eleitoral é a adoção ou não do chamado voto distrital. Mas, antes disso, e para terminar a primeira parte do nosso trabalho, que há outras proposições atinentes ao controle do poder econômico, desejo dizer que, pelo nosso projeto, estão proibidas as doações anônimas, a cooperação, seja a que título possa ser feita, do poder público, de concessionários de serviço público, de empreiteiros, de bancos. A razão é simples, Sr. Presidente. Se essas organizações se inserem no poder público e se o Congresso é poder fiscalizador normativo que atua inclusive sobre esses setores da administração, ainda que indiretamente, é fácil verificar que, se essas entidades, por meio do poder econômico, cooperassem para a eleição de deputados federais ou senadores, sem dúvida alguma, essa fiscalização teria contra si esse defeito de origem, essa mácula originária.

Sr. Presidente, entendo que é fundamental, seja qual for a ideia em que nos coloquemos a propósito do método de captação do voto do povo para o credenciamento de seus representantes no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas, entendo indispensável tirarmos da Constituição Federal aquilo que em péssima hora ali foi posto, ou seja, o voto proporcional. Ao menos, até que sejamos favoráveis a essa medida.

Não é matéria de Constituição. Não devemos nela fixar um sistema na sua ortodoxia. A Constituição não é um livro casuístico que pode estabelecer várias modalidades ou atenuantes de um sistema adotado.

A reforma constitucional é muito difícil, sabemos; temos experiência do que acontece no Brasil. Esse assunto se relaciona muito com a conjuntura e até com a situação em cada estado.

Assim, Sr. Presidente, se colocado na Constituição o voto distrital ou o voto proporcional, não podemos fazer no Brasil a conjugação de vários sistemas, numa fórmula híbrida, eclética, como existe na legislação eleitoral de outros países. Aí está, por exemplo, a ideia do projeto que recebeu o nome do senador, atual ministro da Justiça, Milton Campos, contra o qual, aliás, me coloco frontal e radicalmente. Não vou aqui examiná-lo, porque iria tomar todo o meu tempo. Mas quero citar um exemplo, que é um misto, é um casamento do sistema distrital na votação e proporcional na apuração. Mas isso já não pode ser feito em face da Constituição Federal. Poderia – digo em tese, porque seria sempre contra –, se nós, por meio de lei ordinária, pudéssemos regular o assunto. Se tivermos medo, receio de que as maiorias ocasionais possam estar, frequentemente, atuando sobre a legislação eleitoral do país, poderemos estabelecer a necessidade da maioria absoluta. Mas sempre por preceituação ordinária.

Sr. Presidente, voltarei à tribuna outras vezes e outros deputados virão também, para examinar as vantagens e os defeitos do sistema distrital que ele os tem, e as várias fórmulas que poderão, eventualmente, trazer vantagens, num e noutro sistema, para que se adote uma forma mista.

Desejo chamar a atenção da Casa para um aspecto a propósito do qual parece-me ainda a nossa preocupação não se demorou convenientemente. Correlatamente com o nosso projeto, pressupõe-se a retirada da Constituição Federal do sistema proporcional. Somente assim o nosso projeto, no particular, terá condições de trânsito jurídico-constitucional. Mas adotamos o sistema distrital, somente para os deputados estaduais. Por quê? A primeira razão que apresentamos é que, gradativamente – para usar uma palavra muito ao gosto do nosso colega Santiago Dantas –, por uma razão de dosimetria, deveremos começar pela implantação desse sistema nas assembleias legislativas estaduais, para posteriormente, então, com o fruto da experiência, com as correções necessárias, transportar o método para as eleições federais, para as eleições congressuais.

Mas existe outra razão: onde há o voto distrital, simultaneamente, sendo o sistema federativo, como no Brasil, para a representação estadual e a representação federal, é indispensável a criação do senado estadual. Se nós, na Câmara ou no Congresso, adotarmos o sistema distrital, repito, para deputados federais e para deputados estaduais, entendendo que será necessária a criação do senado estadual, como acontecia no Brasil ao tempo da chamada República Velha e acontece ainda hoje nos Estados Unidos da América, onde há sistema distrital para eleição de deputados estaduais e ao mesmo sistema para os deputados federais. E lá existe também, digamos, o chamado deputado *at large*, isto é, aquele que tem condições de ser eleito por todo o estado. Por que será indispensável, no nosso modo de ver, a criação do senado estadual se, ao mesmo tempo, adotarmos o voto distrital para o credenciamento dos representantes junto às assembleias legislativas estaduais e à Câmara dos Deputados? Pelo seguinte, o voto distrital, é óbvio, funciona em razão do eleitorado. É preciso dividir cada estado em número equivalente de distritos ao número dos representantes que se necessita eleger. Esses distritos deverão ter o mesmo número de votos. Na realidade, é evidente, não terão rigorosamente o mesmo número de votos, mas aproximadamente.

Ora, Sr. Presidente, se isto é fundamental no voto distrital, no sistema majoritário, que é uninominal, cada partido registrará, em cada distrito, um candidato a deputado – eu estou falando no sistema distrital ortodoxo puro –, e aquele que tiver mais votos, que for majoritário no distrito terá condições de representá-lo.

Ora, Sr. Presidente, se isto é de substância, é congênito ao sistema distrital. E que vai acontecer? – É que as regiões mais populosas terão obviamente maior número de distritos, porque, com maior número de eleitores, disporão, conseqüentemente, também de mais deputados estaduais e mais deputados federais. Eu me permito trazer o exemplo de São Paulo. A capital de São Paulo possui cerca de um terço de todo o eleitorado do estado. Terá um terço dos deputados federais e um terço dos deputados estaduais eleitos pelo sistema distrital. E a Grande São Paulo, formada pelo ABC – Santo André, São Bernardo e São Caetano, e ainda Santos, Jundiaí, Mogi etc., municípios que constituem grandes adensamentos industriais ao redor de São Paulo –, tem mais da metade da população e, conseqüentemente, mais da metade do eleitorado de todo o estado.

Ora, Sr. Presidente, adotando-se o voto distrital, São Paulo e a Grande São Paulo terão uma instrumentação político-governamental, por intermédio da sua representação, muito maior do que o resto do estado. Virá a medida acelerar a situação de desigualdade entre essas duas regiões.

Será o processo de fazer com que a ação administrativa, a ação legislativa, a ação governamental, em vez de atuarem no sentido de tonificar, de promover o desenvolvimento de certas regiões, ao contrário, deixá-las-ão numa quase orfandade política, pelo menos nos termos quantitativos de representação. Daí porque, Sr. Presidente, no Brasil anteriormente a 1930, repito, quando se adotava o sistema distrital, e ainda hoje nos Estados Unidos, há a representação paritária no senado federal, onde todos os distritos, todas as regiões se representam com igualdade, a fim de que haja correção nestas proporções, pois evidentemente o número maior de representantes de certas regiões enfatiza o desenvolvimento delas. É uma espécie de corretivo, como acontece na federação, no senado estadual.

Como entendo que, de pronto, não devíamos fazer uma modificação desta profundidade, com o mecanismo de correção, de ajustagem, mantenho, no meu sistema, a representação proporcional para os deputados federais, a fim de que estes, que colhem votos e representam na verdade todo o estado – sendo que para eles o distrito é o próprio estado –, tenham esta representação federal, não em toda a sua totalidade, é claro, mas em condições mais aproximadas de funcionar com um senado, a fim de corrigir, repito, esse desajustamento na atuação dos representantes das regiões mais populosas de cada estado sobre as regiões menos densas de população.

Sr. Presidente, entendo que deveríamos marchar para o voto distrital, porque, apesar de seus defeitos – ele os tem, sem dúvida –, apesar daquilo que se diz que enseja a mentalidade paroquial muito estreita, apesar da atuação dos deputados ser muito no sentido até patriarcal, familiar, em cada distrito, conhecendo praticamente cada pessoa e suas famílias, tendo até intervenção nas dificuldades da mesma, apesar da crítica que os comentaristas fizeram ao Congresso americano de ser ele impermeável a ideias evolutivas mais progressivas, porque a sua renovação praticamente não existe – na última eleição havida no Congresso americano, cerca de 18 deputados novos foram eleitos em 400 e esses mesmos, em boa parte por renúncias e morte de antigos titulares, pois é

indiscutível que o deputado, uma vez eleito, com a condição de atuação que tem sobre o seu distrito, ele se avantajava muito sobre o seu futuro oponente nos respectivos distritos –, apesar de tudo isso, Sr. Presidente – e isso deverá ser corrigido, daí a necessidade de se colocar o assunto na Constituição Federal, com o tempero de outros sistemas, de outros métodos de aferição da vontade popular –, pois ele tem tal autenticidade, disciplina de tal maneira as eleições, tem tal conteúdo de organização, que fortalece os partidos e, sem dúvida nenhuma, é o pressuposto costumeiro para que seja pequeno ou limitado o seu número. Sabemos que o sistema proporcional enseja o aparecimento de grande número de partidos e o sistema distrital admite três, no máximo quatro partidos, como acontece naqueles países que o adotam, entre outros avultando os Estados Unidos da América e a Inglaterra.

O Sr. *Félix Valois* – Permite um aparte?

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Terei o prazer de ouvir os dois apartes solicitados, para o que peço permissão...

O Sr. *Presidente (João Veiga)* – Nobre deputado, a presidência informa que V.Exa. dispõe apenas de cinco minutos.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Lamento, nobres colegas, não poder atendê-los em face do aviso da presidência.

O Sr. *Félix Valois* – É aparte rápido. Desejaria colaborar com V.Exa.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Ouço-o com muito prazer.

O Sr. *Félix Valois* – Já existe, no país, na Quinta Legislatura, a eleição distrital, que poderia servir de exemplo, se quisessem observá-la. Nos territórios federais só se elege um representante. O inconveniente verificado tem sido o de se registrarem candidatos por diversas legendas – o que a Constituição proíbe.

O deputado não deve chegar à Câmara Federal sem legenda, ou em várias legendas. Uma das bases da representação proporcional é que a eleição seja feita por meio de uma legenda, não importa que seja num distrito na votação majoritária, mas que esteja presa, sistemática e obrigatoriamente, a uma legenda. E nos territórios temos, nesse sentido, tido ótimos resultados, que podem servir de experiência para o novo processo que se pretende apresentar ao Brasil.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Muito grato a V.Exa.

Sr. Presidente, nos poucos minutos de que disponho, desejo focalizar, rapidamente, já se vê, dois outros pontos da nossa proposição. Primeiro, apresentamos aos nossos companheiros, aos nossos colegas, a ideia de que a apuração tenha, no seu processo, mais uma instância de fiscalização. Dispensó-me, aqui, de dizer que faço-o por aquilo que, de certa forma, se fez uma revolução neste país – porque a Revolução de 1930 foi uma revolução para acabar com a ditadura das maiorias que atuavam, por meio das depurações, no Congresso, afastando os opositores mais renitentes e mais incômodos, atribuindo-se o fato à Justiça Eleitoral. Infelizmente, em vários estados, Sr. Presidente, temos tido resultados os mais calamitosos, sujeitos a críticas que frequentemente são enunciadas da tribuna desta Casa.

Sr. Presidente, entendo que, se as mesas receptoras, legalmente aptas para receberem o voto, verificarem a identidade do eleitor, a regularidade daquilo que é fundamental, isto é, o momento em que o voto, partindo do votante, se integra no processo eleitoral, momento, portanto, fundamentalíssimo na eleição, se tais mesas, legalmente, moralmente, têm idoneidade para tanto, não vejo porque, terminada a eleição, após as mesas, com a fiscalização que ali deve existir, abrirem as urnas e fazerem a contagem dos votos, a verificação dos votos atribuídos às diferentes legendas dos diferentes candidatos, as mesas lavrem uma ata e entreguem essa ata, com os resultados alcançados, aos diferentes partidos, e depois sejam colocados esses votos novamente na urna, para a apuração, que deve ser feita, nos termos da Constituição Federal – caso contrário ela seria inconstitucional –, pela Justiça Eleitoral. Entre outras vantagens do sistema, eu recorro da minha justificativa o velho preceito de Aristóteles: “É fácil apodrecer a poça de água, o oceano é impossível”. É fácil concentrar-se o poder de corrupção somente sobre as Juntas de Apuração e que a corrupção ali se instale. Mas é impossível que todas as mesas eleitorais de todos os estados sejam suscetíveis à corrupção. Além disso, Sr. Presidente, há uma circunstância que desejo lembrar: é que no dia das eleições, todos os candidatos, suas famílias, seus correligionários, seus amigos, pelo entusiasmo de ter o seu candidato eleito, estão atentos, vigilantes, fiscalizando. Nós sabemos que o momento, a cronologia da fraude, Sr. Presidente, é após sete, dez, quinze dias, quando uma boa parte, cerca de oitenta por cento, dos candidatos e os respectivos fiscais já se desinteressaram dos resultados, magoados e frustrados, porque já verificaram que não têm possibilidade de eleger-se. No dia da eleição isso não acontece e, nas diferentes mesas eleitorais, para a

regularidade do processo eleitoral, haverá essa ajuda preciosa do próprio candidato e de todos que se interessam pela sua eleição.

O *Sr. Milton Reis* – Ilustre deputado, entre outros argumentos que podem ser aduzidos favoravelmente à tese defendida por V.Exa., parece-me que três se ressaltam: primeiro, o fortalecimento dos partidos. Isto é por demais importante no regime democrático representativo; segundo, maior autenticidade das regiões representadas, por intermédio daqueles que têm o múnus de representá-los nas assembleias legislativas ou nos senados estaduais, no bicameralismo estadual; terceiro, menor influência econômica. Argumenta-se que por meio da eleição distrital a influência de dinheiro seria maior; pelo contrário, acho que seria menor, porque ainda que houvesse um candidato com situação financeira mais lisonjeira que os demais, ocorre que nos distritos os candidatos são por demais conhecidos, são candidatos de lá. Portanto, na cidade em que temos base eleitoral, sentimos que a influência do dinheiro é menor, porque o prestígio do candidato se coloca acima da influência material. Parece-me, pois, que seria de justiça voltássemos às eleições distritais, porque, aí, teríamos uma representação mais autêntica.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Muito grato pelo valioso aparte de V.Exa.

O *Sr. Martins Rodrigues* – V.Exa. me permite um aparte?

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Ouço com prazer V.Exa.

O *Sr. Martins Rodrigues* – Nobre deputado Ulysses Guimarães, V.Exa. está focalizando, como brilhante estudioso da matéria – por isso mesmo, foi incumbido, pela liderança partidária, de examinar o problema da reforma eleitoral –, aspectos da maior relevância para a modificação da legislação eleitoral em vigor, tendo em vista o seu aprimoramento.

Se bem que, a respeito de alguns deles, eu tivesse discordâncias a apresentar ou pelo menos dúvidas a propor quanto à eleição por distritos, a respeito da qual tenho muitas reservas. De modo geral, parece-me inconveniente, ao contrário do que dizia o nobre deputado Milton Reis, pois, a meu ver, facilita a corrupção, muito mais do que o sistema em vigor. Mas esta é matéria para ser discutida demoradamente. De momento, eu queria dar o meu apoio integral ao processo que V.Exa. sugere de apuração imediata das eleições pelas mesas eleitorais. Já tive ocasião, por duas vezes sucessivas, de tentar introduzir dispositivo dessa natureza na legislação eleitoral em vigor, mas não tive sorte nesse

tentame. Mas folgo em verificar que a matéria tão bem estudada por V.Exa. se enquadra perfeitamente entre aqueles moldes que a experiência vai definindo e inspirando o legislador a aprimorar o processo eleitoral. Evidentemente, hoje, a fraude deixou de se fazer nas mesas eleitorais, no processo da votação propriamente, para ocorrer nas juntas apuradoras, quando, como argumenta V.Exa. muito oportunamente, pelo espaço de tempo decorrido e pela apuração lenta que se vai fazendo – uma vez que não é simultânea e os candidatos têm condições de verificar sua inferioridade em determinadas zonas eleitorais e de concentrar o seu esforço de corrupção nas juntas apuradoras, por influência do chamado macarthismo –, acabarão por aparecerem eleitos. O fato de a apuração ser imediatamente feita nas mesas eleitorais e em todas as circunscrições eleitorais, não se sabendo, de imediato, quais os candidatos que terão maiores vantagens na apuração, evidentemente evitaria grande parte dessa fraude que, agora, fugiu das mesas do processo eleitoral para as juntas apuradoras. Queria felicitá-lo pela excelência da proposição que apresentou neste particular, como também por aquela sugestão que teve ocasião de oferecer relativamente ao combate ao abuso do poder econômico, tidos como tal não só o poder econômico das empresas privadas, como também o poder econômico do Estado ou o das empresas estatais.

O Sr. Presidente (João Veiga) – Acredito que V.Exa. deveria encerrar os apertes, porque o seu tempo está ultrapassado em oito minutos.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Antes de ouvir o nobre deputado William Salem, queria agradecer o valioso aparte de S.Exa., o nobre líder Martins Rodrigues, que, como líder de meu partido, me tem estimulado constantemente a reestudar esta matéria, que tem sido objeto de entendimentos pessoais meus com S.Exa. Muito grato ao líder Martins Rodrigues.

O Sr. William Salem – Nobre deputado, desejo, inicialmente, louvar o esforço de V.Exa. em dotar este país de uma lei eleitoral que melhor se assente à nossa realidade. Como V.Exa. mesmo advertiu, trata-se de um projeto complexo e polêmico, em que diversos aspectos poderão suscitar a colaboração dos colegas de V.Exa. Assim, de início, devo dizer que tenho a impressão de que, adotado o sistema distrital de eleição, haverá abstenção muito grande, em virtude da politização cada vez maior do nosso eleitor, que, votando por convicção, poderá não encontrar no candidato distrital aquele que melhor represente suas ideias. Por outro

lado, a apuração pelas mesas receptoras, se for acusada diferença quanto à apuração posterior feita pela Justiça Eleitoral, também trará pontos de vista polêmicos a ser dirimidos. A importância fixada por V.Exa., de oito milhões de cruzeiros de gastos para a eleição de deputados federais, pode não representar a mesma importância aquisitiva nos diferentes estados da federação, pois que o custo varia na razão da oferta e da procura, da proximidade do centro produtor e de outras condições que não posso analisar na premência de um aparte. Mas, de qualquer forma, desejo louvar V.Exa. pelo seu extraordinário esforço, que se traduz no projeto que merecerá a apreciação desta Casa e se transformará numa lei que melhor condiga com a realidade brasileira.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Grato a V.Exa.

Sr. Presidente, agradecendo a benevolência com que V.Exa. permitiu que, além do limite do meu tempo, eu tomasse a atenção da Casa, desejo dizer, para terminar, que apresentamos também uma disciplinação, em face do art. 134 da Constituição, do que seja partido nacional. A Constituição fala em partido nacional. Não é a Constituição lei de definições; a lei ordinária é que deve trazer a conceituação do que seja partido nacional. Entendemos, no nosso projeto, que só tem condições de satisfazer à conceituação de partido nacional aquele que tenha representação, como senador ou deputado federal, em, pelo menos, metade dos estados e dos territórios do país.

Sr. Presidente, para encerrar, desejo fazer um apelo – e penso que todos nós podemos nos unir, todos aqueles que entendem que é melhor o voto distrital, o sistema proporcional ou a conjugação de ambos – para que retiremos o assunto da Constituição Federal. Do contrário, até se ficarmos no sistema proporcional e desejarmos temperá-lo com alguns requisitos do sistema distrital, ou de outro, não poderemos fazê-lo. Acredito que nisso, com a maior urgência, poderemos nos entender, a fim de que, por meio de uma preceituação de lei ordinária, quando for necessário, tenhamos uma instrumentação mais útil, mais maleável, para regular assunto dessa importância, que está entrosado até com a sobrevivência útil do regime em nosso país.

A reforma bancária de 1964 – I

Câmara dos Deputados, em 21/8/1964.

Publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 21/8/1964, p. 755.

Uma visão do projeto de que resultaria a criação do Banco Central, na palavra do relator da comissão especial da Câmara que apresentou um substitutivo à proposta do governo. (Leia-se ministros Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, e Roberto Campos, Planejamento.)

O relator do projeto original na Câmara apresenta em Plenário seu parecer sobre as alterações aprovadas pelo Senado e deflagra grande debate.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – A comissão especial incumbida de oferecer parecer à reforma bancária já terminou sua tarefa. O substitutivo que ofereci à matéria, como seu relator, logrou aprovação e, após o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, na área que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade, esse importante expediente virá a plenário para a decisão conclusiva.

Desejo, Sr. Presidente, na limitação do tempo de que disponho para matéria tão vasta, focalizar alguns aspectos desta importantíssima proposição.

Em primeiro lugar, quero ressaltar por que, Sr. Presidente, se deve objetivar, no Brasil, a criação do Banco Central. De outra coisa, aliás, não se cuida neste projeto. Apelidado de Conselho Monetário Nacional, o que se quer criar é o Banco Central.

Diremos, em primeiro lugar, o que existe no mundo em matéria de legislação comparada. Sei, e todos sabemos, que ela não diz a palavra derradeira, mas é um indício, um argumento a favor.

Em todo o mundo, nas nações de responsabilidade média ou grande, no que se refere à sua expansão econômica e financeira, existe o Banco Central. Em todas, Sr. Presidente, inexcetadamente.

De Koke, que é um estudioso da matéria, na sua obra passada para o espanhol com o título *La Banca Central*, afirma que em 1938 somente três países não possuíam Banco Central: Brasil, Venezuela e Irlanda. Entre

1938 e 1942, a Irlanda e a Venezuela criaram o Banco Central. Portanto hoje, como país de responsabilidade inclusive em termos internacionais, na qualidade de nação média ou pelo menos em vias de desenvolvimento, tal qual somos catalogados na Organização das Nações Unidas, somente o Brasil não tem o Banco Central. Exclusivamente o Brasil não possui um organismo, uma entidade de controle, de orientação de cúpula, para o mecanismo creditício e monetário da nação.

Exclusivamente o Brasil, na espécie, demonstra que devemos, também e com urgência, nos enquadrar na regra. E isto tem sido sentido no Brasil. Em 1920, criou-se a carteira que se chamava então de re-descontos e emissão. Ora, essa carteira fora o germe, a semente para a criação do Banco Central, porque o Brasil era signatário do acordo, da Convenção de Bruxelas, em 1920, que recomendava a instituição desse órgão, inspirado na experiência norte-americana que criara o Federal Reserve Bank, aprovado como organismo de grande eficiência no auxílio àquela nação na primeira conflagração mundial. Em 1930, após a revolução, foi convocada para o Ministério da Fazenda essa grande figura de homem público e de grande clarividência ainda hoje, o Sr. José Maria Whitaker. Pretendeu-se instituir o Banco Central e Sir Otto Niemeyer trouxe ao Brasil seus estudos aprofundados sobre a matéria. Mas a conjuntura política e econômica, as dificuldades do café, tudo isso impediu se atingisse o alvo colimado. Em 1945, cria-se a Sumoc. Que é a Sumoc, se não um arremedo, um passo para a criação do Banco Central? Não é preciso a palavra do orador, isto está confessado no instrumento criador da Sumoc, rapidamente devíamos marchar, através dessa ponte, para a criação do Banco Central. Isso em 1945, e já lá se vão quase vinte anos.

No entanto, Sr. Presidente, apesar da decorrência de todos esses anos, não se criou esse mecanismo de controle da vida monetária do país. No governo Dutra, o ministro Correia Costa mandou para cá proposição a fim de atingir esse intento. E já lá se vão 17 anos.

Várias figuras das mais ilustres da Câmara e do Senado apresentaram substitutivos, emendas, estudos, como o atual ministro Daniel Faraco e o ex-senador Alberto Pasqualini. Finalmente, agora, a proposição encontra-se em condições, pelo menos, de vir receber o suplemento e a palavra definitiva da Câmara a respeito.

Por que, Sr. Presidente, devemos criar o Banco Central? Qual a razão? Em primeiro lugar, é um truísmo dizer-se que, em matéria de

orientação, deve haver centralização e, em matéria de execução, deve haver descentralização. Já diz o velho brocardo latino: “quot capita tot sensos”. Conta-se o episódio famoso de que, enciumado com a glória de Napoleão, o diretório mandou vários generais à campanha que a grande figura militar corsa realizava no Egito. Napoleão despachou os generais de volta, dizendo que preferia um mau sargento a dois ótimos generais. Quer isso dizer, Sr. Presidente, que a orientação deve ser uma. Se não é boa, se não presta, substitua-se por outra. Os triunviratos não deram certo nunca. Mesmo na organização familiar, quando o marido e a mulher, juntos, mandam na cozinheira e nos negócios, vai mal a comida e vão mal os negócios da família. É o que acontece na vida política de uma nação.

O que existe, Sr. Presidente, em matéria de crédito, de emissão, de empréstimos aos bancos, de recolhimento compulsório no Brasil são muitas figuras, muitas personalidades, muitas carteiras, muitas autoridades, por mais ilustres que possam ser, mas todos falando. É o paralelismo da linguagem.

Vejamos, rapidamente, o que acontece, por exemplo, com a emissão, assunto importantíssimo. Não é aqui oportuno dizer que não adianta falar em equilíbrio orçamentário, em regularização da vida financeira e do crédito, se não regularmos a emissão. Porque ela é, inclusive, um imposto clandestino, sub-reptício, invisível.

Como se processa a emissão no Brasil? A Sumoc requisita a emissão. Em primeiro lugar, diga-se: que é a Sumoc? É um complexo de autoridades vindas de diferentes fontes; é mais uma justaposição de autoridades, sem um sentido de organicidade. Lá estão: como seu presidente, o ministro da Fazenda, e ainda o ministro da Indústria e do Comércio, o presidente do Banco do Brasil, o responsável pela Carteira de Redescontos, a Cacex, e assim por diante. A Sumoc requisita a emissão por representação, por solicitação da Carteira de Redesconto e esta o faz, necessariamente, por intermédio do presidente do Banco do Brasil. O presidente da Carteira de Redescontos é nomeado pelo presidente da República, mas a Carteira de Redescontos é Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A. Então, é uma autoridade nomeada pelo presidente da República e vinculada a um organismo que é uma sociedade de economia mista. Do outro lado, a Cacex é orientada pela normal orientação expedida pela Sumoc. Vejam V.Exa. a situação: um funcionário nomeado pelo presidente da República que responde por uma carteira entrosada numa entidade bancária, que é o Banco do Brasil, e, de ou-

tro lado, obedecendo, em muito, a orientação e diretrizes emanadas de outro órgão, que é a Sumoc. E, Sr. Presidente, nesse episódio da emissão, isso se processa por um encadeamento, porque, ao fazer-se o redesconto, se o dinheiro não é suficiente, surge o apelo à emissão. E nisso, Sr. Presidente, o triste papel cabe ao Congresso. Porque a Constituição diz, no art. 65, inciso VI, que a emissão em moeda de curso forçado deve ter a aprovação do Congresso. Mas o que acontece em todos estes projetos, inclusive neste do qual fui relator? *Ex post facto*, quando tudo está feito, quando não há mais nada a fazer, vem para o Congresso o pedido de autorização para legitimar a emissão. Não se sabe o montante, não se sabe se foi aplicada em déficits do Tesouro ou se foi uma emissão que poderia ser regular e ter o nosso endosso, destinada à produção. É preciso distinguir os dois tipos de emissão. Nada disto, na verdade, se pode investigar. E se se puder investigar, Sr. Presidente, o que fazer? A emissão já está feita. O máximo que se poderia fazer seria promover a responsabilidade dos que autorizaram-na. Isto nunca se fez. Isto aqui é aprovado à ligeira. Lutamos aqui, vêm oradores à tribuna, faz-se obstrução, apresentam-se emendas – para o Imposto de Consumo, para o Imposto de Renda. No entanto, a emissão, que é um imposto que vem atingir precisamente o assalariado, cujo salário é difícil de ser reajustado, porque quem vive de salário vive de rendas médias, não pode fazer a correção da moeda; a emissão castiga precisamente esta grande classe de contribuintes e de cidadãos; a emissão encampa-se aqui, às vezes, sem um discurso, sem uma palavra, legitimando-se, como eu disse, postumamente, após as emissões terem sido feitas.

Mas, Sr. Presidente, há coisas mais sérias ainda. Como V.Exa. sabe, e sabe a Casa, os privilégios, aquilo que caracteriza um banco central, o que é? É privilégio da emissão, em primeiro lugar; em segundo lugar, o fato de ser o banco dos bancos, ser prestatário em última instância; em terceiro, o redesconto; e, finalmente, o controle do numerário, o controle do meio circulante, por meio do mecanismo adotado, inclusive no Brasil, dos recolhimentos compulsórios.

Ora, Sr. Presidente, esta função importantíssima de ser o banco dos bancos – porque quando os bancos têm dificuldades vão à Carteira de Redescontos, vão ao Banco do Brasil, prestatário em última instância – é atualmente no Brasil realizada pela Carteira de Redescontos e pela Camob (Carteira de Mobilização Bancária). A Camob é administrada pelo diretor da Carteira de Redescontos, cujas dificuldades são

essas que já procurei dizer à Casa. Então, essas dificuldades contaminam o outro órgão.

Mas, Sr. Presidente, esta administração da Camob feita pelo diretor do Redescontos é superintendida. Há uma superintendência, exercida pelo presidente do Banco do Brasil, em nome do governo, diz o decreto, pelo presidente do Banco do Brasil presidindo um conselho de três representantes, nomeados pelo Ministério da Fazenda.

Mas, Sr. Presidente, o diretor da Carteira de Redescontos já é governo, porque é nomeado pelo governo. Então, vem um fiscal para fiscalizar o próprio governo, por intermédio do presidente do Banco do Brasil, e com três elementos nomeados pelo presidente do Banco do Brasil. Quem financia a Camob? O Banco do Brasil. Então, o que acontece em todo esse mecanismo é que o presidente do Banco do Brasil ou o diretor da Carteira de Redescontos, na verdade, figura como financiador ou como financiado, conforme fale ele como presidente do Banco do Brasil ou como presidente dessa superintendência da Camob. São várias personagens, várias entidades ilhadas em um mesmo complexo, sendo difícil definir as responsabilidades. Quando chega a hora, quem é o responsável pela emissão? É a Sumoc? É a Carteira de Redescontos? É o Banco do Brasil? É o Tesouro?

Sr. Presidente, sabe-se que em 1963 a emissão foi feita pela ordem de Cr\$ 380.000.000.000,00. Basta a cifra para que se verifique a importância desse mecanismo que funciona por esta maneira de compartimentação de responsabilidades, criando uma grave dificuldade para se saber quem é efetivamente o responsável, devido ao complexo de autoridades e de personagens que atuam no episódio. Outra anomalia que se verifica pela situação que aí se encontra é a seguinte: todos nós sabemos que o controle monetário em qualquer parte do mundo é no sentido de recolher dos bancos particulares numerário, para evitar que funcione esse multiplicador, que é o depósito. Para acionar a inflação, não é só a moeda cunhada pela Casa da Moeda do Brasil, nem o cheque; são os depósitos, por meio principalmente do mecanismo da compensação, em que os cheques se traduzem em moeda, de banco para banco, sem que se traduzam realmente na contraprestação da moeda, que constituem um fator para estimular a produção. Mas poderão ser também um elemento muito importante para a inflação. Para controlar isso é que surge em todos os países, inclusive nos Estados Unidos, o recolhimento compulsório. O governo retira dos depósitos uma parte para que

possa controlar, repito, este mecanismo multiplicador que é o depósito, que, sucessivamente, vai produzindo seus efeitos. Mas, entre nós, o que acontece? Os bancos hoje poderão recolher até 28% à Sumoc.

Mas a Sumoc deposita no Banco do Brasil.

Em primeiro lugar, é preciso que se diga o seguinte: é muito delicado esse problema de recolhimento, porque é uma situação *sui generis*. Os bancos recebem o depósito; desse depósito, depositam 28% na Sumoc. Mas os bancos pagam, sobre esses 28%, os juros aos depositantes e não recebem da Sumoc, obviamente, juro nenhum. Portanto, têm que descarregar essa diferença sobre aquele excedente que têm para os empréstimos comuns.

Sr. Presidente, como fica no Banco do Brasil – e o Banco do Brasil é, há um tempo, órgão que atua no mecanismo emissor, que atua como banco dos bancos, que é prestatário de última instância e que também opera como banco particular, pois, como qualquer outro, ele empresta –, o que sucede? Esse dinheiro, que deveria ser esterilizado, fica em excesso, o qual incide nos meios de pagamento de recursos. Então se retiram 28%. Mas esses 28%, que perfazem um numerário muito grande no Brasil, de quase 480 bilhões de cruzeiros, por intermédio do Banco do Brasil são injetados novamente no meio circulante. O que acontece é que essa ortodoxia, ou essa ideia de que havia excesso de meios de pagamento, desaparece completamente. Tira-se da rede particular para se injetar por meio do instrumento oficial, operando como operam os demais particulares.

Sr. Presidente, o Banco do Brasil, é natural, sofre a pressão dos seus clientes. Quer emprestar e, frequentemente, até empresta bem. Tendo esse dinheiro à sua disposição, é lógico, vai usá-lo. Não resiste à pressão. O mesmo acontece com o governo em relação às companhias Nacional de Álcalis, Siderúrgica Nacional e outras. Fui ministro da Indústria e Comércio e sei disso. Nas suas dificuldades, essas empresas batem às portas do Banco do Brasil. É lógico que o Banco do Brasil empresta e responde por esse dinheiro. No final de tudo isto, nada mais resta senão acionar o mecanismo heroico da emissão para honrar os compromissos.

Sr. Presidente, o que se quer é discriminar, é separar, é isolar. O Banco Central, com o nome no Brasil de Conselho Monetário Nacional, será o quê? Será o banco emissor, será a carteira de redesconto, será o prestatário, como já se disse, o prestamista em última instância e será aquele órgão que irá controlar os depósitos compulsórios de todos os bancos. Por quê?

Porque o Banco Central está proibido, pelo substitutivo, de negociar com particulares, com firmas e com entidades. Se o Banco Central vai negociar com o particular, vai necessitar do redesconto; como precisa, o Banco do Brasil vai ao mecanismo do redesconto, e ele não pode ao mesmo tempo ser juiz e parte, ter atribuições heterogêneas, misturar atribuições. É preciso discriminá-las – e isto se fez em todas as partes do mundo.

Eu até entendo, Sr. Presidente, o contrário do que pensam alguns, de que isto irá prejudicar o Banco do Brasil, esvaziá-lo. Tenho dois argumentos. Primeiro, nobremente, patrioticamente o Ministério da Fazenda concorda com o Banco Central e este, de certa forma, é o esvaziamento do Ministério da Fazenda, porque, criado o Conselho Monetário Nacional, que é um nome brasileiro para o Banco Central, o Ministério da Fazenda será uma repartição do Tesouro para arrecadar e pagar. A política de crédito, a política monetária em grande parte, portanto a política financeira será tratada por um colegiado: o Conselho Monetário Nacional. Em segundo lugar, desejo dizer que o Banco do Brasil se entrosará então plenamente na sua função de banco do governo. Para ter atividade pioneira deverá ir aonde não vai o crédito particular, disseminar principalmente o crédito agrário, fornecer dinheiro a juros cômodos, mas centralizar toda a sua atividade exclusivamente neste setor.

Ouvirei agora o aparte do ilustre deputado Croaci de Oliveira, com muito prazer.

O *Sr. Croaci de Oliveira* – Para situações confusas, deveremos buscar lições naquele moralista chinês Confúcio. Realmente precisamos pôr em ordem a nossa Casa. Para isso devemos, antes de tudo, fortalecer o Congresso Nacional, que não tem força para coisa alguma – esta a verdade incontroversa. Temos nossas gloriosas forças armadas. No dia em que elas se compenetrarem de que é necessária a vigência plena do regime democrático, o único compatível com a personalidade do ser humano, com a dignidade do homem; no dia em que as nossas forças armadas estiverem imbuídas desse pensamento e dessa ideia hão de nos dar integral apoio e terão a certeza de que desta maneira poderemos agir em toda a plenitude. V.Exa. disse uma verdade: o presidente da República, no regime presidencialista, principalmente, é o senhor de todas as coisas, é o ditador a curto prazo, que tudo faz e que de tudo dispõe nesta pátria, muitas vezes infelicitada pela má orientação de certos presidentes. Mas, se nós tivermos força, se o povo for politizado e se as

nossas forças armadas se compenetrarem de que aqui é que está a salvação do país, com o fortalecimento do Congresso Nacional, nada do que se passou até hoje sucederá mais. O presidente da República quer emitir, emite, e o Congresso não tem força para dizer não. Outra coisa, e eu me lembro bem: aqueles ágios de compra e venda de dólares, o que se fez daquilo? O Congresso Nacional não tinha controle de espécie alguma, e somas vultosas, fabulosas foram arrecadadas com a compra e venda daquelas diversas categorias de dólares. Pois bem, onde puseram esse dinheiro que o Congresso Nacional não pôde controlar? Quer dizer, então vamos pôr em ordem a nossa Casa. E a primeira coisa que temos que fazer é isto. Tudo o mais é de somenos importância. Vamos, por todos os meios, por todas as formas, nós, representantes do povo das diversas bancadas, unir-nos, vamos doutrinar politicamente o povo, as Forças Armadas, para que, de uma vez, se compenetrem de que o norte da democracia é o Congresso Nacional. O aviltamento do Congresso Nacional representa a derrocada deste país de dimensões continentais, cujo povo ordeiro, laborioso, cordato, não pode admitir regime de força, regime ditatorial. E o que temos visto até o presente é isto; o Congresso Nacional não pode, nas grandes decisões, fazer ouvir, em toda a plenitude, a sua voz. Quem manda realmente é o ditador a curto prazo, o presidente da República, no regime presidencialista.

O Sr. Presidente (Afonso Celso) – Lembro ao nobre orador que seu tempo está a esgotar-se.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Agradeço o valioso aparte com que fui honrado pelo nobre deputado Croaci de Oliveira, comungando inteiramente com as ideias expendidas por S.Exa.

Sr. Presidente, antes de terminar, desejo dizer que essa bomba de sucção, para extrair da rede bancária particular numerário em função dos respectivos depósitos – 28% – em 1951, arrecadou oito bilhões, mas, já em 1961, arrecadou quatrocentos bilhões. Não deve impressionar o fato de esse dinheiro ser arrecadado. O que é grave, no Brasil, contrariamente ao que acontece em todos os demais países, é que esse dinheiro, retirado da rede bancária particular para essa finalidade que já enunciamos, de servir de mecanismo regulador da moeda, quando sabemos que, na mecânica moderna, tão importante quanto a moeda cunhada pelo Estado, ou mais ainda, é a moeda escritural, e tão importantes quanto esta, ou mais, são os depósitos por meio da compensação, que constituem todos os fatores ou etapas da circulação do dinheiro; o

que é grave, no Brasil, é que esse dinheiro, retirado a esse título, é devolvido à circulação por intermédio do Banco do Brasil, desnaturando inteiramente sua finalidade.

Mas, Sr. Presidente, nesse mesmo período de 1951 a 1963, veja V.Exa., em 1961, seis bilhões e meio eram emprestados pelo governo à rede bancária particular – arrecadava 8 bilhões e entregava ou emprestava à rede particular 6 bilhões e meio; em 1963, arrecada 400 bilhões e devolve ou empresta à rede bancária particular 85 bilhões. É fácil de ver, Sr. Presidente, como vem atuando, através dos tempos, esse organismo que deveria ser controlador do meio circulante.

Desejo também dizer que, desde quando fui para a Comissão de Reforma Bancária, me bati intransigentemente pelo respeito ao art. 65 da Constituição Federal. Lá está escrito que a moeda de curso forçado deve sofrer o controle do Congresso. E diz muito bem, porque quando a moeda não é de curso forçado, mas é moeda de curso legal ou papel-moeda que tem conversibilidade, há um controle natural. Quando, em qualquer país, se adota o sistema de que alguém leve a moeda-papel à Tesouraria e receba o dinheiro, e receba o ouro, é lógico que precisa haver uma proporção entre o papel emitido e o lastro existente. Mas, quando não há lastro e o governo determina que o papel tenha curso por força da sua soberania, e não havendo condições para que o portador dessa moeda vá ao Tesouro e obtenha a moeda-padrão – ele necessariamente terá que receber em troca mercadorias, utilidades ou serviços da mesma nação –, aí andou bem a Constituição Federal, ante o perigo em estabelecer aquele mecanismo de controle, pois não deveria ficar ao arbítrio somente de uma autoridade poder tão extraordinário como este de fazer arbitrariamente dinheiro e impor a sua circulação, sem controles congênitos, naturais, vinculados ao próprio valor intrínseco do dinheiro.

Assim, Sr. Presidente, isso foi estabelecido, mas, como já disse, tem sido sistematicamente desrespeitado. Foi aceito pelo Ministério da Fazenda e pelo superintendente da Sumoc o mecanismo que instituímos no sentido de que as emissões futuramente sejam controladas pelo Congresso. É lógico que não vai passar pela cabeça de ninguém que cada emissão vá sofrer o crivo do Congresso. Por vezes, são emissões instantâneas, feitas para atender às corridas de bancos, como aconteceu em São Paulo, em Pernambuco. Essa foi a razão do Federal Reserve System; diante das dificuldades de comunicação existentes nos Estados Unidos, aí pelos idos de 15 e 16, quando não havia os aviões, estabeleceu-se a

possibilidade de fornecimento da moeda, em nome do governo, para acudir precisamente às corridas bancárias.

Mas, Sr. Presidente, o que se pretende é estabelecer um mecanismo de teto, como se faz no mecanismo de crédito, para antecipação de uma receita. Admite-se que o governo faça emissão de títulos a cento e vinte dias, geralmente, para ser coberta pela arrecadação que se vai processando mês a mês. O governo necessita de fazer despesas em fevereiro, março ou junho. Ele sabe que terá em dezembro determinada receita. O Congresso autoriza, dentro de certos tetos, para evitar catástrofes, abusos e ingredientes da inflação. Ao adotar esse mecanismo, vamos estabelecer a possibilidade de emissões, em primeiro lugar, para cobrir déficits do Tesouro – são as chamadas despesas improdutivas – e, em segundo lugar, para estimular a produção. Estas devem ser distinguidas das primeiras, porque no caso da produção é diferente. O que é o dinheiro? O dinheiro traduz o serviço, o dinheiro é o símbolo de uma mercadoria. É preciso haver mercadoria e serviço para haver dinheiro. Se há dinheiro, e não mercadoria ou serviço, esse dinheiro se desvaloriza e fica como alma penada a querer encarnar-se, à procura da mercadoria ou serviço. E, pela lei da oferta e da procura, quando cai o dinheiro, aumentam os preços dos serviços e das utilidades.

Aí está, em termos rápidos, a inflação, o aumento do custo de vida.

Mas, Sr. Presidente, quando o governo emite para a produção agrícola, inicialmente essa emissão pode não traduzir realmente uma utilidade, mas dentro de algum tempo surgirá essa utilidade.

Esse excesso, então, passa a ser absorvido pela riqueza criada, e o dinheiro perderá aí a sua significação inflacionária. Foi o que procuramos discriminar no nosso substitutivo, estabelecendo, primeiro, tetos de segurança, de garantia para a emissão; segundo, distinguindo, extremado a emissão que se faz para fins improdutivos, da emissão que se faz para estimular, para ser incrementadora da riqueza nacional.

Sr. Presidente, já fui advertido por V.Exa. de que meu tempo está terminado.

Desejo, neste instante, chamar a atenção desta Casa para o seguinte: É difícil lutar contra o *status quo*. Não é sem razão que há quarenta anos se espera uma reformulação no mecanismo do controle da moeda e do crédito, conseqüentemente, das finanças deste país. Sei o que me custou de incompreensão, de má vontade de muitos setores, no sentido

de ser relator da matéria. Mas confio na lucidez e na adequação desta Casa em relação a um dos imperativos mais necessários no momento. Tudo isso que se diz aí, Sr. Presidente, se não considerarmos a possibilidade de disciplinar o crédito e a moeda no Brasil, tudo isso terá como consequência dificuldades de contenção. Tudo isso que digo são essas modificações todas que se estão fazendo, porque, se não surgir esta instrumentação indispensável, custará caro essa deficiência, como, aliás, vem ocorrendo.

Quero lembrar, neste instante, a luta titânica que Ludwig Erhard empreendeu na Alemanha, onde a inflação era de tal natureza que a remarcação de mercadorias e a ajustagem de salários se fazia semana a semana, dia a dia, onde os contratos de crédito perderam a sua significação pela desintegração de ordem econômica. Ele transformou a Alemanha no maior mercado de capitais europeus, do Mercado Comum Europeu. Deu àquele país a prosperidade que todo o mundo reconhece. Ludwig Erhard, no seu livro *Bem-estar para todos*, diz esta coisa intimamente entrosada com esse mecanismo criado: a saúde monetária, a estabilidade monetária é gênero de necessidade número um, principalmente para os despossuídos, os assalariados, para aqueles que têm poucos haveres e pouca renda. Estes são, Sr. Presidente – e isto se demonstra no Brasil –, as maiores vítimas dos destemperos e da desorganização de ordem financeira, creditícia e monetária.

Sob investigação de um IPM

Câmara dos Deputados, em 12/10/1964.

Publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 12/10/1964, p. 523.

Reação à divulgação de um inquérito policial militar nos órgãos do Ministério da Fazenda, em São Paulo, que arrolou Ulysses entre suspeitos de receber financiamentos, para suas campanhas eleitorais, de uma caixinha dos fiscais de tributos federais acusados de atos de corrupção.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Tendo iniciado minha vida política em 1947, como deputado estadual, avizinho-me agora de vinte anos de ininterrupta atividade política.

Ajudado, principalmente pela generosidade na interpretação dos meus préstimos, desempenhei funções, sem dúvida, de relevância na vida desta nação: de líder da Maioria, presidente da Câmara dos Deputados, ministro da Indústria e do Comércio, entre outras.

Recebi, Sr. Presidente, no estado que represento há tantos anos nesta Casa, demonstrações que guardei como uma consagração dos meus esforços e dos meus sacrifícios.

Quando da sucessão em São Paulo do Sr. Jânio Quadros, por unanimidade, talvez na mais entusiástica das convenções do meu partido, fui apontado como candidato a governador do estado.

Na gestão no Ministério da Indústria e do Comércio, durante quase um ano e meio, tive sob minha responsabilidade a política do café, por intermédio do IBC, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto de Resseguros, a Companhia Nacional de Álcalis, o Instituto Nacional do Pinho, o Instituto Nacional do Mate, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto de Seguro Agrícola e grupos de estudos e de trabalho que controlam, inclusive, a indústria automobilística.

Sr. Presidente, na administração da política cafeeira, difícil, perigosa, delicada e ingrata, durante minha gestão não houve negócios especiais. O café teve sua destinação de produzir divisas para esta nação. Não houve, e apresentaram-se sugestões nesse sentido, intervenção a fim de que se pudesse atuar no mercado de preços domesticamente ou internacionalmente máximo em Nova York. O IBC foi esquadrinhado

por comissões de inquérito nesta Casa, por comissões administrativas, pelos IPMs. Nunca foi necessário que eu sequer viesse a explicar, esclarecer qualquer providência ou qualquer medida. Isto num setor que gira com os interesses mais ponderáveis, maiores, que arrecada anualmente cerca de 700 milhões de dólares para nossas possibilidades de suportar os encargos de importação.

Na Companhia Siderúrgica, onde havia possibilidade – e isto se fez – da concessão de cotas a empresas ou a pessoas, nem uma vez esta prática foi adotada durante a nossa administração.

Tenho obtido reeleições, em São Paulo, sucessivamente acrescidas do sufrágio, da confiança e do respeito do eleitorado da minha terra, atingindo na penúltima eleição oitenta mil votos.

Tendo ocupado o Ministério da Indústria e do Comércio, tendo tido essa máquina as possibilidades desses recursos, essas condições de atuação, o manipulasse por critérios menos recomendáveis, aconteceu que voltei a esta Casa, com a metade desses votos, com quarenta mil sufrágios. Cada um daqueles que me ouvem neste instante sabe, por experiência, que quando aqui ou na administração nos absorvemos inteiramente nos seus interesses e não damos aquela assistência ou, pelo menos, aquele comparecimento, o preço costumeiro é aquele que paguei: não terem os serviços prestados à coletividade a contrapartida, infelizmente, a correspondência do sucesso eleitoral.

Sr. Presidente, quando esta Casa enfrentou o problema de uma das comissões de inquérito mais rumorosas e difíceis – refiro-me à do Ibad – tive a honra de ser convidado para presidi-la, pela generosidade da apreciação unânime das forças políticas desta Casa, pelas condições de imparcialidade com que poderia atuar. Autor e relator de leis indispensáveis e de repercussão na vida econômica e social deste país, como a da Petrobras, da Eletrobras, a lei antitruste, ou seja, a que disciplina o art. 148 da Constituição da República para a contenção e policiamento do abuso do poder econômico, a lei de greve, a reforma agrária ao tempo de João Goulart, a reforma bancária, recentemente a lei de remessa de lucros, o Código de Telecomunicações, tive também, Sr. Presidente, e isto quero levar ao conhecimento da Casa, a responsabilidade de autor de um substitutivo definido como crime, a sonegação fiscal. E que se faz nesse projeto nº 206, recém-aprovado nesta Casa, que se encontra no Senado da República? Transferem-se da instância administrativa

para a judiciária as decisões conclusivas sobre casos de sonegação, notadamente do imposto de renda.

É, Sr. Presidente, de minha autoria, de minha lavra, o art. 4º, que estabeleceu que a multa aplicada deveria ser integralmente recolhida aos cofres do país, vedando-se participação na mesma. Sr. Presidente, quando, aleivosamente, se alardeia que eu pudesse ter tido critérios de benignidade ou pudesse acumpliciar-me, verifico que, com respeito a uma classe onde pode haver erros, mas onde há também servidores devotados e dedicados, eu, na verdade, tive, e desgostei, muitos procedimentos de severidade, principalmente no particular, que levo agora ao conhecimento desta Casa e da nação, como um testemunho insuspeito de como foram as minhas relações com a categoria dos representantes da Fazenda Nacional no setor da fiscalização. Sr. Presidente, quando recorro a isso – e peço desculpas à Casa –, quando aqui venho em defesa do meu nome e do meu mandato, quero somente dizer que, tendo tido atuação em leis e projetos e, administrativamente, em áreas de maior densidade de responsabilidade econômica da República, é a primeira vez em quase vinte anos, a primeira vez nesta Casa, a primeira vez no Brasil, a primeira vez em São Paulo, a primeira vez até no ardor da cegueira dos comícios nas campanhas políticas nas quais V.Exa. sabe que eu sempre tomei posição, até apaixonada e, portanto, suscetível de críticas infundadas, é a primeira vez que um velho parlamentar, no exercício do mandato, experimentado em falar desta tribuna, nas comissões, diante dos veículos de comunicação por onde transitam nossas opiniões e ideias, nesta nação e no interior do meu país e do meu estado, é a primeira vez que tomo esta posição dolorosa e ingrata, como uma estreia, de trazer explicações e justificativas à minha conduta de homem público.

Sr. Presidente, já que estou fazendo um depoimento, desejo continuar, dizendo mais o seguinte: já fui inúmeras vezes convidado para participar de diretorias ou de conselhos de bancos de empresas, de indústrias, inclusive automobilísticas.

Não aceitei. Não participo, Sr. Presidente, quer como deputado, quer como cidadão, até como advogado, de qualquer organização. Não tenho nenhum interesse direto ou indireto em qualquer companhia ou indústria do meu estado ou do meu país. Nesse particular, desejo trazer um depoimento que diz respeito também a V.Exa. Fomos convidados, e reiteradamente, por indústrias das mais importantes de São Paulo, pela

mão de um ex-colega nosso, e ambos entendemos de recusar, embora nisso nada houvesse contra a Constituição, contra a lei.

Quando me refiro a esse convite, Sr. Presidente, não quero dizer que, se eu o aceitasse ou que, se alguém eventualmente exerce atividades estranhas a seu mandato, esteja praticando qualquer gesto indecoroso, incorreto ou irregular. Não. Mas, quando se procura dizer que até a volúpia do ganho, a sua gula é de tal natureza que, até por meios ilícitos, proibidos, se deseja obtê-lo, acredito que possa isso constituir um elemento de fato, porque não adiantam palavras nessa ocasião.

Aqui me encontro para dizer que não desejamos engajar a nossa atividade em outro setor que não o parlamentar, inclusive porque, embora aquela outra ofereça possibilidades de ganho ilícito, não nos traz atrativo ou sedução.

Sr. Presidente, vou falar agora, rapidamente, sobre um assunto a propósito do qual se pode convocar o depoimento da opinião pública: as minhas cinco campanhas em São Paulo. Todos sabem que o homem público vive sob as luzes das gambiarras, todos conhecem as condições em que se desenvolvem os seus trabalhos eleitorais. Pois bem, as minhas campanhas em São Paulo, além do meu escritório da capital, sem comitês ou sede onde pudessem ser realizadas; sem televisão, sem rádio, sem jornais, inclusive no interior, exceto na minha terra natal, Rio Claro, onde fora alugada uma sala por um meu parente, um tio materno; sem cartazes dispendiosamente distribuídos, tiveram como única propaganda, na verdade, um pequeno retrato com alguns dísticos no *Diário de São Paulo*, do qual sou há muitos anos gratuito colaborador e que gratuitamente também me ofereceu essa cobertura eleitoral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eis, sumariada, a história de uma vida pública. O amadurecimento de minha consciência sabe que é verdade não rutilarem nela fulgurâncias, nem a singularizarem excepcionalidades: mas sabe, também, que é verdade, e pode proclamá-la aqui ou onde quer que seja, ser digna e honesta.

A vida pública, que pública pode ser, porque vida não é realmente o ofício do perigo e de exílios, no passado e no presente, e de provação de tantos patrícios nossos, dos riscos pessoais pela paixão e fanatismo nas refregas eleitorais; a temerária aventura diária ou semanalmente reeditada das viagens, principalmente aéreas; o duro, duríssimo, tributo da continuada ausência do convívio familiar e o não pleno exercício, por via de consequência do sagrado e intransferível dever de assistência

aos filhos e sua orientação. Sabemos, inclusive, que nossa carreira está exposta à sujeira da calúnia vomitada pela cegueira partidária, pelo ódio dos poderosos interesses contrariados, pela inveja de pseudoamigos ou de colegas de bancos escolares, pela extorsão de acusações por meio de violências, que descategoriza qualquer processo de investigação.

Não pertenço ao funcionalismo fazendário da União em qualquer cargo e nunca desempenhei qualquer função fiscal. Não me consideraria aprovado se isso sucedesse. Eu o diria aqui. Só porque isto é verdade, testemunho nesta oportunidade minha total desvinculação. Nunca patrocinei qualquer projeto de interesse da classe. Por igual, se o tivesse feito, não o ocultaria, pois nenhum desprimor há em colocar-se a serviço, nesta Casa, de postulações justas e vazadas em termos de interesse público.

Como as campanhas políticas têm congênita estrutura de publicidade – nelas a opinião pública é a principal testemunha de como se desenvolvem a categoria das pessoas, instituições e entidades que delas participam – convoco a do meu estado no depoimento de como um todo, majoritária, ou mesmo ponderavelmente eu teria sido distinguido com o seu apelo. É evidente que em cinco eleições, numa delas, com 80 mil sufrágios, tenha tido votos, aliás esparsos, na área fazendária. Mas estes não excepcionaram a regra de absoluta conformidade com as preceituações da legislação eleitoral, da qual, aliás, fui relator, e dos pressupostos éticos.

Como parlamentar, advogado ou cidadão não tive interferência junto a qualquer setor da administração municipal, estadual ou federal, fazendário ou não, para auferir consequências irregulares.

Há alguma singularidade, Sr. Presidente, que de pronto vulnera os inquéritos, ruidosamente instaurados em São Paulo nos diferentes órgãos da Fazenda Nacional. Limitaram-se ao meu estado, o que evidencia disparidade de critérios, suspeita discriminação e transcendem a escrupulosa e imparcial pesquisa do bem público.

Depois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquilo que se viu, aquilo que foi público, aquilo que chegou ao conhecimento desta Casa: o açodamento irresponsável com que uma comissão de investigações sumárias – é o título e a categoria oficiais – que não tem competência para julgar ou punir, que, na expressão textual do ato institucional e da legislação que o complementa, tem como instâncias superiores, também – e por que não? – para julgar a estas comissões no desempenho das atribuições que lhe foram cometidas e eventualmente excedidas, a Comissão-Geral

de Investigações, o ministro de Estado a que a matéria se jurisdiciona e, finalmente, o presidente da República, o único habilitado à prática dos atos decisórios.

Tal comissão, em São Paulo, e mesmo entre todas em São Paulo, teve esse procedimento singular, inclusive, acredito, em todo o Brasil. Deu-se pressa para convocar a imprensa, o rádio, a televisão para espalhafatosa divulgação do que, até então, fora cercado de impenetrável, injurídica e inconstitucional clandestinidade. (*Muito bem!*)

Por último, Sr. Presidente – e não vou dizer novidades –, já dão ingresso, nos tribunais em São Paulo, pleitos com o relato circunstanciado e estarrecedor de segregações prolongadas...

O Sr. Pedrosa Júnior – Foram torturados moralmente.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Torturados, como disse agora em intervenção oportuna o nobre colega... violências pessoais e verbais, ameaças e humilhações, tudo isto acompanhado de documentação farta, fotográfica, de quando suas vítimas foram tangidas da repartição sob escolta armada de metralhadoras.

Sr. Presidente, é um dever – e esta nação não subsistirá se não tiver forças para cumpri-lo – a punição à corrupção, ao tráfico de influências, às conspirações ao nosso estilo democrático de conviver, a todos os crimes, enfim, e atentados ao organismo social brasileiro, buscando comprometer-lhe a higidez de verdade, pureza, bondade e liberdade. É um dever, sim; vamos todos praticá-lo. Mas há outros para os quais a honra nacional exige inexcetuável vigência, inclusive para que a vergonha internacional não massacre a responsabilidade e a respeitabilidade deste país, que tem compromissos internos e externos pelos quais responde também como partícipe em organismos e tratados de âmbito mundial, entre os quais, recordo aqui, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que, a 10 de dezembro de 1948, o Brasil assumiu, com a sua assinatura, a obrigação de respeitar e de fazê-la respeitada.

O Sr. Milton Reis – Sr. Deputado, os seus colegas não precisariam ouvir a brilhante oração que V.Exa. produz para julgar sua conduta. Sua longa vida pública bem a demonstra. A oração que V.Exa. profere se destina, entretanto, a essa mesma opinião pública, que tanto V.Exa. e nós todos prezamos. Os julgamentos dos IPMs abertos no Brasil muitas injustiças cometeram. Sr. Deputado, quantos homens de bem se acham hoje no exílio, pagando por crimes que não cometeram. E aqui no Brasil

tantos outros com a sua honra denegrida, conspurcada, atingida por um julgamento, sem aquilo que o código mais primitivo, o Código de Hamurabi, já permitia: o direito de defesa. O mesmo se pode dizer do julgamento de Nuremberg. Entretanto, aqui se faz julgamento sumário, tentando atassalhar honras, reputações ilibadas, como a de V.Exa. e muitos outros colegas. O que se faz necessário dizer, para a restauração da honra nacional, para o restabelecimento das franquias democráticas, para a consolidação do regime democrático, Srs. Deputados, é que esses processos sumários, que esses IPMs, como bem acentuou V.Exa., não têm nem condições jurídicas nem oficiais para oferecer um resultado, porquanto são subordinados a outros órgãos superiores, aos quais caberia o pronunciamento. Mas o que se deve fazer, o que se pleiteia é que todos esses casos sejam reexaminados à luz de processos regulares, onde haja o direito de defesa. Porque V.Exa., acredito, e muitos dos outros colegas não sabem do que estão sendo acusados. Com testemunhas – sobretudo nós, que fazemos política, temos desafetos – é fácil conseguir opiniões contrárias a nossas pessoas. Portanto, V.Exa. não se preocupe: esta Casa, o povo de São Paulo e o povo brasileiro conhecem bem a conduta de V.Exa., bem como a de outros ilustres colegas que tiveram seus nomes atacados, a sua honra atassalhada num julgamento, mas não tiveram realmente, porquanto o julgamento da História, dos seus pares e do povo é, antes, inteiramente contrário. Receba, pois, V.Exa. a nossa solidariedade. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Agradeço a magnânima intervenção do nobre colega deputado Milton Reis. O assunto que aqui colocou, um convite à justiça que necessariamente se deve fazer em processos de revisão para corrigir gritantes injustiças de modo inequívoco, já é trazido ao nosso conhecimento e da nação.

Sr. Presidente, na Constituição da República e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, se inscrevem e são enfatizados os mandamentos da tábua das garantias e segurança inerentes à natureza de todo ser humano, imanência natural, antes e acima de franquias políticas, porque primeiro existiram os homens para que, depois, eles organizassem o Estado. E, nessa armadura indispensável para que os cidadãos possam viver, mas também – o que é essencial – viver com honra, se destaca o direito de defesa desimpedido de limitações, ameaças e indevassabilidade dos locais onde se processa.

É essa a defesa, Sr. Presidente, que vamos promover. Os colegas e eu, envolvidos nessa calúnia, entre os quais – e a todos eles manifesto a segurança de que irão escorraçá-la dos seus mandatos e do seu nome – figura V.Exa., presidente Ranieri Mazzilli, a favor de quem me constituo testemunha, desde já, para depor perante a nação, uma vez que estive sempre na intimidade dos acontecimentos terríveis que marcaram sua ação várias vezes na suprema direção deste país, onde se portou inclusive com desassombro pessoal, impondo-se sempre como abençoado obreiro da sua paz e vexilário da sobrevivência democrática.

O Sr. *Benedito Vaz* – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Com muito prazer.

O Sr. *Benedito Vaz* – Nobre deputado Ulysses Guimarães, creio que V.Exa. e este seu colega foram eleitos para esta Câmara pela primeira vez em 1950. Desde aquela época, durante quatro mandatos consecutivos, tenho acompanhado a sua vida pública e a sua atuação nesta Casa. Sou testemunha do patriotismo, do devotamento com que V.Exa., durante todo esse tempo, tem desempenhado o seu mandato e cumprido fielmente o seu dever. Daí a razão pela qual, quando tomei conhecimento daquela declaração do responsável pelo IPM de São Paulo, fiquei verdadeiramente estarrecido, por ver como este país, após tantos anos de evolução política, chegou a um grau tal de irresponsabilidade, de falsidade, e como se atassalha a honra alheia e se acusam impunemente os representantes do povo. Sr. Deputado Ulysses Guimarães, não precisava V.Exa. defender-se perante a Câmara nem perante o país, sobretudo perante a gloriosa província de São Paulo, que V.Exa. tanto tem honrado nesta Casa, porque nós todos o conhecemos e podemos atestar o alto grau de patriotismo com que V.Exa. tem desempenhado seu mandato. Falamos por delegação expressa do líder do PSD. Por tudo isso, venho trazer a V.Exa. a integral solidariedade do nosso partido e a certeza de que estaremos juntos nesta luta, para desmascarar mais essa infâmia, a fim de que os representantes do povo possam permanecer com a cabeça erguida diante do povo brasileiro, desmascarando a infâmia e a calúnia que ameaçam fazer soçobrar a democracia neste país. (*Palmas.*)

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, agradeço com óbvia emoção a palavra honrada, o depoimento corajoso e independente de um colega de categoria moral e legítimo representante das tradições desta Casa, como o nosso companheiro *Benedito Vaz*.

Para finalizar, desejo dizer que, quanto a mim, me afervorarei no exercício desse direito, nesta Casa ou onde seja necessário, para que se impeça que a agressão leviana e irresponsável a figuras com tradição e serviços ao Congresso Nacional se acumplice com os desígnios conspiratórios dos que criminosamente pretendem desmoralizá-lo primeiro, para fechá-lo depois. (*Palmas.*)

O Sr. *Último de Carvalho* – Nós, companheiros de V.Exa., estávamos aguardando que o nobre colega produzisse a magnífica oração com que acaba de fazer sua defesa para lhe trazermos nossa solidariedade, para apresentar a V.Exa. a nossa estima e a certeza de que estamos possuídos da inocência de V.Exa. As injúrias assacadas contra V.Exa. e contra o nosso eminente e querido companheiro Ranieri Mazzilli afetam todo o nosso partido.

Os injustiçados não foram somente V.Exas. São todos os membros do nosso partido e, podemos também dizer, todos os membros desta Casa, porque V.Exas., como homens tradicionais, tendo ocupado altos postos na administração pública, dos mais elevados, como de presidente da República e ministro de Estado, são gratuitamente atacados numa comissão de inquérito, pelo depoimento de uma pessoa inimiga pessoal de V.Exas., depoimento a que essa comissão deu cobertura e publicidade, com o intuito de desmoralizá-los. Podem V.Exas. ficar certos de que esse insulto às pessoas de V.Exas., a indignidade cometida contra V.Exas., o Partido Social Democrático receberá como atirados contra todo o partido. Aos que dão à nossa agremiação um tratamento desses, visando aos mais altos expoentes do Partido Social Democrático, sabemos dar a resposta em tempo oportuno, provando que V.Exas. são, sempre foram e continuarão a ser, homens dignos, acima de qualquer suspeita, homens que têm honrado os quadros políticos desta nação. E esses que os ofenderam tanto, porque ofenderam caluniando a honra de V.Exas., poderão estar certos de que um dia o PSD ajustará contas com eles, porque é nosso dever advogar a causa de companheiros eminentes, que só foram atirados à rua da amargura pelos serviços prestados à coletividade, pela importância de suas pessoas, pela alta tradição política e pela dignidade com que exerceram seus mandatos. Meu intuito, neste instante, é trazer a V.Exa. e também ao deputado Ranieri Mazzilli a solidariedade do nosso partido, solidariedade irrestrita, solidariedade absoluta aos homens de bem, hoje acusados por essa comissão de inquérito. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Muito grato a V.Exa.

O Sr. *Cid Carvalho* – Nobre deputado Ulysses Guimarães, sou daqueles que têm a honra de partilhar, desde o ingresso nesta Casa, há três legislaturas, a intimidade de V.Exa. e da sua amizade. Todos nós nos acostumamos a sentir o desinteresse de V.Exa., dada a sua forma de temperamento, em relação a questões financeiras.

Não vejo, portanto, nobre deputado, como se quisesse escolher V.Exa. para tal julgamento, porque, se há um campo em que V.Exa. não pode ser atingido, é esse em que o foi dessa maneira tão brutal e tão vil. Mas acho que de tudo nos advém um vigoroso fortalecimento de nossa consciência. V.Exa. é hoje uma vítima, como milhares de pessoas o estão sendo neste país e como amanhã qualquer um de nós aqui poderá sê-lo, apenas em decorrência daquilo a que V.Exa. se referiu muito bem: o abandono do respeito aos direitos humanos em nossa terra.

Há fases em que a vida, por meio da adversidade, fortifica a consciência dos homens. Pergunto a todos: será que antes deste baque a nossa consciência democrática não estava amolecida a tal ponto que propiciou o desencadeamento, no Brasil, de uma nova etapa, onde coisas tão brutais, como as acontecidas, pudessem ocorrer? Acho que sim, nobre deputado Ulysses Guimarães. E talvez tudo isso que está sucedendo, onde V.Exa. também entra como objeto, nos leve a um lado positivo. É que nós hoje, principalmente a nossa geração, talvez amemos mais a democracia quando sentimos a sua falta. Já há um ditado muito corriqueiro de que só sentimos o valor da saúde quando doentes. Creio, portanto, nobre deputado, como homenagem a V.Exa., que este é o momento em que todos nós, fora dos estritos limites das nossas agremiações, até mesmo fora do estrito campo deste Congresso, devemos ter um só *animus*. Devemos unir-nos todos, o mais possível, para retomar, sem sentido revanchista, o caminho da democracia neste país. Porque, uma vez reconquistada, nobre deputado Ulysses Guimarães, não teremos episódios como esse, onde a defesa de V.Exa. enaltece este Congresso, mas o fato de V.Exa. sentir a necessidade de aqui vir para fazer tal defesa empobrece este ultrajado país.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Obrigada a V.Exa.

O Sr. *Oscar Corrêa* – Nobre deputado Ulysses Guimarães, chego agora a este plenário e não pude antes ouvir o discurso de V.Exa. como, infelizmente, não pude participar da última sessão, já que representava a Câmara nos trabalhos da Rádio do Congresso Nacional. Prevaleço-

-me, porém, desta feliz oportunidade para trazer a V.Exa., ao Congresso e à nação, um depoimento que é meu – e falo despido de qualquer liderança partidária – mas, tenho certeza, é também de toda a bancada da UDN. Conheço V.Exa. há dez anos, em convívio permanente no Congresso Nacional. Se há oportunidade em que os homens se conhecem e podem, sobretudo, aquilatar das suas virtudes e defeitos é na vida pública. Nesses dez anos pude ter de V.Exa. a impressão mais favorável, não apenas de sua inteligência, lucidez e cultura, como, principalmente, de sua honestidade e dignidade pessoal. Aceite, pois, nesta hora, minha solidariedade, pelo que V.Exa. significa para o Parlamento brasileiro. (*Muito bem! Palmas.*)

O Sr. Raimundo Brito – Nobre deputado Ulysses Guimarães, repito as palavras do deputado Oscar Corrêa. Seu companheiro há mais de dez anos, neste plenário e na Comissão de Justiça, quero trazer a V.Exa. e àqueles colegas, como o deputado Ranieri Mazzilli e outros, alcançados pela irresponsável calúnia de detentores eventuais de insignificante parcela de autoridade, sincera e profunda solidariedade. É precisamente na vida pública, no convívio desta Casa e de suas comissões técnicas, que podemos julgar os nossos colegas. Não sei bem descrever minha sensação ao ter notícia, a estarrecedora notícia do envolvimento de nomes tão ilustres e tão dignos naquelas acusações. Senti-me emocionado e aturdido, estarrecido por ver homens que sabemos representantes do que há de mais digno, do que há de mais correto nesta Casa e na vida pública deste país arrastados por uma comissão que não tinha, que não tem, como acentuou V.Exa., os requisitos jurídicos mínimos indispensáveis para assumir semelhante atitude. V.Exa. e outros dignos colegas nossos são apontados como responsáveis por atos que seriam incapazes de praticar. A defesa de V.Exa. não era necessária, de fato, neste plenário, porque todos nós já o conhecemos. Mas é necessário que, como uma advertência, toda a nação o escute e tome conhecimento da gravidade do insulto que V.Exa. e os nossos dignos colegas sofreram. Mas feridos se encontram, por tanta irresponsabilidade, V.Exa., eles, e com V.Exa., e com eles, o próprio Congresso Nacional. (*Muito bem!*) É uma demonstração de que estamos atentos para repelir, à altura, procedimentos que tais, e, mais do que isso, levar avante a luta para mostrar ao público, à nação brasileira a improcedência de tão aleivasas calúnias. Aceite V.Exa. o meu abraço de solidariedade. (*Palmas.*)

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, registro, com grande reconhecimento, os depoimentos que aqui se fizeram ouvir, em

hora tão importante da minha vida, pelos nobres deputados Último de Carvalho e Benedito Vaz, pertencentes ao PSD e que falaram em nome dessa agremiação política, à qual sirvo desde sua fundação, inclusive como seu fundador, as considerações do meu dileto amigo, valorosa voz moça e intemorata desta Casa, o nobre deputado Cid Carvalho, que somou suas palavras às proferidas antes pelo seu companheiro do Partido Trabalhista Brasileiro, o nobre deputado Milton Reis.

Escutei, Sr. Presidente, o testemunho sempre corajoso – principalmente quando a coragem se faz sentir – de um parlamentar que se colocou várias vezes em trincheiras de ideias e convicções opostas às minhas, o nobre deputado Oscar Corrêa, da União Democrática Nacional, mas em quem reverencio um dos valores mais autênticos desta Casa e que mais orgulho lhe dão. Ao final, a solidariedade fraterna desse dileto amigo que comigo há mais de 15 anos faz parte da Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Raimundo Brito. Ao ouvir tais manifestações dos partidos com representação nesta Casa, ao receber, do interior e da capital do meu estado, moções de confiança, quando vejo lembrados, na imprensa, no rádio e na televisão do país e do meu estado, os serviços que são um aval daquilo que já pudemos fazer por esta nação, sinto-me confortado. Este é, repito, um dos momentos diferentes e dolorosos da minha existência, como homem e como deputado. E é um bálsamo para a minha sensibilidade recordar que não incidi no anátema bíblico de *Val Soli*.

Sr. Presidente, ouvindo tudo isso aqui e fora daqui, temos o consolo que Deus nos dá de saber que, ao sermos caluniados, estamos na companhia de homens de bem e bem-intencionados desta nação.

A reforma bancária de 1964 – II

Câmara dos Deputados, em 30/11/1964.

Publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 30/11/1964, p. 300.

O relator do projeto original na Câmara apresenta em Plenário seu parecer sobre as alterações aprovadas pelo Senado e deflagra grande debate.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Retorna à Câmara a proposição referente à reforma bancária, que aqui já merecera aprovação anteriormente. Como relator da matéria na Câmara, segundo ordena o Regimento Comum, acompanhei os trabalhos e a elaboração da matéria no Senado Federal. Tive entendimentos reiterados com o eminente relator daquela Casa do Congresso Nacional, o ilustre senador Mem de Sá. Assim, Sr. Presidente, no geral, as emendas apresentadas no Senado e que lograram aprovação resultaram do entendimento prévio entre ambos os relatores, do Senado e da Câmara. Quero dizer que o ministro da Fazenda, Sr. Otávio Bulhões, bem como o superintendente da Moeda e do Crédito, professor Dênio Nogueira, também participaram desse estudo e permuta de impressões, para que na Câmara revisora fosse possível aprimorar este complexo e difícil diploma.

Foram aprovadas quarenta e três emendas. Boa parte delas, diga-se de começo, são proposições insubstanciais, erros evidentes, inclusive de impressão ou de datilografia, mero problema de revisão; outras dão uma linguagem mais precisa aos textos referidos, e ainda outras constituem mero problema de definição. Assim, Sr. Presidente, logo de começo, portanto, o nosso parecer é no sentido de que a Câmara confirme essas emendas, que seguramente, pelos avulsos, já são do conhecimento dos deputados interessados na matéria, que já devem ter verificado que as modificações propostas são mais de forma do que de fundo.

Contudo, Sr. Presidente, há alterações substanciais. Devo dizer que estas situaram o assunto na filosofia, nos pressupostos que orientaram o pronunciamento desta Casa sobre a questão. Que se disse aqui fundamentalmente, Sr. Presidente? Primeiro, que a moeda, a rede bancária, as instituições de crédito, tudo enfim que se relacione com dinheiro e crédito neste país deve ter primeiro um órgão de cúpula, uma autoridade máxima e, segundo, que esse órgão precisa ter uma orientação –

porque é o único meio de poder existir – centralizada, uniforme, orgânica, sistematizada. Antes e acima de tudo, se quis acabar, no que tange à vida creditícia, bancária, monetária deste país, com a desorientação, com a descoordenação, com órgãos que falam linguagem às vezes até antiética, com a coincidência de atribuições que gera, é óbvio, a perplexidade. Os setores que lidam com dinheiro, com créditos precisam ter linha muito firme, muito rígida, muito responsável, muito definida, até com os organismos internacionais que transacionam conosco.

Uma das queixas habitualmente feitas pelos bancos, pelas organizações internacionais, por entidades que operam com similares no Brasil é a de que têm dificuldades mesmo de se situarem nos negócios, pelo fato de vários órgãos falarem sobre o mesmo assunto ao mesmo tempo, em geral descoordenadamente e às vezes até em oposição. Isto acontece com o Banco do Brasil até na sua composição; em parte, com sua característica de sociedade anônima, de sociedade de economia mista, com controle acionário majoritário em mão do governo federal, mas onde há carteiras em que a nomeação já depende do Executivo, como acontece com a Carteira de Câmbio, a Cacex e outras mais. Quanto à Sumoc, muitas das suas atribuições estão na área também do Ministério da Fazenda.

Não vou aqui agora, porque é assunto superado, porque a Câmara decidiu e o Senado confirmou, e isto já foi objeto de discursos meus, inclusive nesta tribuna, caracterizar mais uma vez esta anomalia com a qual se quis acabar. Mas está aqui a novidade nas emendas apresentadas pelo Senado com a nossa aquiescência: o que se quis foi perseguir este objetivo de unidade. Ora, quando a matéria andou nesta Casa, em tramitação difícil, longa, ouvimos os vários setores interessados e o máximo que conseguimos foi estabelecer o Conselho Monetário Nacional como a instância financeira e creditícia máxima da República e como órgão normativo, como a secretaria executiva, digamos, do Conselho Monetário Nacional, a Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito).

Mas a Sumoc, na sua formação, tinha em geral as características atuais. O que conseguimos com as emendas do Senado foi estabelecer que aquele organismo passasse a chamar-se Banco Central. Finalmente, batizamos as crianças. Foram dados nomes aos bois. Havia certa prevenção no Brasil com o nome de Banco Central, universalmente adotado, por motivos que informavam certos intuitos que inexistiam inclusive com relação ao Banco do Brasil.

Assim, Sr. Presidente, as funções eram as mesmas, só que se lhes dava, no Brasil, o nome de Sumoc. Agora, dá-se o nome – repito –, consagrado, de conselho e integrarão o Banco Central. A Sumoc passará a chamar-se Banco Central e o Banco Central será o órgão executivo subordinado ao Conselho Monetário Nacional. Mais do que isso: para que haja uma identidade, para que haja uma conjugação de propósitos, o Banco Central – atual Sumoc – nascerá, emergirá do Conselho Monetário Nacional. Compor-se-á o novo órgão de seis membros com mandato. O Conselho Monetário Nacional entre esses seis membros recrutará quatro, que exercerão, simultaneamente, as funções de integrantes do Banco Central, a Sumoc. Portanto, esses diretores do Banco Central são simultaneamente diretores, já se vê, minoritários, do Conselho Monetário Nacional, função que já desempenhavam anteriormente. Eles não têm condições de serem membros do conselho, porque já integram o Banco Central, nomeados por outro órgão, por outra entidade. Não. Constituído o Conselho Monetário Nacional, esse conselho, por eleição, designará quatro dos seus representantes, entre aqueles que têm mandato fixo, para que constituam no Banco Central a secretaria executiva, o executivo do Conselho Monetário Nacional.

Sr. Presidente, dos entendimentos havidos, dos quais participaram o presidente do Banco do Brasil, que apresentou muitas sugestões que foram adotadas, e uma equipe de assessores desse importante estabelecimento de crédito da nação, chegou-se à conclusão de que, dos seis membros com mandato fixo do Conselho Monetário Nacional, quatro designados pelo conselho integrarão o Banco Central e os dois restantes serão os diretores da Carteira de Câmbio e do Conselho de Comércio Exterior, a Cacex, do Banco do Brasil. Resultou, portanto, uma fórmula que reputo sumamente feliz, sufragada pelo Senado Federal a fim de que todos esses organismos, notadamente com responsabilidades nacionais as mais importantes, se integrem, tenham interdependência, possibilitando uma orientação centralizada e também uma tomada de responsabilidade perante a nação e perante esta Casa. Uma das dificuldades que se tinha era quando se chamava à fala o responsável pelos critérios de financiamento, não só financiamentos, com relação ao déficit do Tesouro, mas também com relação às atividades e à orientação cambial, frequentemente se arguia que essa responsabilidade – principalmente quando as coisas não andavam bem – não era da Carteira Cambial, era do Banco do Brasil, não era do Banco do Brasil, era da Sumoc, não era da Sumoc, era do Ministério da Fazenda. E assim se

diluía, se aguardava entre todas essas personalidades, essas autoridades, esses órgãos, essas entidades, perante a nação, as entidades de classe, as organizações interessadas e, notadamente, o Congresso Nacional, a aferição exata da responsabilidade por atos que eram praticados.

Sr. Presidente, outro ponto para o qual desejamos convocar a atenção da Casa é o que diz respeito a esse tormentoso, difícil e delicado problema da emissão. Sabemos que, sem condições de controlar a emissão, corre a vida financeira da nação o risco de ser tumultuada, de ser desarticulada e, principalmente, o perigo de que nela se insiram os fermentos infernais da inflação.

Quando aqui temos de votar qualquer lei fiscal, vemos a dificuldade de tramitação, que a nossa experiência sabe ser sempre muito grande. A elaboração orçamentária é uma guerra. No entanto, por meio da emissão, que sabemos ser uma forma invisível de tributação, pois acarreta a desvalorização da moeda e representa uma carga fiscal, um sacrifício, isso se fazia sem que se tomasse conhecimento, a não ser muito depois, dos montantes. E o mais grave: qual a finalidade dessas, às vezes maciças, emissões. O regime de clandestinidade, de ignorância de um dispositivo tão importante, principalmente num país subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento como o Brasil, não podia, a não ser que nós informássemos até a regularidade do funcionamento das instituições democráticas, não era possível continuar tal estado de coisas, como infelizmente tem acontecido até aqui.

Por esta razão preliminar, não nos vamos aqui demorar mais em especulações doutrinárias, tão abundantes e fáceis, para estabelecer-se um sistema de controle que não fique ao arbítrio somente de algumas autoridades administrativas e, às vezes, dos escalões inferiores. Vamos esquecer tudo isso para dizer *lege habemus*, temos a lei, e a Lei Maior, o Estatuto Cívico da República, a Constituição Federal estabelece, no art. 65, item VI, que as emissões de curso forçado, necessariamente, devem ter o *placet* do Congresso Nacional.

O Sr. Alde Sampaio – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Ouço V.Exa. com grande honra.

O Sr. Alde Sampaio – Quero dar o meu apoio ao que V.Exa. está dizendo...

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Muito grato a V.Exa.

O Sr. *Alde Sampaio* – ...relativamente às emissões feitas no Brasil. Mas quero também lembrar a V.Exa. que não foi por falta de lei que isso aconteceu. Desde a criação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil que a lei vem regulando a forma por que se devam fazer emissões no Brasil. E se estas passaram a ser excessivas, abundantes, fraudulentas e até, pode-se dizer, calamitosas, não foi por defeito da lei, mas por abuso contra a lei. As emissões eram feitas sob a responsabilidade exclusiva do diretor da Carteira de Redescontos, sem autorização legal, porque a lei não permitia que o Banco do Brasil fosse à Carteira de Redescontos em importância superior à soma do seu capital e reservas. Entretanto, isso ficou como letra morta na lei e as emissões passaram a tomar o vulto que alcançaram no Brasil. V.Exa. tem razão, repito, ao afirmar que se deve legislar para as emissões, porém sob forma mais drástica, a fim de que a responsabilidade seja realmente apurada, quando se abusar contra a lei.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Perfeitamente. Agradeço muito o socorro que V.Exa. dá a meu discurso, sendo, como toda a Casa reconhece, um dos deputados que mais conhecem esta matéria.

Sr. Presidente, o que se procurou fazer foi estabelecer o cumprimento do dispositivo constitucional, como as emissões deverão ter a autorização do Legislativo. Distinguiram-se duas espécies de emissões. Poderíamos dizer até três: uma delas são emissões feitas para cobrir o déficit orçamentário, o déficit do Tesouro.

Neste caso, anualmente, quando examinarmos a Lei Orçamentária e tivermos uma visão geral do panorama nacional no que diz respeito aos compromissos com a receita e com a despesa, este assunto será analisado. O Executivo, que propõe a mensagem e poderá vetá-la, e o Legislativo, conjuntamente, estudarão a matéria, para que, sendo o caso, em cada lei orçamentária se autorize um percentual e, assim, haja a dosimetria, a fim de que esta emissão não traga mal maior ao eliminar o déficit orçamentário. Se for feita a jato, imediatamente, poderá significar um exacerbamento nos temperos da inflação, ocasionando mal muito maior. Portanto, anualmente se aposta, perante a nação e o Congresso Nacional, exame do déficit por ser coberto por meio de emissões com a competente autorização legislativa.

Mas há, Sr. Presidente, a emissão feita para estimular as atividades produtivas da nação, notadamente no setor agrícola. Como se sabe, esta é uma área ainda não irrigada pelo crédito. Existindo já tradicionalmente, até sob a forma de giro, dinheiro para a indústria e para o

comércio, ele inexistente na proporção necessária para a agricultura. E o meio é fabricá-lo por meio de emissão. Mas, mesmo aí, essas emissões não podem ser imoderadas. O que se diz é que, neste caso, o dinheiro cria riqueza, e essa riqueza passa a traduzir existência de dinheiro, de meio circulante, e, conseqüentemente, o dinheiro não seria inflacionário. O dinheiro é inflacionário quando foge à sua atribuição substancial, passando a ser dinheiro mentiroso, porque não traduz riqueza, já que seu volume é muito maior que a riqueza existente. Ao influxo da lei da oferta e da procura, ele passa desesperadamente a procurar encarnar-se, digamos assim, na riqueza, nos bens ou serviços, dos quais deve ser a tradução necessária. Daí é que surge, como todos sabemos, principalmente, a inflação. Quando o dinheiro financia a produção, criada a riqueza, a produção, ela passa, imediatamente, a dar significação não inflacionária ao dinheiro, que, inicialmente, poderia tê-la, dentro daquilo que os economistas chamam o período de maturação, isto é, da emissão até que a riqueza surja.

Sr. Presidente, considerando ter a emissão essas razões mais plausíveis, desde que seja dosada, medida, não seja exagerada, ainda aí, o projeto, a meu ver, sabiamente, estabeleceu um mecanismo mais dúctil, mais flexível, admitindo até a autorização *a posteriori*, mas imediatamente após, quando surge uma emergência. Quando isso não acontece, o projeto autoriza uma emissão de até dez por cento sobre os meios de pagamento existentes no país. Então, estabeleceu-se um teto. Porque não passa pela cabeça de ninguém que, cada vez que o governo vá emitir, bata às portas desta Casa para que a emissão seja autorizada. A emissão, frequentemente, tem caráter de urgência. Iremos legislar aqui por aquele sistema de piso e de teto que, por meio de uma construção legislativa, aceitamos como não desrespeitando o dogma, em má hora, aliás, inscrito na Carta Máxima do país, da indelegabilidade de poderes. O Executivo, em todas as nações, começando pelos Estados Unidos, age sob a forma de delegação, e o veto, nos Estados Unidos, tem significação diferente da do Brasil: ali, ao invés de ser o veto atribuição do Executivo, é do Legislativo. O Legislativo dá ao Executivo elastério de ação em determinados setores, principalmente na administração do pessoal, mas veta uma disposição que entende exorbitar da sua delegação ou da sua confiança.

Assim, Sr. Presidente, quando V.Exa. amavelmente me adverte de que, desejando outros oradores ocupar a tribuna, devo abreviar minhas considerações, irei, acudindo ao conselho de V.Exa., ter o prazer de

ouvir outros colegas, que trarão suas contribuições, aceitando ou criticando as emendas apresentadas pelo Senado.

Desejo dizer o seguinte: só esses dispositivos, estabelecendo a possibilidade de controle efetivo, real do Congresso Nacional, da emissão, só isso já me levaria a aprovar o projeto. Há outro dispositivo que estabelece que, além da autorização sob forma de crédito, autorização explícita ou autorização *a posteriori*, conforme o caso, mas feita imediatamente após a emissão, mandará anualmente o Conselho Monetário Internacional a essa Casa uma exposição minudente – diz a lei – circunstanciada dos montantes das emissões e – o que é mais importante – indicará em que setores essas emissões foram aplicadas.

Sr. Presidente, a Emenda nº 23 estabeleceu elenco da competência do Banco do Brasil naquilo que diz respeito à sua entrosagem com o Conselho Monetário Nacional. As modificações foram mais no sentido de ajustar o Banco do Brasil à nova técnica adotada para a constituição notadamente do Conselho Monetário Nacional. São modificações decorrentes – adotada a forma agora aventada –, como via de consequência. A Emenda nº 23 deverá ser adotada para que se ajuste – repito – o rol da sua competência às modificações introduzidas na constituição do Conselho Monetário Nacional e na formação do futuro Banco Central.

Sr. Presidente, para a Emenda nº 44, convoco a atenção especial da Casa. Ela proíbe, Sr. Presidente, com relação às instituições de crédito, a concordata, principalmente, já se vê, a preventiva. Sabemos dos abusos constantes de estabelecimentos de créditos que, com intuídos que não podem ser confessados de público, forjavam, fabricavam concordatas, porque, Sr. Presidente, todo aquele capital dos depositantes, notadamente os imobilizados no banco, ficavam bloqueados e, por consequência da inflação, mesmo quando o estabelecimento podia saldar todos os seus compromissos, esses tinham uma significação de valor muito menor com relação aos interessados do que na época em que a concordata fora solicitada. Haverá intervenção, haverá liquidação extrajudicial, haverá liquidação judicial – todos os meios admissíveis para que uma instituição de crédito, isenta a uma dificuldade, inclusive de insolvibilidade, possa definir as suas responsabilidades com relação às obrigações assumidas com terceiros. Mas deixar isto ao arbítrio da própria instituição, exclusivamente dos seus diretores, é justamente o que a Emenda nº 44 objetiva impedir. Por que, Sr. Presidente, este arbítrio, esta atribuição, que em outros órgãos não oferece o mesmo perigo –

porque, em outras entidades, em outras empresas, o dinheiro, o capital, os interesses geralmente são os dos próprios diretores, das pessoas diretamente vinculadas a elas –, um grande perigo representa com relação às instituições financeiras, que, na verdade, custodiam, guardam o dinheiro dos depositantes.

Enxergo, pois, Sr. Presidente, nesta Emenda nº 44, evidentemente, intuítos moralizadores e acauteladores dos interesses dos depositantes, principalmente dos pequenos depositantes, que têm sido as grandes vítimas de concordatas, concordatas, na verdade, repito, forjadas, armadas, para que se locupletem de imensos lucros aqueles que as propuseram.

Outro ponto, Sr. Presidente, que desejo ressaltar, é o da modificação introduzida na Emenda nº 26, fazendo com que os pedidos de informações que vulnerem o sigilo bancário possam ser feitos.

Eu, aqui e nos entendimentos havidos no Senado, resisti sempre no sentido de que esses segredos fossem vulneráveis ao Congresso Nacional. Poder independente deverá ter sempre a prerrogativa de, como acontece com o Poder Judiciário, poder abrir exceções, válvulas ao sigilo bancário. Mas também estou de acordo com que isso se faça com as cautelas necessárias, com certos cuidados.

Assim, Sr. Presidente, pela Emenda nº 26 se estabelece que, quando o Congresso Nacional, a Câmara ou o Senado desejam informações que digam respeito ao sigilo bancário, podem obtê-las, sim, mas por meio da aprovação da respectiva Casa, para que esses pedidos de informações traduzam, realmente, a responsabilidade, o desejo, não exclusivamente de um parlamentar, ou mesmo de alguns, mas, inequivocamente, o desejo da Casa – da Câmara ou do Senado.

Também, Sr. Presidente, nossas ponderações foram atendidas no sentido de que as comissões de inquérito possam requisitar essas informações – desde que metade mais um dos seus membros, a maioria absoluta, se pronunciem nesse sentido.

A Emenda nº 3, Sr. Presidente, acrescenta aquilo que, implicitamente, já estava na redação da Câmara. Em boa hora examinamos a conveniência de explicitar que o Conselho Monetário Nacional também disciplina as atividades ou as alterações conectadas com os *swaps*, que é uma modalidade cuja importância não preciso ressaltar aqui, pela frequência com que ela se vem operando no Brasil. Urgia explicitá-lo no rol ou no elenco da competência do Conselho Monetário Nacional.

Sr. Presidente, dou parecer contrário sobre as seguintes emendas: nº 7, somente quanto ao inciso I, quando diz: “Dê-se ao *caput* do inciso XIV do art. 4º a seguinte redação: (...) determinando o recolhimento compulsório pelas instituições financeiras até 25% (...)” etc.

Este ponto foi muito debatido na Comissão Especial da Reforma Bancária. Falando como seu delegado, ponderei, notadamente ao senador Mem de Sá, que sempre se deu muita importância à palavra “esterilizar” ou “depósitos compulsórios esterilizados temporariamente”. A razão é aquela que já enunciamos inclusive desta tribuna: que o recolhimento compulsório é feito junto às instituições financeiras no sentido de regular, principalmente, os meios de pagamento. Sabemos que o dinheiro depositado em banco, que o depósito feito, é um multiplicador – pode ser multiplicado por quatro, gerando a possibilidade emissora da moeda escritural, em que cada cidadão passará a ter esta prerrogativa. Além disso, há a compensação bancária, o que significa que o mesmo depósito está gerando várias formas de meios de pagamento. Aqui no Brasil, como de resto em todas as partes do mundo, o poder público, o governo, tem a possibilidade de tirar deste depósito um quantitativo que, conforme a conjuntura, evite que o mesmo possa ter uma significação inflacionária. Entre outras razões – mas esta é a principal.

Isto, Sr. Presidente, se nós quisermos evitar uma coisa que se fazia no Brasil, que era uma mera modificação de guichês; que a esse pretexto, que a esse pressuposto tirava-se o dinheiro de toda a rede bancária, de toda a rede de crédito do país – mas, através de outros guichês, este dinheiro era novamente colocado em circulação.

Ora, Sr. Presidente, isto informava o princípio fundamental do depósito compulsório. Este dinheiro terá de ficar imobilizado, no sentido de o Banco Central acudir – na sua função de banco dos bancos – a necessidades, estas sim, não de mutuários, não de particulares, mas dos próprios bancos. Porque esta é a finalidade que se determinou na definição legal do recolhimento compulsório. As exceções, somente as exceções legais, isto é, quando admitidas por lei – para não ficar ao arbítrio, lançar-se mão desse dinheiro – como, infelizmente, tem ocorrido – fora dos casos expressamente fixados na lei. O art. 48 estabeleceu a possibilidade deste dinheiro financiar as letras do Tesouro, que poderão ser tomadas a este pretexto pelo governo, pelo Tesouro.

Isto para evitar, Sr. Presidente, a emissão e tomada, em seguida, das letras do Tesouro, por meio de uma disciplina rigorosa em que o

governo terá compromissos para satisfazer as suas responsabilidades em tempo hábil. Não fica nessa indefinição por meio do encontro de contas, permanentemente.

Estas e outras coisas admitiram que a regra da esterilidade ou da esterilização desse dinheiro não funcionasse. Fora disso, no *ad nutum* das autoridades, seria impossível. Aliás, nos entendimentos havidos com o relator, S.Exa. informou que não reputava este um ponto essencial e que, devido aos entendimentos, eu poderia ter interpretado por comodidade de tramitação no Senado.

Mas, sobre esse ponto, embora não acordássemos, disse a S.Exa. que com relação à matéria, tão debatida, não poderia ir além da delegação que tenho desta Casa como relator da Comissão Especial da Reforma Bancária. Portanto, somente quanto ao inciso I meu parecer é contrário e, em consequência, à Emenda nº 9, porque esta se conectou com o inciso I do art. 7º. É lógico que as quantias decorrentes de depósitos de recolhimento compulsório não podem ser aplicadas, a não ser quando a lei autoriza fiquem disponíveis. Só podem ser esterilizadas nos casos definidos em lei. Portanto, meu parecer é contrário à Emenda nº 9.

Dou parecer contrário à Emenda nº 28, porque entendo que o enunciado constante no texto aprovado pela Câmara é mais feliz.

Voltamos, aqui, Sr. Presidente, ao sigilo bancário. Quando o sigilo bancário pode ser vulnerado. Neste particular, é tradicional: quando há uma decisão judicial, há uma sentença. Ora, um juiz determina a exibição de livros ou a divulgação de situação bancária para esclarecer a lide. Se se diz na redação do art. 28 que isso não pode ser divulgado, cria-se uma dificuldade insuperável, até quanto ao preceito da ampla e necessária divulgação das decisões judiciais. Acredito que a redação do Senado foi infeliz, porque não poderia persistir esse objetivo, mas é esta a conclusão. A redação que adotamos foi, na verdade, uma repetição, uma transferência de um conceito que, desde o vetusto Código Comercial Brasileiro, sempre se adotou, isto é, mediante sentença judicial, a exibição de livros e a situação bancária, naquele particular, naquele tópico, é, sem dúvida alguma, trazida a publicidade, no caso de lide, para conhecimento das partes. Não poderia haver proibição de divulgação. Portanto, o nosso parecer é contrário. A redação permanece com aquilo que reeditamos em nosso texto já consagrado na legislação específica do país.

Finalmente, Sr. Presidente, desejo dizer que conversamos muito no Senado a respeito das cooperativas agropastoris. Sempre foi um desejo, nesta Casa, de vários deputados, senadores e entidades, dar um tratamento de maior desenvoltura para essas cooperativas, que exercem atribuição tão importante para a disciplina e a orientação da vida agropastoril em nosso país. Posteriormente, verifico que a redação da Emenda nº 40 não foi feliz, meramente de redação. Assim, vou oferecer uma emenda que é realmente apresentada no sentido de captar o espírito desses entendimentos.

Acabei de conversar com o professor Dênio Nogueira, do Executivo, sobre o assunto. Quero dizer a esta Casa que, sempre, nos passos mais importantes do projeto, permutamos frequentemente opiniões com o Executivo, que, algumas vezes, discordando, afinal se rendeu à argumentação do Senado e da Câmara, no desejo conjunto de elaborar um diploma que não seja conveniente exclusivamente a este governo, mas ao Brasil. Devo dizer ao Sr. Presidente que conversei com o professor Dênio Nogueira sobre a emenda que vamos oferecer, no sentido de admitir que essas cooperativas possam financiar as atividades dos seus associados, porque esta é uma das suas finalidades específicas. Vou, na redação que apresentamos, situar bem este pensamento, que norteou, aliás, o trato da matéria aqui nesta Casa e no Senado, em minhas conversas com o presidente do Senado. Desejo repetir, Sr. Presidente, que, após esses entendimentos, conversei também com o Executivo.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer do relator é favorável às emendas do Senado, exceção feita à Emenda nº 7, no que tange somente ao seu inciso I, e às Emendas nº 9 e 28. Rogo a V.Exa., Sr. Presidente, por ser emenda que objetiva exclusivamente dar uma redação consentânea ao espírito que norteou a informação da matéria, que submeta à aprovação da Casa a emenda de redação que oferecemos à Emenda nº 29.

É este, Sr. Presidente, o parecer que ofereço, desejando acrescentar a V.Exa., e o faço também em nome da Comissão de Constituição e Justiça, da qual, para tanto, recebi delegação, de vez que todas as emendas são evidentemente constitucionais e têm por si interesses e fomentos jurídicos.

Necrológio de Horácio Lafer

Câmara dos Deputados, em 1/7/1965.

Publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 1/7/1965, p. 717.

Um rápido testemunho pessoal e partidário sobre o ex-deputado e ex-ministro Horácio Lafer, pessedista de São Paulo.

Fui distinguido pelo presidente nacional do meu partido, o ministro Amaral Peixoto, e pelo líder nesta Casa dessa agremiação política para trazer a palavra do Partido Social Democrático de homenagem, de saudade e de reconhecimento a Horácio Lafer.

Creio, Sr. Presidente, que a manifestação do Partido Social Democrático tem, pelo menos, duas significações que aqui devem ser evidenciadas. A primeira é a da fidelidade exemplar, disciplinada, inexcetuável de Lafer ao seu partido. Foi um dos seus fundadores, há cerca de vinte anos, e nunca abandonou as suas fileiras. Não se servia do partido. Serviu-o, principalmente nas horas da dificuldade, da adversidade e da oposição; acredito também, e isto está na consciência daqueles que acompanharam a sua atuação política, notadamente nesta Casa, que o Partido Social Democrático teve nele – quero aqui salientar este aspecto – não simplesmente o correligionário, mas o chefe, o líder, o prócer.

Lafer era um homem de inteligência política clara, precisa e realista. Nas horas das dificuldades e de perplexidade, quando era necessário encontrar um caminho, sempre os seus firmes conselhos, os suplementos de sua experiência, traziam a solução que se buscava alcançar. Na legenda do Partido Social Democrático foi reiteradas vezes deputado federal. Ocupou postos como o de presidente da Comissão de Finanças, de líder da Maioria e, no Executivo, atingiu as culminâncias de ministro da Fazenda e de titular da pasta das Relações Exteriores.

Sr. Presidente, quando recordamos agora essa figura admirável e tão querida de amigo e de companheiro de lides políticas, podemos, como síntese de sua biografia, dizer que era um cavalheiro, um *gentleman*. Sabem V.Exa. e a Casa como aqui e fora de nossas fronteiras é difícil achar o conjunto de qualidades, de requisitos para esta definição exigente. Lafer, pelo seu estilo pessoal de ser, de falar, de atuar, de polemizar, sempre se portou como um homem onde estas qualidades humanas de boa convivência se extremavam, se acrisolavam.

Sr. Presidente, os jornais de todo o país, nas fotografias das fases culminantes da sua vida, nos mostram sua figura lhana, sempre sorridente, acolhedora. Não incidamos, porém, no erro de pensar que fosse aquilo que os americanos condenam com a expressão do *yes man*, do homem do sim permanente, que concorda com tudo, porque não tem personalidade marcada, dessas pessoas de temperamento e de modo de ser indefinidos, que ficam sempre na zona imprecisa e cinzenta das indefinições. Não. Horácio Lafer tinha, principalmente em termos espirituais e de vontade, a sua característica na famosa e tão conhecida assertiva latina “Suaviter in modo, fortiter in re”. Era homem suave nos modos, no trato, mas uma vontade, uma personalidade forte, tenaz, inquebrantável, inflexível, quando a serviço da sua causa, do seu partido, do seu estado e do seu país.

Esta vontade desse admirável cidadão brasileiro é que explica a construção, em termos tão gigantescos, de toda a sua existência. A tudo que se dedicou, o fez com paixão, com devoção total e, repito, um prolongamento interior do homem que sabia querer.

Como intelectual, e Cunha Bueno recordou isso há pouco, escreveu obra que é constantemente citada, ainda hoje, na literatura filosófica do Brasil e fora das nossas fronteiras. Industrial, o seu gênio empresarial, com parentes seus, construiu complexo admirável em São Paulo e em outras unidades da federação, notadamente no Paraná, fazendo com que, no setor da indústria do papel, sejamos conhecidos em todo o mundo, principalmente naquelas áreas internacionais que cuidam desse problema. É preciso que se diga que tal foi a sua capacidade de movimentar todo esse colosso que ele ainda hoje aí está, suportando até a concorrência internacional, porque, como sabe a Casa, a única indústria que não teve favores alfandegários – o que, aliás, seria legítimo – para proteger a sua criação e o seu desenvolvimento foi precisamente a do papel.

E, Sr. Presidente, na política, que conhecemos tanto, chão que pisamos, sabemos quanto de dedicação e esforço é preciso para galgar aquelas posições que invariavelmente ocupou. Nesta Casa, no Executivo ou em São Paulo, sempre esteve entre os primeiros, entre os líderes e entre os chefes. Horácio Lafer, no Ministério da Fazenda – e ainda ontem, em conversa com o deputado Raimundo Padilha, recordávamos o fato –, singularizou-se pelo esforço extraordinário que empreendeu, no sentido de convalescer as nossas finanças, na difícil busca do equilíbrio

orçamentário. Tal foi a soma de energias que despendeu, os aborrecimentos que teve naquela pasta, onde os interesses contrariados movimentam, frequentemente, campanhas duras e cruéis, que, certa vez, no Palácio da Fazenda, fui encontrá-lo exausto, tendo perdido os sentidos e necessitando de socorros médicos urgentes. Sr. Presidente, Lafer entrou um, no Ministério da Fazenda, e saiu outro, com a saúde combalida. Logo depois, a doença que havia de o vitimar, como ocorreu há poucas horas em Paris, acometeu-o no seu primeiro ataque, no seu primeiro assédio. Com a saúde abalada, com suas energias depauperadas, não obstante, não diminuiu seu ritmo de trabalho e de esforço e, até o final da sua existência, apesar das nossas advertências, convocado que fui, inclusive por sua esposa, apesar dos conselhos médicos, foi sempre homem devotado, principalmente a seu partido, que estava sempre presente nas suas preocupações, na sua atenção. Dedicava-se às tarefas do partido, a fim de que pudéssemos trazer nossa contribuição, sempre no interesse do nosso país, sempre no interesse da nossa pátria.

Trago aqui, pois, Sr. Presidente, num rápido esforço, a palavra da nossa agremiação partidária ao seu fundador, ao seu correligionário, ao seu líder e ao seu chefe, inclusive para realçar que ele documenta esta estirpe admirável de homens públicos que tudo põem a serviço da militância política, mesmo o conforto pessoal. Lafer, frequentemente, estava distante dos seus familiares. Tudo isso muito concorreu para abreviar os dias de sua vida.

Posso aqui, parafraseando escritor famoso, dizer a respeito de Lafer que a sua vida pública, pública o foi, sem dúvida, porque vida em termos de bem-estar e tranquilidade certamente não o foi.

Sr. Presidente, antes de partir para a viagem de onde não retornou ao país a que tanto serviu, Lafer se mostrava inquieto, preocupado com esta grande nação e com os seus problemas.

O Sr. Afonso Celso – Permita um aparte. Agradeço a V.Exa. a oportunidade que me dá de dizer aqui, também, da minha admiração por Horácio Lafer. Quero sintetizar esta impressão e esta admiração, dizendo que por esta Casa muitos passam, mas poucos deixam, na verdade, o seu lugar marcado no Parlamento. Horácio Lafer deixou-o, como deixou-o, sem dúvida, na vida pública, que exerceu com tanto brilhantismo.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Muito grato a V.Exa., Sr. Presidente, sei que, ao lado de suas preocupações, ele se sentia injustiçado por setores apaixonados, principalmente, da opinião política desta nação.

Posso dizer que ela não se manifestou em termos de reconhecimento, tal qual, sem dúvida nenhuma, o merecia quando em vida este ilustre batalhador das causas públicas deste país. Mas posso, neste instante, como fecho da homenagem que aqui queremos prestar ao grande brasileiro, recordar, porque tem aplicação com relação a ele, a advertência e o consolo cunhado pelo gênio imortal de Antônio Vieira: “Se te dedicas à pátria e ela não te é reconhecida, não o estranhes, pois fizeste o que devias, e ela, o que costuma”.

Nossa Senhora Aparecida

Câmara dos Deputados, em 17/8/1967.

Publicado no DCN de 17/8/1967, p. 712.

Saudação ao legado papal, cardeal Amleto Giovanni Cicognani, nas comemorações dos 250 anos do culto da Padroeira do Brasil.

Foi nas águas, em canoas e pela pesca, que no Rio Paraíba, mil setecentos e dezessete anos depois, se repetiu, por obra da Mãe, o milagre do Filho no Lago de Genezareth: como Simão Pedro, João Alves, da mesma raça rude e marinheira dos pescadores, lançou sua rede para que a vila paulista de Guaratinguetá tivesse peixe na mesa hospitaleira com que homenagearia o conde de Assumar, D. Pedro de Almeida e Portugal, de trânsito por ali rumo às Minas Gerais, como capitão-general e governador delas e de São Paulo, ambas, então, uma só capitania.

Assombrosa pesca, aquela!

Com a imagem aparecida, de Nossa Senhora da Conceição, em verdade, o humilde caçara brasileiro pescou, até nossos dias, duzentos e cinquenta anos de milagres, milhões de romeiros, um dos maiores santuários do universo e, para seu país e sua igreja, um dos mais raros e alegres dons do Vaticano: a Rosa de Ouro.

É a segunda vez que a venera glorifica o Brasil, pois o papa Leão XIII, em 1888, com ela exaltou a fraternidade da princesa Isabel, pela emancipação dos escravos, guardando a catedral do Rio de Janeiro a relíquia que lhe foi doada pelo seu neto, o príncipe D. Pedro Henrique, a 29 de julho de 1946, no centenário da Redentora.

Dois séculos e meio de Nossa Senhora Aparecida saudados pelo milênio da Rosa de Ouro! Tão singular evento haveria de ter singular parainfo na personalidade forte e sábia do legado pontifício, D. Amleto Giovanni Cicognani. Assinale-se logo a circunstância singularíssima de que nunca antes o *latore* do exultante troféu fora o próprio cardeal secretário de Estado, autoridade só precedida pelo papa.

V.Ema. Revma. conhece o Brasil desde a visita que, em 1926, empreendeu aos estados do Sul. Por seu turno, o Brasil participa da veneração universal ao purpurado D. Amleto Giovanni Cicognani, que Deus sagrou com a voz de sua sabedoria e o óleo de sua prudência.

Aluno da Universidade Lateranense e hoje seu mestre de Direito Canônico, laureado em Filosofia e doutor em Teologia, autor de obras clássicas, diplomata celebrado, notadamente pelos vinte e cinco anos de delegado apostólico nos Estados Unidos da América e pela prodigiosa safra de títulos Doutor Honoris Causa, conferidos por dezesseis universidades desse país, V.Ema. Revma. é raro pelo cargo parapapal que seu talento exerce, desde S.S. o Papa D. João XXIII, como secretário de Estado, além da raridade de sua família haver dado à Igreja dois cardeais, porque também o foi seu irmão mais velho, D. Gaetano.

Por predestino, este país era cristão antes mesmo de descoberto, como vaticinou o gênio de Camões ao cantar a saga lusitana das circunavegações:

“Daqueles reis que foram dilatando,
A Fé, o Império...”.

Tinham a graça tomista da ordem e da hierarquia os duros mareantes portugueses, que com o anzol de suas naus físgaram nos mares a geografia moderna: antes, fiéis para Deus; depois, súditos e terras para a pátria;

Onipresença da cruz na História do Brasil:

Inscrita no bojo pando das caravelas de Cabral, que abicaram em Porto Seguro, no dia inaugural de nosso nascimento; abençoou na primeira missa o primeiro encontro das selvas e dos índios com a civilização europeia: inspirou os nomes iniciais de Vera Cruz e Santa Cruz; apelidou de Santos os acidentes da costa e da hinterlândia, de Belém do Pará a São Pedro do Rio Grande do Sul, de São Vicente, o patriarca de nossos municípios, a Brasília, “lucerna de sabedoria cristã”, na radiosa definição de Paulo VI, quando neste planalto visitou a profética visão de D. João Bosco; apresenta-se simultaneamente como hagiológico nossa cartografia, de tal sorte que, a ouvir nossas crianças nas escola, V.Ema. Revma. não distinguirá, de pronto, se estão rezando ou a nomear nossos portos, cabos, rios, lagos, ilhas, montanhas, cidades e estados; é senha identificadora do Brasil no exterior, por intermédio do Cristo do Corcovado e da Catedral de Brasília, cuja rápida conclusão será serviço popular e governamental, pelas espórtulas das paróquias e freguesias nacionais e pelo auxílio oficial, sob a liderança pertinaz e ubíqua de seu amado arcebispo, D. José Nilton de Almeida Batista; finalmente, exemplou tantos vigários e mártires na jovem nação, ao arvorearem em dogma que não respeitam o Senhor

aqueles que desrespeitam Sua criação pela desigualdade e pela exploração, com o que foi arremetida, incompreendida, caluniada e perseguida genealogia de sacerdotes reformadores, desde Anchieta, o taumaturgo da América, clamando aos colonizadores que, por ser índio, o silvícola não deixava de ser homem, até D. Hélder Câmara evangelizando que a pobreza não revoga o direito natural à alimentação, à saúde, à habitação, à educação, enfim, ao bem-estar.

Nossos quadros históricos, como se comprova, são frequentados pelo bulício irrequieto das águas e pelo planejamento piedoso de sotainas intimoratas.

Eminência Reverendíssima:

O Brasil encontrou-se três vezes com S.S. o Papa Paulo VI: no passado, em 1960, quando aqui estive com o cardeal Montini, arcebispo de Milão; no presente, quando com o dom da Rosa de Ouro instala a etapa internacional de peregrinação ao Santuário Nacional da Aparecida, a cuja construção consagraram sua vida e engenho D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, seu primeiro arcebispo metropolitano, e D. Antônio Ferreira Macedo, seu bispo e vigário-geral; no futuro, quando sua coragem, caridade e contemporaneidade esculpirem na eternidade a obra do século, a *Populorum Progressio*.

No vestibulo desse Novíssimo Testamento, confessa que, de sua vivência com a lancinante realidade social da América Latina e da África, explodiu sua condenação universal à cruel e insuportável injustiça na partilha e acesso às riquezas, vitimadora de homens e nações.

A *Populorum Progressio* é a encíclica da misericórdia e da redescoberta da fraternidade, seguro breviário de ação e substância política, que o dever gravou com letras de voto e juramento nas paredes de nosso destino.

Ouçamos em sua vigorosa autenticidade a fala pontifícia no desassombrado anátema ao “imperialismo internacional do dinheiro” e ao “escândalo de proporções revoltantes, não só na posse dos bens, mas ainda no exercício do poder”, ou que arrasta a trágica deslembração de que a “economia está a serviço do homem”.

A deterioração de nossas relações de troca e a estagnação nas estruturas do pauperismo respaldam de sofrida verdade seu protesto por não ser “lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos”.

Como remate nessa coleira de esperanças para os fracos e os despossuídos, reproduzamos sua filosofia para o diálogo de sobrevivência, entre os países subdesenvolvidos do hemisfério sul e os países prósperos do hemisfério norte, resumida, com clareza e precisão de dístico, em sua definição redentora: “Desenvolvimento é o novo nome da paz”.

O Congresso Nacional roga a V.Ema. Revma. D. Amleto Giovanni Cicognani para que continue legado, agora do povo brasileiro, junto à S.S. gloriosamente reinante, para um apelo e um testemunho.

O apelo é no sentido de que o Santo Padre reconheça ao Brasil o direito de mostrar quanto o ama e compreende, visitando-o em 1970, quando da celebração do VIII Congresso Eucarístico Nacional e da inauguração da Catedral de Brasília.

Este é o testemunho: com a *Populorum Progressio*, a padroeira da posteridade, “fonte de fraternidade e sinal de Providência”, Paulo VI fez-se líder ecumênico e unânime dos brasileiros, inclusive dos não católicos e dos ateus, pela graça da misericórdia, como comandante da “cruzada de extermínio ao satanás da miséria e ao demônio do subdesenvolvimento, esconjurados pela paz com justiça e bem-estar para todos os homens de todas as nações”.

Multissubpartidarismo

Câmara dos Deputados, em 23/1/1968.

Publicado nos *Anais da Câmara dos Deputados* de 23/1/1968, p. 1123.

Um debate sobre bipartidarismo, multipartidarismo e o sentido casuísta, de puro oportunismo, das reformas partidárias e eleitorais do regime militar.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES (*como líder*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é dogma em matéria constitucional a pluralidade partidária. Quando ela não é respeitada – e isso ocorre em alguns países formalmente democratas, que se dizem democratas, com um partido único – verificamos, quando mais não seja, que aí já há uma ofensa à própria linguagem, porque partido vale dizer parte, segmento; não unicidade. A democracia é a técnica política que admite, que pressupõe, como condição essencial, dissentir, divergir, polemizar. Institucionaliza a divergência, não a indivisibilidade. É a convivência de contrários.

Por isso, Sr. Presidente, nossas cartas políticas têm sempre dado guarida à boa doutrina, explicitado a exigência da pluralidade partidária. Entretanto, na vigência da Constituição de 1946, houve a hipertrofia desse conceito, gerando, em vez de pluralidade, a multiplicidade partidária. Era consenso geral – e esse tema foi abundantemente glosado, inclusive no Parlamento – que o excesso de partidos também gerava a perplexidade da opinião pública, da opinião política do país. A multiplicidade partidária, como o *partido único*, é doença mortal da democracia.

Para que se coibisse e erradicasse essa anomalia, por um vezo que, infelizmente, é do temperamento latino, com a agravante de ser latino-sul-americano, a Revolução disparou para o extremo oposto e procurou, por intermédio de um bipartidarismo artificial, estabelecer uma convivência que se vem revelando impossível, pelo menos a curto prazo, entre correntes partidárias que revelavam um estilo e uma personalidade até antípodas.

O erro costuma ter muitos filhos, infelizmente. Perpetrado esse erro, e não se desejando ou querendo enfrentar o assunto com a seriedade conveniente para bem resolvê-lo, inventou-se outro artificialismo. Criou-se essa figura esdrúxula, híbrida. O saudoso comentarista, homem de letras e de teatro, Silveira Sampaio, poderia afirmar a sua tese favorita

de ser mais uma solução mulata, das que frequentemente são advogadas no Brasil. Ao invés de caminhar-se para a criação de mais um, dois, três partidos, que é a solução constitucional, a solução lógica, inventou-se essa figura, que não tem precedente no Direito Eleitoral de qualquer país, ou de qualquer democracia medianamente responsável, essa espantosa novidade da sublegenda.

Então, Sr. Presidente, sendo matéria pacífica que o multipartidarismo é um erro que estava corroendo as instituições neste país, num prodígio de ilogicidade, a revolução objetiva, ao que se anuncia, implantar o multissubpartidarismo. O que se deseja agora, por meio desta ameaça, reiteradamente preocupante para aqueles que, com seriedade, querem examinar e resolver a conjuntura do bipartidarismo, o que se deseja, de uma forma oblíqua, de uma forma tangencial e – não hesito em dizer – irresponsável, com grave consequência para o Brasil se cometerem esse despautério? O que se quer é criar o multissubpartidarismo de pronto-ímediato, surpreendendo, no malsinado intento, pelo respeito à Constituição, porque, sem atender aos requisitos mínimos nela fixados, com o apelido de sublegenda, em verdade serão criados seis ou mais partidos. O que se quer é tangenciar e, por via oblíqua, implantar novas agremiações políticas, sem observar os requisitos inscritos na Lei Maior do país.

O Sr. Chagas Rodrigues – Permite V.Exa. um aparte?

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Com muito prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues – V.Exa. sabe, nobre deputado – e todos os estudiosos de Direito Eleitoral –, que existem dois processos válidos para combater o multipartidarismo ou a pulverização partidária. Estes processos são o da eleição majoritária para a Câmara, por intermédio dos distritos eleitorais, ou a proibição das alianças e das coligações partidárias. Nós só chegamos a ter doze partidos, porque se permitiu a aliança partidária. Eram partidos pequenos, que só mandavam representantes à Câmara servindo-se das alianças regionais, violentando, muitas vezes, as alianças nacionais, uma vez que os partidos são nacionais. De modo que, se não quisermos adotar o princípio da eleição distrital, bastará aceitarmos a proibição das coligações, que hoje constituem princípio constitucional. Entretanto, no lugar de adotarmos um solução válida, fomos, como disse V.Exa., ao erro oposto, de tal maneira que o Brasil hoje, na chamada área da democracia ocidental, por meio de uma transferência espúria de um processo inglês e norte-americano, processo que lá, no mundo anglo-saxônico, resultou num clima de liberdade por

meio de uma evolução histórica, chegou a esta situação única no mundo inteiro, onde não há liberdade partidária. Existem apenas dois partidos, criados num regime ditatorial e que devem continuar nisto que chamam de fase de transição para a ordem constitucional vigente.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Muito grato a V.Exa.

O *Sr. João Meneses* – Nobre deputado, antes de V.Exa. continuar a brilhante exposição que vem fazendo, eu também quero dar um pequeno aparte ao discurso de V.Exa. Realmente, até a própria Constituição Federal, a nossa Constituição vigente, estabelece a pluralidade dos partidos. O modo, a execução dessa pluralidade é que é o difícil, e a esse respeito, naturalmente, V.Exa. explanará no seu discurso. Mas estamos vivendo realmente um período autocrático, um período de autoridade, um regime onde não há democracia política. Então, foge-se para a sublegenda, para não ficar nesse partido único e para que esse partido único, que é o partido do governo, não se torne tão grande que nele não caibam aqueles que querem a ele pertencer. Assim, só uma solução para mascarar o unipartidarismo: a sublegenda. E como não cabem dentro do partido todos aqueles que desejam dele fazer parte, procura-se encontrar uma válvula para acomodar a todos. V.Exa. faz muito bem em focalizar esse assunto, que é vital, imediato e indispensável na vida democrática do país, porque, se ficarmos no regime da sublegenda, vamos partir para um partido único e, com isto, acabar de uma vez por todas com o princípio da liberdade democrática e da liberdade de pensamento.

O *Sr. João Herculino* – Nobre deputado, em aparte que dei fora do microfone, disse que a adoção de sublegenda será como que o reviver dos velhos e tradicionais partidos, de maneira completamente ilegal. Tenho para mim, nobre deputado, que essa corrida em busca da sublegenda é a demonstração clara de que o bipartidarismo não serve à vida nacional. Quando se fala em sublegenda, sentimos que os homens do antigo PSD, da antiga UDN ou do antigo PTB, para apenas citar três, condicionados dentro da Arena, desejam disputar com os seus antigos adversários uma posição valendo-se de candidatos que seriam lançados nas sublegendas. O mesmo ocorre dentro do MDB. As correntes pessedistas, udenistas e trabalhistas, cada uma se julgando mais forte que as outras, desejam, cada uma delas, sobrepor-se às demais, por intermédio desta medida que consideramos absolutamente ilegal e incompatível com o regime que combatemos, mas que é o regime constitucional vigente. Quero felicitar V.Exa., e temos certeza de que esta Casa terá, nesta tarde, uma

visão mais ampla, um estudo mais profundo desse problema, que não é, hoje, apenas dos partidos políticos nem dos nossos políticos, mas é uma preocupação de todos os cidadãos que acompanham, de qualquer modo, a vida pública brasileira.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Muito grato a V.Exa.

Sr. Presidente, quanto ao bipartidarismo, o que ocorreu no Brasil foi o erro de se tomar o efeito pela causa. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, existem, na verdade, somente dois partidos que têm condições de se revezar ou de disputar, com êxito, principalmente, os grandes postos da nação, mas não por uma imposição legal de cima para baixo. Foi um processo de sedimentação, de experiência através dos séculos, sem qualquer dificuldade para a existência de outros partidos, que, de resto, existem. Tanto existem nos Estados Unidos como na Inglaterra. Estes partidos não ocupam geralmente a atenção, a não ser daqueles que estudam ou acompanham mais de perto o problema, porque só têm condições de êxito eleitoral os dois grandes partidos. Mas existem outros partidos.

Aqui, o que se quis, Sr. Presidente, foi, por intermédio de uma imposição de cima para baixo, num arremedo dessa legislação, impor o espartilhamento da opinião pública nacional em torno, exclusivamente, de dois partidos. Torno a dizer, porque me parece um argumento válido, que, se formos examinar a legislação comparada, não veremos, em qualquer país medianamente responsável, essa solução de estabelecer sublegendas que competem, em igualdade de condições, com as respectivas legendas. Isso é uma invenção, uma ideia que ocorreu exclusivamente no Brasil. No curso da argumentação que irei expender, procurarei demonstrar as graves consequências que isto trará à vida partidária, já tão vulnerada, e também ao regime em nosso país.

O Sr. *Clóvis Stenzel* – V.Exa. me permite?

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Ouvirei V.Exa. Pediria aos nobres colegas que, depois, me permitissem desenvolver as ideias que tenho, que são de certa amplitude, para que deixe esta tribuna já tendo dado conta do meu recado.

O Sr. *Clóvis Stenzel* – Quero, preliminarmente, pedir escusas a V.Exa. por apartear um discurso que não deveria ser interrompido, tal o brilhantismo da forma e do conteúdo com que está sendo produzido. Desejava apenas lembrar ao nobre deputado Ulysses Guimarães que o assunto não é assim tão pacífico como se tem dito nesta Casa. Vê V.Exa.

que no próprio nascimento da democracia americana, que serviu de padrão para todas as democracias sul-americanas, o presidente George Washington era até contra a existência de partidos. Achava que daí adviria, no seu governo, aquilo que chamou de partidocracia. O grande drama do Brasil e do continente sul-americano está em fazer democracia. Se democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, partidocracia é o governo do partido, pelo partido e para o partido. Contra isso, repito, se levantou o eminente estadista George Washington, no início da democracia norte-americana. E vê mesmo V.Exa., ainda no exemplo americano, que, da luta entre Hamilton e Jefferson, o partido federalista, se não me engano, deixou de existir no início do século passado, e, durante mais de dez anos, viveu o povo norte-americano sob um partido único, o Partido Republicano Democrático, que só mais tarde se dividiu. Todo o drama no Brasil está em se criarem os partidos nacionais. E, nesta Casa, quero sempre prestar um preito – é permanente esse preito – à memória de Alberto Torres de Oliveira Viana. O que nós nunca conseguimos realizar no Brasil foram os partidos nacionais. Tivemos os partidos de governadores, os de coronéis. No início da República, os dois partidos chamados impropriamente de nacionais, como era o caso do Partido Republicano – eram o Partido Republicano do Rio Grande do Sul, o Partido Republicano de Minas Gerais e o Partido Republicano de Pernambuco. E, até há pouco, tínhamos o PSD do Rio Grande do Sul contra o PSD de Minas Gerais e o PSD nacional. A realidade social é, por conseguinte, o partido-expressão das facções estaduais. O que o presidente Castelo Branco almejou, e o governo revolucionário almejou com a imposição inegável, como disse V.Exa., de cima para baixo – de resto, em todas as democracias sul-americanas, o que se observa é a pressão do ápice da pirâmide para baixo, e não da base para cima –, ao dificultar a existência de mais partidos, foi criar no Congresso, como se está criando, um espírito nacional. Se nós nos dividimos em nossos estados, é louvável que aqui, na Câmara, estejamos unidos sob uma só legenda, no que diz respeito aos interesses da política nacional. Este o grande desejo, o fim que se colima. Conheço os defeitos das sublegendas. Em tese, não as defendo, mas sei que a realidade social não se modifica exclusivamente por imperativos de ordem legal. Na luta entre o costume e a lei, o que tem vencido é o costume. Tenhamos um, dois, três ou mais partidos, e o espírito de facção sempre será deletério da existência dos partidos nacionais.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, entendo que o defeito capital da projetada criação da sublegenda é que se perpetrará, se isto ocorrer, um espantoso erro histórico e filosófico.

Como é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que imemorialmente se decide qualquer colégio, qualquer conjunto de pessoas? Qual o critério, qual o método, desde que um conjunto de pessoas tenha de decidir, senão aquele que, sendo impossível a decisão da unanimidade, prevaleça a decisão da maioria?

Este é o critério, Sr. Presidente, o único que sempre se adotou e sempre se há de adotar, para que pessoas que tenham ideias diferentes, pensamentos que não sejam os mesmos possam decidir.

Isto ocorre, Sr. Presidente, nas decisões de uma sociedade anônima, de um clube de futebol, de uma congregação, nas assembleias legislativas, nos corpos legislativos. É sempre o único critério, o único método que se pode apontar para colher, para captar a decisão das pessoas que se reúnam em um colegiado qualquer.

Ora, Sr. Presidente, a sublegenda, por amor à minoria dissidente, eliminará a maioria, pois equipara aquela a esta. Persegue o objetivo insano de pretender revogar a regra multissecular de prevalecer, isto é, ser de fato a resolução da maioria. Esta não existiria mais, seria artificialmente subtraída. Seria, inclusive, ignorar o número, a matemática em uma sociedade anônima, se a maioria decide, inclusive em torno de um programa, escolhendo, por exemplo, a respectiva diretoria. Essa maioria é que terá condições de responder pelo patrimônio, engajá-los nos investimentos, decidir, enfim.

Seria absurdo, Sr. Presidente, que, por exemplo, na decisão de uma empresa, de um colegiado, de uma sociedade anônima, se fosse admitir que minorias pudessem competir em igualdade de condições, pudessem também dispor do patrimônio, pudessem traçar rumos, pudessem usar o nome comercial, porque então iria desaparecer a razão de ser da maioria, do maior número. Seria a competição interna, guerra entre acionistas da mesma firma, a desorganização contábil. O que é verdade em qualquer colegiado também o será para as sublegendas, que lutarão entre si. A sublegenda destrói a legenda, fraciona-a.

Ora, Sr. Presidente, se isto é ilógico, se isto é absurdo em qualquer colegiado, em qualquer conjunto de pessoas que tenham de tomar uma decisão, que tenham de perfilhar ou de formular uma opção, não vejo

como isso possa dar certo e possamos chegar a um resultado útil aos partidos e à democracia. Será a institucionalização da desordem, do caos, a entronização da balbúrdia. As minorias, ao invés de democraticamente acatarem o decidido pelo maior número, se organizam para combatê-lo, para disputar com outros candidatos. Se vingar semelhante monstrego, ao término dos próximos pleitos, Machado de Assis, em Dom Casmurro, será o cronista desastre com a frase: “A confusão era geral”. Repita-se: o capital político da legenda – oposição ou situação – é simultaneamente usado, aplicado por três ou mais facções concorrentemente e, até em sentido oposto, em benefício de três ou mais candidatos a um mesmo posto majoritário.

O Sr. Francelino Pereira – Nobre deputado, desejo apenas dois minutos de V.Exa. Compreendo o exato ponto de vista defendido pelo nobre colega paulista e aplaudiria mais ainda se V.Exa. estivesse se dirigindo ao futuro, e não aos dias de hoje, e entre os dias de hoje incluo o ano de 1970. Enfim, defendo as sublegendas, e as defendo com todo o ardor, como o único instrumento capaz de manter a unidade do MDB e, principalmente, da Arena, partido a que pertenço, sobretudo porque a sublegenda é a única maneira de evitar a tirania partidária. E não é aquela tirania partidária da maioria perante a minoria, em circunstâncias normais. O meu antigo partido era a UDN. Quando perdia na convenção – e muitas vezes perdemos em Minas Gerais e nas convenções nacionais –, nós, da maioria, curvávamo-nos à minoria. Mas ocorre, agora, na Arena, e mais acentuadamente na Arena, que, quando a minoria perde no estado ou no município, fica alijada definitivamente da política de seu partido. Minas Gerais é um exemplo. Na próxima convenção estadual, para escolha do candidato a governador nas eleições diretas, se o ex-PSD ganhar, a ex-UDN estará alijada definitivamente do pleito, em dezenas de municípios de minha região política, no norte e no nordeste de Minas Gerais. E meu exemplo é para citar a realidade. No momento em que nós, da ex-UDN e do ex-PSD, perdermos na convenção, estaremos alijados definitivamente do pleito municipal, em qualquer localidade de minha região política. Neste caso, nobre deputado, nunca na História do país a tirania partidária será tão tremenda e tão rigorosa. Será também, Sr. Deputado, se não aprovarmos as sublegendas, pois o único caminho que teremos será a Frente Ampla.

O Sr. Flores Soares – Quería apenas dizer, dando modesta colaboração, que comungo com as ideias tão bem alinhadas por V.Exa. quanto ao artificialismo do bipartidarismo. O que desejamos são partidos autênticos,

que brotem do povo, com fronteiras ideológicas, com estilos diferentes e com lideranças também autênticas. Quanto à sublegenda, quero trazer só um argumento para V.Exa. e a Casa: uma, duas, três sublegendas significam justamente a fraude na eleição majoritária. (*Muito bem!*)

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, o que se verifica dos apartes ou de alguns dos apartes aqui expedidos confirma, ao invés de negar, a minha tese. O que se cometeu foi um grande e enorme erro: o estabelecimento artificial, de cima para baixo, do bipartidarismo, impondo esse convívio político realmente difícil, se não impossível, entre correntes de uma grande heterogeneidade nos seus estilos de ser e seu comportamento até social.

Agora, percebido esse erro, quer-se corrigi-lo com outro erro: o do multissubpartidarismo. A Arena, ao invés de confessar o erro que foi perpetrado e colaborar conosco pela maneira correta, com lógica, com bom senso, para se resolver a dificuldade, com a criação de novos partidos, inclina-se para a perpetração desse novo absurdo, de consequências fáceis de serem verificadas, de grande prejuízo para a vida política do país, com a criação dos subpartidos concorrendo com os partidos, dando margem ao arrepio da legislação eleitoral e da própria Constituição à criação de, pelo menos, seis partidos. E, ao lado disso, além de outros dislates, esse de acabar na verdade com as maiorias, que não terão mais função, não poderão ocupar o espaço que devem normalmente ocupar nas decisões partidárias, porque maioria e minoria serão colocadas ambas em absoluto pé de igualdade, o que causará, repito, o caos e a confusão.

O Sr. *Martins Rodrigues* – V.Exa. coloca a questão perfeitamente bem. O nobre deputado Francelino Pereira devia propugnar a ideia do pluripartidarismo, porque precisamente o artifício da criação apenas de dois partidos está obrigando, agora, a artifício mais grave, como este a que acaba de aludir V.Exa., qual seja, a formação de sublegendas para resolver problemas internos da organização partidária. Não há coisa mais grave na vida política brasileira: é a fraude estabelecida contra a vontade popular, como muito bem acentua V.Exa. Assim, não haverá mais possibilidade do princípio da maioria e o sistema majoritário a respeito de certas eleições, como para governadores de estado, prefeitos municipais e senadores, passa a ser inteiramente burlado por esse processo de sublegendas, que se assemelha nas eleições majoritárias a um verdadeiro sistema de eleição proporcional. Haverá, portanto, uma confusão entre os dois sistemas, e a vontade do povo não será absolutamente atendida. São processos viciosos

com os quais se quer atender apenas aos interesses da maioria que domina o país, da oligarquia que aqui se implantou e quer perpetuar-se por esse sistema absolutamente condenável.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, além dessas consequências que anulam, pulverizam e fazem desaparecer a maioria, não existirão mais as decisões partidárias neste país. Desaparecerá a preponderância, que é natural, da maioria, porque, repito, esta se equipará, para todos os efeitos, às minorias. Outra funesta consequência – e não é interpretação, é um dado de constatação – será a desmoralização dos partidos e dos políticos frente à opinião pública do país. Como ocorre, Sr. Presidente, que candidatos da mesma legenda disputem um mesmo cargo executivo, governador de estado, por exemplo, ou prefeito, o que se verificará inelutavelmente é que as campanhas em geral, em todo o mundo, mais notadamente no Brasil, apaixonam, geram um clima passional e há uma grande liberdade, direi mesmo licença de linguagem. Frequentemente, no ardor da campanha, determinados candidatos ou adeptos de uma candidatura, até para sua promoção pessoal, chegam às raias da calúnia e difamação.

Ora, Sr. Presidente, irá desventuradamente acontecer aquilo que já aconteceu na prática maléfica da sublegenda no Brasil. Aqueles que assistem à televisão, acompanham os comícios, ouvem o rádio, leem os jornais, verão candidatos adeptos de candidatos de uma mesma legenda agredindo-se por meio de uma linguagem contundente, difícil e incômoda. E o eleitor, o povo, não compreenderá, ficará perplexo, atônito, ao ver que homens que têm a mesma legenda, responsáveis pela mesma bandeira, que devem zelar pelo cumprimento de um mesmo programa, tenham atuação assim tão conflitante na condução das campanhas político-eleitorais. Sem dúvida alguma, isto irá ocorrer com maior gravidade na disputa das eleições para a governança dos estados, e a consequência final será carrear-se o desprestígio frente ao corpo eleitoral de todos os partidos e de todos os políticos. E os partidos, ao invés de lar de irmãos políticos, serão infernal seara de Caim. Além disso, os pescadores de águas turvas terão campo fértil para a sua atuação. Isto porque a sublegenda dará lugar – e sabemos que já se esboçam movimentos nesse sentido – a barganhas em que determinadas facções apoiarão, em alguns estados ou municípios, facções opostas.

A sublegenda será balcão para o mercado negro dos apoios espúrios, de vergonhoso troca-troca, de miserável *do ut dê*s, em que indecorosas

adesões de grupos de partidos diferentes serão compradas pelo dinheiro, negociadas pela partilha de cargos, manipuladas pelos carreiristas e pelos demagogos, cujo êxito justifica tudo. Por outro lado, ensinará que se vulnere também mortalmente o sistema e nós iremos verificar que os mais fortes, na proporção que sejam os mais fortes, terão sua fraqueza decretada pela sublegenda, porque, havendo três candidatos para essa mesma legenda, os dois que se sentirem mais fracos poderão fazer conluios e entendimentos entre si ou com sublegendas adversárias para derrotar aquele que tem condições de maior simpatia ou que, frente ao corpo partidário, melhor represente seus ideais, sua bandeira e seu programa.

Como o erro é prolífico, gera muitos filhos errados; o erro da sublegenda fatalmente procriará o erro fascista da vinculação total. Digo fascista porque sublegenda mais vinculação conceberão a cria maldita do partido único. Será, então, a camuflagem, o biombo da mentira, guarda-chuva do farisaísmo para o embuste ou aparência da democracia no Brasil. Os jornais já informam de murmúrios nos arraiais governistas, de que para evitar a infiltração de Lacerda e da Frente Ampla pela brecha da sublegenda deve ser ministrada à democracia nacional a medicina salvadora da vinculação total. A vinculação parcial e, principalmente, a total são uma violência contra a consciência do eleitor, cuja independência é a substância das escolhas livres, protegidas até pelo voto secreto. A lei obriga o cidadão a ser eleitor, não o compele a filiar-se a este ou àquele partido. A voluntariedade é a ética, o fundamento da vida partidária. Ontologicamente, o que o país pede, se não exige do eleitor, é que vote nos melhores, nos mais aptos, sendo a condição partidária dos mesmos, meio, e não fim. Os partidos existem não para obrigar que os cidadãos pertençam a seus quadros, mas para oferecer-lhes várias opções, para que os mais capazes sejam os eleitos. E a consciência do eleitor é o único juiz da escolha, para que recrute num mesmo ou em vários dos partidos, se o entender, os mais credenciados. A vinculação total ou parcial é uma violência, impede o eleitor de selecionar, exige que suas escolhas sejam partidárias, embora, em muitos casos, elas não sejam, a seu juízo, as mais patrióticas. Entre a pátria e o partido, a vinculação tolhe que o corpo eleitoral opte pela pátria, transformando o partido de meio em fim. Além disso, a vinculação conduz inapelavelmente o partido único, obviamente o do governo, à ditadura disfarçada em democracia. Isso terá que ser denunciado à nação e ao mundo.

O Sr. Paulo Campos – Estou ouvindo, como toda a Casa, com o maior interesse, as substanciais argumentações que V.Exa. expende em

torno deste fundamental problema de ordem política. Realmente, illustre deputado Ulysses Guimarães, a instituição do bipartidarismo foi um dos graves golpes, senão o mais grave, que, na área política, a chamada Revolução deu ao poder civil. E, agora, a pretensão de instituir a sublegenda é a instrumentação para mais rapidamente poder diluir estes já tão frágeis agentes políticos do poder civil, que são os partidos. Ora, é princípio universalmente aceito, é brocardo comum de raciocínio, que uma casa dividida contra si se divide. Admitir-se sublegenda a esta altura em que está tão enfraquecido o poder civil, por intermédio de seus agentes políticos que são os partidos, seria admitir criar dentro da Casa os instrumentos de sua própria destruição. De modo que é o momento, na altura deste brilhante discurso de V.Exa., de se darem os nossos ilustres e nobres colegas da Arena, que são, também como nós, representantes do poder civil, debilitado nesta Casa, a uma reflexão mais alta, a fim de que possamos rechaçar dentro da Casa política, já frágil, um instrumento que vem representar a sua liquidação.

O Sr. Sadi Bogado – É um assunto de alta relevância o que vem abordando, nobre deputado, e deve calar fundo em todos nós, congressistas. É o momento de fazermos um exame de consciência e verificarmos quanto temos concorrido para o desprestígio do poder civil e do poder político. Lamentavelmente, no Brasil, aprendemos a receber as instituições políticas de cima para baixo. E, em virtude desse mau costume, deste mau hábito de seguirmos grupos, pessoas e interesses, não nos sentimos com capacidade, no momento, para nos unirmos em torno de ideias, de princípios e de programas partidários e formarmos um partido. Necessitamos pensar seriamente na nossa responsabilidade neste momento. O povo está descrente, e com razão. Os próprios colegas nossos levam essa descrença ao povo, criando outras saídas, porque não se sentem seguros dentro dessas duas instituições impostas a nós como partidos. Os nossos colegas já se acostumaram mal a esse sistema paternalista de partidos e não se sentem com coragem de unir-se em torno de ideias e de princípios e de organizar um partido que venha do povo, que venha da base, estruturado de baixo para cima. É necessário que um assunto como este, de alta relevância, sirva de meditação a todos nós. Precisamos repelir, com toda nossa energia, a ideia das sublegendas, porque é um paliativo. Ela virá fazer com que sintamos ainda menos força; ela vai atender ao nosso comodismo, à nossa falta de coragem de nos lançarmos às ruas e irmos ao povo, levando a mensagem e a ideia de novos partidos. É necessário que nos unamos, cada um em torno de suas ideias

e princípios, e partamos para o povo, ouvindo-o, para que resulte, desse contato com o povo, a formação de partidos autenticamente populares. Só assim poderemos restabelecer o poder civil e o poder político neste país. Sou dos que creem que isto seja possível. É preciso que acreditemos nesta possibilidade, que corramos o risco, inclusive de perder nossos privilégios, mas que levemos ao povo uma mensagem firme e uma organização política que realmente possa merecer o respeito do povo. Era o que tinha a dizer, louvando o nobre colega pela coragem com que está tratando de assunto de tanto interesse e tão oportuno.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, já é tempo de afirmar, desta tribuna, que, tendo vindo aqui delegação da Liderança do MDB e para externar a posição do partido com respeito a este problema, eu o faço, na verdade, como um estudioso desta matéria, homem que há cerca de vinte anos tem recebido, para relatar, as proposições que objetivam disciplinar o processo político-eleitoral neste país.

Na verdade, Sr. Presidente, a instituição da sublegenda não será um mal para o MDB; será um mal para o MDB, para a Arena, para qualquer partido.

O Sr. Franco Montoro – Para o Brasil.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Será um mal para a nação, será um mal para a democracia brasileira. Sr. Presidente, isto porque não vejo como uma solução ilógica, absurda, que atropela o próprio bom senso, que aniquila a conceituação de que, não sendo possível a unanimidade, pelo menos à maioria cumpre decidir que traz a desmoralização, que enseja as barganhas, poderá servir a qualquer partido. Ocorrerá a repetição do episódio bíblico em que Sansão conseguiu derrubar as colunas do templo, mas pereceu sob as ruínas do mesmo. O regime, a respeitabilidade do mesmo desabarão, sem dúvida alguma, sobre todo o poder civil, sobre os partidos, sobre as instituições democráticas como consequência funesta e indiscutível da instituição de sublegenda no Brasil.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – Permite-me, V.Exa., um aparte?

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Darei aparte a V.Exa. Só desejava enfatizar o seguinte: a sublegenda também, como consequência, corroerá, minimizará, senão suprimirá as lideranças tradicionais, não só a liderança que se efetua mediante a direção partidária, como aquela que decorre do prestígio, por intermédio do trabalho, da atuação de todos aqueles que estão engajados na vida política da nação,

notadamente – para isso convoco a atenção – os parlamentares, os deputados e os senadores.

Sr. Presidente, instituíram-se em São Paulo sublegendas para a disputa do cargo de senador. Fui várias vezes convocado pela direção do meu partido, o MDB, notadamente pelo seu presidente Lino de Matos, para conjurar dificuldades entre os diferentes candidatos e os seus adeptos quanto ao problema de acesso à televisão nos horários e canais com maior penetração no interior e até quanto à prioridade nos comícios. Houve problemas em determinados comícios sobre se falaria em primeiro lugar este ou aquele candidato, ou quem representasse este ou aquele da sublegenda. Frequentemente, a direção partidária, com problemas sobre os quais, construtivamente, deveria concentrar sua atenção para a condução da campanha eleitoral, era corroída, tinha sua autoridade minimizada por meio deste ou de outros inumeráveis entrec choques. Ao lado destes, já se esboçam, inclusive em São Paulo, dificuldades quanto à expectativa da criação de pelo menos três sublegendas para a disputa do pleito municipal. O deputado federal ou o deputado estadual, até agora, coordenava, com seu prestígio, o trabalho na sua região, orientava, a fim de que a maioria ou a convenção soberanamente decidisse sobre o candidato que deveria disputar o respectivo pleito, empenhando todo o seu esforço para que o candidato lograsse a vitória. Agora, Sr. Presidente, o deputado com prestígio tradicional no lugar é procurado para uma opção. Em três, ele tem de aceitar um. Terá dois necessariamente contra. E, já se sabe, Sr. Presidente – e tenho minha experiência pessoal em outro episódio –, que esses outros postulantes procurarão arrimar-se em outros deputados estaduais e federais, estranhos à região, para conduzir com eles a campanha no município. Com isso, essa força de estabilidade das lideranças, algumas delas tradicionais, conquistadas com esforço, com dedicação, na sua cidade ou região, será minada por intromissões artificiais sub-repticiamente drenadas pelas sublegendas. Dessa maneira, ao fim das campanhas, teremos uma seara de destroços, inclusive para aqueles, repito, que depois de muitos anos, com longos esforços, conseguiram ocupar a atenção e registrar a simpatia em determinada região ou em determinado município.

O *Sr. Garcia Neto* – Ilustre deputado Ulysses Guimarães, estou acompanhando, desde o início, com atenção, o seu discurso brilhante, o raciocínio fluente de V.Exa. Entretanto, ilustre deputado, não ignora V.Exa. que fui eu o primeiro congressista a encaminhar à Câmara um projeto de lei criando sublegendas. Aliás, V.Exa., se não me engano,

é o relator desse projeto. V.Exa. argui muito bem em certos pontos. Entretanto, se o mal de nossa democracia atual é contarmos somente com dois partidos políticos, por que então – a Constituição não proíbe – aqueles que desejam mais partidos políticos não começam, desde já, a coletar assinaturas para a constituição de outros partidos políticos? Estamos vivendo de acordo com a Constituição atual, que em nenhum dos seus artigos proíbe isso; pelo contrário, o Código Eleitoral atual está em vigor. Assim, antes de se insurgirem contra as sublegendas, seria melhor que V.Exa. e aqueles que estão de acordo com as suas palavras procurassem fundar esses partidos políticos de salvação nacional. Houve uma revolução; houve, de fato, uma imposição de cima para baixo e foram formados dois partidos políticos: Arena e MDB. Quem não estiver satisfeito na Arena funde outro partido; quem não estiver satisfeito no MDB funde outro partido. Apenas, quando encaminhamos à Mesa desta Câmara projeto permitindo a criação de sublegendas e, portanto, alterando o Código Eleitoral e o Estatuto dos Partidos, era nossa intenção evitar aquilo a que se referiu o ilustre deputado Francelino Pereira: a ditadura das cúpulas partidárias. A intenção da criação de sublegendas é justamente essa. Ela pode existir para dois partidos políticos apenas, para três, quatro, para dez partidos. A sublegenda tem apenas esse sentido de evitar a ditadura das cúpulas partidárias.

O Sr. Franco Montoro – Então funde-se outro partido.

O Sr. Garcia Neto – Nada tem que ver com a sublegenda o pluripartidarismo. Pode haver sublegenda dentro do pluripartidarismo. O espírito da sublegenda é evitar justamente a ditadura das cúpulas partidárias, que todos nós sentimos na carne quando das convenções.

O Sr. Franco Montoro – E a disciplina partidária?

O Sr. Garcia Neto – Os partidos devem ser fundados sob um ponto de vista ideológico. No entanto, na prática, podem surgir dissidências.

O Sr. Franco Montoro – A Constituição não admite dissidências. A disciplina partidária é exigência do partido.

O Sr. Garcia Neto – Não admite dissidência, mas admite que dentro dos partidos políticos haja opiniões diferentes, mas com o mesmo sentido geral. No entanto, pode haver divergências, e a sublegenda, em vez de enfraquecer o partido político, virá fortalecê-lo.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Entendo, estou de acordo, acompanho o raciocínio de V.Exa., que aqueles que têm problemas

dentro dos dois partidos existentes unam seus esforços no sentido da solução correta, da solução certa que é a criação de mais um ou dois partidos e não fiquem na expectativa desse monstruoso erro, desse absurdo, qual seja, a criação da sublegenda.

Sabemos, por exemplo, que vários antigos governadores têm dificuldades, que eu compreendo e respeito, dentro das respectivas legendas partidárias. E, pela circunstância de serem antigos governadores, dispõem de grande prestígio nos respectivos estados. Ora, a união somente dessas lideranças, somente desses antigos governadores, sem dúvida nenhuma, iria trazer condições, mais do que suficientes, para satisfazer os requisitos constitucionais e da legislação eleitoral para a criação de mais um ou dois partidos. Mesmo porque – e agora não é o momento oportuno para que eu o discuta, porque meu tempo já está chegando ao fim, mas o farei em outro ensejo – as dificuldades não são aquelas que se apregoam. As exigências são perfeitamente atendíveis no estágio preliminar da criação dos partidos. Posteriormente, sim, para que tenha contextura nacional, é que as exigências serão mais severas e mais difíceis de serem adimplentadas nos termos do preceituado na legislação.

Portanto, o caminho normal, o caminho correto seria a reunião de todos os elementos que têm incompatibilidades junto aos partidos existentes para a criação de outras agremiações partidárias, e não ficarem na expectativa da abertura de sucursais ou filiais partidárias, com poderes até de agredir, de desmoralizar a matriz, vale dizer, a legenda que registra o decidido pela maioria.

O Sr. *Arnaldo Cerdeira* – Ouço V.Exa. com a maior atenção e rendo-lhe as minhas homenagens. Reconheço ser V.Exa. um estudioso do assunto da legislação eleitoral. Quero afirmar, entretanto, a V.Exa. que não pretendo fazer aqui um discurso paralelo. Desde logo, quero declarar a esta Casa e a V.Exa. que irei pedir à liderança do meu partido que me permita ocupar a tribuna para contestar ponto por ponto as razões pelas quais V.Exa. condena as sublegendas na atual conjuntura, provando, com os mesmos argumentos, como ela é a única saída, na confusão em que os homens do meu partido, como os de V.Exa., não se pejam de proclamar que nem um nem outro é partido, que não valem nada, que não têm qualquer sentido, nenhuma formação, e de condenar as atuais organizações políticas, porque nasceram da cúpula para baixo. Quando se quer dar-lhes infraestrutura, da base para a cúpula, surgem todas essas críticas. V.Exa. sabe muito bem que, no regime partidário

em que vivemos, o que prevalece é a legenda, e não o indivíduo. O homem é do partido, não pertence a si mesmo. V.Exa. há de reconhecer que, se levarmos a formação dos partidos em caráter definitivo dentro do que determina a atual legislação eleitoral, deveremos fazer as eleições dos diretórios municipais para criarmos as direções regionais e nacionais, dando, indiscutivelmente, ao eleitor o direito a opinar e escolher seus comandos políticos. Quando se pretendia fazer isso, por motivos por todos nós reconhecidos, pelos homens do partido de V.Exa., aceitos pelos homens do meu partido, resolveu-se prorrogar isso que seria a criação de dois, três, quatro, cinco ou mais partidos, de acordo com a lei eleitoral, partindo da base para a cúpula.

Afirma V.Exa., agora, contraditoriamente, que as sublegendas são elementos de discórdia, de divergência, de separação, mas logo depois afirma que a vinculação entre os deputados estaduais e federais havia sido o primeiro erro. Ora, veja V.Exa. como se pode conciliar na realidade estes pontos: um eleitor, que deve formar da base para a cúpula, entra no partido a que quer pertencer e depois fica livre para escolher outro deputado, de outro partido, dando-lhe o voto. Veja a anarquia caracterizada. Vem logo depois a afirmação dos donos dos programas. Os programas no Brasil são os mesmos, Sr. Deputado. V.Exa. sabe disso tão bem quanto eu. Temos quarenta anos de militância ativa na política; percorremos o Brasil em todos os sentidos e no nosso estado já em quatro ou cinco campanhas, de município em município, e nunca qualquer eleitor nos perguntou sobre o programa do partido. Asseguro a V.Exa. que os deputados do seu partido, como os do meu, se V.Exa. escolher cem, dentre eles, oitenta nunca leram o programa do partido. A realidade brasileira deve ser encarada como ela é. A sublegenda nesta altura é apenas o aferimento daquelas correntes que têm a preponderância dentro das nossas organizações partidárias e que, democraticamente, devem poder disputar os comandos e os postos de destaque. Mas tenho imenso prazer em ouvir V.Exa., com a sabedoria e sobretudo com a inteligência e profundidade com que aborda esses assuntos. Seria preciso um discurso paralelo, que não pretendo fazer, para não lhe roubar o tempo e o brilhantismo da exposição de V.Exa. Vou ler com atenção o discurso de V.Exa. e pedir à liderança do meu partido que me permita analisá-lo ponto por ponto, para provar como é possível, com as mesmas palavras, com os mesmos argumentos, demonstrar que o certo é exatamente o que se pretende fazer neste momento, em que os partidos ainda estão para ser organizados das bases para as cúpulas.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, agradeço a intervenção do nobre deputado Arnaldo Cerdeira, meu velho amigo de São Paulo. Não poderia esperar que meu modesto discurso fosse merecer as honras de ter uma contradita do presidente da seção da Arena no mais importante estado, em termos de eleitores, do Brasil. Ouvirei – com grande prazer – a exposição que aqui será feita pelo nobre deputado Arnaldo Cerdeira. Só lamento que S.Exa. vá gastar boa cera da sua inteligência com tão mau defunto. Gostaria que o nobre deputado Arnaldo Cerdeira aqui viesse para defender uma ideia, um sistema eleitoral que realmente prestigiasse a democracia e os partidos do país, e não viesse aqui, como S.Exa. virá – evidentemente, com o brilho da sua inteligência – entoar loas a uma figura, a da sublegenda, que, na verdade, significará o funeral daquilo que ainda resta de democracia neste país.

O *Sr. Arnaldo Cerdeira* – Talvez eu até consiga convencer V.Exa., depois dessa conversa.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, desejo também dizer que não há qualquer incongruência quando sou contra a sublegenda e a vinculação, porque quero fortificar a legenda, o partido, inclusive em termos de disciplina. E me manifesto contra a vinculação partidária, porque o princípio fundamental da eleição é a boa escolha; a liberdade de consciência do eleitor é institucional. Não estabelece a lei a necessidade de o eleitor pertencer a esse ou àquele partido. Se assim fosse, a vinculação estaria correta. Se o cidadão, na liberdade da sua consciência, entende que o melhor deputado estadual é do partido x, e o melhor deputado federal está em outro partido, será uma violência contra aquilo que é o fundamento, a raiz, a razão de ser da escolha, impedir que ele a concretize. A escolha é, então, não para prestigiar este ou aquele partido, mas para prestigiar o país, a coletividade. É por isto que se dá a liberdade de o eleitor fazer a sua opção livremente, de tal sorte que, em certas nações como a Suíça, por exemplo, se admite que o privilégio – se é que isto é privilégio – de oferecer nomes à escolha popular não seja exclusivamente dos partidos. Determinados candidatos, desde que tenham o respeito de número razoável de assinaturas apoiantes, podem também concorrer à luta eleitoral, para ampliar o campo de escolha do eleitor. É isto que impedirá a impostura da vinculação, que pretende impor ao eleitor que vote partidariamente em *todos* de uma mesma legenda, quando sua consciência deseja patrioticamente votar em candidatos de legendas diferentes.

Ouvirei V.Exa., deputado Jonas Carlos, para depois terminar o meu discurso.

O *Sr. Jonas Carlos* – Nobre deputado, achamos que, para se praticar verdadeira democracia progressiva, que represente a ordem e o progresso, o ideal é o bipartidarismo com voto e legenda. A política deve girar em torno dos partidos, e não do indivíduo. Quem deve apresentar programas são os partidos. Os deputados devem ser soldados dos partidos (*não apoiado*). Os prefeitos, governadores e presidentes eleitos por esses partidos sabem que vão ter maioria para governar, mas vão também ter seu partido para fiscalizá-los. E a oposição, quando construtiva, é muito mais eficiente do que a própria situação. Não podemos voltar àquele passado em que o cidadão, contrariado nos seus interesses pessoais, criava um partido; em que o cidadão eleito que não tinha maioria ia fazer cambalachos com os partidos pequenos para poder governar. Isto não é democracia; é anarquia – e da anarquia nós já saímos. Portanto, vamos trabalhar para construir a nossa verdadeira democracia, dentro desses dois partidos. Esta é que é a verdadeira democracia. Acho que o nobre deputado está fazendo uma preleção muito interessante à Casa, porque da discussão é que nasce a luz. E aqui estamos para isso mesmo; para discutir, para ver se encontramos os reais acertos para resolver os problemas desta nação.

O *Sr. Néelson Carneiro* – Permite-me, nobre deputado, significar que, quando se discute a sublegenda, os partidários dessa solução não a levam aos últimos extremos. Então, param nos governos dos estados; não chegam à Presidência e à Vice-Presidência da República. Se essa é a fórmula salvadora, se isso é que dá o remédio a todas as divergências internas dos partidos, por que essas divergências também não existem na escolha do presidente e do vice-presidente? Pode, certamente, existir a circunstância de exigir a Constituição, desta vez, que a eleição seja pelo voto indireto. Mas não inutiliza a argumentação, porque o que se quer é a maioria do corpo eleitoral, e a maioria do corpo eleitoral, seja ela constituída de deputados e membros das assembleias, seja do eleitorado de primeira instância, é sempre a mesma. Portanto, é preciso que os partidários dessa solução a levem a todos os extremos, e então permitam também que os eleitores do futuro presidente e vice-presidente da República possam, em sublegendas, apresentar não um nome à escolha dos seus eleitores, mas três nomes de cada partido. Então poderá ocorrer, Srs. Deputados, o seguinte: o candidato menos votado pode ser o presidente da República, porque numa legenda de três uma divisão

pode permitir que, numa oposição, um só tenha mais voto do que qualquer dos três da maioria. Então, ocorrerá que o presidente da República será o candidato escolhido pela maioria do corpo eleitoral. O deputado Arnaldo Cerdeira certamente trará o assunto a debate e apresentará emendas, dando a solução que ele julga mais própria aos problemas da Presidência e da Vice-Presidência da República.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, acudo ao amável aceno de V.Exa. recordando que o Regimento assinala o momento do término de meu discurso. Ao finalizar, *last but not least*, aduzirei argumentos de estrutura constitucional que inviabilizam a pretendida instituição da nefasta sublegenda. Arguo de inconstitucional a inovação, porque perpetra pelo menos três agressões contra a Constituição Federal. Vulnera-a no art. 149, que capitula as exigências para a criação de partidos, entre outras dez por cento do eleitorado que haja votado em dois terços dos estados. De pronto, sendo três as sublegendas, serão criados seis partidos, uma vez que a sublegenda tem todas as características de partido, escolherá em convenções os candidatos, registrarão estes na Justiça Eleitoral e promoverão as respectivas campanhas. Assim, sem os cuidados e cautelas catalogados na Lei Maior, justamente para fugir a elas, são instituídos partidos, com o apelido de “sublegenda”. Os postulantes a governador e prefeito, por que irão enfrentar as precauções legais para a criação de partidos, se tem à mão a sublegenda, com a qual conseguem o que pretendem, o registro na Justiça Eleitoral, sem maiores compromissos e complicações? A sublegenda é criatura política das figuras carismáticas dos *condottiere*, dos “chefes”, que têm alergia aos compromissos com o programa partidário, que das legendas o que querem é exclusivamente a condição de candidato, para que se habilitem a disputar os pleitos.

A segunda injúria é aos textos constitucionais que preservam o instituto do partido como requisito ou pressuposto democrático. Não fala a Constituição em subpartido ou sublegenda, figura sub-reptícia de partido que com este concorre, com este disputa em igualdade de condições, usando suas armas e seu patrimônio político para combatê-lo, desmoralizá-lo, rebaixar maiorias à condição de minorias. A terceira vulneração à Constituição é mais escancarada. A Constituição estatui dois critérios ou métodos eleitorais: o majoritário e o proporcional. Não são meras palavras, são dois conceitos, discriminam dois institutos distintos.

No sistema proporcional, a designação etimologicamente já implica na definição: pressupõe o preenchimento de vários lugares, não de um, admitindo-se que qualquer eleitor, em qualquer lugar da jurisdição eleitoral, vote em qualquer candidato. Seu voto, além de contar para o candidato, contará para a legenda, que elegerá seus candidatos *na proporção*, daí ser proporcional o sistema, dos sufrágios que obtiver. Já no majoritário, o eleitor vota em candidato para um só lugar, majoritariamente vence quem maior número de votos lograr. Quando um país adota o majoritário para compor seu Legislativo, seu território é dividido em distritos eleitorais; nestes, cada partido registra um só candidato a deputado, vencendo nele o que for mais sufragado. Não há proporção a estabelecer. O mecanismo da transferência de votos de candidatos da mesma legenda em benefício do mais votado é privativo, típico do proporcional. Pode ocorrer que, individualmente, o mais votado não seja o eleito, o que é impossível no majoritário, isto é, que quem teve mais votos não triunfe. A sublegenda, ao admitir que três candidatos concorram sob idêntica legenda ao mesmo posto de governador, prefeito ou senador, facultando ainda que os respectivos votos sejam herdados pelo que seja o mais votado, na verdade perfilha o critério proporcional, e não o majoritário, com o que se contamina com a doença mortal da inconstitucionalidade.

Parodiando Rui Barbosa: o diploma que se quer editar é inconstitucionalissimamente inconstitucional. Se persistirem nessa aberração, não tenho sombra de dúvida de que a Justiça fulminará a imprudência, decretará sua nulidade, com irreparáveis danos para o processo político do país, que ficará perplexo e incerto, durante tempo precioso, aguardando a sentença conclusiva.

O Sr. *Chagas Rodrigues* – A sua argumentação é irresponsável, Sr. Deputado. V.Exa. há de recordar que na grande Comissão Constitucional nem se cogitou de sublegenda. Tínhamos realizado eleições com sublegenda numa fase anormalíssima da vida política do país. Ninguém admitia sublegenda no período constitucional normal, e a Constituição não prevê sublegenda, não cogita de sublegenda nem mesmo para a eleição proporcional. Assim, ainda há este argumento: além de violar o espírito e o texto expresso da Constituição, ainda temos de levar em conta que, quando elaboramos a Constituição na grande comissão e em plenário, admitiu-se que não havia lugar no novo sistema para o esdrúxulo princípio da sublegenda.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente, para terminar, de-sejo dizer o seguinte: se aqueles que são favoráveis à adoção da sublegenda se obstinarem nesta tentativa perigosa, nem a escusa de leviandade poderá justificar essa atitude, porque, por intermédio de pronunciamentos no Legislativo, por intermédio de manifestações já conhecidas no país, os erros, o absurdo desta impatriótica iniciativa, já foram fartamente demonstrados.

Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que teremos elementos, principalmente nós, da oposição, para surpreender nessa obstinação, embora reconheçamos que existem figuras que se prestam como instrumentos de boa-fé a isso que, na verdade, será mais uma conspiração habilmente preparada e armada. (*Muito bem!*) Ao final, como consequência da sublegenda, teremos a desmoralização daquilo que ainda resta de partido, de prática democrática, nesta nação. E, então, ante a opinião pública atônita frente aos erros, aos absurdos decorrentes da sublegenda, principalmente aqueles que querem a militarização deste país, poderão dizer: o poder civil ou os civis não têm autoridade para promover a recuperação do espaço político que ocupamos neste país, uma vez que, como acabamos de verificar, por intermédio até da vida partidária, atraçoada pelo quinta-columismo da sublegenda, trouxeram o caos, empenharam-se em práticas eleitorais que redundam em grande desprestígio e desmoralização dos políticos.

O Sr. *Luís Garcia* – V.Exa., neste particular, não tem razão, porque dentro do meu partido, a Arena, há várias vozes contrárias à sublegenda. Não é uma questão fechada no partido, não é uma questão do governo; portanto, não se ligará à ideia de sublegenda esse processo de militarização ou de supressão do poder civil no país. Lamentavelmente é um engano de V.Exa., apesar das brilhantes considerações com que fundamenta o seu raciocínio.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Ouço V.Exa., que representa aqui o pensamento da Maioria, com muita honra, como sempre. Talvez V.Exa. e outros não se deem conta daquilo que se urde possivelmente no sentido de acionar esse dispositivo, cuja consequência será a derrocada, será o desastre para a vida política desta nação.

Este o apelo que faço: vamos combater as sublegendas, porque elas desmoralizarão as legendas. Vamos evitar, Sr. Presidente, que legislativamente nasçam os subpartidos, porque, indiscutivelmente, estes destruirão os partidos no Brasil. (*Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Na liderança da oposição

Diretório Nacional do MDB, em 2/2/1971.

Ao tomar posse na presidência do MDB em substituição ao general e ex-senador Oscar Passos, Ulysses expõe uma consolidação dos princípios e prioridades da oposição em 1971.

O Movimento Democrático Brasileiro é partido político por definição da legislação eleitoral do país. No presente estágio, é partido político transitoriamente na oposição, e não perpetuamente da oposição.

Somente o voto direto, universal e secreto, em uma democracia digna deste nome, situa os partidos vencedores no poder para governar e os minoritários na oposição, para a crítica e a fiscalização. Além da doutrina milenar e universal, proclama-o categoricamente em seu pórtico a Emenda Constitucional nº 1, de 13 de outubro de 1969, em seu art. 1º, § 1º: “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Eis o dogma para que o governo seja consentido, em nome do povo, e não imposto, pela força ou pela oligarquia.

No enunciado soberano de suas sucessivas convenções nacionais, órgão supremo do partido, esta é a meta prioritária do MDB: Acesso aos cargos legislativos e executivos, por meio do sufrágio direto, universal e secreto, ou seja, na nomenclatura política do Brasil, presidente da República, governadores dos estados, prefeitos municipais, principalmente das capitais, senadores, deputados federais, estaduais e vereadores.

Para qualquer povo, a paz, o desenvolvimento e a justiça social só são verdadeiros, humanos e permanentes quando criaturas da soberania popular. Quando o MDB hierarquiza, como postulado vital de sua luta, a participação, e não o divórcio do povo nas decisões nacionais, situa-se no plano da legalidade máxima da conceituação constitucional, constante do pré-transcrito artigo inaugural do Estatuto Político, bem como arvora em lema o histórico compromisso do honrado presidente Garrastazu Médici de que, até o término de seu mandato, devolverá ao país a plenitude democrática.

Por imperativo de sua vocação pela legalidade, as autoridades sempre contaram, contam e contarão com o MDB no repúdio ao terrorismo e à subversão, porque é seu entendimento que quem quer que pratique a

violência consuma ato destruidor do homem, da sociedade, da civilização e da História.

A Constituição que juramos guardar ordena no art. 13, § 2º: “A eleição do governador e do vice-governador de estado far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto”.

O texto assegura etapa fundamental para a recuperação do Estado de direito. O MDB não será perjuro e, desde já, anuncia à opinião política do país e a seus correligionários que, em 1974, terá candidatos próprios a governador e vice-governador nos vinte e dois estados da federação.

Estamos no amanhecer de nova legislatura. É a fecunda e humana hora da claridade e da esperança.

Como patriotas e democratas, esperamos que o honrado chefe da nação e a Arena organizem com o MDB um projeto político democrático para o Brasil, imaculado de manipulações, artificialismo e expungido de dispositivos parciais *pro domo sua*, que tornam inaceitável a legislação político-eleitoral vigente.

O AI-5 é incompatível com o império supremo e inexcusável da Constituição, cuja pedra angular é a independência e a harmonia do Legislativo, Executivo e Judiciário, como poderes da República. Os homens de bem não temem a cadeia no regime da vontade pessoal da lei e da Constituição, precisamente porque, na dicotomia clássica desta, após organizar, em sua primeira parte, o Estado, defende os cidadãos contra o arbítrio e a injustiça, inclusive praticados pelo mesmo, por meio dos direitos e garantias individuais dos quais são expoentes o *habeas corpus*, o mandado de segurança, a defesa ampla e prévia e a irretroatividade das normas punitivas.

A sublegenda é inconstitucional, porque desatende ao princípio majoritário com a soma por transferência de votos, peculiares ao sistema proporcional; é fratricida, de vez que os partidos deixam de ser solidária casa de irmãos, para, por nefasta obra sua, se degradarem no infernal convívio de adversários implacáveis, se não inimigos irreconciliáveis; é contra a moral política, porque os sufrágios que foram atribuídos a candidato que se opunha a outro sublegendário em rude campanha, até com agravos insanáveis de incompetência e desonestidade, não são adjudicados precisamente a este para sagrá-lo vencedor; finalmente, é antidemocrática, porque intercepta para a oposição o acesso ao poder.

No meu sentir, a permanência da sublegenda truculentamente expulsará o MDB da competição nas próximas eleições municipais de 1972, com grave escândalo para a opinião pública nacional e internacional. O bom senso e a imparcialidade das regras do jogo impõem sua erradicação, conforme postulam também vozes criteriosas da Arena.

O voto vinculado é violência à consciência do eleitor. A lei obriga o cidadão a ser eleitor e não a ser partidário. É o patriotismo que obriga que o voto selecione os melhores, mesmo que não coincidam com as legendas. Se a maquiavélica vinculação é empecilho para bem servir à nação, obstaculizando o recrutamento dos mais aptos, segundo a vontade soberana do Colégio Eleitoral, urge revogá-la. Além do mais, é responsável pela perplexidade do eleitor, por ser confusa, complicada e incoerente, pois não alcança os senadores. É o ventre maldito gerador dos votos nulos, anuláveis e parte dos votos em branco, em tão espantoso volume que o próprio governo se viu compelido a pesquisar-lhe as causas.

É oportuno advertir que a Constituição exige a disciplina partidária, que não se confunde com ditadura partidária. Fidelidade partidária e não submissão incondicional e total, com o reconhecimento de que os parlamentares representam os partidos mas também os eleitores, não podendo em tudo a independência de suas consciências ser subalternizada em automáticos executores de ordens. O que a lei quer, obviamente, não é a partidocracia, mas a reserva de áreas nítidas para a garantia da autoridade, respeitabilidade e sobrevivência dos partidos, protegendo com a disciplina a substância de seus programas, fixados os casos com a anterioridade e precisão pelos órgãos partidários, só podendo a perda de mandato ser decretada pela Justiça Eleitoral, assegurado o direito de ampla defesa.

O último pleito forneceu o testemunho irrecusável de que a pureza das eleições necessita ser legalmente defendida contra escancarados e impunes abusos do dinheiro e da administração.

O Programa Social do MDB tem como pressuposto que a existência do homem precedeu a do Estado; que o Estado é criatura e não criador do homem, meio daquele e não fim deste, sendo escatológica inversão um Estado rico, e miserável o respectivo povo. Na conceituação justa e humana da encíclica *Populorum Progressio*, o progresso há de ser do povo, o que é inconciliável com salários de trabalhadores e vencimentos de funcionários públicos em que o crescente custo de vida vitima as famílias de milhões de brasileiros, inclusive porque não são irrigados pelos apregoados aumentos da riqueza nacional.

Quando quero me valer desta tribuna e deste momento que dimensionam acústica nacional a seus pronunciamentos, evidentemente o rol de denúncias e providências ora enumerado é meramente exemplificativo, impondo-se não olvidar a restauração da competência mutilada do Poder Legislativo, praticamente despojado da prerrogativa institucional da iniciativa de leis e entorpecida sua missão fiscalizadora pela limitação dos pedidos de informações ao Executivo, pela redução das comissões de inquérito a apenas cinco e seu enclausuramento em Brasília, pela censura à imprensa, como consta de recente relatório do órgão interamericano da classe.

Srs. Membros do Diretório Nacional do MDB, por vontade vossa sucedo, embora não o substitua, um homem bom e de bem, honrado e de coragem serena e sem arrogância, nosso guia e nosso amigo: o senador Oscar Passos.

Saúdo os novos que chegam para nos fortalecer e os antigos que continuam para nos aconselhar e, como brasileiro, rogo a Deus para que a oposição, em cuja chefia sou investido, não seja malsinada com o estorvo e contestação, porque, ao preservar a indispensabilidade do diálogo e da controvérsia, impedirá que a democracia morra neste país.

Hoje começa o outro dia

V Convenção Nacional do MDB, em 24/4/1972.

Propondo ao MDB uma legenda audaciosa – Tout est perdu. J'attaque –, Ulysses apresenta o quadro desolador das instituições políticas nacionais sob a ditadura e, descartando a autodissolução do partido e a retirada dos oposicionistas, propõe o desafio: “Não é hora de morrer, é hora de viver”.

Fundador do MDB, participei de todas as suas dramáticas crises. Sempre me manifestei contra a autodissolução do partido. Isso seria suicídio e o suicídio é rematada loucura. Se um parente ou amigo está mal, talvez condenado à morte, que fazer? Suspender a assistência médica, cessar os cuidados, conformar-se? Ou, ao revés, tentar tudo, fazer todos os sacrifícios, redobrar as vigílias, multiplicar os desvelos? Principalmente, rezar. Temos fartos exemplos dos que assim se salvaram, por obra do amor e da ciência dos homens ou por milagre de Deus.

No meu sentir, a extinção automática e universal dos mandatos oposicionistas e dos respectivos suplentes será o consectário moral e legal da medida extrema.

Digo legal, pois o ingresso da decisão terminativa da existência do partido na Justiça Eleitoral implicitamente decretará o desaparecimento de todos os seus órgãos. A Lei Orgânica dos Partidos, no art. 22, inciso III, define as bancadas como órgãos das agremiações políticas. É singelo postulado do bom senso: como os órgãos lograrão sobreviver à morte do organismo, as partes à do todo?

Parece que está chegando a hora de adotarmos a legenda do herói francês: “Tout est perdu. J'attaque”.

A procela esmigalhava a nau, o furacão arrastava e rompia o velame, as vagas varriam o convés. A tripulação, apavorada, escondeu-se nos porões, entregou-se, olhava desenganadamente pelas escotilhas fustigadas de espumas e de vento. Exempla o cronista da epopeia das descobertas, escrita pelas caravelas portuguesas nos mares da Terra e da qual o Brasil é página, que o capitão salvou a honra e a vida daquela gente ao lembrar-lhe: “El rei mandou navegar. El rei não mandou ter medo”. Os que se filiam ao Movimento Democrático Brasileiro e guiados por sua bandeira são investidos em postos de deliberação, direção, ação parlamentar ou cooperação

fazem-no espontaneamente e voluntariamente se comprometem com o objetivo magno de recolocar a democracia no comando político do país. Esse dever é irrenunciável. Para bem executá-lo, impõe-se ampliar os meios e não apoucá-los ou desprezá-los.

Na escalada deste ideal, a causa manda a oposição ousar e não recuar.

Alguns propõem desesperados: “Basta! Não devemos participar da farsa!” De acordo. Não devemos participar como atores, declamar o enredo impopular. Impõe-se sermos os antipersonagens, permanecermos no palco e não em casa, para denunciarmos o espetáculo, gritando para o público:

“O título ‘Democracia’ é falso. A peça é outra. Nós conhecemos seu texto e o povo é seu autor. Essa que aí está é a contrafação. Seu verdadeiro nome é ‘Pseudodemocracia’, ‘Criptodemocracia’ ou ‘Democracia consentida’”.

Luta-se como se pode e não como se quer. Com bravura, não por valentia. Não é desonra, na luta, ser fraco ou desarmado. Desonra é não lutar. Desertar. Fugir. Jogar as armas no chão ainda que imbeles. Como disse nosso extraordinário presidente de honra, senador Oscar Passos: “Devemos lutar até o último vereador”. Não é uma frase. Poderá ser trágica profecia.

O MDB está acuado. É lago do qual a violência vai secando as fontes abastecedoras de água e vida. A mais pura é o voto direto, vale dizer, o povo. Secou para presidente e vice-presidente da República, para governador e vice-governador de estado. Secou para a autonomia dos maiores municípios, a começar pelas capitais. Foram explícita ou implicitamente discriminados como zonas de segurança nacional, como se urna, voto e vontade popular pudessem ser subversivos. Boqueja-se o torvo pregão de que a calamidade da curatela político-administrativa flagelará novas comunas. Como sempre, na presente conjuntura, além de boatos, nada previamente transpira do hermetismo inescrutável em que se encolheu o poder dominante, inclusive para proteger a clandestina elaboração dos megalomaníacos projetos-impacto.

O MDB pergunta, a Arena nada sabe e o sistema nada informa. Finou-se o diálogo democrático por falta de interlocutores.

Eis o desencontrado monólogo que acabrunha o povo e diverte o mundo: a oposição está rouca de tanto indagar, a situação ficou muda de tanto ignorar, e o governo, que não é contra o MDB nem a favor da

Arena, porque simplesmente ignora a ambos, pela magia de descomunal e pirotécnica propaganda, tenta impingir ao público os produtos prodigiosos de sua fenomenal fábrica de milagres.

Vencendo o entulho do AI-5, supressão de garantias ao Judiciário, censura à imprensa, pressão do dinheiro e da cadeia, sublegenda e voto vinculado, além de outros obstáculos, ainda corre um esgarço fio d'água para eleger vereadores, deputados e senadores. Isso tem evitado que o lago seque. Isso tem impedido que a democracia morra de sede.

Ainda assim, continuando as coisas como estão, os atuais abencerragens – que não são os últimos, porque estes serão os que, raros, sobreviverão a futuras eleições – lutam e lutarão de teimosos. Santa teimosia! Invadiram-lhes a Casa. O Congresso é sucursal do Palácio da Alvorada. No Brasil, em sua Carta Outorgada, o capítulo do Poder Legislativo na realidade é transplante do Poder Executivo. Este usurpou daquele funções institucionais. Falar com destemor e independência tornou-se risco e não dever, pela ameaça das cassações, efetivas ou brancas e pela frustração da inviolabilidade e da imunidade parlamentares. E os que falam quase não são ouvidos. Suas palavras morrem nas belas paredes da Câmara dos Deputados ou do Senado da República. Os jornais – gloriosas exceções! –, a televisão e o rádio divulgam o futebol, previsão do tempo, telenovelas e filmes, mortes, incêndios, afogamentos, sangrentos e não punidos desabamentos de pontes, viadutos e prédios. De *política*, exclusivamente o autoelogio do governo. A oposição é assunto proibido. E daí? Nós do MDB nos obstinaremos a fazer o que podemos, enquanto os outros continuarem a fazer o que não devem. Queremos a paz, mas não aceitamos a capitulação, que não infringiremos também aos que divergem de nós. Não é aceitável paz com justiça, com salários e vencimentos poluídos; com moeda desonrada pela inflação; com o poder entronizado como fim e não empregado como meio: com o iníquo ostracismo político e profissional, dentro da própria pátria, de tantos brasileiros; com legislativos que são eleitos pelo povo para praticamente não funcionarem, e executivos que são “eleitos” sem o povo para superfuncionarem, sem fiscalização e unipessoalmente.

Mal comparando, o MDB é instalação elétrica com muitos fusíveis queimados por força invasora. Isso explica a penumbra. A qualquer momento chegará a ela a corrente genuína que foi interceptada. Então a casa se iluminará com a boa luz da liberdade. Se não houver a instalação, a casa continuará às escuras. Ainda que precária, por que destruir

a rede? As trevas são da responsabilidade dos que subtraem a corrente. Não seja nossa, pelo abandono do aparelho que as espancará um dia.

Creio na verdade, no bem, na justiça e na fé.

Em política, estas virtudes só têm um nome: democracia.

Creio que, cedo ou tarde, o bem triunfará, do contrário coonestaria o mal pela convivência. Creio que a verdade que afinal não prevalece é pseudoverdade ou pressuposto da mentira. Creio que a justiça latente perpetuamente oculta e inerme é a suprema injustiça. Creio que só é fé a fé que se desterra das catacumbas, para ser consolo de muitos e não martírio de alguns.

Creio na vitória da democracia, porque creio no povo. O povo é imbatível. Creio que no Brasil há povo e não massa, que sabe que tem direitos seculares, reconhecidos pelo Estado, e direitos naturais e eternos, herdados de Deus; que semelhantes direitos são sua casa, sua propriedade, sua crença, sua saúde, sua educação, sua mesa, sua roupa, seu lazer, seu bem-estar; que, sem tais dons, a vida é impostura, sendo preferível morrer vivo do que viver morto; que, como justificou Churchill, apesar de suas indiscutíveis e lamentáveis imperfeições, intrínsecas à obra humana, o engenho do homem até agora, politicamente, não inventou nada que substitua a democracia, único regime capaz de organizar o Estado para evitar o caos e simultaneamente armar o indivíduo com garantias e direitos que resistam a todas as formas de poder, inclusive do Estado, em suas extralimitações de intolerância e prepotência.

Breve passarão os pesadelos da noite e seremos orvalhados pela bênção da alvorada.

Falo por todos, pelos correligionários de todos os cantos do Brasil, os que votam, os que arregimentam, os que se ocupam e preocupam com encargos partidários e de representação, ao expressar esta mensagem de consolo e perseverança: Não serão baldios nossa insana lida, nosso desengano, nosso sofrimento e não rolaram em vão as cabeças de nossos líderes e de companheiros apaixonados pelo Brasil, pois é graças a isso que nosso coração sente que hoje começa a ser outro dia.

Respeito a opinião dos que entendiam que ao Movimento Democrático Brasileiro apenas restava cerrar suas portas. Não estavam inspirados nem pelo medo nem pelo escapismo. Estavam passageiramente desesperados. É um erro e o que há de terrível no erro é que “ele tem seus heróis sinceros”, compreendia Chesterton.

No suicídio quase sempre há demissão, às vezes, há o gesto. Impávido, inclusive. É o caso clássico do comandante do navio que vai ao fundo. Não quer que o mar, seu velho amor e traíçoeiro inimigo, que lhe venceu o barco, também o mate. Morre antes. Mata-se.

Os sismógrafos políticos acusam risco de naufrágio para as instituições democráticas deste país. Não é hora de morrer nem de demitir-se, mas de viver, para salvá-las. Este o destino da oposição no Brasil. Vamos cumpri-lo. A ordem, que não poderá ser desobedecida, acaba de ser dada pela V Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro.

A oposição tem programa examinado com seriedade e respeito pela imprensa, associações, institutos e universidades, inclusive pelos nossos adversários. Nele estão os rumos e a estratégia a que estamos obrigados por fidelidade.

Ao encerrar nossos trabalhos, incorporo-os ao abraço e às palavras de gratidão e adeus que a praxe recomenda que o presidente do diretório nacional dê e diga aos cavaleiros da cruzada redentora.

Contudo, não deixarei esta cadeira sem antes malsinar dois recentes flagelos.

O primeiro acarretará a aberração dos governos estaduais nascerem no bolso do colete e não nas urnas, contaminando-os de incurável ilegitimidade democrática. É a emenda-robô, concebida num delírio de ferro e força, para que sua fatalidade de autômato comande vontades automatizadas, obediências autômatas e votações automáticas. Materialmente não é emenda constitucional, embora lhe haja usurpado o aspecto e o apelido. É um expediente. Não foi o primeiro, desafortunadamente não será o último. A legislação eleitoral e a tributária estão infestadas deles. Castiguemo-la com o conhecido adágio: Pior a emenda do que o soneto, corrija-se aqui para Carta Outorgada de 1969.

Descobriam agora que o voto indireto é essencial para o combate à inflação. Esperemos que a absurda vinculação não seja subversivamente exportada para as nações, como os Estados Unidos da América do Norte, que enfrentam a erosão do custo de vida sem golpear as instituições livres.

O outro é o Leviatã da república fiscal.

Teme-se que resvale para a iliquidez a descomunal dívida externa e interna, temerariamente contraídas a curto prazo e para financiamento até de obras promocionais.

O sacrifício e o irredentismo de Tiradentes não têm sido revividos, mas recrucificados nos derradeiros 21 de abril.

O Brasil geme como colônia fiscal do governo. Como na época do Protomártir da Independência, o povo e as empresas são esfolados por dízimos e derramas, de vez que impostos não devem, quando não votados pelo Legislativo e antes de cobrados prudencialmente, figurar nos orçamentos, para não surpreenderem e arruinarem os contribuintes.

Com decretos-leis, decretos, portarias, ordens de serviço ou avisos de teor impositivos, intentam cortar a raiz histórica do Parlamento, que contra as espoliações tributárias opôs a armadura do *no taxation without representation*.

Há canção célebre no mundo e cruel, contemporaneamente verdadeira para o Brasil, *The Taxman*, da qual traduzo o seguinte libelo:

“Se você dirige um carro, eu taxarei a rua.

Se você tenta sentar-se, eu taxarei o assento.

Se você sente frio, eu taxarei o calor.

Se você sai a passeio, eu taxarei suas pernas”.

Ao final, tomo, como meus, dois grandes interlocutores: o presidente da República e os convencionais.

Dirijo-me ao general Emílio Garrastazu Médici desta tribuna, tomando a nação por testemunha, porque o considero um brasileiro de honra e de bem.

Há os que desejam, notadamente os oportunistas de todos os governos, que S.Exa. simplesmente dure no poder.

O Movimento Democrático Brasileiro, cumprido seu programa, cujo pré-requisito é a restauração democrática, assegurará seu ingresso na História.

Rogamos a Deus que transcorridos três anos, em data coincidente com a de hoje, fortalecidos pela indeclinável unidade partidária e motivados pelo fervor dos correligionários, ao passarmos o timão para outras mãos, possamos, com o beneplácito do excelso fórum político a que devemos contas, dizer com simplicidade e consciência tranquila: “Missão cumprida”.

“Navegar é preciso. Viver não é preciso.”¹

VI Convenção Nacional do MDB, em 21/9/1973, Brasília, DF.

Discurso de Ulysses, como presidente nacional do MDB, quando da aceitação de sua candidatura a presidente da República.

O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira.

Na situação, o anunciado como candidato em verdade é o presidente, não aguarda a eleição e sim a posse.

Na oposição, também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. A 15 de janeiro próximo, com o apelido de “eleição”, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação na qual senadores, deputados federais e estaduais da agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade.

O Movimento Democrático Brasileiro não alimenta ilusões quanto à homologação cega e inevitável, imperativo da identificação do voto ostensivo e da fatalidade da perda do mandato parlamentar, obra farisaica de pretenso Colégio Eleitoral em que a independência foi desalojada pela fidelidade partidária.

A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual situação sempre será governo, perenidade impossível quando o poder é consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto, em que a alternatividade de partidos é a regra, consoante ocorre nos países civilizados.

Não é o candidato que vai recorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *habeas corpus* e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema.

¹ Luiz Gutemberg analisa o momento político em que foi pronunciado este discurso em “O grito de guerra: Pompeu, Pessoa ou Caetano Veloso?”, reproduzido no Anexo desta publicação.

No que concerne ao primeiro cargo da União e dos estados, dura e triste tarefa esta de pregar numa *república* que não consulta os cidadãos e numa *democracia* que silenciou a voz das urnas.

Eis um tema para o teatro do absurdo de Bertolt Brecht, que, em peça fulgurante, escarnece da insânia do arbítrio prepotente ao aconselhar que, se o povo perde a confiança do governo, o governo deve dissolver o povo e eleger um outro.

Não como campanha, pois isto equivaleria a tola viagem rumo ao impossível, a peregrinação da oposição pelo país perseguirá tríplice objetivo:

I – Exercer sem temor e sem provocação sua função institucional de crítica e fiscalização ao governo e ao sistema, clamando pela eliminação dos instrumentos e da legislação discricionários, com prioridade urgente e absoluta a revogação do AI-5 e a reforma da Carta Constitucional em vigor.

II – Doutrinar com o programa partidário, unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conscientizando o povo sobre seu conteúdo político, social, econômico, educacional, nacionalista, desenvolvimentista com liberdade e justiça social, o qual será realidade assim que o Movimento Democrático Brasileiro for governo, pelo sufrágio livre e sem intermediários do povo.

III – Concitar os eleitores, frustrados pela interdição, a 15 de janeiro de 1974, de eleger o presidente e o vice-presidente da República, para que a 15 de novembro do mesmo ano elejam senadores, deputados federais e estaduais da oposição, etapa fundamental para atuação e decisões parlamentares que conquistarão a normalidade democrática, inclusive número para propor emendas e reforma da Carta Constitucional de 1969 e a instalação de comissões parlamentares de inquérito, de cuja ação investigatória e moralizadora a presente legislatura se encontra jejuna e a atual administração imune, pela facciosa intolerância da maioria situacionista.

Hoje e aqui serei breve.

Somos todos cruzados da mesma cruzada. Dispensável, assim, pretender convencer o convicto, converter o cristão, predicar a virtude da liberdade a liberais, que pela fé republicana pagam o preço de riscos e sofrimentos.

Serei mais explícito e minudencioso ao longo da jornada, quando falarei também a nossos irmãos postados no outro lado do rio da democracia.

Aos que aí se situaram por opção ou conveniência, apostasia política mas rebelde à redenção.

Prioritariamente, aos que foram marginalizados pelo ceticismo e pela indiferença, notadamente os jovens e os trabalhadores, intoxicados por maciça e diuturna propaganda e compelidos a tão prolongada e implacável dieta de informações.

Quando a oposição clama pela reformulação das estruturas político-sociais e pela incolumidade dos direitos dos cidadãos, sua reiteração aflige os corifeus dos poderosos do dia.

Faltos de razão e argumentos, acoimam-na de fastidiosa repetição. Condenável é repetir o erro e não sua crítica. Saibam que a persistência dos abusos terá como resposta a pertinácia das denúncias.

Ressaltarei nesta convenção a liberdade de expressão, que é apanágio da condição humana e socorre as demais liberdades ameaçadas, feridas ou banidas.

A oposição reputa inseparáveis o direito de falar e o direito de ser ouvido.

É inócua a prerrogativa que faculta falar em Brasília, não podendo ser escutado no Brasil, porquanto a censura à imprensa, ao rádio e à televisão venda os olhos e tapa os ouvidos do povo. O drama dos censores é que se fazem mais furiosos quanto mais acreditam nas verdades que censuram. E seu engano fatal é presumir que a censura, como a mentira, pode exterminar os fatos, eliminar os acontecimentos, decretar o desaparecimento das ocorrências indesejáveis.

A verdade poderá ser temporariamente ocultada, nunca destruída. O futuro e a História são incensuráveis.

A informação, que abrange a crítica, é inarredável requisito de acerto para os governos verdadeiramente fortes e bem-intencionados, que buscam o bem público e não a popularidade. Quem, senão ela, poderá dizer ao chefe de Estado o que realmente se passa, às vezes de suma gravidade, na intimidade dos ministérios e dos múltiplos e superpovoados órgãos descentralizados?

Quem, senão ela, investigará e contestará os conselhos ineptos dos ministros, as falsas prioridades dos técnicos, o planejamento defasado dos assessores? Essa a sabedoria e o dimensionamento da prática com que o gênio político britânico enriqueceu o direito público: oposição do governo de Sua Majestade, ao governo de Sua Majestade.

A burocracia pode ser preguiçosa, descortês, incapaz e até corrupta. Não é exclusivamente na Dinamarca, em qualquer reino sempre há algo de podre. Rematada insânia tornar impublicáveis lacunas, faltas ou crimes, pois contamina a responsabilidade do governante que a ordena ou tolera.

Eis por que o poder absoluto, erigido em infalível pela censura, corrompe e fracassa absolutamente.

É axiomático, para finalizar, que sem liberdade de comunicação não há, em sua inteireza, oposição, muito menos partido de oposição.

Como o desenvolvimento é o desafio da atual geração, pois ou o Brasil se desenvolve ou desaparecerá, o Movimento Democrático Brasileiro, em seu programa, define sua filosofia e seu compromisso com a inadiável ruptura da maldita estrutura da miséria, da doença, do analfabetismo, do atraso tecnológico e político.

A liberdade e a justiça social não são meras consequências do desenvolvimento. Integram a condição insubstituível de sua procura, o pré-requisito de sua formulação, a humanidade de sua destinação.

A liberdade e a justiça social conformam a face mais bela, generosa e providencial do desenvolvimento, aquela que olha para os despossuídos, os subassalariados, os desempregados, os ocupados em ínfimo ganha-pão ocasional e incerto, enfim, para a imensa maioria dos que precisam para sobreviver, em lugar da escassa minoria dos que têm para esbanjar.

Este o desenvolvimento vivificado pelas liberdades roosevelteanas, inspiradoras da Carta das Nações Unidas, as que se propõem a libertar o homem do medo e da necessidade. É o perfilhado na encíclica *Populorum Progressio*, isto é, prosperidade do povo, não do Estado, que lhe é consecutória, cunhando seu protótipo na sentença lapidar: o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranha ao homem e a seus problemas.

Enfatize-se que desenvolvimento não é silo monumental e desumano, montado para guardar e exibir a mitologia ou o folclore do Produto Interno Bruto, inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares.

É intolerável mistificar uma nação a pretexto de desenvolvê-la, rebaixá-la em armazém de riquezas, tendo como clientela privilegiada, senão exclusiva, o governo para custeio de tantas obras faraônicas e o poder econômico, particular ou empresarial, destacadamente o estrangeiro, desnacionalizando a indústria e dragando para o exterior lucros indevidos.

É equívoco, fadado à catástrofe, o Estado absorver o homem e a nação.

A grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado, porque a felicidade do homem é a obra-prima do Estado.

O Estado é o agente político da nação. Além disso e mais do que isso, a nação é a língua, a tradição, a família, a religião, os costumes, a memória dos que morreram, a luta dos que vivem, a esperança dos que nascerão.

Liberdade sem ordem e segurança é o caos. Em contraposição, ordem e segurança sem liberdade é a permissividade das penitenciárias. As penitenciárias modernas são minicidades, com trabalho remunerado, restaurante, biblioteca, escola, futebol, cinema, jornais, rádio e televisão.

Os infelizes que as povoam têm quase tudo, mas não têm nada, porque não têm a liberdade. Delas fogem, expondo a vida ou aguardam aflitos a hora da libertação.

Do alto desta convenção, falo ao general Ernesto Geisel, futuro chefe da nação.

As Forças Armadas têm como patrono Caxias e como exemplo Eurico Gaspar Dutra, cidadãos que glorificaram suas espadas na defesa da lei e na proteção à liberdade. O general Ernesto Geisel a elas pertence, dignificou-as com sua honradez, delas sai para o supremo comando político e militar do Brasil.

A História assinalou-lhe talvez a última oportunidade para ser instituído no Brasil, pela evolução, o governo da ordem com liberdade, do desenvolvimento com justiça social, do povo como origem e finalidade do poder e não seu objeto passivo e vítima inerme.

Difícil empresa, sem dúvida. Carregada de riscos, talvez. Mas o perigo participa do destino dos verdadeiros soldados.

A estátua dos estadistas não é forjada pelo varejo da rotina ou pela fisiologia do cotidiano.

Não é somente para entrar no céu que a porta é estreita, conforme previne o evangelista São Mateus, no capítulo XXIII, versículo 24.

Por igual, é angustiosa a porta do dever e do bem, quando deles depende a redenção de um povo. Esperemos que o presidente Ernesto Geisel a transponha.

A oposição dará à próxima administração a mais alta, leal e eficiente das colaborações: a crítica e a fiscalização.

Sabe, com humildade, que não é dona da verdade.

A verdade não tem proprietário exclusivo e infalível.

Porém sabe, também, que está mais vizinha dela e em melhores condições para revelá-la aos transitórios detentores do poder, dela tantas vezes desviados ou iludidos pelos tecnocratas presunçosos, que amaldiçoam e exorcisam os opositores, pelos serviços de todos os governos, pelos que vitaliciamente apoiam e votam para agradar ao príncipe.

A oposição oferece ao governo o único caminho que conduz à verdade: a controvérsia, o diálogo, o debate, a independência para dizer *sim* ao bem e a coragem para dizer *não* ao mal, a democracia em uma palavra.

Srs. Convencionais, do fundo do coração, digo-lhes que não agradeço a indicação que consagra minha vida pública. Missão não se pede. Aceita-se, para cumprir, com sacrifício e não proveito.

Como presidente nacional do Movimento Democrático Brasileiro, agradeço-lhes, aí sim, o destemor e a determinação com que, ao sol, aos ventos e desafiando ameaças, desfilam pela pátria o lábaro da liberdade.

Minha memória guardará as palavras amigas aqui proferidas, permitindo-me reportar às da lavra dos grandes líderes senador Nelson Carneiro e deputado Aldo Fagundes, parlamentares que têm os nomes perpetuados nos anais e na admiração do Congresso Nacional.

Significo o reconhecimento do partido a Barbosa Lima Sobrinho, por ter acudido a seu empenhado apelo.

Temporariamente deixou sua biblioteca e apartou-se da imprensa, trincheiras do seu talento e de seu patriotismo, para exercer perante o povo o magistério das franquias públicas, das garantias individuais e do nacionalismo.

Sua vida e sua obra podem ser erigidas em doutrina de nossa pregação.

Por fim, a imperiosidade do resgate da enorme injustiça que vitimou, sem defesa, tantos brasileiros paladinos do bem público e da causa democrática. Essa justiça é pacto de honra de nosso partido e seu nome é *anistia*.

Srs. Convencionais, a caravela vai partir. As velas estão pandas de sonho, aladas de esperanças. O ideal está ao leme e o desconhecido se desata à frente.

No cais alvoroçado, nossos opositores, como o Velho do Restelo de todas as epopeias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e a invencibilidade do *establishment*. Conjuram que é hora de ficar e não de aventurar.

Mas, no episódio, nossa carta de marear não é de Camões e sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado:

“Navegar é preciso.

Viver não é preciso”.

Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo brasileiro: Alvíssaras, meu capitão. Terra à vista!

Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra limpa e abençoada da liberdade.

O desembarque da caravela

Colégio Eleitoral, em 15/1/1974.

Publicado no DCN de 16/1/1974, p. 21.

Um remate da campanha da anticandidatura presidencial – que navegou através do Brasil sob a legenda do “Navegar é preciso” – numa denúncia firme e irônica da ditadura, aproveitando a reunião do Colégio Eleitoral, que elegeu o presidente Ernesto Geisel.

O Movimento Democrático Brasileiro denuncia e condena a cassação nacional, regional e local, nas capitais e em dezenas de municípios, do direito político do povo brasileiro de eleger, pelo voto direto, o presidente e o vice-presidente da República, os governadores e vice-governadores dos estados, prefeitos e vice-prefeitos.

O Congresso Nacional e as assembleias legislativas submetem-se a outro sacrifício de seu fadário como repartições homologadoras ordinariamente de mensagens do Executivo, hoje da investidura anterior e irreversivelmente decidida do futuro chefe da nação e de seu eventual substituto ou sucessor.

O povo brasileiro, contestatário da Coroa, firmatária do Tratado de Tordesilhas de 1493, ainda que desassistido, com o fulgor da fé nos olhos e a embriaguez da aventura no coração, criou a geografia colossal do Brasil, dilatada pelas bandeiras e pelas entradas.

A epopeia dos heróis de todas as distâncias forjou no Direito Internacional o instituto do *uti possidetis*, que para a pátria convalesceu em domínio a ocupação territorial efetuada, princípio inovador que no curso da História dirimiu litígios lindeiros e legitimou a demarcação de nossas fronteiras.

Não obstante a indiferença e o conformismo da Espanha, da qual de 1580 a 1640 eram súditos Portugal e, de conseguinte, o Brasil, foi o irredentismo do povo brasileiro que novamente salvou a infrangibilidade de sua criatura geográfica, ao enxotar os holandeses pela insurreição cabocla de Guararapes, cujas pedras glorificam-se em travesseiros de heróis e cuja autodeterminação redentora testemunha que, nos transe cruciais, de morte ou sobrevivência da nacionalidade, desaparecem as siglas políticas, porque dois passam a ser os partidos: o de André Vi-

dal de Negreiros ou o de Calabar, o de Tiradentes ou o de Joaquim Silvério dos Reis, o dos que lutam e não desertam e o dos que capitulam, enfeudam-se ou se acomodam.

Foi mais uma vez a inconfidência do povo brasileiro, perdido na distância e abandonado pela passividade oficial, que irrompeu avassaladoramente na Amazônia, sob a liderança imortal de Plácido de Castro, para com sangue, viuvez e orfandade soldar perpetuamente à terra-mãe o já desgarrado território do Acre.

Tal povo, que creu e ousou, mesmo quando governos descreiam ou se rendiam, repele que se duvide de suas reservas de patriotismo, dispensa preceptores carismáticos e desautoriza intermediações impostas. Atestam oitenta por cento do passado imperial e republicano estar ele capacitado para praticar com responsabilidade, pelo voto direto, a soberania política de que é titular natural, exclusivo e democraticamente indestituível sobre o país, que deve a seu gênio sua grandeza física, econômica e moral, sua unidade e não ter sido desonrado pela perda de sequer um palmo de chão.

Como as botas andarilhas e mamelucas, as guerrilhas expulsoras do recôncavo pernambucano, os chapéus de couro e, ainda que carentes de espadas e bacamartes, as mãos guerreiras dos acrianos e nortistas, os ideais farroupilhas coloridos pelos ponchos e sonoros pela galopada dos cavalos, o voto é arma desse mesmo povo para garantir seu destino de fim e não de meio do Estado, de divisor dos dividendos do desenvolvimento para não ser seu autor deserdado, como autodefesa também levantando em nossas fronteiras a barreira da impenetrabilidade contra o capital sem pátria, que criminosamente se obstina em colonizar uma pátria sem capital.

Não se atemorizem os pregoeiros e beneficiários do censo qualitativo ou elitista: povo capaz de trabalhar, de pagar impostos, de ter e educar filhos, de morrer nos campos de batalha, também é capaz de votar.

Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido, ordenam todas as Constituições que regeram o país, inclusive a Carta outorgada de 1969, logo em seu art. 1º, § 1º. Que o mandamento não seja despojado de seriedade, descategorizado em frase para enfeite e engodo de Texto Magno nominal, de vez que não é ato, mas princípio institucional da democracia, seu espírito, sua filosofia, a legitimidade do governo consentido.

A emanação desse poder é o voto do povo, que não se confunde com o voto imperativo sob o rótulo de indireto, policiado pelo escrutínio a descoberto, sancionado pela fidelidade partidária e pela nulidade dos sufrágios divergentes. É incorreta a analogia com o regime parlamentar, no qual o governo nasce e é destituído pelo Poder Legislativo, não sendo de conseguinte o Legislativo um subpoder passível de ser posto em recesso ou ter seus membros cassados pelo governo.

A História adverte que o censo dos notáveis soe comportar-se como guarda pretoriana dos privilégios, sentinela da injustiça social, coluna vertebral do imobilismo e do *establishment*.

O voto popular é evolutivo, aberto e progressista, porque a sociedade é a caminhada do povo no tempo e no espaço. Ao revés, as conquistas populares morrem nas antecâmaras dos procônsules.

Quando se tira o voto ao povo, o povo é expelido do centro para a periferia da História, perde o pão e a liberdade, o protesto passa a ser agitação e a greve rotulada de subversão.

A perda fatal é a da liberdade, que é o parentesco do homem com Deus pelo hábito do livre arbítrio, pois todas as conquistas do homem são vitórias da liberdade. A civilização é a marcha emancipadora da liberdade, com o homem libertando-se da fome com a invenção da agricultura; da ignorância pela educação; da distância pelo transporte, rádio e televisão; da doença pela medicina; da intempérie pela casa e pelo vestuário, do frio e do calor; da força da gravidade pelo avião e pelas naves espaciais; da solidão pela vida gregária; do egoísmo pelo cristianismo; do tédio pelo riso; da necessidade, do medo e da insegurança, pela democracia com justiça social. O homem é a liberdade; não há verdadeiramente homem sem liberdade e não há liberdade política sem voto popular.

Foi, sem dúvida, pensando nisso e para condensadamente expressar isso que, do alto desta tribuna, um grande soldado e um intimorato democrata, o brigadeiro Eduardo Gomes, exortou a reabilitação do Congresso Nacional como centro autônomo de decisões políticas, ao exclamar: “Só na liberdade se criam valores estáveis”.

Nesta altura do meu discurso, perpasso os olhos por este numeroso conclave. Confesso, Sr. Presidente, que sou tomado de profunda amargura, que me punge como insuportável crise de consciência. Quando não vejo sentados nessas cadeiras, que dignificaram com lustre e lastro,

os precondenados pelas cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos, arrancados ao Legislativo com a substância vital de sua independência, inquieto eu me pergunto se eu próprio não ocupo o lugar de líderes que não hesitaram entre a fidelidade à República e a carreira e que, até por meio de reeleições, provaram serem insubstituíveis na predileção do povo que jamais traíram, na lealdade à nação da qual nunca se locupletaram, na pureza com que interpretavam a vontade do Estado, como serva do direito e não do arbítrio do príncipe.

Há palavras na vida dos povos que iluminam sua história e simbolizam sua honra.

Existe hoje no Brasil palavra oracular, limpa como a verdade e translúcida como o cristal, para que, através dela, se divise e surja a figura reparadora da justiça. Esta palavra, eu vou pronunciá-la agora: *anistia*.

Excetuados os vereadores, o Parlamento brasileiro está presente no plenário pela participação de legisladores nacionais e estaduais, em caráter geral, desfalcados os últimos de deputados estaduais da oposição, esbulho perpetrado contra a regra da proporcionalidade invariavelmente estatuída pelas constituições federal, estaduais e leis orgânicas, em todos os patamares da federação, com a agravante de configurar truculência inútil.

A ocasião é rara e que a oportunidade, afinal, traga pelo menos o proveito de falarmos sobre o nosso ofício e confessarmos em voz alta nossas esperanças, se é que as temos, e as frustrações e desenganos que tanto pesam no lenho que carregamos com o mandato num país em que seu desempenho como oposição não consentida já vitimou patriotas com o ostracismo, o desemprego, prisões e perseguições pela arbitrariedade, pelo fiscalismo e por discriminações medievascas de bancos e instituições financeiras do Estado.

Sim, falemos, mas como irmãos e com a franqueza da coragem, pois sem esta não há homem público digno de tal nome e sem ela, consoante a excelente conceituação de Churchill, todas as demais virtudes perecem quando afrontadas por riscos e ameaças.

Cerremos as mãos, como democratas, que há de ser o denominador comum dos cidadãos e dirigentes de qualquer partido, na improcrastinável porfia para reaver o chão usurpado ao Legislativo no Brasil, a fim de que recupere a hierarquia de poder do Estado, com a competência concorrente de propor e emendar leis; com a compulsoriedade de ser informado, penalizados os desobedientes ou sonegadores da verdade,

com o crime de responsabilidade, mediante controles constitucionais, só com a inviolabilidade e a imunidade os mandatos são a voz do povo, porque inviabilizam os processos e prisões temerários, insuflados pela crítica aos poderosos do governo ou do dinheiro; com a competência contemporânea e preeminente da fiscalização ubíqua e desimpedida, instrumentalizada pela técnica, por instalações e pelo assessoramento, o que, é justo proclamar, apetrecham o Congresso Nacional, bem como com comissões de inquérito, que flagram e apuram os Watergates suscetíveis de existir e envergonhar qualquer nação, as quais foram impatrioticamente entorpecidas em todos os níveis do Legislativo.

Repise-se que, quando os prelos são emudecidos para a oposição e a contradita pela censura áulica e obscurantista, o Parlamento realmente se acanha em sede única do partido que suporta e enaltece o poder censor.

Como qualquer independência, a do Parlamento é conquista da luta e não dádiva paternalista, depende originariamente do exemplo de seus membros, para, a seguir, contaminar a nação, porquanto “quem não se defende não terá defensor”, no magistério insuperável de Rui Barbosa.

Sr. Presidente, é chegado o momento de agradecer aos companheiros integrantes da áspera e bela jornada de doutrinação pelo país, sendo de realçar a promoção pelos diretórios regionais e municipais dos comícios, concentrações, entrevistas coletivas à televisão e ao rádio, superando maratona de empecilhos e restrições. Reconhecimento aos parlamentares que se integram na buliçosa e agressiva caravela do “Navegar é preciso”, simbolizando seus nomes numerosos e beneméritos nos dos líderes oposicionistas Néelson Carneiro, do Senado, Aldo Fagundes, da Câmara dos Deputados, e do secretário-geral Tales Ramalho.

Recolhemos, nas praças e recintos repletos de homens, mulheres e jovens, o sinal radioso de que as sementes republicanas germinam, crescem e sazonom no frêmito recompensador da colheita que se avizinha.

A sinceridade e a limpidez dos propósitos do Movimento Democrático Brasileiro em prol da normalidade das instituições tiveram consagrador testemunho na coparticipação do professor Barbosa Lima Sobrinho, pela exemplaridade de sua vida pública, pelo seu caráter avesso à tirania e a edificante gratuidade de seu gesto.

Sr. Presidente, desde que tecnicamente, no episódio que nos congrega, não há eleições nem eleitores, o Movimento Democrático Brasileiro, como protesto, ao votar nos nomes indicados por sentença

de seu órgão supremo, a Convenção Nacional, em verdade ratificará os postulados e ditames de seu programa, evangelizados na campanha e no presente pronunciamento do presidente de seu diretório nacional.

Repetindo, por pedagogia cívica, a oposição vota pelo término do reinado do AI-5; pela reforma da Carta de 1969, que, entre tantas apostasias, homizia o édito pretoriano da incensurabilidade, para que contra direitos políticos, ao emprego e à defesa, o Executivo possa fazer tudo e a Justiça nada possa fazer; pelo socorro tempestivo do *habeas corpus* às vítimas de cruentas vinditas pessoais e do terrorismo policial; por um Judiciário que seja a cúpula da arquitetura política do Estado, mais poderoso do que o Legislativo e o Executivo, para que, equidistante destes e mesmo à revelia deles, restaure o império da Constituição, do direito e das leis; contra a tortura e a violência, não importando sua origem, como método selvagem e anacrônico, multiplicador e não redutor dos desajustes sociais e políticos; com as igrejas e, nelas, o clero católico, que, ao preço de incompreensões e até do martírio, têm predicado que a violência das discriminações econômicas que enfurecem os despossuídos, desempregados e subassalariados, evolutiva e pacificamente, só será contida pela justiça social; contra a espantosa contradição entre os alardeados êxitos do Mobral e a censura, que submerge cem milhões de brasileiros na ignorância do que vai e não vai na administração do país; contra o Decreto-Lei nº 477, como signo castrador de uma escola que pretende esgotar a personalidade do moço na profissionalização, sem que, basicamente, pela liberdade, dele faça um homem; contra o folclore da inflação à taxa manipulada de doze por cento, em 1973, que alimenta o endeusamento do governo na razão direta em que esfaima os trabalhadores, funcionários públicos, aposentados e pensionistas; contra o incauto e monumental endividamento externo e interno que hipoteca o futuro da nação, com a agravante de financiar falsas e precipitadas prioridades, inevitáveis no *new look* dos projetos-impacto, cujo segredo, hermético na elaboração, é o padrasto de prazos políticos sucessivamente prorrogados, reformulações gravosas, erros inextirpáveis e desperdício de dinheiro; vota, em síntese, na política como a arte da felicidade do povo, na convicção de que nas grandes crises, e o Brasil está numa delas, somente ela catalisa as forças do futuro e da salvação.

A salvação se constrói com a verdade e a verdade não foi sub-rogada por Deus a poucos iluminados. Nasce do parto laborioso e sofrido de dúvidas, perguntas, pesquisas e contradições, protagonizadas por todos que dela dependem para viver, sofrer ou morrer.

Na normalidade ou na voragem das crises ameaçadoras de catástrofes, o governo não deve investir-se messianicamente de missão sagrada, mas ouvir e obedecer a opinião pública.

No tempo da História e não nos hiatos tópicos e encharcados de lágrimas de sua negação pela ditadura, é a potencialidade metafísica e ao mesmo tempo telúrica da democracia que dá resposta aos aflitivos problemas da criatura humana.

O Movimento Democrático Brasileiro saúda os eminentes representantes da Aliança Renovadora Nacional e presta-lhes a homenagem de sua sinceridade, ao proclamar que sairá deste recinto vencido, muito menos convencido, pois haverá esperança para a liberdade enquanto restar um homem sobre a face da terra; e a democracia é o povo, e o povo, sendo eterno, é indestrutível.

Em defesa da OAB

Câmara dos Deputados, em 28/6/1974.

Publicado no *DCN* de 29/6/1974, p. 4966.

Um protesto em meio ao grande debate em torno da decisão do governo militar de vincular a Ordem dos Advogados do Brasil ao Ministério do Trabalho.

Recebi ofício do Centro Acadêmico XI de Agosto, em que os estudantes paulistas formulam “protesto veemente contra a recente vinculação da Ordem dos Advogados do Brasil ao Ministério do Trabalho, feita por meio de decreto, ao arrepio da Lei nº 4.215, de 1963”.

Informo que o Ipeac, por intermédio do brilhante ex-parlamentar Benedito Vaz, a meu pedido, examinou com profundidade a matéria.

Argumentam os futuros bacharéis em Direito ser “da essência da função advocatícia a independência e a livre manifestação do pensamento, sem o que não cumpre o advogado o relevante papel social que lhe é destinado”. E acrescentam:

“Ora, se a Ordem dos Advogados passa a estar atrelada a um ministério, decompõem-se suas atribuições básicas, que consistem em garantir ao militante do direito absoluta autonomia no exercício da profissão, ainda que contra os interesses do próprio Estado”.

Entendem os acadêmicos do Centro XI de Agosto que a sua futura liberdade de exercício profissional ficará desnaturada. Por isso, pedem providências ao Legislativo.

Chegou ainda ao Ipeac, do ilustre deputado Laerte Vieira, pedido sobre o mesmo assunto, visando ao estudo do decreto executivo que vinculou a OAB ao Ministério do Trabalho.

Passaremos, por isso, a estudar as disposições dos dois decretos governamentais, as suas implicações e a sua legalidade.

O Decreto nº 60.900, de 1967, já havia vinculado a OAB ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme se vê do item 9 do inciso IX do mesmo diploma legal.

Esse decreto foi baixado com fundamento no art. 83, item II, da Constituição Federal, e seu art. 1º tem o seguinte teor:

“Art. 1º As entidades da administração indireta das categorias constantes do art. 4º, inciso II, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, passam, de acordo com o art. 154 do mesmo decreto-lei, a vincular-se aos ministérios em cuja área de competência se enquadrem, de acordo com a seguinte discriminação:”.

Vêm, em seguida, os nomes das entidades e dos ministérios respectivos. A OAB ficou vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (art. 1º).

Posteriormente, foi promulgada a Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974, que, entre outras coisas, criou o Ministério da Previdência e Assistência Social.

Em consequência dessa lei é que o Executivo federal baixou o Decreto nº 74.000, também de 1º de maio, modificando as vinculações até então estabelecidas.

Diz o art. 1º do Decreto nº 74.000:

“Art. 1º As entidades abaixo relacionadas passam a vincular-se, para os fins dos arts. 19 e 26 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e 3º do Decreto-Lei nº 900, de 29 de dezembro de 1969, aos seguintes ministérios:

(...)

II – Ministério do Trabalho:

(...)

23. Conselho federal e conselhos seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil”.

Para bem se ajuizar do alcance da vinculação, mister se torna conhecer exatamente o teor dos arts. 19 e 26 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, que definiu a estrutura administrativa federal.

Diz o art. 4º desse diploma legal que a administração federal compreende a direta e a indireta. A primeira se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios. A administração indireta compreende as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Evidentemente, a OAB não é nem empresa pública nem sociedade de economia mista.

Por isso, é considerada autarquia pelo Decreto nº 74.000. Daí sua vinculação ao Ministério do Trabalho, para os “fins dos arts. 19 e 26 do Decreto-Lei nº 200”.

Os artigos referidos estão incluídos no Título IV do Decreto-Lei nº 200, que cuida da supervisão ministerial.

Vejam os seus teores:

“Art. 19. Todo e qualquer órgão da administração federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do ministro de Estado competente, excetuados unicamente os órgãos mencionados no art. 32, que estão submetidos à supervisão direta do presidente da República”;

“Art. 26. No que se refere à administração indireta, a supervisão ministerial visará a assegurar, essencialmente:

I – a realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade;

II – a harmonia com a política e a programação do governo no setor de atuação da entidade;

III – a eficiência administrativa;

IV – a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade.

Parágrafo único. A supervisão exercer-se-á mediante a adoção das seguintes medidas, além de outras estabelecidas em regulamento:

a) indicação ou nomeação pelo ministro ou, se for o caso, eleição dos agentes da entidade, conforme sua natureza jurídica;

b) designação, pelo ministro, dos representantes do governo federal nas assembleias gerais e órgãos de administração ou controle da entidade;

c) recebimento sistemático de relatórios, boletins, balanços, balanços, informações que permitam ao ministro acompanhar as atividades da entidade e a execução do orçamento-programa e da programação financeira aprovados pelo governo;

d) aprovação anual da proposta de orçamento-programa e da programação financeira da entidade, no caso de autarquia;

- e) aprovação de contas, relatórios e balanços, diretamente ou por intermédio de representantes ministeriais nas assembleias e órgãos de administração ou controle;
- f) fixação, em níveis compatíveis com os critérios de operação econômica, das despesas de pessoal e de administração;
- g) fixação de critérios para gastos de publicidade, divulgação e relações públicas;
- h) realização de auditoria e avaliação periódica de rendimento e produtividade;
- i) intervenção, por motivo de interesse público”.

O art. 3º do Decreto-Lei nº 900 nenhuma implicação tem no caso presente, eis que ele se refere às fundações instituídas em virtude de lei federal, o que evidentemente também não é o caso da OAB.

Fixados estes pontos, chegou o momento de se examinar o problema da própria conceituação da OAB, para saber se ela constitui, realmente, serviço público descentralizado do Poder Executivo, ao qual deva estar vinculada. Em outras palavras, se a OAB constitui autarquia federal vinculada ao Executivo federal.

A definição de autarquia consta da lei (Decreto-Lei nº 200), cujo art. 5º diz o seguinte:

“Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I – Autarquia – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”.

Antes de mais nada, é preciso salientar que a administração federal à qual se refere o art. 4º do Decreto-Lei nº 200 é a do Poder Executivo. Essa administração compreende a direta (serviços da Presidência da República e dos ministérios) e a indireta, envolvendo as entidades vinculadas ao ministério “em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade” (ar. 4º, § 1º) e que compreende as autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Ora, a atividade principal e os objetivos da OAB nada têm a ver com as áreas de competência do Ministério do Trabalho.

Portanto, para os efeitos dos arts. 19 e 26 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, nenhuma vinculação pode existir entre a OAB e o Ministério do Trabalho.

Isto decorre necessariamente não só da legislação já citada, como, sobretudo, da Lei nº 4.215, de 1963, que organizou a OAB.

Em face dessa lei, que é a OAB?

Responde o seu art. 1º:

“A OAB, criada pelo art. 17 do Decreto nº 19.408, de 18/11/1930, com personalidade jurídica e forma federativa, é o órgão de seleção disciplinar e defesa da classe dos advogados em toda a República.

Parágrafo único. Cabe à Ordem representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais da classe dos advogados e os individuais, relacionados com o exercício da profissão”.

Portanto, a OAB não executa serviço que se subordine ao Ministério do Trabalho como atividade principal, como quer o § 1º do art. 4º do Decreto-Lei nº 200, para que ela a ele se vinculasse. Nem tampouco exerce “atividades típicas da administração pública”, como o exige o art. 5º, inciso I, do mesmo decreto-lei, para caracterizá-la como autarquia vinculada à administração indireta do Poder Executivo.

Verdade é que o art. 139 da Lei nº 4.215 declarou que:

“A OAB constitui serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total e tendo estes franquia postal e telegráfica”.

Não é menos verdade, entretanto, que o § 1º do mesmo artigo dispõe, logo em seguida:

“Não se aplicam à ordem as disposições legais referentes às autarquias ou entidades paraestatais”.

Portanto, há disposição expressa de lei excluindo a OAB das autarquias vinculadas ao Poder Executivo.

Assim, é manifestadamente ilegal o item 23 do art. 1º do Decreto nº 74.000, de 1º de maio de 1974, que vinculou ao Ministério do Trabalho o “conselho federal e conselhos seccionais da Ordem dos Advogados”.

Dir-se-á, porém, que o disposto no § 1º do art. 139 da Lei nº 4.215, que exclui a OAB da incidência das disposições legais referentes às autarquias, foi revogado pelo Decreto-Lei nº 200. Em consequência, a vinculação ministerial seria legal.

Para responder esta objeção, teremos de recorrer às normas estabelecidas pela Lei de Introdução ao Código Civil, que disciplina a exegese da revogação das leis.

Dispõe o art. 2º da Lei de Introdução (Decreto-Lei nº 4.657, de 4/9/1942):

“Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando será com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes não revoga, nem modifica a lei anterior”.

Ora, o Decreto-Lei nº 200 não revogou expressamente a Lei nº 4.215. Não é com ela incompatível, mesmo porque os assuntos de que os dois diplomas legais se ocupam são completamente diferentes.

Aplica-se, então, à hipótese o § 2º supratranscrito, segundo o qual a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes não revoga nem modifica a lei anterior.

Portanto, continua íntegra a Lei nº 4.215. Esta é a conclusão a que nos leva a hermenêutica mais rigorosa dos dois textos.

Em abono de quanto afirmamos, podemos invocar não só a lição dos doutrinadores, como até a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Nos comentários que escreveram sobre a Lei de Introdução ao Código Civil, os dois eminentes Eduardo Espínola (pai e filho) assim se exprimem a respeito:

“35. A revogação tácita. A revogação tácita, que também se diz indireta, pode verificar-se de dois modos diversos:

1. Ou a lei nova encerra disposições incompatíveis com as da anterior, podendo a revogação ser parcial (derrogação);

2. Ou a lei nova regula toda a matéria, que era regulada pela lei precedente, caso em que a revogação desta é sempre total, há ab-rogação”;

“36. A Lei de Introdução acolheu, destarte, a fórmula geral do Código Civil italiano: ‘Le leggi non sono abrogate che da leggi posteriori por dichiarazione espessa del legislatore, o per incompatilità delie nuove disposizioni com le precedenti, o perche la nuova legge regola. Pintegra matéria già regolata dalla legge anteriore’, que se conservou, quase sem alteração de palavras, no Código de 1939”;

“Da combinação dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei de Introdução, resulta que uma disposição geral não se entende ter revogado a disposição geral já existente, podendo subsistir as duas quando, não havendo entre elas incompatibilidade, a nova lei geral não disponha, inteiramente, sobre a matéria de que tratava a disposição geral anterior”;

“Se se tratar de um código ou de uma lei orgânica que regule completamente a matéria em questão, a conclusão a que devemos chegar, tendo em vista a última parte do § 1º, é que estão revogadas todas as disposições gerais e especiais que se referiam à mesma matéria” (ESPÍNOLA, Eduardo e ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. *Lei de Introdução ao Código Civil comentada*, 1943, 1º vol.).

Não tendo havido, pois, a revogação direta, nem mesmo a tácita ocorreu.

Portanto, permanece de pé o § 1º do art. 139, segundo o qual não se aplicam à OAB as disposições legais referentes às autarquias ou entidades paraestatais.

Recentemente, ao julgar a Ação Cível Originária nº 132, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, acompanhando o voto do relator, ministro Aliomar Baleeiro, assim decidiu:

“III. A Lei nº 2.437/55, como disposição geral, não alterou o prazo de vinte anos da disposição especial do art. 5º e do Decreto-Lei nº 9.760/46 (Introdução ao Código Civil, art. 2º, § 2º) – Acórdão de 4/4/1973, na *Revista Trimestral de Jurisprudência*, 67/1”.

Citamos propositadamente essa decisão do Pretório Excelso para mostrar que a exegese por nós adotada, no curso desse estudo, se

harmoniza perfeitamente com a hermenêutica da Corte Suprema no que diz respeito às normas que regem a revogação das leis.

Na verdade, o Decreto-Lei nº 200 é um diploma de ordem geral que instituiu a chamada reforma administrativa e delineou a estrutura da administração federal no que diz respeito ao Poder Executivo.

Por isso mesmo, não podia revogar ou derrogar disposições de uma lei especial, qual seja, a de nº 4.215, que organizou a OAB como “órgão de seleção disciplinar e defesa da classe dos advogados em toda a República”. Tal objetivo nada tem a ver com a administração federal do Poder Executivo, seja a direta, seja a indireta.

Aspecto da maior importância que devemos salientar, pois dará mais luz à solução do problema, é o fato de que as atividades da OAB e dos advogados seus membros se relacionam com o Poder Judiciário, e não com o Poder Executivo.

A Lei nº 4.215 é expressa ao dispor:

“Art. 68. No seu ministério privado, o advogado presta serviço público, constituindo, com os juízes e membros do Ministério Público, elemento indispensável à administração da Justiça.”

“Art. 69. Entre os juízes de qualquer instância e os advogados, não há hierarquia, nem subordinação, devendo-se todos consideração e respeito recíproco”.

A administração da Justiça é função precípua do Poder Judiciário. E, como a OAB, ainda segundo disposições expressas da mesma Lei nº 4.215, “é o órgão de seleção disciplinar e defesa da classe dos advogados em toda a República” (art. 1º), à qual “não se aplicam as disposições legais referentes às autarquias ou entidades paraestatais” (art. 139, § 1º), segue-se que nenhum decreto regulamentar poderia vinculá-la a qualquer ministério do Poder Executivo, sem atentar contra normas expressas de direito positivo.

Em conclusão, é destituída de qualquer validade a vinculação da OAB ao Ministério do Trabalho, estabelecida pelo art. 1º, nº 23, do Decreto nº 74.000, de 1º de maio próximo findo.

Nenhum projeto é necessário elaborar para revogar tal disposição, que é írrita e nula.

Caberá à OAB, caso o Ministério do Trabalho tente aplicar o citado decreto, impugná-lo pela via judicial.

Estou convicto de que a tradicional Ordem dos Advogados do Brasil preservará a independência que fez sua glória e respeitabilidade no país e no mundo jurídico internacional.

Necrológio de Mazzilli

Câmara dos Deputados, em 23/4/1975.

Publicado no DCN de 23/4/1975, p. 1794.

Uma evocação do ex-deputado do PSD por São Paulo, ex-presidente da Câmara, e de episódios controvertidos, especialmente a renúncia de Jânio (agosto de 1961) e o golpe de 1964.

Vou ser breve, porque aqui já foi ressaltado que o Congresso terá ensejo, por intermédio de porta-vozes do MDB e da Arena, de mais detalhadamente prestar homenagem a Ranieri Mazzilli.

Sr. Presidente, pela circunstância, entre outras, de representar o estado de São Paulo, estive sempre na intimidade da amizade e da vida política de Ranieri Mazzilli. Ele me sucedeu na Presidência da Câmara dos Deputados. Como recordou com acerto o líder José Bonifácio, ele não era candidato majoritário do meu partido, o PSD, que indicara o deputado Oliveira Brito. Seu nome emergiu num conagraçamento, para ocupar aquele cargo.

Sr. Presidente, os adjetivos são dispensáveis. Bastaria ressaltar esta circunstância: a sua reeleição, praticamente por unanimidade, durante sete anos sucessivamente para a presidência desta Casa. E sabemos dos seus méritos excepcionais, de sua autoridade e de sua capacidade de liderar esta Casa política em época de debates candentes, em que o Congresso – consequentemente também a Câmara – era o centro de decisões políticas apaixonadas, às vezes violentas e difíceis. Reporto-me, mais uma vez, ao depoimento do seu companheiro, deputado José Bonifácio, que o estimava muito. Tal era a autoridade de Ranieri Mazzilli, que nunca suspendeu uma sessão.

Basta mencionar a liderança de Carlos Lacerda e de outras figuras para que se demonstre a profundidade, o mar revolto que era a Câmara dos Deputados. Mas, este recurso extremo – suspender uma sessão – ele nunca precisou exercer. Sempre soube impor sua autoridade. Acompanhei-o, porque amavelmente recrutou minha assistência, notadamente quando exerceu a Presidência da República, na crise da renúncia de Jânio Quadros e na da deposição de João Goulart, e posso testemunhar – isto aqui também foi dito com justeza – a sua personalidade apta a absorver crises, ajudar no sentido de que os acontecimentos

encontrassem seu leito e se evitasse o pior. Posso dizer, porque fui testemunha das dificuldades daquele período, inclusive quando era chefe da Casa Militar o atual presidente Ernesto Geisel, que, se não fosse, repito mais uma vez, a sua excepcional capacidade de absorver os acontecimentos, de não ser um emocional, um intempestivo, de não tomar decisões impensadamente, poderiam esses acontecimentos desaguar em crises até sangrentas para este país.

Desejo frisar também, Sr. Presidente, que houve conjunturas em que a sua palavra firme era uma constante. Em determinadas ocasiões, afirmava o seguinte:

“Se a solução não for constitucional, não for legal, volto para a Câmara. Estou aqui como representante do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e não me despojarei nunca dessa condição no encaminhamento e na decisão dos acontecimentos políticos”.

Sr. Presidente, a sua filha solicitou-me, quando estava ele internado – encontrei vários recados nesse sentido –, que fosse ao Hospital Osvaldo Cruz para vê-lo. E aí, Sr. Presidente, ressalto a circunstância de como nós, políticos, políticos por vocação, somos entranhadamente políticos, visceralmente políticos. Embora sabendo que iria submeter-se a delicada operação, Mazzilli, ainda assim, falou vários minutos sobre o assunto; por mais de hora e meia – e, hoje, eu o digo com certo pesar –, conversei com aquele amigo, pois senti que desejava abordar assuntos de interesse do país, sem qualquer conotação pessoal, porque ele mesmo confessava – e os fatos o confirmavam – estar afastado da vida política.

É em homenagem à memória deste homem, deste brasileiro, deste parlamentar que, neste momento, num justo preito, os trabalhos de hoje serão suspensos e a quem, dentro em breve, os partidos e o Congresso Nacional prestarão a homenagem devida.

Termino, Sr. Presidente, recordando a frase de Lessing ao ver, na floresta, uma árvore frondosa tombada: “Nunca pensei que fosse tão grande”. Com o seu desaparecimento é que damos o dimensionamento nacional desta figura tão importante e tão útil à vida pública deste país.

A luta e o líder continuam

Convenção Nacional do MDB, em 21/9/1975.

No auge do confronto interno Autênticos versus Moderados, o MDB cumpre a lei eleitoral para renovação dos seus órgãos dirigentes e reelege Ulysses como presidente, numa convenção marcada por apelos à unidade e sob o lema “A luta continua!”.

Serão poucas as palavras. Pensei proferi-las de improviso. O melhor discurso, porque testemunha a unidade de nosso partido quando em face de seus compromissos essenciais, é a realização desta convenção no preciso dia assinalado pelo calendário eleitoral. Para cumprimento desse dever de pontualidade, engajei todas as minhas forças e horas do dia e da noite, tomando a decisão extrema, que a nação conhece, de não disputar posto de comando partidário em data extemporânea, no que tive a solidariedade de Tales Ramalho, o grande e fiel companheiro.

Por igual, o encontro nacional da oposição hoje se efetua pelos esforços dos líderes Franco Montoro e Laerte Vieira, nomes inscritos na crônica política do país, da comissão executiva, de senadores, deputados e destacados correligionários, que escreveram nobilitante página de compreensão e de renúncia.

O Movimento Democrático Brasileiro é o *front* de coragem e liberdade onde se entrincheiram homens e mulheres que lutam pela democracia no Brasil.

Discordâncias e divergências certificam a estrutura livre do Movimento Democrático Brasileiro, cujas decisões nascem de consenso independente e às vezes laboriosamente gerado não de unidades pré-fabricadas e impostas, pois, afinal, este é verdadeiramente um partido, não resignado cortejo de sacristães para dizer amém e incensar turíbulo.

As divergências não podem, contudo, comprometer o convívio que os opositoristas hão de manter, sob pena de perjúrio, ao compromisso fundamental de restauração da democracia no país.

As eleições de 15 de novembro de 1974 e a tempestividade desta convenção certificam que, no Movimento Democrático Brasileiro, as discrepâncias na realidade forjam unidade sincera, motivadora e consciente.

O Movimento Democrático Brasileiro vence hoje mais uma etapa em sua sacrificada e fascinante existência. Instrumento fundido em meio às adversidades e sofrimentos de nosso povo, éramos de início um agrupamento de poucos, bravos e destemerosos correligionários, para nos transformarmos, com o tempo e por honrarmos nossos ideais, na poderosa trincheira onde se encontram, sem ódio, mas também sem medo, multidões de patriotas, que proclamam, respeitam e lutam pelos valores eternos e imprescritíveis da dignidade da pessoa humana. Ontem, éramos uma reduzida falange de cidadãos determinados e intemeratos, que o poder ignorava, subestimava e marginalizava. Hoje, caldeados na pugna e retemperados nas provações e nas vitórias, somos o exército do povo, defensores de sua sobrevivência, depositários de suas esperanças, baluarte de suas reivindicações, guardiães de suas liberdades e de seus direitos, em marcha batida e triunfal para a conquista legal e pacífica do poder.

Não nos iludamos, porém, quanto aos obstáculos que ainda iremos encontrar emboscados em nossa caminhada, que antevemos áspera e penosa, mas não nos deixaremos intimidar pelos que, entranhados no poder com a alquimia eleitoral, com ameaças, perseguições e sequestros, como os que acabam de ocorrer no Paraná, com o abastardamento da administração em cabos partidários, ou as administrações desonradas pela corrupção, impõem um Estado policial contra o povo, quando o povo é a origem, a sustentação, a segurança e o fim do Estado democrático.

Agora acenam com novos partidos e reformas eleitorais como panaceias exorcistas, para anestesiar e confundir a opinião política do país, com a desmoralizada manobra de prometer os fins e negar os meios.

Se querem verdadeiros partidos e verdadeiro sistema eleitoral, queiram primeiro verdadeira democracia. A contaminação da normalidade democrática contagia e enferma seus órgãos e instrumentos, como o Parlamento, o Judiciário, a imprensa, a universidade, os partidos, os sindicatos.

Recusada a proposta, contemporânea da fundação do Movimento Democrático Brasileiro, consistente na pronta devolução ao povo do direito de autodeterminar-se politicamente, a oposição conclama o governo e a Arena para, unidos, vencerem de imediato duas decisivas etapas de emancipação popular, envolvendo reforma da Carta Constitucional vigente.

Sem justiça certa, célere, barata, igual para todos, não há Estado de direito.

A impunidade é o celeiro do crime, e é estarrecedora a demora e perplexidade da administração ante, esta sim, grande subversão da ordem e da segurança dos cidadãos, calamitosamente denunciada por milhares de sentenças condenatórias não executadas, somente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, por carência de prisões e pela repugnante extorsão da liberdade negociada, transviadas conselheiras de assaltos, roubos, assassinatos, estupros.

O Movimento Democrático Brasileiro é voz de um povo com a sobrevivência atingida pela falta de pão e segurança, clamando pelo urgente aparelhamento do Poder Judiciário.

Outra etapa é a reforma de base, revolucionária pela estrutura social e não pela força. Será reconhecer na Constituição categoria política, administrativa e financeira aos municípios, com autonomia sem discriminação, a começar pelas capitais, descentralização e suficiência financeira.

O município deve ser o fato gerador original da dinâmica política, social e econômica. O municipalismo é a participação dos cidadãos na solução dos problemas do lugar onde moram e trabalham, é a prevalência da qualidade de vida sobre o Produto Interno Bruto dos tecnocratas, é a eliminação de distâncias e instâncias administrativas longínquas, lerdas e indiferentes, sem o premente interesse dos usuários.

O poder local é o pré-requisito do poder nacional e internacional da Alemanha Ocidental e, recentemente, sondagem feita pela Sofres, na França, revela que a regionalização é reclamada por 65% da população para solucionar os problemas da construção de estradas, habitação, seleção na implantação de indústrias para proteger o meio ambiente e o verde social, edificação e manutenção de hospitais.

O Movimento Democrático Brasileiro se lançará na campanha pela emancipação dos municípios, conjugando-a, como bandeira, ao lançamento, em 1976, de candidatos a prefeitos e vereadores em todas as comunas do Brasil.

Senadores, deputados federais e estaduais devem oferecer seus nomes prestigiosos para esse pleito, que será a plataforma para a conquista dos governos estaduais em 1978.

O presidente do diretório nacional, os líderes, os parlamentares comparecerão a concentrações regionais, em fraterna cadeia de solidariedade, apoiando, motivando e amparando nossos correligionários.

Do alto desta convenção, mais uma vez, manifesto ao governo profunda preocupação com a progressiva deterioração das condições de vida do povo brasileiro, que, estarrecido, assiste à constante ampliação da área da subnutrição e da miséria, com salários ao nível da esqualidez. O terrível endividamento nacional, a diminuição de reservas acumuladas com o suor e o sacrifício do povo, o alarmante déficit das balanças de comércio e de pagamento, a erosão da moeda e a queda do produto nacional interno alimentam voraz processo inflacionário, que desespera as classes menos favorecidas e causa apreensões às mais afortunadas.

O Movimento Democrático Brasileiro se associa à homenagem que o mundo civilizado tributa à mulher, heroína anônima na luta desigual contra a escalada dos preços e a desaceleração das remunerações, expressão intolerável de injusta e cruel distribuição de rendas. Reitera o repúdio a todas as formas de violência que, direta ou indiretamente, ponham em risco a liberdade e a democracia, incompatíveis com a subversão e a opressão. A incolumidade dos direitos e garantias da pessoa humana é dogma partidário que o Movimento Democrático Brasileiro não abjurará, mesmo acossado pela força e pelo terror. Pensamento livre, imprensa livre, escola, sindicatos, associações e igrejas livres, Justiça independente e Parlamento sem tutela são conquistas fundamentais das nações que não renunciaram à dignidade e à honra como estilo de vida. A anistia abrirá para a família brasileira as portas da paz e da reconciliação.

Aos integrantes do diretório nacional e da comissão executiva que terminam seus mandatos, o reconhecimento partidário por haverem correspondido à confiança depositada. E aos destemidos companheiros que acorreram a esta convenção, personagens da resistência que a História imortalizará, agradeço a mercê da recondução ao posto de comando, que não avalio pela honraria que significa, mas pelo desafio que impõe.

Eis o que a escassez de tempo e as atribuições do espírito me permitiram escrever. Aos nossos companheiros para que se entusiasmem e aos inimigos da democracia para que saibam, termino com o grito de guerra repetido pelos cartazes desta convenção: “Nossa luta continua!”

Apelo à infidelidade

Frente Democrática Nacional, São Paulo, SP, em 30/6/1978.

Lançamento do movimento destinado a desafiar as regras da fidelidade partidária – que garantiam a eleição prévia pelo Colégio Eleitoral dos candidatos governistas – e de uma composição com o senador Magalhães Pinto, da Arena, e seu grupo.

Finalmente, o governo fez chegar ao Congresso Nacional as propagandas reformas. Mas, reformar o quê? Se é o arbítrio, o arbítrio não se reforma. O arbítrio se extirpa, como um câncer. Arbítrio reformado é arbítrio confirmado: testemunha sua existência e o prolonga no tempo, ainda que reduzido.

Quem usufrui o arbítrio não o elimina, para não perdê-lo. Maneja-o, maneira-o, ajeita-o, avança e recua. Abre a imprensa e lacra o rádio e a televisão à crítica e à oposição. Com uma das mãos acenou com o *habeas corpus* e certos institutos democráticos, enquanto com a outra subtraíu com o Pacote de Abril os governos estaduais ao povo, senadores ao Parlamento, a campanha pelos meios de comunicação às eleições. A reforma do Judiciário foi funesto presságio. Fechou o Congresso Nacional e colocou o Judiciário, indignado e injustamente suspeitado, contra a reforma e o governo.

A nação repudia tutelas e tutores. Quer autodeterminar-se, e autogoverno é direito e obra de todos, e não de oligarquias. Um povo só se autodetermina politicamente pela democracia. Reformas não são o caminho. O caminho histórico e universal, indicado pela honestidade política e trilhado pelos democratas sinceros e coerentes, é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, proposta urgente, institucional e salvadora do MDB.

Concebo que certos institutos alvitados merecem aprovação. Mas que fique bem claro: sendo parciais, são insuficientes, portanto insatisfatórios. Sua aceitação redobrará a autoridade e a energia da nação em ter sua voz original e soberana escrita nos documentos políticos do país. Esperamos que intransigentemente não imponham novo pacote, em que a pretensa salvaguarda do Estado realmente seja a salvaguarda do AI-5. Muda o rótulo, mas a droga continua a mesma.

O MDB não será inflexível em propor, mas não se desonrará pela submissão servil de homologadora de ordens intocáveis emanadas do Palácio do Planalto.

Hoje, em São Paulo, realiza-se a primeira concentração da Frente Democrática Nacional.

O Movimento Democrático Brasileiro a coordena e lhe é juridicamente responsável, pois logo pelo nome se identifica sua missão: é o movimento cuja razão de ser é movimentar a sociedade para a reconquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais usurpados. Ou o MDB é isso ou não é nada. Pior do que nada, pois seria mais uma impostura.

O arbítrio, que se arvora em juiz para sentenciar sem o Direito e condenar sem defesa, malsinou o repúdio ao ato institucional como contestação, a Constituinte como subversão e agora a Frente Democrática Nacional como ilegal.

No caso, coincidem o exercício simultâneo do direito que têm os partidos e os cidadãos de se reunirem pacificamente, consoante reconhecem a Declaração Universal dos Direitos do Homem e até a Carta Outorgada em vigor.

Além dos patriotas e entidades que até aqui pregavam isoladamente e que agora resolveram falar da mesma tribuna e subir no mesmo palanque, a Frente, o *Front* ou, se preferirem, uma consciência existente, com envergadura nacional, exigindo o imediato e integral retorno ao Estado de direito. Estão identificados no processo a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, o Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, juristas, líderes operários, empresários, universitários, as donas de casa contra a carestia e os artistas pela liberdade de criação, e o Movimento Democrático Brasileiro com os seus cassados, perseguidos, demitidos, presos, torturados, assassinados, banidos e exilados. Mas, acima de tudo e de todos, está a maioria dos cidadãos desse país, que, em 15 de novembro de 1974, integrou a maciça Frente Nacional Eleitoral para rechaçar nas urnas os inimigos de seu salário, da autonomia sindical, da universidade livre, da justa distribuição de renda, da pacificação pela anistia, do seu direito de eleger, sem intermediações oligárquicas, o presidente da República, os governadores e senadores dos estados. Combater essas ideias e essa determinação não será enfrentar isoladamente o MDB. Será o insano e absurdo combate à nação invencível, com seus homens, mulheres e jovens mobilizados espiritual e democraticamente.

Saúdo Magalhães Pinto, que é líder, porque tem ideias e se expõe e se sacrifica por elas.

Intentam exorcizá-lo como apóstata da fidelidade partidária. Mas Magalhães Pinto não desconhece que há fidelidade e fidelidade, como há cadeia e cadeia. Há a cadeia do opróbrio, que é a cadeia do ladrão, do assassino, do proxeneta, do traficante de influência e de tóxico. E há a cadeia que é honra e glória, a cadeia de Mangabeira, de Siqueira Campos, de Juscelino Kubitschek, de Armando Sales de Oliveira, de Júlio de Mesquita, de Sobral Pinto, de Martins Rodrigues, dos jornalistas Castelo Branco e Vladimir Herzog.

Deve-se fidelidade à pátria e não aos detentores do poder que a renegam.

Por infidelidade decretada pelos poderosos do momento, Sócrates foi envenenado, Cristo foi crucificado, Joana D'Arc foi queimada, Garcia Lorca foi fuzilado, Tiradentes foi enforcado.

Imortalizaram-se, contudo, como fiéis à salvação de seu povo ou da humanidade, porque quem atesta a verdadeira fidelidade é a História, não os interesses contrariados.

Magalhães Pinto, Teotônio Vilela, Acióli Filho, além de outros, sabem que é a honra que torna o homem livre e com ela libertaram-se para o serviço cívico de institucionalizar o povo na política do Brasil.

Homenageio o general de exército Euler Bentes, cumpridor do juramento das Forças Armadas de defender instituições democráticas e não homens.

Euler Bentes perfilha a filosofia de Napoleão ao confessar que “o que me assombra neste mundo é a impotência da força”; ouviu a advertência de Osório de que “a força dos governos não reside nas metralhadoras e canhões, nem no despotismo ou violência contra os povos, mas sim no império da justiça, no respeito ao direito de todos à liberdade”; assimilou o magistério de um herói, o brigadeiro Eduardo Gomes, admoestando a revolução desmemoriada da homenagem com que foi reverenciado pelo Congresso Nacional, há oito anos, ao proclamar que “só a liberdade cria valores estáveis no mundo moral e nas realizações materiais de que dependem o bem-estar e o desenvolvimento de um povo”.

Ao assumir riscos, quando afirma que a espada só é forte se a serviço do Direito e do povo, Euler Bentes é autêntico discípulo do Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro. Caluniosamente acusado da

prática de crimes infamantes, inclusive ladrão de cavalos, não ameaçou, não prendeu, não torturou, nem cassou mandatos. Na histórica sessão de 15 de julho de 1870, entrou no Senado do Império como réu e dele saiu como herói nos braços das aclamações.

Por fim, agradeço ao deputado Natal Gale, presidente do diretório regional do Movimento Democrático Brasileiro de São Paulo, que coordenou esta reunião pioneira da Frente Democrática Nacional.

Natal Gale hoje preside um certame de homens livres, que, iluminados pela esperança, cantam a liberdade. No próximo dia 1º de setembro, nesta mesma assembleia legislativa, como evocação da epopeia batizada como Palácio Nove de Julho, sentado nessa mesma cadeira, cumprirá o duro e mortificante dever de presidir à unção de um procônsul e do senador biônico, insulto e profanação aos mortos da Revolução Constitucionalista de 1932, cujo monumento se vê daqui, mas cujo exemplo aqui será enxovalhado.

A Frente Democrática Nacional percorrerá com os pés do povo a geografia do Brasil.

Em São Paulo clarinou o toque de reunir, avançar e vencer, sob o comando do lema imortal: “Unidos venceremos!”

Como pode a Arena ganhar eleições se o governo perdeu o povo?

Frete Democrática Nacional, Curitiba, PR, em 21/7/1978.

Segunda manifestação do movimento superpartidário para eleger um candidato comprometido com a oposição na sucessão de Geisel: general Euler Bentes, soldado-cidadão, ou Magalhães Pinto, cidadão-soldado?

O bem-estar, o desenvolvimento e a segurança da nação dependem de um projeto político que, aprovado diretamente pelo povo em eleições sinceras, ganhe o poder, para execução de um projeto político-administrativo, que é governar a nação. O projeto político de quem está no poder não há de ser o projeto arbitrário de permanecer no poder pela força, pela violência, pela demagogia, pela corrupção, por manhas, artimanhas, expedientes.

Na democracia, é impossível que partido ou homens continuem no poder. Podem, isso sim, ser confirmados no poder, por explícita e direta recondução pela nação, por meio do povo. Enfatize-se que não são os governantes, por vontade própria, mas o governo é que é reconduzido porque foi plebiscitado como competente. Assinale-se que a reeleição, quando não é proibida, é exceção, porquanto a regra é a alternativa de homens e partidos no poder.

Na democracia, o povo se autogoverna, na busca e exigência do bem-estar.

Na autocracia, um homem ou um grupo toma o poder e seu projeto supremo e intocável é continuar no poder. Embora para efeito externo declamem grandes, belas e puras palavras, como liberdade, democracia e justiça, o que a oligarquia realmente quer e faz é a institucionalização do continuísmo.

A 31 de março de 1964, um movimento perpetró o projeto político de empolgar o poder. Cometeu então erro fatal, no qual tragicamente persevera há quatorze anos, contra o Brasil e contra si próprio, no julgamento da História. O projeto político de conquistar o poder não foi sucedido pelo projeto de governar a nação, submetendo-se ao tribunal de sua vontade e de suas opções. O que deveria ser uma revolução

abastardou-se em um golpe. A dialética diabólica de continuísmo impôs que ao golpe de 31 de março de 1964, instrumentalizado pelo ato institucional, que não foi numerado como primeiro pelo compromisso de ser o único, sucedessem os golpes prorrogacionistas do AI-2, do AI-5, das emendas à Carta Constitucional usurpatórias do voto direto pelo do arbítrio, da censura, do Pacote de Abril, da Lei Falcão. O diagnóstico infalível do continuísmo está na agenda das audiências e visitas governamentais, quase toda ela absorvida pela Arena, seus problemas, seus dirigentes, sua inviabilidade eleitoral e por alquimistas politicastro que vomitam manipulações para a ilimitada permanência no poder, como os falsos colégios eleitorais, a sublegenda, a inelegibilidade por vingança, a senatoria biônica, a reforma do Judiciário por édito imperial, a eleição sem rádio nem televisão. O governo tem o dever de governar em benefício de todos, inclusive dos opositoristas, que, ao sê-lo, não podem ser privados do *status* de brasileiros; retrata sua meta prioritária no *slogan* que sintetiza seu constante projeto de perenidade no poder: é inevitável derrotar o MDB. Para Prudente de Moraes, governar era consolidar o poder civil; para Campos Sales, sanear as finanças; para Epiácio Pessoa, redimir o Nordeste; para Getúlio Vargas, dar aos trabalhadores um estatuto de direitos; para Juscelino Kubitschek, o binômio energia e transportes. Para isso que aí está, governar é derrotar o MDB. Porque sofre e é vítima, a nação sabe que, para o sistema, governar não é prioritariamente combater a inflação, que desintegra a economia e as finanças; não é a dramática compatibilização de salários e ganhos médios com o custo de vida, para a sobrevivência e a tranquilidade de milhões de despossuídos; não é conter e pagar o calamitoso e monumental endividamento externo e interno, saque espoliativo e onzenário sobre o patrimônio das gerações presentes e futuras; não é distribuir rendas, para não concentrar explosivamente a opulência dos ricos e a revolta dos pobres. Não. Governar não é nada disso. Para o sistema, governar é derrotar o MDB. Aqui cabe a pergunta que as urnas responderão em 15 de novembro: como pode a Arena ganhar as eleições, se o governo perdeu o voto?

Há o terrorismo que aciona a violência do AI-5 e há o terrorismo da reiterada ameaça intimidatória do MDB e da nação: ou o Movimento de 31 de março de 1964 ou o apocalipse. Apocalipse, em linguagem golpista, significa continuísmo ou o retorno ao espantallo do caos anterior à revolução ou o fechamento definitivo do Congresso e dos meios de comunicação à informação incensurada sempre que as propostas

democratizantes se tornem mais vigorosas e viáveis. Quando a opinião pesquisada nas ruas, nas fábricas, na periferia, nas favelas, nas igrejas, nas universidades, denuncia que o MDB vai explodir nas urnas do próximo 15 de novembro, baixa do Olimpo a furiosa maldição da conseqüente explosão das instituições republicanas humilhadas e residuais.

Pois eu garanto que o MDB repudia o continuísmo de 31 de março de 1964, combate a desordem, abomina qualquer regime totalitário e não predica a derrocada dos débeis e evanescentes institutos democráticos que remanesceram. O MDB não crê, nem teme o apocalipse. O MDB crê no povo como agente da História e móvel da sociedade, crê na sua capacidade de acertar politicamente, até por necessidade vital e por instinto. Eis a substância filosófica e social de sua mensagem e de sua missão.

A tragédia do Brasil é ser um país sem política, pois, a começar pela terminologia, não há política sem povo, assim como lexicamente não há democracia sem povo. Política e cidadão têm a mesma raiz etimológica e origem histórica, grega a primeira e latina a outra. É a cidade e seus habitantes, investidos na prerrogativa cívica de autodeterminarem o respectivo governo. O Brasil é um país sem política, sem cidadão, ou, se quiserem e melhor, não tem política porque não tem cidadão. Por força da alienação e da desnacionalização onipresentes, politicamente o Brasil é um país só de estrangeiros. Como os estrangeiros, a quase totalidade dos brasileiros não votam nem podem ser votados precisamente em quem e no que mais deviam votar ou serem votados: presidente da República, governadores dos estados, prefeitos das capitais e de centenas de municípios. Despojado civicamente, o brasileiro não tolera mais ser tratado como estrangeiro em sua própria pátria. Esse vácuo popular na política brasileira é perverso e desumano, pois quando o povo é expulso da política simultaneamente é deserdado do desenvolvimento.

A loucura biônica é o paroxismo da obcecação continuísta do sistema. Até aqui, pelo menos a chancela popular legitimava a representação dos mandatos legislativos. Agora, a prepotência arrombou a porta do fundo do Senado com o pé de cabra do Pacote de Abril, para que nele entrem, sentem e falem como penetras seus protegidos, amigos e parentes.

A salvação pública reclama urgente reabilitação do cidadão, a humanização da política, o desagravo da democracia, o fim do exílio da liberdade.

“Onde o povo não é tudo, o povo não é nada”, profetizou Tobias Barreto. Na democracia, soberano é o povo, como na monarquia é o

rei, na oligarquia é o grupo e na tirania é o ditador. A soberania exercida diretamente pelo povo é a Assembleia Nacional Constituinte, pacto político e social da nação com o Estado, para que o poder se submeta e sirva à nação e não se sobreponha e sirva-se da nação.

Não à reforma e sim à mudança de regime, de homens, de mentalidade, de estrutura, de estilo de ser, viver e conviver, eis a proposta do Movimento Democrático Brasileiro.

Lugar de brasileiro é no Brasil, asseverou com procedência o presidente da República designado, general João Batista de Oliveira Figueiredo. Permito-me acrescentar que lugar de brasileiro é no Brasil não para ser preso ou processado por pseudocrime de opinião. Para que, sinceramente, lugar de brasileiro seja no Brasil, impõe-se a anistia ampla e prévia. Vou além: o Brasil também é lugar do cidadão brasileiro, com voto e bons governos e veto a governos imprestáveis.

Minhas senhoras e meus amigos, em vinte dias o MDB cumpriu o compromisso de coordenar quatro concentrações, localizadas pelo critério federativo. Após São Paulo, Manaus e Recife, a caravana da liberdade chega a Curitiba e a seguir a outras regiões. Mais do que campanha, tem sido escalada de multidões, esperanças e ovações.

Impedindo a divulgação da Frente, o governo já havia confessado medo do microfone do rádio e da câmara da televisão; agora, no Paraná, passou a ter medo até de alto-falante.

Fortes estão a Frente Democrática Nacional e o MDB, porque estão com o povo. Sem o povo, fraco está o governo, com o monopólio ilegal de todos os seus microfones, câmaras e alto-falantes.

Mais uma vez sou porta-voz dos patriotas para saudar Magalhães Pinto, o cidadão-soldado na luta pelo Estado de direito, e Euler Bentes, o soldado-cidadão que se propôs a fornecer ao povo as armas pacíficas da participação.

Desta tribuna, alta, livre e vertical como as araucárias do Paraná, como chefe da oposição, dirijo-me ao chefe da nação, o honrado general Ernesto Geisel.

Ao reconhecer as virtudes de seu caráter e sua integridade como cidadão e como soldado, sem servilismo, pois tenho nojo dos áulicos e sem outro medo senão o de que não ouça a convocação do Brasil a lhe dizer que se ocupe com a nação e não se preocupe absorventemente com a Arena, que aceite o repatriamento da liberdade, que sua vontade

deve ser a vontade política da nação expressa pela democracia, que o povo não é passivo rebanho de súditos submissos ou de robôs teleguiados, porque é o autor da História, o conteúdo da Geografia, o destinatário da civilização e o fim do Estado.

Já é tarde, mas ainda há tempo.

Prudente mensagem aos gaúchos

Frente Democrática Nacional, Porto Alegre, RS, em 10/8/1978.

Delicada tentativa de apresentação, a uma plateia previamente hostil à ideia, do movimento superpartidário destinado a viabilizar a vitória de um candidato civil, Magalhães Pinto (vaiado agressivamente pelos presentes), ou do militar dissidente, Euler Bentes, na sucessão do presidente Geisel.

Solução que mereça o nome de solução só há uma: convocação da Assembleia Nacional Constituinte, com anistia prévia. Quando não há democracia, o poder dominante comprime, reprime e suprime a vontade política da nação. E a vontade política da nação, para recuperar sua soberania, a fim de que não seja impostura a substância do império popular enunciado no dogma “todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”, será feita por meio de Constituição escrita por uma Assembleia Nacional Constituinte.

Não há como fugir ao desafio lançado pelo gênio de Tobias Barreto: “Onde o povo não é tudo, o povo não é nada”.

E como pode falar a nação com lideranças proscritas, exiladas pela prepotência, expulsas dos mandatos que os votos lhes deram, das cátedras conquistadas por seu talento, da condição de porta-vozes dos trabalhadores ou dos estudantes, conquistada na luta sincera e enérgica pelos seus direitos? Eis o espaço moral da anistia. Toda verdadeira obra política é simultaneamente obra moral. No Brasil não haverá verdadeiramente política enquanto não for limpo da sujeira das punições arbitrárias. A anistia prévia é o sabão, a creolina e a soda cáustica para desnodoar e desinfetar o Brasil como casa de todos os brasileiros.

“O Brasil é o lugar dos brasileiros”, disse o bravo general João Batista Figueiredo, designado presidente da República.

Sim, o Brasil é lugar e não prisão de brasileiros nele perseguidos, processados e arremessados às masmorras da prepotência por pretensos crimes de opinião, quando os verdadeiros criminosos são aqueles que os maquinaram, porque são proibidos e punidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, cuja assinatura do Brasil neste documento internacional não pode ser desonrada.

Ainda agora, nas apelidadas “reformas”, como se o pecado, o vício e o arbítrio, ao invés de extirpados, possam ser reformados, aí está o poder impermeável e obcecado por salvaguardas do Estado, hipertrofiadas e agressoras da independência do Congresso Nacional, da autonomia dos sindicatos e das garantias individuais dos cidadãos.

Armado com tais salvaguardas, o presidente da República, praticamente como decisão pessoal, pode declarar guerra à sociedade.

Por que o governo não declara guerra à inflação? Por estar fragorosamente derrotado com o AI-5, o Pacote de Abril, as baionetas, os cavalos e os cachorros que açula contra a oposição, da qual usurpa deputados pelas cassações, acesso ao rádio, à televisão, até ao alto-falante, à praça pública, chegou até à ousadia, na Bahia, de tentar tomar-lhe a própria sede partidária.

Por que não salva o desacreditado e escarnecido cruzeiro, mercadoria mais perecível do que os produtos hortigranjeiros, que ninguém retém, porque queima as mãos, a não ser como locupletação criminosa de juros onzenários, gerando os preços astronômicos e artificiais pela corrida desvairada para compra de terras, imóveis, estocagens provocadas não pela procura, mas pela miragem de lucros inflacionários?

Por que não salva as finanças da agiotagem? Por que não evita que a cada dia, senão a cada hora, impunemente o custo de vida roube pão e leite da mesa dos trabalhadores?

Não pode haver segurança para o Estado com a insegurança da sociedade ameaçada de arbítrio e com a insegurança do homem sem pão, sem teto, sem hospitais, sem escolas, sem justa distribuição de rendas.

Ressalto a pregação democrática que Magalhães Pinto há um ano e meio desenvolve em todo o Brasil. O presidente Dutra, quando pressionado como militar para a prática de atos autoritários, sempre respondia: “Vamos ver o que diz o livrinho”, sendo esse livro a Constituição de 1946. Como seu digno sucessor, o general Euler quer, com sua espada e sua palavra, devolver esse livro ao povo brasileiro.

Quem neste país quer ordem e paz quer a Assembleia Nacional Constituinte, com anistia prévia.

Democracia já! É tarde, mas ainda há tempo.

Ou a Assembleia Nacional Constituinte ou o caos.

O homem e a liberdade

Simpósio do Instituto Pedroso Horta, Teresina, PI, em 13/8/1978.

Uma reflexão sobre a democracia em plena ditadura. O tema é a bandeira do MDB no encerramento de um seminário da fundação de estudos políticos do partido.

O homem e a liberdade ou o homem é a liberdade?

Não são categorias distintas, homem e liberdade, pois o homem é a liberdade.

Se não é livre, não é homem, por ser irresponsável. Pode ser besta, vegetal, até mineral, homem não é.

Quem não é livre para optar, não pode ser responsável para o prêmio ou para o castigo.

O homem é o livre arbítrio. A expressão é definição: ele é árbitro independente para pensar e agir, resume-se, *para escolher*.

Essa liberdade gera a responsabilidade, pelo pecado ou pelo erro cometido.

Sem liberdade primeiro, não há responsabilidade depois, pois responsabilidade prévia não é responsabilidade, é determinismo, censura ou negação da liberdade.

Liberdade não é o Direito, mas a possibilidade de errar ou pecar. Não há Direito para o mal.

Quem não crê nisso, não crê em Deus nem no homem, só crê em si mesmo. Arvora-se em proprietário da verdade. Na esfera religiosa é fanático e na política, tirano.

O erro é o dramático preço da evolução rumo à perfeição.

São os deslizamentos, avalanches e quedas que conduzem aos cumos!

Levantar-se depois de cair, ainda coberto de pó ou sujo de lama, isso é ser homem. Quem tomba e não mais se ergue não é digno da vitória.

A natureza, a gravitação do cosmos, a luz das estrelas e o calor do sol não erram, são imperfectíveis, porque são irresponsáveis, faces que são da fatalidade.

A civilização é a longa e fascinante história da libertação do homem. A liberdade é o roteiro da civilização.

Toda invenção é triunfo da libertação humana. Com a roda, o homem começou a libertar-se do espaço e do tempo; com a agricultura, do nomadismo e da fome; com a medicina, da doença; com a casa, a roupa e o fogo, das intempéries, do frio e das feras; com a escola, da ignorância; com a sociedade, da solidão; com a imprensa, o rádio e a televisão, da desinformação; com a democracia, dos tiranos.

O ensaio e o erro são métodos da ciência.

Quando diziam a Thomas Edison que sua invenção era inspiração, respondia irritado que era transpiração, suor, abnegada superação de fracasso e frustrações.

A política, o Estado e a lei também são invenções do homem.

Ao inventá-los e mantê-los, o homem está convicto de que não inventou o demônio. Como sua criatura, o Estado há de ser o aliado, nunca o algoz.

A segurança do Estado não pode ser a insegurança da nação e a grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado.

Muito sangue, muitos crimes e muita dor tem chorado a humanidade na procura do necessário convívio da inevitabilidade do poder com a indispensabilidade da liberdade.

Governados sim, escravos nunca, eis a terrível questão.

O poder não corrompe o homem, é o homem quem corrompe o poder. Também aqui, o homem é o grande poluidor.

O poder não é perigoso. Perigoso é seu exercício por homens imperfeitos, egoístas, vítimas de apoteose mental ou do culto à personalidade. São os burros carregados das relíquias, da fábula de La Fontaine. Presumem que as zumbaias são para si, não para as relíquias. Espantam-se e se lamuriam quando, ao acabar o mando, acaba o incenso.

Se o poder fosse corruptor, seria maldito e proscrito, o que acarretaria a anarquia, isto é, o absurdo, cruel e caótico império do egoísmo, da vontade de cada um.

Se é inevitável o poder, como suprimir ou minimizar os desacertos de seus executores?

Só o poder contém o poder; só o poder controla o poder.

Ainda que existam, não bastam aos súditos a sabedoria, a honradez, as boas intenções dos governantes.

Na ditadura, à sombra de Marco Aurélio, pululam e ficam impunes os Calígulas sanguinários, os Torquemadas da Inquisição e da intolerância, os enxundiosos Faruks da corrupção.

O poder ou é delegado pelo consentimento dos governados ou usurpado pela violência dos governantes.

Mas não tranquiliza ser o poder delegado, com a cláusula de periodicidade.

Há de ser dividido em Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes e harmônicos. Subordinado a outro poder, despojado de autonomia, não se pode falar em poder, a não ser como mentira ou mistificação.

A tripartição é cautela importante, porém insuficiente.

Não deve haver competências exclusivas, de vez que muitas hão de ser condominiais.

O Executivo é Legislativo pela iniciativa da lei, pela sanção e pelo veto, e Judiciário pelo indulto e comutação de penas; o Legislativo é Executivo pela nomeação de seus servidores e pela aprovação da cúpula dos funcionários da República, como os juízes dos tribunais nacionais, os embaixadores e a diretoria dos bancos oficiais, e, simultaneamente, é Judiciário ao processar e julgar o presidente da República, os ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal; o Judiciário é o maior dos três poderes não tanto pelo que faz, mas pela injuridicidade que desfaz, é o procurador da Justiça, que é a política institucional do poder, sendo sua missão sobre-humana prover para que o Direito seja voz não das palavras, mas do espírito da lei, bem como anular qualquer norma que ouse subverter a Constituição.

Mesmo assim, subsiste ameaça de arbítrio.

Os poderes delegados por prazo certo, divididos, compartilhados, independentes e harmônicos hão de ser criticados e fiscalizados pela oposição, que, além de um controle a mais, é também alternativa política para assumi-los.

A oposição é atividade estatal, subversão não é exercê-la, mas embarçá-la ou impedi-la. Como é inevitável que os governos pratiquem erros e abusos, também é inevitável denunciá-los.

É o princípio da oposição do Estado ao governo do Estado.

Ai dos povos que se insubordinam contra o milenar magistério do Eclesiastes: “Se Natan não levantasse o braço para acusar, o rei Davi não corrigiria o erro”.

Acima desses poderes delegados, há o soberano controle do poder original do povo. Se esse poder não é do povo, de quem legitimamente será? Se o povo não o tem, é massa abúlica, multidão informe e passiva, povo não é.

É blasfêmia de Paul Valéry que a política seja a arte de evitar que as pessoas se ocupem daquilo que lhes diz respeito.

Na instância secular, a opinião pública é o juízo final. Ela foi mais forte do que o presidente Nixon, o homem mais poderoso da terra, podendo destruí-la pelo *overkill* das armas nucleares, destruindo-o pelo crime de pirataria eletrônica, no escândalo do Watergate.

Aí estão as peças principais na mecânica da democracia: poder original do povo, delegação, periodicidade, tripartição, condomínio de competências, vigilância e alternativa de poder, representadas pela oposição.

A democracia é técnica desconcentradora de poder, método redutor de competências, reversão do arbítrio pessoal ou oligárquico.

Tantas precauções se justificam porque trágica experiência ensina o homem que, ao confiar o poder ao homem, este costuma pervertê-lo. Então, não designa seu servidor, mas seu amo ou carrasco.

Não se precavendo, submete-se ao regime da permissividade, em que ao príncipe tudo é possível e à vida e às necessidades dos cidadãos só resta a angustiada e inerte espera de outorgas paternalistas e munificentes.

A força da democracia é a institucionalização de sua fraqueza humana, a humildade com que confessa a fatalidade do erro e inventa dispositivos para evitá-los, diminuí-los, denunciá-los e corrigi-los.

Judge Black captou a substância dos duzentos anos de vigência da democracia nos Estados Unidos sem golpes nem ditadores: “É esse direito, o direito de errar, que nos mantém fortes como nação”.

As ditaduras ruem pelo pecado da soberbia, presumem-se infalíveis e onipotentes, amordaçam, desterram, prendem, torturam, matam a crítica e malsinam a fiscalização como lesa-majestade.

O voto pessoal ou direto é a delegação popular do poder.

Se não vota, o povo é expropriado do poder político e centrifugado para a periferia do Estado. Passa a ser objeto e não personagem do Estado.

De dominante, seu *status* subalterniza-se em dominado.

Como ouvir e submeter-se ao povo, se são outras as forças que instuíram e sustentam o governo imposto?

Na democracia, o soberano é o povo.

Saudado na rua, procurado em casa, reunido nos comícios, os políticos conhecem seu nome, registram seu endereço, auscultam suas necessidades, ouvem suas reivindicações, pesquisam suas tendências, escrevem-lhe e lhe falam pela correspondência, pela imprensa, pelo rádio e pela televisão, em contatos diretos.

É o voto, somente ele, que faz a acoplagem dos cidadãos com os homens públicos e o Estado. É o imenso fórum de exame e tombamento das aspirações populares e o catalisador ecumênico dos problemas internos e externos do país.

A campanha é pacto de conciliação e compromisso entre representados e representantes.

A propaganda é o conteúdo material da eleição. Entorpecida ou eliminada, a eleição é extrínseca formalidade, ruidosa e cara mímica de uma farsa.

Há 406 anos antes de Cristo já Eurípedes decretava: “É escravo aquele que não pode dizer o que pensa”. Os partidos, pelos seus porta-vozes, hão de dizer o que pensam. Não o fazendo, são cúmplices do arbítrio, não intérpretes do povo.

Para eleger é preciso saber e é impossível saber sem propaganda por meio dos veículos de comunicação instantânea com a massa.

Eleição sem propaganda é tão perigosa como casamento sem noivado.

Ao interceptar o político do povo, a apelidada Lei Falcão é a violência que impõe aos eleitores a escolha de fotografias, números e siglas partidárias em lugar de programas e aptidões.

O rádio como fichário e a televisão como álbum de retratos testemunham o medo, o pânico do poder às ideias e o pavor à crítica.

Visaram ao MDB, mas atiraram no Brasil, obscurecendo as eleições, desestimulando a renovação das lideranças, silenciando a vigorosa e edificante polêmica sobre o país, seus homens e seus desafios. Enquanto é imposto este medieval retrocesso ao povo brasileiro, nos Estados Unidos da América do Norte, no esforço de emancipar as eleições das forças econômicas, as campanhas à Presidência da República serão financiadas pela nação, no montante de 21.820.000 dólares para cada candidato.

Repita-se que as nações democráticas e de economia de concorrência são as mais ricas e as mais fortes.

São ricas por serem democráticas e não democráticas por serem ricas.

Os países são mais pobres na proporção em que são menos livres.

A Bélgica, cerca de 260 e 12 vezes, respectivamente, menor e menos populosa do que o Brasil, em 1975 exportou 26.425 milhões de dólares, o triplo da receita de nosso comércio exterior.

É instrutivo recordar ser a Bélgica secularmente democrática.

Por que persistem no Brasil a consolar-se com os piores ao invés de emular-se aos melhores?

A democracia não é subproduto da economia.

As ordens política, econômica e social não são patamares distintos e sucessivos.

Estagiar tais ordens será torná-las irreconhecíveis e inatingíveis.

Pela ação do Estado, a ordem política informa, conforma e explicita os parâmetros da ordem social e econômica. Notadamente com o Estado moderno, intervencionista, estatizador e estatizante.

A simples designação de um regime como comunista, socialista ou democrático é indicadora de sua modelagem econômica, social, financeira, dos direitos do homem e da informação.

A desordem política, e não há pior nem maior do que a carente de democracia, contamina de desordem a economia e a justiça social. O atual modelo econômico é perverso, porque produtivista, pode crescer, inchar, mas isso não é desenvolvimento. É o “modelo-milagre”, purgatório para os trabalhadores e despossuídos. O povo brasileiro não será salvo por projetos-providência, tipo projeto-impacto. O povo brasileiro só se salvará autodeterminando-se.

Mais importante do que a quantidade de bens que temos é a qualidade de vida que usufruímos, ensina Galbraith.

Jamais as nações livres e industrializadas acumularam tanto progresso como na época contemporânea. A liberdade compatibiliza-se com o bem-estar social.

Quando se amordaçam para a política os microfones, os vídeos e os prelos de jornais e revistas deste país, constatamos com amargura e humilhação que, coincidentemente fora do Brasil, nunca foi maior o acesso das multidões à informação, graças à explosão dos meios de comunicação. Logo, a circulação desimpedida e responsável do pensamento não ameaça a segurança nem compromete o desenvolvimento. Complementam-se progresso, segurança e liberdade, acrescidos de bem-estar popular, quando o regime é democrático.

A censura, esta sim, compõe e perpetua a estrutura do subdesenvolvimento, opondo-se à sua ruptura pelas forças da justiça social, da educação e da produtividade.

Lançado do fundo do cárcere, rutila esperança na profecia de Otávio Mangabeira: “Ninguém pode tudo. Sobretudo, ninguém pode sempre”.

A verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem.

A verdade não mereceria esse nome se morresse quando censurada.

É claro que a crítica dói. Deus, que é Deus, ama o badalo, a badalação é ritual divino. Que dizer dos homens...

A crítica só é viável quando o regime é mais forte do que a vaidade dos governantes e a intriga de seus bajuladores.

O Brasil não pode continuar entre parênteses, com instrumentos excepcionais estranhos à sua história, à sua geografia, à índole de sua gente e ao sacrifício de seus libertadores.

Esclarecido e vigilante o povo, como pode um governo politicamente errado ganhar eleições?

Como pode a Arena ganhá-las, fraca porque é casa irreconciliavelmente dividida em facções que se antagonizam, entrincheiradas em sublegendas inimigas, e, pior do que fraca, errada, mortalmente contagiada do mesmo vírus antidemocrático do governo que suporta? Não

querem propriamente ganhar as eleições, o que querem, em desespero e pânico, é não perder o poder.

A democracia é prioridade inarredável para o Movimento Democrático Brasileiro.

Galgar o poder sem ela ou para reimplantá-la de imediato seria mera mudança de rótulo, porquanto a droga continuaria a mesma. Esse fari-saísmo sepultaria o MDB no porão da História.

Senhoras, senhores e correligionários, o simpósio que agora encerro é o primeiro promovido pelo Instituto Pedroso Horta.

Congregou professores, jornalistas, políticos, trabalhadores, mulheres e jovens para falarem sobre o maior dos bens para o homem e para as nações: a liberdade. Ela reúne as forças da esperança e da salvação.

Ouçamos a voz purificadora de um de seus heróis americanos, José Martí:

“Liberdade é o direito que todo homem tem de ser honrado, a pensar e falar sem hipocrisia.

Há homens que vivem contentes, mesmo que vivam sem decoro.

Há outros que sofrem como em agonia quando veem que há homens que a seu redor vivem sem decoro.

No mundo deve haver certa quantidade de decoro, como deve haver certa quantidade de luz.

Quando há muitos homens sem decoro, há sempre outros que têm em si decoro de muitos homens”.

Lutemos pela liberdade. Sem a liberdade, o regime é como o xi-quexique, não dá sombra nem encosto.

Com a liberdade, o governo é como a palmeira, símbolo vegetal do Brasil e, como Pindorama, seu nome autóctone de batismo, ofertando aos caminhantes e aos passarinhos sombra, arrimo, água, fruto, ninho e canto.

Suas palmas recebem, distribuem, conversam com o vento.

Não o repelem, como o tronco, hirto e autoritário, detonador da disjuntiva desgraçada de derrotar o vento ou tombar a árvore, sempre com o sacrifício de um vencido.

Vale a pena a luta pela liberdade?

A pena é insuportável: são os cassados, os banidos, os demitidos, os torturados, os presos arbitrariamente, a calúnia como resposta às denúncias contra a corrupção e o terrorismo policial.

Apesar de tudo e contra tudo, valeu, vale, valerá a pena, pois a liberdade não é bem que se ganhe de presente. O sangue e o sofrimento costumam ser seu preço.

Encorajemo-nos com o gênio de Fernando Pessoa:

“Valeu a pena?

Vale sempre a pena

Se a alma não for pequena”.

Se não valesse a pena, a verdade não seria o destino do homem e a liberdade o caminho para alcançá-la.

Euler para presidente

Convenção Nacional do MDB, em 23/8/1978.

Lançamento do general Euler Bentes como candidato do MDB à Presidência da República, na sucessão do presidente Geisel.

Reitero em nome da Direção Nacional o profundo reconhecimento aos convencionais provenientes de todas as regiões do país, pelo concorrido comparecimento com que testemunham a fidelidade, até com sacrifícios, ao nosso partido e sua aptidão para as decisões reclamadas nos grandes momentos do país.

Dois militares neste país se notabilizaram por idênticos comportamentos. O general Eurico Gaspar Dutra, sempre que pressionado, na expectativa de que agisse pela força, apelava para a invariável consulta ao “livrinho”, que era a bela e liberal Constituição Federal de 1946. O general Euler Bentes coloca sua honrada e limpa espada a serviço da exigência da nação para que seja dignificada com uma Constituição democrática.

O presidente Dutra concordou com a diminuição de seu mandato. O general Euler Bentes empenha perante a nação a palavra de que abreviará de seis para três anos seu período presidencial, se nele for investido para a reconstitucionalização do Brasil.

Promessa clara, categórica, com data certa, não se escondendo, assim, em dubiedades, condicionantes e evasivas.

Como candidato a vice-presidente da República, em inspirada hora, foi escolhido o correligionário Paulo Brossard, nome de envergadura moral, cultural e popular, consagrado pela opinião pública brasileira.

Confesso que pretendia escrever palavras mais adequadas e proporcionadas à grandeza do acontecimento e aos méritos dos patriotas, que hoje recebem do MDB a missão de percorrer o país pregando a democracia, a paz pela justiça social, os direitos do homem como conteúdo e finalidade da política, para viabilizar a vitória a 15 de outubro próximo.

O que ouvem é o que pude articular no fugaz espaço de tempo que me permitiram os trabalhos e as vigílias para coordenar a realização deste magno conclave.

General Euler Bentes Monteiro:

O Movimento Democrático Brasileiro seguramente seria a alternativa política, econômica e social que a nação quer e necessita, se pudesse decidir pelo voto direto, de que a oligarquia, pela prepotência, espoliou-a.

Ingressa na via indireta para destruí-la como acesso ao poder, pois é a cidadela do arbítrio e a fonte envenenada dos males que desesperam o povo.

Que Deus guarde e tenha piedade do Brasil, inspirando e protegendo os desígnios salvadores do candidato das oposições à chefia da nação!

Por que o MDB participou?

Colégio Eleitoral, em 15/10/1978.

Publicado no DCN de 16/10/1978, p. 1897.

Durante a reunião que referendou o general Figueiredo como presidente da República, um elogio ao candidato da oposição, Euler Bentes, e uma explicação do motivo pelo qual o MDB concorreu ao Colégio Eleitoral.

Pelas oposições, pelo Movimento Democrático Brasileiro e pelos brasileiros que clamam por voto, democracia, salário e respeito aos direitos humanos, definiu-se ontem, perante a nação, como seu candidato a presidente da República, o general Euler Bentes Monteiro.

Como o fez o exemplar cidadão-soldado, aqui estou para repetir *não* ao arbítrio e à coação e reiterar que “uma nação de 120 milhões de pessoas não pode ser governada por um presidente escolhido por um único brasileiro e referendado por mais alguns poucos”.

E ainda é um soldado que atingiu a culminância hierárquica da carreira das armas, com a responsabilidade acrescida de candidato à Presidência da República de seu país, quem adverte que os militares brasileiros “não podem e não querem colocar sua espada para proteger interesses particulares, interesses de grupo”.

Acabarão sendo responsabilizados, ainda que injustamente, pelo favoritismo, pela impropriedade no trato dos dinheiros públicos, pela corrupção. Porque a corrupção é filha da impunidade e da irresponsabilidade política dos governantes.

Sr. Presidente, ao Poder Legislativo se chega com o voto dos cidadãos. O parlamentar é eleito para o Parlamento e não pelo Parlamento. No regime presidencialista, dele ninguém por ele investido pode partir para o governo da nação sem o consentimento expresso de seus filhos. Para que haja representatividade, o Congresso Nacional não é ponto de partida de presidentes da República designados, mas marco de chegada de presidentes legítima e popularmente eleitos, que aqui venham para jurar o cumprimento de Constituição escrita pela vontade nacional, por meio de Assembleia Constituinte.

Repito que o Movimento Democrático Brasileiro estrategicamente aceitou a via indireta com a esperança e o compromisso, se vitoriosos seus candidatos, de enxotá-la da vida pública brasileira, com a imediata convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e consequente eleição, pelo voto direto, inviolável e secreto do presidente da República, dos governadores de estado, dos prefeitos municipais e dos senadores.

Ingressamos na eleição indireta para denunciá-la e destruí-la, pois a via indireta é a via direta para acesso ao poder arbitrário, irresponsável e violador dos direitos e garantias do homem, a começar da privacidade do lar, de sua esposa e de seus filhos, inconspicível pela pirataria eletrônica da escuta e registro criminosos das conversas telefônicas.

O Poder Legislativo no Brasil atual é infelicitado pela competência reduzida que lhe foi imposta e pelo acréscimo de competência arbitrária que lhe foi impositivamente adicionada.

Não pode o que deve quando não se autoconvoca, mesmo que grave perigo ameace o país interna ou externamente. Quando ministros respondem se quiserem e quando quiserem a seus pedidos de informações sobre alegadas e graves transgressões à lei e à moral administrativa, os mesmo ministros que ora bradam por provas em face das denúncias que sacodem a nação e que somente em processo judicial ou comissão parlamentar de inquérito poderão ser examinadas ou produzidas, esquecidos de que servem a um sistema que cassou mandatos e suspendeu direitos políticos de lideranças nacionais, sem acusação conhecida, sem julgamento público, sem provas, até sem o direito natural de defesa, como perpetrou, entre tantos outros, contra o criador desta cidade e o construtor desta Casa, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Quando um decreto-lei contra o direito de greve é baixado pelo Executivo com o Congresso aberto e pela decorrência de prazo é abusivamente contemplado pela aprovação presumida, isso porque a situação fez greve ao número, ocorrendo precisamente o oposto do que sucede em países democráticos, como dispõe a Constituição italiana, que pune com a rejeição presumida maiorias que desertam do Parlamento, des cumprindo seu dever de responsabilmente dizer *sim* e *não*.

Quando a anistia, filha do amor e da paz, em que precisamente os ofendidos, humilhados, perseguidos, exilados, presos, torturados, se dispõem a esquecer e perdoar, ao invés de depender exclusivamente do Poder Legislativo, pela iniciativa e promulgação, irreconhecivelmente passa a ser pela Carta Constitucional outorgada, privilégio suspeito do

Executivo, ao mesmo tempo autor e juiz de crimes e violências contra os cidadãos e a sociedade.

Usurpando ao Legislativo poderes que lhe são institucionais, o arbítrio, para perpetuar-se, impôs-lhe como excrescência o poder ilegítimo de substituir os cidadãos na eleição do presidente da República, dos governadores, dos prefeitos e dos senadores do Planalto, porque da federação e do povo não são.

Amanhã, Sr. Presidente, a oposição aqui estará para votar a Emenda Montoro, que restaura a dignidade cívica e a legitimidade política dos governadores e dos senadores.

A eleição direta é compromisso do programa do Movimento Democrático Brasileiro. Irá cumpri-lo. Também é compromisso expresso do programa da Aliança Renovadora Nacional. Esperamos que o cumpra.

Pela oposição proclamo que ela rejeita a força e o golpe para remover o impasse em que o autoritarismo atolou o Brasil. Essa tem sido a palavra e a ação dissuasória do Movimento Democrático Brasileiro e de seus candidatos, general Euler Bentes Monteiro e senador Paulo Brossard.

Se a insânia da violência for deflagrada, será provocação que não terá sequer pretextos, podendo incendiar paixões e desencadear represálias, sumamente perigosas à ordem sem sangue e ao convívio sem tragédia dos brasileiros.

A nação quer a paz. Não a paz dos vencidos pelo medo e pela brutalidade, não a paz de cemitério da censura, da Lei Falcão, da irresponsabilidade na condução dos negócios e interesses públicos.

A nação quer a paz irmã da liberdade, substancial à democracia, mãe da justiça social.

O Movimento Democrático Brasileiro saúda não os delegados, mas os senadores, deputados federais e estaduais da Arena eleitos, como os do MDB, para defender o povo, inclusive seus direitos indelegáveis de constituir governos e mantê-los, se prestantes, e destituí-los, se imprestáveis.

Dia virá que Deus ajudará para que seja brevemente restabelecida a democracia, e aí nos encontraremos, colegas que somos do mesmo ofício, como aliados ou adversários, não sentados nessas cadeiras, mas de pé nos palanques, nos caminhões, em caixotes, no rádio e na televisão, falando em eleições livres e para todos os cargos representativos, sentin-

do o cheiro forte do povo, apertando as mãos rudes dos trabalhadores, ouvindo o futuro na voz moça dos estudantes e contemplando a fisionomia angustiada das multidões, trágicos panfletos de carne e sangue gritando por pão, casa, saúde, educação e liberdade.

Saudação aos eleitos de 1978

Reunião das bancadas do MDB, em 31/1/1979.

Primeiro encontro em Brasília dos novos deputados e senadores do MDB eleitos a 15 de novembro de 1976, entre os quais figuravam os primeiros cassados de 1964 a recuperar seus direitos políticos, cumpridos os dez anos da punição.

Saúdo os cassados.

Eles estão voltando. É a volta para a colheita dos sacrifícios e para a semeadura de mudanças de que só os líderes são profetas. Nas longas conversas com eles, que enchem dias e varam noites, o que me comove é não reencontrá-los céticos, frustrados ou ressentidos, fazendo da vingança ou das feridas da violência o programa e a reivindicação de suas vidas públicas. Os cassados escreveram parte substancial da história do MDB com suas vidas, prisão, tortura, exílio e demissões odiosas, que projetam penas prepotentes a suas mulheres e a seus filhos. O MDB, ao recebê-los, testemunha que não renega, mas se orgulha dessa história de dor e de coragem.

Saúdo os que chegam. Todo começo é difícil. É muito difícil vencer a barreira do anonimato político, principalmente porque os novos tiveram contra si a antilei Falcão, imobilista, continuísta, obscurantista, velhista e velhaca.

Saúdo os que não retornaram. Ser derrotado pelas urnas não é desonra. Desonra é ser derrotado porque desonrou o partido. Lincoln, Churchill, Rui, De Gaulle perderam eleições e ganharam a História.

Saúdo os reeleitos. Consagra ser aprovado em repetidos concursos, tendo por banca a nação e como examinador o cidadão.

Sobretudo, saúdo o militante do MDB. Não dirige o partido, não é senador, deputado, vereador ou prefeito do partido, mas é a base desinteressada e mobilizadora do partido.

Saúdo os líderes, o que sai, Tancredo Neves, e os que começam, Freitas Nobre e Paulo Brossard, consagrados pela bancada oposicionista e pela opinião pública como nomes de envergadura política nacional, imortalizados na saga da resistência à opressão.

Falo ao MDB e falo às oposições. Estivemos unidos na eleição, devemos continuar unidos na vitória. A democracia é o regime das discordâncias, menos uma: discordar para perdê-la ou para não reconquistá-la.

Se o arbítrio ainda não acabou, como a união para vencê-lo pode acabar ou se dividir? Ainda não soou a hora das forças democráticas abandonarem a frente da resistência e disputarem entre si. Se temos um inimigo, que é a prepotência, como poderemos nos desmobilizar para sermos eventuais adversários, quando isso somente é admissível e peculiar no sistema democrático?

A oportunidade e a importância deste primeiro encontro nacional do MDB sugerem-me que delinieie o perfil de certas tarefas partidárias. É óbvio que não serão todas, pois desta elaboração decidirá o partido, com amplos e democráticos estudos, debates e pesquisas. Muitas serão exumadas dos arquivos congressuais, imoladas que foram por maioria a serviço da oligarquia e não do povo.

O dever do MDB é de representar, com autenticidade, os dezoito milhões de brasileiros que nele votaram. Substancialmente, foi a opção por uma democracia de participação, com origem e controle populares. Votaram para mudar isso que aí está. Politicamente, mudar o arbítrio exercitado pelos que se assenhorearam do poder contra a nação, que é a dona do poder. Socialmente, mudar o arbítrio dos donos do dinheiro contra os trabalhadores e os consumidores que o geram, ousando até contra o próprio Estado, subversão anárquica em que se especializaram as multinacionais.

Esses dezoito milhões de votos exigem representatividade sincera na organização interna do próprio MDB. Este ano teremos o desperdiçável ensejo de praticá-lo, no sentido de que o MDB esteja representado e seja representativo em todos os municípios do país. Para que sejam representativos os diretórios nos três patamares da federação, devem ser expressão abrangente das bases, sem restrições limitativas da filiação, pois a oligarquia partidária é tão condenável como a oligarquia no poder. O secretário-geral, deputado Tales Ramalho, com sua reconhecida eficiência, tem o levantamento dos municípios carentes do órgão partidário e a Direção Nacional se mobilizará, com os parlamentares, por todo o Brasil, para assessorar e prestigiar o ingente trabalho.

A injustiça social, cruel e espoliativa, é ostensiva e se revela pela convivência cotidiana do luxo com o pauperismo e a marginalização.

Dados oficiais denunciam que dois terços dos brasileiros em idade de trabalhar ganham menos de dois salários mínimos por mês para alimentar, vestir, dar teto, educação, tratamento de saúde, lazer para suas famílias. E não obstante a clamorosa insuficiência desse salário mínimo para permitir sequer a subsistência alimentar de sua família, corroído que foi por anos sucessivos de reajustes inferiores ao aumento do custo de vida, cerca de 37% dos brasileiros que trabalham não chegam sequer a recebê-lo. Em média, ganham mensalmente cerca de três quintas partes de um salário mínimo. A contrapartida dessa pobreza está na opulência, na constatação de que a fatia da renda abocanhada pelos 5% mais ricos da população brasileira é maior do que a fatia da renda da metade mais pobre da população.

Enganam-se os que creem que o MDB deseja a democracia para coonestar a pobreza e a concentração da renda, ou seja, a democracia relativa, biônica das salvaguardas e da Lei Falcão. A conquista da democracia se faz na liça política e na liça social. Para ela contribui a resistência do MDB no Parlamento, sua pregação nos comícios, nas fábricas, nas universidades, na área rural, nos simpósios e suas vitórias nas eleições; a resistência dos trabalhadores, que não perguntaram se o direito de greve era reconhecido pelo AI-5 ou o é pelas leis de exceção; a resistência dos jovens na luta pela independência de suas organizações, sem indagar se o ignominioso Decreto-Lei nº 477 os autoriza; a resistência da igreja, das donas de casa, da OAB, dos artistas e de outros setores. De fato, estamos convencidos de que nenhuma abertura democrática poderá ampliar-se e consolidar-se sem que todos os brasileiros encontrem canais de expressão livre para seus reclamos, por intermédio de suas associações de classe, de bairro e de partidos políticos organizados com o retorno ao Estado de direito. Esta será a forma de pôr cobro a uma política econômico-social que sistematicamente excluiu as grandes maiorias dos frutos do progresso. Prometer democracia significa, portanto, comprometer-se em termos efetivos e simultâneos com as liberdades de organização e expressão da sociedade e com a mudança profunda na estrutura política, econômica e social imposta ao país.

Assim, devo dizer à nação, com a responsabilidade que o cargo me confere, que encaro com grande preocupação e em forma absolutamente crítica as diretrizes econômicas que se esboçam para o novo governo, concebidas por processos herméticos e confinados.

A nação inquietou-se com o ministério videoteipe, reprise de um pesadelo. Sua constituição desafiou a advertência histórica de que o retorno, até de bons governantes ou heróis, pode acarretar fracassos, frustrações e tragédia. Napoleão, em Santa Helena, o suicídio de Getúlio Vargas, a senilidade de Roosevelt em seu quarto mandato, inspiradora da emenda à Constituição americana admitindo apenas uma reeleição –, eis alguns exemplos de infortúnio pela repetição de nomes antigos em novas conjunturas. Integram-no os principais responsáveis pelo arrocho salarial, pela manipulação mentirosa dos índices do custo de vida, pelo “milagre econômico”, pela concentração de renda, pelo calamitoso endividamento externo, pelo desestímulo à produção agrícola para o mercado interno, pelo monumentalismo de obras para culto à personalidade, pela agiotagem e especulação que desmoralizam a economia e as finanças. Responsáveis, sobretudo, pela permanência e crescimento da inflação, atestando sua incompetência. São alarmantes os custos econômicos e sociais da inflação. Ela dificulta o cálculo econômico necessário às decisões do investimento, fomenta a especulação e, sobretudo, reduz o poder de compra dos salários, erodindo o nível de vida dos que subsistem pelo trabalho. Há necessidade urgente de debelar a inflação. Contestamos, contudo, a eficácia e tipo de consequências sociais da forma como o novo governo parece pretender enfrentar o problema. É preciso que se diga, antes de mais nada e com toda a clareza, que o autoritarismo sucumbiu ante a inflação, que o AI-5 cassou vidas, a liberdade, empregos, mandatos, direitos políticos e de viver na própria pátria, mas foi pusilânime e impotente para cassar a inflação. Ela é a síntese dos descaminhos, erros e fracassos econômicos e sociais da revolução. Lembremos que um dos pretextos para desabar a prepotência sobre o país foi precisamente o do combate à inflação. Em nome desse objetivo, os salários foram duramente comprimidos durante os primeiros anos do regime. Em seguida, durante o período do falso “milagre brasileiro”, foi manipulado o fantasma da inflação para impedir que os salários acompanhassem o crescimento da economia. Esta é a perversa lei econômica do regime autoritário, segundo a qual, quando há desenvolvimento, as classes populares ganham relativamente menos e permanecem à margem dos acréscimos da expansão. E nas conjunturas de recessão, quando a economia enfrenta dificuldades provocadas precisamente por uma política que só favoreceu privilegiados, pretende-se que a maioria pague mais para corrigir as distorções existentes, ou seja,

quando tudo vai bem, as classes populares ganham proporcionalmente menos; quando tudo vai mal, devem perder proporcionalmente mais.

O governo atribui seus êxitos às suas virtudes e seus fracassos a calamidades climáticas e à cartelização do petróleo. Não se pode negar, é óbvio, a incidência da elevação dos preços do petróleo sobre a inflação, mas nos parece inaceitável que o aumento do custo de um produto, cujo consumo em valor não ultrapassa a três por cento do Produto Interno Bruto, possa justificar vinte pontos percentuais de acréscimo na inflação. Na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, a democracia absorveu o impacto e controla a inflação que derrota o arbítrio que desgoverna e infelicitiza este país. O recrudescimento inflacionário não depende somente da elevação dos preços do petróleo. Também deve ser debitado à desaceleração do crescimento da economia, que obriga as empresas a defenderem seus lucros, ante a redução do movimento das vendas, mediante remarcações de preços. Impulsiona-a também o grave declínio da disponibilidade de alimentos por habitante, devido a uma política agrícola que ignorou as necessidades do consumo interno, premiou o uso improdutivo da terra e a especulação fundiária. A inflação é realimentada pela especulação financeira, subtraindo criminosamente recursos destinados a investimentos produtivos e elevando a taxa de juros a níveis inigualados nas economias mais diversificadas do mundo, taxas essas que agravam, intoleravelmente, a situação financeira das empresas e acarretam a escalada nos preços.

Durante os anos do “milagre”, o governo e seus arautos, muitos agora ressuscitados, prometiam para justificar a permanência do arrocho salarial: “Depois do *boom* virá a distribuição”. O *boom* aconteceu, o “milagre” acabou e o que resta para distribuir? Dívidas! Um mil e quinhentos dólares de dívidas para cada brasileiro que trabalha, somadas à dívida ao exterior, saldo de uma política de importações e de financiamento externo irresponsável, e a dívida pública interna, que, ao invés de ser utilizada para financiar o investimento produtivo, transformou-se em mecanismo que bombeia recursos para alimentar os circuitos financeiros especulativos.

Na verdade, o sistema financeiro montado nesses quinze anos de regime autoritário, apresentado como a obra-prima dos tecnocratas pragmáticos, revelou-se um fracasso: dá cobertura à mais fantástica operação de agiotagem, premia a especulação, penaliza os consumidores e produ-

tores, impede que a dívida pública seja um instrumento de desenvolvimento e é uma das molas propulsoras da inflação.

Como consequência do funcionamento desse sistema, empresas endividadas, necessitadas de capital de giro, são penalizadas com juros cada vez mais altos. Ao aumentarem seus preços para compensar o elevado custo do dinheiro, excitam o processo inflacionário e, nessa ciranda infernal, excitam também novas demandas de créditos. É frequente a situação de empresas cujos custos financeiros são superiores às suas folhas de salário e de compra de matéria-prima, e é fácil concluir que se enfraquece sua capacidade de acolher legítimas reivindicações salariais. As famílias, endividadas com as compras a prazo, em cujas parcelas mensais estão embutidas taxas de juros superiores a cem por cento ao ano, estão igualmente capturadas por essa ciranda infernal, na qual a elevação das cargas financeiras cancela ilusórias melhorias salariais. O próprio setor público – ou seja, todos nós – defronta-se com a escalada da dívida fiscal, com o crescimento vertiginoso dos saldos de ORTNs e LTNs em circulação. Ressalta-se o crescimento estéril desta dívida, pois se destina principalmente a pagar os juros e amortizações de dívidas anteriores.

Nesse quadro, também o frenético endividamento externo faz-se hoje para pagar juros e amortizações de dívidas passadas e formar reservas excessivas. Não raro sua contrapartida em cruzeiros é empregada no mercado financeiro interno, para usufruir as diferenças de juros. A insânia dessa política leva o governo a emitir títulos em parte para absorver os cruzeiros advenientes dos empréstimos externos.

Como consequência desse sistema financeiro pervertido, está a circunstância de que a política de contenção do crescimento, que já vem sendo praticada há dois anos, afugenta o investimento produtivo e estimula o investimento especulativo.

Hoje, grandes empresas têm a maior parcela de seus lucros no mercado financeiro. Ganham mais com a compra e venda de papéis do que na venda de automóveis e caminhões. Não podem ser esquecidos os escândalos financeiros, com as transferências de recursos para cobrir gestões temerárias, 28 bilhões de cruzeiros confessados, que, acumulados a preços de 1977, compõem quantia suficiente para construir cento e cinquenta mil casas populares, e superior em cerca de 4 bilhões de cruzeiros a todos os recursos que o orçamento federal de 1977 destinou à educação.

Para onde parece orientar-se a política anti-inflacionária do futuro governo? Para a contenção, como se houvesse excesso generalizado de demanda, responsável pela inflação. Não há tal excesso global de procura de bens e serviços em face das disponibilidades atuais e potenciais. A expansão dos meios de pagamento, do dinheiro, identificada como sendo a fonte primária da inflação, é efeito e não causa, pois acompanha o aumento dos preços, que decorre dos erros que apontamos.

Essa política anti-inflacionária, se for posta em prática, implicará em redução dos gastos públicos, aperto e encarecimento adicional do crédito, desemprego e arrocho salarial para os trabalhadores, funcionários públicos, civis e militares, professores, comerciários, bancários, enfim, para os assalariados em geral. Mais do que as causas, essa política atacaria os sintomas da inflação. Seu custo social será elevadíssimo para a maioria dos brasileiros, bem como para a média e pequena empresas, com menor poder de resistência e sempre discriminadas nas fases de compressão do crédito. A desnacionalização terá poderoso aliado.

É importante ponderar que nos últimos anos desenvolveram-se acentuadamente indústrias de máquinas e equipamentos. Segundo estimativas dos empresários do setor de equipamento de base, essa indústria poderia responder em 1979 a uma demanda três vezes superior à do ano passado. O que acontecerá com ela, ante uma política de recessão mais forte e continuada? Sem dúvida, o risco de falências, desemprego e, logicamente, desnacionalização. Será o castigo ao imenso potencial de poupança nacional mobilizado para a construção e ampliação das indústrias de bens de capital.

Na conjuntura brasileira, é artificial o dilema inflação *versus* crescimento e bem-estar social. A elevação dos preços pode e deve ser combatida mediante estímulos seletivos à economia, retomando os investimentos em atividades que poupem bens importados, realizem o já grande potencial da indústria doméstica de bens de produção e gerem bens e serviços que a maioria da população necessita, como, por exemplo, além dos bens de consumo simples, obras que melhorem o padrão de vida urbano, concentradas em transportes coletivos, habitação popular, saneamento básico e meio ambiente. Mas, para isso, evidentemente seria preciso quebrar o círculo vicioso da especulação financeira, controlar e sanear o endividamento externo, restaurar as verdadeiras funções da dívida fiscal, realizar uma reforma tributária que aumente efetivamente a gravitação dos impostos diretos e corrija as distorções

para evitar a perversidade com quem é pobre, que proporcionalmente paga mais ao Estado do que quem é rico. Seria necessária também uma alteração drástica na política agrícola, mediante créditos e subsídios mais seletivos aos produtos para consumo interno e que realmente atingissem ao pequeno e médio produtor, por meio de preços mínimos mais adequados e estáveis, bem como da realização de investimentos na infraestrutura de transporte e armazenamento e de uma maior racionalização e controle do sistema de distribuição. Ilusório seria pensar, no entanto, como o estão fazendo futuros e desavisados ministros, que a economia se recupere exclusivamente por meio da agricultura, sem que o setor urbano-industrial se reative, com a criação de empregos e salários que definam o perfil de desenvolvimento para o povo e não para minorias privilegiadas. O salário é o melhor método para distribuição de renda e este conteúdo de justiça social não é exequível por outorgas de qualquer tipo, mas sim pelo poder de barganha dos trabalhadores e sindicatos autônomos, com o direito de greve. A propósito dos salários, advertimos o óbvio. Os assalariados não são responsáveis pela inflação. Ao contrário, são os que mais perdem com a elevação dos preços. Assim, não têm por que arcar com os custos de um programa de estabilização. Embora o salário não seja uma variável econômica independente, também é exato que as melhorias salariais não são necessariamente inflacionárias. A economia brasileira cresceu, não crescendo proporcionalmente os salários. Portanto, o fortalecimento destes não enfraquece aquela. A especulação financeira é que eleva os custos das empresas. E os assalariados não têm por que tolher suas reivindicações justas. Somente a luta tenaz pelos seus direitos poderá evitar que sejam novamente o colchão amortecedor de problemas que não causaram e dos quais, afinal de contas, são as vítimas principais.

Queremos deixar claro à nação que o MDB não aceitará que seu empenho na defesa sincera dos interesses do país sirva de pretexto para nova escalada do autoritarismo ou para tentativas de desacreditar a oposição como irresponsável e por não fazer crítica construtiva. Um programa anti-inflacionário, como o que está sendo esboçado, merecerá amplo repúdio da população e certamente aumentará a intranquilidade social. A responsabilidade por isto não poderá ser atribuída nem à oposição, nem às camadas sociais que representa, nem às propaladas aberturas democráticas.

Que efeitos terão, também, as restrições às liberdades dos jovens, que parecem desenhar-se à medida em que o novo governo não anuncia

intenções explícitas de suprimir o oprobrioso Decreto-Lei nº 477 e se revela contrário a que exercitem, de maneira ampla e livre, sua capacidade de associação. Urge definição de uma universidade que compatibilize seu dever de ensinar e o do estudante de aprender com as preocupações e competente manifestação dos universitários no setor político, econômico e social. Nossas críticas não se dirigem a pessoas, nem têm conotação negativista. Nossa oposição é ao regime de arbítrio e sua inepta formulação política, econômica e social. As palavras do general João Batista Figueiredo, que jurou restabelecer a democracia, serão definitivamente julgadas por atos.

Fundamentalmente, à imposição de uma democracia etapista, dosimétrica, relativa, de abertura e distensões protelatórias, rica de palavras e pobre de verdade política, a oposição propõe a solução coerente, filosófica e da tradição do direito público doméstico e internacional: a democracia testemunhada e definida pela nação por intermédio de uma Assembleia Nacional Constituinte, precedida da concessão de anistia ampla.

O Brasil só será verdadeiramente uma nação sendo verdadeiramente uma democracia. Democracia é o nome político do homem.

A História diz às ditaduras, de ontem, de hoje e de amanhã, que o homem é indestrutível. Só pode ser destruído por si mesmo, pela falta de caráter, incompatível com o serviço da verdade e do bem, e pelo medo, que é a traição ao dever a ser cumprido.

O MDB vencerá com a vitória do homem e da democracia.

Apelo à militância dos jovens

Reunião da Comissão Organizadora Nacional do PMDB com lideranças estudantis, em 19/3/1980.

No encerramento de uma reunião de mobilização preparatória da primeira convenção nacional do PMDB, um apelo à militância estudantil envolvida pela discussão dos temas do dia a dia da política brasileira dominados naquele momento pela expectativa de prorrogação, pelo governo, dos mandatos de prefeito e vereador.

Eu quero dizer que, ao término desta nossa reunião, nós ficaremos muito honrados se vocês – assim o desejando, é claro – formalizarem a presença e as palavras que aqui foram proferidas com a assinatura em um livro em poder do secretário-geral, das lideranças e dos estudantes que aqui vieram ter. É a vinculação ao PMDB. Vocês sabem que o ato de filiação é fundamental para dar condição de atuar no partido e nele ocupar qualquer cargo. A filiação em termos regulares deve ser feita – terá que ser feita – na ficha própria. Contudo, como estamos ainda na fase inicial da organização partidária e estamos diligenciando a obtenção das fichas por parte do Tribunal Superior Eleitoral, nós não temos esse elemento que realmente regulariza a filiação. Mas a assinatura no livro já significará, sem dúvida nenhuma, a solidariedade que muito nos desvanece por parte dos líderes estudantis que vieram a Brasília para este ato e também dos estudantes de Brasília que aqui se encontram.

Meus amigos, ao encerrar este nosso encontro, e sei que teremos outros nos estados e municípios, desejo ressaltar aquilo que aqui foi dito por todos os que falaram: a importância fundamental da presença do estudante na vida política de uma nação, notadamente na oposição. Partido da oposição que não tenha a participação do estudante não é verdadeiramente um partido de oposição. Os estudantes, pelo seu idealismo, pela sua generosidade, pela visão magnânima que têm do futuro e do seu país, inclinam-se naturalmente para os partidos de oposição. É muito significativa a vinda aqui de estudantes pertencentes a organizações tão importantes como, por exemplo, a UNE, sem que se envolva, claro, compromisso da UNE. A UNE é uma entidade apartidária, mas os seus filiados, os seus dirigentes, têm o direito – e devem exercitá-lo – de participar da vida partidária e política da nação. Porque, se não, estarão coonestando e endossando o embuste de que estudante só existe para estudar; que

estudante só atua na faculdade, só atua na escola, não pode participar da vida política da nação. O estudante pode e deve participar dos partidos e pode participar dentro das escolas, inclusive, convidando representantes de todas as agremiações partidárias para o amplo debate dos assuntos políticos, econômicos e sociais. Por isso, quero dizer, com relação ao nosso partido, que nós julgamos indispensável, fundamental, essencial, a participação, os debates, a conversa franca e sincera com os estudantes de todo o país. Queremos e pedimos isto. Desejo dizer a vocês que, na humanidade, os movimentos de importância fundamental na sua evolução, inclusive na vida das nações, notadamente no momento de perigo, da adversidade e da incerteza, sempre imortalizaram personalidades jovens. Jesus Cristo era um jovem, morreu com pouco mais de trinta anos de idade. Com a idade de vários de vocês que aqui estão, estava fazendo uma pregação imortal, salvadora, redentora da humanidade. Jovem era Pedro I – morreu com trinta e quatro anos no Palácio Queluz, em Lisboa. Joana D’Arc não era estudante, mas era uma jovem e, melhor do que qualquer figura na França e no mundo, ela encarnou a chama da liberdade, da inconformidade, da insurreição, para a defesa dos valores espirituais e fundamentais. No Brasil, na luta nascida em São Paulo e com o apoio de outros estados, para que tivéssemos uma Constituição, a Revolução Constitucionalista de 1932 teve a participação dos estudantes e o sacrifício de quatro deles, mortos, gerando a sigla MMDC, pelas iniciais de seus nomes. A chacina desses jovens levantou os democratas deste país e deflagrou a luta pela democratização imediata do país.

Meus amigos, quero dizer a vocês que a filiação partidária é fundamental para que os estudantes tenham condições de atuar na vida partidária. Desejo ainda dizer que, por determinação de lei e dos nossos estatutos, os estudantes terão a participação não só como filiados, não só mobilizando, dinamizando, agilizando nossas reuniões, nossos comícios, nossas concentrações, mas eles terão também representatividade.

Os estudantes terão representantes, em número de dois, como os trabalhadores, nos diretórios municipais, nos diretórios estaduais e no diretório nacional; e também nas comissões executivas respectivas, democraticamente eleitos pelos seus movimentos, pelos seus departamentos. Terão, também, delegados às convenções, todas elas: a municipal, a estadual e a nacional. Agora estamos organizando o partido, e eu sei que é o desejo de vocês que na constituição dos órgãos partidários, inclusive os relacionados com os jovens, não deve haver imposição, mas representatividade das bases municipais e regionais. Louvo a movimentação dos

estudantes para que tenhamos a filiação, porque é fundamental que nós a tenhamos para que possamos até ter, primeiro, o registro provisório e, depois, o registro definitivo do partido. Eis um trabalho essencial, sem o qual não há diretórios, nem departamento de estudante, nem do trabalhador. A filiação partidária é essencial. Nós vamos ter agora contatos – e eu, ainda hoje, vou ter contatos com as lideranças de vocês –, a fim de esquematizarmos um trabalho amplo, organizado, para que globalmente os estudantes participem dos nossos trabalhos e das nossas responsabilidades, sem sectarismos nem facciosismos, nos termos que a lei estabelece.

Desejo dizer a vocês, meus amigos, que os estudantes representam um segmento, representam uma parcialidade da sociedade brasileira. O estudante, como o médico, o advogado, o dentista, o portuário, o metalúrgico, o lixeiro constituem, sem dúvida nenhuma, uma denominação da categoria ou da área que ocupam. Mas, para qualquer cidadão, aqui no Brasil como em qualquer parte do mundo, inclusive para os estudantes, porque para ser estudante é fundamental que, na verdade, seja um homem, a luta política só é válida quando ele não se dissocia da verdade, para não ser um mentiroso. E é isso que não está acontecendo no Brasil. O primeiro dever do homem que atua na vida pública em qualquer escalão é ser sincero, falar a verdade ao povo brasileiro, o que, infelizmente, nesses dezesseis anos não tem ocorrido. É preciso que não se desvie da moral, da justiça, que tenha caráter. Sem liberdade não há homem, cultura, educação. Isso ocorre no Brasil. Não por culpa dos estudantes, por culpa do arbítrio, porque nós somos as vítimas, estamos lutando para que tenhamos esses direitos. Contra esse regime de exceção, essas trevas de truculência que se abateram sobre o país e que oprimem principalmente os estudantes, fazendo tantas vítimas no Brasil. Quero dizer, portanto, ao afirmar isto, que é claro que vocês têm seus deveres nas universidades, nas suas escolas, com seus currículos, com seus professores, com suas obrigações escolares e seus deveres universitários. Mas, acima de tudo, existem deveres com a sociedade, com a nação, com a participação na vida política e na via partidária. E no cumprimento destes deveres, com a ajuda de vocês, nós reconquistaremos a liberdade e a democracia com justiça social para o Brasil. Assim sendo, meus amigos, desejo dizer a vocês que no nosso partido temos compromissos, ao longo de quatorze anos de lutas, com nossos sacrificados e nossas vítimas. Para não me alongar e trazer elementos objetivos a vocês, quero dizer que, ainda agora, na presente semana, nós estamos demonstrando a nossa sinceridade, que falamos, mas que também

cumprimos. Não estamos para declamar demagogicamente problemas enfeitados com belas palavras de liberdade, de democracia, de participação dos lucros, de distribuição de riqueza. Não usamos uma linguagem bilíngue: lá fora, principalmente nas vésperas das eleições, prometendo democracia, mas aqui dentro desta Casa, no plenário do Senado, no plenário da Câmara dos Deputados, na hora de votar, o comportamento é outro. Ainda agora, por exemplo, quando devia ser votada a urgência para uma proposição que realmente viabiliza a participação de todos os partidos nas eleições municipais deste ano, o partido do governo desertou do plenário para não votar, quando nós lá estávamos para dizer sim. Outro teste de sinceridade, meus amigos, para que não fiquemos nas palavras, nos gorjeios da retórica: nós votaremos a Emenda Lobão, que restabelece a eleição direta de governadores, mas o governo e seu partido, pelo escapismo, recusam presença, negam quórum. Nós votamos a Emenda Lobão para que os inquilinos, com o apelido de governadores, sejam expulsos dos palácios governamentais. Vocês e a opinião pública devem registrar, para o repúdio nas eleições, os que não honram compromissos assumidos com o povo.

Desejo destacar a importância das eleições municipais deste ano. Vocês sabem que o Brasil tem uma extensão continental – quatro mil municípios. A eleição municipal movimentava cerca de cem mil candidatos, vocações, inclusive jovens, no aprendizado inicial, na vida municipal. Esta Carta castrense que está aí, imposta ao povo brasileiro, mesmo ela estabelece taxativamente, em seu art. 219, que devemos ter eleições municipais para prefeito e vereadores no presente ano. Nós vamos exigir, em nome da nação brasileira e de vocês, que realmente tenhamos essas eleições. Não aceitamos a indigna, a indecente, a ignomínia política da prorrogação de mandatos. Esta Casa não pode prorrogar mandatos de ninguém. Os mandatos são dados pelo povo. É exigência da democracia a temporariedade dos mandatos. O povo recupera a sua soberania pela temporariedade dos mandatos. Portanto, eles são improrrogáveis. Nós aqui, a começar por mim, confesso, não conhecemos sequer o nome dos quatro mil municípios do Brasil e o nome dos vereadores e dos prefeitos. Há prefeitos que têm cumprido os seus deveres, bem como vereadores, mas há muito prefeito e vereador ladrão, incapaz, corrupto. Nós não podemos, aqui no Congresso Nacional, impor aos municípios o sofrimento dessas administrações desastrosas. O partido pelo qual vocês optaram, junto com vocês, lutar para que tenhamos eleições, tenhamos

candidatos, e vocês irão nos ajudar nas campanhas em que levaremos as nossas mensagens e o programa partidário a todo o país.

Eu deixo a vocês o meu abraço, o meu agradecimento, em nome do PMDB. O PMDB precisa de vocês, estudantes do Brasil, mas permitam que eu diga, vocês também precisam do PMDB. O PMDB é uma trincheira ensopada pelo sangue dos que foram torturados e perseguidos. É uma trincheira de suor pelo nosso esforço inaudito pela conquista das liberdades públicas durante quatorze anos por todo este país. É uma trincheira molhada pelas lágrimas das viúvas e dos órfãos, que perderam pais, maridos e filhos, e é uma trincheira da oposição confiável sim, mas não confiável ao Planalto, confiável ao povo brasileiro. E vocês venham conosco ocupar esta trincheira de sacrifício, de sangue, de honra, porque desta trincheira iremos sair para hastear na vida pública brasileira a bandeira branca digna e honrada da liberdade, da democracia e da justiça social.

A transfusão na transição MDB-PMDB

Reunião da Comissão Organizadora Nacional e comissões estaduais do PMDB, em 17/9/1980.

Uma definição do novo PMDB a partir das definições do antigo MDB, extinto pela reforma partidária que revogou o bipartidarismo instituído desde 1966.

A oposição é inevitável, porque o erro é inevitável em qualquer governo. A oposição não deve se presumir profética, nem o governo se autopromover em sábio e infalível. O governo governa e a oposição se opõe, é o óbvio sempre citado, nem sempre praticado. Opor-se com responsabilidade não é subversão. Subversão é ameaçar, perseguir, interditar, aliciar a oposição ou procurar administrá-la.

O MDB ontem, o PMDB hoje, o PMDB enquanto for oposição vai opor-se. Como o PMDB não é partido dogmático, o que presta por ele é apoiado; o que não presta por ele é denunciado. Esse o dever da oposição para com o Estado democrático, em nome de quem também fala, e o compromisso da oposição para com os que nela se filiam ou a elegem. A oposição há de ser honrada e a honra da oposição repele conchavos e conluios. A ditadura é una. A democracia é de partidos, é pluralista, porque a sociedade é de opiniões e não monolítica. A oposição pode errar, porque é humana. O que não pode é trair, porque perdendo a identidade, com a credibilidade, perde a face. União, só com a verdade. União com a apostasia de princípios tem o nome de cumplicidade ou colaboracionismo.

É dura, desigual e perigosa a luta contra o arbítrio. A palavra é a arma da oposição e a força é a reação da tirania. O PMDB é um partido que tem memória. Não esquece seu passado, não se envergonha de seu nome.

É seu o canto de Gonçalves Dias:

“Nosso índio errante vaga,
E por onde quer que vá,
Os ossos dos seus carrega”.

Por onde quer que vá, o PMDB carrega o sacrifício de suas vítimas e de seus perseguidos, representados por três líderes no Parlamento cassados: Mário Covas, Martins Rodrigues e Alencar Furtado.

O PMDB carrega os ossos de seus mártires, como os do deputado Rubens Paiva e do jornalista Vladimir Herzog. Carrega-os, não para a vindita, mas porque também os mortos vigiam e governam os vivos.

Nação sem democracia é nação sem política. Arbítrio não é política. A começar pela etimologia, porque é poder sem povo, frequentemente exercitado contra o povo e a favor de privilegiados.

O Brasil verdadeiramente só passará a ter política a partir de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O PMDB quer a Assembleia Nacional Constituinte para eleger e para transformar. Para eleger, além dos que já são eleitos, o presidente da República, os governadores, todos os senadores e todos os prefeitos. Somente a sociedade pode conferir mandatos. Só o voto confere representatividade. Sem representatividade, não há legitimidade e sem legitimidade, não há credibilidade. Eis a causa da crise brasileira.

O PMDB ganhou pelo voto majoritário as eleições de 1974 e de 1978, mas pela usurpação perdeu o governo do país e de muitos estados.

Pela recente prorrogação de mandatos, a crise da ilegitimidade contagiou os municípios do país. O decoro está na ordem do dia. Mas o decoro dos parlamentares e das galerias impõe que não sejam apresentadas, recebidas e aprovadas proposições indecorosas. A respeitabilidade do Legislativo não depende de engravatar as galerias, mas de que não se perfile como sentinela do arbítrio.

O governo e sua submissa maioria, para serem respeitados, primeiro devem respeitar-se. Queixam-se do que ouvem, mas se esquecem do que fazem. Como reação de legítima defesa, a violência das palavras, se é que existe, fere e destrói muito menos do que a violência da falsidade das apelidadas eleições indiretas; da sublegenda e da Lei Falcão, que encena a farsa de eleição sem informação; da mutilação da federação e da soberania popular no Senado, pela invasão da horda dos biônicos; da demolição do prédio e do não reconhecimento da UNE, prodigalizando dinheiro para mordomias e obras faraônicas e sonogando recursos para matrículas, para os professores e para a expansão universitária; da segurança nacional promovedora da insegurança de trabalhadores que lutam por melhores salários, com a autonomia sindical conspurcada pela intervenção federal e suas melhores lideranças presas ou processadas; do esmagamento da empresa, notadamente da média e da pequena, pelo capital estrangeiro e por juros de até 20% ao mês; da alucinante inflação de 107%, que o povo

paga ganhando pouco, gastando mais para comer menos, sob a ameaça de perder o emprego; da solvabilidade e da pontualidade do Brasil como devedor dependerem da clemência de credores internacionais, pela gigantesca e temerária dívida externa; dos atentados, até agora impunes, à Igreja, à Ordem dos Advogados do Brasil, à livre circulação da imprensa, à sede de partidos políticos e a parlamentares.

Fundamentalmente, o PMDB se compromete com uma Assembleia Nacional Constituinte para transformar.

A injustiça da sociedade brasileira oprime milhões de seres humanos pela fome, doença, analfabetismo, desabrigo, insegurança no emprego e desemprego.

O que desestabiliza a pirâmide social brasileira é estar assentada em seu vértice, no qual as minorias concentram a grande maioria dos recursos.

Como pode deixar de ruir um edifício que, com insânia, se obstina em equilibrar-se na ponta e não na base?

Transformar a sociedade é operar a reversão dessa pirâmide humana para que a justiça social a sustente e estabilize. Mudar estruturas, não apenas mudar homens.

Tarefa dura, difícil e desafiadora. Quem tem não quer dar e quem não tem quer tomar. É urgente obra de Estado e não rotina da administração, sem sangue nem comoção, pela justiça distributiva, dar a cada um segundo sua necessidade, e pela justiça comutativa assegurar a cada um segundo sua capacidade.

Deus criou o trabalho. Foi o homem quem inventou o capital. Está escrito na Bíblia que o homem foi colocado na terra *ut operaretur*, vale dizer, *para trabalhá-la*. Com isso, Deus quis libertar o homem da escravidão ou da morte pela fome, frio, feras, intempéries, doenças, ou pela ignorância. Deus não quis livrá-lo da escravidão da natureza para condená-lo à escravidão de outros homens. Portanto, primeiro o trabalho, depois o capital. Sem o trabalho, como causa, não resulta o capital, como efeito. Logo, o Estado que não reconhece tratamento prioritário ao trabalho não cumpre seu primeiro dever, que é fazer justiça no magistério genial de Ihering.

O compromisso político do PMDB é democratizar o Estado, legitimando-o pela representatividade. O compromisso social, cristão e popular do PMDB é democratizar a sociedade, transformando-a de

usufruto de ricos em consumo de todos. A obra-prima do Estado é o bem-estar do homem.

O PMDB quer a paz. Paz entre as nações e paz entre os homens. Quer a paz, mas a paz social, não a paz armada, a paz silente e encharcada de lágrimas do cemitério, a paz quietista da morte, do medo, da submissão. Quer a paz com justiça, porque fora da justiça não há paz.

O PMDB não luta por uma Constituinte formal, cortês ou cosmética. Seria a mímica no cumprimento do dever social.

A Constituinte é um processo de luta para revolver as vísceras e os intestinos do capitalismo selvagem, que mata mais do que as guerras e as epidemias, é genocídio, vale dizer, crime contra a humanidade.

Cuidarei, agora, de reiterar compromissos imediatos do PMDB.

Não há democracia sem eleições, não há eleição sem voto livre, não há voto livre sem veículos, ou seja, partidos, para que o transfira da consciência do cidadão para as candidaturas.

Urge, assim, organizar os partidos para que de interinos se efetivem em definitivos. Urge reunir o pouco que resta da cidadania cívica para a conquista do muito que ainda falta. A solércia do arbítrio, velha de dezesseis anos, adia para ficar. A liberdade não chegará se não apressar o passo. Para o PMDB, a tática é antecipar e não procrastinar, é avançar e não recuar.

É oportuno, aqui e agora, malsinar o processo elitista e censitário premeditadamente arquitetado para a criação de partidos no Brasil. O arbítrio buscou aristocratizá-los como clubes fechados, guardados por solene, dispendiosa, prolixa e lerda burocracia. Partido não é cartório de notas e títulos, para recenseamento e o reconhecimento de fichas, datas, seis assinaturas, abonamentos, números, assentimentos, nome do pai e da mãe, enfim, repetição fatigante e cara do título eleitoral. Partido é mutirão do povo para construir a casa do povo. É a vontade, e não o papelório, que enlaça o cidadão ao partido.

O PMDB abomina o terrorismo. O terrorismo é contra o Estado, quer seja de esquerda ou de direita. Destrói a segurança da sociedade, portanto, do homem. Ou o presidente João Batista Figueiredo vence o terrorismo ou será vencido por ele. Nesse desafio e nessa ação tem nosso apoio, pois ou acabamos com o terrorismo ou o terrorismo acaba com todos nós. Se as punições não vierem ou tardarem, a impunidade explodirá novas bombas sobre a autoridade do presidente da República.

Fui procurado pelos presidentes Flávio Marcílio, da Câmara dos Deputados, e Djalma Marinho, da Comissão de Constituição e Justiça, para que o Congresso, por intermédio do então MDB e da Arena, elaborasse e aprovasse emenda constitucional restituidora de certas prerrogativas inerentes ao Poder Legislativo.

O acordo teve a responsabilidade das direções e lideranças partidárias, que indicaram seus representantes para a discussão e aprovação unânime do texto honrado com o nome de Emenda Flávio Marcílio.

Acordo não pode ser aviltado em tramoia, que permitirá enxotar da emenda a imunidade e a inviolabilidade, forçando congressistas a não permanecerem no Parlamento para defender o povo, para frequentarem tribunais, para se defenderem da prisão. Prerrogativa de poder é como a virgindade: ou tem ou não tem. Será abominável, por igual, homiziar nela decisão legislativa por decurso de prazo, com a histriônica rejeição pelo calendário de emendas à Constituição, se de iniciativa parlamentar, ou a aprovação presumida, inclusive de projetos de lei, se originários de mensagem do presidente da República.

É espantoso: a proposição congressual é punida, enquanto a do Executivo é entronizada, ambas por obra do tempo ou do relógio. É o expediente da vadiagem remunerada, o recurso do escapismo. Se o trabalhador falta ou chega atrasado ao serviço, é castigado em seu salário e outras vantagens. Ausências injustificadas demitem o funcionário público. Senadores e deputados da Maioria, com o poder e a responsabilidade decisórios de dizer *sim* ou *não*, não dizem nada, omitem-se e em projetos ou emendas à Constituição, como robôs, autoaprovam-se ou se autorrejeitam.

O Poder Legislativo está no dever de repelir esse golpe branco, com seu fechamento de fato, pela incapacidade de decidir precisamente as matérias mais importantes, a não ser que decrete sua própria falência.

O PMDB honrará o acordo, votará a favor da Emenda Flávio Marcílio sem mutilações, não trairá o Poder Legislativo, pois o mandato é de trabalho e não de aposentadoria.

A opinião pública saberá pelo PMDB se a emenda do presidente da Câmara dos Deputados for degradada em emenda do buste.

O PMDB proclama que gestiona a rápida aprovação da emenda constitucional que restitui aos estados o direito com que a federação os titula de eleger por voto direto seus governadores. Voto pessoal, por-

tanto, sem intermediações espúrias e para todos os cargos eletivos; voto secreto e universal, sem a odiosa discriminação contra os analfabetos, eis o pacto popular e social do PMDB.

Nas atuais circunstâncias do Brasil, o PMDB denuncia a manobra continuísta e imobilista do voto distrital, para abortar outra crise de representatividade com partido majoritário no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas e minoritário na nação e nos distritos. Repele o banimento das minorias e da renovação pelos jovens. Opõe-se à conspiração contra a dinâmica de um país em transformação como o Brasil.

O voto distrital é mais vulnerável ao poder econômico, pois a poça d'água pode apodrecer, mas o oceano não. O sistema proporcional é o molde plástico e sensitivo para um país em cotidiana transformação, com mais gente na cidade do que nos campos, mais crianças nascendo do que velhos vivendo, a indústria rivalizando com a agricultura na criação de riquezas para o consumo e a exportação, em que o analfabeto não é mais ignorante, pelo milagre do rádio, da televisão e do cinema.

O PMDB é pela permanência na legislação eleitoral do voto como dever, pois a epidemia de vírus antidemocráticos mobilizados para anemiar ou matar a vontade política da sociedade intenta substituir o voto popular pelo voto elitista, por meio do truque da votação espontânea.

Ao terminar enfatizo que a política é o destino do PMDB.

Pela política, o Brasil se salvará ou se perderá. Quem não se interessa pela política, não se interessa pela vida.

Hoje, não basta se defender do Estado pelos clássicos direitos e garantias individuais. É vital entrar no Estado, como credor de prestações como emprego, saúde, educação, habitação, transporte, lazer.

Karl Deutsch, o sábio cientista político que vem de nos visitar, adverte que se a civilização for destruída e a maior parte do gênero humano for morta, não será por praga, peste ou cataclismo, mas pela política. Literalmente, a política é caso de vida ou de morte.

Companheiros, chegou a hora da definição, portanto, a hora do risco. Há horas em que o maior risco é não assumir o risco de definir-se.

O terrível risco do Brasil é ter um povo sem política e uma política sem povo ou contra o povo. A identificação popular, representativa e histórica da sociedade com o Estado é o imperativo sociológico do PMDB. Essa identificação está no universo da Assembleia Nacional Constituinte.

Quanto a mim, como presidente da Legenda da Esperança, mas da esperança com urgência para os desesperados, destituídos e despossuídos, rogo a Deus que eu tenha a coragem de agir, ainda que com perigo de errar, na crença de servi-lo, em lugar da covardia de me omitir, pelo medo de ofendê-lo.

A oposição sob o risco da fragmentação

I Convenção Nacional do PMDB, em 6/12/1980.

Ulysses discorre sobre o processo de organização do PMDB a partir das bases do extinto MDB e, por meio de um apelo às coligações nos estados e municípios, expõe um sinal da preocupação com os riscos da redução da força oposicionista como consequência da fragmentação estimulada pelo fim do bipartidarismo.

Quero, ao me dirigir aos nossos companheiros convencionais, afirmar que encerramos agora uma fase e uma etapa de importância capital para que possamos inscrever nossa agremiação política no Tribunal Superior Eleitoral da nação com seu registro definitivo. Como presidente nacional do partido, desejo afirmar que nós nos preocupamos, na Direção Nacional, em hierarquizar os nossos trabalhos e a nossa atuação. Entendemos que fundamentalmente deveríamos, com serenidade, organizar o nosso partido. Se nós, do PMDB, nos propormos a organizar, ordenar a nação para termos autoridade, inicialmente deveríamos organizar a nossa casa, organizar o nosso partido. Os esforços foram ingentes e desejo aqui consignar a tarefa maior, a mais difícil. Frequentemente desajudada, coube a esta base popular, a esta seiva do PMDB, que são os militantes, organizar o partido, porque em um prazo tão rápido, por mais recursos que pudéssemos ter, sem essa base espontânea, natural, esta sustentação popular, não teríamos organizado o grande partido da esperança de redenção democrática desta nação, que é o PMDB. Estamos organizados no nível municipal, no nível estadual, no nível dos territórios e agora cumprimos a tarefa no que tange ao diretório nacional. Eu entendo ser uma tarefa primordial para a futura direção, que emergirá da decisão soberana desta convenção, coordenar a organização partidária. Teremos o levantamento, por meio das atas dos municípios, de onde existe a nossa organização peemedebista. Mas é fundamental que o nosso partido cubra todos os municípios do Brasil, sem exceção. Só há verdadeiramente um partido quando existe esse embasamento telúrico e social de todas as comunas da nação, para que possamos para lá mandar os nossos recados, as nossas mensagens, a nossa literatura. Inclusive, teremos um jornal, para cuja realização pedimos a experiência do líder Freitas Nobre, um grande jornalista que coordenará esse trabalho. Incrementaremos também a atuação do Instituto Pedroso Horta, que, se

esta convenção admitir – e ela será consultada –, será transformado em uma fundação, com recursos advindos até de dotações orçamentárias, o que lhe dará a possibilidade de uma atuação muito mais ampla.

Mas é fundamental que nos organizemos nos municípios e nos distritos, a fim de que não haja fraude, a fim de que não roubem cadeiras de deputados estaduais, de parlamentares, senadores e deputados, como já ocorreu. Esta vigilância na atuação local, inclusive para isto, é fundamentalmente essencial. E me permito, meus amigos, também afirmar que, no plano institucional, continuamos com uma grande missão, uma grande tarefa a executar: precisamos derrotar, derrotar duas vezes. Derrotar, primeiro, o arbítrio e o regime autoritário que infelicitou esta nação. Esta é a nossa grande luta. Não seremos uma nação, uma sociedade, não haverá participação, não haverá sindicatos, este congresso não será congresso, deputados não serão deputados, senadores não serão senadores, os trabalhadores não terão os seus direitos respeitados, os estudantes, inclusive os da UNE, não terão a sua organização atendida, os intelectuais e a Igreja vão ser caluniados, vilipendiados e mal compreendidos, como hoje está ocorrendo, enquanto não derrotarmos o arbítrio, com a reimplantação de uma democracia neste país. E depois, concomitantemente à luta contra o arbítrio, teremos de derrotar a organização oficial, o partido oficial que dá suporte a esta situação. Derrotá-lo nas eleições, nas urnas, isso será uma regra, meus amigos. Por quê? Porque já ganhamos pelo voto majoritário nas eleições de 1974 e nas de 1978. E, se ganhamos em tantos estados, vamos novamente ser vitoriosos coligados com os demais partidos da oposição. O nosso propósito é criar regras de harmonia e de entendimento na caminhada que já está em marcha, a fim de, repito, triunfarmos nas eleições de 1982.

Meus amigos, o presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, que frequentemente é um homem de bom humor, num momento de azedume, rotulou setores – não sei bem quais – como azedos, críticos contumazes da situação que aí está. Não sei se foi conosco. Mas o que ocorre é que, se esse azedume existe, a crítica e até o desespero são de toda a sociedade, de toda a nação brasileira.

Afirmou o presidente que não oferecemos alternativas. Mas somos os veteranos, os especialistas, nada mais fazemos, inclusive nesta Casa, do que oferecer alternativas para esta nação. Se realmente o presidente quer uma alternativa, nós aceitamos indicar a alternativa das urnas e a

chance de a sociedade eleger homens do partido, inclusive para ocupar a Presidência da República.

Esta é a alternativa que reclamamos e que foi trancada, obturada, foi suprimida à manifestação da vontade política desta nação. Porque não somos nós, é a sociedade que afirma que sem urnas, sem eleição, sem voto direto, para qualquer cargo, a começar pelo de presidente da República, não há representatividade. Se não há representatividade, não há legitimidade, e se não há legitimidade, não há credibilidade. Esta é a grande doença que infesta e infelicitiza a nação. Querem alternativas? Aí está nosso programa oferecendo, em todos os campos, as soluções possíveis para consertar esta nação, porque o presidente disse, reconhecendo que ela está desconcertada, que não oferecemos receitas para consertar a nação. Estão aí há dezesseis anos. Desconcertaram este país e agora o presidente incrimina a oposição por este episódio ou pela circunstância de não oferecer o remédio devido. A solução nós daríamos se tivéssemos as rédeas da nação, porque o PMDB possui a vocação e a capacidade para governar, podemos enunciar isto com segurança, pois não há partido nenhum neste país que tenha nos seus quadros lideranças não impostas, mas emergentes do seu talento, da sua argúcia, da sua vocação, como o PMDB.

A capacidade de governar, mas governar com a periferia, com teor social, ouvindo as grandes massas sofridas da população, temos atestada pela circunstância de companheiros nossos terem sido eleitos para prefeituras que têm até um orçamento e um eleitorado superiores aos de vários estados da federação. A regra tem sido uma administração peemedebista ser confirmada posteriormente pelo acerto de suas ações, principalmente pela sua significação popular. Aí está o testemunho, aí está a prova.

Se se fala, como o presidente, nas alternativas oferecidas, recordemos, por exemplo, no que tange a um dos poderes, o Poder Judiciário, que as oferecemos junto com a figura do partido do governo, o saudoso homem que honrou esta Casa, depois o Senado e o Paraná, Acióli Filho, quando apresentamos a reforma que o Judiciário desejava. E nós sabemos o que ocorreu e que esta reforma por nós oferecida não foi aceita e, por ter sido rejeitada a proposta governamental, esta Casa, o Congresso foram temporariamente fechados, impostos um castigo e a vergonha da solução biônica.

Quer uma alternativa? Ainda há pouco, nós aqui perfilávamos em torno de uma emenda para recuperar algumas das prerrogativas do Poder Legislativo desta nação, emenda que resultou de um consenso de

vontades, trazendo o nome do presidente Flávio Marcílio e do honrado presidente da Comissão de Justiça, Djalma Marinho. O Congresso foi traído dentro do próprio Congresso, e impediu-se, pelo menos, que essas parcas prerrogativas fossem restituídas.

Querem uma alternativa? Ainda na votação da emenda para a eleição direta, tive a honra, em nome do partido, porque foi decisão partidária, de propor a condição para alternatividade política nesta nação presidencialista com o concentracionismo existente e a abolição praticamente da federação para eleição de presidente da República. E esta alternativa democrática também foi recusada. Compendiando tudo isso, e sendo o universo de tudo isso, oferecemos a alternativa, que é a da História, que é a da tradição, a alternativa dos publicistas de Direito Público na experiência internacional, a alternativa da paz, da concórdia, do convívio civilizado, a alternativa da honra, a alternativa da integração, aquela que realmente fraternizará e reunirá toda esta nação, que é a da Assembleia Nacional Constituinte.

Há palavras, há instituições que são um símbolo. O desconcerto, a dessintonia na França com o Estado, o poder, então reinol, e, principalmente, a opressão das grandes massas, fizeram com que o povo se organizasse e tomasse a Bastilha, que ficou para sempre como o símbolo da prepotência, da tirania e da ditadura.

Há muito tempo, estamos percorrendo o país com a pregação da Assembleia Nacional Constituinte. E ainda dizem que é preciso explicar a Assembleia Nacional Constituinte. Estamos elaborando um texto mais acessível, no seu aspecto formal, na sua tecnicidade. Mas, hoje, a Assembleia Nacional Constituinte traz multidões, traz gente das fronteiras do Peru e da Bolívia. Fala-se de candidaturas para esta bandeira, para este símbolo, porque é com ele que nós iremos, por meio da Assembleia Nacional Constituinte, tomar o poder nesta nação.

Desejo, amigos, fazer uma referência – perdoem-me se me alongo um tanto mais nesta tribuna –, desejo trazer a nossa solidariedade, a nossa adesão entusiástica, o nosso orgulho de sermos cristãos, de termos uma igreja da coragem, da percepção social, da capacidade de martírio e de heroísmo como esta que atua no Brasil. E este documento corajoso, lúcido, esta tomada de posição de D. Ivo Lorscheiter, recentemente, tem, eu sei, não só o nosso, tem a solidariedade, o respaldo e o apoio de toda a nação.

Meus amigos, nós teremos, este ano, um episódio que é importante na definição das responsabilidades. Nós já fizemos uma opção, nós, esta Casa, já tomamos uma decisão: para sentar nessa cadeira como presidente da Câmara dos Deputados, nós queremos um presidente da instituição, da independência deste poder. E é por esta razão que, por unanimidade, primeiro na Comissão Provisória Nacional e depois na bancada, de pé, sob ovação, resolvemos formar ao lado, primeiro, de uma tese, de um princípio, de um pressuposto, depois de um homem que tem credenciais de caráter e de coragem para merecer o nosso voto, que é o deputado Djalma Marinho, candidato a presidente da Câmara dos Deputados. E eu, que sou presidente de partido, quero dizer que sou muito sensível à unidade partidária, à inexistência de dissidência partidária, mas quero também sublinhar aqui que o argumento na sua pureza e na sua ortodoxia não pode ser invocado. Candidatura dissidente não é a do deputado Djalma Marinho, é a candidatura oficial, dissidente deste dogma fundamental que está no portal, no vestíbulo das Constituições democráticas, isto é, que todo o poder vem do povo e em seu nome será exercido. Nós somos representantes do povo e não serviçais do Palácio do Planalto. Dissidente é essa candidatura oficial, porque ela não estampa, não representa, não estereotipa, nessa tripartição de poderes, este outro dogma, esta cartilha essencial que é a independência dos poderes. Vamos ter pelo menos independência, já que não temos competência nas nossas funções para fazer com que nos ajudem a respeitar esta Casa, para que ela tenha uma boa imagem, a recuperação das prerrogativas. Vamos, em termos de respeito e não dissidentes do princípio da independência, lutar por esta candidatura, que não é da oposição, repito, é uma candidatura republicana, é uma candidatura da instituição. Eu, que não gosto de me meter em seara alheia, *en passant*, gostaria de dizer que esta candidatura oficial me parece dissidente do próprio programa do PDS, que fala em democracia, que fala em congresso independente e que, sistematicamente, aqui tem desmentido, nos seus votos, essas solenes e retóricas afirmações da prerrogativa do programa. Vamo-nos aprestar para as eleições de 1982. Eu gostaria de afirmar que esta eleição é de importância indiscutível, devemos eleger prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores, mas ela se embute, ela está inserida num contexto universal e abrangente da luta contra o arbítrio e pela democracia no Brasil. Este é o princípio filosófico, fundamental em termos dessa campanha. Eleger governadores, sim, para que cheguem aos palácios governamentais estaduais, que não devem ser vistos como

uma estação não de destino, mas como uma estação de baldeação, porque o que nós desejamos ao povo é esse comboio carregando o povo brasileiro para a verdadeira estação de destino e desembarque, que é eleger presidente da República. Ocupar pelo voto popular o Palácio do Planalto. A tendência, meus amigos, é a oportunidade para a campanha da nossa sinceridade, da necessidade institucional, fundamental deste país. A grande candidatura não será propriamente de deputados, de prefeitos, de governadores. Nós vamos candidatar nesta oportunidade a Assembleia Nacional Constituinte para que se vistorie na consciência, na organização e na unidade populares. Meus amigos, ao terminar, quero dizer, até sob forma de escusas, da maneira franciscana – parece que estamos num convento – com que recebemos os companheiros. Os conventos ainda costumam oferecer hospedagem e alimentação. Nem isso nós podemos fazer. Não digo oferecer uísque, canapés e o caviar, nem um chope, nem uma cerveja. Este partido, na sua história, no seu passado e ainda hoje, é um partido sem dinheiro e por isso um partido cheio de necessidades. Mas posso dizer – não são palavras, é o testemunho da verdade – é um partido sem dinheiro, mas um partido autônomo, independente. Não temos qualquer vinculação com grande, médio ou pequeno empresário, com capital nacional, estrangeiro ou multinacional. Somos fortes, mas a nossa força aí está, porque até nisso nós representamos as agruras e o sofrimento do povo brasileiro. Somos pobres, mas honrados, decentes, independentes e, principalmente, sem medo. Esta é uma capital maravilhosa, uma capital rica de um país tão pobre. Mansões, palácios, recepções. Saio daqui, confesso, muito cansado – porque organizar uma convenção dá mais trabalho do que fazer o casamento de uma filha – e ao sair daqui, meus amigos, na boca da noite, fiquei extasiado, maravilhado, com o espetáculo feérico. Parecia que estava entrando no reino do país das maravilhas, dos contos de fada, com esta iluminação das festas natalinas. Já tive oportunidade, meus amigos, de presenciá-las na Itália, França, Inglaterra e nos Estados Unidos, países que cultivam essa bela tradição. Não vi nada assim tão belo, tão feérico, tão extraordinário. Mas acudi no seguinte: tantas luzes aqui na capital e tantos, nas minhas andanças neste país – já em número de nove –, casebres, tantas choupanas, tantas favelas sem luz, sem pão, sem médico, sem saúde, na maior miséria. E esta condenação injusta advém principalmente deste regime elitista, protetor de minorias, que desabou sobre a nação após 1964. Há quase dezessete anos o MDB – e agora o PMDB – é uma tocha que nós temos levado pelo Brasil afora, hoje em-

punhada por milhões de mãos, de braços de brasileiros, tocha esta que, por empunhá-la, tantos tombaram, tombaram fisicamente assassinados como Rubem Paiva, tombaram outros que foram cassados, presos, demitidos, exilados, mas foram substituídos. Esta tocha continua, inclusive no que tange ao nosso partido, nas nossas mãos, nesta convenção. Nós vamos sair daqui mais revigorados no propósito de fazer com que esta tocha, através da sua luz, finalmente ilumine não só nesta capital, mas em todo o país, ilumine com sua luz popular da democracia com justiça social os caminhos de dignidade, de redenção e de salvação.

Necrológio de Cunha Bueno

Câmara dos Deputados, em 6/1/1982.

Publicado no DCN-I de 7/1/1982, p. 61.

O ex-deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno havia sido o colega mais próximo de Ulysses desde a juventude. Formaram-se na mesma turma, montaram juntos o primeiro escritório de advocacia e pertenceram ao PSD.

Com a morte de Antônio Sílvio Cunha Bueno, desapareceu um autêntico homem público. A seu respeito, presto um depoimento, como seu fraterno amigo desde a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, quando ativamente participamos da política acadêmica, na qual madrugaram sua força e vocação de líder. Fomos companheiros inseparáveis na Assembleia Legislativa de São Paulo e na Câmara Federal, no Rio de Janeiro e Brasília.

A cassação de seu mandato foi um dos atos mais imbecis entre os despautérios perpetrados pela Revolução de 1964. Esse atentado bestial o atingiu profundamente, pois a vida pública era a sustância e a razão de sua própria vida. Teve o consolo, como reparação por São Paulo de tão clamorosa injustiça, de ser substituído nesta Casa pelo seu filho, Antônio Henrique Cunha Bueno.

Deputado estadual, deputado federal, candidato ao governo de São Paulo, secretário de estado, líder municipalista, propugnador da indústria automobilística, presidente, diretor e arrimo de instituições assistenciais, culturais e hospitalares, dedicou sua existência, por inteiro e apaixonadamente, ao Brasil, a São Paulo e ao próximo. O amor é a biografia de Cunha Bueno. Por ele se deu, por ele se consumiu, por ele ressuscitou, na saudade, reconhecimento e admiração de tantos seres humanos aquecidos pelo calor de seu coração.

Ao abraçar minha querida amiga Edy, sua idolatrada mulher, ao chorar com seus filhos Dora e Antônio Henrique, dizemos juntos pela voz de Guimarães Rosa: “Os amigos não morrem. Ficam encantados”. Nosso Cunha Bueno está encantado no reino do amor.

Usaremos o poder

Diretório Nacional do PMDB, em 1/9/1982

Publicado na separata *Esperança e mudança*, editada pela Câmara dos Deputados em 1982.

Palavras de encerramento da reunião realizada em Brasília com os candidatos do PMDB a governador, vice-governador e senador nas eleições de 15 de novembro de 1982.

O PMDB se propõe a ser instrumento da transformação da sociedade.

Transformação da sociedade com liberdade. Transformação com paz, não com sangue.

O preço do pão não pode ser a liberdade.

Pão com liberdade: eis a receita do PMDB para a transformação da sociedade brasileira.

O voto, como arma manejada pela maioria, é revolucionário. O voto é a verdade política, e a verdade é revolucionária. No arsenal de armas da democracia, o voto é instrumento de libertação para maiorias injustiçadas, preteridas, marginalizadas.

No Brasil, há dinheiro. O que não existe no Brasil é rateio social desse dinheiro.

O dinheiro é perversamente distribuído, mal aplicado, dilapidado e roubado. Dinheiro distribuído contra o homem, com salários, que é o preço do trabalho, dos mais baixos do mundo.

O salário também é medida do mercado interno. O mercado interno tem o tamanho econômico dos salários. Não pode haver, em escala nacional, empresa forte e estável, menos vulnerável a adversas conjunturas internacionais, com salários baixos.

Os números condenam essa distribuição maldita: um por cento dos ricos em 1960 apropriavam 11,9% da renda nacional; em 1970, 14,7%; e em 1980, 16,9%. Quanto aos mais pobres, milhões de homens, mulheres, crianças e jovens, setenta por cento de párias apenas sobrevivem com 15,4%. Mais do que palavras, a aritmética excomunga essa injustiça. O PMDB, no poder, se propõe a corrigi-la. Dinheiro há. Falta porque é mal aplicado. É a aplicação perdulária das falsas prioridades.

Dinheiro malbaratado, como os oitenta bilhões de cruzeiros da Paulipetro megalomaniaca do Sr. Paulo Salim Maluf, a Transamazônica, os palácios da Previdência, dos bancos oficiais, as mansões nababescas, os palácios dos esportes, pagos por um povo que não tem casa para morar e pão para comer. Falsas prioridades, como a simultaneidade de obras faraônicas, de custo social insuportável, como a Itaipu, a Ferrovia do Aço, as mal concebidas e temerárias usinas nucleares.

No Brasil, há dinheiro. Mas é dilapidado pelo desgoverno em todos os patamares da federação, quando avilta o funcionalismo como sua clientela eleitoral – há estados em que o orçamento da burocracia é o orçamento das despesas do PDS –; quando desnatura o governo em propaganda, para o culto à personalidade, para lubrificar a máquina do continuísmo, gastando bilhões para se autopromover na imprensa, no rádio e na televisão.

O governo, incompetente para gerar salários justos, bens e serviços sociais, aborta propaganda e obras do século para se autoglorificar e se perpetuar no poder.

Dinheiro há, mas é roubado por corrupção, que não tem concorrente em qualquer época da nossa história.

Entre outros acessos de loucura política e administrativa do arbítrio instalado em 1964, está a subordinação da província mineral de Carajás ao rolamento da monumental dívida externa.

Não admitiremos que Carajás acabe de arruinar o Brasil, como o petróleo arruinou o México. A riqueza mineral é capital social do Brasil, não pode deixar apenas buracos e a devastação ecológica.

É insuportável a irresponsabilidade entreguista, quando o governo confessa não saber o preço da extração e do transporte numa extensão de novecentos quilômetros do minério de ferro de Carajás, para ser vendido por vinte dólares. Mil quilos de terra mineral brasileira entregues ao estrangeiro de graça, como vassalagem, pelo preço de um almoço e que não paga a diária do hotel.

Usaremos o poder para rever isso.

A sociedade brasileira quer mudar e pode mudar.

O PMDB será o instrumento democrático desse querer e desse poder.

O PMDB, o salário e o emprego

Diretório Estadual do PMDB, São Paulo, SP, em 17/6/1983.

Dramática apresentação da conjuntura nacional, no encerramento de um seminário para sindicalistas organizado pelo PMDB de São Paulo.

A hora é grave.

A hora é grave porque atravessamos uma crise econômica sem precedentes no Brasil dos últimos cinquenta anos. A recessão é generalizada. A inflação galopa, ameaçando chegar aos duzentos por cento. As finanças públicas estão mergulhadas na desordem. Empresas nacionais estão à beira do colapso financeiro, fustigadas por taxas de juros exorbitantes. A agricultura está desalentada. A especulação financeira campeia.

A hora é grave porque a crise social é profunda e ganha as ruas. Há quatro milhões de desempregados, sem receber nenhum tipo de atenção do Estado. Há sete milhões de subempregados. A prestação de serviços públicos de educação, saúde e transportes coletivos não atende às necessidades do povo. E agora, aliamos às carências habitacionais crônicas as prestações insuportáveis do BNH.

A hora é grave, sobretudo porque atravessamos uma crise política que expressa uma separação quase total entre Estado e nação. A centralização das decisões não somente exclui o Parlamento e a sociedade civil, mas o próprio partido do governo. A desarticulação no Executivo federal é visível, e os vários órgãos do Estado se encontram corroídos pelo interesse privado. A federação e a autonomia municipal não passam de mera ficção. Estamos, enfim, regidos por instituições que não respondem às aspirações nacionais.

Ousaria mesmo dizer que a hora é mais do que grave, é crucial para os destinos nacionais. Estou convicto de que o futuro do Brasil depende, brasileiros, do que todos formos capazes de fazer, para o bem ou para o mal.

A hora é crucial porque a crise brasileira coincide com a crise internacional mais profunda dos últimos 150 anos. Ninguém duvida que o mundo conhecerá extraordinárias transformações nas próximas décadas.

E advirto: ou nos defendemos e acompanhamos as mudanças em curso ou conheceremos a regressão econômica, com todas as suas mazelas sociais e consequências políticas.

A hora é crucial porque a injustiça social chegou aos limites do intolerável. Durante todo o nosso processo de desenvolvimento, fomos acumulando iniquidades. Agora, é impossível fazê-lo, num país urbanizado, com um povo informado, que aspira a uma vida melhor, com jovens que preponderam na composição da população, o que não é novidade, mas o que ora sucede é que estão mobilizados pela concentração urbana, pela escola, pela universidade, pela falta de perspectivas de emprego.

Advirto, mais uma vez: ou retomamos o crescimento econômico e corrigimos gradual mas firmemente as desigualdades ou criaremos as bases para conflitos de consequências imprevisíveis.

A hora é crucial porque a complexidade da sociedade brasileira rejeita a camisa de força do autoritarismo e da democracia limitada. O povo quer participar das decisões que moldam seu destino, o povo quer exercer a plena cidadania política. E reitero a advertência, enquanto é tempo: ou democratizamos o Estado ou não haverá ordem econômica, social e jurídica estável. Ficaremos à mercê do autoritarismo, moralmente condenável, socialmente iníquo, economicamente ineficaz e nacionalmente submisso, até o sério risco de mergulharmos em lutas fratricidas.

PerGUNTO nesta hora grave e crucial: para onde nos leva o governo?

Depois de dois anos de recessão e de desemprego, depois de dois anos de contradições e mistificação, chegamos à insolvência externa. Sequer renegociamos a dívida com nossos credores: nos limitamos a referendar os termos do acordo que propuseram e firmamos compromissos com o Fundo Monetário em termos inaceitáveis para uma nação soberana.

O estipulado com os banqueiros não foi capaz nem mesmo de assegurar a liquidez. A insolvência persiste e uma nova comissão assessora de grandes bancos já está formada. Não certamente para resolver nossos problemas, mas para aliviar os dos banqueiros, mantendo o país no garrote, talvez apenas com o nó um pouco menos apertado. E isto se exibirmos atestado de bom comportamento passado pelo FMI.

Para obtê-lo, o governo, mais uma vez à revelia da nação, editou um novo pacote.

As medidas anunciadas levarão a mais recessão, mais desemprego, mais inflação, e agravarão o problema que pretendem resolver, o do déficit público. São economicamente ineficazes e socialmente injustas.

Os cortes draconianos aplicados ao gasto e ao investimento públicos produzirão mais recessão e mais desemprego, desmobilizando a construção civil pesada, golpeando fatalmente o nosso já agonizante setor de bens de capital e propagando seus efeitos perversos para toda a indústria e comércio.

A retirada dos subsídios, numa economia inteiramente indexada, joga lenha na fogueira da inflação. E quem pagará serão os assalariados, pois, com uma alta de preços podendo superar os 150%, os reajustes semestrais são insuficientes para manter a remuneração dos que conseguem trabalhar.

E mais inflação significa mais déficit público. E por que isto? Porque a dívida interna está automaticamente inflada pela correção cambial e cresce como uma bola de neve. Na medida em que a subida dos preços se acelera brutalmente, o giro da dívida produzirá um déficit financeiro e contábil muito superior ao valor dos subsídios retirados. A dívida pública é um foco estéril que alimenta a especulação, sustentando os ganhos improdutivos e as taxas de juros estratosféricas em detrimento do investimento produtivo e da renda real de toda a sociedade.

Da mesma maneira, o aumento da carga tributária decorrente dos expedientes fiscais adotados será mais que anulado pela queda de arrecadação decorrente da recessão, como já vem acontecendo nos dois últimos anos.

Desgraçadamente perdido na improvisação, o governo anuncia novos pacotes. Pretendem desindexar o INPC, como se os salários fossem a causa da inflação. E já se apressam em propor a adoção das “livres negociações salariais”, neste momento de profunda recessão e desemprego. Mas, pergunto, como “livres”, se liberdade não há, se o sindicato continua subordinado e se leis de exceção, relativas ao direito de greve e à segurança nacional, continuam vigentes? O seu propósito é claro e cruel. Querem desproteger os salários-base, revogando a legislação que evita a sua erosão violenta pela alta vertiginosa do custo de vida.

Por isto, esta política econômica e social incompetente impõe sacrifícios inúteis à sociedade, aos trabalhadores e aos empresários, alimentando o parasitismo da especulação financeira.

Por isto, estamos comprometendo o futuro, caminhando de pacote em pacote, de recessão em recessão, para a destruição do nosso parque produtivo, para uma crise social de extraordinárias proporções, para a alienação definitiva da soberania nacional.

Forte com os fracos e fraco com os fortes, o regime continua com seu projeto político de ceder, transformar-se, mas sem alterar sua natureza, sua essência. Liberalizar para não democratizar, eis a regra de ouro dos donos do poder.

Realizaram-se eleições diretas para governadores de estado, houve a anistia, mas basta dizer que as leis de exceção continuam a vigor, que o Congresso continua sem prerrogativas, que a federação continua uma miragem, que o poder não emana do povo, mas do arbítrio.

O instrumento fundamental para manter a centralização efetiva do poder chama-se eleições indiretas para presidente da República. Por meio de um Colégio Eleitoral espúrio, sem representatividade, o que se quer é evitar a essência da democracia, a rotatividade do poder, sua origem e dependência da consciência dos cidadãos.

Naturalmente, há quem queira, nas fileiras do regime, devolver um mínimo de coordenação e de racionalidade à política econômica, abrandar ligeiramente os efeitos sociais da crise e conceder no que toca ao arranjo das instituições. O que estes setores não querem é aceitar as propostas para alterar os pilares do que aí está: a exclusão social, o elitismo político, a dependência externa e a centralização real do poder.

E eu me pergunto, como tantos, se mesmo as conquistas limitadas que obtive a sociedade não estão e estarão seriamente ameaçadas por esta antinomia entre o conservadorismo econômico e social e a democracia restrita, especialmente neste momento de crise tão profunda que abala a nação.

O PMDB luta e continuará lutando pela transformação democrática da vida nacional.

Companheiros, a gravidade da hora impõe um amplo diálogo para a salvação nacional.

O PMDB respeita a autonomia da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais e deseja ser um canal para este entendimento básico. O processo social é heterogêneo e muitas vezes conflitivo, mas cabe aos partidos políticos a missão de auscultar e mediar estes interesses específicos, articulando-os e dando-lhes coerência para traçar e levar

adiante projetos globais de organização da sociedade e alternativas de desenvolvimento político, social e econômico.

Os dezessete milhões de votos que recebeu em 15 de novembro passado credenciam o PMDB para esta missão. Suas propostas no campo econômico e social estão abertas à discussão democrática na busca de soluções para a crise, assentadas no crescimento econômico, na justiça social e na soberania nacional. E oferecemos ao debate da sociedade as sugestões contidas no Esperança e Mudança e no Projeto Emergência do aguerrido e incansável Teotônio Vilela, reserva moral não apenas de nosso partido, mas da pátria.

O entendimento nacional, amplo e urgente, fundamentado nas necessidades da sociedade e na sua emancipação do autoritarismo, é o caminho imediato para deter o descarrilhamento econômico e a ruptura social. Não significa abrir mão de princípios, nem tampouco, um consenso de elites – é a busca justa e legítima de união em torno de pontos comuns para evitar a tragédia da inviabilidade nacional.

O enfrentamento imediato da crise é, porém, apenas a precondição para repor o país na marcha para a democracia.

Brasileiros, a eleição direta em todos os níveis, principalmente para o Executivo federal, é o caminho para devolver à sociedade o direito de dirigir o seu destino. Não se trata de escolher personalidades, mas de submeter ao juízo popular as propostas distintas para a administração do presente e para a construção do futuro. A essência da campanha é que os cidadãos sabem e querem a solução de seus problemas, e transferem seus votos se acreditam nos partidos de candidatos oferecidos a seu sufrágio.

Em 15 de novembro passado, o povo brasileiro demonstrou soberbamente a capacidade de votar com consciência, maturidade, discernimento e patriotismo. Eleição livre e direta não significa apenas direito de escolha, mas representa um exercício de reflexão sobre os desafios e sacrifícios que todos teremos que enfrentar juntos para a salvação do Brasil. A campanha eleitoral, insisto, é o momento especial e valioso de aprendizado nosso, dos líderes, dos partidos políticos, pois é só por meio do diálogo direto com a população que se pode aprender e compreender os problemas, as agruras, os sonhos e aspirações nacionais e operar até retificação de propostas e prioridades, registradas por pesquisas de opinião pública. É só por meio do voto livre que se poderão consubstanciar as verdadeiras prioridades, as desejadas pela sociedade. O voto direto é isso:

consubstanciação, num determinado momento, da vontade e das necessidades dos cidadãos – indicação precisa e insubstituível de suas prioridades.

Eleição direta para a Presidência da República é o caminho que se apresenta para a rotatividade do poder, vedada pelo regime autoritário, que apenas sucede nomes na trilha do arbítrio e da gestão imprevidente da coisa pública, divorciada da nação.

Eleição direta é o caminho mais direto para o Estado democrático, para a participação nas decisões, para a Assembleia Nacional Constituinte, que haverá de assentar em novas bases a vida brasileira.

A travessia

Congresso Nacional, em 24/8/1983.

Publicado no DCN-I de 25/8/1983, p. 7967.

Um dos mais importantes e divulgados discursos do PMDB, apresentado como súplica das propostas institucionais, econômicas e sociais da oposição.

O PMDB hierarquiza o institucional como o conteúdo constitucional, político, econômico, dos direitos e garantias do homem e de justiça social desta nação.

Para o PMDB, o institucional é a democracia, instrumentalizada por uma Constituição estruturada pela vontade política da sociedade. Enquanto estiver arruinada a democracia neste país pelo arbítrio e pelo autoritarismo, arruinada estará, como fatal consequência, a vida de milhões de homens, mulheres, jovens e crianças no Brasil.

O regime politicamente fechado desestabiliza e desintegra a iniciativa empresarial; desnacionaliza a economia pela ação dos capitais estrangeiros despolicidados; escarnece e desonra os princípios da moral pública e privada pelo favoritismo do empreguismo eleitoreiro e pela corrupção das “simonetas”, “delfinetas” e agora as “polonetas”; com sucessivos escândalos, verdadeiros assaltos à bolsa do povo, como entre outros o estouro da Delfim, da Capemi e da Coroa-Brastel, que estaremecem a nação, insultam provocadoramente a classe média e milhões de brasileiros sem ter o que comer, vestir, onde morar, educar seus filhos e tratar da saúde, expulsos da terra pela brutalidade da força criminosa ou por ordenados espoliadores.

No patamar federal, um governo sem legitimidade democrática não tem representatividade popular e, não tendo representatividade, não tem credibilidade interna e externa. Só a eleição direta leva à legitimidade e ao consenso real.

Mas o consenso há de ser o bom senso da reivindicação pela eleição direta, com dimensão plebiscitária de quase noventa por cento da nação pesquisada; da exigência dos trabalhadores e seus sindicatos, vários deles submetidos a intervenções iníquas; do clamor dos jovens interpretado pela voz independente e mensageira do futuro das associações

estudentis; das mulheres que trabalham e que enfrentam na família a luta desesperada e desigual contra o custo de vida e o desemprego; da revolta do empresariado espoliado e expropriado por uma política econômica que contraria os interesses da maioria da nação. Em recente manifesto dos empresários, foram feitas denúncias candentes e propostas progressistas. Eis a fatal contagem regressiva para o caos e a catástrofe: a desaprovação, embora silenciosa, da maioria das Forças Armadas, fiéis aos mandamentos constitucionais, ordenando que são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria, à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem, cujos orçamentos familiares também são esmagados pelos efeitos da estagflação; quatro milhões de desempregados, sem seguro-desemprego, e sete milhões de subempregados; noventa por cento da força de trabalho, cerca de quarenta milhões de trabalhadores, responsáveis pela manutenção de mais de cem milhões de dependentes, ganhando menos de cinco salários mínimos e 67% com menos de dois salários mínimos; quarenta e cinco milhões de analfabetos; o sucateamento da indústria, comprovada pela insânia dos juros reais mais altos do mundo e pela escalada alarmante de títulos protestados, concordatas e falências.

A política ou é intérprete da rua, por meio do veículo convencional, civilizado, democrático, enfim, da sociedade, ou ela, pela incompetência, cegueira e prepotência dos governantes, explode com desespero e sangue na rua, confirmando o sombrio vaticínio de que “a violência é a parteira da História”.

O PMDB é humilde, confessa que, sendo *partido*, até etimologicamente, reconhece a legitimidade de outras partes ou partidos como intérpretes de parcelas ponderáveis da população. O PMDB não se autopromove proprietário da verdade, está consciente do dogma “errar é humano”, peculiar ao regime democrático, criado pelo homem, para que homens investidos de poder, consentidamente, governem homens. O PMDB não é idólatra da taumaturgia ou da demagogia dos receituários milagreiros para a salvação pública, peculiares aos líderes mistificadores ou carismáticos. O PMDB é sincero, apto a reconhecer erros comprovados, não exercita oposição apocalíptica ou sistemática, pratica a homilia agostiniana de amaldiçoar o pecado e amar o pecador. Mas também lhe repugna a corte dos áulicos, dos soberanos, não tem ódio nem medo dos poderosos do governo e do dinheiro, verdades estas testemunhadas em dezesseis anos de luta. Também é fiel à memória e ao exemplo dos patriotas sacrificados no combate pela democracia. Para

que se avalie a extensão e a audácia da perseguição, basta recordar que três líderes da bancada dos deputados federais foram cassados: Martins Rodrigues, Mário Covas e Alencar Furtado.

Como grave e iminente é o perigo que ronda a pátria, é a hora da grandeza e da união de todos os brasileiros e instituições, sem radicalismos intransigentes e minoritários, esquecidos da advertência bíblica de que Sansão rompeu as colunas do templo, porém morreu sob os escombros. Mas, ao mesmo tempo, não trairá princípios e compromissos que, se renegados, envergonhariam a saga de resistência do PMDB e profanariam nossos mortos pelo ideal de liberdade e democracia com justiça social como o único regime que consagra a soberania popular.

A História edifica com exemplos de grandeza e desambição pessoal, que são a estrutura dos estadistas, quando a pátria está acima das legendas partidárias, dos segmentos representativos da sociedade e até da vida de seus filhos. No Brasil, viveram esses momentos supremos, que os imortalizaram, o legendário gaúcho Davi Canabarro, quando repeliu a aliança com os argentinos, ameaçando que o primeiro soldado estrangeiro que transpusesse as fronteiras da pátria daria seu sangue para que assinasse a paz com o Império; Juscelino Kubitschek, o criador de Brasília, sementeiro do desenvolvimento, que, no pleno exercício da soberania nacional, repudiou acordo entreguista com o FMI quando declarou que a prova de sua lealdade à democracia consistia na transmissão da faixa presidencial a um seu adversário político e de seu partido. Por coincidência, falo ao país no dia 24 de agosto, data que recorda o suicídio de Getúlio Vargas, legando o exemplo de intransigente defesa da economia nacional contra a invasão do capital alienígena pirata e predatório.

O PMDB está aberto ao diálogo com a sociedade, com os estudantes, com a igreja, com entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a mocidade e seus órgãos representativos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), com as mulheres e suas organizações, com os sindicatos e empresários, inclusive as respectivas federações e confederações, com as minorias discriminadas, os negros, os índios e demais setores marginalizados.

O PMDB manterá entendimento com todos os partidos, sem exclusões: com os de oposição, o PDT, o PT e o PTB, e também o PDS, intérprete pelo seu presidente José Sarney e seus líderes das decisões de sua legenda, e do governo, que apoiam. Esses entendimentos partidários devem se processar no Congresso Nacional, espaço independente

que assegura a inviolabilidade da palavra e conversas sinceras e puras para celebração de acordos.

Na paz, os próprios militares cultuam a cidadania de seus heroicos patronos, Caxias e Osório, que, caluniados, não se vingaram com suas espadas, mas defenderam-se com a palavra no Senado do Império, de onde saíram redimidos e consagrados. Essa é a tradição dos homens públicos deste país, civis e fardados. Hoje, a nação lê estarrecida as acusações mais constrangedoras, envolvendo altos funcionários do governo, espera esclarecimentos para promover, se comprovados, exemplar punição. Enfim, é o foro político e social da nação que, até por sua composição colegiada e diversificada, está mais perto da sociedade, registrando e explicitando suas reivindicações e seu protesto. Porém, essa compreensão não impedirá que, como presidente do PMDB, anuncie à nação que convocarei o diretório nacional para, com base na lei, propor o fechamento de questão e seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, determinando a obrigatoriedade do comparecimento e a rejeição pelos senadores e deputados federais peemedebistas do Decreto-Lei nº 2.045, repudiado principalmente pelos trabalhadores e pela classe média, contra os quais perpetra a perversa expropriação de vinte por cento de seus ganhos, sobrecarregados pelos reajustes insuportáveis de 130% nos empréstimos do BNH, despojados de teor social. O PMDB está convicto de que o PDT, o PT e o PTB assumirão idêntica responsabilidade para que a oposição unida rechace, pela maioria que tem na Câmara dos Deputados, a inaceitável mensagem.

Não subo a rampa do poder, preferindo assomar ao topo desta tribuna para falar à nação e ao governo pessoalmente, legitimado por cerca de 250.000 votos dados espontaneamente pelo eleitorado de São Paulo, minha terra, pois praticamente não fiz minha campanha em nome do PMDB, como o partido que é o porta-voz da maioria do povo brasileiro, pois seus 19.059.019 votos majoritários obtidos nas eleições de 15 de novembro de 1982 superam, em mais de um milhão, os 17.865.834 sufrágios outorgados ao PDS, totalizando 25.312.169 sufrágios o apoio confiado pela sociedade à oposição. Tem a transparência do óbvio que tais votos majoritários elegeriam o presidente da República, em 1982, como sucederia nas vitórias do PMDB, nos pleitos eleitorais de 1974 e 1978.

Do alto da maioria que civicamente me credencia, o PMDB oferece as seguintes alternativas institucionais, econômicas e sociais, baseadas no Projeto Emergência do senador Teotônio Vilela, que pelo

Brasil saúdo como herói da resistência, o menestrel da liberdade e o campeão da anistia:

1) Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para reunir-se, se não for possível antes, em 15 de novembro de 1986. A Constituição, como lei suprema da nacionalidade, é criatura exclusiva da soberania popular.

2) Eleição direta, universal e secreta, em 15 de novembro de 1984, do sucessor do presidente João Batista Figueiredo, em decorrência de emenda à Constituição a ser votada a tempo para a campanha e propaganda.

A eleição direta em todos os níveis, principalmente para o Executivo federal, é o caminho para devolver à sociedade o direito de dirigir o seu destino. Não se trata de escolher personalidades, mas de submeter ao juízo popular as propostas distintas para a administração do presente e para a construção do futuro. A essência da campanha é que os cidadãos sabem e querem solução de seus problemas e transferem seus votos se acreditam nos partidos e candidatos oferecidos a seu sufrágio.

Em 15 de novembro passado, o povo brasileiro demonstrou soberanamente a capacidade de votar com consciência, maturidade, discernimento e patriotismo. Eleição livre e direta não significa apenas direito de escolha, mas representa um exercício de reflexão sobre os desafios e sacrifícios que todos teremos de enfrentar juntos para a salvação do Brasil. A campanha eleitoral, insisto, é o momento especial e valioso de aprendizado – aprendizado nosso, dos líderes, dos partidos políticos, pois é só por meio do diálogo direto com a população que se pode aprender e compreender os problemas, as agruras, os sonhos e aspirações nacionais e operar até retificação de propostas e prioridades registradas por pesquisas da opinião pública. É só por meio do voto livre que se poderão consubstanciar as verdadeiras prioridades, as desejadas pela sociedade. O voto direto é isso: consubstanciação, num determinado momento, da vontade e das necessidades dos cidadãos, indicação precisa e insubstituível de suas prioridades.

Eleição direta para a Presidência da República é o caminho que se apresenta para a rotatividade do poder, vedada pelo regime autoritário, que apenas sucede nomes na trilha do arbítrio e da gestão imprevidente da coisa pública, divorciada da nação.

Eleição direta é o caminho mais direto para o Estado democrático, para a participação nas decisões, para a Assembleia Nacional Constituinte, que haverá de assentar em novas bases a vida brasileira.

Os analfabetos devem votar para que a universalidade do sufrágio exista, sendo inadmissível confundir o ignorante com o analfabeto, porque este, hoje, dispõe de um estoque de informações, consequência da explosão dos meios de comunicação, como o rádio e a televisão.

O PMDB condena o Colégio Eleitoral para a designação do presidente da República, pois ele usurpa a soberania popular, além de distorcer o dogma da representatividade, equiparando os mais populosos estados com os de menor população.

3) Elevação imediata e progressiva do nível de atividade econômica visando à plena utilização da capacidade produtiva instalada no país, recusando a recessão. Sem que a economia cresça a pelo menos quatro por cento ao ano, o desemprego e a incapacidade de absorver o milhão e meio de novos integrantes da força de trabalho corroerão a sociedade.

4) Elevação do salário médio real, em função do aumento da produtividade média da economia nacional, e redução metódica e substancial das diferenças entre salários mais baixos e mais altos, tendo em conta a necessidade de estreitar a diferença entre salários urbanos e rurais. Somente uma organização sindical forte, autônoma e livre criará condições de pressão para que ocorra, de fato, a redistribuição da renda.

5) Aumentar a eficiência e a competitividade do setor estatal da economia – fundamental para o desenvolvimento econômico do país –, desconectando-o da especulação financeira e redirecionando-o, sob controle do Congresso, para as atividades fundamentais, para a preservação do interesse nacional e popular.

6) Restringir o acesso do Estado ao mercado de capitais aos casos de investimentos públicos efetivamente reprodutivos e autoliquidáveis.

7) A ação do Estado será intensificada no campo social e cultural, devendo a participação destes, nos dispêndios da coletividade, aumentar substancialmente. Priorização de um programa social de saneamento, educação, habitação popular, transportes, previdência.

8) Reforma fiscal, com o duplo objetivo de modificar a distribuição da carga tributária em benefício dos grupos de rendas baixas e de aumentar a participação dos estados e municípios na receita fiscal, a qual deverá elevar-se de forma que sua participação no PIB, descontados subsídios e incentivos, recupere os níveis mais altos conhecidos no passado. A eliminação dos títulos ao portador é condição necessária à efetiva taxação dos ganhos patrimoniais produzidos pela especulação

financeira. Os que se locupletaram com a especulação financeira serão compelidos a sacrifícios proporcionais a seus ganhos.

9) Fortalecimento da pequena e média empresas, particularmente na área rural, e efetiva reforma agrária, que garanta o acesso à terra aos que nela trabalham.

10) Restauração do mercado interno, como principal centro dinâmico da economia nacional, privilegiando-se a satisfação das necessidades básicas do povo. É espantoso que, num país continental como o Brasil, tenha diminuído e encarecido brutalmente a oferta de alimentos ao povo.

11) Reforma do sistema monetário-financeiro para assegurar seu efetivo controle pelas autoridades do país, notadamente pelo Congresso Nacional, rigorosa fiscalização bancária, eliminação das relações internas de débito e crédito em dólares (desdolarização) e negociação política para distribuir os encargos para eliminação dos riscos de câmbio assumidos por entidades públicas e privadas, evitando-se que os preços relativos dos insumos básicos sejam elevados em decorrência dos encargos financeiros excessivos, anteriormente assumidos pelas empresas estatais.

12) Redução gradativa e seletiva dos subsídios em função da modificação dos preços relativos e da ativação da política de câmbio.

Para que se possa implantar uma política no marco dessas diretrizes gerais, impõem-se alguns requisitos, tais como a recuperação da liberdade de ação por parte do governo e a reconstrução dos instrumentos básicos de intervenção nos campos monetário, financeiro e cambial.

A liberdade de ação somente será recuperada se o Brasil renunciar à ajuda financeira do FMI, no que respeita às facilidades ampliadas de crédito, que trazem consigo as chamadas cláusulas de alta condicionalidade. Convém não esquecer que os modestos recursos que essa instituição põe à disposição de nosso país destinam-se a saldar débitos com outras instituições, trocando-se um credor por outro, no caso, mais exigente. O FMI destina-se a suprir recursos para solucionar problemas de balança de pagamento no curto prazo, faltando-lhe experiência para o tratamento de desajustamentos estruturais profundos, como são os que se formaram entre nós no correr do último decênio. Os acordos assinados com essa instituição cerceiam a liberdade de ação de nosso governo em praticamente todos os campos da política econômica: firmados inicialmente com duração de três anos, a tendência será de que

se perpetuem. Como o objetivo desses acordos é submeter a economia brasileira a um processo de reajustamentos externo e interno mediante recessão, se a eles nos submetermos, a crise atual deverá continuar a aprofundar-se por tempo indefinido.

A eliminação da tutela do FMI é condição necessária para que possamos reorganizar o serviço da dívida contraída com os bancos privados internacionais, de forma a compatibilizá-lo com a reativação das atividades econômicas e a retomada do crescimento. Há algum tempo, o Brasil vem atrasando o pagamento de amortização e juros de grande parte da sua dívida externa, o que significa uma situação de moratória tácita. Desta forma, o país sofre todos os ônus de uma situação de moratória, ao mesmo tempo que vê reduzida sua liberdade de ação. Os esquemas de refinanciamento que estão sendo negociados implicam novos encargos financeiros e transferem para o ano seguinte um problema que se agrava. A posição difícil em que se encontram muitos bancos, nossos credores, somente terá solução se os respectivos bancos centrais vierem a absorver parte das perdas que advirão.

O dever do governo brasileiro é defender os interesses do país. Em nome deles, deve ser decretada a moratória. Devemos suspender o serviço da dívida e a amortização do principal pelo prazo de três anos (que poderá ser ampliado em função de informações precisas, que supõe-se serem de conhecimento do governo). Definiremos, então, de modo soberano, as condições básicas em que serão reiniciadas as negociações com os bancos credores. A dívida será paga num prazo nunca inferior a 25 anos. Não repudiamos a dívida: devemos, não negamos, mas pagaremos quando pudermos e quanto pudermos, preservando as condições de vida do nosso povo e o interesse nacional. Não podemos aceitar, como fez o governo até agora, contrair dívidas com taxas de juros flutuantes, que subiram de 6 até 21% sem qualquer aviso prévio ou negociação conosco – unilateralmente –, em condições tais que, para cada ponto percentual de aumento dos juros, a dívida se acresce de cerca de seiscentos milhões de dólares.

Cabe ao país agora também unilateralmente dizer aos credores quais são as condições que possibilitam o pagamento da dívida sem prejuízos irreparáveis para o crescimento econômico do país.

Devo acrescentar ainda que há objeções fundadas, até de natureza constitucional – com flagrante desrespeito aos arts. 42, inciso IV, e 44, inciso I, da Constituição Federal –, não apenas sobre a validade dos

acordos feitos com os bancos estrangeiros pelo Banco Central e sobre as cláusulas do acordo com o FMI, que ferem a soberania nacional, mas especificamente quanto à contração de dívidas com juros flutuantes.

Muitos juristas sustentam a nulidade de contrato com cláusula de juros flutuantes. Como ensina o professor Sérgio Ferraz, essa é uma “cláusula de condição potestativa, que dá ao credor condições de alterar a taxa de juros unilateralmente. E uma decisão fundada na vontade de uma só das partes descaracteriza a conceituação jurídica do contrato”.

A necessidade de normalizar as operações comerciais, em face da presente redução das linhas de crédito no exterior, exige ação rápida e eficaz de política comercial, particularmente junto aos nossos fornecedores de petróleo, quase todos empresas estatais de países menos industrializados que o nosso. A posição que ocupa o Brasil, como grande cliente dessas empresas, capacita-o para liderar negociações visando a ampliar as relações econômicas e financeiras no âmbito do Terceiro Mundo. Um plano de emergência deverá ser preparado para fazer face a uma possível redução, ainda maior que a presente, no suprimento de petróleo, tendo em conta o propósito de retomada da atividade econômica.

Só assim reconquistaremos nossa liberdade para agir soberanamente, reorientando a posição do Brasil no comércio internacional e no sistema produtivo mundial, de modo a contribuir para o fortalecimento de uma ordem econômica renovada, na qual os interesses dos países do Sul sejam preservados diante das pressões e dos interesses dos países do Norte.

O segundo requisito prévio à implementação de uma nova política é o saneamento do sistema financeiro. As instituições monetárias e financeiras devem ser reformadas de maneira a concentrar no Banco Central o efetivo controle da criação de liquidez. O *open market*, na sua forma atual de caricatura de mercado de dinheiro, será suprimido. A emissão de títulos pelo Tesouro Nacional deverá limitar-se aos instrumentos apropriados à regulação da liquidez do sistema econômico. Deve eliminar-se a cláusula de correção cambial nos títulos da dívida pública e esta deverá ser consolidada de forma a compatibilizar sua amortização e o pagamento de juros com os recursos previstos para esse fim no Orçamento Consolidado do Setor Público, conforme critérios estabelecidos em lei pelo Congresso.

A dívida pública deixou de ser instrumento de financiamento público e de política monetária, servindo exclusivamente como mecanismo de valorização fictícia de ativos, fator de pressão de liquidez e da taxa de

juros. O total da dívida emitida, que era de 909 bilhões de cruzeiros em 1981, atinge hoje a fantástica soma de treze trilhões de cruzeiros.

A prosseguirem as tendências atuais do endividamento interno, o governo, para escapar da insolvência, muito provavelmente será arrastado a promover a desindexação das relações de débito e crédito, levando à ruína um sem-número de agentes econômicos.

O crescimento da dívida pública em termos reais não amplia as disponibilidades financeiras do governo, pois decorre do pagamento do seu próprio serviço. Não é diferente o panorama observado no setor privado, em que os empréstimos do sistema financeiro destinam-se à renovação do endividamento prévio das empresas, aflitas pelas atuais taxas de juros, que se têm mantido em patamares que vão de 30% reais até 45% a 50%.

A retomada do nível geral das atividades produtivas e a elevação da oferta de empregos exigem uma reforma financeira de grande profundidade que coloque a intermediação financeira a serviço dos interesses do desenvolvimento econômico e social.

A emissão de títulos com garantia do Tesouro deverá limitar-se ao financiamento de atividades reprodutivas essenciais ao desenvolvimento da economia nacional.

A liberação de recursos financeiros que decorrerá da retirada progressiva do governo do mercado de capitais e o aumento da oferta de poupança privada, possibilitado pela retomada da atividade econômica, são condições necessárias para o saneamento financeiro, que deverá traduzir-se em maior autonomia do sistema bancário com respeito aos circuitos financeiros internacionais. Recuperada essa autonomia, o Banco Central estará em condições de controlar os custos da intermediação financeira e de administrar as taxas de juros em função da política de desenvolvimento. Uma redução substancial dos custos financeiros é a primeira condição para absorver as fortes pressões inflacionárias atuais, que podem levar o país a taxas elevadíssimas de mais de duzentos por cento. Sem essa redução, a retomada da atividade econômica torna-se inviável.

Concomitantemente com a recuperação da liberdade de ação e a reconstrução dos instrumentos da política econômica, será elaborado um plano de urgência cujo objetivo é pôr em marcha o sistema econômico, mediante plena utilização da capacidade produtiva já existente. Pontos cruciais desse plano são um rigoroso levantamento das necessidades mí-

nimas de importação de cada setor produtivo e uma avaliação rigorosa das possibilidades de imediata substituição de importações. Conhecidas as limitações impostas pela capacidade para importar e tidas em conta as possibilidades de transformação abertas pela indústria de bens de capital do país, será levado à prática um plano de absorção de mão de obra, ponto de partida da redinamização de toda a economia.

Mas não basta pôr a economia novamente em marcha. Também é necessário retificar o seu curso, pois o crescimento econômico que conhecemos no período do autoritarismo pouco se preocupou com os problemas que afligem a massa da população. O bem-estar dos brasileiros substituirá a megalomania do superdimensionamento do ônus da Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, Tucuruí, Itaipu e a aventura da política nuclear. Caberá ao Congresso Nacional, restituídas suas prerrogativas e atribuições, definir as prioridades a que se devem subordinar os investimentos e gastos públicos, em geral. Também os incentivos concedidos à iniciativa privada estarão enquadrados nessas prioridades.

Entre os pontos prioritários, cabe incluir o problema dos desequilíbrios regionais, particularmente a situação aflitiva em que se encontra grande parte da população do Nordeste. Somos um país que desperdiça centenas de bilhões de cruzeiros em obras faraônicas e em que outras centenas de bilhões desaparecem na voragem de falências fraudulentas. Ao mesmo tempo, milhões de brasileiros carecem do essencial para sobreviver nas zonas afetadas por fenômenos climáticos, como a seca no Nordeste e as enchentes no Sul. É necessário retomar o problema do Nordeste pela base, vale dizer, pela reforma de sua estrutura fundiária e pelo reforçamento de pequenas e médias empresas que criam emprego. Não esqueçamos que, se os efeitos das secas continuam a agravar-se, é porque pouco foi feito para adaptar as atividades produtivas da região semiárida às características ecológicas desta.

O estilo de desenvolvimento que prevalece entre nós em grande parte é um reflexo da própria ação do Estado. É natural, portanto, que a cidadania exija deste uma clara explicitação dos critérios adotados na utilização dos recursos sob a responsabilidade do governo. A denúncia dos atuais desmandos nos investimentos públicos, dos quais decorrem enormes custos para a sociedade, não devem servir para negar a importância da ação empresarial do Estado na política de desenvolvimento. Uma clara explicitação de prioridades somente é possível mediante a apresentação de um plano plurianual, aprovado pelo Congresso, que

compatibilize os dispêndios do setor público com as perspectivas de gastos no setor privado. Nos sistemas econômicos mistos, como é o nosso, as atividades reguladas pelos mercados somente funcionam normalmente se o setor público opera dentro de esquemas racionais, vale dizer, caso se enquadre em um planejamento que inclua investimentos e as atividades não mercantis de responsabilidade do governo. Quem diz planejamento diz ordem de prioridades, ou seja, ordenação de objetivos, explicitação de valores. Essa tarefa cabe precipuamente ao Congresso, pois somente este pode produzir o consenso entre as distintas forças sociais que constituem a nação. A orientação e o controle do Congresso são particularmente importantes na delimitação do campo de ação das empresas estatais. Esquemas de fontes e aplicações dos recursos financeiros destas devem figurar em anexo ao Orçamento Federal, no quadro de uma consolidação de todos os dispêndios do setor público. Como explicar que neste país, que conheceu tão altas taxas de crescimento e onde o governo é responsável por parcela considerável dos investimentos, os problemas que mais afligem a população hajam sido de tal maneira negligenciados? Evidentemente, porque nenhuma participação teve essa população na definição das prioridades que guiam a ação do Estado. Somente o Congresso poderá corrigir essa deformação. Portanto, a redemocratização, ou seja, a assunção pelos eleitos do povo de suas plenas responsabilidades na formulação da política econômica também é condição necessária para resgatar o país da crise presente.

Em síntese, existe clara concordância de ampla maioria da população do país no sentido de condenar a política econômica seguida pelo governo. O que pretendemos, nós do PMDB, é convocar a nação para que se faça uma mudança de rumo no sentido da retomada do desenvolvimento e da redefinição das prioridades que orientam a ação do Estado. Essa mudança de rumo não será possível sem uma mobilização de forças que capacite o país para o exercício pleno de sua soberania. O projeto de política alternativa que estamos esboçando destina-se a provocar essa mobilização da sociedade. Não basta ter o projeto. Igualmente indispensável é dispor de meios para executá-lo. A mobilização nacional dos trabalhadores, da classe média, do empresariado, do povo, confirmo, gerará a força, mas essa mesma mobilização somente se tornará possível se tivermos diante de nós objetivos claros e capacidade de decisão.

Urge recuperar a liberdade de ação em face das pressões externas, reconstruir os instrumentos da política econômica e redefinir prioridades para satisfazer as necessidades mais prementes da população. Trata-se

de retomar o crescimento e ao mesmo tempo redirecioná-lo. O país dispõe dos meios técnicos, científicos e empresariais para realizar essa tarefa. Nossa missão imediata é convocar a cidadania a fim de que o país se dote da vontade política, sem a qual não retomaremos o caminho da construção da pátria próspera e justa a que todos aspiramos.

Srs. Congressistas, para o PMDB, a política é a esperança, é a resposta satisfatória às necessidades do povo, a debeladora das crises e calamidades que ameaçam a nação.

É a esperança de que o Brasil é um projeto político, econômico e social viável, esperança dimensionada e motivada, por ter a quarta extensão territorial do mundo, a sétima população da humanidade, a oitava expressão econômica do universo. Só não tem tido ultimamente, principalmente após 1964, governantes proporcionais à sua geografia e que frustraram a sua vocação de grandeza. Temos a certeza de que a nação encontrará, na legitimidade, o caminho que a conduzirá ao desenvolvimento, como o novo nome da paz e da justiça social. Em política, não basta fazer o possível, tem-se que fazer, sim, o necessário, notadamente nas horas calamitosas como as que agora amarguram e inquietam o Brasil.

A política deve ser a esperança do povo, e ela ilumina nossos corações, filha da verdade, mãe da justiça social, irmã da fé, inspiradora da coragem, esperança dos desesperados.

Ouçamos o grande Guimarães Rosa em sua obra *Grande sertão: veredas*: “digo: o real não está na saída, e nem na chegada. Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

O povo atravessará o atual deserto e com a democracia chegará à prosperidade, com bem-estar para todos os brasileiros.

Os não e os sins do PMDB

Rede Nacional de Rádio e Televisão do PMDB, em 16/9/1983.

Uma síntese das teses do PMDB no momento nacional em 1983.

São estas as principais alternativas do PMDB:

1) Não às eleições indiretas, pela intermediação de um Colégio Eleitoral espúrio, que homologa candidatos impostos ou arranjos à Presidência da República.

Em 1985, um grupelho pretende usurpar a democracia, pois 686 delegados do arbítrio substituiriam setenta milhões de eleitores, porquanto cada voto indireto, muitos deles suscetíveis de aliciamento indigno, anularão 102.786 votos diretos, subtraídos a vocês, trabalhadores, empresários, mulheres e jovens. Não há soberania popular, e sim oligarquias autoritárias sem o voto direto do povo. E ninguém como o povo conhece suas necessidades, que só podem ser reivindicadas, de forma pacífica, pelo voto direto, transformado em emprego, salário, saúde, escola e transporte.

Sim do PMDB às eleições Diretas-já, indispensáveis para dar legitimidade democrática, representatividade e credibilidade, interna e externa, ao próximo presidente da República.

2) Não à Carta Constitucional vigente, aborto da violência. Sim a uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986, que escreverá uma Constituição democrática com o suor, as carências até para sobreviver e as esperanças do povo, com respostas às reivindicações coletivas, fiel ao princípio institucional de que o homem criou e sustenta o Estado e o governo para servi-lo e não desgraçá-lo, que o Estado é o meio e o homem, o fim.

3) Não ao enxovalhamento da soberania nacional com a rendição ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que impõe, de fora para dentro do país, a recessão, o desemprego, o sucateamento do comércio e da indústria. Sim à moratória de direito, francamente reconhecida, pois já sofremos a humilhação inadimplente de uma moratória, de fato vergonhosa, desde junho, sem pagar o principal e os juros. A moratória de direito proposta pelo PMDB para a dívida externa astronômica de cem

bilhões de dólares, único meio honesto e competente para enfrentá-la, é de três a cinco anos sem pagar um centavo, escalonamento de vinte a trinta anos para seu resgate, juros reais fixos, e não flutuantes, redução drástica de comissões extorsivas, cobradas por banqueiros internacionais, que saquearam nosso erário em três bilhões de dólares, o dobro da exportação do café.

O PMDB proclama Brasília como capital e centro de decisões da economia brasileira, e não Basileia, na Suíça, capital das altas finanças internacionais, de criminosos depósitos clandestinos e do FMI.

Reconhecemos que devemos, mas pagaremos como e quando pudermos.

4) Não à escalada devastadora da inflação rumo aos duzentos por cento; o custo de vida sobe pelo elevador e o salário desce para o porão. Não à insânia de juros de até trezentos por cento e leoninos reajustes de 130% para as habitações populares.

5) Não à recessão, que joga na miséria e martiriza com a fome cinco milhões de desempregados, que se somam a sete milhões de subempregados, bate recordes históricos de falências, concordatas, títulos protestados, cheques sem fundo, reduz substancialmente a capacidade de produção e impõe férias coletivas à indústria. Sim à retomada do crescimento. Sim à criação de riqueza pela geração de empregos, para evitar explosões sociais num país que aumenta três milhões de pessoas por ano e deve criar um milhão e meio de novos empregos anualmente, para que a mocidade não se aliste na legião dos desesperados. Se a miséria do povo não compra, o comércio não vende e quebra, e, hoje, a indústria e a agricultura, não produzindo, são arrastadas à falência. O desemprego é a peste da economia.

6) Não aos quinze trilhões de cruzeiros da dívida interna, consequência ruinosa da hemorragia de dinheiro sugado pela dívida externa, com o paradoxo inacreditável de ser o Brasil o segundo país no mundo emissor de dólares, pois a isso correspondem os quinze bilhões de dólares, no que importam as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) com a cláusula de correção cambial. Sim à desdolarização da dívida interna. Não à agiotagem oficial da especulação no mercado financeiro, em que empresas e agricultores jogam no cassino do *open market*, em lugar de produzirem alimentos, vestuário e veículos de transporte coletivo. Não ao estrangulamento e desnacionalização das empresas nacionais, notadamente as pequenas e médias, criadoras

de empregos. Sim à reabilitação do cruzeiro como medida de valor, subordinado às decisões do governo brasileiro, e não de potências estrangeiras. Sim à desdolarização e desvalorização da dívida interna, indispensáveis, entre outras consequências benéficas, à baixa substancial da taxa de juros.

7) Não à corrupção, no varejo e no atacado, não apurada e impune apesar de documentadas denúncias. Não aos rombos no dinheiro público pelas “polonetas”, o estouro da Delfim, da Capemi, da Coroa-Brastel, agora do Relatório Saraiva, que defraudam a nação em um trilhão de cruzeiros, que empregariam três milhões de trabalhadores em um ano, construiriam duzentas mil casas populares. E nem os 140 bilhões de cruzeiros foram liberados, ante à pavorosa seca que assola o Nordeste.

Não à política órfã da verdade, da moral e da justiça.

Sim à punição dos corruptos e maus gestores da coisa pública ou empresarial, assegurado o direito de defesa. Sim à fiscalização do governo e do poderio econômico pela sociedade e pelo Congresso Nacional, impossível sem sua independência, pois só o poder controla o poder. Sim à fiscalização e aprovação pelo Congresso Nacional dos orçamentos fiscal, monetário, e das estatais unificadas, principalmente as apurações de escândalos, que são feitas pelas comissões parlamentares de inquérito.

8) Não à administração megalomaníaca de obras faraônicas. Sim a um governo que, prioritariamente, dê empregos, transportes, escolas gratuitas, hospitais e remédios, habitações que sejam o lar do descanso e não o inferno de mutuários insolváveis. O povo come pão, e não usinas nucleares, transamazônicas, palácios governamentais e mordomias das estatais, que são um insulto à pobreza.

9) Não à pior e mais violenta das discriminações, praticada contra a miséria. Não à discriminação contra a mulher, principalmente quanto a salário e sua maior participação política, contra os jovens sem escola, contra os negros e os índios, contra quarenta milhões de analfabetos, aos quais deve ser reconhecido o direito de votar.

10) Não à regressividade dos impostos. No Brasil, oitenta por cento deles são extorquidos dos assalariados mínimo e médio, enquanto dez por cento de bilionários pagam taxas proporcionais baixíssimas.

Sim a uma reforma tributária justa pela proporcionalidade da carga fiscal à renda, como sucede nos países democráticos. Sim a uma política favorável ao usuário de obras e serviços coletivos, que suplementem

os salários e rendimentos da classe média. Sim a uma reforma tributária que colabore com concreta reforma agrária e que impeça a retenção especulativa da terra e permita o acesso à propriedade a aqueles que nela trabalham.

Sim à ressurreição da federação, com partilha tributária que assegure autonomia aos estados e, principalmente, aos municípios, nos quais só ficam ínfimos cinco por cento dos cem por cento deles arrecadados.

Sim, além de outras medidas, à alocação justa de recurso reanimador da economia do Nordeste, resultante da fraternidade peculiar à federação e imprescindível para preservar a unidade nacional. Preocupado com o problema e suas soluções, o PMDB realizou recente reunião com todos os senadores e deputados federais do Nordeste, com a participação do professor Celso Furtado.

11) O PMDB hierarquiza a dívida social, com milhões de despossuídos e em miséria absoluta, como prioridade sobre a dívida externa e interna, sendo indispensável vencer a depressão pelo desenvolvimento com justiça social. Não à política do período autoritário, fonte de crises e de explosões desesperadas, que comovem e intranquilizam a sociedade.

12) O PMDB diz um não, que tem as dimensões do Brasil indignado e de sua população, que protesta pelos sindicatos, pelos estudantes, em manifesto de empresários, mulheres e jovens, a Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa, repudiando os sucessivos decretos-leis contra os trabalhadores, culminando com o monstruoso Decreto-Lei nº 2.045. Os deputados e senadores, o PDS, não podem amaldiçoar seus mandatos, como coveiros dos trabalhadores, como sequestradores de vinte por cento de seus salários, já insuficientes para a sobrevivência de suas famílias. Confisco salarial, sem dúvida, pois o Dieese fez o registro impressionante de que trabalharão no semestre mais de dois meses sem ganhos, o que implica trabalho escravo, repellido pela consciência moral da nação e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual somos membros.

O sim ou a ausência para aprovação, por decurso de prazo, desses abomináveis decretos-leis entreguistas será um não à carreira política dos que ousarem crucificar os trabalhadores e provocarem a repulsa da sociedade. Votarão sim ou se ausentarão, mas não voltarão ao Congresso Nacional. Há deveres para os quais não basta o atestado de doença, pois só o atestado de óbito justifica o não cumprimento.

Irmãos brasileiros, o PMDB quer a paz, sinônimo de bem-estar dos brasileiros. Já apresentou suas alternativas para debate e julgamento da sociedade, dos sindicatos, dos partidos e demais entidades representativas.

O PMDB está aberto ao diálogo, sem abdicar de seus princípios e desonrar sua longa história de lutas e seus mortos e perseguidos. O PMDB confia no Brasil como projeto viável, possuidor da quarta geografia do mundo, rica em sua superfície e em suas entranhas, sexta população criativa e obreira do universo e oitava expressão econômica do mundo ocidental. Subdesenvolvida é sua política que renegou a soberania do povo, só possível com democracia, isto é, eleições diretas, Assembleia Nacional Constituinte em 1986 e desenvolvimento partilhado por todos os brasileiros. É a hora da travessia do deserto das angústias para o oásis da redenção nacional.

O Brasil quer essas alternativas e Deus o abençoará com sua conquista.

Integração latino-americana

Câmara dos Deputados da Venezuela, Caracas, em 29/2/1984.

Breve apresentação do Brasil e do PMDB, em meio a uma análise crítica sobre problemas estruturais e conjunturais da América Latina.

Como presidente do maior partido de meu país, pelo testemunho de dezenove milhões de votos nas eleições de 1982, venho a esta Câmara confessar minhas angústias, mas reafirmar minhas esperanças quanto ao destino dos povos latino-americanos. Nossa história comum é a história da luta pela independência nacional, pela justiça social e pela democracia.

É uma batalha de todos os dias, que ainda não vencemos, mas que não admitimos perder. Conquistamos a independência política, arrancada das metrópoles coloniais, pela bravura dos que sonharam a liberdade dos povos de nossa América. Ninguém sonhou e lutou mais por ela do que o libertador Simon Bolívar. Abolimos a repulsiva degradação do trabalho escravo de negros e índios. Contudo, duram mais de século a emancipação política de nossas pátrias, o combate contra as cruéis injustiças de nossas estruturas sociais. Elas abrigam formas hipócritas de servidão, pela madrasta distribuição de renda, filha de modelos de economia selvagem, devastadores de imensas maiorias de desempregados, despossuídos e subempregados, o que degenera a própria raça.

Procuramos o progresso pela modernização das estruturas econômicas e avançamos no rumo da industrialização. Perseguimos o ideal de uma maior igualdade social e de respeito sem restrições aos direitos dos cidadãos. Desgraçadamente os anseios do povo latino-americano, o progresso, a justiça social e a autodeterminação não poucas vezes esbarram no cruel realismo de elites intransigentes em salvaguardar seus privilégios. Ousam conspirar contra a soberania nacional, como cúmplices da dominação estrangeira. Pior do que os gringos, que nos compram, são os nativos traidores, que nos vendem. Por isso, os regimes de força, temerosos do povo, usurpam e cerceiam os direitos inalienáveis da cidadania.

Sr. Presidente, venho à Venezuela, a mais duradoura democracia do continente sul-americano, exemplo para todos nós, num momento em que somos vítimas dos efeitos de prolongada e grave crise econômica e institucional.

Em todos os países da América Latina, a recessão compromete o esforço de industrialização e modernização das últimas décadas. As políticas de ajustamento de balanço de pagamento impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) provocam uma queda sem precedentes nos salários reais, deterioram as condições gerais de vida e lançam no desemprego milhões de trabalhadores. Os credores internacionais, que auferiram lucros incomensuráveis e que prazerosamente acorriam para cá com dólares abundantes, decidiram agora nos penalizar com uma brutal transferência de recursos reais. Nos dois últimos anos, sofremos uma sangria de cinquenta bilhões de dólares. A estratégia dos credores – amparada pelo poder de polícia do Fundo Monetário Internacional – é a de forçar a obtenção de *superavits* crescentes da balança comercial e reduzir drasticamente os financiamentos para os países da região. O Brasil foi compelido, em 1983, a apresentar um saldo positivo na sua conta de mercadorias de 6,3 bilhões de dólares e a Venezuela gerou excedentes de mais de nove bilhões. Estes resultados só puderam ser conseguidos com a redução brutal das importações, pela deterioração das relações de troca e pelo protecionismo dos países desenvolvidos.

As diretrizes perversas de contenção fiscal e monetária do FMI, marcadas pela retórica arcaica do liberalismo econômico, visam a um único objetivo: querem nos fazer pagar a conta, a pretexto de sermos os únicos responsáveis pelos nossos males. Mas não somos. É verdade que muitos governos irresponsavelmente deram as mãos à ganância dos banqueiros internacionais. Adiaram medidas de reorganização econômica e providências cautelares diante da crise, confiantes em que o crédito fácil seria um filão inesgotável. Mas também é verdade que os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos da América do Norte, mudaram unilateralmente as regras do jogo em seu próprio benefício. Executaram políticas fiscais e monetárias contraditórias, fizeram saltar as taxas de juros até 21% e declinar o ritmo de crescimento do comércio internacional, tornando insustentável a situação dos países devedores. Parecem imaginar, estes senhores das finanças mundiais, que o nosso continente pode viver sob continuada recessão até o final da década, prolongando o desemprego aberto até o final do século.

Se persistirmos na aceitação destes programas de ajustamento, a América Latina será varrida do mapa como região que desenvolverá suas imensas potencialidades para usufruto do povo. Não nos renderemos à capitulação que nos querem impor, e a recusa em aceitar os termos ignominiosos começará por uma renegociação soberana da dívida

externa. Os governos democráticos do presidente Jaime Lusinchi e do presidente Raul Alfonsín, cujos mandatos têm legitimidade democrática, porque nasceram das urnas livres, avançam com gestos firmes na defesa de seus processos de desenvolvimento, exigindo novas condições de pagamento, compatíveis com a preservação da economia e da sociedade de seus respectivos países. Precisamos subordinar o pagamento do serviço da dívida a uma taxa mínima de crescimento econômico. Isto requer aceitação de um período de graça, do reescalonamento do principal a longo prazo e de taxas de juros compatíveis com o crescimento das exportações.

Sr. Presidente, estou firmemente convencido de que a América Latina, de riquezas tão diversas e aspirações comuns, só poderá resistir à crise e avançar nos caminhos do progresso se a união dos povos, construída na democracia, caminhar para a integração econômica, perseguida com o ânimo da sobrevivência. Os próximos anos tornarão inevitável a constituição de um Mercado Comum Latino-Americano e de uma União Latino-Americana de Pagamentos, à margem de hegemonias ou de complementaridades estáticas. Não é desejável uma integração que congele as atuais estruturas econômicas, mas podemos criar mecanismos que permitam a homogeneidade do progresso, em meio à diversidade das potencialidades a serem exploradas. Só estas providências permitirão que a força multiplicada de nossa massa econômica seja traduzida na capacidade política de influir nas decisões que dizem respeito ao nosso futuro. Só estas providências impedirão que as moedas nacionais sejam aviltadas por imposições unilaterais dos que deveriam resguardar a estabilidade das relações comerciais e financeiras do mundo.

Não podemos mais permitir que a nossa divisão seja a força dos que pretendem nos submeter a seus propósitos imperiais. Se queremos nos livrar da opressão de uma divisão internacional do trabalho injusta, base desta ordem econômica em ruínas, devemos construir, conjuntamente, nosso espaço econômico, social e político na ordem que está por nascer. Nenhum país isoladamente poderá resolver seus problemas cruciais: a reorganização financeira e monetária, a definição energética e tecnológica e – mais importante – a garantia de abastecimento alimentar suficiente para as populações latino-americanas. Energia, tecnologia e alimentos não podem ser objeto de ações solitárias na busca a qualquer custo da autossuficiência. A União de Pagamentos é o meio adequado para promover a reativação e a diversificação do comércio intrarregional. Estas são as precondições para que a América Latina participe da

nova ordem econômica mundial, a salvo dos percalços que a afetaram, tanto sob a hegemonia britânica, quanto sob a hegemonia americana.

Sr. Presidente, não haverá integração latino-americana enquanto ela depender de governos oligárquicos e ilegítimos afastados dos imperativos de justiça social. Esta é a herança de José Inácio de Abreu Lima, o general brasileiro, herói nascido e enterrado no Brasil e imortalizado no Monumento aos Libertadores, que, ao lado de Simon Bolívar, nutriu com seu sangue e garantiu com seu exemplo a perene amizade entre Venezuela e Brasil. Numa carta ao general José Antônio Páez, ele disse:

“Tenho orgulho de chamar-me um dos libertadores da Venezuela e dos de Nova Granada. Ostento com orgulho as minhas cruces de Boyaca, de Puerto Cabello e meu nobre escudo de Carabobo. Tenho e conservo o busto de ouro do Libertador que ele mesmo me entregou, como diploma muito honroso; (...) devo ao Libertador meu grau de general”.

Em 1973, antecandidato à Presidência da República que fui, para denunciar o autoritarismo, já advertia para o verdadeiro significado da palavra desenvolvimento:

“O Movimento Democrático Brasileiro, em seu programa, define sua filosofia e seu compromisso com a inadiável ruptura da maldita estrutura da miséria, da doença, do analfabetismo, do atraso tecnológico. A liberdade e a justiça social conformam a face mais bela, generosa e providencial do desenvolvimento, aquela que olha os despossuídos, os subassalariados, os desempregados, os ocupados em ínfimo ganha-pão, ocasional e incerto, enfim, para a imensa maioria dos que precisam para sobreviver, em lugar da escassa minoria dos que têm para esbanjar.

Este é o desenvolvimento vivificado pelas liberdades rooseveltianas, inspiradoras da Carta das Nações Unidas, as que se propõem a libertar o homem do medo e da necessidade. É o perfilhado na encíclica *Populorum Progressio*, isto é, prosperidade do povo, não do Estado, que lhe é consectário, cunhando seu protótipo na sentença lapidar: o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranho ao homem e a seus problemas. Enfatize-se que o desen-

volvimento não é silo monumental e desumano, montado para guardar e exibir a mitologia ou o folclore do Produto Interno Bruto, inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares. É intolerável mistificar uma nação, a pretexto de desenvolvê-la, rebaixá-la em armazém de riquezas, tendo como clientela privilegiada, senão exclusiva, o governo, para custeio de tantas obras faraônicas, e o poder econômico, particular ou empresarial, destacadamente o estrangeiro, desnacionalizando a indústria e dragando para o exterior lucros indevidos.

É equívoco fadado à catástrofe o Estado absorver o homem e a nação. A grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado, porque a felicidade do homem é a obra-prima do Estado. O Estado é o agente político da nação. Além disso, e mais do que isso, a nação é a língua, a tradição, a família, a religião, os costumes, a memória dos que morreram, a luta dos que vivem, a esperança dos que nascerão”.

Estas palavras podem parecer estranhas pronunciadas no momento de crise econômica, quando está em risco a própria acumulação de riqueza passada. Mas convém ter em mente que o destino da riqueza a ser criada no futuro não deverá ser o mesmo que observamos nestas últimas décadas. E para alterar o estilo de desenvolvimento econômico na direção de uma maior igualdade social, só há um caminho, o da democracia. A plena restauração democrática no Brasil é a luta de meu partido, das oposições e de lideranças operárias, de mulheres, de estudantes, da Igreja, de intelectuais e de minorias discriminadas. Com a sociedade, definida por pesquisas em 95% da população, percorremos 26 estados e territórios, distribuídos na extensão continental de 8.500.000 quilômetros quadrados, falando a multidões que transpõem os marcos históricos de comparecimento em campanhas realizadas em meu país, na recuperação da cidadania, para eleger o presidente da República. Sem eleição direta para presidente da República não há representatividade, sem representatividade não há legitimidade nem credibilidade popular; portanto, sem o voto pessoal dos cidadãos, não se elege um governo, decreta-se a crise de ingovernabilidade da nação.

Sr. Presidente, falando à Câmara dos Deputados, falo ao povo da Venezuela.

Nossa América, integrada pela geografia, não pode continuar antagonizada entre os Estados Unidos da América do Norte e os Estados desunidos da América do Sul.

A grandeza nunca será o destino solitário de qualquer uma de nossas pátrias.

Integração é o nome latino-americano da paz, da abundância e do bem-estar. A paz é indivisível. Não haverá paz na América Latina enquanto não houver paz na América Central. A paz é bela, serena e fecunda, filha do ideal integracionista.

O Grupo Contadora, integrado por Venezuela, México, Colômbia e Panamá, merece todo o nosso apoio, como esforço genuíno, respaldado pelo nosso ecossistema e sem perigos hegemônicos, para que cessem os sangrentos conflitos que infelicitam nossos irmãos centro-americanos.

Repito, para terminar: integração, mas integração de povos, não meramente de governos, porque desgraçadamente entre estes existem as amaldiçoadas e repugnantes ditaduras.

A integração na América Latina tem o nome político de democracia, exercício que não se faz de costas para o povo, é o nome social de pão, saúde, habitação, escola, esperança e alegria para os homens e mulheres da América.

Para o tempo e o espaço da América Latina, ordenou a voz profética de Simon Bolívar:

“Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una sola nación, con un sólo vínculo que ligue sus partes entre si y con el todo. Yo deseo más que otro alguno ver formar en America la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas, que por su libertad y gloria”.

Diretas-já

Congresso Nacional, em 24/4/1984.

Publicado no DCN-I de 25/4/1984, p. 2407.

Um relatório vivo da campanha das Diretas-já, no encaminhamento da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Na tribuna do Congresso Nacional, na democracia, há o privilégio de o parlamentar falar aos representantes do povo e à nação pelos meios de comunicação.

Esta tribuna foi profanada e mutilada pelas medidas de emergência, que, entre outras truculências, proíbem o povo de ver e ouvir pela televisão e pelo rádio o que fazem, desfazem ou não fazem seus representantes sobre matéria vinculada à sua ruína ou salvação.

Com os líderes e companheiros da oposição e da sociedade civil, participei da democracia direta, exercitada pelo povo em vinte mil comícios realizados nos quatro mil municípios do país, mobilizando cinquenta milhões de brasileiros. Mais do que ouvir, a nação se fez ouvir.

O governo e a minoria do PDS, que ainda o suporta, não organizaram uma concentração sequer, furtaram-se ao contencioso democrático, desaforaram a causa popular do tribunal da opinião pública, para a desqualificação, inaceitável na espécie, de uma convenção partidária e um Colégio Eleitoral infestados de parentes, apaniguados e interceptadores da voz original das urnas.

O povo forjou a palavra *já*, como sua arma cívica, análoga ao legendário *não* de João Neves da Fontoura, na Aliança Liberal de 1930, para demolir o muro entre a nação e o Estado; entre o Brasil das mordomias e o Brasil da fome; entre a corrupção extensa, intensa e impune e a moralidade como fundamento da República; entre a impostura do Colégio Eleitoral e a autenticidade das Diretas-já; contra medidas ditas de emergência, porque realmente emergem da vontade imperial de César, podendo irresponsavelmente invadir lares na busca de pessoas ou apreensão de coisas, impressos, documentos e cartas, dissolver reuniões pacíficas, truculentamente impedir que os brasileiros venham ao Congresso Nacional e que o Congresso Nacional vá aos brasileiros pelos meios de comunicação.

Medidas de emergência, não as da força, mas as populares, são as oferecidas à nação pelo PMDB, que, pela urgência, não aguentam esperar pela posse do presidente eleito em 1984 pelo voto direto, e que consistem, entre outras, ainda que em caráter incidental, do seguro-desemprego, das frentes de trabalho, do bônus alimentar, financiados com parte do *superavit* da arrecadação fiscal.

Pela décima sexta vez caminhei pelo Brasil entre multidões, mais uma vez vi a pavorosa geografia da fome, do medo e da revolta, das afrontosas desigualdades sociais.

As praças e ruas do Brasil se encheram de colossais e sonoras assembleias de protesto e repúdio ao governo.

Vi milhões de homens e mulheres desempregados e subempregados pela insânia da recessão, reclamando o direito de ajudarem a construir a prosperidade da nação.

Vi os trabalhadores rejeitando o confisco da lei salarial desumana, que os obriga a pagar, com a deterioração de seus ganhos, os custos de uma pretensa política de combate à inflação.

Vi, também, a força da mulher brasileira, cidadã, trabalhadora e dona de casa, reivindicando igualdade, educação pública, moradia decente e custo de vida suportável. Vi brasileiros das regiões mais pobres, sobretudo os nordestinos, exigindo o fim do escândalo de hegemônias estaduais, pela regionalização inaceitável e concentradora do desenvolvimento.

Vi os estudantes, um milhão e quinhentos mil deles universitários, clamando por novos empregos e acesso à educação, numa economia roída pelo câncer de cinco milhões de desempregados, doze milhões de subempregados, quarenta milhões de seres em miséria absoluta, até sessenta por cento de máquinas desocupadas, inviabilizando o estratégico setor de bens de capital e penalizando o capital de risco com a falência e a concordata, enquanto premia o capital especulativo no cassino da jogatina com as ORTNs, o Overnight e o Open-Market.

Vi os artistas, as igrejas, os jornalistas, os escritores, os professores deixarem o palco, as novelas, os púlpitos, os prelos e as cátedras, pelos palanques do povo.

Vi minorias determinadas em romper as algemas da discriminação; negros forçando as portas da igualdade de oportunidade; índios, os

donos originais da terra, hoje sem terra, reconhecidos e delirantemente aplaudidos na figura autóctone e reivindicatória de Juruna.

Vi o amarelo vestir de esperança o Brasil; vi a História brotar nas ruas e na garganta do povo; vi, pela onipotência do voto direto, a ressurreição da participação política e das pressões legítimas pelos preteridos e injustiçados.

Vi o maior movimento de homens, mulheres, jovens e instituições dos quase quinhentos anos de nossa existência; vi legiões de democratas armarem suas tendas de luta não em torno de líderes carismáticos ou lendas partidárias, mas para a conquista de governos que lhes sejam o irmão aliado, e não o carrasco.

Vi o povo nascer da massa, vi raiar o arco-íris da aliança entre os trabalhadores e a democracia; vi os desgraçados, os despossuídos e os desempregados convencerem-se de que não há direitos nem bem-estar sem cidadania e se conscientizarem de que a má política os destrói, e só uma boa política pode salvá-los.

Acautelem-se os detentores do poder. As massas injustiçadas podem decidir – empurradas pelo desespero – serem mais consequentes e gloriosas, entre morrerem de fome, doença desassistida, assaltarem ou serem assaltadas, lutarem e até morrerem por governos de que tenham o controle pela origem, pelos benefícios e pela temporariedade.

É o povo, não a horda. Brada pela vida, não por vingança. Marcha sem ódio, mas também sem medo, para o convívio do amor e da paz. Desalojado da política pela força, condenado à abstinência da liberdade e da justiça social, o sofrimento ensinou o povo a distinguir a democracia, com a inevitável precariedade de homens que elegem homens para governar homens, corrigível pela periodicidade de mandatos, da magia dos demagogos, que prometem transformar fatos em prodígios, ou da jactância providencialista dos golpes armados, que acenam com milagres, que, na realidade, se tornam calamidade, para flagelo do povo.

Enfim, o povo sabe que Diretas-já não são solução para tudo, mas que, sem elas, não há solução para nada.

Um governo com povo pode errar e ser pacificamente destituído pelo *impeachment* ou substituído pelas urnas, enquanto um governo sem povo erra corrompendo, corrompido pela incompetência, mas é indefinidamente mantido pela força, ainda que com feições supostamente civis, como o Colégio Eleitoral.

Diretas-já são precursoras da Constituinte em 1986. As Forças Armadas, às quais rendo, pelo PMDB, homenagem de respeito e admiração, juram defender a Constituição, e uma Constituição digna deste nome há de ser escrita pelo povo para sua defesa. Falo majoritariamente pela nação, autorizado pela quase unanimidade da população brasileira, pelos mais numerosos e mais concorridos comícios da História pátria, por centenas de instituições civis e religiosas alistadas no voluntariado da libertação do país. Tenho a serena convicção de que falo pelos partidos políticos, todos eles, inclusive a maioria do eleitorado, dos governadores, dos prefeitos, dos vereadores e de ponderável número de deputados e senadores do PDS.

Formulo agora o apelo da tradição republicana do Brasil aos senadores e deputados do PDS para que, como representantes legítimos do povo, ouçam a voz e as reivindicações do povo, aprovando a Emenda Dante de Oliveira.

A mensagem republicana é a das “Diretas-já!”, aprovada de fato pela soberania popular, reunida e exercitada nos milhares de ruas e praças do Brasil.

O governo quer rejeitá-la com o inadmissível instituto do veto, sendo apenas o detentor de minoria intransigente, que impatrioticamente se obstina em prevalecer sobre a maioria de votos, controlados pela oposição.

A intolerância oficial e minoritária não admite que a Constituição seja emendada, ainda que por maioria absoluta, quando na Constituinte soberana, que a vontade política do povo convocará para 1986, a Constituição pode ser aprovada por maioria simples.

A nação me autoriza a anunciar que quer o diálogo. O diálogo público, perante a imprensa, o rádio e a televisão, testemunhado e fiscalizado pelo acesso livre às galerias e dependências do Congresso Nacional.

Portanto, o diálogo sem a mordaza da censura, sem o general Newton Cruz tirar abusivamente os interlocutores dos ônibus e automóveis nas cercanias de Brasília, ameaçando-os com baionetas, metralhadoras, camburões, cães amestrados e pregos nas estradas.

Afinal, Brasília é a capital política do país. Deve primar e assegurar o direito essencial de ir e vir, não é as Malvinas, para os arrebanhos da força, que acabam em desastre e vergonha.

O coronel Kurt Pessek tentou dialogar sobre a prisão de jornalistas e jejuadores pró-diretas. Bateram-lhe o telefone na cara, e o general

Newton Cruz foi jogar peteca, enquanto brasileiros jaziam trancafiados, incomunicáveis, em enxovias com endereço desconhecido. Forjaram a incomunicabilidade perfeita: os detidos não podem comunicar-se para se defender e seus carcereiros sequer comunicam a seus familiares e advogados onde estão depositadas suas vítimas.

A oposição se solidariza, com fervor e emoção, com os deputados estaduais, prefeitos, vereadores, coordenados pelo prestigioso vice-governador de São Paulo, Orestes Quércia, mulheres, trabalhadores, estudantes, profissionais liberais e empresários, brasileiros de todas as categorias sociais que vieram a Brasília como cidadãos e são maltratados como indesejáveis.

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, como é duro, perigoso e humilhante ser brasileiro num Brasil coagido por medidas coercitivas, atrabiliárias e do qual a cidadania foi banida!

O PMDB, por decisão unânime da comissão executiva do diretório nacional, decidiu pedir segurança, que também deve amparar o Poder Legislativo, ao Supremo Tribunal Federal. A injustiça contra um é ameaça contra todos. O Orador Brasileiro é o nome cívico de Rui Barbosa; Cantor da Liberdade, o de Castro Alves; Menestrel das Alagoas, o do imortal Teotônio Vilela; O Advogado Brasileiro, o de Sobral Pinto, patrono da nação nesta causa perante a suprema instância judiciária. A seu pedido, com ele colaboraram o saber e a bravura dos companheiros Rafael de Almeida Magalhães e o deputado federal, professor Flávio Bierrembach.

Reforço extraordinário trarão às razões que provam a inocorrência de graves perturbações da ordem ou calamidade justificadoras da suspensão de garantias as corajosas e democráticas palavras proferidas pelo general Euclides Figueiredo, deputado federal por São Paulo, na sessão de 29 de outubro de 1946, a propósito da situação e episódios semelhantes aos que ora nos afligem:

“Rejeito, pois, os extremos: tanto o de se considerar agravo à Assembleia tudo quanto se passa, individualmente, com cada qual de nós e um grupo qualquer de populares, como o de se deixar passar sem julgamento e repulsa os impropérios e insultos que venham diretamente à coletividade, com a responsabilidade de pessoas cuja qualificação as obriga às maiores provas de respeito às instituições nacionais. E, pessoalmente, preferiria renunciar a todas as prerrogativas do meu elevado e honroso

mandato de deputado pelo Distrito Federal a vê-las dependentes das garantias da força bruta, que, um dia, servirá para mantê-las, mas poderá também ser empregada para suprimi-las”;

“A realização de eleições populares no Brasil e a possibilidade de realizá-las no futuro tantas vezes quantas forem necessárias à sagração da vontade popular, de poder o cidadão escolher pelo voto os seus dirigentes e os seus legisladores e de imprimir ao destino da nação o seu pensamento, talvez tudo isto constitua-se sonho e ‘falsos profetas e demagogos vulgares’, sonho de que nós, representantes do povo, somos aqui, graças ao Vinte e Nove de Outubro, a mais sadia realidade”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegamos da Candelária, a catedral da participação popular da cidadania, chegamos do Anhangabaú, o Vale do Povo, chegamos, como maioria da nação, para dialogar.

Não chegamos como proprietários da verdade, mas com a humildade de quem a busca, esteja ela onde estiver. Quem se dispõe a dialogar, há de ter propostas, que, aceitas, são compromissos.

Eis os compromissos básicos do PMDB, expostos circunstanciadamente em seu programa, no documento Esperança e Mudança e em meu discurso “Travessia”:

- 1) Assembleia Nacional Constituinte em 1986;
- 2) Retomada imediata do desenvolvimento econômico, com distribuição de renda e soberania nacional, que requer o imediato rompimento dos acordos com o FMI;
- 3) Moratória da dívida externa por um período não inferior a cinco anos, e o estabelecimento de taxas de juros e prazos compatíveis com nossa capacidade de pagamento;
- 4) Reforma financeira profunda para eliminar as distorções do sistema de financiamento público e privado, matrizes da especulação, da inflação e dos juros extorsivos. Estas reformas devem começar pela reestruturação da dívida pública, que não deve mais esterilizar recursos fiscais, pela desdolarização, pela revisão do instituto da correção monetária, pelo saneamento financeiro das empresas públicas;
- 5) A reforma fiscal deverá eliminar a regressividade do sistema tributário, prover recursos não inflacionários para a recuperação da economia e articular uma administração racional de incentivos e subsídios.

O remanejamento fiscal deverá contemplar uma redistribuição efetiva dos recursos a favor dos estados e municípios. Restauração, enfim, da federação;

6) O reaparelhamento fiscal deverá ter como objetivo o aumento dos gastos sociais em educação, saúde e saneamento, transportes coletivos de massa e habitação popular. O programa de gastos sociais terá caráter emergencial diante da gravidade da situação, promovendo a criação de empregos e a distribuição de alimentos. O Programa de Emergência será financiado com o excesso da arrecadação fiscal, hoje esterilizado na administração da dívida pública;

7) Política salarial justa, pois o trabalhador não pode pagar por uma crise pela qual não é responsável;

8) Política agrícola planejada e reforma agrária, regionalmente diferenciada, que garantam o crescimento da produção de alimentos, a formação de estoques reguladores e renda condigna e ocupação produtiva para o homem da terra. Reforma agrária não meramente cartorária e com estocagem especulativa de terras;

9) Política industrial que impeça a desarticulação do parque produtivo pela recessão e incentive a capacidade nacional de inovar nas áreas estratégicas do desenvolvimento tecnológico contemporâneo, como a informática, a microeletrônica e a bioengenharia;

10) Eliminação das desigualdades regionais por meio de um Programa de Salvação do Nordeste e da Amazônia, com suficientes verbas públicas para gerar renda e emprego permanente, conjugados com a reestruturação da forma da posse e uso da terra.

Estes compromissos básicos, para que não se contaminem pelo caráter outorgativo dos tutores do povo, o PMDB, como pré-requisito, exige que sejam submetidos à crítica e ao julgamento da soberania popular, insubstituível para aceitá-los, hierarquizá-los em prioridades, ou rejeitá-los. Só assim, em seu nome e por sua delegação expressa, serão executados pelo presidente da República, eleito pelo voto universal, inclusive dos analfabetos, secreto e direto. Todo esse universo está abrangido no grito popular de guerra e de esperança: “Diretas-já!”

O país é o território; a nação é a História e a civilização; o povo é a pátria.

Não há pátria sem a verdade, a justiça e a liberdade.

A pátria é o povo, e o povo vencerá.

Já temos um acordo com a Frente Liberal!

VI Convenção Nacional do PMDB, em 11/8/1984.

Informação aos convencionais sobre o acordo negociado com dissidentes governistas para a eleição do futuro presidente da República e da renúncia pessoal de Ulysses à disputa da candidatura em benefício de Tancredo Neves.

O antigo MDB, do qual é sucessor o PMDB, ganhou a credibilidade desta nação, testemunhada pelas vitórias sucessivas que temos recolhido nas urnas das eleições diretas, principalmente no pleito de 1982, pelo qual, em termos majoritários, tendo a responsabilidade dos nossos compromissos e da nossa legenda, nove governadores dirigem os destinos administrativos de nove grandes estados deste país. E tivemos, em relação ao partido do arbítrio que infelicita esta nação, mais de cinco milhões de votos, o que significa ser o PMDB o maior partido existente no Brasil.

O PMDB – conforme a advertência sábia de Sílvio Romero, ao dizer que uma instituição é como uma árvore que, não tendo raízes profundas, o vento de qualquer adversidade abate –, desde a sua fundação, como continuador do MDB, tem sido um partido provado na luta, temperado no sofrimento, desafiado por ameaças, mas a tudo isto tem respondido com o seu sacrifício, a sua tenacidade, a sua coragem, juntamente com aqueles que tombaram. O PMDB cresceu e se firmou na respeitabilidade do apoio do povo brasileiro. Afirmo neste instante que nós, quando nos reunimos numa assembleia destas dimensões e com a soberania que lhe é peculiar, homenageamos nossas grandes figuras, inclusive aquelas que morreram praticando o ensinamento conhecido de que “os mortos governam os vivos” e os que morreram, os que foram sacrificados, os que foram cassados, constituem a vigilância do PMDB no cumprimento sagrado de seu compromisso perante a nação brasileira.

Reafirmo o compromisso básico da fundação do PMDB para sintetizar: um pacto social, político e econômico, oriundo do povo, a favor do povo, nascido do povo, guardião das necessidades e das reivindicações populares, em síntese, uma Constituição. Esta que está aí não merece o nome de Constituição, porque é uma imposição de origem

castrense e, por isso, não computa e não registra as necessidades do povo e as metas para emancipar o país do subdesenvolvimento.

É oportuno ressaltar aqui também hoje que, desde sua fundação, o PMDB, fiel aos nossos compromissos essenciais, ao nosso dever, à nossa fé inabalada, proclama o princípio da eleição direta em todos os níveis, principalmente para presidente da República. Fomos pelas eleições diretas, notadamente para a Presidência da República; somos pela eleição direta, em qualquer momento da nossa caminhada. Se depender da nossa iniciativa e dos nossos votos, nós estaremos com as oposições no sentido de que o primeiro mandatário cívico desta nação realmente provenha dos comícios e da vontade política da nação, por meio do voto do cidadão. O nosso partido é que tem essa responsabilidade, por ser o mais antigo e haver implantado em todos os municípios do Brasil a campanha das Diretas-já, que movimentou multidões, demonstrando a reivindicação do povo brasileiro de uma maneira inédita, registrada até em todo o mundo, como a nação que se levanta, que vai à praça pública, que vai às ruas com os maiores comícios deste país, não em torno de pessoas, não em torno de candidatos, não em torno de partidos, mas em torno de uma criação de direito público. A campanha foi absorvida pelo povo brasileiro, defendendo a sua soberania por meio de um *slogan* que já ingressou na História: “Diretas-já para presidente da República”. Coordenada pelo PMDB em todos os rincões do país, demonstrou a vocação política do povo na afirmação do direito de plena cidadania, principalmente para escolher o governante do qual dependem as massas sofridas deste país. A campanha das Diretas-já mostrou, provou e testemunhou que a política está no circuito da vida, das reivindicações e das esperanças, especialmente dos trabalhadores, das donas de casa, daqueles que mais necessitam de um governo que se ponha como seu aliado, e não como seu carrasco. Principalmente os pobres é que precisam do governo, até para sobreviverem. Iniciamos essa jornada em junho do ano passado, em 1983. Quero recordar aqui a caminhada que, como presidente do partido, tive a oportunidade de fazer pela décima quarta vez em todo o país. Quero recordar essa jornada e sei que, com isso, simbolizo todos aqueles que aqui se encontram, todos os nossos companheiros, os nossos correligionários, os nossos militantes, os soldados da nossa luta. Sem eles, não teríamos condições de popularizar o nosso programa, de divulgar nossa doutrina e colher as vitórias que tivemos. Quero recordar a figura legendária do rapsodo da liberdade, do menestrel da democracia, da voz oracular cujo espírito e cuja presença nos

ilumina neste instante: Teotônio Vilela. O PMDB, além das palavras e dos pronunciamentos nas praças públicas, realmente concretiza, com atos, nesta Casa do Congresso Nacional, as suas pregações. Tivemos em companheiros nossos – do PMDB – a iniciativa de emendas que já figuram nos anais da história política do Congresso e da vida nacional: a Emenda Dante de Oliveira, a Emenda Teodoro Mendes, para a qual estamos reclamando a colocação na Ordem do Dia, para aprovação por meio dos nossos votos e de nossos aliados, bem como a emenda de nosso companheiro Airton Sandoval.

Meus amigos, a campanha das Diretas-já, entre outras conquistas, trouxe, como consequência, brechas profundas no partido situacionista – o PDS. Tanto assim que, inicialmente, houve a participação conosco do grupo Pró-Diretas do PDS, que homenageio, nesta convenção, pela correção e pela lealdade com que se expôs e não se rendeu a represálias. Posteriormente, com o envio a esta Casa de uma emenda constitucional de origem governamental, as oposições, tendo o PMDB à frente, compuseram-se novamente com os seus aliados e apresentaram um substitutivo. E novas forças ampliaram a cisão do PDS. Foi de tal sorte que o governo, receando a aprovação da emenda nesta Casa, como é do conhecimento de todos, retirou-a na tentativa de frustrar mais esta iniciativa do PMDB e das oposições no sentido de devolver à nação brasileira e aos cidadãos o direito de ter uma efetiva participação política, em termos de soberania popular, elegendo o presidente da República.

Em consequência da nossa luta e também das eleições diretas, formou-se a Frente Liberal do PDS, integrada por figuras representativas da vida política desta nação, como o vice-presidente Aureliano Chaves, que renunciou à sua candidatura à Presidência da República para participar dessa composição; o senador Marco Maciel, que, por igual, renunciou à sua candidatura; dois presidentes do PDS, os ilustres senadores José Sarney e Jorge Bornhausen, além de figuras já declaradamente engajadas no nosso esforço de democratização do país, como o eminente governador de Pernambuco, Roberto Magalhães; o governador do Ceará, Gonzaga Mota; e mais de sessenta deputados federais e oito senadores, número que tende a se ampliar em face dos acontecimentos.

Diante destes fatos, fez-se um entendimento à base de compromissos do PMDB e da Frente Democrática, por meio de um documento com pontos essenciais e princípios programáticos que não são um pro-

grama, mas gérmen de um futuro programa que terá a elaboração comum não só dessas duas forças como dos demais partidos de oposição, que conclamamos a participar conosco desta cruzada, juntamente com outras forças democráticas do país.

Quero dizer que o PMDB, como partido que é, propõe-se ao exercício, à prática e ao cumprimento de políticas democráticas em que a assunção ao poder é indispensável.

Repetindo, desejo dizer que a posição sobre a qual a convenção será chamada a decidir soberanamente não é uma alternativa. Etimologicamente, alternativa significa escolha entre duas soluções que se apresentam. Em termos de alternativa, o PMDB tem a sua: é a alternativa democrática, a alternativa do povo brasileiro, a alternativa das Diretas-já para presidente da República. A sociedade quer a alternativa das Diretas-já. O PMDB, as oposições, a maioria dos representantes do povo, notadamente nesta Casa popular, que é a Câmara dos Deputados, também a querem. Quem não quer esta alternativa, quem a frustra, quem é o responsável por isso não é o PMDB – a sua escolha está feita – mas o presidente da República e o que resta do PDS.

Neste instante, dirijo-me à nação, em nome das forças democráticas deste país, para dizer ao Sr. Presidente da República e ao seu partido que queremos esta alternativa. Ela depende da aprovação do Congresso Nacional e estaremos a postos com os nossos votos para transformá-la numa imediata e salvadora realidade política e social no Brasil.

Contudo, meus amigos, fomos pressionados, inclusive pela fatalidade dos prazos, pois as convenções necessariamente têm que se realizar neste mês de agosto, para uma decisão conclusiva quanto à sucessão presidencial. Fomos pressionados pelas circunstâncias, não em torno de uma alternativa, mas de uma tomada de difícil, dura e penosa decisão. Para isso, somos convocados a esta convenção, que vai dar a palavra final. Menos do que, pela via indireta do Colégio Eleitoral malsinado, assumir o governo desta nação colocando um companheiro da oposição, com os compromissos da oposição, na Presidência da República; menos do que, por meio de uma mobilização popular ampla – não podendo ser de direito, que seja de fato, pelo apoio da sociedade; menos do que pelos nomes, por mais ilustres que sejam, principalmente do nosso candidato a presidente da República, pelos nossos compromissos, pelo nosso programa de redemocratização desta nação; menos do que por isto, mas além disto e acima disto, neste momento, que sei que é histórico, que desafia a nossa

competência na interpretação da conjuntura em que vive este país; menos do que ter um governo, como disse, é evitar que a Presidência da República, a suprema magistratura desta nação, que deve ser cívica, caia em mãos aventureiras, cúpidas, entreguistas, de coveiros do sossego e da tranquilidade do povo. Nós desejamos – pelo menos é o posicionamento que colocamos ao participar dos entendimentos – fazer com que possamos vencer etapas para haver uma plena democracia e uma Constituinte soberana, e termos o governo, evitando que continuístas o assumam e continuem tirando o pão, o emprego, a escola, a esperança e a alegria do povo brasileiro. Invocamos o nosso programa, os nossos compromissos, a credibilidade que temos por meio das administrações municipais e estaduais para pretender o governo. Não para transformar o Brasil num paraíso, mas para evitar esse inferno de injustiças sociais, de fome e de miséria que desgraça a nação brasileira.

Meus amigos, com esta aliança, esta conclamação de forças, este serviço que o PMDB presta, e sei que o PT, o PDT e outras forças hão de reconhecer, mobilizamos no Congresso Nacional mais senadores, mais deputados, inclusive para que possamos, se isso depender de nós, aprovar as Diretas-já. Mas, além disso, fazer com que assumamos o Poder Legislativo. Já assumimos este poder. Não devemos, apesar da sua importância, fixar-nos exclusivamente no Executivo, mas no Poder Legislativo, na mudança da maioria. Temos já, na Câmara e desenhando-se no Senado da República, o controle da responsabilidade do exercício do Poder Legislativo, não em termos de competência, que vamos reconhecer, mas de Poder Legislativo neste país. Vamos constituir, e constituiremos, uma maioria. Não uma maioria de súditos, de sacristãos, não uma maioria de áulicos, mas uma maioria fiel ao dogma da independência dos poderes. Somos esta maioria independente, para que o poder, por meio desta maioria, seja desde já autônomo, para o que faça, desfaça ou refaça. Independente diante do poder econômico do país, para sermos árbitros dentro do nosso entendimento social de que primeiro vem o trabalho e, depois, o capital. O capital é o trabalho acumulado. O trabalho tem prioridades sociais e precedências, e seremos sensíveis e fiéis a isto no Congresso Nacional. Independentes quanto às multinacionais, às forças econômicas estrangeiras e ao Fundo Monetário Internacional porque, dentro dos nossos compromissos, faremos com que atos fundamentais de responsabilidade na vida externa tenham a aprovação do Congresso Nacional para que tenham validade. É o compromisso de uma etapa que vamos vencer.

Companheiros, quero ressaltar também que essa maioria será uma maioria crítica com relação ao Executivo, à Presidência da República, até mesmo sendo eleito Tancredo Neves presidente da República, um companheiro democrático da nossa coligação. Pregamos a independência dos Poderes Legislativo e Executivo, ainda que irmanados e fraternizados. Não o Poder Legislativo como foi até aqui, enfeudado, dócil, vassalo, súdito do Palácio do Planalto.

Há um trabalho pronto, que é preciso aqui ser recordado. É que fizemos um acordo, subordinado a esta convenção, em torno de princípios. Como resultado deste entendimento, fazendo parte dele, não devendo ser apreciadas isoladamente, surgiram as indicações que serão submetidas a esta convenção: o eminente governador Tancredo Neves, pelo PMDB, candidato à Presidência da República, e o senador José Sarney, como candidato à Vice-Presidência da República.

Companheiros, eu, mais uma vez, me submeto à soberana decisão dessa convenção e ao seu julgamento. O que fiz, como outros tantos companheiros, apesar de dificuldades, apesar de incompreensões, apesar dessa frustração, dessa luta de um homem que percorreu quatorze vezes este país e tem a visão da sua geografia humana de fome e de miséria, o que fiz, na luta pela qual o nosso partido sempre se comportou num caminho de esperança, foi para que não se lance esta nação nos braços da subversão e de violentas erupções sociais, como saída desesperada contra o arbítrio.

Compareço emocionado, mas vocês e o povo brasileiro estão na presença de um homem sereno: sereno porque estou certo de que cumpri o meu dever. Renunciei a ser candidato a presidente da República perante a minha legenda, mas não renuncio à minha condição de cidadão, para usar as minhas forças, o apelo que eu possa fazer no sentido de que coloquemos a nossa legenda, os nossos propósitos, ao lado dos despossuídos, dos miseráveis, dos postergados, dos injustiçados desta grande nação.

Conclamo os nossos companheiros para fazermos mais este esforço difícil. A História e a nação compreenderão o nosso exemplo, até de renúncia e de sacrifício, para restituir a dignidade, a alegria e a esperança ao povo brasileiro.

As três novas maiorias

Diretório Regional do PMDB, Rio de Janeiro, RJ, em 6/12/1984.

No agradecimento a uma homenagem às vésperas da reunião do Colégio Eleitoral, já assegurada a vitória de Tancredo, Ulysses lembra que “haverá o inevitável rateio de sacrifícios” e a celebração pelo surgimento de três novas maiorias: a popular, a parlamentar e a que “estruturará o mandato de Tancredo”.

Viajamos com os pés do povo brasileiro na superação de difíceis e perigosas etapas para a reconquista da democracia.

O povo organizado, e não massa informe, conquistou categoria histórica; como autor, e não passivo espectador do dramático desenvolvimento da civilização brasileira.

Portentosas multidões, com impressionante maturidade, anunciaram pelo grito das “Diretas-já!” que a soberania popular é a voz, a força e o destino da nação.

É preciso ter consciência das grandes mudanças que transformaram a vida social brasileira nestes últimos anos. Surgem, no Brasil de hoje, movimentos sociais que expressam o imperativo de participação autônoma dos vários segmentos da sociedade. Impõe-se a ruptura com a longa e cruel tradição das definições políticas sob formas autoritárias e elitistas. Os trabalhadores e seus sindicatos, a classe média e suas associações representativas, o empresariado e suas entidades, mas também a mulher, o jovem, o negro e o índio, todos descobriram que não há liberdade, justiça e bem-estar sem política; nem há política da liberdade, da justiça e do bem-estar sem participação.

O trabalhador descobriu que necessariamente deve trabalhar na fábrica e na política, para que tenha salário condigno e mantenha seu emprego; a mulher, sem a participação política, não tem independência e terá a sua casa devastada pela inflação, pela doença, sem hospital e sem remédio; é na controvérsia da política, quando livre, que os jovens se preparam para seu exercício ou para enfrentar as contradições peculiares à vida.

Enfim, não é mais possível governar esta nação sem a efetiva participação e a confiabilidade da sociedade.

Urge, como prioridade, definir uma política institucional para o Brasil!

Essa definição tem este nome e este universo: democracia. A indefinição ou a má definição política contamina de equívocos e de erros pavorosos a ordem econômica e social.

A definição estrutural da democracia se fará por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte, reencontro da nação consigo mesma, reconciliação entre a sociedade marginalizada e o Estado degradado pelo autoritarismo.

Pela primeira vez em nossa história, teremos uma Constituição eleita, escrita, cumprida e fiscalizada pela vontade direta do povo.

Quando lançamos a campanha das eleições diretas, fomos apelidados de poetas e utópicos.

Contudo, o povo se reuniu em multidões para aclamar um instituto político e participativo, apto a investir e controlar o presidente da República.

Neste foro privilegiado e nacional, erigido pela generosidade de companheiros e amigos, é oportuno testemunhar que a campanha pela Constituinte será mais abrangente, profunda e dialética.

As expectativas e os compromissos vinculados ao presidente da República têm a temporariedade da duração do respectivo mandato, que, pela nossa tradição e a dos países democráticos, é de quatro anos.

Mas as Constituições são longevas, sua perenidade é garantia contra as ditaduras, conferindo estabilidade às conquistas políticas que assegurem a independência e a operacionalidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como às conquistas sociais que impedem o Estado de suprimir ou conturbar direitos fundamentais do homem e titulam o homem como credor do Estado, para exigir, como direito, emprego, salário, educação, saúde, segurança e justiça.

A busca suprema e moderna do Estado é a paz externa e interna.

Mas, tanto externa como internamente, não haverá paz enquanto houver oprimidos e opressores, nababos e despossuídos. A fome, a miséria e a injustiça social guerreiam a paz entre nações industrializadas e subdesenvolvidas.

Internamente são o ventre maldito gerando a ameaça e a insegurança de todos e os fermentos turbadores e até explosivos da ordem social.

O primeiro dever do Estado é a justiça, e a justiça social é o primeiro dever da sociedade civilizada.

Entendo que a leitura da realidade brasileira impõe transição baseada em dois institutos: a cogovernabilidade e o pacto social.

Cogovernabilidade é participação para que o governo não se esgote, nem se confine nos palácios, não se esconda, porque é visível e transparente, pois convive, anda, discute, decide pela autoridade do argumento, e não com imposição pelo argumento da autoridade.

A cogovernabilidade é o foro polêmico e consensual do pacto social.

O governo democrático tem parceiros, e não súditos. Os parceiros são o governo, os trabalhadores e os empresários, por meio de suas entidades representativas, além de outras entidades em que se organiza a sociedade.

O pacto social é o exercício da cogovernabilidade e da participação, indispensáveis para que haja credibilidade.

Sem credibilidade, pode haver fórmulas econômicas, mas não haverá êxito econômico. Se o doente não confia no médico nem no remédio, numa democracia ele muda de médico para tomar o remédio. Principalmente quando, voluntariamente, tem de aceitar remédios amargos, dolorosos ou cirúrgicos, como costumam ser as receitas econômicas em épocas de crises.

O PMDB construiu sua identidade política em áspera, perigosa e sofrida jornada de lutas. Seus compromissos são populares e o irresponsável testemunho das urnas certifica que foram cumpridos, ou o povo tem fé que serão cumpridos.

Além da Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, eleições diretas em todos os níveis federativos, restauração da federação e da descentralização, recuperação dos poderes do Legislativo e do Judiciário, documentos partidários e discursos de seu presidente nacional singularizam os seguintes compromissos na área econômica e social, amplamente divulgados e discutidos em todo o país:

- 1) Revisão da legislação salarial para eliminar o processo de compressão do poder aquisitivo dos trabalhadores, dos servidores públicos e da classe média. Garantia da autonomia sindical e liberdades sindicais e do direito de greve. Paulatina elevação do salário real para retirar milhões de trabalhadores da miséria. Desestímulo à rotatividade da mão de obra.

2) Reprogramação global da dívida externa, em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a soberania nacional. Submeter ao Congresso todos os atos internacionais que criem obrigações para o país, nos termos da Constituição.

3) Saneamento financeiro interno, sem que os ônus do processo recaiam sobre os menos favorecidos.

4) Retomada e reordenação do processo de desenvolvimento, de maneira a restaurar o mercado interno como principal centro dinâmico da economia nacional, com ênfase para as atividades destinadas a satisfazer as necessidades básicas do povo.

5) Apoio à livre iniciativa e fortalecimento das empresas nacionais, privilegiando sua crescente participação nos setores decisivos para a internação do processo de decisões e resguardo da soberania nacional.

6) Política mineral e energética que assegure a exploração nacional dos recursos naturais e abastecimento nacional de matérias-primas.

7) Adoção imediata das medidas sugeridas pela V Convenção Nacional do PMDB e que constituem o Programa de Emergência de suas Diretrizes de Política Econômica e Social.

Serão estes os primeiros passos para a correção das desigualdades nacionais, notadamente as que oprimem o Nordeste, e para a restauração do direito de decidir sobre nosso futuro. A exclusão da grande maioria do povo brasileiro dos frutos do trabalho comum só foi possível pela eliminação de sua participação política. E essa ausência de participação, de mobilização e organização da sociedade, retirou do país a força que seria necessária para se libertar das imposições externas e realizar um projeto nacional adequado à nossa geografia física e humana. Assim, a questão da democracia é também a questão da nacionalidade.

Meus amigos, o PMDB, a Frente Liberal, que o país respeita e saúda nas lideranças de Aureliano Chaves, José Sarney e Marco Maciel, o apoio fundamental do PDT pela autoridade nacional do governador Leonel Brizola, o PTB, somados a forças representativas da sociedade, foram veículos fiéis e legais. Mas é o povo, onipresente em comícios monumentais, em passeatas, em manifestações espontâneas, em pesquisas de opinião pública, é o povo que elegeu plebiscitariamente Tancredo Neves presidente da República.

Tancredo Neves, na circunstância brasileira, foi preparado e empurrado pela História como o homem síntese, o estuário de talento,

tirocínio e coragem em que desembocam todos os rios, que há vinte anos rolam suas águas revoltas de desespero e vermelhas do sangue de tantos mártires na procura aflita do leito da democracia.

Há ocasiões na política em que não basta fazer o possível, porque é preciso fazer o necessário.

Com o apoio da nação e as bênçãos de Deus, é indispensável que Tancredo Neves faça o necessário para salvar esta nação das perversidades e dos imensos equívocos jurídicos, econômicos e sociais em que está engolfada.

O fim do autoritarismo vai desatar reivindicações há muito reprimidas.

Governar é conviver com pressões, enfrentando-as, equacionando-as, hierarquizando-as, atendendo as que forem justas.

Na hora em que houver o inevitável rateio de sacrifícios, os políticos devem dar o exemplo com o sacrifício de projetos de ambição pessoal, porque pressões da vaidade ou do carreirismo não vingarão no governo Tancredo Neves, porque ele terá lucidez para identificá-las e energia para reprimi-las.

Hoje, aqui nos reunimos, homens e mulheres de todos os cantos do Brasil, para celebrarmos três maiorias.

A esmagadora maioria do povo, que conquistará a democracia como seu modo e meio de vida.

A maioria que realmente a nação passa a ter no Senado e na Câmara dos Deputados. Será maioria crítica, e não homologatória, polo de decisões e de percussão dos problemas e reivindicações de nacionalidade.

Sua magna função será criar os instrumentos legais e de reforma constitucional, para que se reúna e funcione na sua plenitude a Assembleia Nacional Constituinte soberanamente eleita em 1986.

Finalmente, a maioria que estruturará o mandato de Tancredo Neves como presidente da República. A permanência da confiança dessa maioria é condição de nossa sobrevivência, como governo e como partido. Não podemos perdê-la, senão estaremos perdidos.

Meus amigos, agradeço ao PMDB do Rio de Janeiro, na liderança capaz e perseverante do presidente Jorge Gama, a promoção desta festa de amizade e esperança.

Agradeço aos nomes representativos do Brasil e aos amigos que se sentaram em torno destas mesas, onde se comeu o pão e o sal da fraternidade humana.

Ao finalizar, exercito a procuração cívica e afetiva, outorgada pela reunião que nos irmana, para exclaimar: a Nova República, com novos homens e novos compromissos, inaugura um novo tempo para a pátria renovada na esperança, na dignidade e na segurança da democracia e da justiça social.

A arquitetura da eleição de Tancredo

Colégio Eleitoral, em 15/1/1985.

Publicado no DCN-C de 16/1/1985, p. 3.

Antes da votação – e já com a certeza da vitória de Tancredo Neves –, uma recapitulação das lutas do PMDB e o reconhecimento às forças políticas que se associaram na Frente Democrática.

Como representante do candidato a presidente da República, Tancredo Neves, perante este Colégio Eleitoral, agradecemos a manifestação de confiança à Aliança Democrática, que se consubstanciará nos votos favoráveis dos prestigiosos senadores, deputados federais e dignos deputados estaduais, delegados das assembleias legislativas.

O PMDB caminhou vinte anos pela via áspera e tormentosa da resistência, entre cruces, banições e proscricções cívicas, para chegar a este dia, tomando dura decisão política, imposta pela circunstância e plebiscitada pela nação.

Construiu sua identidade política pela luta e pela sinceridade. Seus compromissos são populares e o irresponsável testemunho das urnas certifica que foram cumpridos, ou o povo tem fé que serão cumpridos.

A Frente Liberal dividiu para somar, cindiu para possibilitar, como fator decisivo, a união entre a sociedade e o Estado, subordinando este e aquela pela hierarquia da soberania popular.

Foi, sobretudo, ato de coragem, que homens públicos se consagraram ao tê-la para praticá-lo, sendo justo homenageá-los na liderança e no tirocínio de José Sarney, companheiro de chapa de Tancredo Neves, como candidato à Vice-Presidência da República, no destemor de Aureliano Chaves e na competência de Marco Maciel.

Por igual, merecem o aplauso e o reconhecimento da nação o Partido Democrático Trabalhista, saudado em seu combativo presidente Doutel de Andrade, e no governador Leonel Brizola, personalidade política conhecida e respeitada em todo o país, bem como parlamentares de outras legendas, como o Partido Trabalhista Brasileiro, que já ofereceu à opinião pública suas alternativas em tantos prélios políticos, chefiado pelo operoso deputado Ricardo Ribeiro.

Os dissidentes do PDS não incorporados à Frente Liberal também são artesãos da obra comum e solidária de restauração na pátria dos valores perenes da honradez, da hegemonia popular e da transformação social, como o único caminho para que o pão, a saúde, a educação, a segurança e a igualdade de oportunidades cheguem a todos os brasileiros.

Ganhou categoria histórica a opção dos governadores do PMDB, do PDS e do PDT pelo apoio aos candidatos Tancredo Neves e José Sarney, que, com a representatividade dos votos que, estamos convictos, irão elegê-los, interpretaram a solidariedade consagradoramente majoritária do eleitorado brasileiro.

A verdade ordena que, na origem e na estrutura deste acontecimento, de dimensão nacional e internacional, se testemunhe que houve um protagonista que foi o grande e autêntico vencedor: o povo brasileiro. Somente ele, o povo, é que tem a força, a determinação e a coragem temperada pelo sofrimento, para suportar longa e desafiadora maratona, para conquista de um regime em que a independência impeça a supremacia usurpadora de qualquer dos três poderes, no qual o homem seja a suprema destinação do Estado e a coletividade seja usufrutuária do desenvolvimento, e não ávida minoria de privilegiados.

O povo se autodeterminou nas praças e ruas das metrópoles e, nos mais remotos rincões da pátria, tomou consciência de que a unidade é a medida de sua invencibilidade, que só pela organização deixa de ser massa informe, vilipendiada pela injustiça, para ser promovido a autor da História, e não inerte espectador do dramático desenvolvimento da civilização brasileira.

Houve um alvoroçado despertar de alegria e de esperança. Em convívio ordeiro, autodisciplinado e espontâneo, portentosas multidões, iluminadas pelo entusiasmo, descobriram a política e seu exercício pela participação, para eleger políticos como meio – mas institucionalmente, como fim –, efetivamente elegendo salários reais, escolas, casa, médico e remédio, em suma, o bem-estar, como síntese dos valores essenciais à dignidade da vida.

O trabalhador fundiu a simultaneidade indissolúvel do trabalho na fábrica e na política, para que seus direitos tenham as correspondentes garantias e os controles, para que sejam respeitados. A mulher sem militância política não tem independência e terá sua casa devastada pela inflação, pela miséria, por explosivos confrontos familiares. Na

controvérsia da política, quando livre, é que os jovens se preparam para a sua prática ou para enfrentar as contradições peculiares à vida.

A nação mudou e é impossível governá-la sem a participação autônoma e a confiabilidade da sociedade. Exige a ruptura com a longa e cruel tradição das usurpações políticas, sob formas autoritárias e elitistas.

São inexoravelmente expelidos da política os reacionários e imobilistas que teimam em não ver que outros são os dias e novos são os tempos.

O governo democrático tem parceiros, e não súditos. Os parceiros são o governo, os trabalhadores e os empresários.

O governo democrático não se esgota, nem se confina nos palácios, não se esconde, porque é visível e transparente. Convive, anda, fala e ouve, decide pela autoridade do argumento, e não pelo argumento da autoridade.

Do alto desta tribuna, contemplando a nação e sendo ouvido por ela, é imperativo o compromisso de que a campanha pela Constituinte será abrangente, profunda e dialética.

Sendo a Constituição pacto político e social longo, sua permanência é garantia contra as ditaduras, conferindo estabilidade aos institutos que assegurem a independência e a operacionalidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como às garantias que impeçam o Estado de afrontar os direitos fundamentais do homem e titulam o homem como credor do Estado, para exigir emprego, salário, saúde, educação e habitação.

A busca suprema e contemporânea do Estado é a paz externa e interna. Mas, tanto externa como internamente, não haverá paz enquanto houver oprimidos e opressores, nababos e despossuídos.

A fome, a miséria e a exploração nas relações de trocas guerreiam a paz entre as nações industrializadas e as subdesenvolvidas.

Internamente, são o ventre monstruoso gerando a ameaça e a insegurança de todos, fermentos turbadores e até explosivos da ordem social.

O primeiro dever do Estado é a justiça e a justiça social é o primeiro dever da sociedade civilizada.

As épocas se eternizam pelas vozes exclamativas dos brados. “Terra à vista” foi o grito inaugural do descobrimento; Guararapes foi o gri-

to da incolumidade do território, com a expulsão dos invasores; “Esta terra tem dono” vem desde o extremo meridional, na voz do índio Sepé Tiaraju; o grito do Ipiranga é a certidão vocal da independência e o grito de Tiradentes desfila com a bandeira de Minas, ecoa e guia nossa cruzada, atualizado como democracia, ainda que tardia.

O grito colossal, orquestrado e reivindicatório de “Diretas-já!” foi o grito contra o autoritarismo que rasga o título eleitoral para massacrar o cidadão; contra a recessão que condena à fome e ao desespero milhões de desempregados; contra a inflação, como imposto maldito e clandestino, sacrificando a pobreza e as donas de casa; é rejeição da economia garroteada pela especulação e do pagamento da dívida externa à custa de salários e da paralisação do desenvolvimento.

Urge, como prioridade, definir uma política institucional para o Brasil.

Essa definição tem este nome e este universo: democracia.

A indefinição, ou a definição política, pervertida pelo autoritarismo, contamina de equívocos e de crueldade a ordem econômica e social.

A definição estrutural da democracia se fará por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte, reencontro da nação consigo mesma, reconciliação da sociedade marginalizada e o Estado profanado pelo arbítrio.

Pela primeira vez em nossa história, teremos uma Constituição eleita, escrita, cumprida e fiscalizada pela vontade direta do povo.

Na ressonância histórica deste ato, três maiorias podem ser celebradas.

A esmagadora maioria do povo, que conquistará a democracia como seu modo e meio de vida. É a vontade política da nação, que não poderá ser desestabilizada, acarretando sua ruína, ou ser traumatizada em dramática ruptura. É a confiança da nação. Não poderemos perdê-la, o governo e os partidos que irão elegê-lo e o apoiarão.

Não podemos perdê-la, senão estaremos perdidos.

A votação que a seguir se processará irá atestar a sólida maioria que, realmente, pela nação, comandará o Senado e a Câmara dos Deputados. Será maioria independente, e não homologatória, polo de decisões e de percussão dos problemas e reivindicações da nacionalidade.

Finalmente, a maioria que guindará Tancredo Neves à suprema magistratura cívica da pátria. Tancredo Neves, na circunstância brasileira, foi preparado e empurrado pela História como o homem síntese, o estuário de talento, tirocínio e coragem em que desembocam todos os rios que há vinte anos rolam suas águas revoltas de desespero na busca aflita do leito da democracia.

Com o entusiasmo da nação e as bênçãos de Deus, é indispensável que Tancredo Neves, mais do que o possível, faça o necessário para salvar o Brasil das perversidades e das arrasadoras distorções jurídicas, econômicas e sociais em que está prostrado.

Um sopro místico inspira e transfigura o povo. É a alegria, a esperança, a comunhão; é o estado de graça. Está na Bíblia que a graça é o Senhor, seu parentesco com o homem é ato de purificação e de entrega. É ato de entrega ao povo, e não do povo, pois ao povo tudo se entrega: a geografia, como país; a economia, pela justiça social; brilham sobre ele o sol, para brotarem do solo as colheitas e as estrelas como um desafio, para que se chegue até elas. O povo não se entrega. Só pode ser entregue pelos traidores.

A Nova República, com novos homens e novos compromissos, inaugura um novo tempo para a pátria, renovada na dignidade da democracia e no inconspicuo respeito à soberania popular.

A volta à Presidência da Câmara

Câmara dos Deputados, em 4/3/1985.

Publicado no DCN-I de 5/3/1985, p. 131.

Indicado presidente da Câmara, pelo acordo da Frente Democrática que elegeu Tancredo Neves, Ulysses enfrentou inesperada associação da extrema esquerda com malufistas apoiando o deputado Alencar Furtado, o que reduziu sensivelmente a maioria que o sufragou. Foi tão forte o impacto dessa manobra que Ulysses fez apenas uma pequena declaração de agradecimento na sessão de eleição, no dia 1º de março, quando anunciou este seu discurso formal de posse – só pronunciado a 4 de março –, onde lembra que era a terceira vez que chegava àquele posto, quase trinta anos depois de tê-lo assumido pela primeira vez.

Quis a maioria dos representantes do povo de meu país, por voto direto, que pela terceira vez eu assumisse a Presidência da Câmara dos Deputados.

Assumo-a, desvanecido pela honraria, impregnado de responsabilidade e com reservas de humildade.

Mais do que em meu lar, nesta Casa passei a maior parte da minha vida. Nela convivi, na convergência ou divergência de ideias, com brasileiros que a História recolheu no seio da imortalidade. Creio ter a autoridade dos anos, marcados por revezes e vitórias, para afirmar, com “saber de experiência feito”, que a democracia é a convivência de contrários. Convivência às vezes áspera, exaltada, até apaixonada, pelo confronto de ácidos antagonismos. Mas sempre civilizada, para seus protagonistas merecerem o respeito de seus pares e o acatamento da opinião pública.

Política não se faz com ódio, pois não é função hepática. É filha da consciência, irmã do caráter, hóspede do coração. Eventualmente, pode até ser açoitada pela mesma cólera com que Jesus Cristo, o político da paz e da justiça, expulsou os vendilhões do templo. Nunca com a raiva dos invejosos, maledicentes, frustrados ou ressentidos. Sejamos fiéis ao evangelho de Santo Agostinho: ódio ao pecado; amor ao pecador. Quem não se interessa pela política não se interessa pela vida.

Esta é a casa da política e dos políticos. Por isso é a casa da vida, em seus valores eternos de paz, dignidade, honra, fartura e bem-estar social.

Neste e em todos os países, neste e em todos os tempos, nesta e em todas as circunstâncias, a política é o mais nobre dos ofícios. A política é o homem, pois o homem é o criador da política e do Estado. Para o servirem sem o traírem pela tirania, corrupção ou demagogia.

Se o terrorismo é crime contra o Estado, a usurpação dos direitos humanos é crime do Estado contra o homem. O preço da segurança do Estado não pode ser a insegurança do cidadão.

Política não é uma técnica. É a captação do possível, o recenseamento das circunstâncias, a atrevida sementeira de conquistas futuras, o consórcio da lógica com a imaginação, o convênio da razão com a utopia, o risco de prever para prover, a consciência de que não é o poder que corrompe o homem, mas é o homem quem corrompe o poder, é, enfim, a trabalhosa e fascinante busca da verdade pela meditação, pelo estudo, pela discussão, pela persuasão, pela transigência e pela resistência.

As instituições jurídicas, econômicas e sociais são como os diques da Holanda. Qualquer fenda escancara a porta do desastre.

O primeiro dever do Estado é a justiça. É o ideal a ser perseguido. Quanto mais dele se aproxima, o homem conquista mais espaços na natureza e na alma.

Quando a injustiça se prolonga e massacra milhões de homens, com laivos de genocídio, o que espanta é a ordem, e não a desordem. Quando os políticos se calam, pela força, pelo medo ou como cúmplices dos poderosos, o pavoroso espaço de seu silêncio é ocupado pelos estampidos da insurreição ou pela escravidão do povo.

Não houve ontem, não há hoje, não haverá amanhã nação respeitada, se seus homens públicos não tiverem o respeito dos cidadãos e respeito aos cidadãos.

Ao inaugurar o novo Legislativo, reverencio a vida pública e os vias incorruptíveis da coisa pública. Venero a dura e peleadora raça dos políticos, com jornadas que invadem as madrugadas, expostos à lama da calúnia, submetidos, a cada quatro anos, às incertezas e à reprovação das urnas, resistentes às pressões do dinheiro, das ameaças e da vaidade. Quanto a mim, outro destino não me realizaria, ainda que premiado por glória e fortuna.

Srs. Deputados, tão grave como fechar o Parlamento é domá-lo pelo esvaziamento de seu conteúdo de autonomia e pela retirada do poder de fogo da fiscalização.

Só o poder controla o poder, e não há poder sem independência.

Portanto, não há Poder Legislativo sem independência do Legislativo.

Na vigente Carta outorgada, o Capítulo VI, apelidado Do Poder Legislativo, a competência invasora é do presidente da República: como regra, detém o monopólio da iniciativa das leis; privilegia as mensagens mais importantes com a tramitação unicameral, com prazos assinalados a seu talante, com a agravante de, se excedidos, autoritariamente transformarem o calendário em congressista para aprová-los; promulga decretos com força de lei, sem que o Congresso possa sequer emendá-los; cercea a ação parlamentar fiscalizadora das comissões parlamentares de inquérito e dos pedidos de informações.

Dos três poderes da República, de Montesquieu às Constituições modernas, o Legislativo não detém a hegemonia, mas é beneficiário da prioridade.

Nos textos magnos, graficamente é o primeiro a ser relacionado; é municiado do poder de destituir, pelo *impeachment*, o presidente da República, os ministros de Estado e os ministros do Supremo Tribunal Federal; o presidente da Câmara está na linha dos substitutos ou sucessores do presidente da República; o gênio de Oscar Niemeyer gerou Brasília como irmã gêmea da democracia, ao gabaritar o complexo arquitetônico do Congresso Nacional como o mais alto da capital da República.

A sua história dos golpes de Estado começa com o golpe contra o Parlamento. Parlamento fechado, democracia proscrita; Constituição rasgada, imprensa censurada.

Os parlamentos modernos exaltam sua função fiscalizadora.

Não bastam os direitos serem proclamados na Constituição e nas leis. Para que não sejam meramente formais ou declaratórios, hão de ser sustentados pela garantia de que serão cumpridos.

Direito sem garantia é como sol de inverno: ilumina, mas não aquece.

A denúncia na tribuna, na imprensa, no rádio, na televisão e nos comícios, protegida pela imunidade e pela inviolabilidade; a convocação de ministros e de funcionários categorizados; os pedidos de informação,

efetiva e tempestivamente respondidos, punida a desobediência, como crime de responsabilidade; a mão longa, forte e investigadora das comissões parlamentares de inquérito; os mecanismos de urgência, acionados com propriedade, para revogar ou corrigir leis injustas, anacrônicas ou lacunosas; recursos e organização ao Judiciário, na busca do ideal de justiça rápida e barata, aí estão, além de outros, os instrumentos que armam o Poder Legislativo como fiscal da sociedade, como promotor dos direitos, garantias e segurança do homem e do Estado.

Acautelem-se, porém, os representantes do povo e ouçam a milenar advertência do “Quis custodiet ipsos custodes?”, isto é: Quem fiscaliza o fiscal?

A ubiquidade e a onipresença dos meios de comunicação informam e armam de onipotência a opinião pública, justo e implacável tribunal que julga e castiga os preguiçosos, os omissos, os incompetentes, os pusilânimes e os corruptos. A Constituição assinala mais esta precedência: no Brasil, o presidente da República eleito, antes de entrar no Palácio do Planalto, vem ao Congresso Nacional.

É no Congresso Nacional que se efetiva o ato substantivo da posse, com o juramento de fiel cumprimento da Constituição e das leis, perante o povo, por meio de seus representantes. A seguir, no Palácio do Planalto, o Primeiro Mandatário se habilita à consequente transmissão do poder, simbolizada pela passagem da faixa presidencial.

A preeminência e a responsabilidade do Legislativo avultam com a eleição de Tancredo Neves, pois seu mandato nasceu nesta Casa, legitimado por histórica construção jurídica plebiscitada pela nação, que convalesceu renegado Colégio Eleitoral, em circunstancial regime parlamentarista.

Tancredo Neves subirá a rampa do poder com os pés do povo e mãos poderosas para a mudança, porque, sem esta, o governo não andaré e até o poder civil poderé desandar, desestabilizado pela inconfiabilidade da nação.

Governar é distinguir. Quem não sabe distinguir não sabe governar.

A hierarquia das necessidades prioriza e urgencia o imperativo de ordenar a economia, para que haja paz social. Mudar para a ordem a desordem econômica que aí está.

Não há ordem econômica com a desordem da inflação, maldito, sub-reptício e imoral imposto, que arrasa a pobreza, o pequeno e o mé-

dio empresariado. É o criminoso confisco do pão, da saúde, da escola e do emprego dos trabalhadores, transferido criminosamente para especuladores e privilegiados.

Essa imediata tarefa saneadora e salvadora exige que, na primeira fase de sua administração, Tancredo Neves seja mais Campos Sales do que Juscelino Kubitschek.

A História também endereça ao Congresso Nacional o desafio da mudança.

O povo mudou. Se o povo mudou, fatalmente o Legislativo, o Executivo e o Judiciário hão de mudar. Ou mudam ou serão mudados.

Democracia é o regime em que os governados mudam os governantes e sem violência fazem mudanças com, ou mesmo contra, a vontade dos governantes.

Mudança, mas mudança já, da legislação eleitoral e partidária.

Sem tardança, remover o entulho dos casuísmos e restaurar a autenticidade e a pureza do voto popular.

Além de outras mudanças, cujo juízo de valor compete aos partidos, urge erradicar uma discriminação e extirpar uma praga.

Eliminar a discriminação que há 161 anos, desde a de 1824, mutila e elitiza todas as nossas Constituições, hoje expulsando das urnas 30.480.778 analfabetos. Sufrágio universal excluindo os analfabetos é apostasia léxica e usurpação cívica. Homem sem voto, escorraçado da cidadania, é boca sem dentes: não mastiga para se alimentar, nem morde para se defender.

A coerência impõe que, a um tempo, o Congresso Nacional reconcilie o significado do “universal” com a gramática e obedeça ao dogma da representatividade sem marginalizações, legitimadora dos mandatos eletivos. O Parlamento deve representar a verdade da nação, qualquer que seja ela, pois só a verdade é legítima e legitimadora.

A praga é a fraude pela corrupção eleitoral e no alistamento, que deve ser revisto, inclusive com o concurso da informática, extensivo à votação e à apuração.

Eleição custa dinheiro.

No combate aos ilícitos eleitorais, a experiência de democracias estáveis e amadurecidas adverte que, se não é custeada pelo Estado, inevitavelmente será comprada pelo poder econômico.

O Fundo Partidário deve ser abastecido de recursos orçamentários suficientes, também por deduções no Imposto de Renda.

Se houver concordância das legendas com voz nesta Casa, os presidentes do Senado e da Câmara imediatamente coordenarão a organização de uma comissão interpartidária para elaboração de projeto de reforma eleitoral e partidária, para reger, ainda este ano, as eleições para os prefeitos dos municípios, que recuperam sua autonomia, inclusive das capitais, se aprovada a respectiva emenda constitucional, bem como os pleitos de 1986, inclusive, e, principalmente, para a Assembleia Nacional Constituinte.

Tais reformas e a extinção dos resíduos do autoritarismo são pré-requisitos da autenticidade da Assembleia Nacional Constituinte.

O vendaval das Diretas-já, de repercussão mundial, atesta que no Brasil há movimento popular, porque há consciência popular.

A conquista da participação ilumina a esperança de que, pela primeira vez em nossa história, a próxima Assembleia Nacional Constituinte será a Constituinte do homem.

Procurada pelo homem nas ruas, nas fábricas, nas universidades, escrita por delegados do homem, e não de privilegiados, com os direitos e garantias do homem inscritos nas páginas de rosto da Constituição, na qual o homem, e não exclusivamente seus representantes, também tenha a iniciativa e o veto das leis.

Srs. Deputados, agradeço aos que me guindaram a esta excelsa cadeira. Acato a opção democrática dos que preferiram meu talentoso e pugnaz opositor. A competição não impediu, em qualquer momento, que eu deixasse de celebrar, como por anos o fiz em todo o Brasil, a bravura de Alencar Furtado e condenasse seu exílio cívico imposto pelo arbítrio.

Os seis anos em que o deputado Flávio Márcilio chefiou esta Casa testemunham o justo prestígio que desfruta entre seus pares, reconhecidos por seus serviços e sua dedicação.

Vinte e um anos de áspera e sofrida caminhada tornaram inabalável em mim a convicção de que não há compromisso democrático sincero que não envolva a existência e o respeito à oposição.

Sabedor das imperfeições do homem, Deus ergueu as igrejas para seus pecados e mora na sua consciência para o autorreconhecimento e a voluntária correção de seus erros.

Na política, a indispensabilidade da oposição é consecutória da falibilidade do homem.

É a oposição legítima do Estado aos eventuais desacertos e omissões do governo do Estado. Área institucional da dialética e da polêmica, só com a imparcialidade é que se sustenta a autoridade do presidente da Câmara dos Deputados.

A história da origem e da permanência do Parlamento define seu presidente como o defensor da instituição.

A suprema recompensa deste veterano soldado das liberdades públicas de sua pátria será legar a seu sucessor a instituição restaurada em seu poder e o foro austero e aguerrido para proteção, esperança e confiança do povo brasileiro.

Que Deus me dê inspiração e forças, e que os deputados me amparem.

A agonia e morte de Tancredo

Câmara dos Deputados, em março e abril de 1985.

Publicados nos DCNs-I de 22/3/1985, p. 1590; de 27/3/1985, p. 1863; de 3/4/1985, p. 2379; e de 13/4/1985, p. 2971.

Acompanhamento, por meio de cinco declarações da Presidência da Câmara, dos inquietantes dias de incerteza vividos pelo país com a doença, agonia e morte de Tancredo Neves.

I – Declaração na sessão de 22 de março

Dada a excepcionalidade da situação, acredito que possa, interpretando o Regimento, embora o devesse fazer em outra oportunidade, de pronto acudir à justa preocupação de V.Exa. Entendi do meu dever, e esta Casa é testemunha, acompanhar passo a passo, a todo momento, tudo quanto ocorre com relação ao presidente Tancredo Neves. Claro que a saúde de S.Exa. é um assunto que diz respeito à sua esposa, à sua família, mas, em se tratando do chefe da nação, preocupa e interessa a todos. Tendo eu a responsabilidade de presidente desta Casa, o colegiado mais numeroso e que, até por definição institucional, representa a sociedade brasileira, entendi do meu dever acompanhar todas as ocorrências relacionadas com o Sr. Presidente da República. Tudo quanto diz respeito ao presidente Tancredo Neves representa as preocupações e o interesse desta Casa. Por isso entendi que me competia estar sempre presente ao caso, o que ocorreu ainda ontem. Assim que fui informado de que S.Exa. seria submetido a uma segunda intervenção cirúrgica, desloquei-me para o hospital. Estive com os médicos, antes e depois da cirurgia, acompanhando tudo o que diz respeito ao primeiro dignitário desta nação. A situação hoje, posso declarar à Câmara, é a seguinte: logo de manhã, por volta das sete ou oito horas, recebi comunicação da equipe médica de que o presidente Tancredo Neves tinha passado uma noite dentro das circunstâncias consideradas satisfatórias, que iam fazer um segundo exame, do qual tive ciência entre nove e dez horas da manhã, que prosseguia o estado satisfatório do presidente, que S.Exa. caminhava para a sua convalescença, para a sua melhora, enfim. E, ainda agora, quando eu vim assumir aqui a presidência dos nossos trabalhos, o Dr. Pinheiro, que, segundo todos sabem, foi um dos médicos que operaram o presidente, me deu detalhes mais circunstanciados sobre o

estado de saúde do presidente, dizendo até que ele estava falando, apesar de ainda estar com um tubo... Desculpem-me, não sou médico, não conheço bem este *slang*, esta gíria médica, embora esteja aprendendo, a contragosto, alguns de seus termos. Já sei o que é íleo paralisante, por exemplo. Disse-me o médico que, embora tivesse S.Exa. um tubo na boca, podia falar, que estava em condições de se manifestar, inclusive falou de seu estado de espírito, que sabemos ser peculiar à sua personalidade, ao seu ânimo forte; que S.Exa. estava evidentemente bastante estimulado pela circunstância de ter tido êxito na operação. De forma que é este o quadro, felizmente animador, que me foi revelado e confirmado ainda há minutos por um dos médicos que assistem o Sr. Presidente e que, aliás, é médico desta Casa, o Dr. Pinheiro da Rocha.

II – Declaração na sessão de 27 de março

Posso adiantar à Casa que, às quatro horas da manhã, tive informação de que os médicos haviam decidido que o presidente Tancredo Neves deveria ser removido para São Paulo. Fui ao hospital e, de lá, acompanhei o presidente até o aeroporto, onde embarcou para a capital paulista. Daquele momento para cá, tenho tido notícias constantes, oriundas do próprio hospital. Até solicitei à Embratel – no que fui atendido – um telefone diretamente ligado com o hospital.

As informações que posso dar são de que o presidente foi operado. A operação começou cerca de onze minutos para as duas horas. Operaram o presidente o médico Henrique Pinotti e a Dra. Angelina Gama, profissionais de renome, com a assistência do Dr. Francisco Pinheiro da Rocha, de Brasília.

A última notícia que tenho, passo-a com as devidas reservas, pois não é oficial, uma vez que os médicos ainda não terminaram a operação. O professor Jatene, médico de grande responsabilidade, esteve na sala de cirurgia e informa que, localizada, a artéria que estava sangrando foi ressecada. O problema estava situado na sutura da primeira operação. Nessa sutura é que se produziu o sangramento. Já houve ligamento do intestino do presidente Tancredo Neves. A informação do professor Jatene é de que, tecnicamente, quanto à operação, tudo continuava correndo muito bem e de que agora já estava na fase final. O pós-operatório evidentemente é delicado, dadas as circunstâncias.

Vou agora para o meu gabinete aguardar o término da cirurgia, a fim de obter as informações oficiais. Faço questão de dizer à Casa que

estas informações – repito – não são dos médicos que operam o presidente Tancredo Neves. Mas, se as levo ao conhecimento da Câmara, é pelo respeito que tenho pelo professor Jatene e pela circunstância de ele ter estado no local onde se realiza a operação. Sei que interpreto o pensamento e os votos da Câmara, do Senado e de toda a nação, de que o presidente supere as graves – não há dúvida – dificuldades que afetam a sua saúde.

Era o que desejava declarar à Casa.

III – Declaração na sessão de 3 de abril

A notícia que tenho a dar confirma aquilo que acredito ser do conhecimento da Casa, se não da nação.

Na qualidade de presidente da Câmara, tenho tido informações constantes, principalmente quanto a qualquer ocorrência que deva ser informada sobre a situação do presidente Tancredo Neves. Efetivamente, tive a comunicação de que os médicos constataram a necessidade de uma quarta intervenção, devido a uma hérnia que estava comprimindo a alça dos intestinos. Esta operação já está sendo feita e a informação lacônica, evidentemente por circunstâncias óbvias, é que se estão esperando os boletins médicos circunstanciados, para termos os informes.

Quanto à anestesia, ela teria sido feita – não tenho ainda informações –, mas não seria anestesia geral, seria circunstanciada a estas operações. O detalhe técnico que me chegou, por parte do professor Pinotti – não dele diretamente, mas por pessoas que transmitiram a informação –, corresponderia a uma dessecção de uma veia. Termino dizendo que o informe, como é fácil de se entender, fato da operação em si, não oferecia problemas de maior preocupação. Contudo, isso se insere no quadro conhecido em que se encontra o Sr. Presidente. Aqui termina a minha informação, e depois até deixarei os trabalhos desta Casa, porque vou ficar em contato com o hospital. Contudo, os médicos estão seguros de que poderão ser felizes nesta intervenção e acreditam que, pelo estado geral do presidente revelado até agora, ele venceria mais esta provação.

Quero aqui agradecer as manifestações, não só estas, mas outras, em todas as circunstâncias, que vêm de todos os partidos. Todos estão unidos e representando com fidelidade a nação. O Congresso está fiel à nação, sem preocupações partidárias de posicionamentos, que são compreensíveis numa normalidade democrática, e todos estão integrados no sentido de juntar sua esperança à do povo brasileiro, no sentido de que

aquele que foi por ele indicado, por ele eleito, que teve até sua aprovação publicitária para dirigir este país em momento tão difícil, recupere sua saúde, porque a saúde do presidente pertence à nação.

Externo este agradecimento à Câmara dos Deputados por estas manifestações cristãs e fraternas de solidariedade.

IV – Declaração na sessão de 13 de abril

Não tenho novidades a transmitir à Casa. Hoje, pelos instrumentos instantâneos de comunicação, as notícias chegam com rapidez ao conhecimento de todo o país e, notadamente, dos parlamentares. Entretanto, é meu dever, como presidente da instituição, dar-lhes as informações que recebi diretamente de São Paulo, no meu gabinete e na minha residência, sobre o estado de saúde do presidente Tancredo Neves.

Ainda esta madrugada, eu tinha constantes notícias sobre a cirurgia.

É justo que diga à Casa e à nação sobre a desvelada competência e esforço da equipe que cuida da saúde do presidente. O professor Guilherme Arantes, superintendente do Instituto do Coração, avisou-me sobre a punção realizada e, posteriormente, a respeito da alternativa, que foi a cirurgia, tendo-me antecipado que o presidente Tancredo Neves sairia vivo da mesa de operação. No curso da cirurgia, esta previsão foi confirmada.

O professor reiterou-me também que o período crítico, e consequente motivo para preocupação nossa, seria o pós-operatório. A cirurgia terminou por volta das seis horas da manhã. Devemos esperar as vinte e quatro horas seguintes.

Ele disse também que depois de quatro horas deveria cessar o efeito da anestesia, o que já deve estar ocorrendo agora.

Devo ressaltar que o presidente tem sido tratado da melhor maneira possível, beneficiando-se de todos os recursos da ciência médica. Os médicos têm revelado uma dedicação até pessoal. A família do presidente, ao receber qualquer notícia, demonstra tristeza, pois o estado de saúde do Dr. Tancredo Neves inspira cuidados.

O professor Henrique Pinotti e sua equipe têm repetido, diversas vezes, que já o consideram uma pessoa da família e um amigo.

Eles têm tirocínio profissional, são homens acostumados a quadros os mais difíceis, dolorosos. A situação da saúde do presidente Tancredo

Neves – não é só pelo presidente, é pela família, por D. Risoleta – cria um ambiente de dedicação, de integração, também de caráter afetivo e fraterno.

Acho que isso, para a medicina brasileira, para todos nós, para a nação, é um dado bastante significativo daquilo que o país está fazendo, por intermédio de seus profissionais, dentro do possível, a favor da saúde do nosso presidente.

Temos esperanças, dizia, há pouco, à televisão. Enquanto existe um sopro de vida – e, mais do que isso, tem o presidente Tancredo Neves –, há esperança. Vamos nos agarrar a essa mensagem, porque a saúde do presidente significa oportunidades muito grandes para que possamos enfrentar a crise.

Por isso, estamos unidos – todos os partidos estão unidos – nesta crise que assola o país.

Muito obrigado a V.Exa.

V – Declaração na sessão extraordinária, às vinte e três horas do dia 21 de abril de 1985, logo após o falecimento do presidente Tancredo Neves

Morreu Tancredo Neves.

Morreu o amigo.

Mais do que avô, marido, pai, morreu o amigo da família.

Morreu o amigo, que era irmão dos amigos.

Acima de tudo, morreu o grande e apaixonado amigo do Brasil. A biografia de Tancredo Neves é comovente e edificante história de amor pelo Brasil.

Logo agora, quando o povo tanto necessita de amigos corajosos, leais e talentosos, perde o maior deles e o líder de todos eles, aclamado pelas praças, ungido pelas ruas, carregado triunfalmente por multidões.

Adeus, Tancredo. Sem você, embora esmagados pela dor e pela separação, ficamos mais fortes e decididos na companhia de sua memória e de seu exemplo.

A fatalidade decretou que o eleito não governasse seu povo.

Mas você não nos abandonou. A homenagem sincera e consequente dos que o choram será impedir qualquer recuo na caminhada pelas ins-

tituições livres, que se consolidarão por meio da Assembleia Nacional Constituinte.

Entregue a Deus pelo seu santo, São Francisco, você vai inspirar a salvação do Brasil.

Morreu Tancredo Neves.

Contudo, a ressurreição de sua voz conclama os brasileiros: viva a liberdade, viva a democracia, viva a República!

No sepultamento de Tancredo

São João del Rei, em 23/4/1985.

No Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco, em São João del Rei, Minas Gerais, evocação da memória e projeção do legado político do presidente Tancredo Neves.

Tentarei ser o instrumento e não a voz, porque esta é insubstituível e indelegável, porque é a voz originária da democracia. A voz dos desempregados, dos subempregados, dos assalariados sem custo de vida, dos despossuídos. A voz das mulheres nas quais diariamente explode, nas feiras, nas quitandas, nos mercados, nos supermercados, a tragédia da luta impossível de comprar sem dinheiro suficiente. Comprar não a subsistência, mas a sobrevivência. Comprar o pão, comprar a vida. A voz das crianças e dos jovens deste país, principalmente os sem-comida e sem-escola, aumentando a legião de analfabetos. A voz dos empresários, notadamente os pequenos e médios empresários, num país em que o risco traz a falência e a especulação, a opulência.

Eles e elas lá estavam, Tancredo, enchendo as praças, as ruas, os logradouros públicos deste país. Os maiores comícios a que o mundo já assistiu! Eles e elas lá estavam aclamando, cantando, dançando, vestidos de verde e amarelo e transformando o Hino Nacional em canto popular. Assombroso espetáculo! A festa dos desesperados através da esperança, mas esperança iluminando e arrastando essas multidões para um compromisso.

Esse compromisso elegeu Tancredo Neves. Esse compromisso, hoje sagrado, se chama Tancredo Neves. Esse compromisso é o governo e o governo sem esse compromisso não poderá ser um governo confiável.

O compromisso é de que, neste país, aqueles que com o seu trabalho sustentam hão de ser sustentados pela justiça social. O compromisso que a vida desta nação, a sua soberania, a sua independência, a sua unidade, o seu desenvolvimento, tudo isso há de significar a vida, mas não pelo infame custo social, a perseguição, a humilhação, a doença, a morte de milhares de brasileiros.

José Sarney em seu pronunciamento à nação, quando assumia efetivamente o seu governo, confirmou esse compromisso.

Aqui estou, Tancredo Neves. Nós que andamos tantos anos juntos pelos caminhos da vida. Aqui estamos, neste momento, à beira de tua cova, separados pelos desígnios da morte. Aqui estou para falar, na sua São João del Rei, aos irmãos, seus coestaduanos e seus conterrâneos, representados por Hélio Garcia, junto com a sua família, liderada por uma figura extraordinária, hoje definitivamente incorporada ao patrimônio da coragem e do exemplo desta nação, Risoleta Neves.

Aqui estou, Tancredo Neves, para falar pela Câmara dos Deputados e, por delegação honrosa do presidente José Fragelli, pelo Senado, já que tiveram ambas as Casas o privilégio de tê-lo como um dos membros mais profícuos.

Aqui estou também para falar sobre o seu PMDB, que com você fundamos e que com sua ajuda cresceu, fortaleceu-se e triunfou. A esta legenda sofrida da resistência, que tantos mandatos teve cassados pelo arbítrio, junta-se mais um: o seu mandato, Tancredo Neves, de presidente da República, cassado pela fatalidade da morte e do destino.

Tancredo Neves, você foi duas vezes mais do que eleito, plebiscitado. Vivo, plebiscitado pela esperança para governar esta grande nação. Morto, plebiscitado pelas lágrimas, pelas preces, pela amargura e pelo pranto para governar os governantes que restaram neste grande país.

Que Deus nos dê coragem, Tancredo Neves, e força para que não reneguemos o teu exemplo e tua memória, Tancredo Neves.

Vive la France!

Câmara dos Deputados, em 7/7/1985.

Ao receber a Legião de Honra, um improviso de amor à França.

Desejo, Sr. Embaixador Bernard Dorin, começar esta minha breve fala com uma confissão: a Legião de Honra, essa insígnia que tanto me honra, eu a desejei. Eu a desejei há muito tempo. Desejei-a como o semeador deseja a colheita molhada de chuva, dourada de sol; como desejamos os amigos para o convívio, consolo e alegria; como desejamos a paz, filha do tempo, doce companheira, principalmente do outono de nossa vida. Como desejava esta insígnia, eu a acompanhei, Sr. Embaixador, porque a notoriedade é peculiar à concessão da Legião de Honra. No Brasil ou no exterior, ela é, imediatamente, notícia transmitida pela imprensa escrita, pelo rádio e pela televisão.

Desejo dizer, meus amigos e eminente embaixador Dorin, que há um conjunto de fatores para a excepcionalidade desse pergaminho, dessa outorga. Lembraria, por exemplo, a sua durabilidade. O tempo é o tempero das instituições e das coisas que se projetam para o futuro. E não só com relação aos velhos amigos, aos velhos livros, aos velhos vinhos, à velha lenha para queimar. Também as instituições, quando têm raízes profundas, quando têm méritos consubstanciais, duram através do tempo.

Um grande pensador brasileiro, Sílvio Romero, disse que “um país sem tradição é como uma árvore sem raiz, que o vento da adversidade derruba”. Entre outras instituições francesas, esta, a Legião de Honra, tem suportado as adversidades, inclusive a terrível adversidade da invasão da França. Foi criada, como todos sabem – é mais uma faceta do gênio de Napoleão Bonaparte –, há quase duzentos anos. Aqui vai outra confissão, Sr. Embaixador: sou um homem fascinado por Napoleão Bonaparte (quem não o é?), mas o Napoleão Bonaparte do Código Civil, das obras administrativas na França, em Paris, do serviço de água e esgoto, do Tribunal de Contas, que ele rascunhou às vésperas da batalha de Austerlitz e que até hoje aí está. Foi o memorialista admirável, nessa obra imperecível que todos nós conhecemos e admiramos, e o frasista cunhando palavras, como se fossem latinas. E a língua francesa herdou do latim esta característica: se é francês, é a claridade, é a transparência, é a luminosidade.

Permito-me lembrar algo, neste momento, para dizer que é um conselho que desaconselha, porque nós, o grande gênio francês, Napoleão Bonaparte, não desejamos seguir. Ele chamou, certa feita, os seus notáveis, os seus afonsos arinos, para elaborarem uma Constituição e lhes disse: “Façam-me uma Constituição breve e ambígua”. E nós estamos com essa gigantesca incumbência e não desejamos fazer uma Constituição nem breve nem prolixa, mas nas proporções das responsabilidades que devem estar compendiadas nesse estatuto cívico, acima de tudo com clareza solar, com transparência, sem dúvidas, com a clareza do cristal, para que tenha inclusive durabilidade.

Há também para esta comenda a circunstância de que vem da França. Todo homem civilizado tem duas pátrias: a sua e a França. Se não se ama a França, não se é civilizado. País extraordinário, com a cornucópia dos seus gênios, para qualquer departamento científico ou artístico da humanidade oferece uma plethora de gênios, seja na literatura, na poesia, na música, na escultura, na política, no jornalismo e também nos seus vinhos e na sua cozinha imortal.

De forma que, quando me vem da França esta distinção tão alta, tão digna, quero dizer que realmente eu me sinto extraordinariamente motivado por seu grande país, o nosso grande país de admiração, embaixador Dorin, ao vê-lo lembrar-se de um humilde súdito do latifúndio – este, sim, nós respeitamos, embora esteja aqui o ministro Dante de Oliveira – do talento, do gênio, da pátria francesa.

Quero também rogar ao eminente embaixador Bernard Dorin que transmita os profundos, sinceros, emocionados agradecimentos da minha família, da minha esposa Mora, que aqui está, ao grande estadista François Mitterrand, que está à frente dos destinos administrativos da França. Tenho por ele (quem não a tem?) uma admiração também antiga. Para não estar aqui recordando o que todos sabem, como a sua atuação extraordinária – e nós o tivemos aqui – para formar um partido, lembro que ele formou na França o Partido Socialista, que antes de seu ingresso não tinha expressão nem francesa nem mundial e, com ele, passou a tê-la, cresceu com ele e sustentou a sua candidatura por três vezes à Presidência da República. E quando estranhavam, como se ele fosse um obcecado, ser ele candidato pela terceira vez, ele, que é sem dúvida alguma um homem de extraordinário talento também como escritor – não se sabe se se admira mais em Mitterrand o escritor, o estadista, ou o político –, Mitterrand afirmou: “Mas foi na terceira

tentativa que consegui escapar dos alemães para servir à liberdade da França na Resistência”. Quando ele aqui esteve – e eu o conheci na França –, brindou-me com um convite para tomar café com ele durante uma hora. Ele estava curioso, muito interessado na vida, na atuação, na personalidade de Tancredo Neves. Iria, no dia seguinte, a São João del Rei, onde está enterrado Tancredo Neves, prestar-lhe homenagem. Eu disse a François Mitterrand:

“Presidente, já que V.Exa. está recordando tanto Tancredo Neves, desejo dizer-lhe que, certa manhã, como costumava fazer, Tancredo irrompeu no meu gabinete de presidente nacional do PMDB com um livro na mão e disse-me: ‘Você deve ler este livro. É um repositório extraordinário de observações, de experiências, de análise da vida política francesa e mundial’. O título do livro é *La paille et le grain – et l’abeille, et l’architecte*. O autor: François Mitterrand. O que é extraordinário nesse livro, que está na minha cabeceira e que estou relendo, é que Tancredo Neves havia assinalado praticamente todas as passagens mais interessantes”.

Sr. Embaixador, estou certo, agora, de que represento o meu país e o povo brasileiro ao pedir a V.Exa. que transmita meu agradecimento e minha admiração à grande e vigorosa personalidade política que dirige a França imortal.

Por último, embaixador Bernard Dorin, quero agradecer-lhe e apertar-lhe a mão por esse *décor*. Fico até inibido: a moldura excede muito os méritos (se é que estes existem) do emoldurado. O seu zelo, a sua solicitude, os convites que fez, cercando esta festa, que para mim também é inesquecível pelo seu brilho, devido à sua intervenção e aos seus cuidados... Estendo, também em nome de Mora, os nossos agradecimentos à encantadora embaixatriz Cristine, que aqui se encontra.

Sr. Embaixador, recebi esta comenda, vou levá-la comigo, mas não será para guardá-la; vou pô-la no meu peito para que nela se leia aquilo que está no meu coração: amo a França.

Vive la France!

A ressurreição do Poder Legislativo

Câmara dos Deputados, em 12/8/1985.

Publicado no folheto *Em defesa do Legislativo*, editado pela Câmara dos Deputados em 1985.

Instalação da comissão interpartidária da Câmara dos Deputados para elaborar emenda constitucional que liberte o Poder Legislativo das restrições impostas pelo regime militar e redefina suas prerrogativas.

Quero agradecer aos líderes dos partidos que têm representação na Câmara e no Senado não só pela honrosa presença nesta solenidade, mas também porque prontamente acudiram à solicitação que lhes fiz, juntamente com o eminente presidente José Fragelli, cuja figura moral e cuja atuação, como presidente do Senado, homenageio neste instante. Agradeço também às lideranças as providências tomadas com presteza para indicação dos membros que integram a comissão interpartidária para elaboração de um texto de emenda constitucional emancipadora do Poder Legislativo.

Desejo recordar que, quando assumi a Presidência da Câmara, tendo ouvido o presidente José Fragelli, tive a iniciativa de solicitar aos partidos, por intermédio das suas lideranças no Congresso Nacional, que compusessem a comissão interparlamentar, da qual resultou a Emenda Constitucional nº 25. Entre outras importantes medidas, liquidou com o Colégio Eleitoral, instituindo o voto direto para eleger o presidente e o vice-presidente da República, os prefeitos das capitais e municípios, cassados em sua autonomia pelo arbítrio, a outorga do voto que erradicou a vergonhosa expulsão das urnas de quarenta milhões de analfabetos, a representação política de Brasília e a liberdade de organização partidária.

A inovação estabelecida nesta fase de transição foi no sentido de que as Mesas da Câmara e do Senado agissem sem qualquer preocupação partidária simultaneamente com todos os partidos, por intermédio das suas lideranças, com a função de coordenar matérias que digam respeito ao país, ao restabelecimento das franquias democráticas, à plena vigência do Estado de direito.

A experiência resultou sumamente proveitosa, porque em prazo rápido foi aprovada a Emenda Constitucional nº 25 e os projetos de Lei Orgânica dos Partidos e Código Eleitoral.

Isso deve ser creditado a este Legislativo.

Quero avaliar bem o adjetivo ao registrar que foi evento histórico o trabalho desenvolvido pela comissão interpartidária que elaborou a pré-mencionada Emenda Constitucional nº 25. Foi um acontecimento institucional fundamental, que por si só consagra uma legislatura: conseguir o quórum qualificado de dois terços de congressistas, no prazo recorde de 39 dias, para cumprir compromissos assumidos com a sociedade em vinte anos de luta.

Recorde-se que, depois de injustiça secular, acabou-se com esse *apartheid* político que envergonhava o Brasil, uma discriminação, como na África do Sul, onde existe racismo, contra os analfabetos. Não havia representatividade até então, no seu sentido pleno, no Poder Legislativo, tanto no Império como na República. O primeiro dever de um órgão legislativo é representar, ter representatividade, estar acoplado, ser voz, estar sintonizado com a sociedade. Como é que se poderia falar em representatividade, em sufrágio universal, com a segregação cívica de quarenta milhões de brasileiros analfabetos? Pois tomamos essa atitude corajosa contra as forças elitistas, que, frustradas também por outras mudanças, arremetem temerariamente em expedição retaliadora contra o Congresso Nacional.

Obstina-se em negar que a política é um processo reivindicatório das necessidades dos despossuídos e dos injustiçados. No episódio, foram os deputados e os senadores os interlocutores da História. A Emenda Constitucional nº 25 foi nova “Noite de São Bartolomeu”. Como na França, em 24 de agosto de 1572, também no Congresso Brasileiro, também à noite, em 9 de maio de 1985, rolaram cabeças.

Rolou a cabeça usurpadora do Colégio Eleitoral, rolou a cabeça segregacionista contra os analfabetos, rolou a cabeça farisaica de Brasília, capital política do país, deserdada de representação política.

Não há dúvida alguma de que o Congresso tem créditos institucionais e sociais que só a má-fé desconhece. Os que perseveraram na campanha de desmoralização do Parlamento veem a árvore de defeitos humanos e isolados e por isso não enxergam a floresta de ações meritórias.

Eis a experiência vitoriosa que queremos reeditar agora.

Juntamente com o eminente presidente do Senado, resolvemos pedir a anuência dos partidos, das lideranças, para se constituir uma comissão interpartidária visando a elaborar um novo texto sobre o Poder Legislativo, proclamando sua independência, ajustando-o às atuais condições da sociedade brasileira.

Temos que dizer também – isso tem que ser recordado, porque fomos vítimas do arbítrio – que os deputados e senadores são tolhidos, em sua atuação, pelo autoritarismo, porque o Poder Legislativo foi enfeudado ao Poder Executivo, é um minipoder.

As Constituições democráticas estabelecem que os poderes são independentes mas harmônicos. Não há hegemonia. Contudo, o poder que está mais próximo do povo, por ser um colegiado mais numeroso, é o Poder Legislativo. É por isso que, nas Constituições, na estruturação dos poderes que agem como instrumentos do Estado, tanto na esfera federal como na estadual, o primeiro poder a ser organizado é o Poder Legislativo. Graficamente, nas Constituições, o Legislativo tem precedência, é priorizado sobre os demais poderes. O gênio de Niemeyer respeitou essa precedência gráfica, fazendo com que arquitetonicamente o prédio do Congresso, inclusive no plano, que não pode ser alterado, de Brasília, fosse o mais alto da capital do país.

Perdoem-me, meus amigos, se aqui falo sobre matéria que aqueles que aqui estão, doutos, sabem mais do que eu.

Mas insisto em lembrar aos amnésicos, que estranhamente esquecem a resistência do Congresso agredido pelo autoritarismo para só se lembrarem de lhe apontar defeitos, que, na Carta Constitucional imposta ao país, há um poder deserdado – o Legislativo – e outro superdotado – o Executivo. O Capítulo VI, Do Poder Legislativo, trata praticamente do Poder Executivo. Superdimensiona o Poder Executivo. Em termos pragmáticos, o Capítulo VI, Do Poder Legislativo, não diz aquilo que este deve fazer, que pode fazer. Diz aquilo que o Legislativo não pode fazer. É um *don't*, é o não pode. Não estatui a competência, mas a incompetência do Legislativo. É um texto de capitulação, de rendição do Legislativo ao Executivo. É espantoso: capitula a deslegalização do Legislativo. Espantoso também que exista quem não reconheça isso e queira transformar o legislador brasileiro de vítima em algoz.

Pela instantaneidade dos meios de comunicação hodierna, o Executivo tem sido habilitado com a competência de exercer funções legislativas, sob o controle do Legislativo. Em compensação, ampliou as

funções de fiscalização. Forma eficiente de fiscalização é o pedido de informação, com sanção para os omissos ou relapsos.

Mas a Carta Constitucional vigente prescreve limitações comprometedoras e vexatórias. O objetivo é claro: o arbítrio quer manter desinformados o povo e seus delegados, os legisladores. É a milenar estratégia do obscurantismo.

As informações devem chegar ao Legislativo para que este seja um poder informado quanto ao cumprimento e ao descumprimento das leis. Saber é poder, reza o adágio milenar. O Parlamento não pode ser impotente pela ignorância.

As CPIs têm as limitações conhecidas, em número, e só podem funcionar em Brasília.

Logo, pelas inibições referidas, o Parlamento brasileiro é cerceado em sua função de promotor da sociedade, de fiscal do cumprimento das leis.

Mas devemos acautelar-nos para não disparar, como na Constituição de 1946, em prevenção ou moção de desconfiança ao Executivo, subtraindo-lhe os instrumentos de atuação exigidos pela velocidade dos acontecimentos no mundo de nossos dias, o que acarretaria prejuízos injustificáveis na defesa urgente de interesses sociais e econômicos do país. Não se deve fazer, pela retaliação, contra o Executivo, o que este, pela força, fez contra o Legislativo.

Reconheça-se também que, no regime da Constituição de 1946, com a possibilidade praticamente ilimitada de criação de comissões parlamentares de inquérito, às vezes infelizmente prevalecia o intuito de sensacionalismo. Não funcionavam, permaneciam inconclusas, acarretando críticas justificadas. É preciso haver responsabilidade para que essas comissões, armadas de poder extraordinário de fiscalização, principalmente de investigação legislativa, nos parlamentos modernos, sejam utilizadas no sentido de que não se comportem como o bumerangue, que se volta contra quem o aciona desavisadamente.

Grave amputação sofreu o Poder Legislativo quanto ao poder de iniciativa. Os tratadistas de Direito Público ensinam que “proposer la loi c’est reigner”: propor a lei é reinar, é um ato de império.

Quem apresenta uma proposição, um projeto de lei, está exercendo um ato de império, um ato de soberania, porque dá ensejo à lei. E a lei é

a vontade da sociedade; quem manda é a lei, não um homem, a oligarquia, a plutocracia, a burocracia, o dinheiro.

Este ato de império foi sonogado, foi subtraído, foi usurpado, praticamente, do Poder Legislativo. Em matéria financeira, a exclusividade foi atribuída ao Executivo. Um dos cuidados que deverá ter esta comissão será fazer com que proposições que envolvam gastos tenham realmente cobertura de recursos, não desarticulem a Lei de Meios, o Orçamento. Mas indiscutivelmente o direito de iniciativa não pode ficar *exclusivamente* ao talante do chefe do governo, quer seja o presidente da República, quer seja o governador, quer seja o prefeito.

O emasculador art. 57 fala em *competência exclusiva* em matéria financeira. Só o Executivo detém a bolsa, o poder de gastar, o Legislativo é expulso dele. Foi destituído da iniciativa de projetos que envolvam gastos. Não pode propor leis nem emendas às mensagens governamentais que impliquem despesas.

Dada a importância excepcional do trabalho cometido à Comissão Intpartidária das Prerrogativas, permito-me recordar que Constituições mais atualizadas circunstancialmente devolvem ao povo a soberania de que este é titular, para que a exerça diretamente.

A democracia é técnica política em que a soberania do povo, não sendo sempre possível de explicitar diretamente, o faz por meio de representantes, livremente credenciados em eleições. Mas o povo recupera a soberania pela periodicidade dos mandatos, com duração certa e curta.

Contemporaneamente há institutos como a iniciativa popular de projetos e o referendo. É o direito de petição do povo. É a soberania direta.

Há o exemplo do art. 71 da Constituição da Itália, que estabelece *in fine*:

“O povo exerce a iniciativa das leis mediante proposta articulada de pelo menos cinquenta mil eleitores”.

A Constituição espanhola preceitua com exemplar teor progressista, no art. 87, nº 3:

“Uma lei orgânica regulará as formas de exercício e os requisitos da iniciativa popular para a apresentação de propostas

de lei. Serão sempre exigidas pelo menos quinhentas mil assinaturas reconhecidas. Não poderá haver iniciativa popular em matérias de lei orgânica, tributárias ou de caráter internacional, ou que se refiram à prerrogativa de clemência”.

Por igual, leia-se o art. 93 da Constituição da Suíça:

“Art. 93. (...)”

1 – A iniciativa pertence a qualquer dos conselhos e a qualquer dos seus membros.

2 – Os cantões podem igualmente exercer este direito por correspondência”.

Outro instituto de teor popular ou plebiscitário é o referendo.

Pelo referendo, lei votada pelo Parlamento e promulgada pelo chefe do governo pode ser revogada, parcial ou totalmente, pelo povo. Os Poderes Legislativo e Executivo dizem *sim*, mas o povo, em sua soberania, pode dizer *não*, anulando a lei. Por exemplo, a lei do divórcio, na Itália, necessitou de confirmação popular, por meio do referendo, para que continuasse lei. Eis o que prescreve o art. 75 da Constituição italiana:

“Art. 75. Realiza-se referendo popular sobre a revogação, total ou parcial, de uma lei ou de um ato com valor de lei, quando o requeiram quinhentos mil eleitores ou cinco conselhos regionais.

Não se admite referendo para as leis tributárias e orçamentais, de anistia e indulto e de autorização para ratificação de tratados internacionais.

Têm o direito de participar no referendo todos os cidadãos eleitores da Câmara dos Deputados.

Considera-se aprovada a proposta sujeita a referendo quando tiver votado a maioria dos eleitores e tiver sido alcançada a maioria dos votos validamente expressos.

A lei determina as modalidades de realização do referendo”.

Transcrevo o art. 11 da Constituição da França:

“Art. 11. Sob proposta do governo durante as sessões ou sob proposta conjunta das duas câmaras, publicadas no *Journal Officiel*, o presidente da República pode submeter a referendo

qualquer projeto de lei relativo à organização dos poderes públicos ou que envolva a aprovação de um ato de comunidade ou destinado a autorizar a ratificação de um tratado que, sem ser contrário à Constituição, tenha incidência no funcionamento das instituições.

Se o referendo der como resultado a aprovação do projeto, o presidente da República promulgá-lo-á no prazo previsto no artigo anterior”.

Reportemo-nos ao art. 92 da Constituição da Espanha:

“Art. 92. (...)”

1 – As decisões políticas de especial importância poderão ser submetidas a referendo consultivo de todos os cidadãos.

2 – O referendo será convocado pelo rei, sob proposta do presidente do governo, previamente autorizado pelo Congresso dos Deputados.

3 – Uma lei orgânica regulará as condições e o processo das diferentes modalidades de referendo, previstas na Constituição”.

É elucidativo o art. 89 da Constituição da Suíça:

“Art. 89. (...)”

1 – A feitura das leis e dos decretos federais exige o acordo dos dois conselhos.

2 – As leis federais e os decretos federais de carácter geral deverão ser submetidos à aprovação ou rejeição do povo sempre que assim for pedido por trinta mil cidadãos ativos ou por oito cantões.

4 – Os tratados internacionais de duração indeterminada ou por mais de quinze anos serão igualmente submetidos à aprovação ou rejeição do povo, sempre que assim o pedirem trinta mil cidadãos ativos ou oito cantões.

Art. 89 Bis.

1 – Os decretos federais de carácter geral cujo começo de execução não admita demora podem imediatamente ser postos em vigor por deliberação da maioria de todos os membros de cada um dos conselhos; o tempo de vigência deve, porém, ser limitado.

2 – Pedida a votação popular por trinta mil cidadãos ativos ou por oito cantões, os decretos federais de urgência deixarão de ter validade um ano depois da sua aprovação pela Assembleia Federal se, entretanto, o povo os não aprovar e não poderão então ser renovados.

Os decretos federais de urgência que derogarem a Constituição Federal deverão ser ratificados pelo povo e pelos cantões no ano imediato ao da sua aprovação pela Assembleia Federal; caso contrário, deixarão de ter validade no termo deste prazo e não poderão ser renovados”.

Lastreia as práticas de democracia direta a exemplar síntese do Preâmbulo da Constituição do Japão:

“O governo é sagrada confiança do povo, sua autoridade deriva do povo, seus poderes são exarados por representantes do povo, seus benefícios são usufruídos pelo povo”.

Impossível dizer melhor e com tão poucas palavras.

Sei que falo pelo presidente do Senado, José Fragelli, ao afirmar que assegurássemos todos os meios para que a comissão interparlamentar ora instalada corresponda à confiança da nação.

Não deve ser lerda nem afoita. O tempo não perdoa o que se faz sem ele, advertiu Joaquim Nabuco.

Não deve ser autossuficiente, a fim de que abra espaço e oportunidade para ouvir entidades representativas, como a ABI, a OAB, lideranças sindicais e empresariais, juristas e políticos de renome.

Os companheiros vão ter agora o privilégio de ouvir a voz moral e impoluta de um brasileiro que dignifica, com o exemplo, a vida pública do país: o presidente José Fragelli.

Ao terminar, transcrevo as memoráveis palavras ditas na Casa pelo saudoso Djalma Marinho:

“O Parlamento recebe as críticas dos desapaixonados – que são justas –, mas também as subalternas, dos zoilos – que o detestam –, projetando-se no tempo com os sentimentos de coragem e franqueza, de sofrimento e de orgulho, de heroísmo e de submissão. Mas a seu favor ficará sempre, como imunidade

suprema, ter sido o Parlamento responsável pela formação da nacionalidade brasileira”.

Ao encerrar estas palavras, confirmo minha fé e minha esperança no Legislativo. Principalmente quando injustiçado, distorcido, descaracterizado por enfoques setoriais. É o caminho da paz, do desenvolvimento e da justiça social para as nações e para os povos. É o caminho do homem para o pão, a saúde, a educação, a vida com dignidade. Fechá-lo é abrir o abismo da tirania.

Em defesa do Poder Legislativo

Cadeia Nacional Obrigatória de Rádio e Televisão, em 13/9/1985.

Publicado no folheto *Em defesa do Legislativo*, editado pela Câmara dos Deputados em 1985.

Para refutar críticas da imprensa, os presidentes da Câmara e do Senado convocaram cadeia de rádio e televisão. O texto lido pelo presidente da Câmara intitulava-se “Parlamento e imprensa são filhos da democracia”.

A memória desses acontecimentos, perpetuados na História e nas imagens, documenta que os deputados e senadores foram dignos representantes da sociedade.

Você queria que o Congresso Nacional resistisse ao arbítrio. Ele resistiu.

Testemunham essa luta 171 deputados federais e senadores cassados, que, somados a deputados estaduais e vereadores, totalizam 954 legisladores.

Na fase mais opressora do arbítrio, os deputados e senadores foram as vozes de quem não tinha voz. Corajosamente denunciaram atentados aos direitos humanos, inclusive contra a própria imprensa, rádio e televisão, que estavam censurados e não podiam livremente falar.

Os deputados e senadores desempenharam papel fundamental na Lei da Anistia, sob a liderança do saudoso Teotônio Vilela. Fora do Congresso, mas presente no Brasil, Teotônio Vilela ingressou no coração e no reconhecimento do povo.

Nas greves, inclusive a do ABC, deputados e senadores atuaram bravamente para amparar trabalhadores contra perseguições, prisões e confrontos. Na Câmara, nas comissões parlamentares de inquérito, nos comícios e em entrevistas, os deputados e senadores, bem como a imprensa, o rádio e a televisão, denunciaram e investigaram tenebrosos escândalos de corrupção que abalaram a opinião pública.

Com a sociedade e os partidos, os deputados e senadores organizaram, mobilizaram, tomaram parte nos comícios e passeatas pelas eleições diretas, que encheram as praças e ruas das capitais e cidades do Brasil com mais de trinta milhões de pessoas.

Com a sociedade, foram os deputados e senadores percorrendo o país com os candidatos Tancredo Neves e José Sarney, com maciço apoio da nação, que os elegeram no Congresso Nacional como presidente e vice-presidente da República.

Assumiram e cumpriram o compromisso de acabar com o Colégio Eleitoral, com o restabelecimento imediato da eleição direta para chefe desta grande nação, prefeitos das capitais, bem como com a segregação cívica de quarenta milhões de analfabetos banidos da cidadania, através da histórica Emenda Constitucional nº 25.

Como se vê, a política é múltipla. Há os deputados e senadores que convencem e discutem na tribuna; os que lutam nas comissões técnicas, no silêncio operoso dos pareceres; os que percorrem os ministérios na defesa dos interesses de sua comunidade; os que mobilizam os partidos e seus diretórios nos estados.

O Congresso Nacional é a casa do povo. Só no mês de agosto, oitenta mil pessoas procuraram a Câmara do Deputados. Cerca de três mil por dia. São reivindicações e propostas, principalmente dos mais pobres, que passam diariamente pelos gabinetes dos deputados. Além disso, cada deputado atende e responde diariamente a dezenas de cartas, telefonemas, telegramas, ofícios, convites, estudos e relatórios de problemas.

Como em todos os parlamentos, deputados e senadores têm direito ao custeio postal, telefônico e telegráfico. Na França, Inglaterra e Estados Unidos, esses recursos são muito amplos. Em alguns países, sem restrições, há o uso de carnês, passes livres ou verbas para transportes em trens ou aviões. Todos os parlamentos garantem, igualmente, assessorias a seus integrantes. Por mês, na França, são destinados dezenove milhões de cruzeiros e, nos Estados Unidos, duzentos e vinte milhões de cruzeiros para empregar até vinte e dois servidores.

Os deputados e senadores no Brasil, como em qualquer país democrático, não esgotam o exercício de seu mandato no Congresso Nacional ou em Brasília. Eles se deslocam para seus e outros estados da federação para participarem de conferências, palestras, comícios, entrevistas na imprensa, no rádio e na televisão.

Se o transporte e as franquias não forem subvencionados, só milionários poderiam ser não representantes do povo, mas do poder econômico. Ainda assim, a verba destinada ao Congresso Nacional é a mais baixa do Orçamento de 1986, não alcançando um por cento. Para ser mais exato,

0,63% do Orçamento. Para cada um dos cento e trinta milhões de brasileiros, a Câmara e o Senado custam dois mil cruzeiros por mês.

A importância do plenário e suas tribunas é demonstrada pelo fato de que, de março a agosto deste ano, foram 5.246 os pronunciamentos e oralmente apresentados 1.532 projetos e proposições.

Quem desconhece o funcionamento do Congresso Nacional acredita que só em plenário os senadores e deputados tomam conhecimento dos projetos. Cumpre esclarecer que, quando os projetos constam da Ordem do Dia, um boletim é distribuído de manhã a todos os deputados em seus gabinetes, comissões ou dependências da Câmara. O serviço de som divulga o que ocorre no plenário, para que o deputado possa discutir ou emendar. Caso não o faça, entende que os pareceres das comissões, das quais participaram ou participaram representantes do seu partido, atendem ao interesse público, pela aprovação ou rejeição do projeto.

Havendo verificação de votação, que pode ser pedida por qualquer deputado, com o apoio de vinte parlamentares, sua participação é obrigatória na votação. Não votando, mesmo que esteja na Câmara, não receberá o jeton, por decisão da Mesa. É procedimento adotado nos parlamentos, sendo que entre estes existem os que exigem voto pessoal do parlamentar somente para efeito de quórum, sem qualquer sanção econômica.

Brasileiros, todos os brasileiros, principalmente os necessitados e reivindicantes, precisam ter as instituições democráticas como aliadas, notadamente os deputados e senadores, em sua maciça maioria eleitos com sua esperança e seu voto.

Por isso, a imunidade parlamentar não foi criada para defender os mandatos contra os humildes, mas para que o povo tenha representantes invioláveis contra governos incapazes ou prepotentes e contra o poder econômico, externo ou interno, aviltado como espoliador, corruptor ou explorador dos consumidores.

Parlamento e imprensa são filhos da democracia. Parlamento fechado é a imprensa amordaçada pela censura, é a democracia banida. Parlamento e imprensa são irmãos que devem se respeitar e querer sinceramente o acerto recíproco, discordando ou criticando construtivamente.

Irmãos que se amam, não irmãos como Abel e Caim.

Não é justa e desestabiliza a instituição a condenação indiscriminada de todos os senadores e deputados, sem o balanço honesto dos acertos e de eventuais erros ou defeitos.

Como deputados e senadores, há padres, jornalistas, empresários, soldados e familiares que desmerecem a classe. Mas é leviana ou de má-fé a maldição generalizada de toda uma classe.

Repito que não podem ser desconhecidas, como trabalho e dignificadoras do mandato, as múltiplas atividades dos deputados e senadores, não circunscritas ao plenário, como autores e relatores de projetos; membros de comissões permanentes, especiais e de inquérito; o atendimento de milhares de pessoas em Brasília e em seus estados; o exame, o providenciamento e o despacho de volumosa correspondência postal, telegráfica e telefônica; o uso da palavra e o voto em plenário; a participação, no seu e em outros estados, em frequentes contatos, palestras, simpósios e comícios.

Se são desidiosos ou incompetentes, por que são procurados pessoalmente ou por correspondência por milhares de brasileiros? Por que diariamente, inclusive aos sábados ou domingos, em Brasília ou nos estados, são entrevistados pela imprensa, rádio e televisão?

Os deputados e senadores, destituídos de prerrogativas pelo arbítrio, como vítimas, não podem ser responsabilizados por não legislarem na plenitude de sua competência.

Ainda ontem, juntamente com o eminente senador José Fragelli, instalamos a comissão parlamentar, integrada por representantes de todos os partidos, para a elaboração de uma emenda emancipadora à Constituição, para a restituição das prerrogativas e da independência do Poder Legislativo no Brasil. A atual Carta outorgada estabelece não o que o Poder Legislativo pode, mas aquilo que não pode fazer.

Se a eleição é a escolha dos melhores para o serviço do povo e da pátria, como não existirem condições e compreensão para que os deputados e senadores, com a responsabilidade de homens públicos, dela participem intensivamente? Devem ser expostos à execração por não estarem em Brasília, porque estão nos comícios eleitorais?

Se a competência e o prestígio do Poder Legislativo dependesse de plenários permanentemente cheios, até os parlamentos que são exemplos pela sua história e permanência seriam desacreditados, como os dos

Estados Unidos da América do Norte, da França e da Inglaterra, este com 457 cadeiras para 650 representantes.

Falo agora como cidadão.

Eu amo o Poder Legislativo do meu país. Eu o amo mais em suas aflições, crises ou quando injustiçado do que pelas honras que me prodigalizou e o orgulho de pertencer a seus quadros.

Trabalhadores, mulheres, estudantes, empresários, soldados do Brasil: lembrem-se dos golpes que desgraçaram nosso país. As câmaras legislativas do Brasil e do mundo podem ter defeitos. Lembrem-se, contudo, brasileiros, de que para o povo e para a nação o defeito mortal é a violência, é a corrupção das antecâmaras da ditadura.

A convocação da Constituinte

Congresso Nacional, em 27/11/1985.

Publicado no DCN-C de 28/11/1985, p. 2507.

Congratulações na promulgação da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, que convoca a Assembleia Nacional Constituinte.

Foi longa, áspera e carregada de sacrifício a caminhada da nação para que chegasse a este episódio histórico: a retomada da soberania do povo para, com ilimitação de poderes, elaborar, por intermédio de representantes livres e diretamente credenciados, o documento jurídico, econômico, social, supremo da pátria, sua Constituição.

As vozes que agora aqui se fazem ouvir são eco de milhões de vozes que, nas ruas, praças públicas, igrejas, fábricas, universidades, nas cidades e nos campos, clamam e exigem a emancipação política da sociedade contra qualquer jugo autoritário.

A convocação que hoje se proclama é do povo, não das elites, para que se constitua juridicamente a liberdade, a independência, o desenvolvimento e a justiça social, conteúdos da democracia. Democracia entendida e praticada como forma articulada de vida coletiva, plural e de vida cotidiana.

Após vinte e um anos de tormentosa espera, a Constituição há de ser código estruturador e trincheira reivindicatória do homem que se defenderá do Estado contra qualquer extrapolação de poder, e de multidões de homens e mulheres famintos, despossuídos, analfabetos, vítimas da opressão social, que entrarão no Estado como credores de direitos aos bens e valores que dão conteúdo e vigência à cidadania.

Será a Constituição do homem, pelo homem e para o homem. A Constituição da mudança e não do *status quo*, a Constituição do amanhã. A Constituição de novos dias, com novos direitos para novos homens. A Constituição da reforma. Mais do que lei será Direito, a justiça como supremo dever do Estado, não como guarda de privilégios, mas para arrasá-los em benefício da coletividade.

Que Deus permita e sustente a fé e a força do povo unido para que seja a Constituição da Esperança.

Os romanos não tiveram Constituição escrita, mas possuíam nesta máxima o transunto como Lei Magna no lema e inspiração para as nações democráticas: *Salus populi, suprema lex est*. É verdade histórica e social: a salvação do povo é a lei máxima.

O povo mudou. O Estado será mudado. É a fatalidade da nova Constituição. Ou muda pela evolução ou a violência será a parteira dessa transformação.

Exemplo raro nas lutas dos povos pela sua autoafirmação, o Brasil chega à Constituinte pelo processo incruento do reformismo pactuado, e não pela beligerância da ruptura.

Não há e nem haverá desvio de rota possível. A travessia tem o homem como destino. Se não o homem, milhões deles substituirão os partidos e os constituintes que os traírem, até pela rebelião. Ou mudamos, ou seremos mudados.

Testemunho que a convocação da Assembleia Nacional Constituinte uniu todas as representações partidárias no Congresso Nacional, inclusive a do PDS, que assim se tornaram merecedoras da confiança, do respeito e do reconhecimento nacionais.

Preclaro presidente, permita que confesse que há vinte e um anos, ao vento, à chuva, ao sol e ao luar dos caminhos continentais do Brasil, sonho com este dia.

Senhor, abençoe esse sonho para que não acabe em pesadelo!

Aleluia, Senhor! Continue a guiar-nos para que cheguemos à Terra Prometida, aos homens livres das necessidades e da injustiça social.

Eu e a política

Associação Brasileira de Propaganda (Abap), Rio de Janeiro, RJ,
15/8/1986.

Ao receber o título Personalidade do Ano, versão 1986, outorgado pela Abap, Ulysses apresenta uma profissão de fé na política.

Político eu o sou, por vocação, por ofício único, por devoção exclusiva.

Política é a esperança. É salvadora e redentora. Não pode ser apocalíptica, torva mensageira de sinistros e desgraças.

O Estado é criatura do homem. O homem é anterior ao Estado, inventou-o para ajudá-lo e não para ser por ele negado, perseguido, preso, prejudicado.

Eis por que aqueles que agem em nome do Estado institucionalmente não de ser agentes do bem. Se não são, frustram os cidadãos e o próprio Estado e pacificamente são depostos pelos votos.

Aí está uma das virtudes da democracia. Sem traumas, alijar do poder os incapazes, preguiçosos, desonestos.

Durante vinte anos, ao sol e à chuva, cercado de aplausos ou de baionetas, marchando com proscritos e postergados, percorri vinte vezes os caminhos continentais, tantas vezes inóspitos e perigosos, do Brasil, clamando pela democracia.

Foi etapa dessa busca a anticandidatura à Presidência da República, anunciada em 1974 pelo discurso “Navegar é preciso. Viver não é preciso”, inspirado em Fernando Pessoa. O objetivo fundamental, que foi atingido, foi descongelar o medo que aviltava os que desejavam participar da política no Brasil.

Tenho convicção, que se situa no espaço dogmático da fé, de que democracia é sinônimo de Brasil, de que atacar a democracia é atingir mortalmente o Brasil, de que a democracia é a alma, a viabilidade, o destino do Brasil.

Democracia é povo, como a pátria é o povo. O povo é a estabilidade, o progresso, a perenidade de qualquer nação. Um país pode ter a geografia, riquezas, mas sem o povo terá as dimensões das minorias que as usufruem.

Sempre preguei o método da transição, ao invés do rupturista, para resolver a grave crise institucional brasileira. Continuo com esse convencimento e orientação.

Entendo que a violência é a parteira do ódio, da cruel divisão entre vencidos e vencedores.

Graças a esse entendimento, o rio de nossa dialética desembocou no estuário de Tancredo Neves para presidente da República e José Sarney, o chefe dos adversários da véspera, para ser o vice, nessa obra-prima antológica que foi ungi-los com os olhos malditos do execrado Colégio Eleitoral.

É estimulante louvar a democracia entre homens da propaganda, irmã siamesa dos meios de comunicação.

Saber é poder. E o homem sabe muito pela propaganda e pelos meios de comunicação. Se na democracia o povo é soberano, esse soberano deve saber e ser educado.

É trágico para o governante, como para o povo, saber menos do que pode. Como conteúdo, o poder explode os continentes que lhe são insuficientes ou incompetentes.

No Brasil, houve a explosão dos meios de comunicação. O jornal, principalmente o rádio e a televisão têm suas antenas sobre todos os tetos. Como consequência, o povo não é somente o fiscal do Sarney. Em exercício crítico, é ativo fiscal dos ministros, dos governadores, do Parlamento, do empresariado. Para eliminar os centros críticos, as primeiras vítimas da ditadura são o Parlamento, que é fechado, e a imprensa, que é censurada.

Municiado por diário estoque de informações, espero que enviará para a Assembleia Nacional Constituinte representantes competentes para elaborar uma Constituição que tenha o requisito fundamental a qualquer instituição de direito público: a representatividade. A Constituição tem de representar a sociedade brasileira, inclusive em suas precariedades e injustiças, para que sejam proscritas.

Deve trazer os instrumentos que exorcisem a miséria e o analfabetismo de trinta milhões de brasileiros, diminuam a distância entre os vinte e cinco por cento dos que têm e os setenta e cinco por cento dos que não têm.

No Brasil, os espaços sociais exigem para as leis e os governos o encurtamento das distâncias.

Já demos passos marcantes nesse sentido.

A eleição direta para presidente da República, o voto do analfabeto, a pluralidade partidária e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte são conquistas institucionais que resgataram compromissos reiteradamente assumidos.

Sempre mencionei a inflação como filha maldita do autoritarismo.

Inflação é o ladrão que do rico toma dinheiro, e do pobre, a cada dia, o pão, o leite, o remédio, a vida.

Com a correção monetária estabeleceu-se indecoroso *ménage à trois*, pois conviviam desonrosamente o governo, a inflação e o cidadão, este vítima do indecoroso conúbio.

Quando corajosamente o presidente José Sarney decidiu debelá-la pelo plano de estabilização, garanti-lhe a decidida solidariedade de meu partido, pois incorporava-se a seu programa, elaborado por economistas, com a participação de Dilson Funaro.

A área social é o espaço do destino do Brasil.

Um grande país não se constrói com a injustiça, a discriminação, a miséria de milhões de semelhantes.

A justiça é o primeiro dever do Estado, ensina Ihering. Sim, a justiça, inclusive a justiça social.

Em minha peregrinação pelo Brasil, principalmente no Nordeste dos caminhões e caixotes improvisados em tribunas, vi o macabro desfile de milhares de brasileiros, devastados por carências, sem dentes, estampada em seus rostos a velhice precoce.

Confesso que esse trágico testemunho humano impregnou profundamente minha consciência e minha ação de homem público.

Urge limpar o futuro das manchas da doença desassistida, do analfabetismo, da insuficiência salarial.

O Brasil tem a geografia, tem o povo, tem a oitava economia do mundo ocidental. Faltava-lhe a política, para ordenar e desenvolver suas potencialidades.

E política, até em sua acepção etimológica, é a democracia. Temo-la hoje e estou convicto de que o engajamento popular vai liberar forças para empurrar o Brasil para o seu destino.

A capacidade de motivação do povo foi evidenciada na campanha das diretas, que encheu de alarido, clamor e esperança as praças de todo o Brasil, causando admiração, inclusive a estrangeiros, pelo grau de conscientização popular em torno de um instituto de direito público, desvinculado de qualquer candidatura.

Meus amigos, creio na liberdade, irmã xifópaga da dignidade.

Creio na democracia, filha do livre arbítrio, opção outorgada por Deus, que o homem não pode retirar.

Creio no povo, muito mais apto a acertar do que elites usurpadoras.

Creio na economia estruturada na iniciativa, que se aprimora por meio da concorrência e privilegia o consumidor.

Creio na primazia do trabalho, que antecedeu o capital, e essa hierarquia deve ser assegurada na sociedade.

Creio no Brasil, avesso à força e à violência, laboratório de raças indisciplinadas, pátria da tolerância, chão da paz, sacudido pelo sentimento de um futuro próximo de desenvolvimento e de grandeza.

Apoio do PMDB ao presidente Sarney

I Congresso do PMDB, em 28/8/1986.

Em plena campanha para as eleições de governador, senador e deputados federais e estaduais de 1986, a grande reunião nacional do PMDB transforma-se em consagrador reconhecimento do presidente Sarney, que atingia piques de popularidade com o Plano Cruzado.

Este é um partido, presidente José Sarney, que, entre tantas outras responsabilidades, motiva-se em tê-lo como seu filiado e seu presidente de honra.

Partido fiel à etimologia política, isto é, parte ainda consagrado-raramente majoritária do povo brasileiro. Tanto assim que possibilitou, quando podia obstar, o surgimento de outros partidos, em um pluripartidarismo que se excedeu em multipartidarismo. E na histórica campanha das diretas franqueou, a lideranças de outras legendas, seus palanques, seus alto-falantes, a presença predominante de seu público.

Este partido não tem dono, nem V.Exa., como presidente da República, muito menos seu presidente nacional. Mas têm militantes, milhões deles, do tamanho continental do Brasil, pregando a doutrina e aliciando embaixo das árvores, à margem dos rios, à beira das praias, sob as pontes, nas fábricas, nas escolas, nas igrejas.

Quem ganha a guerra é o soldado desconhecido, quem ganha a eleição e conquista o prestígio do partido é o militante.

V.Exa. os viu, presidente José Sarney, enchendo as praças de clamores e movimentando-as com a dança, quando nelas falou em companhia de um companheiro que a morte levou, mas que a memória nacional immortalizou, Tancredo Neves.

Este congresso nacional é consagrado aos militantes do PMDB. Não foi convocado por determinação da lei. Foi convocado por imperativo da participação das bases. Para ouvi-las foram enviados 1.012.000 questionários. A mera credencial de filiado assegura a participação no congresso.

Os temas se situam na área da cidadania, como os direitos do homem, formas de governo, o papel do Estado na economia, as desigualdades

sociais, os problemas das minorias, a questão ecológica, a política de desenvolvimento, o endividamento externo, a reforma agrária e a urbana.

Merece registro a notável contribuição que trouxeram os membros das comissões, seus presidentes e relatores, bem como a diretoria da Fundação Pedroso Horta, liderada pelo talento político, pela perseverança e pela sapiência do senador Severo Gomes.

O PMDB tem muito a fazer e muito a defender.

Tem compromissos a cumprir, que se resumem em uma palavra: mudança.

O objetivo moral e político do desenvolvimento é acabar com a miséria.

É imperativo para a grandeza nacional mudar a riqueza concentrada em bem-estar geral. Mais do que o PMDB dos palácios governamentais, queremos o PMDB ao lado dos injustiçados, nos guetos infames da fome, do analfabetismo, das minorias discriminadas.

O apoio do PMDB não é pessoalmente a V.Exa., presidente José Sarney. Apoia V.Exa. porque V.Exa. está sendo as pernas para que a mudança ande. Temos de andar célere, Sr. Presidente, senão desandamos todos com a desordem social.

Se o PMDB tem de avançar, tem também de defender.

Defender os governos para que não voltem a ser emporcalhados pela corrupção. Defendê-los para que não sejam assaltados pela direita reacionária e fascista. Defendê-los para que não sejam guichês exclusivamente arrecadadores do capital estrangeiro. Defendê-los para que não tornem a ser cúmplices da inflação, da recessão, lacaios do FMI e sócios da especulação.

Esses valores serão arbitrados pelas urnas de 15 de novembro. Nenhum cidadão digno da cidadania, e V.Exa., Sr. Presidente, é cidadão exemplar, poderá ficar neutro ante esse confronto que transcende as candidaturas e as legendas partidárias.

A baeta deste congresso nacional do PMDB joeirou informes e pesquisas para a Assembleia Nacional Constituinte.

O PMDB propõe uma Constituinte representativa. Que represente o homem, o que lhe falta, suas carências, as mutilações das injustiças e do desgoverno. Seu primeiro artigo há de ser o povo. A Constituição só dura se for a emanção, a voz e a consciência do povo.

Esse o compromisso de representatividade do PMDB na Constituinte de 1987.

O PMDB poderia encomendar a seu quadro de juristas, dos mais celebrados do país, a confecção de um projeto de Constituição. Preferiu solicitar a seus correligionários e militantes que participassem desse labor legislativo, que ganha em autenticidade social e pluralidade participativa.

Antes das urnas de 15 de novembro, o congresso nacional do PMDB credencia com propostas e compromissos os constituintes do partido.

Os candidatos do PMDB não comparecerão perante a opinião pública com projetos pessoais, descoordenada e até contraditoriamente, mas unidos pela fala comum e responsável da legenda.

Para o PMDB este congresso nacional é uma pré-Constituinte.

O espaço social é o espaço partidário do PMDB. Propõe-se a construir a cidadania para o homem. Para isso, o homem deve ser credor de emprego, saúde, habitação, educação junto ao Estado e dispor de processos eficientes e rápidos para cobrar a prestação desses serviços.

O Estado deve optar entre a miséria ou a cidadania.

No entrelhecho do Estado com o cidadão, o PMDB fica com este porque foi por ele votado, e a agressão ao homem é atentado aos fundamentos morais, cristãos e ideológicos do PMDB. O homem é a ideologia do PMDB.

Ao encerrar o memorável congresso nacional, saúdo os dirigentes, correligionários e militantes do PMDB, que, com talento, dedicação e desprendimento, construíram um trabalho de inestimável significação para a reconstrução econômica, social e política do país.

Agradeço a presença de homens públicos de nações amigas que nos trouxeram a colaboração de sua experiência e o exemplo de sua atuação democrática.

O PMDB homenageia-os na personalidade forte, corajosa e sacrificada de D. Hortênsia Allende, símbolo que o mundo livre reverencia dos que no Chile lutam, sofrem e morrem pela democracia, que irá vencer porque tem o povo ao seu lado. Desde que as patas da ditadura pisotearam o Chile, o PMDB se alinhou entre os combatentes de sua liberdade.

V.Exa., Sr. Presidente José Sarney, já compareceu a três assembleias do seu partido, o PMDB.

A convenção nacional de agosto de 1984 proveu-o no cargo de vice-presidente da República, que lhe garantiu o acesso à suprema Magistratura do país.

A convenção nacional de abril de 1986 lhe outorgou a consagrada láurea de presidente de honra do PMDB.

Hoje, o PMDB, reunido na universalidade deste congresso nacional, proclama: o presidente José Sarney liderou mudanças profundas. Merece o reconhecimento e a confiança da nação. Mas ainda há muitas mudanças a fazer. Vamos fazê-las, presidente José Sarney, para que a nação continue a confiar em V.Exa., como seu presidente, e no PMDB, como seu maior partido.

Balanço da sessão legislativa de 1986

Câmara dos Deputados, em 5/12/1986.

Publicado no DCN-I de 6/12/1986, p. 11930.

No encerramento da sessão legislativa de 1986, quarta e última da 47ª Legislatura, uma avaliação dos trabalhos no ano do Plano Cruzado com a lembrança da consagração tributada na Câmara ao ministro Dilson Funaro.

Ao se encerrarem nesta solene sessão os trabalhos da quarta sessão legislativa, a última da 47ª Legislatura, a Câmara Federal contribuiu para a concretização das ambiciosas metas propostas pela Nova República rumo à consolidação da democracia no país e ao saneamento de sua economia.

Profundas mudanças efetuadas notadamente nos campos econômico e social beneficiaram e reanimaram a população, notadamente as camadas menos favorecidas, que tiveram aumentado seu poder de compra, numa primeira etapa para uma mais justa distribuição de renda no país.

Fustigados pelo desemprego, fruto maldito da recessão, milhões de trabalhadores foram lançados à miséria e ao desespero. A oferta maciça de novos empregos foi consequência do desenvolvimento, inserindo trinta milhões de consumidores no mercado produtivo.

Coube à Câmara Federal preponderante papel na execução dessas medidas, acompanhando atentamente o seu desenrolar e apoiando o governo da Nova República em suas decisões progressistas e de teor social, coerente com sua pregação de reverter o quadro brasileiro, assumindo a responsabilidade de mudar o país, mesmo arcando com os riscos de eventual impopularidade.

São marcas a serem assinaladas: debelar a inflação, erradicar a recessão, congelar os preços, aumentar em trinta por cento o poder de compra dos assalariados, rechaçar o monitoramento pelo FMI.

Assim, pois, a primeira semana dos trabalhos legislativos, iniciada no dia 1º de março, além das várias reuniões partidárias e das eleições dos líderes dos partidos, foi marcada por discussões em torno das medidas de estabilização econômica do governo, culminando em uma sessão especial da Câmara, à qual compareceu o ministro da Fazenda, Dilson

Funaro, a fim de esclarecer dúvidas dos parlamentares e da nação sobre o Plano Cruzado, e terminou sendo aplaudido de pé pelos deputados e populares que lotavam as galerias do plenário.

A mobilização geral contra a inflação repercutiu na Câmara em meio a um debate multipartidário útil não só para maior compreensão das medidas propostas, como para a consolidação dos objetivos visados pelo Executivo.

Além dessa questão fundamental, a Câmara examinou e decidiu propostas mudancistas, emergentes da instalação da Nova República, consubstanciadas sob a forma de reivindicações generalizadas da sociedade em favor da introdução de profundas alterações, sobretudo de ordem institucional.

Caixa de ressonância política de desejos e transformações operadas na sociedade, a Câmara reiniciou seus trabalhos sob o impacto de uma decisão do mais alto interesse nacional. Coube-lhe, no decorrer do ano, dentro de seu campo de competência específica, complementá-la com ações legislativas inovadoras, capazes de ajustar as instituições políticas, econômicas e sociais à nova fase que ora se iniciava, coerente com a vocação e os anseios de paz, trabalho, justiça social e prosperidade do povo brasileiro.

A Assembleia Nacional Constituinte foi a consciência que empolgou o país e seus representantes, convictos da missão histórica que lhes seria outorgada pela delegação popular e expressa do voto.

Não obstante este período atípico da atividade congressional em que os políticos estiveram polarizados em torno das eleições de maior importância na vida política do país nos últimos anos, as tarefas dos deputados dividiram-se entre a apreciação das proposições a serem examinadas em Plenário, o crivo das comissões técnicas, o atendimento à rotina dos gabinetes e o absorvente cuidado com as bases eleitorais envolvidas nas campanhas, que definiriam não só os governadores e assembleias estaduais, mas um novo Congresso Nacional, investido de poderes constituintes.

Mesmo assim, grandes temas foram aqui debatidos. A análise do conteúdo da maioria das proposições apresentadas e do tema central de grande parte dos discursos pronunciados denotou a permanente preocupação dos deputados com o social, abordando assuntos como os salários, a questão do menor abandonado, a violência, os tóxicos, a Pre-

vidência Social, os transportes públicos, o abastecimento, a habitação, os proventos da aposentadoria, a demissão imotivada do trabalhador, o despejo de inquilinos motivado pela ganância de proprietários de imóveis, a educação, o reconhecimento de várias profissões, entre outros, sempre com o objetivo de corrigir distorções, minorar esses problemas e mesmo resolvê-los. Não se descurou também de questões igualmente graves no campo econômico, como as das dívidas interna e externa, procurando meios de enfrentá-las sem traumatizar mais ainda o país.

Subvenções sociais foram distribuídas a um total de 11.743 entidades registradas no MEC, tais como escolas, asilos e congêneres.

Inúmeros outros eventos também aqui ocorreram, incluindo a instalação de várias comissões parlamentares de inquérito, a realização de simpósios e conferências, palestras, audiências públicas, debates, encontros, convenções, mesas-redondas sobre temas da atualidade, de grande relevância para a sociedade brasileira.

Por outro lado, a queda natural das atividades legislativas nos meses que antecederam as eleições propiciou ao corpo administrativo da Câmara tempo e condições indispensáveis à preparação para a próxima instalação da Constituinte, por meio da realização de vários concursos públicos objetivando o preenchimento de vagas em setores onde a pleitora dos serviços será consideravelmente aumentada, assim como a criação de alguns cargos, como os de assessores legislativos, recentemente aprovada em plenário, visando ao reforço da estrutura dessa assessoria, de extrema relevância para os trabalhos da Constituinte.

A par disso, está-se cuidando de criar condições para acolher condescendentemente os oito novos deputados recentemente eleitos por Brasília.

Vivendo um momento histórico, viu a população o esforço do Legislativo traduzido nas eleições mais limpas já realizadas no país. O povo, em eleição livre e soberana, soube escolher representantes legítimos das mais diversas tendências e segmentos sociais.

A eclosão do pluripartidarismo deu à vida política mais numerosas oportunidades de opção. Alianças e coligações, recursos válidos na composição dos partidos em certos momentos da conjuntura política, foram firmados, evitando-se assim uma excessiva fragmentação que poderia comprometer a resistência do tecido social brasileiro.

Alegra-nos, sem dúvida, o resultado das urnas, por refletir a consciência cívica do eleitorado, dantes manietado e frustrado por duas décadas de

silêncio, medo e corrupção. Alegra-nos também ter visto consubstanciadas na prática conquistas obtidas pelo Legislativo, como a representação política para Brasília, tão ansiada por seus habitantes, ou a do direito ao voto ao analfabeto, que, desta forma, adquiriu seu acesso à cidadania.

Cabe-nos também o mérito de ter instituído o processo do recadastramento eleitoral, empreendido com tanto sucesso durante o ano, contribuindo para eliminar o arraigado vício da fraude, inaceitável nesta quadra histórica em que vivemos.

Fica, então, mais do que nunca, evidente a responsabilidade que se adensa no mandato dos constituintes, que, a partir da instalação do mais alto colegiado da República a 1º de fevereiro de 1987, iniciará a tarefa histórica de estruturar jurídica e democraticamente a vida social, política e econômica da nação.

Somente após a promulgação da Lei Magna é que a plenitude democrática será restituída ao país.

Pode-se dizer que o Poder Legislativo sai fortalecido deste ano de mudanças. No esforço concentrado dos últimos dias, conseguiu-se inclusive extinguir a distorcida figura da sublegenda, verdadeiro câncer enquistado no processo eleitoral brasileiro, resquício ainda do período de autoritarismo.

Finalmente fazemos o registro da atuação proba, corajosa e progressista do presidente José Sarney no comando supremo da administração nacional.

Fraterna palavra aos colegas deputados pela amizade e colaboração, na certeza de que, juntos, procuramos empreender um trabalho produtivo e fundamental ao engrandecimento do Brasil. Aos que foram reeleitos, a certeza de que corresponderão com sua atuação a reiteração consagradora da confiança popular.

Aos funcionários, aos jornalistas, cuja atuação nos auxiliou e estimulou ao longo desta jornada, nosso reconhecimento pela colaboração prestada.

O nosso muito obrigado também, e muito especialmente, aos Srs. Líderes, porta-vozes dos desejos de seus partidos, Pimenta da Veiga, Amaral Neto, José Lourenço, Gastone Righi, Irma Passoni, Alencar Furtado, Mário Frota, Herbert Levy, Alberto Goldman, Haroldo Lima, Álvaro Vale, Ivo Ambrósio, Juraci Palhano e Válter Casanova, que, por intermédio de ideias concordantes ou divergentes, contribuíram para

tornar mais democrático o processo legislativo, traduzindo, por intermédio do pensamento das agremiações partidárias que lideravam, as aspirações de segmentos sociais diversificados.

Aos que hoje deixam esta Casa, apresentamos a nossa comovida despedida, lamentando perder o exemplar convívio, mas certos de que, em qualquer lugar, em qualquer atividade que doravante passem a desenvolver, continuarão, com o mesmo denodo, interesse e perseverança, colaborando para o processo e a evolução social do nosso país.

A Assembleia Nacional Constituinte será a maior presença de esperança e compromissos que o Parlamento brasileiro teve desde que esta Casa foi constituída.

A Constituinte aqui entrará e daqui sairá a nova Constituição. Sairá não apenas para as estantes ou bibliotecas dos eruditos.

Sairá para o Brasil, prioritariamente para as áreas áridas dos discriminados pela miséria, para fertilizá-las com a justiça social.

Bem-vinda Constituinte, Deus guarde e ilumine os constituintes.

Alfonsín e a democracia brasileira

Câmara dos Deputados, em 10/12/1986.

Saudação ao presidente da Argentina e evocação de três fatores internacionais que influíram na democratização do Brasil: a queda dos regimes autoritários de Portugal e da Argentina e a atenção do presidente Raul Alfonsín à oposição brasileira e seus membros.

Falo neste momento pela Câmara dos Deputados, como seu presidente. Falo também por delegação expressa e cavalheiresca do Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, José Fragelli, por esta Casa do Poder Legislativo do meu país, portanto pelo Congresso Nacional, para dizer a V.Exa., presidente Raul Alfonsín, que V.Exa. é bem-vindo a esta Casa, e é bem-vindo porque é um democrata, é um democrata provado, conhecido notadamente em toda a América Latina antes da consagrada investidura de supremo magistrado cívico do seu país. V.Exa., portanto, no nosso continente, onde existem manchas, nódoas de ditadura e de autoritarismo, é um chefe de Estado bem-vindo a esta Casa, inclusive porque V.Exa., presidente Raul Alfonsín, com poderosas, prestigiosas, patrióticas lideranças do seu país – eu sei – colaborou, e muito, para a abertura, para receber a liberdade e a democracia em seu país, da Câmara e do Senado daquela grande nação.

Desejo dizer ao presidente Raul Alfonsín e à sua comitiva que três fatos influenciaram bastante a reconquista da democracia no Brasil: um foi ter Portugal como mãe-pátria; outro foi a prioridade dada pela irmã-pátria Argentina; e, finalmente, o fato de V.Exa. apenas eleito, quando ainda não tinha tomado posse, me receber como o presidente do único partido de oposição então existente – e que tenho a honra de ser até o presente momento –, o PMDB, a mim e as lideranças. E aqui está Fernando Gasparian, que participava desta comitiva e me recebeu formalmente, recebeu num gesto profundo, pensado, numa longa conversa que teve um grande estímulo, porque dissemos que temos aliados do poder da Argentina, do seu chefe, para apressar no Brasil a volta ao regime das franquias livres, tanto assim, presidente Raul Alfonsín, que desde então mas principalmente naquela ocasião, notadamente nos estados de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, nos comícios que se realizaram, o nome de V.Exa. era mencionado ao lado

da Argentina não só por nós, mas por lideranças, mulheres, operários da nossa nação.

Presidente Raul Alfonsín, digo-lhe portanto, em nome da Câmara, do Senado e do povo brasileiro, que esta Casa, como colegiado mais numeroso e que tenho a credencial de representar precipuamente, é o símbolo de que existe democracia no Brasil porque há Congresso no Brasil. Desejo, ao terminar, recordar – eu que tenho tido o privilégio de conversar algumas vezes e mais demoradamente com V.Exa. – aqui uma outra faceta da rica, da fascinante, da complexa personalidade de estadista de V.Exa. Nascemos, todas as nossas nações, na América. É uma fatalidade e um destino, no bom sentido de aproximação. É uma fatalidade, uma imposição geográfica, a vizinhança, a fraternidade até territorial: onde acaba o território do Brasil começa o da Argentina.

Mas, Sr. Presidente, durante tantos anos e tantos séculos, menos pelo povo que pelas suas estruturas políticas, pelos seus governantes, quantas suspeitas, quantas dúvidas, quantos equívocos, quantas emulações houve! Estávamos de costas um para o outro. E foi o presidente José Sarney, e foi V.Exa. que teve um papel fundamental nisso, no sentido de que, ao invés de ficarmos de costas para os nossos povos e para os nossos governos, ficássemos ombro a ombro e estreitássemos as nossas mãos como uma condição precípua, fundamental, estrutural da integração latino-americana, porque se o Brasil e a Argentina não se integram, como poderá a ideia de um condomínio, de fraternidade, de entendimento e de interesse se estender por toda a América Latina?

Termino, presidente Raul Alfonsín, e, em nome da História e do Brasil, saúde e agradeço, em Raul Alfonsín, o integracionista.

A quinta presidência

Câmara dos Deputados, em 2/2/1987.

Publicado no DCN de 3/2/1987, p. 123.

Proclamação dos resultados da eleição para presidente da Câmara e primeiras palavras de empossado.

O Sr. Presidente (*Humberto Souto*) – Vai-se proceder à contagem das sobrecartas correspondentes à votação do presidente.

Foram encontradas na urna 481 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

Está encerrada a apuração dos votos para presidente.

A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

Ulysses Guimarães	299
Fernando Lira	155
Branços	23
Nulos	4
Total	481

Proclamo eleito presidente da Câmara dos Deputados o Sr. Deputado Ulysses Guimarães.

Convido o Sr. Deputado Ulysses Guimarães a assumir a presidência.

OSR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES) – Srs. Deputados e, simultaneamente, Srs. Constituintes, serão rápidas as minhas palavras, dispensáveis aliás. Desejo que aqueles que me ouvem sintam minha emoção quando, pela quinta vez na minha vida pública, sento nesta cadeira. Sei que para qualquer homem público, num país como o Brasil, com as responsabilidades que já tem no mundo civilizado, isto se constitui num galardão. Ele me foi reiterado pela maioria desta Casa. Eu o recolherei como um estímulo para coordenar os trabalhos da mesma, a fim de que tenha rendimento para as respostas que nos cabem dar a este país. Irei diligenciar, principalmente com os companheiros da

Mesa, para o aparelhamento, que agora se poderá fazer mais consentâneo, desta Casa do Poder Legislativo, principalmente quando terminarmos nossa tarefa de elaborar o código político máximo, para o qual fomos credenciados pelo eleitorado desta nação. Desejo agradecer ao presidente Humberto Souto, que presidiu a sessão desta Casa de maneira a que livremente se manifestasse, por meio do voto, a decisão deste egrégio colegiado. Agradeço àqueles que votaram na minha pessoa para presidente da Câmara. Aos que não o fizeram desejo dizer que um democrata, que há tempo luta por este regime e o pratica, respeita profundamente a posição que tomaram. (*Palmas.*) Tal divergência demonstra até a efetividade do exercício da democracia nesta Casa. Meu abraço e meu muito obrigado. Saibam que amo a Câmara dos Deputados tanto quanto a minha família. Estou entre estas paredes, como estive no Rio, a maior parte de toda a minha vida. Por isso, neste gesto, que interpreto como de um veterano lutador pela democracia deste país, quero agradecer, mais do que aos parlamentares, à minha família democrata, principalmente à minha família da Câmara dos Deputados, onde sempre estive, a não ser no exercício temporário de ministério.

Muito obrigado e que Deus nos ajude.

Os profetas do amanhã

Assembleia Nacional Constituinte, em 3/2/1987.

Publicado no *DANC* de 4/2/1987, p. 21.

Primeira fala de Ulysses como presidente eleito da Assembleia Nacional Constituinte: o que se espera da futura Constituição brasileira.

Prudente de Moraes, meu conterrâneo e convizinho, pois o meu Rio Claro é coirmão de sua Piracicaba, assumia a Presidência da Assembleia Nacional Constituinte em 21 de novembro de 1890, no Palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

A 2 de fevereiro eu a assumo, em Brasília, como mandamento da Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

Rogo a Deus que meu ofício de coordenador isento da elaboração constituinte seja modelado na austeridade e na competência do exemplar republicano.

Sou-lhes muito obrigado por me trazerem, do povo brasileiro, esta nova tarefa. Irei cumpri-la, como tantas outras com que fui encarregado, com os haveres de minha experiência e o ânimo de todas as horas.

O homem público é o cidadão de tempo inteiro, de quem as circunstâncias exigem o sacrifício da liberdade pessoal, mas a quem o destino oferece a mais confortadora das recompensas: a de servir à nação em sua grandeza e projeção na eternidade.

Srs. Constituintes, esta assembleia reúne o melhor do povo brasileiro. Muitos de nós voltamos a Brasília com o mandato parlamentar reafirmado; outros, em número maior, chegam ao Congresso pela primeira vez.

Aos velhos amigos, companheiros de tantas jornadas de resistência democrática, o meu abraço de reencontro. Aos que se juntam a nós, trazendo o vigor da nação rejuvenescida pela esperança, quero saudar o grande futuro que o Brasil entremostra nesta soleira do século XXI.

É um parlamento de costas para o passado este que se inaugura hoje para decidir o destino constitucional do país.

Temos nele uma vigorosa bancada de grupos sociais emergentes, o que lhe confere nova legitimidade na representação do povo brasileiro.

Quero manifestar minha particular alegria de ver aqui tantas mulheres. Sua participação na vida política dá à democracia a sua verdadeira dimensão. O reconhecimento da igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres constitui a grande revolução dos tempos modernos. Iguais na inteligência e na capacidade de fazer, as mulheres superam muitas vezes os homens na sensibilidade diante do sofrimento do povo e na dedicação aos marginalizados pela sociedade.

Esta bancada feminina é a maior de nossa história parlamentar, mas muito pequena ainda. Espero que as mulheres assumam a sua responsabilidade política e ocupem, cada vez mais, o espaço que é de seu direito e dever ocupar.

Noto também, e com a mesma alegria, a presença de constituintes bem jovens. Sou dos que confiam na inteligência e no trabalho dos moços. A história parlamentar brasileira guarda a memória de um jovem deputado que, na opinião de muitos brasileiros, foi o maior pensador político do Império: Aureliano Cândido de Tavares Bastos, que chegou à Câmara aos vinte e um anos e nos deixou estudos econômicos e políticos de surpreendente atualidade.

Srs. Constituintes, esta assembleia reúne-se sob um mandato imperativo: o de promover a grande mudança exigida pelo nosso povo. Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar.

Estes meses vividos pelo povo brasileiro, desde que nos reunimos em Goiânia e em Curitiba a fim de exigir eleições diretas para a Presidência da República, demonstraram que o Brasil não cabe mais nos limites históricos que os exploradores de sempre querem impor. Nosso povo cresceu, assumiu o seu destino, juntou-se em multidões, reclamou a restauração democrática, a justiça social e a dignidade do Estado.

Estamos aqui para dar a essa vontade indomável o sacramento da lei. A Constituição deve ser – e será – o instrumento jurídico para o exercício da liberdade e da plena realização do homem brasileiro.

Do homem brasileiro como ser concreto, e não do homem abstrato, ente imaginário que habita as estatísticas e os compêndios acadêmicos. Do homem homem, acossado pela miséria, que cumpre extinguir, e com toda a sua potencialidade interior, que deve receber o estímulo

da sociedade, para realizar-se na alegria do fazer e na recompensa do bem-estar.

O homem, qualquer homem, é portador do universo inteiro na ir-repetível e singular experiência da vida.

Por isso, de todos deviam ser os bens da natureza e a oportunidade de deixar, na memória do mundo, a marca de sua passagem, com a obra das mãos e da inteligência.

Toda a história política tem sido a da luta do homem para realizar, na Terra, o grande ideal de igualdade e fraternidade.

Vencer as injustiças sem violar a liberdade pode parecer programa para as sociedades da utopia, como tantos sonhadores escreveram, antes e depois de Morus, mas na realidade é um projeto inseparável da existência humana e que se cumpre a cada dia que passa.

Os momentos de despotismo, com todo o assanho dos tiranos, são eclípticos. Prevalece a incessante expedição da humanidade para a realização do reino de Deus entre os homens, conforme a grande esperança cristã.

Conduzir essa caminhada é tarefa da política. Sem esse ideal maior, a política desce de sua grandeza à superfície das disputas menores, do jogo ridículo do poder pessoal, da acanhada busca de glórias pálidas e efêmeras.

Srs. Constituintes, a grande maioria desta Casa representa a incontível reivindicação de coragem reformadora exposta na campanha das diretas. Ela resulta da primeira manifestação eleitoral ampla do nosso povo depois daquele movimento, excetuando-se as eleições municipais, de interesse localizado, que se deram em 1985.

A ampla maioria de que dispomos nesta Casa constitui garantia bastante de que faremos uma Constituição para a liberdade, para a justiça e para a soberania nacional.

A liberdade não pode ser mero apelo da retórica política. Ela deve exercer-se dentro daqueles velhos princípios que impõem como único limite à liberdade de cada homem o mesmo direito à liberdade dos outros homens. Assim vemos a ação reguladora do Estado na atividade econômica. A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do país, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores, e a riqueza não poderá acumular-se ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome em benefício dos privilegiados.

A liberdade é também uma questão de justiça. Ela não pode continuar sendo, como as outras coisas, um bem de mercado. Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la.

A justiça para os que trabalham deve começar pelo salário. Não existe no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores.

Salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico com a estabilidade monetária. A inflação, sendo fonte de injustiça – uma vez que os assalariados são os mais indefesos diante dos seus efeitos perversos –, é também dela consequência.

Todos os nossos problemas procedem da injustiça. O privilégio foi o estigma deixado pelas circunstâncias do povoamento e da colonização, e de sua perversidade não nos livraremos sem a mobilização da consciência nacional.

O privilégio começa na posse da terra, no início repartida, pelos favores reais, entre as oligarquias imigradas. Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão. Como bem nos apontou mestre Afonso Arinos de Melo Franco, as senzalas do século passado estão hoje nas favelas. Nas favelas e nos subúrbios que amontoam os trabalhadores modernos, brancos, pretos, mestiços – mas todos legatários da condenação de servir e sofrer.

Não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. É também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos. Trata-se da mais brutal valia internacional que nos é expropriada na transferência líquida de capitais.

Não entendem os insensatos que somos, no Terceiro Mundo, também senzalas dos países mais poderosos, e que só seremos realmente livres do saque quando distribuirmos a renda pelo menos com equidade e, desta forma, dermos dignidade ao convívio social interno.

A modernização autônoma da economia não pode continuar sendo impedida por uma estrutura social arcaica, que se amarra praticamente nas Ordenações Filipinas.

Modernizar a economia é torná-la competitiva com o emprego racional de todos os recursos disponíveis, a começar pelo solo. A terra não

pode ser mera reserva de valor para os que especulam com o seu preço porque só nela os homens encontram a vida. Não podemos pensar em distribuí-la apenas. É nossa obrigação fazê-la produtiva. Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse nacional, que prevaleça o interesse da nação.

A propriedade é um dos mais antigos direitos do homem, e é em razão disso mesmo que a ética religiosa recomenda distribuí-la.

Para sentir-se senhor de si mesmo, cada homem necessita de chão e teto, e a razão natural não admite que sobrem tetos e glebas a uns quando milhões e milhões de outros nascem e morrem entre paredes alheias ou ao relento. Não podemos pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários, em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos.

Se o governo deve intervir no processo econômico, que a sua ação busque a paz social. Ali, de onde se ausenta a consciência ética, deve impor-se o poder arbitral do Estado.

Liberdade dos cidadãos e justiça nas relações econômicas entre patrões e empregados são condições indispensáveis ao fortalecimento das nações em seu convívio no mundo. Enganam-se os governos que aspiram ao respeito internacional se lhes falta o respeito de seu povo.

Quando as elites políticas pensam apenas na sobrevivência de seu poder oligárquico, colocam em risco a soberania nacional.

A segurança será sempre precária onde houver o clamor dos oprimidos. Nenhum país será suficientemente poderoso se poderosa não for a coesão entre os seus habitantes. Uma casa dividida não saberá opor-se com êxito ao assalto dos inimigos.

Liberdade, soberania, justiça. Sobre estas ideias simples construíram-se as maiores nações da História. Elas serão o âmago da nossa razão comum no trabalho de dotar a nação de uma legítima Carta Política.

Srs. Constituintes, dois foram e continuam sendo os destinos que grandes pensadores políticos do passado escolheram para o Brasil: o da liberdade política e o da federação. Os primeiros homens públicos brasileiros já entendiam ser o sistema federal o exigido para a administração do país.

Pensavam em federação os membros da comissão encarregada de redigir a proposta do texto de nossa primeira Carta Política, em 1823. Nas discussões do art. 2º do texto, Ferreira França propôs que o Im-

pério do Brasil compreendesse confederalmente as províncias. Respondendo a quem considerava perigosa a menção, Carneiro da Cunha argumentava que o sistema poderia vir a ser “o vínculo mais forte da união eterna das províncias”.

Malograda a ideia diante das razões expostas por Nicolau Vergueiro e da dissolução posterior da Assembleia Constituinte, ela retornaria, com força, nas vésperas do movimento de 7 de abril que levou D. Pedro I à abdicação.

Pregou-se, naquela hora oportuna, a descentralização do governo mediante uma “federação monárquica”, conforme expressão do seu maior defensor, o jornalista político Antônio da Fonseca.

A mesma ideia que esteve na raiz do Ato Adicional de 1834 quase levou a uma Constituição republicana em julho de 1832, na antecipação de um movimento que só teria logro 57 anos mais tarde.

Federação e democracia continuam sendo as reivindicações nacionais maiores e nossa assembleia não poderá deixar estas questões ao lento. Elas devem ser enfrentadas com a coragem necessária. Incluo-me entre os que, como Carneiro da Cunha, consideram a autonomia federativa a base da unidade nacional. Esta autonomia reclama, em primeiro lugar, uma justa apropriação tributária. Só há unidade entre entidades de igual direito e não pode a União transformar-se, como se transformou, em poder isolado das realidades estaduais.

A federação, golpeada pelo Estado Novo, foi praticamente destruída nos recentes anos de arbítrio. Cumpre-nos restaurá-la em toda a sua plenitude, tornando realidade um ideal que nasceu com a própria independência.

A razão da liberdade esteve sempre presente como o ânimo maior de nossa formação histórica. Sempre associamos a liberdade do país à liberdade de seus cidadãos. Mas a liberdade não é um valor absoluto, que se conquista com o mero gesto da vontade. Ela se constrói a cada dia, na medida em que se constroem as nações. Para que se goze de liberdade, é preciso, antes de mais nada, que se tenha a consciência de sua necessidade e o sentimento moral de sua importância.

No versículo da Bíblia está decretado que Deus criou a terra para que nela o homem trabalhasse, e não a saqueasse e violentasse, ameaçando a qualidade da vida, que deve ter no estatuto cívico supremo seu guardião.

Esses valores do espírito se fazem com a educação. “Conhecer é ser livre”, dizia um dos grandes apóstolos da América, José Martí. Isso coloca as tarefas da educação pública na urgência de nossas preocupações. A cidadania começa no alfabeto.

Não há um só exemplo de nação forte sem bom sistema de educação.

O poderio dos Estados Unidos e o apego de seus cidadãos à Lei Constitucional têm origem no zelo com que os primeiros colonos cuidaram da educação.

Dezesseis anos depois do desembarque, era criado o Colégio de Harvard e, em 1647, todas as povoações com mais de cinquenta casas eram obrigadas a ter uma escola básica e as com mais de cem moradias, uma escola secundária.

E qual é a nossa realidade?

Srs. Constituintes, estou convencido de que esta é uma excepcional oportunidade histórica de dar ao país a mais nacional de suas Constituições. Quando uso o termo, uso-o na convicção de que as nossas Cartas anteriores foram redigidas na adolescência da pátria, quando buscávamos nos Estados estrangeiros o modelo para as instituições do país.

Não podemos negar a experiência dos outros povos quanto aos mecanismos da administração política, mas é conveniente encontrar, em nossa própria inteligência e vivência, processos novos de desenvolvimento jurídico e social.

Uma Constituição é tanto mais legítima quanto mais ampla for a discussão de seus termos. Peço-lhes permissão para citar um trecho do discurso que o saudoso estadista Tancredo Neves pronunciou neste mesmo recinto, quando o convocamos para ser o candidato à Presidência da República. “As Constituições”, dizia o meu companheiro e grande amigo,

“não são obras literárias, nem documentos filosóficos.

Elas não surgem do espírito criador de um homem só, por mais privilegiado em sabedoria seja esse homem.

Tampouco podem ser a codificação de propósitos de um ou outro grupo que exerça influência, legítima ou ilegítima, sobre a nação.

A Constituição é uma Carta de compromissos assumidos livremente pelos cidadãos, em determinado tempo e sociedade”.

O compromisso maior da Carta que redigiremos é com o futuro. Esse futuro está aí, apressado, chamando-nos e exigindo os nossos esforços urgentes para recebê-lo sem transtornos maiores. Há cinquenta anos apenas o Brasil iniciava, com timidez, o processo de modernização industrial. Mais de setenta por cento de sua população vivia no campo. Poucas eram as estradas que uniam os centros de produção aos portos marítimos e dependíamos da importação de quase tudo. Com enormes esforços – esforços sobretudo dos trabalhadores – conseguimos erigir o maior parque industrial do hemisfério sul, levantar cidades, desbravar sertões, atualizar o nosso saber e impor-nos ao respeito internacional. Deixamos a inibição histórica que limitava na prática a ocupação do território com uma imaginária Linha de Tordesilhas, e rasgamos as estradas que nos permitem hoje ir de qualquer cidade a outra sobre rodas. Ainda assim, temos que multiplicar os nossos esforços para chegar ao próximo século em condições de vencer os seus desafios.

Partindo da razão básica que é a de transformar todos os brasileiros em cidadãos, com a realização da justiça social, deveremos combater certos comportamentos que nos atrasam. É preciso – e é essa uma tarefa constitucional – modernizar a legislação econômica de maneira a impedir a danosa especulação financeira pelos agentes privados, incentivar a iniciativa econômica individual, que não encontra espaço em um Estado cartorial aliado das grandes corporações empresariais, e promover a modernização dos processos de produção, com o desenvolvimento de novas técnicas.

Ao lado da educação – e dela inseparável –, exige-se uma política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Tanto quanto do capital – ou mais do que dele –, os povos necessitam do conhecimento sobre a natureza e dos meios de colocá-lo a serviço do seu bem-estar e segurança.

Não podemos submeter o nosso destino aos que buscam contê-lo, impedindo-nos de fabricar instrumentos modernos e de promover, com a nossa própria inteligência, o seu desenvolvimento.

Concluam os gregos, naquele esplêndido século V antes de Cristo, dando origem à concepção ocidental da lei, que “o homem é a medida de todas as coisas”.

Retorno assim à minha preocupação original. É para o homem, na fugacidade de sua vida, mas na grandeza de sua singularidade no universo, que devem voltar-se as instituições da sociedade.

Elas devem respeitá-lo e promover o crescimento de sua personalidade a partir do momento em que nasce. Isso significa lutar contra a vergonha que são as altas taxas de mortalidade infantil e prestar efetiva assistência às famílias. Tais providências não podem ser vistas com o velho espírito do paternalismo, como se o Estado fosse instituição apenas dos ricos e exercesse a caridade em favor dos pobres. A assistência do Estado é um serviço que ele presta aos cidadãos e estes, quando dela necessitem, não devem suplicá-la, mas sim exigí-la, como um direito irrecusável. Assistir não é amparar nem proteger. É cumprir uma tarefa inerente ao Estado.

Não é preciso lembrar a dolorosa situação das crianças abandonadas. É este um tema do qual só podemos falar com a cabeça baixa, os olhos no chão.

Devemos crescer, e crescer cada vez mais, é verdade. Mas o nosso crescimento de nada valerá se o fizermos sem ter o homem brasileiro como seu módulo.

Construir estradas, abrir portos, desbravar sertões, escavar minas, plantar milhões e milhões de hectares – como tantos fizeram – aumenta o Produto Interno Bruto, mas não significa por si só estabelecer a independência ou garantir a soberania de um país. As estradas e os portos também podem ser construídos para favorecer o saque das riquezas nacionais. De nada adianta exportar milhões e milhões de toneladas de grãos se eles faltarem à mesa daqueles que os plantaram, colheram e transportaram até o mar.

Fazer um país crescer é fazê-lo crescer dentro de si mesmo, é fazê-lo crescer em cada um de seus cidadãos. O que significa aumentar a produção se ela estiver destinada a servir aos outros e não ao nosso próprio povo?

Srs. Constituintes, esta é a grande hora de nossa geração. Devemos ocupá-la com o grave sentimento do dever e a consciência de que seremos responsáveis, diante do futuro, pelo que decidirmos aqui.

Temos em nossas mãos a soberania do povo. Ele nos confiou a tarefa de construir, com a lei, o Estado democrático, moderno, justo para todos os seus filhos. Um Estado que sirva ao homem e não um Estado que o submeta, em nome de projetos totalitários de grandeza.

Para isso estamos aqui.

Volto a agradecer a confiança que os constituintes, em nome do povo, me outorgaram.

Dirijo-me particularmente aos companheiros do meu partido, o PMDB, a nossos aliados do PFL e aos companheiros de todos os partidos que votaram em meu nome.

Às demais legendas, principalmente da oposição, dou a garantia de que serei, nesta presidência, o coordenador imparcial dos trabalhos constituintes.

Como nos recomendou Tancredo, não vamos nos dispersar.

Juntos soubemos ter paciência e coragem.

Juntos não nos faltará a necessária competência.

Haveremos de elaborar uma Constituição contemporânea do futuro, digna de nossa pátria e de nossa gente. Para isso, iremos vencer os desafios econômicos, políticos e sociais. Seremos os profetas do amanhã.

A voz do povo é a voz de Deus. Com Deus e com o povo venceremos, a serviço da pátria, e o nome político da pátria será uma Constituição que perpetue a unidade de sua geografia, com a substância de sua história, a esperança de seu futuro e exorcize a maldição da injustiça social.

Democracia e diplomacia

Aula inaugural no Instituto Rio Branco, em 9/3/1987.

Publicado na separata *A Democracia e a diplomacia*, editada pela Câmara dos Deputados em 1987.

Depois de um testemunho sobre a passagem do chanceler Abreu Sodré pelo governo de São Paulo, já sob o regime militar, uma reflexão em três tempos sobre a democracia, a diplomacia e a política externa brasileira.

Desejo inicialmente, antes de ler o trabalho que quero submeter à atenção e à crítica de vocês, dizer que me honram muito, mas não me surpreendem, as palavras proferidas pelo chanceler Abreu Sodré. Realmente somos antigos amigos. Tivemos um privilégio: o privilégio de frequentarmos ambos a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, aquela que foi apelidada “A Tebas das cem janelas” por um enamorado das suas glórias, porque por lá passaram presidentes da República, figuras como Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Prudente de Moraes, poetas como Álvares de Azevedo, Castro Alves, Fagundes Varela e tantos outros.

Temos de ressaltar que tivemos o privilégio de frequentar aquela que Rui Barbosa chamou de “eixo em torno do qual gravitou a nacionalidade”, porque foram as duas faculdades inicialmente fundadas neste país, a de Olinda e a de São Paulo, que constituíram o eixo referido por Rui Barbosa, que aliás frequentou as duas faculdades vetustas. E foi, meu caro Abreu Sodré, realmente um privilégio que estivéssemos naquele convento, que hoje já não é mais “A Tebas das cem janelas”. Puseram a Tebas e as janelas abaixo com uma fúria destruidora, demoliram o convento, admirável na cor, nas suas acomodações, em cujas carteiras estavam registrados os nomes das figuras extraordinárias que por lá passaram. E que me perdoe o prefaciador de um dos meus livros, o professor Alcântara Machado, a nova construção nada diz a respeito do passado, muito menos num país de sol e de luz como é o Brasil.

Assim sendo, meu caro amigo – permita-me que o chame assim aqui, sem qualquer protocolo – Abreu Sodré, agradeço as palavras gentis e amáveis proferidas a meu respeito. Realmente quase sempre estivemos em campos opostos, mas isto demonstra que tem vigor e tem vali-

dade uma das mais belas definições de democracia, que é o convívio de contrários. Fomos contrários, fomos adversários, nunca fomos inimigos e convivemos em paz e respeito recíproco.

Faço questão de dizer que, como presidente da agremiação política que lutou pelo retorno à democracia em nosso país sendo Abreu Sodré governador de São Paulo, não fiz críticas quanto à vulneração de direitos humanos no nosso estado naquele período da responsabilidade do chefe do governo. É o maior elogio que poderia fazer ao espírito liberal do chanceler Abreu Sodré.

É para mim, além de honra evidente, um grande prazer estar nesta Casa de reconhecida tradição na defesa dos interesses maiores do Brasil.

Considerarei o convite para que pronunciasse a aula inaugural dos cursos do Instituto Rio Branco em 1987 uma homenagem ao Poder Legislativo, confirmação do contato e constante diálogo entre a diplomacia brasileira e o Congresso Nacional, e, como augúrio de que seja ainda mais aberto e produtivo, escolhi como tema para abordar diante dos jovens e futuros diplomatas *a democracia e a diplomacia*. Escolhi é maneira de dizer, pois a matéria se impôs a mim imediatamente tão logo recebi o honroso convite do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Roberto de Abreu Sodré.

O chanceler Abreu Sodré é meu amigo antigo. Fomos colegas na centenária Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. E seu talento político é testemunhado pela sua vitoriosa trajetória como presidente da assembleia legislativa do meu estado, governador do estado de São Paulo e agora chefe da Diplomacia do Brasil.

Democracia porque venho, desde os primórdios de minha vida pública, dedicando o melhor de meus esforços à lida parlamentar naquele poder, que, mais do que qualquer outro, significou sempre história e, contemporaneamente, a expressão da soberania popular elevada pela adição da multiplicidade de vontades particulares, a vontade geral escrita nas leis e exercida no controle dos atos do Executivo.

Diplomacia simplesmente porque é a nobre e difícil carreira que escolheram e para a qual o curso que hoje iniciam dará formação dentro de padrões de excelência reconhecidos no Brasil e no mundo.

Democracia e diplomacia, sobretudo, porque abre-se com a Assembleia Nacional Constituinte a perspectiva auspiciosa de completarmos nosso aperfeiçoamento democrático com essa nova Carta que

projetará compromissos progressistas sobre todas as nossas instituições, revigorando-as pela maior e mais direta participação popular em todos os segmentos da vida nacional.

O retorno ao poder civil trouxe já modificações mais do que óbvias no que tange à proteção de nossos interesses no mundo. Se antes nossa política externa era sem dúvida aberta e generosa, ecumênica e ética, defensora de uma maior democratização do sistema internacional – e aqui basta lembrar ideias do saudoso embaixador Araújo Castro, crítico arguto do congelamento do poder mundial – e da construção de uma nova ordem econômica internacional, faltava-lhe um fundamento popular, uma retaguarda democrática. Firmeza e segurança que uma diplomacia só pode haurir de país justo e livre. A autocracia, desrespeito aos direitos humanos, injustiça econômica e miséria social engendram uma diplomacia isolada e insegura sempre pronta à defensiva, hesitante em criar e liderar, mesmo quando o momento ou a questão convidam a isto.

Como disse em meu discurso de posse como presidente da Assembleia Nacional Constituinte, enganam-se os governos que aspiram ao respeito internacional se lhes falta o respeito de seu povo.

A política externa nos últimos dois decênios foi um exercício de ditosismo técnico-profissional no sentido de extrair o máximo de presença internacional para a nação de um mínimo de recursos de legitimação. Adiantou-se, até pelos princípios arrojados que defendia para a reforma das relações norte e sul, ao que se estava à época pregando e praticando dentro do país.

Hoje recuperou-se a coerência entre o Brasil interno e o Brasil externo. Nosso discurso manteve a qualidade e ganhou em verdade. Basta ver como algumas posições brasileiras sobre os mais diversos temas na agenda internacional, fundamentalmente elaboradas ao longo dos anos setenta, obtêm agora enorme repercussão em todo o mundo. Na cena internacional não é suficiente que se digam coisas novas, é preciso que haja uma escuta, uma atenção ao que se vai dizer. E o Brasil voltou claramente a ser alvo de atenção política e não mais apenas quanto a suas possibilidades econômicas.

Nesta hora, mais do que nunca, vemos ampliado o aspecto de nossa participação em todas as linhas de frente diplomáticas: consenso de Cartagena, nova rodada de negociações comerciais multilaterais no Gatt, Grupo de Apoio à Contadora, sem mencionar as Nações Unidas

e seus diversos organismos, são foros onde está presente o denodado trabalho desta Casa.

A intensa e extensa participação da diplomacia brasileira nas diversas negociações internacionais bilaterais ou multilaterais, que buscam reformar o mundo de hoje e projetar a sociedade internacional do terceiro milênio, não recebeu novo impulso apenas das transformações internas. Ajudou-a também que os ventos da democracia houvessem soprado sobre a maior parte desta nossa América do Sul esvaziando as temáticas confrontacionistas e reativando-as do consenso e da integração.

As democracias, é verdade, podem ser tentadas pelo artifícios da demagogia, da criação de inimigos externos, do nacionalismo exacerbado e belicista. Mas há que se concordar com Kant quando disse que a Constituição republicana, além da limpidez de sua origem, pois é oriunda da fonte pura que é a noção de direito, apresenta ainda a perspectiva de consequência que desejamos saber: a paz perpétua. A razão, explica ele, é que nesse tipo de Constituição o assentimento dos cidadãos é exigido para decidir se haverá ou não guerra, pois serão eles mesmo os que suportarão todos os males da guerra: combater, subvencionar os gastos da guerra, reparar as devastações, encarregar-se do fardo da dívida. É claro que refletirão longamente antes de lançar-se a ela. Ao regime democrático é mais natural a busca da solução pacífica das controvérsias, mera projeção de seu estilo consensual e legal de superação de litígios da área interna para o âmbito internacional.

Ao regime autoritário é própria, em regra geral, a desconfiança, a suspeita, sentimentos que geram a rivalidade e podem chegar ao conflito, simples extensão às relações com outros países de comportamentos reflexos que adquiriram no trato da situação interna. Não confiando em seu próprio povo, não teriam esses regimes como fiar-se em outros povos. Daí viverem superarmados, encouraçados, gerando, pela sua própria insegurança, insegurança em outros Estados, alimentando nesse jogo de espelhos a espiral das corridas armamentistas das quais o ápice aterrador é a competição nuclear.

Um exemplo histórico pode ser aqui ilustrado: foi depois da derrota dos regimes totalitários de Hitler e Mussolini e, em patamares temporais sucessivos, dos regimes autoritários dos coronéis gregos, de Salazar e de Franco, que a Europa Ocidental alçou-se para lograr os altos níveis de integração de que desfruta hoje. Nós, na América do Sul, não necessitamos chegar ao extremo do derramamento de sangue para perceber

a futilidade das políticas de poder e rivalidade, de vislumbrar os ganhos para todos os parceiros que adviriam da concentração de nossos limitados recursos em projetos de desenvolvimento e crescimento nos níveis nacional e regional.

Hoje, os ideais de integração tomam novo vigor temperados pelo sentido do real e do possível. Exemplo claro é o atual processo de adensamento das relações econômicas entre Brasil, Argentina e Uruguai.

Cabe aqui realçar o papel protagônico que tem assumido neste campo o presidente José Sarney promovendo, por meio de sábia arquitetura diplomática e inclusive do amedrontar de seus contatos pessoais com os primeiros mandatários da Argentina e do Uruguai, uma aproximação eficaz no plano material, porque lastreada em uma afinidade política e humana.

Com a Nova República, o Brasil libertou-se de qualquer timidez em subir à cena política latino-americana e o nome do nosso presidente é hoje conhecido e respeitado em todo o continente como líder de uma grande nação democrática. Este processo tripartite de integração comprova que, nas democracias, fatalmente o interesse do Estado pelo econômico expressa prioridade ao bem-estar material de indivíduos ou grupos, supera e inibe o tradicional interesse pelo poder e pelo prestígio na medida em que a busca de um e de outro acarreta sempre o sacrifício do bem-estar geral em prol de megaprojetos distanciados das necessidades sociais da população.

Não estou a dizer que o Estado, mormente quando detentor de território tão vasto e tão rico como o brasileiro, se deva descuidar de sua defesa e segurança, vivendo em um mundo irrealista de cooperação sem divergências e devotado à satisfação de todas as expectativas de consumo de seus cidadãos. Há apenas que diferenciar as ameaças reais das imaginárias e não fazer do acréscimo de poder um fim em si mesmo, desvinculado de qualquer conjuntura precisa estrategicamente determinada. Há que jamais ceder, sobretudo à tentação de usar a ameaça externa possível como recurso de legitimação interna. Maior poder detém o Estado cujo povo tem nas instituições democráticas e na justiça social motivos para acatá-lo e defendê-lo.

Como disse no discurso já citado, quando as elites políticas pensam apenas na sobrevivência de seu poder oligárquico, colocam em risco a soberania nacional. A segurança será sempre precária onde houver o clamor dos oprimidos. Nenhum país será suficientemente poderoso se

poderosa não for a coesão entre seus habitantes. Uma casa dividida não saberá opor-se com êxito ao assalto dos inimigos.

E, completaria agora, a História nos mostra que os servos são mal soldados. Os homens livres lutam até o fim para conservar a sua liberdade.

Alguns autores, todavia, apontam uma vantagem na maior flexibilidade tática que possuiriam as diplomacias dos países totalitários ou autoritários, liberadas de prestar quaisquer satisfações às suas opiniões públicas quando dão guinadas de 180 graus em suas políticas externas. Um exemplo seria o pacto Ribentrop-Molotov. Mas há que lembrar que esta maleabilidade tática se paga na verdade com um enrijecimento estratégico no mais longo prazo, pois a ideologia que caracteriza tais regimes não lhes permite sacrificar seus projetos às adaptações impostas pela razão e pela experiência.

Nesse balanço, sem dúvida a maior lentidão no terreno tático das democracias é defeito menor se comparada à mais grave e mais prejudicial camisa de força ideológica dos regimes não democráticos. O exercício do voto renova não só a equipe de dirigentes, como também ideias, força e prioridade que se mostram inadequadas no confronto com novas realidades.

Analisar as relações entre democracia e diplomacia nos levará agora a considerar o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, o papel do Congresso no acompanhamento da política externa e na aprovação dos acordos internacionais.

No momento em que estamos preparando a nova Carta Magna, impõe-se uma reflexão sobre qual deva ser a participação do Legislativo no campo das relações internacionais. Cumpre reverificar o papel do Congresso nessa área, e a Assembleia Nacional Constituinte, podem estar seguros, não deixará de dar o devido realce a esta matéria. Para que este papel congressual possa ser efetivo, impõe-se ampla transparência na formulação e execução da política externa por meio de contatos frequentes, convocação do ministro de Estado das Relações Exteriores, exposições e palestras de diplomatas nas Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado, inclusive com a realização de sessões restritas quando no tratamento de temas especialmente sensíveis.

Não me permitiria esquecer, entretanto, a parte atribuível ao próprio Parlamento para que essa evolução se efetive. É preciso que os parlamentos desenvolvam um interesse maior pelas questões internacionais,

por mais candentes que sejam as questões internacionais. É preciso que, neste momento em que proliferam por todo o país centros de estudos de ciência política e inclusive de relações internacionais, haja maior entrosamento entre o mundo acadêmico e o Parlamento por meio da encomenda de estudos e pesquisas e da contratação de especialistas para o estado técnico do Congresso.

O parlamentar brasileiro, neste século, perdeu em sua maioria a intimidade com a cena mundial que seus antecessores do Império, oriundos apenas de classe naturalmente cosmopolita, ostentavam. Cabe hoje, com a crescente participação do Brasil nos assuntos mundiais, recuperá-la não por meio de perigosa osmose entre elites de países dominados e dominantes, mas pela dedicação à análise e compreensão das estruturas de distribuição internacional do poder e da riqueza.

A competência constitucional exclusiva do Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre tratados, convenções e atos internacionais não será realizada em toda a sua potencialidade se não tiver a lastreá-la uma real competência no sentido de capacitação especializada e um profundo comprometimento de parlamentares com seu exercício. Obtidos esses pré-requisitos da parte do Executivo, verdadeira transparência e real vontade de diálogo da parte do Legislativo, esforço de ajornamento e maior interesse pelas questões internacionais, a diplomacia brasileira acrescenta às suas tradições de eficácia e à sua imagem de confiabilidade o peso da legitimidade democrática que revigora a prática da diplomacia por meio da autoridade moral.

Se o processo de formulação de política externa torna-se eventualmente mais lento nas democracias, ganha transparência e solidez enriquecido pela constante integração entre os Poderes Executivo e Legislativo. Os Estados em que esse processo é já tradicional podem talvez parecer oscilar em suas diretrizes diplomáticas conjunturais, conforme vão mudando os chefes do Executivo e as maiorias parlamentares. Mas a cada momento o país se apresenta unido e firme em sua decisão, às vezes duramente conquistada em processo dialético e conflitivo, mas univocamente suportada ao final do percurso. O negociador que tem atrás de si, além do seu governo, o Congresso e a opinião pública tem trunfos imbatíveis para o exercício de sua arte, o alcance de suas metas e a construção de novas modalidades de relacionamento.

Temos já, no Brasil, certa experiência no apoio bipartidário ou multipartidário à política externa. Este fato não provém de um respeito re-

verencial ao papel do Executivo nesta área ou mero constrangimento em parecer divisionista. Ocorre que as transições jurídico-filosóficas da diplomacia brasileira tornam natural um consenso em torno da política externa como um todo. Opções mais recentes, uma busca da integração com os vizinhos latino-americanos e vinculação mais intensa com os países africanos são aplaudidas por todo o espectro político brasileiro porque refletem não o capricho ideológico de cúpulas ou facções dirigentes, mas escolhas seriamente enraizadas no interesse maior do país, que só tem a ganhar em possibilidade de paz e desenvolvimento com esta cooperação sul-sul implementada.

Sabemos que o conceito de interesse nacional é injustamente suspeito para muitos analistas, pelo potencial de fraude aos interesses das grandes maiorias que encerram. Não é negado que existem e possam ser identificados interesses que reúnam o consenso realmente amplo, real ou potencial mormente na área de atuação externa de uma nação. Quando tais interesses são corretamente isolados por meio de constante consulta aos diversos grupos sociais, e penso que essa tem sido a história da diplomacia brasileira, não há interesse partidário ou sectário que se sobreponha a ele para contabilizar ganhos eleitorais de curto prazo. Esta Casa muito tem por que orgulhar-se deste apoio multipartidário. É a integração do Itamaraty à vida brasileira e o seu diálogo permanente com o Parlamento, com a imprensa e com o mundo acadêmico que garantem que seu papel não se limite ao de negociar posições por outros formuladas, mas se estenda ao de debater com amplos setores da sociedade diversos pontos da agenda internacional do país, informando-se e informando, de modo a produzir quadros de transação que se situem nos estritos limites do interesse brasileiro.

Resumindo esta parte introdutória sobre democracia e diplomacia, política externa e Parlamento, direi que o retorno do Brasil à democracia potenciou o acervo riquíssimo de nossa diplomacia, onde a vultosa contribuição, a inestimável contribuição do barão do Rio Branco nos legou uma prática de boa convivência, que é ainda nosso grande orgulho, e esse território incontestado, que é nosso desafio arar, semear e fazer cada vez mais próspero.

Este acervo inclui os princípios de igualdade jurídica entre os Estados, respeito à soberania, não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, autodeterminação dos povos e solução pacífica de controvérsias. Possuem todos esses preceitos uma característica comum que é a

de definirem relações conversíveis de mão dupla, aquilo que um Estado se propõe a respeitar em relação à soberania dos outros Estados é aquilo mesmo que deseja que respeitem em relação à sua soberania.

Busca-se, assim, repetir, na esfera internacional, o que os filósofos políticos contratualistas identificaram como o constitutivo da vida social: a renúncia de cada um à propriedade alheia e ao uso de meios violentos para consegui-la em troca da renúncia de todos os outros ao desejo de arrebatá-la sua propriedade.

O desafio é que, se na área interna a população delega ao Estado e ao seu braço judiciário competência para decidir o que é propriedade, o que é violência, o que é crime, no sistema internacional deve haver a autoridade que arbitre, diga o direito e execute a sentença. Difícil tem sido, na ausência dessa autoridade central, conseguir que os Estados se comportem, todos e invariavelmente, conforme os princípios jurídicos acima mencionados. O mínimo que se tem de reconhecer, por ser de justiça, é que o Brasil tem cumprido à risca a sua parte nesse contrato social mundial. E tem lutado nas Nações Unidas e em outros fóruns pela adoção da solução pacífica e pela regra do direito na vida internacional. Direito e paz são conceitos que guardam relação direta no nível internacional.

Não há como não concordar com North Cepat quando diz: “A paz é antes de tudo um postulado legal”.

Juridicamente ela é uma meta para o postulado da unidade do sistema legal. A lógica jurídica leva, inevitavelmente, à condenação pela lei da anarquia e da força privada. A lei, no entanto, tanto na área interna quanto na internacional, é mais um fator de ordem do que de justiça, figuradamente. Ela inibe a desordem e a violência, mas não necessariamente a injusta distribuição de riquezas e a sobrevivência de formas iníquas de relacionamento. Esta constatação nos faz deixar o âmbito jurídico, político e estratégico das relações internacionais e passar ao reino das relações econômicas, a abandonar as alternativas entre guerra e paz e entrarmos nas dicotomias entre países ricos e pobres, privilegiados e desfavorecidos pela atual ordem econômica mundial.

Como disse perante a Assembleia Nacional Constituinte, não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. É também a espoliação externa com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao império mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendi-

mentos. Trata-se de brutal mais valia internacional em que nos é expropriada a transferência líquida de capitais.

A esse tema urgente da vida externa se deve adicionar dois outros capítulos maiores na pauta diplomática brasileira para este fim de século e início do próximo: capacitação e independência científica e tecnológica e luta contra o protecionismo dos países industrializados. Esse tripé: finanças, ciência e tecnologia, e comércio exterior é que devemos reforçar cada vez mais por meio de uma democracia ativa e corajosa, tal como já vem fazendo o Itamaraty em foros como o Gatt, a Unctad, o Omps, e os organismos de produtos de base.

O princípio básico é que, tal como o liberalismo clássico não resolve a questão interna de renda, também no âmbito internacional as soluções de mercado não bastarão para resolver as grandes questões de realocação de recursos que, tanto no setor interno quanto no internacional, só podem ter respostas políticas. Assim como as sociedades internacionais em determinado momento de sua história se veem obrigadas a parar e começar de novo – está aí o exemplo na nossa recém-iniciada Assembleia Nacional Constituinte –, também a sociedade internacional necessita refletir, discutir e reformar-se.

Infelizmente, tal como na política interna, é comum pensar que há que esperar a conflagração das revoluções para então sentar-se à mesa da reforma. Também no nível mundial as nações têm esperado as hecatombes. Para proceder às reestruturações, basta recordar que as sociedades das nações nasceram da Primeira Guerra e as Nações Unidas da Segunda. É expressivo o anátema de Reagan: a violência é a partida da História. O erro de esperar a destruição e a catástrofe para querer a mudança não deve repetir-se. Devemos retornar à ideia de negociações globais sobre todos os temas cruciantes da agenda internacional e proceder a uma tentativa de reforma mundial do sistema de produção, circulação e distribuição de riquezas.

Este esforço de reforma é sem dúvida mais premente na área econômica do que na área político-estratégica, onde o desrespeito às normas da Carta das Nações Unidas tem sido mais nocivo do que as falhas dos próprios preceitos nelas inscritos. Aos que defendem regras puras de mercado ou consideram que um exercício diplomático dessa natureza seria inócuo porque os Estados não mais controlam a economia mundial, dominada pelas chamadas corporações de multinacionais, lembraria apenas

que essas mesmas corporações recorrem sem pejo aos seus Estados-sede, quando se trata de para elas obter concessões, facilidades e proteção.

Tendo falado de democracia e diplomacia, política externa e Poder Legislativo, de alguns temas da agenda diplomática brasileira para o fim desse século e começo do próximo, penso que deveria finalizar refletindo sobre o papel que vocês, alunos do Instituto Rio Branco, irão desempenhar. O diplomata se situa na intercessão de dois universos: o nacional e o internacional. No caso brasileiro, o nacional é realmente um mundo próprio, complexo, riquíssimo, desafiante, que há que conhecer e entender para melhor optar e então projetar os seus valores e interesses, num segundo momento, no meio ambiente internacional. Mas o universo internacional também é riquíssimo, de difícil compreensão, em permanente mutação.

Ao diplomata incumbe a tarefa diuturna de estar atento ao mundo, à interpretação de seus mais suaves matizes, mormente em país tão comprometido legitimamente consigo mesmo, com a sua própria construção econômica, social e política.

O Brasil é ainda um projeto tão fascinante, tão vivo, que tem impedido que nossas elites políticas e intelectuais se dediquem mais intensamente, salvo honrosas exceções, ao estudo da vida internacional.

Neste papel de ponto de contato entre os dois mundos, eu diria que o diplomata brasileiro não deve sobretudo esquecer – e esta Casa já tem tradição nessa consciência – que representa, defende e promove os interesses de um país do Terceiro Mundo. Nossa vinculação ao sistema internacional não é anódina, neutra, mero intercâmbio de bens, serviços, ideias e influências. Moldá-la em um sentido que favoreça o nosso crescimento econômico, nosso desenvolvimento, é obrigação maior do diplomata.

Um país com a escala do Brasil, com sua população como massa quantitativa e como vontade coletiva, com seus recursos naturais, é presa demasiado tentadora para forças nacionais e transnacionais que circulam e atuam no âmbito planetário. Ao mesmo tempo, com todos esses trunfos, nosso país tem todo o direito de uma maior participação no comércio mundial, na repartição dos conhecimentos científicos e tecnológicos, na captação dos capitais de que necessita, nos setores para isso por nós soberanamente designados.

Ser um diplomata no Terceiro Mundo significa ter de forjar artesanalmente, a cada dia, seus próprios instrumentos de análise e compreensão das relações internacionais. Tarefa a que o Instituto Rio Branco e seus professores se têm dedicado com afinco. Os conceitos vigentes na análise política do sistema internacional, poder, balança de poder, zona de influência, foram criados por e para as potências e superpotências de outrora e de hoje.

Da mesma forma, as receitas de desenvolvimento e felicidade que alguns nos querem dar apenas repetem fórmulas que enriquecem a alguns e empobrecem a muitos países e indivíduos. Recusar, portanto, conceitos de organização da vida internacional baseados apenas no poder, bem como propostas de estipulação da ordem econômica baseada numa suposta igualdade entre parceiros que só podem levar à exploração, à espoliação, é dever do diplomata brasileiro.

Aqui caberia apontar o paradoxo aparente a que somos levados em face dos paradoxos de outros fatores da vida internacional. As superpotências e mesmo algumas potências querem que aceitemos a desigualdade de poder por realismo político e nos esqueçamos de qualquer resquício de idealismo jurídico, dando pleno aval a seu papel gestor da ordem mundial. Ao mesmo tempo, querem escamotear aberrante desigualdade econômica, pregando que abramos nossos mercados a uma competição baseada na igualdade, como se todos iguais fôssemos.

Ao contrário, o Brasil, país que deve estar na vanguarda do Terceiro Mundo, quer que a igualdade jurídica paulatinamente se imponha à desigualdade evidente de poder na estruturação da vida internacional. E deseja, na ordem econômica, que as desigualdades econômicas sejam realisticamente consideradas, para que possam ser combatidas e se evolua para um futuro de progressiva e tendencial igualdade.

O diplomata brasileiro, neste final de século XX, antevéspera do terceiro milênio, terá que ser universal nos seus conhecimentos e nacional em sua visão e em sua prática. Utópico em seus projetos e realista na avaliação dos meios como implementá-los.

Creio que posso, ao prestar homenagens a esta patriótica e corajosa profissão, repetir o que disse do homem público em meu discurso na Assembleia Nacional Constituinte: o diplomata também é cidadão de tempo inteiro, de quem as circunstâncias exigem o sacrifício da liberdade pessoal, mas a quem o destino oferece a mais confortadora das recompensas, a de servir à nação em sua grandeza e projeção de

eternidade. Cidadão de tempo inteiro, o diplomata ainda é o cidadão brasileiro do mundo inteiro, levando a saudade e as nossas coisas na retina que defronta a novidade de outras culturas.

O Regimento Interno da Constituinte

Assembleia Nacional Constituinte, em 24/3/1987.

Publicado no *DANC* de 25/3/1987, p. 911.

Na promulgação do Regimento Interno, um flagrante do ânimo, métodos e circunstâncias com que se iniciaram os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 a 1988, com a citação de números, nomes e datas.

Nos termos do § 13 do art. 32 da Resolução nº 1, de 1987, promulgo o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

O Regimento registra circunstâncias especiais quanto à elaboração constitucional que merecem ser sintetizadas.

Foi elaborado por 559 constituintes representativos da soberania popular, 487 deputados e 72 senadores, expressiva e diretamente conferida por 69.003.963 eleitores, o segundo colégio eletivo entre as nações democráticas. Vale ressaltar ainda a efetiva prática da universalidade do sufrágio, pois os analfabetos, com o voto, recuperaram a dignidade de cidadãos.

A marca da autenticidade se patenteia em que o compromisso de mudança foi cumprido com 69,65% de renovação no colegiado legislativo, nele se incorporando 26 mulheres, participação inédita na história parlamentar brasileira.

Outro ineditismo, em termos internos, é que, na proporção de 67,57% demograficamente, o Brasil é hoje um país urbano e não rural, característica populacional das Constituintes predecessoras.

A convizinhança, os veículos de comunicação de massa, a acessibilidade de Brasília, a conseqüente organização da sociedade em milhares de sindicatos, entidades e associações, que nesse volume inexistia anteriormente, asseguram, por meio da efetividade da participação e da pressão legítima, o exercício de salutar democracia direta.

A engenharia da produção do Texto Magno discrepou da adotada desde 1824, principalmente no que tange à exclusividade de uma comissão constitucional, porque trabalharam sobre projeto em geral emanado do Executivo.

A renovação do Congresso atuou decisivamente para inovar na espécie.

Sem texto preexistente, repito, a Constituição será constituinte e societária. Sua feitura transitará por cinco crivos e cadinhos: vinte e quatro subcomissões, oito comissões temáticas, uma comissão de sistematização, discussão e votação plenárias em dois turnos.

Semelhantes e sucessivas instâncias de meditação e reforma são janelas abertas para a sociedade, para receber os ventos, senão a ventania, da oxigenação das mudanças e da interação.

A mecânica é boa e nova. Os artesãos que a inventaram saberão manejá-la com perícia, sabedoria e coragem.

Informo que as salas das comissões, tanto no Senado como na Câmara, foram preparadas, inclusive com ampliação, e que aparelhagem de som e funcionários foram recrutados nas duas Casas.

Como manda o Regimento, a presidência manteve frequentes entendimentos com o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara dos Deputados para, por meio do rádio e da televisão, fazer ampla e diária informação dos trabalhos constituintes.

Reitero agradecimento ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que, sem ônus, cedeu linhas de transmissão da Embratel, e ao ministro Ronaldo Costa Couto, do Interior, que também graciosamente proporcionou ilha de televisão e câmara de filmagem.

Saúdo o Senado, na pessoa de seu preclaro presidente, por haver se associado à Câmara dos Deputados na decisão indispensável de expressamente compatibilizar os respectivos funcionamentos com o da Assembleia Nacional Constituinte, este de caráter prioritário.

É de justiça reconhecer a atuação talentosa, flexível e criativa do relator, constituinte Fernando Henrique Cardoso.

O Regimento da Assembleia Nacional Constituinte é obra condonial dos líderes dos partidos com representação nesta Casa, resultante de reuniões de que participou a presidência. Esta salutar prática, em que vou perseverar, ensinou desmanchar equívocos, enriquecer a matéria com sugestões ou retificações, logrando consensos, com o que se tornou exequível a tramitação em plenário.

Inscrevo seus nomes na fala da promulgação, como testemunho da competência e abrangência com que desempenham seu difícil ofício:

- Luís Henrique, atualmente substituído por Mário Covas, PMDB;
- José Lourenço, PFL;
- Amaral Neto, PDS;
- Brandão Monteiro, PDT;
- Gastone Righi, PTB;
- Luiz Inácio Lula da Silva, PT;
- Adolfo Oliveira, PL;
- Mauro Borges, PDC;
- Haroldo Lima, PCdoB;
- Roberto Freire, PCB;
- Jamil Haddad, PSB;
- Antônio Farias, PMB.

Em nome de nossos pares, avulta aqui o depoimento sobre os componentes da Mesa Provisória, que foram exemplares no desempenho de suas funções:

- senador Mauro Benevides;
- deputado Humberto Souto;
- deputado Bonifácio de Andrada;
- deputado Arnaldo Faria de Sá;
- deputado Vivaldo Barbosa.

A eleição da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte será no dia 26 próximo, quinta-feira, às quinze horas. Pelo art. 13, § 4º, os Srs. Líderes indicarão à Mesa os respectivos integrantes das comissões no dia 30 de março, segunda-feira.

No dia 31 de março, terça-feira, a presidência lerá os nomes indicados e designará as comissões. No dia 1º de abril, as comissões se reunirão para eleger os presidentes e dois vice-presidentes, cabendo aos presidentes designar os relatores.

A partir do dia 26, como decorrência dos prazos regimentais, surgindo a oportunidade para conclamar sua estrita observância, a Constituição terá 233 dias para ser elaborada.

Srs. Constituintes, temos o Regimento, que é um método de trabalho. Método é caminho.

Vamos todos andar por esse caminho, sem precipitação, mas também sem indolência, para chegar ao fim com a serenidade e a esperança do semeador que plantou e aguarda confiante a colheita da identidade do povo com o serviço que nos mandou fazer.

Louvor a Portugal e ao presidente Mário Soares

Assembleia Nacional Constituinte, em 26/3/1987.

Saudação ao presidente de Portugal e sua comitiva em visita ao Brasil.

Aqui está o Brasil, com as presenças do presidente do Senado da República, senador Humberto Lucena, e das lideranças de todos os partidos com representação na Assembleia Nacional Constituinte.

É o povo brasileiro, na expressão suprema de sua soberania, que aqui se reúne para apertar a mão de Mário Soares, como amigo e companheiro, principalmente em nossa luta pela reconquista da liberdade e da democracia.

Os líderes brasileiros estão acompanhados de suas esposas, como deferência de carinho e admiração por D. Maria de Jesus Simões Barroso Soares, com notória atuação político-parlamentar em Portugal.

Com a deferência e o apreço que lhes merecem sua grande pátria e os elevados predicados de estadista que ostenta V.Exa., os membros da Assembleia Nacional Constituinte, emanada da vontade soberana do povo brasileiro, acolhem-no, Sr. Presidente, nesta visita tão grata e tão honrosa, que atesta a profundidade a que chegaram as relações luso-brasileiras, refletindo os sentimentos de fraternidade que unem nossos países.

Saudá-lo, pois, e à sua ilustre comitiva, é missão que cumpro com especial agrado, convencido como estou de que no cenário desta viagem, que traz o calor da amizade e do diálogo sincero, são nossos povos que se reencontram, num contexto ampliado de entendimento, solidariedade e desejo de cooperação.

A oportunidade que se nos depara de acolhermos o chefe de Estado português reveste-se igualmente de denso significado por reconhecermos em V.Exa. o estadista que sempre se identificou com os mais altos ideais democráticos de sua gente, que sempre se destacou na luta pelos direitos individuais e pelas liberdades civis, que sempre valorizou o pluralismo ideológico e o diálogo político, que esteve sempre comprometido com a construção de uma sociedade em que esteja o homem completo em sua dignidade e em sua justa aspiração de ser feliz.

Presidente da República portuguesa, duas vezes primeiro-ministro, líder proeminente da Internacional Socialista, condutor seguro da descolonização da África de expressão lusitana, homem de muitos combates em prol da democracia, estadista cujo trabalho, de ampla projeção no cenário mundial, se insere nas grandes obras políticas do século, V.Exa. tem procurado, em clima de paz social e de estrita observância às normas constitucionais, dar resposta segura às reivindicações populares, no cumprimento da histórica missão que lhe foi confiada pelo povo português no sentido do aprimoramento das estruturas sociais, políticas e econômicas de sua pátria.

No que se refere especificamente ao Brasil, constatamos com satisfação o quanto tem feito V.Exa. para preservar o patrimônio comum e “dar corpo concreto à vontade sincera da mais larga cooperação”. Não nos esquecerá jamais a decisão, rica de simbolismo, pela qual V.Exa. também nos distinguiu, quando, há mais de dois lustros, escolheu nosso país para a primeira visita oficial que realizou ao exterior na condição de chefe de governo. Seguros estamos de que tal gesto, mais do que a disposição de estreitar a amizade luso-brasileira, confirmou a prioridade das relações especiais que unem nossos dois países e a determinação de seu governo, amplamente compartilhada pelo povo e pelo governo do Brasil, de dar a elas nova direção e novo conteúdo. Como afirmou V.Exa. naquela oportunidade “temos que saber construir um futuro à altura do nosso glorioso passado comum”.

Da importância que cada uma de nossas nações atribui a esse propósito, é claro testemunho a frequência crescente do ritmo de nossos contatos nos níveis político, parlamentar, técnico, cultural, econômico e empresarial, com a consequente identificação de interesses e de possibilidades de união de vontades para o trabalho comum.

É verdade, Sr. Presidente, como já foi dito, que a analogia das crenças que brotam do humanismo que enriquece a alma de nossos povos; a compreensão lastreada no culto de valores fraternalmente compartilhados; os laços de tantas tradições; a identidade de uma cultura imunizada contra os preconceitos raciais que ferem a dignidade da pessoa humana; os vínculos de sangue e de cultura; a íntima comunhão de ideais; o contemplarmos, com respeito mútuo, uma história de muitos séculos que pertence aos dois povos; o patrimônio linguístico comum à vontade de estar e permanecer juntos – tudo isso faz com que seja espontâneo e emocionado o encontro entre portugueses e brasileiros.

Assim, ao influxo dos ideais de fraternidade, colaboração e solidariedade, as relações luso-brasileiras, de que a visita com que nos honra V.Exa. representa prova inequívoca, têm sabido atender aos interesses recíprocos, valorizando os históricos laços de amizade e encontrando o caminho fecundo para novas iniciativas em todos os campos da atividade humana, com vistas a um futuro de solidariedade e de progresso.

Constitui efetivamente motivo de genuíno orgulho para todos nós a comprovação de que as relações luso-brasileiras, sobre bases cada vez mais realistas, representam exemplo de perfeita harmonia e estreita cooperação.

O caminhar de nossos povos não se descompassou no decorrer dos séculos, permanecendo inalterável em cada um de nós a capacidade de entendimento e a sincera disposição de dar dimensão e substrato às afinidades de espírito, desenvolvendo e aperfeiçoando todas as formas de colaboração recíproca, colocando, enfim, nossas relações no alto nível a que estão inevitavelmente destinadas, pela similitude de nossos objetivos e tradições culturais.

Nesse contexto, a presença de V.Exa. entre nós, além de permitir o encaminhamento de assuntos tratados quando da visita do presidente José Sarney a Portugal, ensejará, outrossim, a intensificação de nosso diálogo político.

Dentro dessa moldura, desejo mencionar de modo especial o apoio que o Brasil espera, com justiça, obter de Portugal com vistas à integração econômico-empresarial junto ao comércio regional europeu, bem como a assinatura, pelos dois governos, de documento diplomático relativo aos festejos do V Centenário do Descobrimento do Brasil, bem como a compreensão evidenciada por V.Exa. quanto ao grave problema da dívida externa.

No campo da política multilateral, as largas áreas de convergência e coincidência dão crédito a perspectivas de maior e mais estreita vinculação, consolidada na travessia de dificuldades e esperanças semelhantes, no idêntico compromisso para a manutenção da paz, na plena adesão aos princípios consagrados pelo Direito Internacional, especialmente aqueles relacionados com a autodeterminação dos povos, a não intervenção nos assuntos internos de outros Estados e a solução pacífica das controvérsias.

Por tantos e tão relevantes motivos, não poderíamos deixar que as sutilezas do protocolo ocultassem nossa alegria e reduzissem as

manifestações do contentamento com que o recebemos e homenageamos, na pessoa de V.Exa., a nobre nação portuguesa.

Vale ressaltar, por oportuno, que a sua visita, que tem por objetivo – insisto – dar base ainda mais consistente e duradoura a tudo que nos aproxima, realiza-se em instante de especial significado no tempo do povo brasileiro. Estou-me referindo à instalação da Assembleia Nacional Constituinte, destinada à elaboração de uma nova Carta Magna, que deverá refletir a firme vocação democrática do nosso povo e traduzir valores morais, espirituais e culturais da coletividade brasileira. Empenhamo-nos efetivamente para dar ao país um texto constitucional que, retratando a autenticidade da vida nacional, seja, na sua sabedoria, fiel à nossa história e aos nossos ideais, aos brasileiros de hoje e às gerações futuras.

Ao apresentar as boas-vindas e assegurar a V.Exa. uma feliz permanência no Brasil, rogo-lhe, Sr. Presidente, levar a seu país a expressão do profundo respeito e da irrestrita amizade que o povo brasileiro nutre pelo povo português e a certeza de nossa sincera disposição de fortalecer, com determinação e realismo, a identidade da comunidade luso-brasileira, estimulando a integração cada vez maior entre os dois povos irmãos.

Glorioso Tancredo, pobre Tancredo

Assembleia Nacional Constituinte, em 21/4/1987.

Publicado no *DANC* de 22/4/1987, p. 1412.

Considerada pelo próprio Ulysses sua mais elaborada – porque distanciada do momento trágico e escrita à sua maneira sincopada de montar os discursos, no silêncio de uma manhã na casa da rua Campo Verde, em São Paulo – declaração sobre a morte de Tancredo Neves.

Tancredo, quando na manhã do dia 22 de abril de 1985, há dois anos, olhei pela última vez seu rosto no saguão do Palácio do Planalto, o que na verdade vi foi a política.

O fascínio e a tragédia da política.

Você se preparou desde vereador, em São João Del Rei, para a Presidência da República.

Seu talento, os astros e a conjuntura o fizeram presidente da República.

À véspera de sua sagração, a fatalidade golpeou duas vezes: sua vida e o sonho de toda a sua vida.

Afinal, entrava no Palácio para o velório, não para a posse.

Viajante batido pelo destino, retornou para o solo paterno, onde começou, irrealizado peregrino de uma jornada inconclusa, imagem inacabada de coluna partida.

Quando você ia ser ungido, o sudário tomou o lugar da coroa de louros.

Glorioso Tancredo, pobre Tancredo!

Assim é a política e assim lutam, sonham, se desesperam e morrem os políticos.

A política é o ofício do perigo, do desafio, do surpreendente, da escalada e da queda.

Tancredo que o diga.

Foi principalmente para os políticos o conselho insano de Nietzsche: “Construí vossas casas à beira do abismo”.

O abismo de abandonar sua profissão, seus negócios, e se distanciar da mulher, filhos e netos; o abismo de não ser reeleito e perambular por corredores e antecâmaras na busca angustiada e humilhante de um emprego, para que a família possa comer e morar; o abismo da perseguição, da prisão, da tortura, da morte, do exílio; o abismo da mentira, da calúnia, da inveja, das forjadas e vis suspeições, propagadas pelo anonimato covarde e demolidor; o abismo de ser preterido pelo dinheiro, pela bajulação, pelo nepotismo, pelo competidor ajudado pela sorte ou pela fisiologia, não pelo talento.

Em Tancredo, saúdo a louca, forte e bendita raça dos políticos.

Como não há pátria sem democracia, não há pátria sem políticos. O político é a pátria. Quem não gosta da política, não gosta da vida, repudia a política.

“Se serves à pátria com desvelo e ela te é ingrata, não te surpreendas: fizeste o que devias e ela o que costuma.” Eis outro abismo, no consolo do padre Antônio Vieira.

Aquí está Risoleta, sua mulher e minha amiga.

Conviver com Tancredo era dádiva e festa. Era fabuloso e diuturno exercício de alegria.

Posso testemunhar como beneficiário dessa euforia.

Tancredo era um sábio. Sabia conversar, sabia ler, sabia rezar, sabia comer e beber, sabia rir, sabia ironizar, sabia não ter medo, sabia ser cireneu para amigos amargurados, sabia ver o mar, ouvir os passarinhos, imaginar com o vento, namorar as estrelas, sábio para ser suave na forma e forte na ação. Forte como a linha reta e doce como a curva do rio. Pelo bem e pela verdade foi implacável no cumprimento da terrível sentença. Não se faz política sem fazer vítimas.

Tancredo também foi um bruxo. Ninguém resistia a sua sedução. Hipnotizado pelo seu sortilégio, presto meu depoimento sobre o convívio contraditório que tivemos: eu amava, admirava e temia Tancredo.

Enterrado em uma igreja de sua querência, o bruxo foi para o céu.

Acolitado por São Francisco, seu patrono, Tancredo, plebiscitado como presidente, vai convencer Deus com sua súplica.

Que teu exemplo ilumine teus companheiros de ofício.

Que como estadista sejas coautor de nossa Constituição e de nossas leis, para que cheguem aos tugúrios dos miseráveis, com a paz do bem-estar.

Que teu dom de previsão e tua aptidão em decidir ajudem a esconjurar a inflação, câncer apodrecedor da economia, maldição do pobre; exorcizem a vergonha dos juros escorchantes; desarmem a mão genocida de nações e bancos estrangeiros, gerando a recessão, o desemprego e a consequente desestabilização democrática dos países endividados.

Você também, Risoleta, não resistiu ao fascinante sedutor. Teve o privilégio de a seu lado fazer longa e maravilhosa viagem, até que ele ficasse encantado e não morresse, na profecia mágica de Guimarães Rosa, o rapsodo de suas Minas Gerais.

Eu a sabia a doce e animada companheira.

Não conhecia a guerreira que comoveu e fez chorar todo o Brasil, na doença, martírio, agonia, morte e ressurreição de Tancredo.

A soberania da Assembleia Nacional Constituinte ressuscita Tancredo Neves e promulga na História sua imortalidade.

Tancredo morreu, viva Tancredo!

Necrológio de Artur Virgílio

Câmara dos Deputados, em 4/5/1987.

Publicado no DCN de 5/5/1987, p. 1527.

Como presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses associa-se ao pesar pela morte do político amazonense.

Em instante de atenção comovida, sem reservas no seu apreço e em justo preito de reconhecimento, a Câmara dos Deputados reverencia a memória de um dos mais ilustres representantes do povo amazonense junto ao Congresso Nacional.

Refiro-me ao deputado Artur Virgílio, cujo passamento nos enluta. Modelo perfeito e acabado do político ciente e consciente de sua missão, parlamentar que sempre se destacou pelo inquestionável patriotismo, administrador plenamente identificado com os interesses da nacionalidade, personalidade das mais destacadas no universo da vida brasileira contemporânea, legou-nos exemplo a ser seguido e serviços cívicos a serem exaltados.

Não julgo necessário enfatizar os aspectos culminantes da trajetória desse democrata autêntico e consagrado, que jamais faltou à vocação de contribuir para o engrandecimento da pátria.

Já se disse, e com razão, que não são os dias que afirmam a existência, mas os atos de grandeza e dignidade humana.

Por esse prisma, podemos dizer que Artur Virgílio Filho, edificando com as palavras e doutrinando com o exemplo, honrou e engrandeceu, como poucos, o mandato popular e os inúmeros cargos públicos que lhe foram cometidos, possuindo o carisma da predestinação que, segundo Rui Barbosa, sempre acompanha os espíritos privilegiados.

Diplomado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Amazonas, o companheiro hoje pranteado teve atuação denodada e brilhante no universo político e administrativo do seu estado e do país, dele podendo dizer-se que viveu vida de trabalho – e de trabalho para o Brasil.

Chefe de gabinete do governador, secretário de Finanças, do Interior e de Justiça do Amazonas, deputado estadual e presidente da assembleia legislativa de seu estado, deputado federal, senador da República

e, desde 1985, presidente do Instituto Nacional da Previdência Social, Artur Virgílio Filho, sempre superior às canseiras de um trabalho constante, contribuiu com todas as suas forças para o aprimoramento dos padrões éticos e sociais da realidade brasileira, cumprindo, com interesse maior, invulgar solicitude e igual devoção, seus deveres para com a comunidade nacional.

A política, para ele, era e foi um verdadeiro apostolado e, mesmo nas vigílias mais tormentosas, sem trocar de rumos ou mudar de caminhos, traçou trajetória ímpar, que justificou plenamente a excepcionalidade desta homenagem.

Por motivos tão justos e relevantes, a homenagem de hoje, além do caráter evocativo, responde ao sentimento de saudade e admiração que todos temos para com o nobre parlamentar desaparecido, que tanto honrou e enalteceu a vida pública brasileira pela inteligência, pelo caráter, pela coerência, pela lucidez, pelo idealismo, pelo patriotismo.

Associamos à homenagem que prestamos à memória do pai as virtudes cívicas, os méritos, a combatividade e o caráter do filho, Artur Virgílio Neto, que aqui se encontra.

Saudação a Felipe González

Assembleia Nacional Constituinte, em 16/6/1987.

Publicado no *DANC* de 17/6/1987, p. 2701.

Ao receber o primeiro-ministro da Espanha, Felipe González, uma declaração que Ulysses redigiu à mão, extremamente calorosa e pessoal, e que mandou publicar sob o título “Sem consenso, não há bom senso”.

Duas circunstâncias excepcionais singularizam a homenagem que lhe tributa o Parlamento brasileiro. Por concordância do presidente do Congresso Nacional, o digno senador Humberto Lucena, V.Exa. é recebido pela Assembleia Nacional Constituinte, e o é como chefe de governo e não de Estado, o que registra outra excepcionalidade.

É simples a justificativa: Felipe González é personalidade excepcional.

Felipe González é um estadista. O homem público pode ter talento, decência e operosidade. Mas só será estadista se tiver coragem. Sem a coragem, todas as demais virtudes perecem na hora de perigo ou de decisão de risco.

Felipe González, entre outros lances de sua biografia política, revelou coragem quando, em 1979, renunciou espetacularmente ao cargo de secretário-geral de seu partido, o PSOB, bem como quando condicionou sua permanência no governo à participação da Espanha na Otan. A convocação do plebiscito para homologação do gesto, que as pesquisas de opinião pública indicavam que seria derrotado, mereceu de Bettino Craxi a célebre admoestação: “Você é louco”.

Felipe González respondeu que se tratava de um compromisso. Um político pode ser derrotado por cumprir um compromisso, mas não pode ser desonrado por descumprir um compromisso.

Outra alternativa carregada de contestação foi o ingresso na Comunidade Econômica Europeia.

Eis exemplares e audaciosos exemplos do estadista Felipe González.

Há uma regra no ofício político: não haver nele carreiras napoleônicas.

É a correlação do aforismo latino de que a natureza não dá saltos. O tempo é cadinho da carreira política. E o tempo não perdoa o que se faz sem ele.

Aqui retorno ao mote de minhas palavras iniciais. Na Europa, na Espanha milenar, sob o signo da excepcionalidade, Felipe González ascende a chefe do governo de sua pátria aos quarenta anos. O mais jovem do século no continente.

As ruas e praças, regozijantes de multidões ovacionantes, cunharam o apelido do fenômeno popular e democrático: El Huracán, o furacão.

Sr. Presidente Felipe González, há profunda semelhança entre o que contemporaneamente ocorre entre seu país e o nosso.

Foi através da transição e não da ruptura que evoluímos da ditadura para a democracia.

Em ambas as nações, o sangue não foi a parteira do regime popular. Este é filho da cidadania, não das armas.

No Brasil, foi um pacto que levou cinquenta milhões de pessoas às ruas, na histórica campanha das eleições diretas.

Toda transição é terrivelmente difícil. Ainda não é o novo, por isso é criticada, e luta contra o velho, por isso é repelida pela inércia. Além do consenso e, com ele, a busca do bom senso.

V.Exa., com sabedoria, coragem e determinação, ensina que é preciso sobretudo imaginação, flexibilidade e, pitorescamente, prega a síntese entre a coca-cola e a vodca, um socialismo sem Marx, exclusão que teve o preço de sua famosa renúncia ao comando de seu partido.

No Brasil, marchamos. Com tropeços, quedas, incompreensões, mas marchamos para a consolidação democrática. Fincamos marcos democráticos notáveis: o voto do analfabeto, a eleição direta para todos os níveis da administração, a pluralidade partidária abrangendo as legendas ideológicas, a pureza na votação e apuração com o recenseamento eleitoral e, como coroamento, a histórica convocação da Assembleia Nacional Constituinte pelo presidente José Sarney e sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Presidente Felipe González, percorre a América Latina, mais do que um desejo, a prática da integração. Temos que nos unir para sobreviver. Essa integração deve se estender à Espanha e Portugal pelos ditames da

História, principalmente pelas oportunidades que se abrem pelo ingresso das nações genitoras no Mercado Comum Europeu.

Sinta-se, assim, no Brasil, como se estivesse em sua casa integracionista.

Recebido como filho do Brasil, como tantos patrícios seus, e nosso concidadão, pois a luta pela liberdade transforma seus heróis em cidadãos da humanidade. Por consenso universal, Felipe González é um deles.

Como constituinte, saúdo o constituinte Felipe González fazendo minhas as exemplares e justas palavras do presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena, do senador Fernando Henrique Cardoso e do deputado Bonifácio de Andrada.

No Brasil, V.Exa. está recebendo acolhida fervorosa pelo governo, pela imprensa, por seus patrícios e descendentes. Nenhuma, porém, superará a deste momento.

O povo brasileiro, que vinte anos lutou e sofreu para, soberanamente, se reunir em Assembleia Nacional Constituinte, proclama que Felipe González pode entrar, ser aclamado, falar nesta Casa e ser chamado companheiro, pois o amor à liberdade o levou à prisão e ao exílio, e o governo social que empreende na Espanha é convincente testemunho de que a democracia é áspera, mas insubstituível caminho para o bem-estar, a segurança e a dignidade dos povos.

A Maçonaria

Câmara dos Deputados, em 19/8/1987.

Saudação ao Dia da Maçonaria brasileira.

A Maçonaria sempre se fez presente nos momentos marcantes do Império e da República.

A evolução histórica dessa instituição é um testemunho do que pode o ideal humano quando voltado para as finalidades filantrópicas e humanitárias. Nas suas longínquas origens, por volta do século XIII, o termo “maçon” aparece associado à ideia ou conceito de fazer, de construir ou, então, à ideia de pedreiro, aquele que constrói. Eram os pedreiros-livres da Idade Média, que prestavam serviço onde houvesse uma grande construção.

Uma organização com esse ideal construtivo, conceituada a partir de uma das mais dignas profissões, haveria de possuir trajetória invulgar, solidamente ligada aos destinos da raça humana. Bastaria lembrar o papel exercido pela Maçonaria no período mais fértil da História, quando nasceu a moderna democracia.

Foram maçons muitas das personalidades da Ilustração, como Condorcet e Laplace; maçons foram Mirabeau, Camille Desmoulins, Danton, Marat e La Fayette, nomes de primeira linha da Revolução Francesa, movimento que descortinou para o mundo novos padrões de organização social e uma nova forma de relacionamento político, copiados depois por todas as nações em vias de modernização.

Comprometida com o ideal de liberdade, ao longo dos tempos a Maçonaria desempenhou papel decisivo na independência de vários países da América Latina. Na verdade, ela foi instrumento de difusão das ideias de independência em todas as antigas colônias espanholas.

Com referência ao Brasil, sabemos que o ideal maçônico permeou os movimentos libertários mais importantes do final do século XVIII e começo do século XIX. No Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco, as sociedades secretas foram a base das comunicações entre os intelectuais influenciados pelas novas ideias europeias.

A Inconfidência Mineira recebeu forte influência das ideias proclamadas pelos maçons da época. De fato, eram maçons vários

inconfidentes, como também o era Domingos José Martins, um dos chefes da Revolução Pernambucana de 1817. No período imediatamente anterior à Independência, constatava-se um ambiente de franca autonomia entre as lojas brasileiras, que não se submetiam às lojas metropolitanas e prenunciavam a breve emancipação da Colônia.

Igualmente marcante foi o papel da Maçonaria na consolidação da Independência, quando se avultaram os nomes de José Bonifácio e Gonçalves Ledo. Rivais na política e na influência que pretendiam exercer sobre o jovem imperador, irmanavam-se, entretanto, na sua brasilidade, no fervor emancipacionista que fez medrar a pátria nascente para essa gloriosa caminhada histórica.

Ao final do século passado, algumas figuras de proa da política imperial aparecem igualmente associadas à direção do Grande Oriente no Brasil: senador Vergueiro, visconde do Rio Branco, conselheiro Saldanha Marinho, conselheiro Silveira Martins.

Veio a República. Nela pontificam como maçons grandes republicanos da primeira hora, a começar do marechal Deodoro da Fonseca, valendo lembrar ainda os nomes de Quintino Bocaiuva, Lauro Sodré e Nilo Peçanha, para ficarmos apenas na República Velha.

Ao saudar a Maçonaria brasileira pelo transcurso de sua data maior, faço-o em meu nome pessoal e em nome desta presidência. Faço-o com especial emoção e a certeza de que estamos rendendo graças a um legítimo símbolo nacional, inspirador dos nossos ideais mais nobres, tradicional sentinela da liberdade e da serena altivez que vimos cultivando perante os outros países do mundo.

Necrológio de Virgílio Távora

Congresso Nacional, em 8/6/1988.

Publicado no *DANC* de 9/6/1988, p. 11122.

Elogio póstumo ao senador Virgílio Távora (PDS – Ceará) por ocasião de seu enterro, ao qual Ulysses compareceu quando exercia provisoriamente a Presidência da República, por motivo de viagem do presidente José Sarney.

Sempre pertencemos a partidos diversos. Estreitamos relações em 1961, quando da frustrada experiência parlamentarista, ele no então Ministério da Viação e Obras Públicas e eu no recém-criado Ministério da Indústria e Comércio, sendo Tancredo Neves primeiro-ministro.

O regime parlamentarista é sistema plural de governo, que se exercita pela assídua presença e deliberação coletivas, por meio de longas e frequentemente polêmicas reuniões de todo o ministério. Daí o convívio constante, inclusive, obviamente, de Virgílio e meu.

Nos primeiros contatos que tive, junto com Virgílio Távora, com João Goulart, fiquei surpreso.

Chamava o presidente de Joãozinho, às vezes punha o pé na mesa da Granja do Torto. João Goulart era seu amigo desde quando solteiro no Rio, divertia-se com ele.

Nós, que éramos de outro partido, ficávamos apavorados. Exclamávamos: “O Virgílio, com esse jeito, arranca tudo do Jango”.

Era seu logotipo, sua marca registrada, contumaz demolidor de formalidades.

Nessa época e também agora na Constituinte, em suas assíduas idas a meu gabinete, acompanhado de nossa talentosa companheira Sandra Cavalcanti, quando eu, eventualmente, divergia dele, estocava: “Doutorzinho, espera aí, doutorzinho”. E produzia seu arrazoado de engenheiro e não de bacharel, inimigo jurado do palavreado.

Os *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* perpetuarão seu trabalho e sua competência.

Eu o estou vendo no plenário, nas comissões, na Fundação Israel Pinheiro, conversando, articulando. Não era o orador, era o articulador.

Mário Covas fez-lhe justiça, em recente pronunciamento, dizendo que, na remoção dos difíceis impasses da estabilidade e da propriedade, muito deverá a futura Constituição ao talento e à maestria de Virgílio Távora.

Hoje sabemos que, banhado em sangue pela doença que o matou, andou por este recinto, pelos corredores, pelas salas desta Casa. Sem um gemido. Era da raça daqueles que não dão ao sofrimento a fraqueza da queixa. Perfilhava o conselho histórico de Benjamin Disraeli: “Never complain, never explain”.

Sou veterano frequentador desta sala. Nunca a vi tão cheia pela presença quase total de senadores e deputados, todos constituintes, como na tarde de 2 de junho último. Por igual, nunca antes vira, em quantidade, calor e emoção, consagração semelhante a um homem público. O líder Amaral Neto justificou a ausência de Virgílio Távora. Todos se puseram de pé, uniram-se as duas fileiras das bancadas, fraternizadas na mesma geografia de aplausos e aclamação.

Foi um voto de amor e louvor, com aprovação unânime.

Meu querido Virgílio Távora.

Estou conversando com você. Você expõe em seu estilo sumário e termina conclusivamente com seu habitual *PT SAUDAÇÕES*.

Eu lhe respondo: a morte lhe disse *PT* e a pátria, reconhecida, lhe diz *SAUDAÇÕES*.

Primeira avaliação da Constituição

Assembleia Nacional Constituinte, em 27/7/1988.

Publicado no *DANC* de 28/7/1988, p. 12150.

Avaliação realizada no início da votação do segundo turno do texto da Constituição de 1988.

Quando iniciamos a votação do segundo turno do projeto da futura Constituição, testemunho o trabalho competente e responsável dos constituintes nas subcomissões, comissões temáticas, comissão de sistematização e no plenário. São tecelões do tecido constitucional. Trinta e nove mil emendas estudadas e apresentadas documentam esse extraordinário esforço e o empenho posto pelos constituintes em contribuir conscienciosamente para a qualidade do texto.

Foi longa a travessia de dezoito meses.

Cerca de 5.400.000 pessoas livremente ingressaram no edifício do Congresso Nacional. Quem leva, sem discriminação, contribuição ou crítica a fazer, pode ou pôde, tempestivamente, fazê-lo. As portas estavam e continuam abertas. É só transpô-las.

A Constituinte teve o foro de multidões.

Saúdo o relator Bernardo Cabral, que confirmou seu renome de jurista e sua espartana dedicação, coadjuvado pelos relatores adjuntos Konder Reis, José Fogaça e Adolfo Oliveira, também dignos de reconhecidos encômios, bem como os eficientes membros da Mesa.

Sem a compreensão e o talento dos líderes partidários, não chegaríamos à fase atual de nossos trabalhos. Os funcionários, representados pelo secretário-geral da Mesa, Dr. Paulo Afonso Martins de Oliveira, e pelo diretor-geral, Dr. Ademar Silveira Sabino, bem como a imprensa, rádio e televisão, com justiça, integrarão este evento histórico.

O projeto submetido a segundo turno é longo – 321 artigos –, versando matéria complexa e tantas vezes controvertida.

Inevitavelmente abriga imperfeições, previstas pela instituição de um segundo turno revisionista e pelo avultado número de emendas e destaques apresentados.

Existem imprecisões, reconheço. Vamos corrigi-las, estou certo.

Mas, mesmo na fase atual, o projeto tem muito mais do que nos orgulharmos do que nos arrependermos. Impõe-se mais defendê-lo do que reformá-lo.

Assinale-se sua coragem em inovar, a começar pela arquitetura original de sua confecção, rompendo padrões valetudinários e enfrentando a rotina do *status quo*.

Dissemos não ao *establishment*, encarnado no Velho do Restelo conclamando, na praia alvoroçada da partida, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Camões a permanecerem em casa, saboreando bacalhau e caldo verde, ao invés da aventura das Índias, do Brasil e dos Lusíadas, e amaldiçoando “O primeiro que, no mundo, nas ondas, velas quis em seco lenho”.

Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não de mofo.

Para não me alongar, reporto-me a alguns aspectos, que reputo inaugurais, do texto ora submetido ao crivo da revisão constituinte.

A soberania popular, sem intermediação, poderá decidir de seus destinos. Os cidadãos apresentarão proposta de lei, portanto terão a iniciativa congressual e também poderão rejeitar projetos aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Portanto, os cidadãos propõem e vetam. São legisladores, exercitam a democracia direta.

Poucas Constituições no mundo democrático têm essa presença direta e atuante da sociedade na elaboração dos preceitos de império em seu ordenamento jurídico. O Brasil será, assim, uma república representativa e participativa. Teremos a convivência e a fiscalização de mandatos e mandatários a serviço da sociedade.

Após quase quinhentos anos, o projeto redime a geografia do Brasil.

Nossa geografia é violentada pela concentração nacional de rendas e de competência. Nossa geografia é regional, é local, é municipal, com municípios maiores do que muitos países.

As urnas dão votos para os governadores e prefeitos administrarem. Mas só a autêntica federação, que estamos organizando, dá o dinheiro para que tais governos deem respostas às necessidades localizadas.

Federação é governo junto com o homem. Não homem correndo atrás do governo estadual ou de Brasília, frequentemente longínquo e indiferente.

Esta alforria do homem e de seus governantes foi decretada pela transferência de 47% dos recursos da União para os estados e municípios, 21,05% àqueles e 22,5% para estes.

Se não tivéssemos feito mais nada, só com isso teríamos feito muito.

Cooperamos para a reversão da instável e irracional pirâmide social brasileira de 130 milhões de brasileiros carentes na base, projetada para o ar e apoiada em seu vértice em Brasília, onde estão os recursos.

Com os hodiernos conceitos de seguridade, estamos entre os sete países que a adotam, instituindo a universalidade dos beneficiários, mesmo aos que, comprovadamente, não possam contribuir. Desobstruiu-se a Previdência, sem desequilíbrio, às donas de casa, arrendatários e pescadores.

Diminui-se pela equivalência a separação entre o trabalhador rural, com oito benefícios, e o urbano, com trinta e dois.

Governar é encurtar distâncias. Governar é administrar pressões, e as pressões primárias e diretas são as do lugar onde se vive, trabalha, estuda, sofre e ama.

Quanto aos onze milhões de aposentados, foi-lhes garantido o valor real dos proventos através do tempo, para que não sejam destroçados pela inflação, como hoje ocorre, ocasionando a humilhação, o desespero e a morte.

Sras. e Srs. Constituintes, a Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade.

A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis.

Governabilidade é abjurar, o quanto antes, uma Carta Constitucional amaldiçoada pela democracia e jurar uma Constituição fruto da democracia e da parceria social.

A injustiça social é a negação e a condenação do governo.

A boca dos constituintes de 1987-1988 soprou o hálito oxigenado da governabilidade pela transferência e distribuição de recursos viáveis para os municípios, os securitários, o ensino, os aposentados, os trabalhadores, as domésticas e as donas de casa.

Repito: esta será a Constituição Cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros vítimas da pior das discriminações: a miséria.

Cidadão é o usuário de bens e serviços do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social.

Esta Constituição, o povo brasileiro me autoriza a proclamá-la, não ficará como bela estátua inacabada, mutilada ou profanada.

O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo.

Viva a Constituição de 1988!

Viva a vida que ela vai defender e semear!

Estatuto do homem, da liberdade e da democracia

Assembleia Nacional Constituinte, em 5/10/1988.

Publicado no *DANC* de 5/10/1988, p. 14380.

Promulgação da Constituição de 1988.

Dois de fevereiro de 1987: “Ecoam nesta sala as reivindicações da ruas. A nação quer mudar, a nação deve mudar, a nação vai mudar”. São palavras constantes do discurso de posse como presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a nação mudou.

A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa.

Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora.

Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencaminhamos na longa marcha, não nos desmoralizamos capitulando ante pressões ali-ciadoras e comprometedoras, não desertamos, não caímos no caminho. Alguns, a fatalidade derrubou: Virgílio Távora, Alair Ferreira, Fábio Ferreira, Fábio Lucena, Antônio Farias e Norberto Schwantes. Pronunciamos seus nomes queridos com saudade e orgulho: cumpriram com o seu dever.

A nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo.

A Constituição, certamente, não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma.

Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da pátria. Conhe-cemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do

Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.

A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia.

Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina.

Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande nação.

A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz nem os evangelhos.

A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o *establishment*, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do Velho do Restelo, no genial canto de Camões. Suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram na tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotadas com o ouro de seus privilégios e especulações.

Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna.

O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de um milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas no longo trajeto das subcomissões à redação final.

A participação foi também pela presença, pois, diariamente, cerca de dez mil postulantes franquearam, livremente, as onze entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galerias e salões.

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramu-

jo, guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio.

A Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. É sua marca de fábrica.

O inimigo mortal do homem é a miséria. Não há pior discriminação do que a miséria. O Estado de direito, consectário da igualdade, não pode conviver com o estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria.

Tipograficamente, é hierarquizada a precedência e a preeminência do homem, colocando-o no umbral da Constituição e catalogando-lhe o número não superado: só no art. 5º, ocupam-se dele 77 incisos e 104 dispositivos.

Não lhe bastou, porém, defendê-lo contra os abusos originários do Estado e de outras procedências. Introduziu o homem no Estado, fazendo-o credor de direitos e serviços, cobrados inclusive com o mandado de injunção.

Tem a substância popular e cristã o título que a consagra: a Constituição Cidadã.

Vivenciados e originários dos estados e municípios, os constituintes haveriam de ser fiéis à federação. Exemplarmente o foram.

No Brasil, desde o Império o Estado ultraja a geografia. Espantoso despautério: o Estado contra o país, quando o país é a geografia, a base física da nação, portanto, do Estado.

É elementar: não existe Estado sem país, nem país sem geografia. Esta antinomia é fator de nosso atraso e de muitos de nossos problemas, pois somos um arquipélago social, econômico, ambiental e de costumes, não uma ilha.

A civilização e a grandeza do Brasil percorreram rotas centrífugas e não centrípetas.

Os bandeirantes não ficaram arranhando o litoral como caranguejos, na imagem pitoresca mas exata de frei Vicente do Salvador. Cavalgaram os rios e marcharam para o Oeste e para a História, na conquista de um continente.

Foi também indômita vocação federativa que inspirou o gênio de Juscelino Kubitschek, que plantou Brasília longe do mar, no coração do sertão, como a capital da interiorização e da integração.

A federação é a unidade na desigualdade, é a coesão pela autonomia das províncias. Comprimidas pelo centralismo, há o perigo de serem empurradas para a secessão.

É a irmandade entre as regiões. Para que não se rompa o elo, as mais prósperas devem colaborar com as menos desenvolvidas. Enquanto houver Norte e Nordeste fracos, não haverá na União estado forte, pois o fraco é o Brasil.

As necessidades básicas do homem estão nos estados e nos municípios. Neles deve estar o dinheiro para atendê-las.

A federação é a governabilidade. A governabilidade da nação passa pela governabilidade dos estados e dos municípios. O desgoverno, filho da penúria de recursos, acende a ira popular, que invade os paços municipais, arranca as grades dos palácios e acabará chegando à rampa do Palácio do Planalto.

A Constituição reabilitou a federação ao alocar recursos ponderáveis às unidades regionais e locais, bem como a arbitrar competência tributária para lastrear-lhes a independência financeira.

Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios.

Se a democracia é o governo da lei, não só ao elaborá-la mas também para cumpri-la, são governo o Executivo e o Legislativo.

O Legislativo brasileiro investiu-se das competências dos parlamentos contemporâneos.

É axiomático que muitos têm maior probabilidade de acertar do que um só. O governo associativo e gregário é mais apto do que o solitário. Eis outro imperativo de governabilidade: a coparticipação e a corresponsabilidade.

Cabe a indagação: instituiu-se no Brasil o tricameralismo ou fortaleceu-se o unicameralismo, com as numerosas e fundamentais atribuições cometidas ao Congresso Nacional? A resposta virá pela boca do tempo. Faço votos para que essa regência trina prove bem.

Nós, os legisladores, ampliamos nossos deveres. Teremos de honrá-los. A nação repudia a preguiça, a negligência, a inépcia. Soma-se à nossa atividade ordinária, bastante dilatada, a edição de 56 leis complementares e 314 ordinárias. Não esqueçamos que, na ausência de lei

complementar, os cidadãos poderão ter o provimento suplementar pelo mandado de injunção.

A confiabilidade do Congresso Nacional permite que repita, pois tem pertinência, o *slogan* “Vamos votar, vamos votar”, que integra o folclore de nossa prática constituinte, reproduzido até em horas de diversão e em programas humorísticos.

Tem significado de diagnóstico a Constituição ter alargado o exercício da democracia em participativa, além de representativa. É o clarim da soberania popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais.

O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o superlegislador, habilitado a rejeitar, pelo referendo, projetos aprovados pelo Parlamento.

A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do presidente da República ao prefeito, do senador ao vereador.

A moral é o cerne da pátria.

A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos que, a pretexto de salvá-la, a tiranizam.

Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública.

Pela Constituição, os cidadãos são poderosos e vigilantes agentes da fiscalização, por meio do mandado de segurança coletivo; do direito de receber informações dos órgãos públicos; da prerrogativa de petição aos poderes públicos, em defesa de direitos contra ilegalidade ou abuso de poder; da obtenção de certidões para defesa de direitos; da ação popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão, para anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, isento de custas judiciais; da fiscalização das contas dos municípios por parte do contribuinte; podem peticionar, reclamar, representar ou apresentar queixas junto às comissões das Casas do Congresso Nacional; qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato são partes legítimas e poderão denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, do estado ou do município. A gratuidade facilita a efetividade dessa fiscalização.

A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a nação permite conceituá-la, sinoticamente, como a Constituição coragem, a Constituição Cidadã, a Constituição federativa, a Constituição representativa e participativa, a Constituição do governo síntese Executivo-Legislativo, a Constituição fiscalizadora.

Não é a Constituição perfeita. Se fosse perfeita, seria irreformável. Ela própria, com humildade e realismo, admite ser emendada, até por maioria mais acessível, dentro de cinco anos.

Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria.

Recorde-se, alvissareiramente, que o Brasil é o quinto país a implantar o instituto moderno da seguridade, com a integração de ações relativas à saúde, à previdência e assistência social, assim como a universalidade dos benefícios para os que contribuam ou não, além de beneficiar onze milhões de aposentados, espoliados em seus proventos.

É consagrador o testemunho da ONU de que nenhuma outra Carta no mundo tenha dedicado mais espaço ao meio ambiente do que a que vamos promulgar.

Sr. Presidente José Sarney: V.Exa. cumpriu exemplarmente o compromisso de Tancredo Neves, de V.Exa. e da Aliança Democrática ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte. A Emenda Constitucional nº 26 teve origem em mensagem de seu governo, vinculando V.Exa. à efeméride que hoje a nação celebra.

Nossa homenagem ao presidente do Senado, Humberto Lucena, atuante na Constituinte, pelo seu trabalho, seu talento e pela colaboração fraterna da Casa que representa.

Sr. Ministro Rafael Mayer, presidente do Supremo Tribunal Federal, saúdo o Poder Judiciário na pessoa austera e modelar de V.Exa.

O imperativo de “Muda, Brasil”, desafio de nossa geração, não se processará sem o conseqüente “Muda, Justiça”, que se instrumentalizou na Carta Magna com a valiosa contribuição do poder chefiado por V.Exa.

Registro a homogeneidade e o desempenho admirável e solidário de seus altos deveres por parte dos dignos membros da Mesa Diretora, condôminos imprescindíveis de minha presidência.

O relator Bernardo Cabral foi capaz, flexível para o entendimento, mas irremovível nas posições de defesa dos interesses do país. O louvor da nação aplaudirá sua vida pública.

Os relatores adjuntos José Fogaça, Konder Reis e Adolfo Oliveira prestaram colaboração unanimemente enaltecida.

O Brasil agradece, pela minha voz, a honrosa presença dos prestigiosos dignatários do Poder Legislativo do Continente Americano, de Portugal, da Espanha, de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Príncipe e Cabo Verde. As nossas saudações.

Os senhores governadores de estado e presidentes das assembleias legislativas dão realce singular a esta solenidade histórica.

Os líderes foram o vestibular da Constituinte. Suas reuniões pela manhã e pela madrugada, com autores de emendas e interessados, disciplinaram, agilizaram e qualificaram as decisões do Plenário. Os anais guardarão seus nomes e sua benemérita faina.

Cumprimento as autoridades civis, eclesiásticas e militares, integrados, estes, com seus chefes na missão, que cumprem com decisão, de prestigiar a estabilidade democrática.

Nossas congratulações à imprensa, ao rádio e à televisão. Viram tudo, ouviram o que quiseram, tiveram acesso desimpedido às dependências e documentos da Constituinte. Nosso reconhecimento tanto pela divulgação como pelas críticas, que documentam a absoluta liberdade de imprensa neste país.

Testemunho a coadjuvação diuturna e esclarecida dos funcionários e assessores, abraçando-os nas pessoas de seus excepcionais chefes, Paulo Afonso Martins de Oliveira e Ademar Sabino.

Agora, conversemos pela última vez, companheiras e companheiros constituintes.

A atuação das mulheres nesta Casa foi de tal teor que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições.

Agradeço aos constituintes a eleição como seu presidente e agradeço o convívio alegre, civilizado e motivador. Quanto a mim, cumpriu-se o magistério do filósofo: “o segredo da felicidade é fazer do seu dever o seu prazer”.

Todos os dias, quando divisava, na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara, rogando as bênçãos do céu, e a convexa do Senado, ouvindo as súplicas da terra, a alegria inundava meu coração. Era como ver a aurora, o mar, o canto do rio, ouvir os passarinhos.

Sentei-me ininterruptamente nove mil horas nesta cadeira, em 320 sessões, gerando até interpretações divertidas pela não saída para lugares biologicamente exigíveis. Somadas as das sessões, foram dezessete horas diárias de labor, também no gabinete e na residência, incluídos sábados, domingos e feriados.

Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçado por tempestades. Uma delas, benfazeja, me colocou no topo desta montanha de sonho e de glória. Tive mais do que pedi, cheguei mais longe do que mereci. Que o bem que os constituintes me fizeram frutifique em paz, êxito e alegria para cada um deles.

Adeus, meus irmãos. É despedida definitiva, sem o desejo de reencontro.

Nosso desejo é o da nação: que este plenário não abrigue outra Assembleia Nacional Constituinte. Porque, antes da Constituinte, a ditadura já teria trancado as portas desta Casa.

Autoridades, constituintes, senhoras e senhores, a sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado.

O Estado era Tordesilhas. Rebelada, a sociedade empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do universo.

O Estado, encarnado na metrópole, resignara-se ante a invasão holandesa no Nordeste. A sociedade restaurou nossa integridade territorial com a insurreição nativa de Tabocas e Guararapes, sob a liderança de André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e João Fernandes Vieira, que cunhou a frase da preeminência da sociedade sobre o Estado: “Desobedecer a El-Rei, para servir a El-Rei”.

O Estado capitulou na entrega do Acre, a sociedade retomou-o com as foices, os machados e os punhos de Plácido de Castro e seus seringueiros.

O Estado autoritário prendeu e exilou. A sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou.

A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram.

Foi a sociedade, mobilizada nos colossais comícios das Diretas-já, que, pela transição e pela mudança, derrotou o Estado usurpador.

Termino com as palavras com que comecei esta fala: A nação quer mudar. A nação deve mudar. A nação vai mudar.

A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança.

Que a promulgação seja nosso grito:

– Mudar para vencer!

Muda, Brasil!

Da fé fiz companheira

Câmara dos Deputados, em 12/11/1989.

Publicado na separata *Da fé fiz companheira*, editada pela Câmara dos Deputados em 1989.

Últimas palavras de Ulysses, na campanha eleitoral de 1989, como candidato à Presidência da República.

Vizinho das eleições, consagra-se um vitorioso: o povo brasileiro.

Mobilizou-se, encheu praças e ruas com gritos, aclamações, cantos e braços erguidos. Ganhou a democracia, iluminada pela esperança, aquecida pela fé de que as coisas vão melhorar.

A caminhada do MDB, atual PMDB, foi para chegar a esse dia. Durante mais de vinte anos, foi à nação com sua voz de liberdade. Ante o terror, não se aterrorizou. Não se sujou como cúmplice da ditadura. Não mamou nas tetas assassinas da opressão. Nosso partido foi às universidades e às passeatas dos estudantes amordaçados pelo famigerado Decreto nº 477, tendo Honestino Guimarães como mártir da resistência estudantil. Foi às greves para defender e solidarizar-se com os trabalhadores perseguidos e presos, transferindo sua sede para o ABC, em São Paulo, com a participação histórica de Teotônio Vilela. Foi, então, hasteada a destemida bandeira da desobediência civil, que revogou, de fato, o tirânico AI-5. Mas um preço de sangue e luto foi pago com o assassinato do operário Santo Dias.

Com a anistia, abriu as portas das cadeias para libertar presos políticos e abriu as fronteiras do Brasil para o repatriamento dos exilados. Alguns, agora, nos jogam pedras. Confirma-se a dolorosa regra da precária conduta dos homens: o dia do benefício é a véspera da ingratidão. Não importa. Fizemos. Faríamos de novo. A paz da família brasileira supera qualquer ressentimento.

Falamos no Congresso Nacional. Falamos na periferia do Brasil, em cima de caixas de querosene, porque outras tribunas nos eram negadas. Falamos pela imprensa, o rádio e a televisão, arroxados pela censura, velhista e velhaca, que calou para sempre a pena do massacrado Vladimir Herzog. Falamos em lugar e como protesto pelos artistas, pisoteados e amordaçados, como Geraldo Vandré, Chico Buarque de

Holanda, Plínio Marcos, Gianfrancesco Guarnieri, Cacilda Becker, como símbolos.

Nossa legenda teve como aliados a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Igreja de D. Hélder Câmara, D. Luciano Mendes, D. Paulo Evaristo Arns, na defesa dos padres que tomaram pelas mãos monstruosas dos grileiros de terras. Defendemos o empresariado nacional contra o saque colonizador. Denunciamos a dívida externa como espoliadora de nossa economia, aviltando-a como mutuária escravizada aos guichês imperialistas dos bancos estrangeiros.

De nossos quadros, partiu a legião dos estropiados em seus direitos civis e políticos. Os cassados, os encarcerados, os torturados, os exilados, os supliciados, como o emedebista Rubens Paiva, evocação imortal do nojo à ditadura e aos ditadores.

O MDB foi o único palmo de terra no Brasil para asilo de mães e filhos na busca aflita e indormida de seus maridos, pais, irmãos desaparecidos ou mortos.

Com cruces, cicatrizes, túmulos, mutilados, chegamos. Também chegamos com auroras e estrelas, com alegrias e vitórias.

Chegamos com a anistia, chegamos com as Diretas-já, chegamos com o voto do analfabeto, chegamos ao porto da Constituição, onde não entram só os transatlânticos; entram, com prioridade, os barcos, os veleiros, os jangadeiros à procura de abrigo, de água e de víveres, para a arriscada viagem da vida.

Na campanha e neste programa, durante sessenta dias conversamos com você.

Não injuriamos sua inteligência com a demagogia. Não mentimos. Não induzimos sermos os melhores, insultando os adversários como os piores. Quem julga é o povo, não somos nós, suspeitos por sermos concorrentes.

Não fui sequer difamado ou caluniado. Pelo menos esse respeito tributaram à minha vida pública.

Não perturbamos qualquer reunião ou palanque. A liberdade de falar e ser ouvido é um dos principais direitos da democracia. Quem não respeita isso nos comícios acabará com isso no governo.

Dirijo-me agora aos desertores que abandonaram nossa trincheira, na hora incerta e de risco, fugindo para outras candidaturas, tangidos

pelo canto de sereia das pesquisas. Ainda é tempo. Tempo de salvarem não a candidatura do PMDB, mas de se salvarem do castigo popular, que tem sido implacável com os traidores do Brasil. Quem não cumpre seus compromissos com o partido, não cumpre seus deveres para com a pátria. O povo sabe disso e pune por isso.

A pátria não condecora os traidores.

As eleições de 1990 estão na esquina. Serão implacáveis. Enxotarão os traidores. Última advertência: é tarde, mas ainda é tempo.

Aos dissidentes que vieram da frondosa árvore peemedebista, impõe-se o reencontro no velho e honrado solar paterno para construção do novo Brasil.

Por derradeiro, espero que os patriotas ouçam a súplica de um veterano combatente da liberdade, que juntos conquistamos e que separados não podemos perder.

Não vote para presidente da República nos que, como cúmplices, conspiraram contra a República. Não vote nos reacionários do conservadorismo. Querem conservar a podridão da miséria, das desigualdades, da corrupção, dos privilégios.

Não vote no estourado, no arrebatado, no imprevidente. A Presidência da República exige experiência, coragem e decisão.

Meu inesquecível reconhecimento aos que lealmente ficaram, para que juntos possamos construir a vitória do PMDB: governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, lideranças aliadas. O povo os saúda. Permaneceram fiéis aos compromissos da legenda que os elegeu. A gratidão virá das urnas.

Abraço o mais importante dos chefes do PMDB: S.Exa., o militante. Milhares deles que, a partir de amanhã, intensificarão a vigília cívica, principalmente na votação e fiscalização. Você é o PMDB. O PMDB é você, aguerrido militante.

Meu beijo comovido nas crianças e meu abraço comovente nas mulheres do meu Brasil.

Até logo, homens, mulheres, jovens do Brasil. Vamos nos encontrar nas urnas. Espero em Deus que não nos arrependamos de tanto lutar e esperar por elas.

Da fé fiz companheira; da esperança, conselheira; do amor, uma canção.

Necrológio do senador Luís Viana Filho

Câmara dos Deputados, em 5/6/1990.

Publicado no DCN-I de 6/6/1990, p. 6474.

No calor da emoção, no dia da morte do velho companheiro, a lembrança de Ulysses do episódio do lançamento de sua candidatura à Academia Brasileira de Letras.

Estava hoje no aeroporto, em São Paulo, quando recebi a notícia, que muito me emocionou, de que havia falecido no Incor, no meu estado, o senador Luís Viana Filho.

Todos aqueles que acompanham a política neste país, como nós, parlamentares, tínhamos – e eu tive, evidentemente – ligação muito íntima, seguida, com o senador Luís Viana. Sua palavra sempre prudente, equilibrada e esclarecida nos ajudava muito na solução dos problemas mais graves do nosso partido comum e da nação. Todos sabem de seus méritos literários. Foi um dos homens que melhor manejavam a língua nesta nação.

Como chamá-lo: governador, presidente, ministro, senador, deputado, acadêmico?

O talento de Luís Viana transitou por estes e outros importantes cargos.

Curioso o meu relacionamento no Congresso Nacional. Tive, em ferrenhos adversários políticos, excelentes amigos.

Foi o que sucedeu com Otávio Mangabeira, Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, Aduino Lúcio Cardoso, Raul Pilla, Afonso Arinos, Oscar Corrêa, além de outros.

Repetiu-se com Luís Viana, que foi também da UDN.

Escreveu biografias memoráveis, consagradas por elevado número de edições.

Mas sua obra máxima é a *Vida do barão do Rio Branco*. É antologia. É um primor de pesquisa e de estilo. Redigiu-a com erudição e com prazer.

Contou-me há dias, após a morte do pai, o senador Luís Viana Neto, que, certa feita, encontrou o pai saltitante como um passarinho, pois

afinal exumara a certidão de casamento do barão do Rio Branco com a belga Marie Philoméne Stevens, já com filhos adultos.

Esse casamento em Londres, ele o fez e manteve em rigoroso sigilo.

Rio Branco, na mocidade o popular Juca, era boêmio da noite carioca. Conheceu Marie Philoméne no Rio, no Cabaré Alcazar. Fascinado por sua beleza, com ela passou a viver e afinal se casou.

A cobiçada certidão, pois, era um achado. Luís Viana Filho há muito ambicionava o documento nupcial e por isso estava exultante, embora não figurando no livro já publicado.

É extensa a bibliografia do imortal da Academia Brasileira de Letras. Figuram, além de muitas outras, obras de consulta obrigatória sobre Rui Barbosa, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Eça de Queiroz.

Nós nos tornamos tão amigos, ambos agora no mesmo partido, que um dia, no plenário da Câmara dos Deputados, disparou: “Você deve ir para a Academia Brasileira de Letras. Na vaga do Menotti Del Picchia”.

Ele sabia do meu relacionamento íntimo com o Menotti, estreitado quando moramos no mesmo prédio, no Rio, na Avenida Churchill, 60, em apartamentos vizinhos, ele, deputado federal pelo PTB.

Foi Menotti quem me acordou, na manhã de 24 de agosto de 1954, com a espantosa notícia do suicídio de Getúlio Vargas. Juntos rumamos para o Palácio do Catete, entramos no quarto fatídico, com Getúlio, em seu leito de morte, já devidamente vestido.

O quarto parecia uma tenda. Getúlio dormia em aposento separado de D. Darcy. Sem um vaso, um quadro, uma cortina. Era um anacoreta, um ximango nas barracas das coxilhas do Sul. Começaram a remover seus pertences. Abriam uma gaveta, vi nela facas de churrasquear. No guarda-roupa, alguns ternos.

Luís Viana pôs-se a cabalar para assegurar pelo menos os vinte votos da vitória. Contatou acadêmicos no Brasil e no exterior.

Josué Montelo, nosso embaixador junto à Unesco, escreve-me de Paris: “Esta estrada passará por sua aldeia”.

Quando estava para pedir inscrição no Cenáculo, pois os resultados eram animadores, sendo eu candidato à Presidência da República, os amigos, sobressaindo-se Renato Archer, fulminaram: “Ulysses, não se meta

nisso. Lembre-se da surpresa que liquidou as candidaturas de Juscelino Kubitschek e San Tiago Dantas. Você não pode se arriscar agora”.

Procurei o Luís Viana e comuniquei, com meu fraterno agradecimento, que não disputaria.

Eu o revejo no plenário do Senado e da Câmara dos Deputados. Assíduo, participando dos trabalhos, obcecado pelos assuntos políticos.

Ex-governador da Bahia, deputado, senador e presidente do Senado e do Congresso Nacional, consagrado por tantas biografias, o Luís Viana Filho merece que pena justiceira escreva a sua. Será belo livro de dedicação e amor ao Brasil e suas letras.

Agenda para a legislatura 1991-1995

Câmara dos Deputados, em 1/2/1991.

Publicado no DCN-I de 2/2/1991, p. 3.

No seu último ato como presidente da Câmara, Ulysses empossa os novos deputados, conduz o solene juramento e apresenta um resumo do repertório político da nova legislatura.

Há quórum regimental para iniciarmos o ato solene da posse dos Srs. Parlamentares que o povo enviou à Câmara dos Deputados para defender suas reivindicações.

Boas vindas aos companheiros que chegam; graças aos companheiros que retornam, sobreviventes de um multipartidarismo que é carcinoma do pluripartidarismo e mortal sintoma do apodrecimento do tecido democrático do país.

A História nos desafia para grandes serviços, nos consagrará se o fizermos, nos repudiará se desertarmos.

Vamos cuidar das grandes coisas. Fica pequeno quem se envolve com coisas pequenas.

Atravessa os séculos o conselho latino “De minimis non curat praetor” – o pretor não se ocupa com bagatelas.

Cumpre-nos decidir se antecipamos o plebiscito e a conseqüente revisão constitucional; coordenar o plebiscito, que tipificará a forma e o sistema de governo do país; adotar ou não o voto distrital misto, para identidade entre o eleitor e o eleito e corte das gorduras do sistema partidário vigente; fazer uma revisão constitucional contemporânea, não retrocesso constitucional, nefanda carta de prego de privilégios de minorias usurpadoras.

A sociedade clama por mudança. Urge mudar, mudar principalmente a sorte dos desgraçados. Ou mudamos ou seremos mudados. Lembremos que o tempo atesta a vocação de mudança das urnas. (*Palmas.*)

Eis a pauta, além de outros temas, para a reabilitação do Legislativo na escala de valores das instituições pela classificação da sociedade.

Temos a oportunidade. Vamos agarrá-la. Infeliz do homem que perde oportunidade.

Companheiros, isto aqui ou é um poder ou é agência de empregos. A independência é o testemunho do poder.

Com as Mesas da Câmara e do Senado, que serão eleitas amanhã, haveremos de ter coragem e vergonha para impedir que o Legislativo seja um novo Kuwait, invadido, ocupado e anexado.

A exemplo dos povos, a independência, autodeterminação e autogestão garantem a competência e a eficiência do Legislativo.

Companheiro, assiduidade. As asas da esperança nos trouxeram até aqui. Vamos honrá-la. Só assim chegaremos às urnas de 1994 para dizermos presente e não adeus, despedidos pela esclerose das ideias, pela falta de assiduidade, pela capitulação, pela incompetência.

Nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Interno, tive a oportunidade de recrutar entre os partidos, por ordem de sua representatividade nesta Casa, os nobres deputados Luís Henrique, pelo PMDB; Inocência Oliveira, pelo PFL; Brandão Monteiro, pelo PDT; e Ângela Amin, pelo PDS, os quais convido para compor a Mesa.

Chamamos os Srs. Deputados que deverão prestar o juramento por estado, Distrito Federal e territórios, de norte a sul, na ordem geográfica das capitais e, em cada unidade da federação, na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias, como determina o Regimento Interno.

Esta presidência, ao proclamar os nomes dos Srs. Deputados diplomados incluídos na relação que será lida pelo Sr. Secretário, informa que qualquer alteração poderá ser comunicada à Mesa.

Srs. Deputados, vamos prestar o juramento. Por favor, fiquem todos de pé, inclusive nas galerias, para o solene compromisso que será prestado.

Lerei o compromisso e rogo aos Srs. Parlamentares que, após convocados pelo Sr. Secretário, profiram as palavras “assim o prometo”.

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.” (*Palmas.*)

As desmedidas provisórias

Câmara dos Deputados, em 6/3/1991.

Publicado no DCN-I de 7/3/1991, p. 1266.

Defesa de projeto patrocinado pelo PMDB para regulamentar o art. 62 da Constituição, proibindo a reedição ilimitada de medidas provisórias e apelando ao presidente Fernando Collor para que se autolimitasse no uso, pois já se transformavam em “desmedidas”.

Subo a esta tribuna, por designação de meu talentoso líder Genebaldo Correia, carregado pela transcendência da decisão que o Congresso brasileiro vai tomar.

A ela assomo também como veterano expedicionário e com as cicatrizes das lutas pela restauração da dignidade democrática neste país.

Sr. Presidente Ibsen Pinheiro, ao saudar sua sábia e corajosa determinação de, sem delongas, submeter ao Plenário matéria tão polêmica e difícil, permito-me recordar que a democracia é a técnica política da prudência, vigilância e desconfiança da soberania popular em delegar seu poder original a seus representantes.

Daí, dar e tirar mandatos pela periodicidade. Subdividir em três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. As respectivas competências não são exclusivas em nenhum deles: o Executivo é Legislativo na propositura de mensagens e no exercício da sanção ou do veto; o Legislativo é Executivo na administração impenetrável, interna, de seu espaço de independência e na nomeação de altos funcionários da República; o Judiciário é Legislativo pela iniciativa de leis em sua área: “proposer la loi, c’est régner”, no magistério dos juristas e na revogação das leis por inconstitucionalidade.

Estes e outros são os freios e contrapesos na formulação histórica e cautelosa dos Founding Fathers do regime presidencialista criado nos Estados Unidos da América do Norte.

O fundamento é de que o poder não pode estar nas mãos de um homem só, de uma instituição só, de uma oligarquia ou plutocracia só.

Para ser democrático, há de ser condominado.

Séculos de mártires e abusos testemunham que não é o poder que corrompe o homem. É o homem que corrompe e abusa do poder.

Na ontologia e na teleologia da Constituição, a medida provisória, ao se degradar em desmedida provisória, audaciosamente afronta a Constituição e ultraja a instituição.

A instituição está acima da Constituição.

Portugal de Salazar, a Espanha de Franco, a União Soviética antes do período libertário de Gorbachev, o torvo período autoritário brasileiro tiveram Constituições, mas não tiveram a instituição, porque a instituição se chama democracia.

Sr. Presidente, o tempero do tempo é a têmpera duradoura da lei. O tempo não perdoa o que se faz sem ele, na genial advertência de Joaquim Nabuco. É substancial o tempo na elaboração das boas leis, para que elas durem com o tempo. Também nas leis, o tempo é o exercício da cidadania.

Eis a razão institucional pela qual o Legislativo tem geralmente duas Casas como instâncias de reflexão.

Frequentemente se censura o Legislativo pela demora que, sendo protelatória ou preguiçosa, é inaceitável. Mas é precisamente nesse período de sazonalidade que está baseado um dos pré-requisitos da lei.

Senadores e deputados, não somos legisladores exclusivos. O povo é o legislador supremo, criticando, sugerindo, aplaudindo ou condenando as matérias em causa no Parlamento, bem como seus autores.

Os cidadãos não podem ser surpreendidos e alarmados por decisões imaturas, muito menos instantâneas.

Povo quer dizer participação. Inclusive pelo direito natural de defesa de seu patrimônio, de sua saúde, de sua educação, até de sua sobrevivência.

Portanto, a instantaneidade da vigência da medida provisória, quando antidemocraticamente aviltada em desmedida provisória, é o monstro jurídico, político, social, econômico e sindical.

Não paire dúvida. Somos a favor do uso da medida provisória, como delegação admitida também nos países democráticos, mas somos indignadamente contra o abuso das medidas provisórias, prática revogatória dos fundamentos democráticos.

Somos contra principalmente pela repetência.

A repetência é um flagelo na educação. A desmedida provisória é a reprovação pelas lições estruturais do regime republicano.

Acrescente-se que a abominável extralimitação é insuportável cacó-fato, profanando a língua e a gramática.

A ilimitação das reedições pode ter até a extensão do mandato presidencial. Assim, onde está escrito “provisória”, a sinceridade manda ler “permanente”.

Sr. Presidente, agora chego à exegese do tristemente famoso art. 62 da Constituição Federal.

Ele autoriza o uso, não o abuso da legislação unipessoal do presidente da República.

Nenhum artigo da Constituição ou de qualquer lei pode ser pinçado, como ente autônomo e autodeterminável em sua hermenêutica e muito menos em sua aplicação.

É como arrancar o órgão do organismo. Ele ou os dois morrem.

Todo dispositivo legal há de ser interpretado em seu contexto, em seu universo, em seu sistema. É o conteúdo de um continente.

Não havendo respeito às órbitas, até o cosmo explodiria.

Consectário com esse pressuposto, as leis são pesquisadas pela sua *mens legislatoris*, isto é, o que estava na cabeça dos legisladores ao editá-las. Também na *mens legis*, porque as leis não são inertes, têm mente, falam, são racionais.

Não mais se perfilha o *in claris cessat interpretatio*. Tudo se interpreta.

Se fossem necessários mais argumentos, aí está, para comprová-lo, a jurisprudência vária e até contraditória dos tribunais. No tempo, as mesmas leis, com vozes diferentes conforme as circunstâncias, mudam para servir às mutações da sociedade.

É transparente: não se pode interpretar, muito menos aplicar, uma lei pelo absurdo, pela insensatez, para a nocividade.

A lei existe para o bem, não para o mal.

O povo romano, que não teve Constituição escrita, teve o dogma, que é a síntese de todas as Constituições, “*Salus populi suprema lex esto*”, vale dizer, a salvação do povo e o bem do povo são a suprema lei.

Em latim ou em português, as desmedidas provisórias têm sido não o bem, mas o mal do povo. De conseguinte, vamos exorcizá-las. Aqui, hoje, agora.

Sras. e Srs. Congressistas, esta nação não pode continuar sob o signo, mais do que o signo, o estigma, mais do que o estigma, a maldição da provisoriedade.

Congresso Nacional funcionalmente provisório, pois na verdade é pronto-socorro diário, tentando salvar vítimas da arbitrariedade das desmedidas provisórias ou, pelo menos, minorar suas lesões.

Tudo se tornou provisório neste país: os salários, os empregos, as empresas, a agricultura, a própria vida.

Sr. Presidente Fernando Collor de Melo, a provisoriedade da vida é desígnio de Deus. Não dos homens.

A luta dos brasileiros não foi pela provisoriedade, mas pela estabilidade democrática.

Como símbolo de tantos outros, essas cadeiras e esta tribuna foram frequentadas pelo nosso colega Rubens Paiva, assassinado pela provisoriedade da ditadura, na defesa da estabilidade democrática.

Pelo mesmo princípio, também o operário Santo Dias e o jornalista Vladimir Herzog foram trucidados.

Os mortos vigiam os vivos. Não vamos profaná-los votando contra a disciplina estatuída, em termos de universo e intransponibilidade de limites, abrangidos pelo irrepreensível projeto do talentoso jurista Nélson Jobim, com sábios suplementos do relator, deputado José Luís Clerot.

Ao finalizar, dirijo-me esperançosamente ao presidente Fernando Collor de Melo.

É tarde, mas ainda é tempo.

Chega de provisoriedade, Sr. Presidente da República.

O Brasil só se salvará com a estabilidade das leis, da moeda, dos salários, das relações preço e salário, do desenvolvimento.

O Brasil não pode continuar acordando atônito, confuso, desesperado. O Brasil quer socorro, não improvisações.

Permito-me fraternalmente aconselhar V.Exa.

Não se deixe aprisionar pelas desmedidas provisórias. Precavenha-se contra o efeito bumerangue.

Não desobedeça a Aristóteles no “o homem é um animal gregário” e fuja da maldição do Eclesiastes: *vale solis*, ai do solitário.

Em sua campanha, V.Exa. buscou acender a chama da esperança nos descamisados. Eles lhe deram, tantos deles, seus votos pelo compromisso de pão, salário e emprego.

Se lhe deram o voto, não lhe deram a liberdade.

A liberdade de tempestivamente participarem da vida nacional, notadamente da edição de leis.

Antes de abandonar esta tribuna, abraço os companheiros que comungam da mesma causa.

Estendo fraternalmente o mesmo abraço aos que, em tantos episódios, têm divergido de nós.

Eu os abraço com a consagrada definição: democracia é o convívio de contrários.

Mas convivência dentro da Constituição, não fora ou contra ela.

Definitivamente a desmedida provisória é inconstitucionalíssima-mente inconstitucional.

Sras. e Srs. Deputados, esta Casa é uma trincheira. O povo nos convocou para ela como soldados da democracia, não como desertores da democracia.

Oração do adeus

IX Convenção do PMDB, em 24/3/1991.

Publicado na separata *Oração do adeus*, editada pela Câmara dos Deputados em 1991.

Despedida da presidência do PMDB como consequência da tomada do controle do partido por Orestes Quércia.

Começo pelo começo. Pelo nosso começo: os militantes. Sem eles não somos nada. Com eles, podemos ser tudo. Repito: o PMDB tem o tamanho de seus militantes.

Saúdo os dirigentes e representantes do partido em todos os níveis. São os timoneiros que guiaram a nau da esperança democrática a tantos portos de vitória.

O abraço fraterno, confiante e fiel em nosso comandante Orestes Quércia.

A democracia verticaliza vocações e talentos. A ditadura engessa na horizontalidade medíocres, mentirosos e corruptos.

Orestes Quércia exempla a promoção democrática pelo trabalho, pela aptidão de comando, pelo conhecimento do ramo, incansável tocador de obras, por sempre presentir o caminho das urnas.

Viveu bela e ascensional história, que começou numa casinhola, no pequeno município de Pedregulho, no estado de São Paulo, e tem todas as condições para terminar no Palácio do Planalto, em Brasília.

Para o homem, a mulher é estátua ou lápide, na perigosa alternativa de Lorde Byron.

Alaíde Quércia é a doce, indormida e invisível tecelã de uma das maiores lideranças deste país.

A nova administração encontrará forte e veterano aparelho partidário, com 27 diretórios regionais e 4.491 diretórios municipais, 7 governadores, 25 senadores, 110 deputados federais, 260 deputados estaduais, 1.595 prefeitos e 14.807 vereadores, atualizado pela comunicação instantânea, por meio de microcomputadores, fac-símile e xerox. Nossas gestões junto ao admirável homem público Amaral Peixoto foram atendidas. Como último presidente do PSD habilitado legalmente, concordou em

transferir para o PMDB o oitavo andar, na rua Almirante Barroso, no Rio de Janeiro. Integram também o patrimônio um conjunto de oito salas em Brasília no Edifício Central (Setor Comercial Sul).

A construção da sede própria foi iniciada com contribuições de filiados depositadas na conta corrente nº 402.640 do Banco do Brasil, Agência Central de Brasília, em terreno de 10.500m² doado pelo então governador de Brasília, José Aparecido, a quem esta convenção nacional reitera seu reconhecimento. O gênio de Oscar Niemeyer ofereceu gratuitamente o projeto da obra.

Credores nunca rondaram as portas da tesouraria, gerida com probidade e até avareza pelo senador Mauro Benevides e seus servidores, comandados pela escrupulosa diligência de Elizabeth Nei Leão. Saldo positivo remanescente desafia a anemia dos aportes financeiros. As demonstrações de receita e despesa do PMDB sempre foram aprovadas com louvor pelo Tribunal de Contas da União.

Em inspirada hora, a Fundação Pedrosa Horta foi confiada à cultura globalizada do senador Severo Gomes, que, entre outros memoráveis eventos, fez editar a revista do PMDB, com curso consagrado no Brasil e no exterior.

Cumprimento a imprensa, o rádio e a televisão. São nossos espelhos. Às vezes, deformados. Mas, entre outros, prestam aos políticos o serviço do temor, o medo da denúncia e da crítica, que exerce ação preventiva contra a preguiça, a ausência, a demagogia e a corrupção.

Nosso reconhecimento a nossos funcionários. Pedimos-lhes perdão por eventuais surtos de mau humor e tornamos pública nossa gratidão pela sua aplicação, competência e sinceridade peemedebista. No partido, seguiram a bandeira, não o cofre.

Na minha presidência de vinte anos, meu abraço amigo a todos eles, personalizados em seus chefes, Terezinha Cunha Doroty Prescott e sua sucessora Cleunicy Chaves.

Meu caloroso aperto de mão a meu inseparável Sancho Pança, a meu fiel escudeiro, ao monumento de sensatez, paciência e eficiência, meu irmão Osvaldo Manicardi.

Desta tribuna, mando um beijo a Mora. Beijo de amor e gratidão.

Tantas vezes saí de casa, podendo não voltar. Muitos não voltaram. Não saía dividido entre a família e o ideal. Saía inteiro. Porque não vi

lágrimas nos olhos nem lamúrias ou apelos de prudência nos lábios de Mora. Repetidas vezes, quando chega a prudência, desaparece a coragem.

Nossos mortos, levantem-se de seus túmulos. Venham aqui e agora testemunhar que os sobreviventes da invicta “nação peemedebista” não são uma raça de poltrões, de vendidos, de alugados, de traidores. Venham todos!

Venham os mortos de morte morrida, simbolizados em Juscelino Kubitschek, Teotônio Vilela, Tancredo Neves.

Venham os mortos de morte matada, encarnados pelo deputado Rubens Paiva, o político; Vladimir Herzog, o comunicador; Santo Dias, o operário; Margarida Alves, a camponesa.

Não digam que isso é passado.

Passado é o que passou. Não passou o que ficou na memória ou no bronze da História.

O PMDB é também o passado que não passou. Não o enterremos, pois estaríamos calando vozes que a nação ouviu e esquecendo companheiros que não se esqueceram de nós.

Vinte e sete vezes de marchas pelos caminhos continentais deste país, mais do que a imensa geografia territorial, descobri e sofri a terrível geografia da gente e da fome.

Recordo que não passou a saga da anticandidatura.

Não passaram nunca os dias inaugurais da fascinante campanha de 1974, inaugurada num barco balançando como gaivota no rio Amazonas.

Convocados pelo apito, as populações ribeirinhas acorriam alvoroçadas.

Vinham às carreiras, a criançada à frente, vinham os homens de sandálias e dorso nu, as mulheres tostadas de sol e esgotadas pela procriação e pelo sofrimento, os cachorros latindo e os jericos de orelhas assustadas. Apesar dos arregaços dos meganhas da opressão, vinham todos.

Não sabiam bem por que e para que, mas vinham.

Queriam ver os acrobatas enlouquecidos pela liberdade pularem do trapézio sem rede da resistência. Entre os atletas estava Barbosa Lima Sobrinho, meu rejuvenescido parceiro na postulação utópica de vice-presidente da República.

Da Campanha Civilista, revejo a fotografia de Rui Barbosa equilibrando-se em uma canoa, de terno, colete, gravata, chapéu panamá, sob o sol tórrido da Bahia.

São singelos, como o povo, os símbolos da humanidade. A manjedoura de Nazaré, a barca pescadora de peixes e almas de Cristo no mar da Galileia, a Cruz do Calvário, os andrajos e a cabra de Gandhi, a canoa civilista de Rui e a jangada da anticandidatura, desafiadora dos canhões e das masmorras do militarismo.

Não passará o tropel de Teotônio Vilela, o louco manso. Com a pregação da anistia, arrancamos as grades das prisões, trancadas aos familiares e aos advogados de defesa, para dizer aos presos políticos que breve seriam devolvidos à família, à paisagem, à luta truncada pela truculência.

Não passará o grito de “Diretas-já!”, há muito amordaçado na garganta de cinquenta milhões de brasileiros, dançando, abraçando, cantando pelas ruas e praças deste colossal país.

A bandeira da pátria não foi hasteada somente nos quartéis e nos edifícios públicos.

O verde-amarelo tremulou no peito dos negros, das crianças, das mulheres, dos desgraçados do meu Brasil.

O Hino Nacional foi a Marselhesa da coragem a entoar. Ave Brasil, pai da misericórdia.

Mas o PMDB não dormiu sob os louros da vitória. Não vive do passado, vive com o passado.

No presente, nosso compromisso é com o desenvolvimento.

Não são os homens que conduzem a bandeira. É a bandeira que arrasta os homens. Nossa bandeira é o desenvolvimento e Orestes Quércia a segue à frente de todos nós.

A bala que mata a inflação é o desenvolvimento, não o sequestro de poupanças populares, a estiagem prolongada da recessão que demite trabalhadores, decreta a moratória e a falência das empresas, esvazia prateleiras.

A bala destinada à inflação, por inexperiência juvenil de pontaria, acertou no povo. Também atingiu o Congresso Nacional, pelo golpe branco, deflagrado pela reedição ilimitada das malditas desmedidas provisórias.

O PMDB enquadra o desenvolvimento na conceituação imortal da encíclica *Populorum Progressio*, do papa Paulo VI. Desenvolvimento para o povo, não para elites insaciáveis, desenvolvimento para a repescagem pelo bem-estar de homens, mulheres e crianças. Para o PMDB, desenvolvimento é o novo nome da paz interna e internacional.

O primeiro dever do Estado é a justiça, no magistério genial do jurista Von Ihering.

No Brasil, o Estado tem sido omissivo, cartorial, politicamente inepto, socialmente genocida.

Não é o único culpado, mas é o grande culpado.

Os números o incriminam. É de 53% a carga tributária indireta, que onera igualmente os desiguais da fortuna e do pauperismo, e somente 15% a dos impostos diretos. Nos países industrializados é inverso o ônus fiscal.

Este estado haveremos de redefini-lo, este ano ou no ano que vem.

Desenvolvimento é o desafio de nossa geração, para que não sejamos amaldiçoados como cúmplices do massacre de irmãos.

Atemorizemo-nos com a advertência apocalíptica de Charles Maurras ante o massacre social: “O que espanta é a ordem, não a desordem”.

Irrefutavelmente, neste país as coisas vão mal. Vão de mal a pior.

Muitos morrem de raiva, milhares morrem de fome.

O PMDB quer repatriar o Brasil de Juscelino Kubitschek, isto é, o Brasil da esperança e do otimismo, o Brasil de Pelé, de Maria Ester Bueno, de João do Pulo, o Brasil das estradas desbravadoras do Oeste, que costuram a unidade nacional, o Brasil de Brasília.

Eis o logotipo do PMDB: Desenvolvimento já!

Meus irmãos!

Amo o PMDB!

Permitam que agora fale de mim.

Já fiz discursos com amor e com cólera. Com cólera, não com raiva. Em política, raiva, só fingida ou combinada.

Este discurso eu escrevi com o coração e o leio com os olhos úmidos.

Na política, mais difícil do que subir é descer. É descer não carregando o fardo podre e fétido da vergonha. Descer não desmoralizado

pela covardia. Não descer com as mãos esvaziadas pela preguiça e pela impostura. Não descer esverdeado pelas cólicas de inveja dos que nos emulam, nos sucedem ou nos superam. Não descer com a alma apodrecida pelo carcinoma do ressentimento.

Vou livre como o vento, transparente e cantando como a fonte.

Desço.

Vou para a planície, mas não vou para casa. Vou morrer fardado, não de pijama.

Política se faz na rua ou com a rua.

Vou para a rua porque o governo desgoverna a rua.

Para o povo, o PMDB escorraçou o autoritarismo castrense. O PMDB, com o povo, removerá do Estado um século de carência republicana.

Meu filho PMDB!

Vá em frente. Caminhe rumo ao sol, que é luz, não rumo à lua, que é noite.

Que Deus te abençoe e a pátria ateste: cumpriste o teu dever!

O sonho parlamentarista

Câmara dos Deputados, em 25/3/1992.

Um espantoso delírio celebrando a aprovação pela Câmara dos Deputados da Emenda José Serra, que antecipou o plebiscito do parlamentarismo para 21 de abril de 1993. Uma visão otimista da mudança de sistema de governo, com uma projeção dos fatos políticos até 1994.

Falo às companheiras e companheiros que estão comigo. A estes, falo para agradecer.

Falo também, com esperança e mais fervor, aos colegas que de mim divergem, no exercício de direito democrático. Com o coração, falo a irmãos desta Casa com a humildade da advertência de Chesterton: “Quando em dez, um está contra, pode estar a favor de todos se tiver a ideia salvadora”.

Falo-lhes porque creio na conversão. Minha e de meus semelhantes. O espírito do evangelho é a conversão. O homem pode errar pelo livre arbítrio. Pela conversão se integra na verdade, no bem e em Deus.

Cristo ressuscitou, não para retornar à vida. Já estava no Céu, ao lado direito do Pai.

Com o milagre, testemunhou que a conversão tudo pode, até converter a morte em vida.

O bom pastor abandonou o rebanho pela fé de reconduzir a ovelha desgarrada ao redil.

Peço pelo plebiscito e pela revisão constitucional.

Peço pelo plebiscito e pela revisão, com a ordem.

Ensina São Tomás de Aquino que a ordem são as coisas em seus lugares. Pregação de um santo e de um sábio. Acertaremos ouvindo e praticando sua prédica.

Plebiscito em 21 de abril de 1993, para definição da forma republicana ou monarquia constitucional e do sistema parlamentarista ou presidencialista de governo é o que ordena o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Este é, pela Constituição, o conteúdo do plebiscito, inspirado pelo bom senso e pela ordem. Consulta popular escoteira, sem outra matéria coincidente ou superposta. Equiparar consultas díspares é afrontar o perigo de respostas confusas, imperfeitas, até erradas.

Milênios forjaram a sabedoria do *pauca, sed bona*. É a qualidade de pouca coisa, desde que boa.

O eleitor deve votar bem, para votar bem deve conhecer o melhor possível, o conhecimento depende de tempo e especificidade.

Não, pois, ao plebiscito em 1992, concorrendo com as eleições municipais.

Muito menos em 7 de setembro de 1993, competindo com a revisão constitucional e com eleições já deflagradas para governadores, senadores, deputados estaduais e federais.

Não sejamos imprudentes destruindo a ordem pela desordem. Respeitemos a cidadania que reclama o direito de votar certo e conscientemente reformas estruturais.

Aprovada a emenda à Constituição, que a capacidade de prever para prover do deputado José Serra elaborou, convertida em substitutivo pelo talento aliado à erudição do professor Roberto Magalhães, decidida pela comissão especial que tive o privilégio de presidir, pelo imperativo da ordem sucede-lhe lei reguladora do plebiscito que, entre outras, solucionará questões como: quais as entidades competentes para indicar o acesso gratuito aos meios de comunicação, o respectivo tempo e horários, o registro prévio dos compromissos principalistas quanto à forma e sistema de governo.

Proclamado o resultado do plebiscito, empolgará a nação sua instrumentalização e os debates promotores da revisão constitucional.

Será aberta a temporada de reflexão e pressão pelos sindicatos operários e empresariais, universidades, institutos, como a Ordem dos Advogados, a Associação Brasileira de Imprensa, as confissões religiosas, as associações de bairro e de mulheres, os intelectuais, artistas e cidadãos.

O espaço do Congresso Nacional não pode ser sonogado a essa dinâmica vestibular e didática para a revisão constitucional.

A designação de uma comissão parlamentar, exclusivamente preparatória, integrada por todos os partidos representados no Congresso

Nacional, independentemente do critério da proporcionalidade, é sensata e inescapável exigência da ordem.

O art. 3º das Disposições Transitórias indetermina a revisão constitucional para *após* cinco anos da promulgação da Constituição de 1988.

Após quando começará e quando terminará? o Substitutivo Roberto Magalhães cronometra o interregno por meio das datas respectivamente de 6 de outubro de 1993 a 21 de abril de 1994.

Não podem coexistir indefinidamente dois tipos de emendas à Constituição, aprovados pelos quóruns qualificados de três quintos ou de maioria absoluta e unicameral.

A hierarquia da estabilidade, pré-requisito da Lei Magna, não pode indeterminadamente ser desqualificada como lei complementar ou ordinária.

Mais do que confirmar a invulnerabilidade do atual mandato do presidente da República, para obviar interpretações equívocas, maliciosas ou golpearas, o substitutivo marca o dia, mês e ano para vigência da sentença plebiscitária: 1º de janeiro de 1994. Nem um minuto a mais, nem um minuto a menos.

Fato de tal transcendência não pode perder-se na vaguidão do tempo. Não pode ter o horizonte como meta, pois, quanto mais aproximamos, mais ele se afasta. Esse tiro traiçoeiro na verdade acertaria no parlamentarismo, postergando a vontade política da nação para as calendas gregas.

Na proposta, mais uma vez, a Ordem diz “presente”.

Concluída a revisão constitucional em 21 de abril de 1994, definidas e atualizadas as regras eleitorais e partidárias, com legislação preexistente e abrangente, a nação terá cinco meses e onze dias para intensa, extensa e responsável campanha para presidente da República, governadores, deputados federais e estaduais.

O enxugamento dos prazos abortará a precocidade das campanhas, propiciadoras da corrupção pelos gastos, saturação do povo, esgotamento e perigosa tensão dos candidatos e militantes.

Campanha com ordem, como nas democracias amadurecidas, com prazos cautelares.

Agora é noite, Sr. Presidente.

É nas noites mais escuras que as estrelas têm mais brilho.

Queremos a luz da ordem e da responsabilidade para iluminar o plebiscito, a revisão e as eleições de 1994.

Marcharemos de frente, não de costas para o sol. Caminhemos para uma modernidade de governo e parlamentares que deixam ou saem pela eficiência, e não por prazos irresponsáveis.

Honremos a nação com votos melhores, melhor seleção de deputados, melhores leis, melhores governos, Judiciário mais rápido e mais barato.

A sociedade clama por mudanças, na voz desesperada e até violenta das ruas.

Ou mudamos, ou seremos mudados.

A História nos chama.

Nos dias de crise e de socorro, o Parlamento nunca faltou à História.

Rio-92

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, RJ, em 8/6/1992.

Intervenção de Ulysses, feita originalmente em francês, como presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar na mais concorrida reunião de chefes de Estado promovida pela ONU e que consagrou universalmente os princípios de preservação ambiental.

É na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar que tenho a grande honra de me dirigir a este plenário, em nome dos parlamentares de todo o mundo.

Todos os discursos de abertura que ouvimos na última quarta-feira lembraram a gravidade da situação e, assim, a importância dos resultados da presente conferência.

Seus autores também insistiram muito corajosamente sobre a necessidade de que as medidas a serem tomadas se fundem em uma nova ética das relações entre os povos.

Na abertura da conferência essas palavras eram promissoras.

Entretanto, Sr. Presidente, não é com uma declaração de princípios não imperativa e pouco diferente daquela que havíamos formulado já faz vinte anos; não será uma convenção sobre o clima que proteja os interesses econômicos imediatos mais do que os do homem ao longo do tempo; não será recusando, pelas mesmas razões, a preservação da diversidade biológica sobre o planeta; não será repelindo um esforço financeiro cuja rentabilidade a longo prazo dispensa demonstração. Em suma, não será fingindo esquecer que o desenvolvimento, por mais salutar que seja, deve ser durável, isto é, atento à capacidade de tolerância da biosfera, que nós faremos as pazes com a natureza e a tornaremos novamente hospitaleira para o homem.

Se a Cúpula da Terra for a cúpula da dominação do homem sobre a terra, o homem corre o sério risco de não sair vencedor! A história do universo nos ensina que a natureza sabe livrar-se das espécies que não a sabem respeitar.

Eis, Sr. Presidente, o espírito com que os parlamentares reunidos em Yaoundé redigiram a declaração que encaminharam aos Estados aqui presentes, por meio do documento Conf/A/151/15.

Também os parlamentares reconhecem a necessidade de uma nova concepção das relações entre os povos. Eles colocam em primeiro plano as noções de interdependência e de equidade.

A seus olhos, não será na confrontação, mas na solidariedade, norte-sul principalmente, que se poderá esboçar uma solução para os problemas que ameaçam a sobrevivência humana.

Os parlamentares afirmaram em Yaoundé: “A Conferência do Rio deve fixar objetivos gerais visando a assimilação das exigências do meio ambiente e do desenvolvimento à instância inicial da tomada de decisão econômica”.

Isso supõe que os dirigentes dos países do Norte e dos países do Sul estejam determinados a incorporar as regras da biosfera aos imperativos da economia.

Por isso, é necessária a vontade política sim, mas é também necessário que essa vontade se traduza em uma modificação das estruturas e das leis que conte com o apoio das populações.

E nesse ponto, Sr. Presidente, nós entramos no campo de atuação dos parlamentos e dos parlamentares. Eles terão, com efeito, um papel primordial a desempenhar para que os trabalhos do Rio não resultem letra morta, para que não se estiole o processo iniciado.

Faz-se, portanto, indispensável que se prossiga no debate interparlamentar, que os parlamentares do mundo inteiro façam ouvir sua voz e a das populações que representam.

Eis por que a União Interparlamentar realizará, de 23 a 28 de novembro de 1992, em Brasília, a convite do Congresso Nacional do Brasil, uma conferência interparlamentar mundial sobre o meio ambiente e o desenvolvimento.

Em Brasília, nós analisaremos as decisões que houverem sido tomadas aqui no Rio, bem como sua significação para as populações que representamos.

Estaremos empenhados na questão essencial de seu desdobramento ao nível parlamentar.

E sobretudo, conforme a preocupação constante da União Interparlamentar de não se contentar com declarações de intenções, nós examinaremos os meios de avaliação das medidas adotadas.

Sr. Presidente, os parlamentares são de opinião que a Cúpula da Terra constitui provavelmente a *última chance*, neste século, de pormos termo à escalada de ameaças ecológicas que pairam sobre o desenvolvimento econômico, a segurança dos países e a sobrevivência do homem.

Esta cúpula constitui provavelmente a última grande ocasião que se oferece aos atuais responsáveis políticos para acerto das obrigações fundamentais a que se comprometeram diante dos cidadãos do mundo e das gerações futuras.

Em nome dos parlamentares de todo o mundo, lanço um apelo ao conjunto de nossos governos para que eles não decepcionem as expectativas da comunidade mundial.

Ou mudamos, ou seremos mudados.

O plebiscito do parlamentarismo

Congresso Nacional, em 25/8/1992.

Publicado no DCN de 11/9/1992, p. 2029.

Na promulgação da emenda às Disposições Transitórias da Constituição de 1988 antecipando a realização do plebiscito para 21 de abril de 1993, uma declaração parlamentarista no contexto daquele momento, marcado pela tramitação do processo de impeachment que alijaria do poder o presidente Collor.

Realmente, fui honrosa e agradavelmente surpreendido com a sugestão de ambos os presidentes, pela circunstância, entre outras, de ter sido presidente da comissão que elaborou a proposta da antecipação do plebiscito, para dizer algumas palavras às colegas, aos colegas, aos senhores embaixadores e ao ministro Afonso Camargo, cuja presença testemunha, mais uma vez, sua antiga e enraizada convicção parlamentarista.

Quero, Sr. Presidente, agradecer aos parlamentaristas, que votaram unanimemente pela antecipação, e aos presidencialistas, que, por igual, trouxeram seu aporte a fim de que esta solenidade hoje fosse possível, atingindo esses quóruns, confirmando o presidente Ibsen Pinheiro, com a sua sabedoria e talento político, ao dizer que quóruns qualificados são atingidos com o consenso da unanimidade.

Desejo dizer que realmente prevaleceram as razões no sentido de propor à sociedade questões, alternativas e reflexões homogêneas para uma decisão política homogênea para o plebiscito, em época isolada e autônoma.

Sr. Presidente, esta foi indiscutivelmente uma decisão de grande sabedoria política, que, por inspiração extraordinariamente feliz, já tínhamos adotado antes, quando resolvemos deixar matéria magna e complexa como esta ao plebiscito.

Assim, Sr. Presidente, cumprimos um compromisso descumprido há 103 anos, quando o primeiro ato do Governo Provisório, que estabeleceu a República no país, afirmava que prevaleceria este regime com a consulta popular. Isso não foi feito, Sr. Presidente, e é uma das origens das deformações deste sistema presidencialista, como praticado no Brasil.

É afortunada a decisão, Sr. Presidente, porque todas as vezes que se vai à raiz, à fonte, à origem da democracia, que é o povo, isso é extrema-

mente construtivo para a saúde econômica e política da nação em todos os sentidos. Portanto, esse encontro com o povo, a fim de que assunto dessa magnitude e abrangência seja resolvido, foi, repito, uma decisão extremamente feliz, e em momento tão difícil, de tantas preocupações neste país. Sem dúvida alguma, a substância da política, sua essência é a esperança, e vemos, principalmente nesta tarde, que essa esperança se acende com dias mais propícios para toda a nacionalidade.

Deveremos sem dúvida entender essas propostas de sistema e formas de governo na sua abrangência. Isso já foi dito aqui, mas deve-se repetir. Democracia é o regime dos partidos: partidos deficientes, deficiente é a democracia. Também a democracia se baseia, tem como lastro a representatividade daqueles que, na impossibilidade da manifestação continuada da soberania popular, devem efetivamente ter representatividade e autenticidade para elaboração das leis. E a lei é o mandato supremo, é o império de uma democracia. Quem está no comando é a soberania da lei. Logo, mandatos efetivamente representativos significam a autenticidade das leis.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que, seja no presidencialismo, parlamentarismo ou eventualmente monarquia, para haver a democracia, teremos que ter partidos representativos e também representantes que encarem a vontade popular. Em síntese: urgem a reforma partidária e a reforma eleitoral. Que não se vulnere o princípio universal da divisão de trabalho, fazendo com que os parlamentares aqui tenham que conhecer pouco de tantos municípios e desenvolver um trabalho estafante e quase que impossível para atender a todas as reivindicações e posições de toda a composição eleitoral de cada estado.

Não darei meu endosso ao parlamentarismo se não mudarmos os sistemas eleitoral e partidário. Há países que adotam, inclusive, o parlamentarismo com um sistema uninominal, como é o caso da Inglaterra, e isso tem sido a fonte, a razão, entre outras, de estabilidade nos mesmos.

Sr. Presidente, quero dizer aqui que sou parlamentarista, em primeiro lugar porque quero que seja respeitada a minha condição, que é a condição de qualquer ser humano, do livre arbítrio. Isto está inserido, fundamentalmente, na condição humana: fazer e desfazer, amarrar e desamarrar, atar e desatar.

Entendo, Sr. Presidente, que o prazo no espaço político ofende, desrespeita até a medula do cristianismo, qual seja a conversão, a redimir-se do pecado e do erro.

Prazo não é competência. O fundamento da democracia deve ser como tudo mais: o saber, a eficiência, a competência. Prazo não é sinônimo de nenhuma dessas categorias fundamentais, até nos ministérios mais humildes, respondendo àqueles que erram no sentido de perder o emprego, perder a condição, até mesmo no âmbito familiar.

Entendo que é uma ofensa profunda à natureza humana, tanto no Legislativo quanto no Executivo.

Ao lado disto, Sr. Presidente, deveremos ter o respeito ao vernáculo, ao dicionário. Ortega y Gasset, em período trágico, difícil e dramático da Espanha, indagado sobre qual era a grande crise da Espanha de Franco, disse: “É a crise do dicionário”.

A palavra, a afirmação vestibular do nosso estatuto cívico, que estatuí que todo o poder emana do povo e que este é o soberano, é vulnerada, é transgredida, passa a ser uma palavra formal quando a cidadania pode fazer, mas não pode desfazer, elege, mas não deselege.

O *impeachment* é um mecanismo pesado, dilacerante, tanto assim que é canhão que jamais acertou o tiro. No parlamentarismo há forças constitucionais que livram a nação de governantes incapazes ou de Legislativo responsável pela crise.

Sr. Presidente, o gênio de Guerra Junqueiro já havia anatematizado este fato: “O povo na democracia é rei; é rei como Jesus, para beber o fel e morrer na cruz”. Por isso, Sr. Presidente, entendo que o sistema parlamentar, com todo o respeito que tenho às boas intenções dos presidencialistas, é mais ágil, mais moderno, mais consequente, mais de acordo com a natureza que tem o direito de se arrepender. Entendo que a vida de uma nação não pode depender, em todos os seus setores, do acerto de um homem só. Se o presidente da República decepcionar e não corresponder mais aos anseios da sociedade, ele será o problema, quando é constituído para resolver os problemas e não para ser o problema de uma nação. Então, o que tem acontecido nos países latino-americanos, inclusive o Brasil? Por decisões traumáticas, sendo chefe de governo, ele arrasta, na sua desgraça e na sua deposição, o chefe de Estado. E fulmina esta Casa – Câmara e Senado –, instrumento de registro de ingovernabilidade. Paga porque cumpre seu dever como órgão denunciador.

Sr. Presidente, a imprensa que se levanta para demonstrar, patentear e testemunhar esses erros é vitimada pela censura à imprensa, ao rádio e

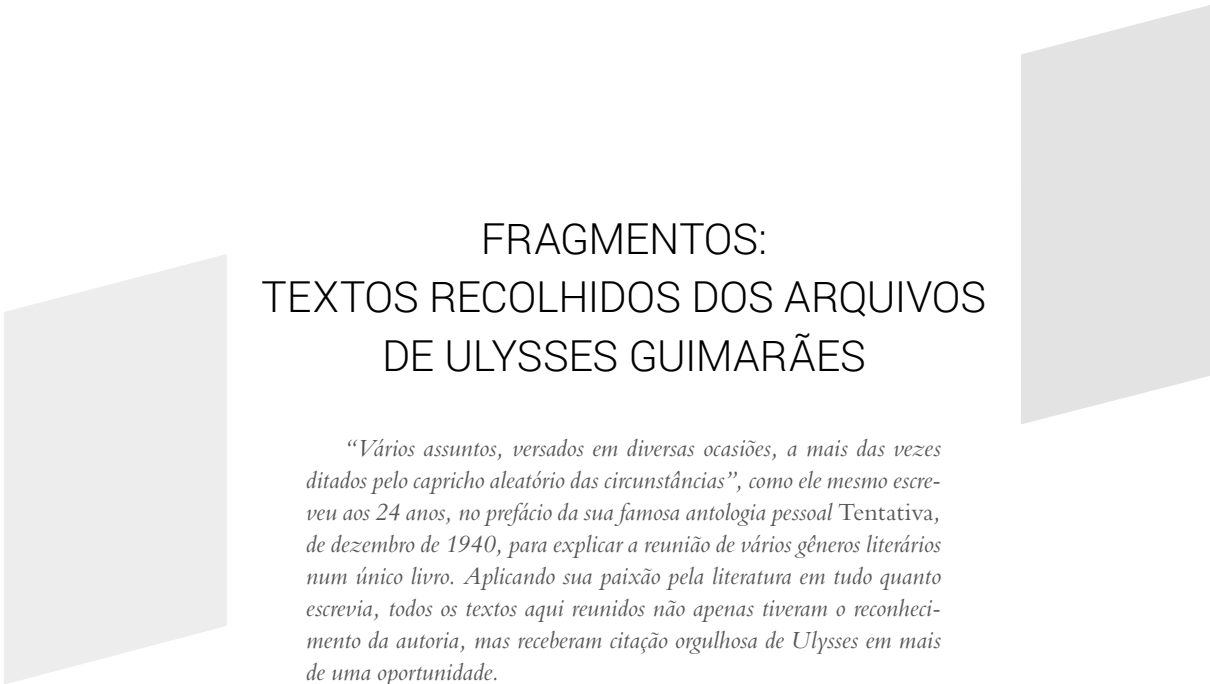
à televisão, atingindo os sindicatos e os estudantes, que são tratados nos seus movimentos, inclusive de greve, a patas de cavalo.

Meus amigos, parece-me ser uma questão de bom senso. Aflige o meu coração que o meu país dependa, inclusive na sua tranquilidade, dessa dissociação que se deve fazer entre ingovernabilidade e instabilidade. A democracia é o único sistema inventado, apesar de seus defeitos, para produzir o melhor governo, em qualquer nação. A instabilidade se confunde com a ingovernabilidade, e caem os dois: cai o presidente e, com ele, cai a democracia.

Meus amigos, quero levar estas reflexões ao país.

Desejo dizer àqueles que me ouvem tão generosamente que tenho andado de ceca em meca, por municípios grandes e pequenos, e por capitais. Tenho encontrado audiências maiores, mais numerosas, mais reflexivas, nas reuniões sobre parlamentarismo do que nos comícios sobre as eleições municipais. Mostra isso, Sr. Presidente, que a cidadania mudou; a cidadania quer mudança. Ou nós mudamos, ou seremos mudados na descrença, no repúdio da cidadania.

Ao me despedir desta tribuna, alinhavando atropeladamente estas cogitações, por imperativo da designação dos presidentes Ibsen Pinheiro e Mauro Benevides, quero recordar uma figura importante que marcou a vida pública deste país, que se sentou nas cadeiras desta Casa e frequentou estas tribunas: San Tiago Dantas. Sua palavra tem cabimento na confiança que depositamos no plebiscito. San Tiago Dantas dizia: “O povo erra menos do que suas elites iluminadas”.



FRAGMENTOS: TEXTOS RECOLHIDOS DOS ARQUIVOS DE ULYSSES GUIMARÃES

“Vários assuntos, versados em diversas ocasiões, a mais das vezes ditados pelo capricho aleatório das circunstâncias”, como ele mesmo escreveu aos 24 anos, no prefácio da sua famosa antologia pessoal Tentativa, de dezembro de 1940, para explicar a reunião de vários gêneros literários num único livro. Aplicando sua paixão pela literatura em tudo quanto escrevia, todos os textos aqui reunidos não apenas tiveram o reconhecimento da autoria, mas receberam citação orgulhosa de Ulysses em mais de uma oportunidade.

Luiz Gutemberg

Ficção

Conto do livro *Tentativa*, editado em São Paulo pela Revista dos Tribunais, em 1941. Prêmio Academia de São Paulo, julgado pela Academia Paulista de Letras.

MEU DIÁLOGO COM MACHADO DE ASSIS

(Segunda excursão pela vaidade humana)

Moro numa pensão lá na rua Maria Paula. Não direi o número, pois seria indicação preciosa aos credores e fila-boias. Ao invés de um moço que está estudando canto (como na conhecida canção carnavalesca), há na vizinhança uma Casa dos Espíritos. Trata-se, por sinal, de espíritos bem barulhentos e irrequietos. Fazem uma vitrola antediluviana espancar os ouvidos da gente com árias italianas desde as nove da manhã e entregam-se ao delicioso esporte de rachar lenha.

Contudo, isso é outra história, como diria Mr. Rudyard Kipling... Resolvi aproveitar a oportunidade. Na fria e ventosa noite de São Pedro e São Paulo, em lugar de soltar bombas ou balões, deliberei ter uma conversa mediúnica com Machado de Assis. Dirigi-me para a Casa dos Espíritos. Topei logo de início com uma sala, tendo em cima da porta de entrada um nome arrevesado: Gabinete de Metapsíquica. Eis aí uma coisa que a gente não alcança entender bem, condição essencial à crença e à devoção. Lá no fundo, vi alguém, não podendo dizer logo se era homem ou mulher, pois estava metido numa espécie de escafandro guarnecido de molas, fios em espiral, válvulas, lâmpadas e outros apetrechos da familiaridade dos engenheiros. Juntas à parede, no sentido do comprimento, sucediam-se dezessete cabines. Cheguei ao camarada do escafandro e perguntei:

– Por obséquio, pode fazer-me uma ligação com o Sr. Machado de Assis?

Voltou para mim a intrincada aparelhagem que trazia na cabeça, indagando:

– Machado... de quê?

– De Assis...

– Ah! Machado de Assis... Conheci um pedreiro chamado Belizário de Assis, que morreu há uns dois anos. Seriam parentes?

– Não sei não, senhora. (Já não tinha dúvidas quanto ao sexo de meu interlocutor. Revelara-o sua voz esganiçada e, em segundo lugar, a bisbilhotice palreira com que remexia nas escabrosas questões de parentela.) Acho, porém, muito difícil, porquanto o Assis de que lhe estou falando nascia há precisamente cem anos. É tido como o maior escritor brasileiro...

A mulher do escafandro deu de ombros à minha explicação. Pouco se lhe dava que fosse um escritor ou um futebolista, desde que não se tratava de parente do tal pedreiro Belizário.

– O senhor vai esperar um pouco. Vou pôr-me em comunicação com o Posto Metalocutório do Além. Sente-se Sr. ...?

– Sílvio Miranda, para servi-la.

– Miranda?... Miranda?... Sua família pertencerá ao ramo dos Miranda de Bragança?

– Não, senhora, apressei-me em responder secamente. Nossos parentes todos, sem exceção nenhuma, estão no Amazonas (instintivamente me ocorreu o nome desse estado distante).

– O senhor veio de longe...

– Felizmente, interrompi distraído.

A mulherzinha compreendeu que eu não sou forte em matéria de genealogia. Sentei-me a um canto, sossegado. Daí a uns cinco minutos, se tanto, ouvia de novo sua voz gritante:

– Sr. Miranda, cabine quinze. Espere pela sua vez, pois a linha está ocupada. Minha colega lá do Posto Metalocutório do Além me disse que, de uns dois meses para cá, esse Machado de Assis não tem tido descanso. Os chamados são um em cima do outro.

Caminhei para a cabine quinze (bom palpite para o jacaré) e pus-me à espera. Não tardou muito, meus ouvidos, aparvalhados, escutavam uma voz pacata, levemente alterada pela impaciência:

– Alô! Que quer de mim?

Respondi num atropelo:

– Alô! É com o Dr. Machado de Assis que tenho a honra de falar?...

– Machado de Assis, simplesmente Machado de Assis... Poupe-me essa designação de doutor, hoje em dia mais desmoralizada do que a

de capitão ou coronel, no meu tempo. Usam-na os farmacêuticos, os veterinários, os guarda-livros, as parteiras, até os advogados e médicos.

No Brasil, quando nasce uma criança, os pais já sabem: será doutor ou funcionário público, se não for as duas coisas a um só tempo. Depois, o fato de falar comigo nunca deu honra a ninguém. O que me dá, a mim, é um pouco de incômodo...

Eu ensaiava um jeito de cair nas suas boas graças dizendo-lhe alguma coisa agradável, a fim de amainar a tempestade do mau humor.

– Desculpe, mestre... E acrescentei melífluo: Como vai passando D. Carolina?

– A vida, cá por cima, é bem diversa da que levamos aí na terra. Nunca se poderá dizer se se vai bem ou mal, porque sempre se está da mesma forma. Nem alegre nem triste, nem bem nem mal... Os homens ainda não entenderam que a temporariedade e as imperfeições são elementos intrínsecos da felicidade. Mas deixemo-nos de filosofias... É bom você ir dizendo, sem mais demora, ao que vem, pois já fui avisado de que me esperam outros pedidos de comunicação.

Convenci-me de que nada adianta badalar os espíritos: a eternidade é couraça invulnerável às lisonjas. Como trazia minhas perguntas engatilhadas, desfechei-lhe a primeira:

– Está satisfeito, mestre, com as homenagens póstumas que lhe vêm sendo prestadas por ocasião do primeiro centenário de seu nascimento?

– Também não posso dizer-lhe se estou ou não satisfeito. Você se esquece de que os espíritos não têm coração. Este maravilhoso músculo, deixei-o na terra, entregue à voracidade dos vermes. E com ele lá se foram os sentimentos... Voltemos, contudo, às homenagens. Ao que me parece, elas constituem fato inédito no Brasil. Em nosso país, os homens de letras só são lembrados, via de regra, por aqueles que lhes surripiam deslavadamente a obra ou para serem covardemente caluniados. Apesar de não poder esquecer que exceção tão promissora tenha recaído sobre minha pessoa, não posso deixar de fazer certas restrições... Como tudo mais que se realiza no Brasil, não se foi além da superfície, da generalização apressada. Contentamo-nos em conhecer os fatos pela rama. Nossa terra, nós a conhecemos por meio dos aforismos e lirismos. Tomamos frequentemente o galo pela aurora. Somos partidários incondicionais do fogo de artifício e do foguete... Mas que fazer, se a tara indígena e africana influi tanto no sentido de que amemos os estrondos e as cores?

Destarte, as comemorações em torno de minha obra e vida confirmaram a regra. Hipertrofiam-se quanto à extensão. Duma hora para outra, sem nenhuma preparação, todo o mundo se pôs a falar em Machado de Assis. Tornou-se assunto da moda, como já o haviam sido a grandeza do nosso território e dos nossos rios, “a beleza sem par de nossas matas”, a glotonaria de D. João VI, os amores de D. Pedro I e, mais para os nossos dias, a sabotagem do petróleo e a ameaça de imperialismos colonizadores. Não houve ginásio ou empregado de comércio que deixasse escapular o ensejo de escrever seu artigozinho ou arriscar seu palpite. Não demorará muito para que surjam marcas de cigarros, dentifrícios, sabões e loções contra calvície tendo por nome Machado de Assis. Está acontecendo comigo o mesmo que com Proust na França: sou mais citado do que lido e mais lido do que compreendido.

– O mestre concorda que seu temperamento seja esquizoide ao invés de gliscroide, nele preponderando as características esquizotímicas sobre as ciclotímicas?

– Não entendo patavina disso, respondeu agitado. Pelo arrevesado das palavras está me cheirando a medicina. Em qualquer mortal que se haja distinguido no terreno das artes ou da ciência, faz-se mister que se descubra uma doença ou anormalidade. A inteligência e o talento entraram para o rol das doenças. Viva o século XX! Como é cruel a vingança da mediocridade! O homem comum, roído de inveja, só dessa forma consente em justificar a superioridade que tanto o molesta. Todo gênio há de ser um enfermo, assim como na época romântica todo poeta digno de tal nome havia de morrer tuberculoso. Enfim, é preciso tolerar a cada século suas manias. Ao que me disseram, quem mais tem contribuído para que se divulgue essa história de gliscroide e esquizoide é um Sr. Peregrino Júnior.

Chegou até a se dar à pachorra de escrever um livro sobre o que ele chama “minha doença e constituição”. Esse médico, talvez por falta de clientes em seu consultório, trocou o bisturi pela pena e tomou-me como pretexto para pôr no mundo sua complicada terminologia... Para minha tranquilidade, não tenho de arreçar-me pela vida, que tem seu mais ferrenho inimigo nessa casta de cidadãos. Aliás, muito me tem desgostado o empenho sardônico e até certo ponto sádico que muitos de meus biógrafos vêm pondo em insistir na epilepsia, timidez e gagueira que tanto atormentaram minha existência. Extasiemo-nos ante a beleza da pérola, esquecendo-nos da enfermidade da ostra que a produ-

ziu. Admiremos o canto do pássaro, olvidando a gaiola de dores que o aprisiona. O que importa é o artista, não o homem. Aquela durará com suas obras; este desaparecerá com a morte.

– O senhor tem toda a razão, concordei entusiasmado. Agora a última pergunta: que me diz da moderna literatura do Brasil?

Ouvi, como primeira resposta, uma risadinha sarcástica.

– Ah, ah, ah... Literatura moderna... Sempre a mesma história a se repetir... Não há literatura moderna nem antiga. O que há é literatura boa ou má, simplesmente. A arte anda ao encaço do belo, que não é de hoje nem de ontem, mas eterno. Arte verdadeira, com A maiúsculo, não é simples função do tempo e do espaço, dos quais desconhece as fronteiras. Superpõe-se às idades e ao lugar em que surgiu. Deve ser particular no assunto e universal na forma. Nossa literatura está por demais subdividida em escolas e grupos. Urge que o nacionalismo unitário também se manifeste neste terreno. E as decantadas escolas literárias então? Não passam de cenáculos em que as vaidadezinhas de seus filia-dos são turbuladas reciprocamente. Uma espécie de gazua, com que os novos procuram abrir clandestinamente as portas da consagração. Nelas se procura negociar com popularidade, pondo em prática os recursos apregoados pelo sistema cooperativista. O processo mais em voga é apedrejar os escritores já consagrados. Caso consigam também um lugar ao sol, serão pagos na mesma moeda: receberão por seu turno outras tantas pedradas. Quando um menino desanda a xingar, a dizer desaforos e descomposturas, cuidado com ele! Está se candidatando a um cargo na república das letras. Muitas vezes o compadrismo e a bajulação dão-se as mãos e sofisticam as eleições. Pespegam as insígnias de general nos ombros de um coitado que não poderia ir além de cabo. Não faz mal! O travo amargo das derrotas breve o ensinará a ser mais modesto.

Eis uma definição analítica, ainda que simplista, disso que chamamos “escola”. Marino acertou quando disse que a única regra verdadeira em literatura é não ter regra alguma. Todos os gêneros são permitidos, menos o aborrecível, ensina Voltaire. Como vê, embora indiretamente, respondi sua questão. Mesmo depois de morto, continuo a ter medo da terrível suscetibilidade e do ódio rastejante que caracterizam o mau escritor. Deus me livre de enfurecê-los! Podem muito bem comprometer minha popularidade. Acrescentarei apenas que os legítimos valores atuais, e os há bastante, não se preocupam nem levam muito a sério essa bobagem de escolas, torres de marfim, literatura para as massas etc. Vivem

arredios da turbamulta feroz e cabotina a que se dá o nome pomposo de *gens de lettres*. Cito dois exemplos: Monteiro Lobato e Érico Veríssimo. O primeiro teima em procurar enriquecer o Brasil, dando-lhe ferro e petróleo... É ambicioso, pois não se contentou em enriquecer nossa língua com seus melhores contos. O outro é funcionário de uma livraria, onde passa o dia entregue a trabalhos árduos. Não lhe sobra tempo para a parolagem vadia nos cafés ou nas casas de damas ricas, com pretensões a Mecenas. Meu amigo, a verdade é bem outra... Muita gente erra o caminho, fantasia-se de escritor ou poeta a fim de se entregar à malandragem, à bebedeira, à vida boêmia e airada. Felizmente isso já não pega mais.

Uma pessoa pode escrever belos livros e ser, ao mesmo tempo, exemplar chefe de família e cidadão de hábitos morigerados. Já está em tempo de pôr ponto final em nossa conversa. Até cá pela eternidade, meu caro... Eu bem sei que os homens só voltarão a se interessar por mim quando for da comemoração do segundo centenário. E então você também já entregou a carcaça às minhocas.

Prefácio

Apresentação do livro *O liberalismo e a Constituição de 1988*, organizado por Vicente Barreto e publicado pela Nova Fronteira e Fundação Casa de Rui Barbosa, em 1991.

A MODERNIDADE DE RUI

Um homem pode salvar uma nação. Um sistema eleitoral e de governo podem salvar o Estado. (Rui Barbosa)

Pede-me a Editora Nova Fronteira que apresente *O liberalismo e a Constituição de 1988*, com textos selecionados e epigrafados de Rui Barbosa, organizados com competência e talento pelo professor Vicente Barreto.

Entendo que o convite, sendo honroso e motivador, na verdade homenageia a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pelo Estatuto Cívico de 1988.

Quanto a Rui Barbosa, não se apresenta em canto nenhum do Brasil. Citei seu nome, sob palmas, em grotões longínquos e burgos perdidos na geografia continental do país.

Entre milhares de Ruis, mortos, vivos e vindouros, não necessita de sobrenome ou títulos para ser identificado. Sem o Barbosa, basta o epônimo O Orador Brasileiro. Sabe-se que é Rui, como O Orador Grego é Demóstenes e Cícero, O Romano.

Criança, tive meu primeiro encontro com o mito.

Meu pai, com voz embargada, em 1921, anunciou-me:

– Morreu Rui Barbosa.

A infausta notícia chegara à recôndita aldeia no interior de São Paulo, retratando a comoção nacional.

Rui também é personagem do folclore do Congresso Nacional.

Parlamentares na tribuna proferiram palavras veementes e polêmicas, sem previamente declinar o nome do autor. Aparteados, esclareciam, sob gargalhadas do Plenário: “V.Exa. está aparteadando não a mim, mas a Rui Barbosa!”

Meu testemunho de presidente da Casa: era um murro na inteligência do desastrado contestador, prostrando-o no silêncio.

Em Rui equivalem-se a autoridade do argumento e o argumento da autoridade.

Sua glória e popularidade são cultuadas nas praças, ruas, escolas, hermas, estátuas, bibliotecas homônimas e retratos consagrados em todo o Brasil. Emulação, só a do barão do Rio Branco.

Quanto à benemérita obra, também prescinde de apresentação. Impõe-se pelo próprio valor. Dispensa, assim, apadrinhamento.

O jurista Vicente Barreto, com zelo beneditino, pesquisou o polimorfo magistério do sábio republicano.

Compilou textos exemplares, reunidos em livro obrigatório nas estantes, para consulta dos politicólogos, advogados, juristas, políticos, professores e estudantes.

Com erudição e método, sistematizou comentários do mestre a artigos das Constituições de 1891 e de 1988, inclusive com a exumação de pronunciamentos deslembados.

Foi admirável e original a ideia de vincular os textos ruianos às duas Cartas Magnas, resultado de trabalhosa remissão que, além de aliviar consultas, ilumina com transparência e autoridade cento e dois anos de evolução do Direito Público no Brasil.

Homero Pires já prestara semelhante serviço à hermenêutica constitucional, circunscrito articuladamente ao Diploma de 1891.

A prodigiosa erudição de Rui é comprovada mais uma vez quando, além dos temas clássicos, é profeta do futuro, como nos direitos sociais, direitos do trabalhador, jornada de trabalho, direitos da gestante, higiene, segurança e acidentes no trabalho, isonomia salarial, direito de propriedade, inclusive a agrária, educação, relações entre capital e trabalho, hierarquizando a primazia deste. Temerária ousadia essa prioridade social, perpetrada no começo do século, dominado pela perversidade do Estado gendarme, definido pelo *laissez faire, laissez-passer* dos fisiocratas.

Ouçamos de seus lábios a ousada premonição pelos economicamente mais fracos:

“Mas, já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital.

Nada se construiu. Nada se adiantou, nada se fez. A sorte do operário continua indefesa, desde que a lei, no pressuposto

de uma igualdade imaginária entre ele e o patrão, e de uma liberdade não menos imaginária nas relações contratuais, não estabeleceu, para este caso de ‘minoridade social’ as providências tutelares, que uma tal condição exige.

As fábricas devoram a vida humana desde os sete anos de idade. Sobre as mulheres pesam, de ordinário, trabalhos tão árduos quanto os dos homens; não percebem senão salários reduzidos e, muitas vezes, de escassez mínima. Equiparam-se aos adultos, para o trabalho, os menores de quatorze anos. Mas quando se trata de salário, cessa a equiparação. Em emergências de necessidade todo esse pessoal concorre aos serões. O horário geralmente nivela sexos e idades entre os extremos habituais de nove a dez horas quotidianas de canseira”.

Nem os manifestos sindicalistas são tão rudes, veementes e explícitos.

Repelindo críticas e investidas, disparava com ardor o bacamarte de polemista. Na contradita, habitualmente longa, defendia-se da pecha de prolixo pelo zelo de “cercar a verdade por todos os lados”.

Rui foi um forte, forte como a linha reta.

Sílvio Romero, filho de Lagarto, em Sergipe, agreste e espinhoso como o xiquexique, albergou-se em cartas ao Conselheiro, que, aliás, não as contestou nem sequer respondeu, para divulgação de suas ideias, a fim de resguardar-se da vigilância e represália do autoritarismo de Floriano Peixoto. Como deputado, Rui tentou socorrê-lo, arrimando-se em sanção semelhante que vitimou o maranhense Coelho Neto.

A coragem e o saber fulminaram a degola. Não se surpreendia, pois o padre Antônio Vieira já apostrofara a contumácia da violência, citando: “No Maranhão até o sol mente”.

Em homenagem a Sílvio Romero, assinale-se que sua obra *Parlamentarismo e presidencialismo*, editada em 1893, foi a primeira manifestação crítica contra o regime republicano e contra o positivismo.

Ao tamanho e qualidade da obra de Rui cabe a insígnia de Giovanni Pico, conde de Mirândola: “Deomni re scibili et quibusdam aliis”.

Sua profissão de fé é o homem, ontologia e teleologia da política. Define: “As formas políticas são vãs sem o homem que as anima”. Enfatiza: “O povo deve ser o fundador do governo e da lei”.

Parlamentar, jornalista, ensaísta, polemista, jurista, advogado, beletista, filólogo, poliglota, diplomata, professor, economista, a política foi a abrangência de seu universo. Política como arte, não como artimanha.

Quando convidado para o Ministério da Fazenda, no Governo Provisório de Deodoro, gargalhou a ironia: “Que absurdo! Um bacharel na Pasta da Fazenda!”

Seu desempenho respalda minha antiga convicção de que melhor andou a *República dos Bacharéis* do que a *República dos Economistas*.

Em Santos, no monumento que imortaliza seus filhos, os Andrada, a voz de Antônio Carlos escalonou a graduação: “As boas finanças são filhas da boa política”.

O tempestuoso episódio do encilhamento foi pioneira antecipação de um keynesianismo sem Keynes.

Rui Barbosa reconhecia os embaraços causados pelo padrão-ouro ao progresso da economia do país, a insuficiência do meio circulante, a escassez de crédito, das taxas de juros abusivas sobre a dívida do governo. Estava consciente da importância do crédito para o desenvolvimento do capitalismo e entendeu que o espírito de empresa não poderia sobreviver sem o apoio do banco e de sua capacidade de adiantar recursos. No Relatório da Fazenda de 1891, já estavam colocados os pressupostos de um sistema de emissão de base fiduciária fundado nos títulos da dívida pública. A finalidade era:

“transubstanciar a apólice (pública), corrigindo-lhe o caráter de inércia malfazeja, expungindo-lhe a expressão de massa absorvente e paralisadora do capital, e pondo-a em circulação, monetizada, sob a forma de nota de banco”.

O governo injetava liquidez e demanda agregada, emitia moeda sem lastro em ouro.

As indústrias do Rio de Janeiro e o nascente empresariado de São Paulo, entre os cafezais, ganharam alento com a ampliação das bases do crédito e com a atuação dos bancos.

Guardada a necessária proporção do gigante frente ao pigmeu, convivi com a saga das duas campanhas civilistas de Rui enfrentando o marechal Hermes da Fonseca em 1910, e Epitácio Pessoa em 1919, na campanha utópica da anticandidatura em 1973, tendo como timoneiro Fernando Pessoa a invocar que “navegar é preciso, viver não é preciso”.

No barco balançando como gaivota no rio Amazonas, quando, com Barbosa Lima Sobrinho, candidato a vice-presidente, inauguramos a caminhada pelo Brasil cercados de baionetas, cães, perseguições e censura, sentimos a aspereza da luta perigosa estampada na fotografia de Rui, ao sol escaldante da Bahia, de terno branco, colete, gravata e chapéu panamá, equilibrando-se em frágil canoa:

“Não passarão nunca esses dias inaugurais da fascinante campanha de 1974, que partiu num barco balançando como gaivota no rio Amazonas.

Convocadas pelo apito, as populações ribeirinhas acorriam alvoroçadas.

Vinham às carreiras, a criançada à frente, vinham os homens de sandálias e dorso nu, as mulheres tostadas de sol e esgotadas pela procriação e pelo sofrimento, os cachorros latindo e os jericos de orelhas assustadas. Apesar dos arreganhos dos meganhas da opressão, vinham todos.

Não sabiam bem por que e para que, mas vinham.

Queriam ver os acrobatas enlouquecidos pela liberdade pularem do trapézio sem rede de resistência. Entre os atletas estava Barbosa Lima Sobrinho, meu rejuvenescido parceiro na postulação utópica de vice-presidente da República”.

São singelos, como o povo, os símbolos da humanidade. A manjedoura de Nazaré, a barca pescadora de peixes e almas de Cristo no mar da Galileia, a Cruz do Calvário, os andrajos e a cabra de Gandhi, a canoa civilista de Rui, desafiadora dos canhões e das masmorras do absolutismo, a Oração de Gettysburg: um homem em cinco minutos falou pela humanidade, para a eternidade. Acabrunhado pela guerra fratricida e pela perigosa doença do seu filho Tad, Lincoln subiu no trem a 19 de novembro de 1863 sentindo-se como um morador de Illinois a quem iam enforcar. Ao aproximar-se do término da viagem, separou-se da conversa com amigos e disse: “Senhores, isto está muito agradável, mas o povo espera que eu lhe diga algo amanhã e devo dedicar um pouco de tempo a pensar nisto”. Como orador secundário alinhavou sua fala sinótica na cerimônia consagratória do “lugar do derradeiro descanso daqueles que deram sua vida para que esta nação possa viver”.

Foi o relâmpago que iluminou a terra com o “governo do povo, pelo povo e para o povo”, ao perorar:

“Somos nós, ao contrário, que devemos aqui ser consagrados à grande tarefa que resta diante de nós, para que, destes venerados mortos, auferamos devoção aumentada, para que nós aqui resolvamos magnanimamente que estes mortos não tenham morrido em vão, para que esta nação, sob a proteção de Deus, venha a ter um novo nascimento de liberdade, e para que o governo do povo, pelo povo, para o povo, não pereça, nem desapareça da face da terra”.

A compilação do professor Vicente Barreto evoca o real papel de Rui no episódio da implantação da República em 1889.

Passados cento e dois anos, continua rejeitado o transplante do presidencialismo dos Estados Unidos da América do Norte. Acusado de incoerência, a escusa de Ortega y Gasset socorre Rui: “Eu sou eu e minha circunstância”.

O Rui da modelagem do novo regime foi o Rui das circunstâncias. Averbado de incoerência, justifica-se pela conjuntura, nas *Cartas da Inglaterra*:

“Não conspirarei para a República. Tive a sua revelação nas vésperas, quando ela estava feita. O mal da sua origem militar podia ser consideravelmente modificado pelo espírito civil do seu primeiro governo. Eis por que aceitei, com muita resistência, a parte que nele me coube. Onde está, em tudo isso, a superstição republicana?”.

Não se trata de simulada recusa de paternidade, mas de desconsolação confissão de arrependimento pelas frustrações, deformações, fraudes e corrupção do caudilhismo presidencialista.

Vitupera “as combinações hipócritas do absolutismo, dissimuladas sob formas democráticas e republicanas”.

Excomunga as oligarquias, nas quais “as eleições mudam os governos, mas não os reformam”.

Nas *Cartas da Inglaterra*, fiel à sua confissão de que “a suprema incoerência é a coerência no erro”, lança seu brado indignado:

“Incapaz de superstições, na República ou na Monarquia, eu, sob o governo pessoal de uma ou de outra, obedeço aos profundos instintos do meu temperamento, defendendo, contra os regimes abastardados, a lei, a verdade política, as garantias

constitucionais. Inferir daí que me fiz monarquista sob a República seria tão temerário quanto supor que eu me convertera à República sob a Monarquia. Sou coerente, pugnando hoje pela República constitucional, em vez das ditaduras militares, como pugnava ontem pelo Império parlamentar, em vez do aulicismo bragantino. E por amor dessa coerência tenho atravessado sacrifícios e exposto a minha própria vida. Associado à fundação da República, ousei tomar a sério o direito republicano, quis fazer dele uma realidade, organizei a seu favor uma campanha judiciária e pus à disposição das vítimas da ditadura o meu descanso, o meu trabalho, a minha paixão liberal. Se esse procedimento não é um título ao respeito dos meus adversários, paciência. Fique cada um com o seu ideal”.

Precursor do conceito moderno de que o presidencialismo é a irresponsabilidade com prazo certo e o parlamentarismo é a responsabilidade com prazo incerto, confronta e privilegia:

“Com o governo parlamentar, as câmaras legislativas constituem uma escola. Com o presidencialismo, uma praça de negócios. O segredo, que agora já se quer banir até da diplomacia, é a essência do governo interno sob as nossas instituições.

Os debates na representação nacional não servem para deixar ver a verdade sobre o governo da nação. Para o que servem é para a encobrir. Seu papel dissimulativo os rebaixa. Sua baixaza os entrega à mediocridade. Sua mediocridade os inutiliza. Sua inutilidade os separa do voto, que os aborrece, os evita, os ignora, e se habitua a não os escutar. Destarte, abandonada pelo merecimento, que ali nada tem que fazer, e esquivada pelo povo, que dali nada tem que ouvir, a tribuna parlamentar sobrerresta ainda à palavra, que outrora a animava, como anacronismo”.

O desagravo de Rui é magistério para a redefinição do Estado, confiado ao próximo plebiscito. Para se salvar, a nação deve ouvir seu oráculo:

“Onde o governo se realiza pelo sistema parlamentar, o jogo das mudanças ministeriais, dos votos de confiança, dos apelos à nação, mediante a dissolução das câmaras, constitui uma garantia, já contra os excessos do Poder Executivo, já contra as demasias das maiorias parlamentares. Mas, neste regime, onde para o chefe do Estado não existe responsabilidade, porque a

responsabilidade criada sob a forma do *impeachment* é absolutamente fictícia, irrealizável, mentirosa, e onde as maiorias parlamentares são manejadas por um sistema de eleição que as converte num meio de perpetuar o poder às oligarquias estabelecidas, o regime presidencial criou o mais chinês, o mais turco, o mais russo, o mais asiático, o mais africano de todos os regimes.

Um homem pode salvar uma nação.

Um sistema eleitoral e de governo podem salvar o Estado”.

Sua fala de Juiz de Fora, em 1921, vizinho da sepultura, assume tonalidade apocalíptica na denúncia do fatal divórcio, no Brasil, entre o Estado e a nação:

“O mal grandíssimo e irremediável das instituições republicanas consiste em deixar exposto à ilimitada concorrência das ambições menos dignas o primeiro lugar do Estado e, desta sorte, o condenar a ser ocupado, em regra, pela mediocridade...

Na Monarquia havia vozes... Mas nossa república estabeleceu o silêncio. A República aferrolhou, trancou e chapeou a porta por onde entrara, não sei se para que por ela também não a pusessem, algum dia, no olho da rua...”.

Merece transcrição seu mais categórico confronto entre as duas formas de governo: “Com o governo parlamentar, as câmaras legislativas constituem uma escola. Com o presidencialismo, uma praça de negócios”.

O Brasil está numa encruzilhada. Está à margem da História, poderá ficar fora da História. Não suportará mais de um século em que o homem, fundamento, grandeza e estabilidade da nação, é ultrajado pela ação, disfunção e inação de uma forma de governo disforme, desperdiçadora, valhacouto da corrupção impune, cartório perdulário para privilegiados, carrasco dos desesperados, o monstro do Estado, maior do que a nação.

O Brasil poupado pelas guerras é pior do que o Brasil devastado pela desorganização. A guerra destrói, a organização reconstrói, testemunham a Alemanha, a França, a Itália e o Japão, depois do *Overkill* planetário de 1939. No Brasil, a desorganização é a guerra contínua, o genocídio da mortalidade infantil e de parturientes, do pauperismo, do analfabetismo, do salário, da habitação e da saúde carentes.

Em cento e dois anos de presidencialismo, eis a estatística do desastre: doze estados de sítio, dezessete atos institucionais, seis dissoluções do Congresso, dezenove rebeliões militares, três presidentes depostos, sete Constituições diferentes, trinta e dois anos de períodos ditatoriais, nove governos autoritários, cassações, banimentos, prisões, torturas, assassinatos, exílios, intervenções nos sindicatos e universidades, censura à imprensa, analfabetismo, doença, indignidade salarial, desemprego e desabrigo.

Nos últimos cinco anos, dez ministros das Finanças, dez presidentes do Banco Central, cinco calamitosas economias de choque, quatro moedas, três anos seguidos de contração econômica e quatro de redução de produção econômica.

Dois anos e sete meses foram a média de duração dos mandatos presidenciais e de seis a doze meses a dos ministros. De 1926, com Washington Luís, a 1984, com Tancredo Neves, só dois presidentes da República, em setenta anos, Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek, completaram os mandatos.

Por ignorância ou esperteza, arguem a instabilidade dos gabinetes.

Eis alguns desmentidos:

Nos últimos sessenta e dois anos, somente um presidente civil terminou o mandato: Juscelino Kubitschek.

Não confundam queda de governo com queda de regime.

Ao que aí está, deem o apelido que quiserem.

O presidencialismo inventado na América do Norte não lhe certifica a filiação.

Com a importação do nome original, balanceiem, fiel ao dogma de Montesquieu, a autoridade do presidente, autoridade controlada, não hegemonia irresponsável. Obstem o conflito absolutista entre o presidente e a presidência: um presidente, não um hierarca.

Operem o transplante de quatro anos para o Senado e dois para a Câmara, como duração dos respectivos mandatos. É quase dissolução decretada pelo calendário, para que a soberania dos cidadãos julgue a eficiência e a honorabilidade dos legisladores.

Hierarquizem o Judiciário em Supremo, para que o *salus populi* tenha a inspiração redentora esculpida na Lei das Doze Tábuas, como a *Suprema Lex*.

É a supremacia do *judicial review*, interpretado por Rui Barbosa como o poder reconstituente, maior do que o poder constituinte derivado do Parlamento.

Como exemplos históricos, supriu as hesitações e recusas do Congresso, instituindo o revolucionário *one man, one vote*, síntese perfeita para assegurar a sinceridade e a universalidade da representação política.

Na distinção indestrutível do chief justice Earl Warren, “os legisladores representam o povo, não árvores ou acres” e “os legisladores são eleitos por votantes, não por fazendas ou cidades ou interesses econômicos” e “o peso do voto do cidadão não depende de onde ele vive”. Caso contrário, a proporcionalidade é insulto ao dicionário, com deputados impostos por quotas e não representados por votos, violando urnas e extraditando a cidadania.

Na famosa decisão de *Marbury versus Madison*, a instância judiciária insuperável implantou sua competência para decretar a inconstitucionalidade das leis, anulando a aprovação pelo Congresso e a sanção pelo presidente da República.

Foi um juiz, um juiz de roça em nossa linguagem tupiniquim, militante republicano nomeado pelo presidente, seu partidário, Eisenhower, foi John J. Sirica, que, com o poder da verdade, destruiu o militarmente indestrutível poder nuclear de seu correligionário Nixon, tornando inexorável sua renúncia.

Não foi necessária emenda constitucional nem lei para que a democracia prevalecesse.

A Justiça e o Direito, com a lei, sem a lei, contra a lei, é o que fala a boca do juiz. Conhecer a lei não é apenas conhecer-lhe a letra e a data. São eternos o *salus populi, suprema lex esto* da Lei das Doze Tábuas e o *summum jus, summa injuria*, que Cícero extraiu da sabedoria dos tempos.

Como orador, por concurso, da turma de bacharéis da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, colaborei no lema de nosso quadro de formatura: “Pro lege saepe, projure semper”. Dessa academia, Tebas das cem janelas, como a apelidou um enamorado de sua glória, partiram jovens para a morte pela liberdade, como Rubens Paiva, ao som de lira de Tobias Barreto, inscrita como convocação permanente em suas arcadas legendárias: Quando se sente leitor no pleito à heroica parada, deixa-se a página dobrada enquanto se vai morrer.

Prestigiem o “partido como fonte natural da liberdade”, como proclamou Madison.

O voto distrital misto provou bem na Alemanha; com 36 anos, é a certidão dessa naturalidade. Identidade do eleitor e da região com o candidato e o deputado e fidelidade aos compromissos assumidos. Pluralismo partidário, sim; multipartidarismo, não. Na permissividade partidária que aí está, o programa e o presidente do partido são profanados como São Jorge dos Bordéis. O painel eletrônico frequentemente rasga programas e prostitui compromissos.

Perfilhem o federalismo, principalmente com recursos próprios, os estados, como centro de gravidade política, não Brasília. Centrífugos e não centrípetos devem ser os caminhos da República.

São estes os freios e contrapesos a qualquer tipo de onipotência pessoal com impotência política.

Mais do que os políticos, o culpado é o sistema eleitoral e de governo.

Mais ao sistema do que aos políticos endereçam-se o trocadilho ridicularizador de De Gaulle, os *politiciens*, políticos cachorros, bem como a fétida chacota de Sartori, *pork barrel politics*, barril de excrementos políticos, ou a desabusada tradução jesuítica à coprocrasia da vida de Jesus, de Papini, como o reinado *de la mierda*.

Façam a transfusão, se quiserem e puderem. Façam-na, porém, em sua abrangência, com seus pré-requisitos e consecrários. Pelo menos, salvarão a coerência, embora nem assim terão meu voto.

Sem essa ortopedia, a fratura exposta que enlouquece a nação é autoritarismo caudilhesco, imperador coroado pelas urnas.

Creio que o Brasil não enlouqueceu para não ouvir, entre outras, as vozes redentoras de tantos, entre seus grandes filhos: Rui Barbosa, Sílvio Romero, Raul Pilla, Afonso Arinos de Melo Franco, Tancredo Neves, Pontes de Miranda, Temístocles Cavalcanti, Aliomar Baleeiro. Ou prefere ouvir a voz do Velho do Restelo, voz do passado que morreu, não do passado que não passou, informador do futuro e advertência para que seus erros não se repitam.

Chegou a hora de enterrar o cadáver insepulto do presidentismo, que está na iminência de lançar a nação no cemitério dos países que não dão certo.

Substituamos o pessimismo da inteligência pelo otimismo da vontade.

Da exemplaridade de Rui, destaco dois magistérios: o magistério da liberdade e o magistério do trabalho.

Sem liberdade, não há verdade. A tirania priva o homem do livre-arbítrio, assumindo a responsabilidade pelo acerto ou pelo erro. Cair e levantar é esse direito, o direito de errar, “que nos mantém fortes como nação”, sentenciou Judge Black.

Exemplo de libertador, denunciou a violência. A violência o desterrou.

Nele, houve a rara aliança de duas forças: o trabalho e o talento.

Talento sem trabalho é improvisação. Trabalho sem talento é aplicação. Gênio é o talento com o trabalho. Eis a substância da biografia de Rui.

Operário exemplar, a alvorada o encontrava em sua banca de trabalho, confidenciou em página humilde e evocativa.

Não apresento Rui, não apresento a obra nem seu conspícuo compilador.

Apresento o leitor à obra, para sua consulta e edificação.

Crítica

Érico Veríssimo: “Romancista ao sul” e “O grande amoroso de Porto Alegre”, ensaios contidos no livro *Tentativa*, editado em São Paulo, pela Revista dos Tribunais, em 1941.

I – ROMANCISTA AO SUL

Desde a publicação de *Caminhos cruzados*, a crítica indígena vem insistindo sobre a tecla do paralelismo literário entre o escritor gaúcho e Aldous Huxley, um dos pró-homens do mundo das letras no momento. Várias circunstâncias contribuíram para que se firmasse tal parentesco espiritual. Entre outras, releva notar o fato de ter Érico Veríssimo se encarregado da tradução difícil e ingrata de *Contraponto* para o idioma pátrio. Acreditamos que ele se abalçou a fazê-lo, seduzido pelas ideias e pelo processo realizador lançados nesse livro. Como é sabido, *Contraponto* rasgou magníficas perspectivas, insistindo em técnica de uma originalidade tão imprevista que, para logo, surgiram os prosélitos entusiastas e os adversários implacáveis. O resultado foi que ambos, principalmente os íntimos, lhe asseguraram êxito retumbante. Pouco acima, usamos a palavra “insistir” porque foi André Gide que inaugurou tal técnica, naquele extraordinário *Faux monnayeurs*. Huxley é, antes de mais nada, inegável temperamento de cientista. Por índole e por educação. Teve ancestrais, paternos e maternos, que se tornaram cidadãos do mundo pelas valiosas contribuições que trouxeram à Biologia e à Astro-nomia. Por isso, as vigorosas asas de sua inspiração artística têm as ânsias de espaço controladas pelo frio espírito analista do homem de ciência. Daí a predileção pela rígida linguagem científica e sempre falar, com a segurança do profissional, sobre temas mais ou menos desconhecidos do *vulgus profanum*. Isso não deve causar estranheza, quando se sabe que se trata de um homem que faz da *Enciclopédia Britânica* sua leitura predileta. Devota-lhe o mesmo amor entranhado que o puritano inglês tem pela Bíblia. Ora, neste particular, há disparidade entre o autor inglês e o brasileiro. E desde que acordemos ser tal preocupação científica uma constante no temperamento do primeiro, encontramos logo diferença profunda entre ambos.

O tempo condiciona toda ciência. No caso de Érico Veríssimo, uma das restrições de maior monta que se lhe possa fazer consiste na pressa com que concebe e põe no mundo as criaturas do seu espírito. Quem

quer que tenha tido a oportunidade de conhecê-lo na Livraria Globo, passando o dia todo assoberbado com traduções de responsabilidade, visitas continuadas e às voltas com cidadãos que teimam em ver nos escritores os confidentes de seus infortúnios – quem quer que o conheça há de concluir não dispor de largo tempo para trabalhar suas produções. É mau sinal, pois com razão ensina Nabuco que “o tempo não perdoa aquilo que se faz sem ele”.

Escreve de um fôlego, com a facúndia dos autores de folhetins. Embora não palmilhe o terreno, aliás escorregadio, dos assuntos que exigem competência científica, com a frequência com que o faz Huxley, as vezes em que envereda por tal caminho, conduz-se com segurança. Vejamos, por exemplo, a descrição sóbria e precisa da cena de *Olhai os lírios do campo*, em que Eugênio, recém-formado, tropeça nas formidáveis barreiras criadas pelo temor e inexperiência ao ter de intervir num caso perdido, operando um homem “cujo corpo não passava de um repositório em que se escondesse toda a podridão do mundo”. Joga com os termos e entra em detalhes reveladores como se fora um médico a eles habituado. O que de verdadeiramente huxleano há em Érico Veríssimo é a tendência para o chamado “romance soma”. Não será preciso prova mais robusta do que a oferecida pelo já citado *Caminhos cruzados*.

Aí, como em *Contraponto*, não é feita uma descrição seguida, em série, de fatos ocorridos a alguma existência, ao redor das quais gravitam inúmeras outras, unicamente para efeito de *mise en scène*. Não há predileções exclusivistas para tal ou qual personagem que sempre monopoliza a prerrogativa de aparecer em primeiro plano, focada por todas as luzes. O que há é uma orquestração de temas, tanto no tempo como no espaço. Inúmeras vidas são tratadas simultaneamente, fundindo-se num só todo, como sucede com os instrumentos musicais numa sinfonia.

Julgamos que a literatura assim jogará melhor com os amplos recursos que lhe outorga sua qualidade de arte temporal e espacial ao mesmo tempo. Não obstante as imperfeições, e não estamos aqui na pele de panagerista para negar que as tenha, o autor de *Clarissa* tem lugar garantido na história literária de nosso país. Seu nome ficará. Não poderia haver elogio mais cobiçado que essa aproximação tão obstinadamente apontada entre sua obra e a de Huxley. Apesar de não dispor de certas qualidades do sábio e desconcertante inglês e ficar-lhe aquém em outras, Érico Veríssimo tem sobre ele notável vantagem. Como argutamente observa Maurois, os trabalhos de Huxley ressentem-se da falta do ho-

mem medíocre, do homem comum, o único importante. Tem horror ao burguês e ao cotidiano.

Declarou guerra de morte ao lugar-comum. Suas personagens sempre têm alguma coisa a dizer demasiado original e erudita para que sejam medidas pelo estalão do comum dos mortais.

A vida é mestra de vulgaridade. Para comprimir os homens na planície chata da mediocridade, ela dispõe de dois rolos compressores formidáveis: a tradição e os preconceitos. Nesse rebanho multifário que é o povo, o escritor deve recolher material para sua obra. Principalmente quando se trata do romance, que, segundo um dos Goncourt, é a história dos que não têm história.

Huxley detém-se no particular, não no geral; o que o seduz é a exceção, não a regra. Por isso, é um escritor para a elite. Já o nosso patricio é profundamente humano. Seus heróis veem-se a braços com pequeninas tragédias e vicissitudes, não dispendo de lazeres, de cultura nem de interlocutores para tiradas filosóficas ou paradoxais. Muita gente, levada por falsos pruridos moralistas, tachou-o de pessimista e imoral. Que culpa tem o escritor de haver no mundo tanta tristeza e do sexo ocupar lugar tão importante na existência do homem?

Para argumentar, bastaria citar esse pobre Eugênio de *Olhai os lírios do campo*, tipo doloroso que parece ter sido fígado vivinho do meio social. Todos nós já conhecemos, como observadores ou por experiência própria, as desventuras de tantos Eugênios, vaiados na escola por terem as “calças rasgadas no fiofó”, odiando a pobreza da família como vergonhosa, e cheirando à morte, atormentados pelo sexo e fugindo a tudo quanto lhes possa espicaçar a concupiscência, só não logrando fugir “do próprio corpo e dos próprios desejos”, não podendo amar o pai e recusando cumprimentá-lo na rua, embora vendo que ele se mata em trabalhos para custear-lhes os estudos, isto porque não pode tolerar-lhe o servilismo e “seus olhos apagados numa resignação quase bovina”. A vida de Eugênio é um desfile pirandelliano de fracassos. Fracassou como filho, fracassou como médico, fracassou como amante. Homem-fracasso, portanto.

Tudo isso devido à ânsia louca de subir, paranoia que lhe justificava todos os meios. Tudo isso porque “fizera de sua carreira um elefante sagrado, caminhando sobre um tapete de criaturas humanas, de almas que suas patas brutais esmagavam”.

II – O GRANDE AMOROSO DE PORTO ALEGRE

A obra de Érico Veríssimo já mereceu da crítica um número bastante avultado de apreciações. Muito se tem dito a respeito de seu parentesco literário com Somerset Maugham, Mansfield e, sobre todos os mais, Aldous Huxley. Isso não já o disséramos em nosso trabalho anterior. Com exceção de *Clarissa*, ele tem sempre mantido a atitude desconcertante de um espírito que se limita a apresentar graves e pungentes problemas humanos sem se preocupar em sugerir-lhes solução. Num *pêle-mêle* atordoador, deparamo-nos com questões contemporâneas da humanidade: a miséria, a oposição entre o capital e o trabalho, o bovarismo pedante do *nouveau riche* encarnado na filha de Zé Maria Pedrosa, o drama terrível da desambientação, magistralmente revelado com Eugênio ou Noel, o pessimismo irremediável dessas tristes criaturas que vivem enxergando o fantasma da desgraça em toda parte, como acontece com a pobre Maria Luísa de *Caminhos cruzados*, que seria “supinamente infeliz se não tivesse motivo para ser feliz”... Seria um não mais acabar, se insistíssemos nas citações. Observemos que a vida também é assim, mestra consumada de desilusões e paradoxos. Ela continua sempre, não para jamais. É por retratá-la com fidelidade que certos autores como Pearl Buck, Pirandello, o André Maurois de *Climats*, o Machado de Assis da última fase, a realista, Turgueniev e, principalmente, esse extraordinário Montaigne, que, rompendo com todas as regras e métodos, escreveu um livro único na literatura universal – por isso, por terem sido fiéis, é que eles dão uma impressão inicial de desapontamento. O leitor tem a sensação de estar fazendo mero reconhecimento. Tem impressão de desonestidade, de que está frente a um decalque ou imitação.

Tal é também o caso de Érico Veríssimo, principalmente com referência à sua maior produção: *Caminhos cruzados*.

Comparando-a com as demais, ver-se-á que ela continua órfã do favor popular. Nesse livro será em vão que se procure o arranjo, a marca da fabricação, o recurso tão cômodo dos alçapões. Em uma palavra: não se encontra isso a que os franceses dão o nome de *machine*. Não é romance em que tudo está bem arranjadinho e os acontecimentos se sucedem com um coerência exemplar. Nesse sentido, pode-se adiantar nada haver de menos literário do que tal livro. Disso nós nos apercebemos logo e alistamo-nos no rol dos que citamos acima. Mas deixemos correr o tempo, que é o grande juiz... Verificaremos que dia a dia ganham em nitidez e realce suas cenas e personagens. Incorporam-se definiti-

vamente em nosso espírito. Outro era, porém, meu propósito ao iniciar este artigo. O próprio título depõe com eloquência.

Um dos fatos que mais me prendem a atenção em Érico Veríssimo é o carinho com que ele trata a bela capital de seu estado. Sua obra tem o mesmo significado da de Machado de Assis com relação ao Rio de Janeiro; do *Le lys rouge* de Anatole, para Florença; ou do tão celebrado *Livro de San Michele*, com referência a Capri e Anacapri: é uma espécie de itinerário espiritual, de roteiro literário para quem visita Porto Alegre. Esta não lhe é simplesmente o indispensável meio físico onde toma apoio a ação. Até certo ponto, também é personagem.

Uma experiência bem divertida prova-nos como isso é exato. Assim, procure substituir essa cidade por outra qualquer. Resultará a mesma coisa irreconhecível e chocha em que daria uma tartaruga sem a concha protetora ou um caramujo sem a carapaça. Não há lugar para dúvidas: Veríssimo é mesmo um enamorado do progresso e das graças de Porto Alegre. Sempre se refere a ela com simpatia e amor, jamais a detrata. Por maiores que sejam os infortúnios, seus heróis não têm boca para injuriá-la. Chega até a cometer pecadinhos encantadores para beneficiá-la, como o presente que lhe fez do arranha-céu enormíssimo, o Megatério, que desempenha papel tão importante em *Olhai os lírios do campo*. Descreve as ruas tomadas do nervosismo de milhares de pedestres e sonorizadas pelo ruído de buzinas, pregões, vozerio e vitrolas. A loja de Teotônio Leitão Leiria, pelo tamanho e afluência com que é descrita, afigurasse-nos mais um magazine parisiense. Érico Veríssimo é o grande amoroso de Porto Alegre. Esta cidade, se algum dia resolver homenageá-lo, deverá fazê-lo não ao brasileiro que foi um dos melhores escritores de seu tempo, antes deverá render preito de justiça àquele que, adivinhando o futuro, sempre a sonhou grande e bela, sacudida pelos braços titânicos do progresso e gritando, pelas mil bocas de suas realizações e tragédias, a atordoadora sinfonia de trabalho, prazeres e mundanismo que caracteriza as gigantescas metrópoles.

Testemunho

Artigo para o jornal Folha de S.Paulo.

AFONSO ARINOS: ALGUNS TESTEMUNHOS

Em 1951, vou para a Câmara Federal. Gustavo Capanema, líder, me designou para a Comissão de Constituição e Justiça, com outros novatos que fariam história, como Antônio Balbino, Tancredo Neves e Lúcio Bittencourt, respectivamente futuros governador da Bahia, presidente da República, candidato ao governo de Minas, autor de livro clássico sobre *O controle jurisdicional das leis*, morto tragicamente.

Lá estavam monstros sagrados como Prado Kelly, Osvaldo Trigueiro (mais tarde presidente do Supremo Tribunal Federal), Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro, Ataliba Nogueira, Benedito Valadares, Afonso Arinos.

Na comissão, apresentei parecer sobre projeto de lei aprovado pela Maioria, contra o voto de Afonso Arinos. Terminada a reunião, Afonso Arinos me diz: “Menino, você vai agora tomar chá comigo no Jôquei Clube. Lá fui eu. Arinos, como sempre, discorreu sobre coisas inteligentes e eruditas. Às tantas, disse-me: “Deixe-me ver o seu parecer”. Pôs-se a vê-lo e a fazer modificações na minha fuça! Só o Arinos, com sua imensa autoridade moral e cultural, poderia fazer aquilo.

Afonso Arinos foi líder da UDN no período duro em que acuraram Getúlio até o suicídio. Produziu histórico e demolidor discurso que influenciou decididamente o desenrolar dos acontecimentos. Assisti ao pronunciamento. Não era uma oração, era o apocalipse. Disse-me depois, devido ao desfecho trágico de 24 de abril de 1954, que se sentia desassossegado e triste pelo imprevisível acontecimento.

Quando Tancredo Neves foi eleito, sugeri o nome de Afonso Arinos para chefiar a comissão de juristas para a elaboração de subsídios à futura Constituinte. Fui procurá-lo no Rio de Janeiro, em sua solarenga casa à rua Mariana, 63, no Botafogo, abarrotada de livros. Quando entrou a empregada com o café, explicou-me Arinos, sorrindo todo ternura: “Você não conhece a Idalina? É a personagem mais importante desta casa. Há quarenta anos atende o telefone e nos dá de comer”. Assim era

o Arinos, mestre de convivência inclusive com os humildes, ser civilizado, espécie rara na rudeza dos trópicos.

Quando da campanha para a Assembleia Nacional Constituinte, telefonou-me:

“Você deve ser o presidente. Vou trabalhar para isto”.

Na Constituinte, Arinos foi eleito presidente da comissão de sistematização. Para poupá-lo, reservando-o para os grandes momentos, pois as reuniões cansativas realizavam-se de manhã, à tarde, à noite, inclusive aos sábados e domingos, designei como vice-presidentes os senadores Jarbas Passarinho e Fernando Henrique Cardoso, embora o Regimento Interno não provesse a espécie.

Afonso Arinos nos dizia: “Estou aqui pelo parlamentarismo, se adotado, vou embora”. Não foi, porque não vingou o parlamentarismo. Embora aprovado em sua comissão, continuou sua luta com obstinação, paixão e esperança.

O plenário se agitava com manifestações pró e contra a concessão do direito de voto aos jovens de dezesseis e dezessete anos. As galerias rumorosas fervilhavam de estudantes. Os constituintes estavam divididos. Arinos me procura na presidência e me cria o único problema nos dezoito meses da Constituinte.

“Vou falar, você vai tocar a campanha após os cinco minutos regimentais. Eu não vou atender.” De fato, não acionei os tímpanos, com aprovação tácita do silêncio reverencial da Casa. Como poderia interromper a História? À certa altura, depõe o historiador: “Se Pedro II, aos quatorze anos, teve maioria para governar o Brasil, por que jovens de dezesseis a dezessete anos não podem votar?”

O vovô Arinos, do alto de seus oitenta anos, ganhou a parada.

Certo dia, entrou em meu gabinete furioso: “Vou renunciar; vou ocupar a tribuna do Congresso e renunciar. Não admito que esquartejem Minas Gerais com a separação do Triângulo Mineiro”.

Àquela altura, pesquisas entre constituintes davam vitória ao projeto separatista do deputado triangulino Chico Humberto, do PST. Contudo, ampla movimentação do governador Newton Cardoso e da sociedade mineira abortaram o movimento autonomista.

Na ocasião, Arinos justificava, da tribuna, sua atitude veemente por ser mineiro e pelo fato de Maracatu, feudo dos Melo Franco, ter tido papel decisivo na reincorporação da região contestada.

Arinos tinha muito o espírito de clã, o sentimento de tribo peculiares aos Melo Franco. Georges Bernardes, o grande escritor, seu amigo, que veio ao Brasil em 1938, fixando-se em Barbacena, exilado da França, perpetrou, a propósito, conhecida *boutade*: “Há três instituições inabaláveis no Brasil, estão sempre por cima, resistem a revoluções, eleições e abalos sociais: o Itamaraty, o Banco do Brasil e a família Melo Franco”. Arinos fez poucos discursos na Constituinte. Mas os que proferiu estão na memória dos que tiveram o privilégio de ouvi-los.

Era um sábio. Sabia tudo do Brasil colônia, imperial e republicano.

Quando eu tinha alguma dúvida, procurava o mestre. O magistrado vinha na hora; sem necessidade de consulta, desfilava datas, nomes, episódios.

Não se pode falar em Arinos sem falar em Anah. Foi um dos mais bonitos casos de amor. Sempre juntos, pelo coração e pela convivência, na casa que adorava, no Rio; no Hotel Nacional, em Brasília. Quando ia ao Senado ou ao Congresso, carregava a inseparável companheira. Em todos os seus livros há a marca de suas ponderações. Lia para ele. *Retrato de noiva* é a história de longo e ininterrupto romance de ternura, companheirismo e paixão.

Guardo a amargura das últimas palavras que ouvi dele. Encontramo-nos no plenário do Congresso Nacional. Ele comunicou: “Vou embora para o Rio, para a minha casa”. Repliquei-lhe: Não vá. Assuntos importantes precisam de sua participação. Desabafou: “Ninguém me procura, ninguém me consulta; estou, com Anah, confinado em meu quarto”. A política é implacável: admira as estátuas, mas não conversa com elas.

Ouso interpretar seu desejo de ser sepultado no jazigo da família e não no Mausoléu dos Imortais da Academia Brasileira de Letras. Não se separou em vida de sua Anah, a morte não os separará.

Afonso Arinos foi para o céu. Lá não pode fazer campanha parlamentarista. Deus é presidencialista e tem por mandato a eternidade, mas vai aliciar o Senhor para que inspire o plebiscito de 7 de setembro de 1993. A transparência dessas urnas iluminará com o parlamentarismo o futuro do Brasil.

Correspondência

Carta aos pais e carta à apresentadora de televisão Marília Gabriela.

I – CARTA AOS PAIS

São Paulo, 4 de fevereiro de 1940.

Caros pais,

Espero, ainda este mês, dar um pulo a Lins para fazer o que muito desejava ter feito no dia de minha formatura: abraçá-los. Há já bem tempo não tenho notícias daí. Naturalmente estão esperando pela minha ida, o que já teria feito não fossem coisas urgentes a tratar aqui, inclusive a regularização de minha situação na faculdade e registro de diploma. Fiquei bastante satisfeito com a vinda de Rute, que já seguiu para Rio Claro.

A Jô também já veio do Rio e foi para a mesma cidade. Tio Sebastião foi bastante gentil comigo, tendo me obsequiado com belo anel de formatura. O discurso de formatura, felizmente, causou grande impressão. Foi o único a ter sido interrompido com aplausos da assistência até hoje. Foi grande o número de telefonemas e telegramas que recebi a propósito, inclusive de pessoas como o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Washington de Oliveira, que declarou ter assistido a uma das “mais expressivas demonstrações do talento jovem do Brasil”. O desembargador Manuel Carlos quis conhecer-me, marcando uma hora em sua casa. Precisam ouvir o que me disse, tendo lido para os presentes todo um conto meu, o “Meu diálogo com Machado de Assis”. O discurso está sendo impresso pela faculdade. Estará pronto por todo este mês. O meu livro *Tentativa* acaba de sair. Ficou bem bonito. Logo estará aí o exemplar de casa, que vou mandar encadernar especialmente. Como já disse, o livro saiu dedicado ao senhor e à mamãe. Estou para ir ao Rio pôr umas coisas em ordem. O negócio do terreno depende de resposta do Corquinho, que ficou de fazê-la ao Alfredo. Pedi às meninas que apertassem o Alfredo. O senhor, como vai passando de saúde? E a senhora, mamãe?

Quanto ao caso do Aquiles, quando aí for conversaremos. Acharemos uma boa solução. Recebi muitas cartas e telegramas de pessoas aí da terra, estou respondendo aos poucos. O *Jornal de Rio Claro* publicou

uma *big* notícia, viram? Chega de conversa. A carta já vai longa. Com um grande abraço e votos de felicidades me despeço.

II – CARTA À APRESENTADORA DE TELEVISÃO MARÍLIA GABRIELA

Brasília, 10 de junho de 1992.

Minha encantadora amiga Marília Gabriela,

Como você é interlocutora do Brasil, pela dimensão nacional do seu programa *Cara a Cara*, permita que lhe reitere os fundamentos do que tenho sustentado pelo país afora.

A geografia do Brasil não está errada. O povo brasileiro não é um povo errado. O que então está errado, para que o Brasil esteja à beira de não dar certo? Está errada a política; vale dizer, o Estado; quer dizer, a democracia. País que não tem política não tem nada, tudo está errado na economia, na justiça social, na educação, na saúde etc.

Quem não gosta de política não gosta da vida, no magistério magistral de Albert Camus.

O erro político, o erro na definição do Estado significa que estão errados os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Legislativo está errado. Não há partidos, há bagunça partidária. Como corrigir? Pela Lei de Organização dos Partidos. O projeto está prontinho para ser votado. Democracia é o regime de partidos. Fechar os partidos, adeus democracia. Partidos imperfeitos, imperfeita democracia. Acabem com os cartórios partidários. Partido tem que representar, tem que ter cidadania, tem que ter voto. Não pode ser feito de cima para baixo, cartorialmente. Entre outras coisas, propõe-se o referido projeto:

Partido para ser reconhecido como partido deverá:

a) Ter cinco por cento dos votos válidos na última eleição para deputado federal.

b) Cinco por cento em pelo menos nove estados da federação, para serem partidos nacionais, não meramente regionais, em grandes estados.

c) Em cada um dos nove estados, o partido terá, no mínimo, um por cento de votos. Com isso, evitar-se-á a farsa de alcançar os cinco por cento concentrando a votação em um estado e alcançando meia dúzia de votos em outros estados.

Vencidas essas etapas, chamadas no direito eleitoral barreiras, o partido, entre outros direitos, terá:

- 1) Acesso gratuito proporcional aos meios de comunicação.
- 2) Será financiado:
 - 2.1) Pelo fundo partidário.

2.2) Por doação com limitação legal de pessoa física e jurídica. Doações claras, declarados os doadores e os doados, com fiscalização dos gastos comprovados perante a Justiça Eleitoral e o Tribunal de Contas, os partidos e os candidatos adversários. É o meio de combater a praga dos financiamentos indignos, com dólar do caixa dois, que inclusive tantas vezes nem para eleição vão. Enchem os bolsos dos candidatos e arrecadadores ou barganham traficância de influências. São os PCs da vida.

2.3) Cada voto corresponderá a uma fração, para o respectivo partido, na relação voto-cruzeiro.

É a vitoriosa experiência alemã, com dotações orçamentárias específicas para o fundo partidário.

O Legislativo está errado também pela impostura do apelidado voto proporcional. Voto proporcional desproporcional e erradíssimo: o eleitor não conhece o candidato, o candidato não conhece os eleitores; pior, não conhece os problemas dos inúmeros municípios onde arrecada votos. Essa aberração é contra o princípio universal e da civilização de divisão de trabalho. Saber mais de cada vez menos. O deputado distrital vive no distrito, trabalha concentrado e qualitativamente para o distrito.

Nossa proposta é o voto distrital misto, inventado e praticado com absoluto êxito na Alemanha há quarenta anos. É cinquenta por cento distrital, unicameral, ganha no distrito quem tem maioria de votos. É proporcional com listas organizadas pelos partidos para os outros cinquenta por cento das vagas.

O voto distrital acaba com a antidemocrática super-representação e a sub-representação. Este desproporcional voto proporcional castra a cidadania. Mais deputados, menos votos. Só em São Paulo, em vinte milhões de eleitores somos dez milhões de eleitores de mentirinha. Menos votos, mais deputados. Estados, entre aspas, que não têm votos para eleger um só deputado, elegem oito! Menos cidadãos, mais representantes. É a super-representação.

Como a democracia é o governo das leis, sendo as leis feitas pelos deputados, temos no Brasil a antidemocracia, o governo da minoria!

Com a Lei dos Partidos Políticos, o voto distrital e o *one man, one vote*, teremos poucos, mas verdadeiros e disciplinados partidos, com fidelidade partidária. Acabará com o papelão dos presidentes de partido – eu o fui vinte anos – que são como o São Jorge dos Bordéis. O Santo está na parede e a esculhambação está embaixo. A esculhambação é a votação registrada no painel eletrônico da Câmara, cada um vota como quer e nada acontece.

Pluripartidarismo, sim. Multipartidarismo, não.

O Executivo está erradíssimo. Cento e três anos de golpes, renúncias, suicídio, estados de sítio, banimentos, torturas. Prazo não é competência nem eficiência. O mandato há de ser o da eficiência. Se o presidente da República não presta, permanece formalmente presidente ou é deposto. Deposto o chefe de governo, acarreta a deposição simultânea do chefe de Estado; acarreta também o fechamento do Congresso, o fechamento ou o desvirtuamento do Judiciário (Revolução de 1964), pela antidemocracia da incensurabilidade de atos da revolução (prisões, perseguições, torturas, banimentos, desrespeitos a direitos individuais).

Acarreta ainda a desfiguração da imprensa pela censura, intimidação e fechamento de meios de comunicação. Vale dizer: o chefe de governo, aidético pela incompetência, contamina mortalmente outros poderes, vítimas, embora não cúmplices, dessa incompetência.

Remédio proposto: o parlamentarismo, com eleição direta do presidente da República, chefe de Estado, não chefe de governo, que será o primeiro-ministro. Prazo não legitima a permanência de chefe de governo ou de Câmara dos Deputados incompetentes, que serão dissolvidos. Se os deputados não prestarem, forem os responsáveis pela crise de governabilidade, olho da rua. A Câmara pode ser dissolvida, elegendo-se imediatamente outros deputados. É a receita da estabilidade da democracia, atestada até secularmente pelas democracias parlamentaristas.

Também o Judiciário precisa ser modernizado. Entre outras reformas, citamos:

1) Princípio da oralidade. Acabar os cartapácios escritos sobre brigas de bar, colisão de automóveis etc, competindo com crimes graves. Ouidas as partes, o juiz bate o martelo: *guilty, not guilty*.

2) Juizado de instrução. Um só inquérito, coordenado pela Justiça, evitando a longa, contraditória, às vezes corrupta dualidade: imperfeito policial e judicial.

3) Evitar o escalonamento de recursos e mais recursos, que frustram o imperativo da justiça rápida e barata.

Além disso, ocupar esta nação com propostas fundamentais.

Fica pequeno quem cuida de coisas pequenas. Paradigma desse compromisso referencial é a reforma fiscal e tributária. O Congresso tem de votar sim ou não. Sem sucessivas delongas.

Minha opinião é que no Brasil todos estamos no purgatório, expiando pecados. Quem lançará a primeira pedra? Muitos estão no inferno: os ladrões, os traficantes de influência, os peculatórios, os sonegadores, os que põem lá fora cerca de sessenta bilhões de dólares, clandestinamente.

Querida Marília Gabriela,

Sei que no seu programa não se faz conferência. Fiz e faço centenas delas em todo o país. É um *tour d'horizont* sobre assuntos em que a opinião pública está interessada. Assuntos, entre outros, em que diretamente estou vinculado: a ECO Interparlamentar Brasília-92. Pela Interparlamentar Mundial, de 23 a 28 de novembro próximo, cerca de quatrocentos parlamentares (previsão) estarão em Brasília para, nos respectivos parlamentos, viabilizarem os compromissos dos chefes de Estado na Rio-92, além de outros compromissos:

- a) antecipação do plebiscito;
- b) Lei dos Partidos;
- c) reforma eleitoral;
- d) revisão do Judiciário;
- e) expectativa do PMDB nas eleições municipais de todo o país.

O gênio de Jorge Luís Borges decretou: “A entrevista depende do entrevistador”. Isto me fez confiante.

Abraço do constante admirador de seu vitorioso ofício como comunicadora.

Crônica

Artigo para o jornal Folha de S.Paulo de 18/11/1991.

O FIO DO BIGODE

Para nossos avós, o fio do bigode garantia a palavra empenhada. Não precisava de tabelião, firma reconhecida e testemunhas. Depilou, negócio fechado.

Os bigodes rarearam, a palavra não.

A terra é filha da palavra, reza o Gênesis. O Evangelho segundo São João recorda: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”.

Padre Antônio Vieira tem na agulha bala certa: “Palavras sem obras são tiro sem bala: atroam, mas não ferem. A funda de Davi derrubou o gigante, mas não o derrubou com o estalo, senão com a pedra”.

Para os súditos confiantes “palavra de rei não volta atrás”. O adágio prevalece para os presidentes da República, que são reis de plantão durante os respectivos mandatos. O fraco rei faz fraca a forte gente, secularmente adverte Camões.

Houve um rei, poderoso para destruir o mundo, que foi destruído pela palavra desonrada. Nixon, quando sua copa e cozinha grampearam Watergate, sede do Partido Democrata, foi destruído porque mentiu.

Quando o Senhor quis castigar a arrogância dos homens, confundiu-lhes a língua na Torre de Babel.

Presidente Collor, esse negócio de palavra é fogo. Com fogo não se brinca, principalmente, chefe de governo. O presidente Collor proclamou *urbi et orbi*: sou parlamentarista. Prelecionou: é o regime da modernidade, da eficiência, que profissionaliza e agiliza a administração. Para que o presidente me entenda, traduzo: ele botou a boca no mundo a favor do sistema de Gabinete.

O presidente é poliglota, lançou os estilos *soft* e *hard*. Paternal, batizou de *enfants gatées* os parlamentaristas frustrados pela rejeição da Emenda Richa na segunda votação no Senado. Derrotada, esclareça-se, pela artimanha, não pelos votos. Francês por francês, presidente, devolvo-lhe: antes *enfant gatée* do que *ratée*, isto é, desmoralizado.

Traduzo o latinório porque o presidente, como de resto nossa juventude, trocaram a língua *mater* pela língua imperial. Precavenho-me, contudo, para que o presidente não se escude nas palavras, como o fez o deputado cassado Jabes Rabelo, fingindo não entender o libelo do talentoso relator Vital do Rego, que maldosamente rotulou de alambicado, como também, pejorativamente, Joaquim Nabuco disse de Euclides da Cunha: “Este moço escreve com cipó”.

Perguntei: E a antecipação do plebiscito e a revisão constitucional? Serei neutro, redargui. Confesso: o mel adoçou-me a boca.

Como aliado, me deu o mapa da mina.

No Supremo Tribunal Federal, as sondagens resultaram perturbadoras. Foi além: há informações de que o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, arguirá a inconstitucionalidade. Quanto ao Supremo Tribunal Federal, informei, andei por lá. Não surpreendi dificuldades.

No que diz respeito ao honrado, talentoso e destemido fiscal do Estado, não acredito que temerariamente pretenda inventar mais uma cláusula pétrea à enumeração exaustiva esgotada no § 4º do art. 60 da Constituição. A Constituição pode ser revista, respeitadas as barreiras erguidas no § 4º de seu art. 60.

As disposições transitórias já cumpridas não podem, é claro, ser modificadas. As demais podem, como todo o corpo estável da Constituição. Seria estapafúrdio engessar pela intocabilidade logo a parte temporal do Estatuto Magno. A Zona Franca de Manaus, por exemplo, mantida por vinte anos pelo art. 40. Além do mais, a interdição é de abolir os núcleos imodificáveis pelo já mencionado art. 60. Abolir não se incompatibiliza com reduzir ou acrescentar.

Não. Não creio que pela hermenêutica pétrea esse “bicho bobão” vá assombrar a Egrégia Corte. Argumente-se, por analogia, que os tratados internacionais, depois de solenemente negociados, assinados, promulgados e depositados, podem ser unilateralmente denunciados, se calamitosos, por qualquer das partes pactuadas, com base jurídica na cláusula *rebus sic standibus*. Mudaram as circunstâncias, muda a lei.

Mas voltemos aos ziguezagues governamentais. Depois e antes de mim, houve a revoada dos tucanos ao Olimpo. Entre outros, os pajés: o ex-governador Tasso Jereissati, o senador José Richa, acompanhado do maior jurista do Congresso Nacional, Néelson Jobim. O senador Fernando Henrique, às vésperas da votação, deu mais uma tucanada

telefônica ao presidente Collor. Mais mel. Traduza-se por: nada de novo no *front*.

O líder do governo no Senado, o sertanejo Nei Maranhão, na sessão do Congresso Nacional, no dia anterior à votação repetida da antecipação plebiscitária, sentou-se a meu lado para testemunhar, com sua fala rústica e franca: “Passei uma hora com o presidente. Tudo OK. O Marco Maciel não age no episódio em seu nome. Como presidencialista vou surrá-los. Quanto antes melhor”. Acrescentou com exagero bélico: “Garanti ao presidente que o senhor e os parlamentaristas sinceros defenderão seu mandato com armas na mão”.

Agora era pura ambrosia. Suavizei: Com armas, não. Lutei contra a ditadura, suas metralhadoras, cachorros e asseclas sem um canivete no bolso. Nunca matei um passarinho.

Por falar em passarinho, o ministro Passarinho, homem público competente, experiente e culto, derrapou. Cabe-lhe a terrível advertência de Chesterton: “O que há de terrível no erro é que tem seus heróis sinceros. Os inquisidores acreditavam ir para o céu mandando para as fogueiras suas vítimas”.

Reafirmei: perei em defesa da incolumidade do mandato de Collor minha palavra e os riscos que corri para restaurar a democracia. A nação ouviu nosso compromisso. Parlamentarismo não é pé de cabra para forçar as portas da legalidade. Ouviu, mas, à última hora, o presidente ingenuamente preferiu acreditar nas intrigas de seus adversários, embuçados ou declarados.

Quando garatujo estas linhas, estoura no mundo a notícia de que Mitterrand, presidente da França, do Palácio Eliseu, anunciou a redução do mandato presidencial de sete para quatro anos. Referendo-o para priorizar os poderes do Parlamento, o voto distrital misto alemão, a democracia direta dos cidadãos contra decisões do Executivo e do Legislativo, por intermédio do Conselho Constitucional. O radialista entrevistador congratulou-se com a nação: “Viva a Sexta República!”

Enquanto isso, no Brasil, o presidente contemporiza com o presidencialismo apodrecido e genocida. O mel virou vinagre. Que pena que Fernando não tenha Mitterrand como sobrenome! A derrota da antecipação do plebiscito sepultou os emendões, emendinhas e emendações.

Na referida entrevista, Collor brindou-me: “Tenho pelo senhor respeito e carinho”. Correspondo agora: Tenho-lhe carinho, presidente.

Livre-se dos meliantes. Meliantes não são Lula nem Meneghelli. Meliantes são a inflação e a incredibilidade. Livre-se deles, presidente. Só assim se salvará e salvará a República.

Crônica esportiva

Crônica publicada no Caderno de Esportes do jornal O Globo, em 21/6/1990.

É PRECISO JOGAR SEM MEDO

Não gostei do jogo Brasil e Escócia. Digo mais: até os 35 minutos do segundo tempo foi uma partida chata. Duvido que alguém, dos 140 milhões de brasileiros, tenha se levantado da cadeira impulsionado pela emoção. Futebol é gol ou real ameaça de gol. Isso não houve.

O Lazaroni vai ter tanta dificuldade em explicar o que ocorre com o time quanto o Collor sobre os cem dias de seu governo. O Lazaroni faz jus a pertencer à malograda equipe de assessores do presidente Collor. Menos a jurídica. Seria injustiça dizer que o nosso técnico erra mais que os assessores jurídicos do governo. Mas, do jeito que estamos vendo o desempenho de sua equipe, não falta muito para chegar lá. O Lazaroni comete o prodígio de inverter o velho conselho: não se mexe em time que está ganhando. Ele não mexe no time que está jogando mal. Ele e o Collor. Mas do governo cuidam seus líderes no Congresso. Um deles, por sinal recentemente, em entrevista a *O Globo* sugeriu que o jurista que está no Itamaraty fosse para o Ministério da Justiça e o embaixador da Casa Civil, para o Ministério das Relações Exteriores.

Mas eu não tenho nada com o governo, meu negócio é Lazaroni. Ele custou a tirar o Romário, com o chumbo de quatro meses de inatividade nos pés. E não tirou o Careca, que todo o mundo estava careca de saber que jogava mal. Boa parte de nossos apelidados técnicos está liquidando com o proverbial jeitinho no futebol brasileiro. Jeitinho no campo é a improvisação, a criatividade, o talento, a imaginação. No futebol, o jeitinho teve o nome de Garrincha. Abafaram o talento com as tais jogadas ensaiadas, esquemas etc.

Quando vi nos jornais os bonecos de Lazaroni simulando a barreira, tremi de medo. O futebol, como o samba, não se aprende na academia.

Como alívio para nossa frustração, dizem que estamos classificados. Não convence, mas consola. Vamos torcer. Mais que torcer, rezar. O inesquecível Néelson Rodrigues cunhou a frase genial “A seleção é a pátria de chuteiras”. Mas chuteiras que chutam em gol. Até agora,

chutaram a grama. Nós, torcedores, fazemos nossa parte: torcemos, rezamos pelos nossos rapazes. Estes devem fazer a sua, trazendo o caneco para o Brasil.

Ninguém tem dúvidas de que é preciso mudar. Como está não vai, principalmente quando teremos que enfrentar seleções mais competentes.

No futebol, quem não faz leva. O ataque tem que ser nossa prioridade. Temos atletas para isso. O Lazaroni deve perder o medo, pois o medo é o décimo segundo jogador adversário.

Quando fui presidente do Santos Futebol Clube, antes da era Pelé, perdíamos sempre, e feio, mas repetíamos o chavão de nosso brasão: campeão da técnica e da disciplina.

Para mim, essa experiência chega. Quero ser campeão com a bola na rede. É para isso que vamos aos estádios e ficamos grudados na televisão.

Não é o time propriamente que deve acertar. Quem tem de acertar é o Lazaroni. Ele tem excelentes músicos. É o maestro. Seu dever é fazê-los tocar bem. Com isso, a vitória é certa. Sugiro, com toda a modéstia, que Lazaroni repita aos rapazes o que eu vivia pedindo aos constituintes, invertendo o meu “vamos votar” pelo vamos jogar. Vamos jogar, Lazaroni.

Elegia

Artigo publicado no jornal Correio Braziliense, por ocasião da morte da deputada Cristina Tavares Correia, em 15/3/1992.

CRISTINA, A GUERRILHEIRA

Como seu irmão, escrevo-lhe com amor e saudade.

Chamo-a irmã. Não irmãzinha. Você não foi “inha” em nada: amiguinha, coleguinha, muito menos boazinha ou coitadinha. Inclusive em sua fantástica luta contra a morte. Personificou o dito francês “bom e besta começam com a mesma letra”.

Foi guerrilheira mais do que guerreira. Guerreira é coragem. Guerrilheira é temeridade.

O temerário crê ser invulnerável aos perigos da morte. Você não tinha medo de nada. Nem mesmo medo de ter medo. Não foi a Irmã Paula, foi Joana D’Arc.

Quando, ao terminar o ano de 1973, batizamos a anticandidatura nas águas do Amazonas, você estava lá. Alistou-se na tripulação amotinada.

O deputado Joel Ferreira correu o pires e fretou a gaiola *Ana Maria*.

Descemos o Baixo Amazonas: Itacoatiara, Urucurá, Parintins, mais tarde aventuramo-nos para Porto Velho, Vilhena, Humaitá.

Viagens de dez, quinze, vinte horas, com tempestades, perseguições, e comícios com quarenta graus, e luzes apagadas pelos energúmenos locais.

Você estava lá.

Como jornalista, suas crônicas enviadas para Brasília continuam a ser a melhor interpretação dos malabarismos dos saltimbancos da utopia.

O *Ana Maria* não foi a nau *Catarineta*. Não naufragou. Ao contrário: participou da operação de salvamento da democracia, a pique de se afoegar no mar sujo da ditadura.

Foi, isto sim, o *bateau ivre* de Rimbaud. Bêbado sim, embriagado pela liberdade.

Logos ao embarcar, a guerrilheira vociferou arretada: “Abaixo a lei seca. Vou contrabandear minhas gelatinhas”.

É que o Joel, como evangélico, expulsara de bordo as bebidas alcoólicas. Em Parintins, o régulo de plantão prometia acabar com o comício à bala. O comício virou ajuntamento. O candidato a senador Evandro Carreira, na fornalha do meio-dia, reptou: “Venha, ‘seu’ cabra safado. Mijarei no cano de seu revólver”.

Você estava lá.

Marcada para morrer, você não se rendeu. Escreveu livro e artigos, promoveu encontros para confortar os condenados pelo mesmo mal. Participou arduamente de frustrada eleição.

Inventou de escrever a história de minha vida e começou a fazê-lo.

Para poupá-la, não entreguei o prometido arquivo.

Não pude dizer-lhe adeus no seu sepultamento. Nosso irmão Jarbas Vasconcelos o fez por mim.

Os amigos não morrem. Ficam encantados, na magia de Carlos Drummond de Andrade.

Você continua conosco. À nossa frente, como sempre.

Vamos em frente, guerrilheira Cristina.

Ensaio

Artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, em 6/5/1990.

CONSTITUIÇÃO – CERTOS ERROS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

A Constituição de 1988 é louvada e criticada. É natural. Como todo documento humano, não é perfeita. Tantas vezes, errada não é a Constituição, mas seus críticos.

É sábio o provérbio chinês “há três pontos de vista: o meu, o teu e o verdadeiro”.

Resumirei o que entendo que consagra nossa Carta política.

Institucionalizou a democracia representativa e a participativa. Legislam os parlamentares, e os cidadãos têm, nos três níveis da federação, a competência de iniciativa legislativa. É secular o aforismo “proponer a lei é reinar”. É a democracia direta, ateniense, sem intermediações.

A representatividade da sociedade não é mais exclusiva do Parlamento. A ironia de Capistrano de Abreu se desatualizou: brasileiro só pertence a uma sociedade, o gênero humano.

No Brasil, existem milhares de organizações profissionais, de classe, empresariais, sindicais, de mulheres, de bancários. Fiscalizam, propõem, reivindicam. Na Constituinte, dez mil postulantes povoaram diretamente o complexo do Congresso Nacional.

Contabilizo como crédito constitucional a reabilitação política da geografia. No Brasil, havia a contradição entre a descentralização administrativa regional e local de funções e da investidura democrática pelo voto e a concentração de rendas.

A União retinha o cofre e sua chave estava em mãos do onipotente presidente da República.

O homem mora na geografia e nela é o gerador dos tributos da nação. Ignorar a geografia é ignorar o homem e suas necessidades vitais.

A Constituição redimiu esse esquecimento, vindo desde o Império. Desobstruiu os caminhos centrípetos do centralismo.

A Constituição preparou o país para o parlamentarismo. Instituiu o presidencialismo congressional.

O corpo é parlamentarista, vestido de presidencialismo. É experiência de semiparlamentarismo com presidente eleito pela sociedade, como o figurino francês.

Creio que 5 de outubro de 1988 foi pré-estreia de 7 de setembro de 1993, quando o plebiscito definirá a forma de governo no Brasil.

Foi prudente a Constituição ao lançar a ponte da transição. Foi um método incruento, sem sangue, para passarmos da ditadura para o Estado de direito.

Erros? É evidente que os cometemos. Cito dois: a impatriótica e imprevidente estabilidade aos servidores públicos engessada no art. 19 do Ato das Disposições Transitórias dificulta o enxugamento da aditosa e onerosa administração direta e indireta da União, dos estados e dos municípios.

Fomos também imprevidentes ao admitir no art. 62 as medidas provisórias sem os indispensáveis resguardos. Demos ao presidente da República privilégios irresponsáveis. Primeiro, legislar por decretos, que têm instantânea força de lei durante até trinta dias. Segundo, não limitamos o espaço dessa competência, que pode, como está, invadir o âmbito da competência privativa ou exclusiva do Congresso Nacional, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Terceiro, porque o presidente da República pode editar repetida e ilimitadamente medidas provisórias, apesar de recusadas pelo decurso de prazo ou pelo Congresso.

Essa tolerância é tanto mais insuportável quando o próprio Parlamento se autolimitou na espécie, uma vez que, pelo art. 67, o projeto de lei rejeitado só poderá ser reapresentado pela maioria absoluta dos parlamentares na mesma sessão legislativa e quando for emenda à Constituição é expressamente vedada a sua reedição, cominada no art. 60, § 5º.

Como a medida provisória entra em vigor imediatamente, pelo artifício das sucessivas reapresentações, providências recusadas pelo Legislativo prolongam inaceitavelmente seus efeitos. A representação popular é insuportavelmente confrontada e afrontada. Fala pela totalidade dos votantes, é universal, enquanto a do presidente da República é menos, como aconteceu ao Sr. Fernando Collor de Melo, legitimamente titulado por trinta milhões dos 82.074.000 eleitores.

Coordenamos com o deputado Néelson Jobim a aprovação de projeto de lei complementar disciplinando a medida provisória, a fim de evitar no país o legislador unipessoal e irresponsável.

As impropriedades, lacunas ou acréscimos poderão alterar o texto constitucional, inclusive com a facilidade da maioria absoluta em 1993, como sábia e previdentemente foi admitido no art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Constituição, como se vê, vestiu-se de humildade, admitindo aperfeiçoamento, inclusive para quórum muito mais confortável do que a maioria qualificada de três quintos, exigido para as reformas anteriores a 1993.

Epigramas

Cem frases selecionadas por D. Mora, esposa de Ulysses Guimarães.

1) “No que concerne ao primeiro cargo da União e dos estados, dura e triste tarefa esta de pregar numa *república* que não consulta os cidadãos e numa *democracia* que silenciou a voz das urnas.”

2) “Não é o candidato (à Presidência da República) que vai recorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5.”

3) “Se o governo perdeu o povo, como a Arena poderá ganhar as eleições?”

4) “Meu mestre e amigo Mário de Andrade tem razão: ‘pior que uma baioneta é uma baioneta falante’.”

5) “A Revolução de 1964 desnacionalizou o Brasil. Desnacionalizou a economia pelas multinacionais, pelo capital forâneo não policiado e pelo descomunal empréstimo externo, que, além de outros malefícios, degradou as finanças em agiotagem; desnacionalizou o cidadão, tornando o brasileiro estrangeiro no Brasil, porque, como este, não vota para presidente da República, governadores, senadores biônicos e prefeitos das capitais; desmoralizou e desonrou o cruzeiro, mercadoria apodrecida pela inflação, mais perecível do que os produtos hortigranjeiros, desnacionalizou-o ou substituiu-o pelo salário mínimo, como medida de valor.”

6) “Essa oligarquia que aí está, como toda oligarquia, tudo pode e nada sabe!”

7) “Não se pode fazer política com o fígado, conservando o rancor e ressentimentos na geladeira. A pátria não é capanga de idiosincrasias pessoais. É indecoroso fazer política uterina, em benefício de filhos, irmãos e cunhados. O bom político costuma ser mau parente.”

8) “Eis um tema para o teatro do absurdo de Bertolt Brecht, que, em peça fulgurante, escarnece da insânia do arbítrio prepotente ao ironizar que, se o povo perde a confiança do governo, o governo deve dissolver o povo e eleger um outro.”

9) “Muitos políticos deveriam adotar o conselho de Perón a Isabelita: ‘Fale muito sobre as coisas, pouco sobre as pessoas, nada sobre você’.”

10) “O presidente Geisel é ventríloquo e a Arena é seu boneco mais obediente, famoso e hilariante pelo humor negro.”

11) “Que acho da Arena? Não acho, pois a Arena não é. Não é partido, é papel carbono, não é voz, é eco, é vaca de presépio do serviço eterno ‘sim, senhor’.”

12) “Adoro as campanhas políticas. Dão-me transporte, de comer e beber, o melhor quarto da casa, aplausos, votos e ainda me chamam de estadista.”

13) “Política é coisa de macho. Há horas terríveis para decidir, mas há que decidir, mesmo com riscos dramáticos. Todo político tem seu Rubicon. Atravessa-o, e se consagra, ou estaca na margem com medo e se liquida. Ninguém vai ao Rubicon para pescar, advertiu Malraux. Acrescento: ninguém vai ao Ipiranga para beber água. Se D. Pedro I o fizesse, não ganharia estátuas. Ninguém ganha estátuas só porque bebeu água.”

14) “A pior das crises é a crise do dicionário, disse Ortega y Gasset. É a que infelicita o Brasil. Falam em Constituição, com o AI-5; em liberdade, com cavalos e cachorros dissolvendo manifestações ordeiras de trabalhadores, estudantes, donas de casa, do MDB; em democracia, com governadores de profeta e senadores biônicos; em direitos operários, com o confisco de seus salários; em liberdade de comunicação, com a censura ao rádio, à televisão e a Lei Falcão; que a Arena é o maior partido do Ocidente, embora quem ganhe as eleições no Brasil seja o MDB; em independência externa, com quarenta bilhões em dívidas; em governo de estadistas, com inflação crônica de cinquenta por cento; em ‘milagre brasileiro’, com o flagelo da fome, da falta de teto, da carência do INPS, da taxa crescente de analfabetismo.”

15) “Político não é profeta, para quem o opositor é maldito, decai no plano moral.”

16) “O MDB é como pão de ló: quanto mais bate, mais ele cresce.”

17) “Governo xiquexique, este que aí está. Não dá sombra nem encosto. Para a nação, não dá. Para os amigos, parentes e protegidos, presenteia com governadorias, senatorias biônicas, embaixadas, empréstimos e negócios. Passa então a ser o governo sombra e água fresca.”

18) “Os candidatos da Arena têm vergonha do nome de seu partido, que aparece, quando aparece, pequenino nas faixas e cartazes. Como acontece com os vinhos nacionais: bem grande está escrito Château

Duvalier, Château Lacave, Liebfraumilch. Embaixo, em letra miudinha, ‘Indústria Brasileira.’”

19) “Em política há amadores que furiosamente salvam o Brasil em banquetes e uiscadas e acreditam, como ironizava o Andrada, que perna de peru é bandeira.”

20) “O drama dos censores é que se fazem mais furiosos quanto mais acreditam nas verdades que censuram. Seu engano fatal é presumir que a censura, como a mentira, pode eliminar os fatos. O futuro e a História são incensuráveis.”

21) “O poder absoluto, erigido em infalível pela censura, corrompe e fracassa absolutamente.”

22) “Os executores da prepotência e do AI-5, com as promessas prolatórias de democracia, querem que a nação, sequiosa de vida e participação, implore ao sistema como madame Du Barry na guilhotina: ‘Um momento mais, Excelentíssimo Senhor Carrasco.’”

23) “Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranha ao homem e a seus problemas, é inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares.”

24) “É equívoco, fadado à catástrofe, o Estado absorver o homem e a nação. A grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado, porque a felicidade do homem é a obra-prima do Estado.”

25) “Ordem e segurança sem liberdade são a permissividade das penitenciárias. As penitenciárias modernas são minicidades, com trabalho remunerado, restaurante, biblioteca, escola, futebol, cinema, jornais, rádio e televisão. Os infelizes que as povoam têm quase tudo, mas não têm nada, porque não têm a liberdade.”

26) “A estátua dos estadistas não é forjada pelo varejo da rotina ou pela fisiologia do cotidiano.”

27) “O MDB está rouco de tanto criticar. A Arena, muda de tanto ignorar. O governo, desacreditado de tanto descumprir.”

28) “Não há direito nem liberdade para o mal.”

29) “Na política, como na ciência, o erro é o dramático preço da evolução rumo à verdade. São os deslizamentos, avalanches e quedas que conduzem aos cimios.”

30) “Levantar-se depois de cair, ainda coberto de pó ou sujo de lama, isso é ser homem. Quem tomba e não mais se ergue não é digno da vitória.”

31) “A civilização é a longa e fascinante história da libertação do homem. A liberdade é o roteiro da civilização. Toda invenção é triunfo da libertação humana. Com a roda, o homem começou a libertar-se do espaço e do tempo; com a agricultura, do nomadismo e da fome; com a medicina, da doença; com a casa, a roupa e o fogo, das intempéries, do frio e das feras; com a escola, da ignorância; com a sociedade, da solidão; com a imprensa, o rádio e a televisão, da desinformação; com a democracia, dos tiranos.”

32) “A política, o Estado e a lei são invenções do homem. Ao inventá-los e mantê-los, o homem está convicto de que não inventou o demônio ou o carrasco.”

33) “A segurança do Estado não pode ser a insegurança da nação e a grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado.”

34) “O poder não corrompe o homem; é o homem que corrompe o poder. O homem é o grande poluidor da natureza, do próprio homem, do poder. Se o poder fosse corruptor, seria maldito e proscrito, o que acarretaria a anarquia.”

35) “A oposição é atividade estatal. Subversão não é exercê-la, mas embarçá-la ou impedi-la. Como é inevitável que os governos pratiquem erros e abusos, também é inevitável denunciá-los. É o princípio da oposição do Estado ao governo do Estado.”

36) “A democracia é técnica desconcentradora do poder, método redutor e repartidor de competências, reverso do arbítrio pessoal ou oligárquico, concentracionista e invasor de competências.”

37) “Na política, o povo ou é tudo ou é nada, ou é personagem como cidadão ou é vítima como vassalo.”

38) “A força da democracia é a institucionalização de sua fraqueza humana, a humildade com que confessa a fatalidade do erro e inventa dispositivos para evitá-los, diminuí-los, denunciá-los e puni-los. Judge Black fez o registro da substância dos duzentos anos de vigência da democracia nos Estados Unidos, sem golpes nem ditadores: ‘É esse direito, o direito de errar, que nos mantém fortes como nação.’”

39) “É o voto, somente ele, que faz a acoplagem dos cidadãos com os homens públicos e o Estado.”

40) “Sem propaganda no rádio e na televisão, a eleição é a mímica de uma farsa. Fingir que cumpre um dever, quando o trai. Eleição sem propaganda é tão perigosa como casamento sem noivado. A noiva, isto é, o povo, desconhece com quem casa, isto é, elege.”

41) “As nações democráticas e de economia de mercado são as mais ricas e as mais fortes. São ricas por serem democráticas e não democráticas por serem ricas.”

42) “A desordem política, e não há pior nem maior do que a carente de democracia, contamina de desordem a ordem econômica e a ordem social.”

43) “Mais importante do que a quantidade de bens que temos é a qualidade de vida que usufruímos.”⁴⁴. “A verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria esse nome se morresse quando censurada.”

45) “A crítica só é viável quando o regime é mais forte do que a vaidade dos governantes e a intriga de seus bajuladores.”

46) “Foi o homem quem derrotou Hitler. Derrotaram-no as nações baseadas na liberdade e nos direitos humanos, em que o homem é fim e não meio.”

47) “Não vou ao exagero de dizer, como Peter Druck, que a única coisa que o Estado pode fazer melhor do que a sociedade é inflacionar a moeda e promover a guerra.”

48) “No Brasil não haverá verdadeiramente política enquanto não for limpo da sujeira do arbítrio e das punições ignóbeis.”

49) “O governo enviou ao Congresso a apelidada ‘reforma constitucional’. Como o vício, o pecado, o crime, também o arbítrio não pode ser reformado, porque deve ser extirpado como o câncer. Reformar o arbítrio é confirmá-lo, ainda que atenuado.”

50) “O AI-5 é forte para cassar mandatos, demitir, exilar, prender e torturar. Mas é fraco até à pusilanidade frente à inflação e é diariamente derrotado pelo custo de vida.”

51) “Na autocracia, um homem ou um grupo toma o poder e seu projeto supremo e intocável é continuar no poder. Embora para efeito externo declamem grandes, belas e puras palavras, como liberdade,

democracia e justiça, o que a oligarquia realmente quer e faz é a institucionalização do continuísmo.”

52) “A tragédia do Brasil é ser um país sem política, pois, a começar pela terminologia, não há política sem povo, assim como lexicamente não há democracia sem povo. Política e cidadão têm a mesma raiz etimológica e a mesma origem histórica, grega a primeira e latina a outra.”

52) “Esse vácuo popular da política brasileira é perverso e desumano, pois quando o povo é expulso da política, simultaneamente é deserdado do desenvolvimento.”

54) “Ao reconhecer as virtudes de seu caráter e sua integridade como cidadão e como soldado (do presidente Ernesto Geisel), sem servilismo, pois tenho nojo dos áulicos, e sem outro medo senão o de que não ouça a convocação do Brasil a lhe dizer que se ocupe com a nação e não se preocupe exclusivamente com a Arena, que aceite o repatriamento da liberdade, que sua vontade deve ser a vontade política da sociedade expressa pela democracia, que o povo não é passivo rebanho de súditos submissos ou de robôs teleguiados, porque é o autor da História, o conteúdo da Geografia, o destinatário da civilização e o fim do Estado.

Já é tarde, mas ainda há tempo.”

55) “Há fidelidade e fidelidade, como há cadeia e cadeia. Há a cadeia do opróbrio que é a cadeia do ladrão, do assassino, do proxeneta. Há a cadeia que é a honra e glória, a cadeia de Tiradentes, de Mangabeira, de Siqueira Campos, de Juscelino Kubitschek, de Armando Sales Oliveira, de Júlio de Mesquita, de Sobral Pinto, dos jornalistas Castelo Branco e Vladimir Herzog.”

56) “Caxias, caluniosamente acusado da prática de crimes infamantes, até de ladrão de cavalos, não ameaçou, não prendeu, não torturou, nem cassou mandatos. Na histórica sessão de 15 de julho de 1870, entrou no Senado do Império como réu e dele saiu como herói, nos braços das aclamações.”

57) “A grande força da democracia é confessar-se falível de imperfeição e impureza, o que não acontece com os sistemas totalitários, que se autopromovem em perfeitos e oniscientes para que sejam irresponsáveis e onipotentes.”

58) “O homem, seus direitos, segurança e bem-estar, eis a deontologia do Estado democrático.”

59) “O que há de dramático no óbvio, notadamente em política, é ser muito declamado e pouco praticado. A biografia dos santos e dos estadistas é o exercício do óbvio: a fraternidade, o perdão, o amor ao povo, a verdade, por isso são presos, caluniados, apedrejados, crucificados, exilados, cassados.”

60) “O Brasil precisa de uma Constituição em que o povo seja o fundador, por votação direta, do governo e da lei.”

61) “Ouçamos o provérbio chinês ‘Há três pontos de vista: o meu, o teu e o verdadeiro.’”

62) “Cristo é o símbolo do político, isto é, do amigo do povo. Mais do que pregou, morreu pela humanidade. Sem a cruz, não haveria o cristianismo. É importante ter ideias, mas fundamental praticá-las.”

63) “A dúvida é o preço da imperfeição do homem e da democracia. Até Cristo duvidou, quando reclamou do alto da cruz: ‘Meu Pai, meu Pai, por que me abandonaste?’”

64) “A liberdade de expressão é apanágio da condição humana e socorre as demais liberdades ameaçadas, feridas ou banidas. É a rainha das liberdades, disse Rui Barbosa.”

65) “Vale a pena lutar. Sempre vale a pena. Uma só andorinha pode fazer verão, como profetizava Otávio Mangabeira.”

66) “Deixem o povo votar. Ainda que erre, acabará acertando. Mais importante do que dar o peixe, é ensinar a pescar, ensina o provérbio chinês. Pela receita não se sabe o gosto do pudim. É preciso prová-lo.”

67) “O jeito também é força. Se vence obstáculos e antagonismos, é força. ‘Suaviter in modo, fortiter in re’, eis a receita pessedista dos romanos, que dominaram o mundo. A toupeira, quando em seu caminho encontra a pedra, não podendo escalá-la, não tem jeito para contorná-la. Morre ao sol, à fome ou à sanha dos inimigos. O PSD foi o laboratório do jeito.”

68) “Ao repudiar Pompeia, embora inocentando-a de infidelidade, com o dito famoso ‘Não basta à mulher de César ser honesta, deve parecer honesta’, César fundou o PSD. Essa tirada hábil tem versão brasileira no antológico ‘Em política, o que importa é a versão, não o fato’. Disputam-lhe a autoria José Maria Alkmin e Gustavo Capanema, embora em verdade atribuída a Antônio Carlos.”

69) “É preciso lutar e não lamentar. ‘Never explain, never complain’, eis a máxima favorita de Disraeli. É melhor acender uma vela do que amaldiçoar a escuridão, professa a sabedoria chinesa.”

70) “A impaciência é uma das faces da estupidez. Joaquim Nabuco admoesta que o tempo não perdoa o que se faz sem ele.”

71) “Enquanto houver cachaça, samba, carnaval, mulata e campeonato de futebol, não haverá rebelião no Brasil. O Corinthians segura mais o povo do que a Lei de Segurança Nacional.”

72) “O Estado de direito há de ser o estado do bem-estar popular.”

73) “Como dizia De Gaulle: ‘Sua Excelência, o fato’. A política é o fato. A teoria social veste o fato social. Sem isso, é devaneio ou *science fiction*.”

74) “Vale para o político a qualidade essencial que Jimenez de Asua exigia para o grande advogado: ‘Hay que tener gana’.”

75) “Dizem que tenho estrela. Pelo árduo trabalho em madrugadas e vigílias, para que ela brilhe, vivo passando Kaol nessa estrela.”

76) “A sorte faz parte da carreira do político vitorioso. Há o político azarado: chove no dia de seu comício, dá defeito no microfone na hora em que vai falar, o bêbado – o inevitável bêbado postado sempre à frente do palanque – arrasa seu discurso com apartes hilariantes. Tão desastreado que cai de costas e quebra o nariz, como ironizava Chamfort. Napoleão, antes de entregar o bastão de marechal a um de seus generais, investigava se tinha sorte.”

77) “A coragem é a primeira virtude do estadista. Sem ela, a coragem, todas as outras virtudes desaparecem na hora do perigo, hierarquizou Churchill.”

78) “Gosto das palavras. Se fosse poeta, seria parnasiano ou simbolista. A mim cabe a crítica a Flaubert: lambe as palavras como a vaca lambe a cria.”

79) “Ninguém conhece ninguém. Até meus amigos íntimos se surpreendem com minha veemência. Sou sereno por fora e inflamado por dentro. Sem a pretensão do paralelo, os cabelos brancos do ardente Manuel Bernardes sugeriram ao padre Vieira a comparação: ‘Neve sobre o vulcão’.”

80) “Meu tempo é comandado em dois períodos: das seis às dez horas da manhã, comando meu tempo, absolvo-me nos problemas do par-

tido, elaboro entrevistas, preparo conferências, leio o que me interessa. Às dez, vou para o gabinete da Presidência Nacional do MDB. Meu tempo passa a ser comandado pelos outros, caio no varejo, fico prisioneiro na teia do *fait divers*. Na política, como na vida, é fundamental ser dono de seu tempo. Ai dos que se esquecem da advertência vital do filósofo grego: ‘Do que se gasta na vida, o tempo é o mais caro. Não pode ser repostado, nem readquirido.’”

81) “Oportunidade é servir ao tempo.

Oportunismo é servir-se do tempo. A definição de Geraldo Vandré é genial: ‘Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.’”

82) “Como na maldição de Tasso, é o tipo do sujeito que só nasceu para fazer esterco. Como a irmã da Gata Borracheira, como castigo, de sua boca sai merda, não palavras.”

83) “Política é conversa de adulto, não de moleque. É doloroso ter de reprimir imaturos com o convite latino ‘Puer, sacer est locus: extra migite’. Em língua crioula: Menino, o lugar é sagrado. Vá fazer pipi lá fora.”

84) “O MDB ingressa na via indireta para destruí-la como acesso ao poder, pois é a cidadela do arbítrio e a fonte envenenada dos males que desesperam o povo.”

85) “Em política é preciso ter inesgotável e santa paciência. Principalmente para ouvir os néscios que querem ensinar pai a fazer filho, reinventar a roda, redescobrir a lei da oferta e da procura, que têm ideias como os que têm filhos e os abandonam à porta da igreja para outros criarem. É isso que dá enfarte ou úlcera no duodeno.”

86) “Sempre sigo e exijo nos debates a cautela de Voltaire: ‘Se queres discutir comigo, defina primeiro tuas palavras’. A maioria das discussões não passa de logomaquia, barulhentas e ocas batalhas de palavras, desconhecendo-lhes a significação.”

87) “Minha paciência é tão infinita como a do povo brasileiro. Só se irrita com o bêbado e com o chato. O chato é o inimigo do gênero humano. É o vento encanado que acaba com qualquer reunião, é o maçante a quem você pergunta ‘como vai?’ e ele resolve contar. Na conceituação exata de Benedetto Croce, que Santiago Dantas me revelou, o chato não lhe faz companhia e não deixa você ficar só. Governo chato é esse que aí está, a impaciência nacional chegou à exaustão.”

88) “Nas campanhas políticas, é a permissividade do ‘é só um minuto mais’ que explode o programa e o desmoraliza pelos atrasos. ‘Só um minuto’ para cumprimentar a mulher do prefeito, visitar a Santa Casa, tomar lanche na casa do candidato local. Como previnem os árabes: é a pluma que acaba derrubando o camelo.”

89) “A sublegenda obriga o candidato a andar com revólver em punho dentro de casa. O adversário não está lá fora, está dentro do partido. Faz lembrar Clemenceau: A política é pior do que a guerra. Nesta pelo menos o inimigo está na frente.”

90) “Muita gente julga o deputado pela ribalta: os banquetes, as homenagens, as recepções, o aplauso das multidões. Desconhece o bastidor: as calúnias, a vida longe de casa, da mulher e dos filhos, a regra da não reeleição com o drama da retomada do escritório ou do consultório sem clientes, do emprego perdido, da fazenda desmantelada.

É a parábola matuta do chefe pessedista que encontrei no botequim em Avanhandava, festejado por todos porque a todos pagava cachaça.

– Que vidão, hein, ‘seu’ Gutemberg. Comentei.

– É, ‘dotor’, mercê vê os goles que eu bebo, mas não vê os tombos que eu levo.”

91) “Não pode apontar quem tem o dedo sujo. O corrupto suja a denúncia que faz. Não quer a moral, quer cúmplices.”

92) “É terrível o ofício dos que dependem da opinião pública. Tantos são assassinados, crucificados, arruinados, frustrados. Foi trágico o fim de Cristo, Kennedy, Garrincha, Marilyn Monroe, Elvis Presley. Os asilos dos artistas testemunham as terríveis palavras ‘Sic transit gloria mundi’.”

93) “Bonzinho e besta começam com *b*. Desconhecem a palavra *não*. Sendo mulher, estaria sempre grávida.”

94) “Em política, estar com a rua não é o mesmo que estar na rua.”

95) “Quem só cuida de coisas pequenas, torna-se pequeno: a ninharia é o ofício do pigmeu e o terreno dos répteis. ‘Meu pai negociava poeira e foi destruído por um golpe de ar’, adverte o provérbio oriental.”

96) “A Revolução de 1964 ressuscitou do cemitério da oligarquia perrepista, sepultado que foi pela Revolução de 1930 o lema cínico de que ‘feio em política é perder as eleições’. Feio não é prender arbitrariamente, fraudar eleições pelo dinheiro e pela pressão da máquina administrativa, admitir ou remover funcionários por perseguição, espancar

estudantes, nomear parente, amigos e sexagenários. A inflação não é feia. Feio é perder as eleições para o MDB.”

97) “Já tenho o título para quando escrever minhas memórias: ‘Muitos episódios e poucos personagens’. Sim, muitas pessoas, mas escassas personalidades.”

98) “Clóvis Soares, o talentoso presidente do diretório do MDB de Campos de Jordão, ao deputado que lhe reapareceu às vésperas da eleição para novamente pedir votos: ‘Não sou Santa Casa, que se procura somente quando se precisa!’.”

99) “Pessoal, familiar e empresarialmente, máxime em política, não se pode ser absorvido por bugigangas. Quem só cuida de coisas pequenas torna-se pequeno, a ninharia é o ofício do pigmeu e o venenoso terreno dos répteis e das fofocas.”

100) “Que beleza o convite de Jean Cocteau: ‘Fechamos com doçura os olhos dos mortos. Com a mesma doçura, devíamos abrir os olhos dos vivos!’.”

Moralidade

Capítulo do livro *Rompendo o cerco*, de Ulysses Guimarães, publicado pela Editora Paz e Terra, em 1978.

DECÁLOGO DO ESTADISTA

1) *Coragem* – O pusilânime nunca será estadista. Churchill afirmou que, das virtudes, a coragem é a primeira. Porque sem ela, todas as demais, a fé, a caridade, o patriotismo, desaparecem na hora do perigo. Há momentos em que o homem público tem que decidir, mesmo com risco de sua vida, liberdade, impopularidade ou exílio. Sem coragem não o fará. César não foi ao Rubicon para pescar, disse André Malraux. Se Pedro I fosse ao Ipiranga para beber água, suas estátuas não se ergueriam nas praças públicas do Brasil. O medo tem cheiro. Os cavalos e cachorros sentem-no, por isso derrubam ou mordem os medrosos. Mesmo longe, chega ao povo o cheiro corajoso de seus líderes. A liderança é um risco; quem não assume não merece esse nome.

2) *Vocação* – O estadista nasce, é encontro de um homem com seu destino. O estadista é um animal político. Fora da política é um frustrado, um ressentido, um infeliz, embora possa ter êxito em outras atividades. Ainda que pagando o preço ingrato de percalços, perigos e sofrimentos, confirma o acerto da definição de Alphonse Karr de que o segredo da felicidade é fazer do seu dever o seu prazer.

Político é como gato, está gemendo, mas está gozando.

3) *Talento* – Não há estadista burro. Há de ser talentoso, embora possa não ter cultura. Tiradentes e Juarez não tiveram cultura, mas foram estadistas, porque tiveram talento político. Como o samba, o talento não se aprende na academia. A pessoa é gratificada com o talento. Talento é o dom de acertar. A política é a arte do bem-estar e da salvação popular. Político é aquele que tem talento para consegui-lo.

4) *Caráter* – Na conceituação de Milton Campos, o estadista tem “a posição de suas ideias e não as ideias de sua posição”. Não é um oportunista, o que se serve da política em lugar de servi-la, o que só pensa nas eleições futuras e não no futuro do país. Há democratas tão furiosos na oposição quão intolerantes no governo. Político de caráter é fiel às

ideias, não à carreira. Pode perder o poder, o emprego, a liberdade, mas não renega as ideias, não perde a vergonha.

Galileu foi grande físico, porém como estadista não entraria na História. Quem por medo se retrata, não é estadista.

5) *Sorte* – Azarado não pode ser estadista. Como o general, embora tenha todas as qualidades, se perde a batalha, não ganha estátuas. Antes de lhe entregar o bastão de general, Napoleão investigava se seu soldado tinha sorte.

Por falta de sorte, por obra da fatalidade ou de morte prematura, carreiras políticas frustraram-se no Brasil, como as de Carlos Peixoto e Júlio de Castilhos.

Com a morte de Lênin, disputavam o comando bolchevista, o burocrata Stalin e o doutrinador Trotsky. Este foi no inverno caçar patos. Apanhou pneumonia, que o afastou temporariamente do prosclênio político, ensejando a ascensão do rival. Há sujeitos tão caiporas que caem de costas e quebram o nariz, como zombou Chamfort. Não servem para político. Este é um eleito da fortuna.

6) *Esperança* – Estadista é o arquiteto da esperança. Não é coruja que só pia agouro, nem Cassandra de catástrofes. Sua legenda é a do herói francês: “Estou cercado. Eu ataco”. O estadista é o salvador. O povo desama a palavra não. O político iconoclasta desestabiliza sua carreira com o *não* sistemático.

Os Dez Mandamentos, estruturados à base do *não*, são tão temidos quão desrespeitados.

São Lucas é o evangelista mais querido, porque amoroso, não é apocalítico; é o profeta da esperança, o poeta silvestre de “Olhai os lírios do campo”.

No avião que nos levava de Brasília para São Paulo, véspera de quando partiu para a morte, Juscelino Kubitschek com saudade e entusiasmo discorria sobre política perorando transfigurado: “A política é a esperança”.

7) *Paciência* – A impaciência é uma das faces da estupidez. Paciência é a competência para fazer a hora, não se precipitar, seguindo a receita genial do Geraldo Vandré: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

O estadista tem a paciência de escutar, não é falastrão. Saber escutar é um dom político. “Deus deu ao homem dois ouvidos e uma boca,

para que ouça o dobro do que fala”, eis o provérbio árabe favorito do rei Faiçal.

A santa paciência de escutar! A misericordiosa paciência de ouvir os redescobridores da roda, os inventores da quadratura do círculo, os chatos que “não o deixam ficar só e não lhe fazem companhia”, como lamentava o filósofo Benedetto Croce. Isso é que dá enfarte e úlcera no duodeno.

Como o peixe, o mau político apodrece pela cabeça, morre pela boca. Um jovem desejoso de se dedicar à política foi aconselhar-se com Sarmiento: “Coma-se la lengua”, recomendou o estadista argentino. Em política deve-se evitar ao máximo proferir palavras irreparáveis.

O estadista fala e diz, fala para agir, sua voz é comando, é toque de clarim seguido de avanço.

8) “*Não servirás a dois senhores*” – A política não divide o tempo, a ocupação e as preocupações com nenhuma outra atividade. É incompatível a simultaneidade do político e médico, político e advogado, político e industrial. O político do ramo é um obcecado, é o samba de uma nota só e leva a política até para a cama, para a mesa, para os domingos e feriados.

Quando agradeci a inauguração de meu retrato na galeria dos ex-presidentes da Câmara dos Deputados, confessei, citando autor espanhol: “Quanto à minha vida pública, pública pode ser, porque vida certamente não o é”.

Quem paga o mais injusto e cruel preço é a família: seu chefe está sempre fora de casa. Nas intermináveis viagens está ausente e ausente continua quando no lar, invadido pelos correligionários, pelos eleitores, pelos telefonemas, pelos repórteres.

Mora, minha mulher, costuma brincar: “Sou viúva de marido vivo”.

Agamenon Magalhães recomendava: “Político não compra nem vende”. Creio que não se referia apenas aos aspectos morais, mas principalmente à concorrência de trabalho e de dispêndio de energia que os negócios acarretam.

Quando Jesus convocava discípulos para o serviço da salvação da humanidade, impunha como condição que abandonassem pai, mãe, mulher e filhos. É o duro evangelho do “*Não servirás a dois senhores.*”

O estadista é um monstro do trabalho. Não há estadista preguiçoso. Como o craque de futebol, o estadista sua a camisa que veste. Thomas

Edison irritava-se quando atribuíam à inspiração suas descobertas: “Devo-as à transpiração, custaram muito suor”, corrigia.

9) *Autoridade* – A autoridade é um atributo inato. É consubstancial ao político. A competência funcional é dada pelo cargo, a autoridade é pessoal, o homem público é gratificado por ela. É imantação misteriosa e sedutora, irresistível, temperada de respeito e admiração. Homem iluminado pela autoridade é visto por todos, ouvido por todos, onde está é polo de atração.

Quando o presidente de Portugal, Craveiro Lopes, visitou o Brasil, sua senhora me disse que em concorrida recepção no Palácio São Bento, em Lisboa, de repente *sentiu*, embora não visse, que na sala entrara alguém: “Era o presidente Juscelino Kubitschek que acabava de chegar”.

Líder da oposição ao governo de Ademar de Barros, em São Paulo, fui ao Rio falar com Marcondes Filho, presidente do Senado. A seu convite, fomos ao Catete. Quando saiu do gabinete do presidente Café Filho, estava furioso: “Já disse ao Café Filho”, explicou-me, “que a Presidência da República também é ritual. Ele não pode admitir a liberdade que se deu o senador Georgino Avelino, dependurando-se em seu ombro. Com o Getúlio Vargas ninguém teria essa ousadia”.

Pouca gente tratava Getúlio Vargas de “tu”, creio que só o Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves da Fontoura.

Quando Marcondes Filho foi nomeado ministro do Trabalho de Getúlio, perguntaram a Agamenon Magalhães sua opinião: “Não acredito que o Marcondes dê bom ministro. Ele se emociona quando vai falar com o presidente”. Reverencial, não poderia ser o conselheiro franco e independente.

Nereu Ramos irradiava autoridade. Apenas assumia a Presidência da Câmara dos Deputados, o Plenário, de mar revolto, se aquietava em plácido lago.

É o poder de comandar com o olhar. A autoridade promove a pessoa em personalidade.

Se algum dia escrever minhas memórias já tenho o título: “Muitos episódios e poucos personagens”. Sim, testemunhei muitos acontecimentos políticos, cruzei com muitas pessoas, mas admirei poucas personalidades.

10) *Ordem* – São Tomás de Aquino disse que a ordem são as coisas no seu lugar. Para isso é preciso hierarquizar e selecionar. É a capacidade

de escolher. Quem confunde as coisas desconhece prioridades, não tem senso de ordem. O estadista discrimina o essencial e o urgente para praticá-los. Exemplo prático de decisão que não é de estadista: a ponte Rio-Niterói. Isolada é importante, mas no contexto de outras, angustiosas e inadiáveis, desrespeitou a hierarquia e a ordem; por saber disso, é que Kennedy afirmou que “governar é dirigir pressões”. Todos pressionam, todos querem, cabendo ao governo o difícil e ingrato dever de atender poucos e descontentar muitos.

O estadista não atende para agradar, mas porque é justo. E tem a coragem de descontentar até amigos e parentes.

É claro que a política não é o ofício da bagatela, a pragmática da ninharia. Quem cuida de coisas pequenas acaba anão. É síntese da ordem o provérbio oriental “Como meu pai negociava com poeira foi destruído por um golpe de ar”.

Quantos governantes negociaram com poeira e só são lembrados pelos bustos na galeria dos palácios!

Quando falo que o estadista é a ordem, refiro-me à ordem como conceito filosófico e não exclusivamente à ordem como segurança. O estadista quer a ordem justa, não a ordem imposta, guarda pretoriana de privilégios.

As coisas não estão em seus lugares, portanto há desordem, quando há as discriminações da fome, da doença, do analfabetismo, de elitista distribuição de renda. Contemplando os milhões de despossuídos e injustiçados, Charles Maurras exclamou: “O que me espanta é a ordem, não a desordem”.

O estadista se antecipa à rua na solução dos problemas sociais. Está com a rua, mas não na rua.

Nota à imprensa

Nota à imprensa, em 5 de agosto de 1975, a propósito de declarações do presidente Geisel, que motivou violenta reação da Arena e do governo. Publicada no livro *Rompendo o cerco*, de Ulysses Guimarães, editado pela Paz e Terra, em 1978.

DESAFIANDO O PRESIDENTE GEISEL

Confirmou-se o provérbio francês “Mais isso muda, mais é a mesma coisa”.

A fala presidencial, espero que momentaneamente, mudou a direção do trânsito. Distensão não é o rumo para a democracia, mas a continuidade do AI-5, do Decreto-Lei nº 477, a inaceitabilidade da anistia. Surpreendidos pela inversão do sinal, os que pensavam que trafegavam para a liberdade ficaram à contramão e ameaçados de penas furibundas.

O Estado de direito passou a ser “o chamado Estado de direito”, duas vezes apelidado: pelo *chamado* e pelas *aspas*.

Não é saudosismo e sim dogma de direito público, forjado pela experiência dos povos, a verdade de que só existe democracia onde há divisão, separação e independência de poderes. Isto porque só o poder pode conter o poder. É a clássica e indesmentida formulação que levou Montesquieu a validamente advertir: “Todo homem que detém o poder é levado a dele abusar”.

Mil exemplos – as duas últimas guerras mundiais fornecem os mais trágicos – documentam o perigo do poder indiviso para a humanidade e para os cidadãos, exorcizado pelo genial girondino.

No Brasil atual, o presidente da República exerce o Poder Executivo *do e sobre* o Poder Legislativo: dispõe dos poderes de cassar mandatos outorgados pelo povo; colocar em recesso o Parlamento; proscrever *ad aeternum* brasileiros da vida pública pela suspensão de seus direitos políticos; legislar desimpedidamente nos hiatos congressuais por ele próprio decretados e pela via dos decretos-leis e da delegação legislativa; absorver praticamente a competência da iniciativa das leis; responder, se e quando quiser, os pedidos parlamentares de informações ou não fazê-lo; e, finalmente, se assim o entender, emudecer pela censura o Congresso e a discordância perante a nação. Ainda *do e sobre* o Poder Judiciário, acumula os poderes de cassar cargos e direitos políticos dos juízes, inclusive os do Supremo Tribunal Federal, subtrair da apreciação

judicial procedimentos com base nos atos institucionais e complementares (art. 181 da Constituição Federal de 1969), bem como instâncias da segurança se superporem, anulando-o na espécie, ao *habeas corpus*, em casos de violência, coações, prisões indeterminadas ou suas ameaças.

Com a devida vênia, não se trata de “redução dos poderes do Executivo”, como denuncia o honrado chefe da nação, mas da devolução de competências usurpadas a seus legítimos titulares ou da erradicação de institutos antidemocráticos.

E quem os considera excessivos não é somente a oposição, é o que universal e secularmente se entende como regime não do arbítrio unipessoal, mas da vontade geral da lei. Inclusive pela revolução, quando reiteradamente promete e adia o retorno à normalidade democrática.

O MDB tem diagnósticos e até formulações precisas, em seu programa, na campanha que tem desenvolvido, com o endosso da maioria do povo brasileiro. Em nome da oposição, convidei o governo e a Arena para um diálogo franco e de boa-fé, oferecendo ao debate teses e sugestões concretas para a reforma política, inexequível sem a reforma da Constituição de 1969. O conceito de ultrapassado não pode atingir os regimes de países que lideram no mundo a economia, a justiça social, a cultura e a inteligência, coincidentemente nações democráticas.

Foram aventadas concepções modernas, consubstanciadas em Constituições recentes da França, Itália, Alemanha Ocidental, Japão, Suécia, além de outras.

É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois nada mais ultrapassado do que o governo baseado na força.

Se edificantes e recentes exemplos de outros povos não servem, se as propostas políticas da oposição são inaceitáveis e passadistas, o que presta então? Afirmem à nação e à oposição, mas afirmem. Quem quer o fim, dá os meios.

Creio que merece a todos a indefinição e hibridez que se arrastam por onze anos, o equívoco em que o país está metido, o perigoso caminho do impasse. Apesar do reconhecimento, tácito ou ostensivo, até por parte da situação, quanto à precariedade e autoritarismo do AI-5, do Decreto-Lei nº 477, da subalternidade do Legislativo e do Judiciário, da violação impune das liberdades públicas, há a obstinação pela permanência imprevisível dos instrumentos do arbítrio. A oposição recusa-se

a crer que a imprescindibilidade do AI-5, mais do que necessária para combater a subversão, que se apregoa jugulada, se destine a conter artificial e compulsoriamente a situação social, que ainda não encontrou respostas justas e humanas por parte das administrações pós-1964.

O recurso à ironia e a increpações pejorativas aos interlocutores que convocam para um diálogo essencial ao Brasil configuram formas de escapismo que não iludem nem convencem. Mesmo entre nós, no Estado Novo, a luta pela liberdade tinha invectivas do tipo “Voto não enche barriga” e “A lei, ora a lei...”, fácil versão atual para “A Constituição, ora a Constituição...”.

Pelo MDB falou, com a seriedade, coragem e equilíbrio que lhe são peculiares, o senador Roberto Saturnino, ao reiterar nossos compromissos com a democracia, registrados no programa e na ação partidária e parlamentar, advertindo, contudo, contra o risco do espantinho do comunismo estimular a ofensiva de repressão brutal e iníqua contra cidadãos, ressuscitar o macarthismo e a caça às bruxas.

A oposição mais uma vez comparece perante a opinião pública nacional e estrangeira para afirmar, com nitidez e sem subterfúgios: a revogação do AI-5 e a reforma da Constituição de 1969 são premissas inafastáveis para a implantação do Estado de direito no Brasil. Assumindo a responsabilidade de prosseguir na luta, aguarda o diálogo, o escalonamento em etapas, se isso for requisito para a emancipação final, a proposta substitutiva de mecanismos de defesa do Estado, que não impliquem irresponsabilidade e ameaças à vida, à liberdade, à integridade física e ao patrimônio dos cidadãos.

As eleições de 15 de novembro, a distensão na censura aos meios de comunicação e os contatos com o meio político, circunscritos à situação, são etapas democráticas que o país deve ao presidente Geisel, brasileiro patriota e de bem.

A oposição sabe que o poder sempre tem problemas com sua estrutura e com as contradições internas. Sem a pretensão de procurador da História, para passar atestados em seu nome, o MDB, construtivamente, ainda não perdeu o alento de que o governo Geisel nela ingresse pela estratégia final, apesar da frustração de alguns episódios, promotora do reencontro da nação com o Estado.

Tal esperança desaconselha a oposição a dizer, como Giordano Bruno, filósofo italiano do século XVI, frente à Inquisição e aos

monarcas absolutistas da época: “Que ingenuidade a minha, ao pedir aos donos do poder a reforma do poder”. Disse isso e nada mais disse. Porque foi queimado.

Apologias

Textos homenageando o deputado Pedro Simon (1992) e a deputada Rita Camata.

ODE AO CAMPEÃO

Fascinante. É a história de Pedro Simon.

Não é solo, é orquestra. Não é um, são vários. Na fauna política, é bicho raro, pelo regime de dedicação exclusiva, pelo casamento monogâmico e fiel ao seu ofício.

Não come, petisca. Não bebe, nem uma caipirinha.

Na mesa, nas vigílias, no dia a dia, é o samba de uma nota só: política.

Única concessão: o Internacional de Porto Alegre. Torcedor roxo do Colorado, não perde jogo, só para ele abre o parênteses de apaixonada discussão ou hilariante gozação.

Há bons oradores, populares ou parlamentares.

Simultaneamente bom no palanque e bom na tribuna, no Brasil só conheço um: Pedro Simon.

No palanque, fica em transe. Dá *show*, mágica sessão de ectoplasma. Posseço, funde-se com a multidão, rege o silêncio e o aplauso.

Fala com a goela, com os olhos, com as mãos, com o tórax convulso, baila com as pernas.

No Parlamento, campeão da tribuna e do microfone. Um dos encantos e prestígio do Senado é a preponderância da oratória sobre o pinga-fogo.

Pedro Simon é fundista verbal. Discursa até uma, duas, três horas.

Na sessão legislativa do Senado de 1991, fez 52 pronunciamentos, 19 projetos, 17 pareceres, 22 requerimentos e emenda constitucional. Longa viagem pelo *tour d'horizont* de temas complexos e preocupantes da sociedade. A média verbal há de levar em conta que o calendário parlamentar é, na verdade, metade do calendário gregoriano.

É de perder o fôlego! Mais do que a quantidade, a qualidade da matéria.

Poderia, deveria mesmo, parar meu cavaco por aqui. A estatística é a consagração.

Sou seu companheiro há trinta anos. Não sou seu puxa-saco. Nunca subi na vida como a aranha, pela própria baba. Como homem, tem qualidades e defeitos. Aquelas absolvem estes por larga margem.

Nossa fraternidade permite, na intimidade, chamá-lo carinhosamente de O Turco. Como tem injusta fama de garrucha, em conversa vadia na roda do *poire*, zurzi-lhe envenenada farpa: É mão de palhaço. Estrategicamente metida no bolso, na hora de pagar a conta, não sai com a carteira, rebelde aos reiterados protestos do “deixa que eu pago, deixa que eu pago”. O maroto do Néelson Jobim espalhou a perversidade.

Dentre nós, era o único que aguentava o pique com o parceiro de conversas quilométricas Teotônio Vilela.

O Louco-Manso, como se autoapelidava, sem mandato e ferido para morrer, era seu hóspede em Brasília. O papo começava no restaurante. Até aí nós suportávamos. Locatários da noite, continuavam só os dois. Não como o vigia, que ansioso aguarda a aurora, mas como a coruja, irmã das trevas e padroeira da sabedoria.

Com ele cruzei o céu e os pagos do Rio Grande do Sul. De teco-teco e em carros de amigos.

Programação de quatro, cinco e até mais comícios e reuniões por dia.

Sob sua liderança é assim. Haja garganta, saliva, fôlego e pernas.

Em outubro de 1978, como caronas do talentoso e erudito deputado Otávio Brochado da Rocha, filho do último primeiro-ministro do governo João Goulart, professor Francisco Brochado da Rocha, rumamos para concentrações nos municípios de Rio Pardo, Santa Cruz, Cachoeira do Sul, São Sepé e Santa Maria.

A pontualidade, mania do Pedro, exigia velocidade.

Defronte à cidade de Pântano Grande, o carro despencou ribanceira abaixo.

Levantamos, sacudimos a poeira, demos a volta por cima e chegamos para os compromissos, conduzidos por veículo amigo, entre os que nos foram socorrer.

Gloso sua frase-chave, quando a mola da discordância o põe de pé, como aviso aos navegantes de que lá vem pedrada: “Não me leve a mal”.

Não me leve a mal, Pedro, pelas inconfidências, como um de seus confessionários. Sei que a vida o surrou muito. Há trágicas cruzeis familiares em seu caminho.

Para os bons, os olhos foram feitos mais para chorar do que para ver. Os cegos choram, mas não veem.

Você se salvou, mais pela fé do que pela coragem. Pela santa coragem da fé.

Não como consolação, mas como sincero reconhecimento, como brasileiro, posso dizer à nação: na hagiologia, seu homônimo negou Cristo três vezes.

Pela honradez e serventia, você nunca negou o Rio Grande e o Brasil.

RITA DO ESPÍRITO SANTO

Rita Camata do Espírito Santo Brasil.

Chego a Vitória pelos idos de 1982.

A liturgia me espera: em cima da carroceria de um caminhão de som, ia começar a passeata – apelidada de carreata pelos gaúchos – com rumo preferido pelos bairros populares.

A passeata – desfile tantas vezes quilométrico de caminhões, carros, kombis, tratores, carros de boi, cavaleiros, bicicletas, motocicletas, pedestres – foi popularizada no Brasil pelo MDB.

O povo não podia ou temia ir a comícios.

Os mil olhos e ouvidos do SNI e a mão longa e truculenta da ditadura não deixavam.

Como tática de luta, os inconfidentes, enlouquecidos pela liberdade, iam aos ouvidos do povo, nas ruelas, nas calçadas, nos socavões, nos porões, nas choças.

Iam, pela voz comprida e tonitruante dos alto-falantes ou pela marselhesa das marchas guerreiras.

Era a voz pelo alistamento na insurreição incruenta, ardente de fé, e vestida de esperança.

Naquela ensolarada manhã, lá estávamos nós, aprestados para nova emboscada.

Ao saudar os caravaneiros, deslumbro-me com a cintilação da beleza e graça de uma adolescente.

Como para se vacinar, ela foi logo dizendo, com o sorriso que é a grife de sua personalidade: “Sou a mulher do Camata”.

Estávamos a serviço da candidatura oposicionista de Gérson Camata a governador do Espírito Santo.

Foi assim. Por assim dizer, meu encontro com Rita foi um desencontro.

Da vitoriosa administração de Camata, chegavam os ecos da atuação de Rita, principalmente no espaço social.

Amanhécia sua vocação e talento políticos. Começava a ascensão rápida, corajosa e independente. Da lagarta da mulher e mãe, alçou voo a libélula da jornalista: deputada federal – duas vezes, pela reeleição –, também constituinte; no PMDB, vice-líder, presidente do Comitê do Meio Ambiente, integrante de sua Direção Nacional, relatora da Comissão Especial do Estatuto de Proteção da Infância e Juventude; destacada participante, no país e no exterior, de assembleias pelos direitos da mulher.

Eis algumas estações por onde passou seu comboio cheio de ideias, pesquisas, propostas e debates.

Política é o fato, sentenciou De Gaulle. Ei-los relacionados na presente coletânea. São o testemunho de fatos, documentário de exemplar cumprimento da confiança popular.

É *tour d’horizont* por heterogêneos, complexos e graves temas. São os degraus, vale dizer, páginas desta prestação de contas. Há muitos outros, em sua áspera escalada para a celebridade.

Seu nome civil é Rita de Cássia Paste Camata. Pelo currículo público e cívico, regional e nacional: Rita Camata do Espírito Santo Brasil.

Filha espiritual da Companhia de Jesus, pratica sua regra: “Fortiter in re, suaviter in modo”.

Prova-o seu estilo de viver, conviver, porfiar. Mel sobre a rocha, sorriso nos lábios e punhos de bucaneira.

Varoa da Nova Floresta, de Manuel Bernardes: antes quebrar do que torcer.

Sei por que digo isso: essa rosa tem espinhos.

Seu desafio à máfia da corrupção; dos meninos de rua; da inveja peçonhenta e covarde; das panelinhas dos cartórios partidários, destampa a esterqueira das calúnias, das ameaças pessoais e familiares, da tentativa de desmoralização de sua bandeira política e ideológica.

Foi, é e será em vão. Não quebrou, nem torceu!

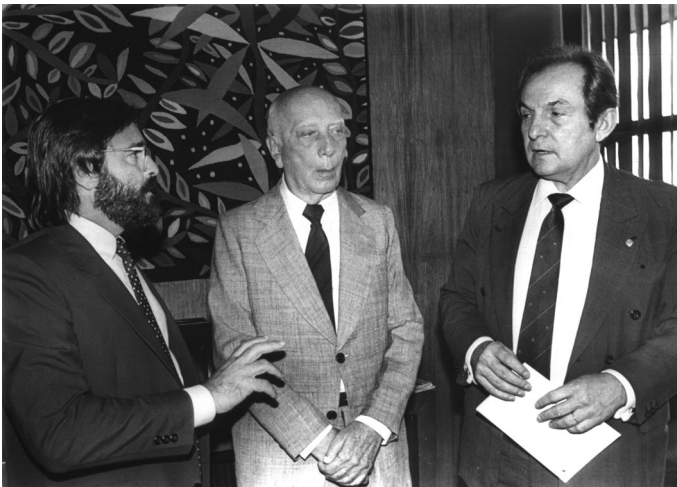
Fiel a suas trincheiras, enquanto os cães ladram, Rita passa com a caravana de seus estandartes.

Ao ritmo de Paulo Vazolini, levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima.

Escudeiro dessa operária da utopia, vou esculpir no bronze de sua biografia esta legenda: Rita Camata do Espírito Santo Brasil.



FOTOS





ANEXO

Análise histórica do discurso “Navegar é preciso. Viver não é preciso.”

O grito de guerra²

POMPEU, PESSOA OU CAETANO VELOSO?

Pelas regras da ditadura militar brasileira, a cada quatro anos um consenso de generais, almirantes e brigadeiros fixava-se num general do Exército – sempre de quatro estrelas –, e o escolhido estava automaticamente sagrado ditador temporário com o título de presidente da República. Era a chamada eleição pelos altos comandos.

Para suceder o general Médici – o terceiro general-presidente da série iniciada em 1964 – foi escolhido e anunciado, em junho de 1973, o general Ernesto Geisel. Apenas devia submeter-se a dois ridículos faz de conta. Na primeira simulação, parlamentares e representantes estaduais da Arena, o partido oficial, solenemente e por meio do voto secreto, escolheriam – sem ter outra alternativa – o nome do general já publicamente nomeado. Na segunda formalidade, os partidários do governo, amplamente majoritários, repetiriam esse mesmo gesto no Colégio Eleitoral. Os representantes da oposição minoritária, se desajassem, marcariam sua inconformidade inútil votando em branco ou, simplesmente, ausentando-se.

O Colégio Eleitoral era constituído pela totalidade dos 66 senadores, 310 deputados e 132 representantes das maiorias das assembleias legislativas, seis por estado. Total: 508 votos.

O placar já estava escrito.

O governo, por meio do partido oficial, contava com 223 deputados, 59 senadores e controlava as assembleias legislativas de 21 dos 22 estados. Ou seja, contava com 408 dos 508 votos do Colégio Eleitoral.

Sobravam para a oposição, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apenas cem votos, um quinto do Colégio Eleitoral. Eles resultavam da soma dos seis votos de uma única assembleia legislativa, a do estado da Guanabara, de 87 deputados federais e de sete senadores.

Como vigorava o princípio legal da fidelidade partidária, o representante de um partido não podia votar no outro, sob pena de nulidade do voto e perda do mandato.

2 Gutemberg, Luiz. *Moisés: codinome Ulysses Guimarães*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 115-123.

Portanto, a apresentação de um candidato pela oposição era pura perda de tempo. Sem qualquer chance, já que os deputados da maioria governista não tinham liberdade para votar na oposição. No máximo, a participação do MDB no Colégio Eleitoral serviria para um protesto, ou seria interpretada pela crítica como servil figuração destinada a alimentar a força ditatorial.

A primeira ação política da oposição que utilizou estrategicamente as regras da ditadura transformou em refrão de protesto uma voz de comando de general romano. Ulysses Guimarães declamou-a em versos:

“Navigare necesse, vivere non necesse”.

Pompeu (106-48 a.C.) gritou-a a marinheiros apavorados com uma ameaça de temporal. O episódio está descrito nas *Vidas paralelas*, de Plutarco. Pompeu era o mais popular guerreiro de Roma e sua biografia aparece em confronto com a vida de Agesilau, o inimigo público espartano.

Plutarco escreveu em grego, mas a frase é conhecida por sua versão latina. Assim está no brasão de Hamburgo, cidade portuária alemã, antiga sede da Liga Hanseática.

Em português, popularizou-se através das *Palavras de pórtico*, texto em prosa de catorze linhas encontrado postumamente entre os papéis do poeta Fernando Pessoa. Sem data ou assinatura, só foi publicado em 1960, 25 anos após a sua morte:

“Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa: Navegar é preciso, viver não é preciso. Quero para mim o espírito dessa frase, transformada a forma para a casar com o que eu sou: Viver não é necessário; o que é necessário é criar. Não conto em gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenham de ser o meu corpo e a minha alma a lenha desse fogo. Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isto tenha que perdê-la como minha. Cada vez mais assim penso. Cada vez mais, ponho na essência anímica do meu sangue o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir para a evolução da humanidade. É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa raça”.

Mas não foi Fernando Pessoa a fonte de Ulysses; nem Camões, equívoco em que incidiram muitos desavisados, porque no discurso também é citada a figura camoniana do pessimista e agourento Velho do

Restelo, que permanecia à margem do Tejo prevendo o malogro dos navegadores que partiam.

Embora citando expressamente Pessoa, a colheita direta de Ulysses foi feita em Caetano Veloso, no fado *Argonautas*, que estava nas paradas de sucesso das emissoras de rádio. Sem confessá-lo e por não ter conseguido localizar de memória as origens clássicas da citação, Ulysses apelou para a forma ritmada e o tom épico dos versos de Caetano:

“Navegar é preciso.

Viver não é preciso”.

Ulysses Guimarães falava no plenário da Câmara dos Deputados, onde se realizava a convenção do MDB, mas apenas fingia dirigir-se aos convencionais. Orientado pelos técnicos da TV Nacional, dirigia olhar e gestos a um ponto nas galerias assinalado por uma luzinha vermelha. Era onde estava a câmara de televisão que captava sua imagem para transmiti-la ao vivo, para todo o Brasil, via Embratel, conforme inusitado contrato, pago antecipadamente, negociado e assinado pelo secretário-geral do partido, deputado Tales Ramalho.

O discurso era sua primeira manifestação como candidato das oposições à Presidência da República nas eleições indiretas marcadas para 15 de janeiro de 1974.

Naquele sábado, 22 de setembro de 1973, o duro e desconfiado presidente Médici parecia ter fraquejado. Ele sempre jogava na cara dos pró-prios civis do partido oficial que era um chefe militar em função de comando. O que inspirou o coronel Otávio Costa na redação do primeiro discurso do novo presidente numa convenção da Arena, pouco depois de empossado. Num trecho, que Médici gostou e leu com grande ênfase, havia um aviso: que não confundissem com habilidade de político seus gestos de comando, porque estava ali era como general de exército...

Após longa e penosa série de *démarches*, o secretário-geral do MDB conseguira convencer auxiliares próximos do presidente de que o governo só colheria vantagens ao permitir aquela transmissão. Sem ter nada a perder, porque o candidato oposicionista não ameaçava a vitória do general Ernesto Geisel, já proclamado futuro presidente. Com o gesto, o governo mostraria benevolência, tolerância e, sobretudo, respeito aos direitos da oposição minoritária. Era o *jus murmurandi*, como

a candidatura do MDB era classificada pelo ministro Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil e a voz civil mais influente junto ao presidente.

A permissão da transmissão do discurso de Ulysses fora apresentada ao presidente Médici como genial golpe de astúcia política. “Eles vão trabalhar de graça para a imagem dos governos revolucionários”, disseram-lhe. “Eles morderam a nossa isca, vão nos oferecer o antídoto contra o maior veneno que destilam contra nós: a queixa de que lhes falta liberdade para fazer política.”

Por intermédio de um funcionário autorizado da Agência Nacional, Maurício Vaitsman, velho jornalista carioca, conhecido nos anos 60 por seu *best-seller Quanto custou Brasília* e que cumpria ordens de Leitão de Abreu, o MDB solicitou a cessão de equipamentos da TV Nacional, a emissora estatal de Brasília. Eles eram indispensáveis à viabilização da transmissão da solenidade de encerramento da convenção nacional do partido. Proprietária do único caminhão de externas com equipamento de micro-ondas disponível na capital, a TV Nacional transmitiria os sinais do Congresso para os seus estúdios, que por sua vez os repassariam à Embratel. As imagens seriam liberadas às duas redes, Globo e Tupi, e às estações independentes que as desejassem no país inteiro, todas devidamente contactadas pelo MDB.

A colaboração da TV Nacional nada tinha de excepcional. Normalmente, essas mesmas facilidades eram concedidas à Arena. Estendidas ao MDB, nada mais significavam do que a prática da isonomia, de grande efeito psicológico na amedrontada área política. A intervenção da TV Nacional – e da Embratel, cujos canais de satélite também seriam utilizados – tranquilizaria os concessionários de canais privados. A cumplicidade da TV Nacional e da Embratel os isentaria de qualquer futura alegação de ação oposicionista.

Embora sem manter contatos diretos com o MDB, o chefe da Casa Civil, João Leitão de Abreu, coordenou a distância cada item da operação e se responsabilizou pelas autorizações ao diretor da TV Nacional e ao presidente da Embratel, para que promovessem o indispensável tráfego das imagens da convenção do MDB. Para cada uma dessas operações, foi solicitado um pedido formal do MDB, prontamente redigido e assinado por Tales.

Os serviços das empresas estatais envolvidas na transmissão foram pagos total e antecipadamente pelo MDB, conforme as tabelas e mediante recibos. Mas os lucros visados pelo governo eram outros. Nos

seus estertores o governo Médici se incomodava com os efeitos sobre sua imagem dos sinais liberalizantes emitidos diariamente pelos escritórios do Largo da Misericórdia, no Rio, onde o general Geisel trabalhava na organização do seu futuro governo, tendo como principal colaborador – seria melhor dizer, parceiro – o general Golbery do Couto e Silva, por quem o presidente Médici alimentava antiga antipatia e muitas mágoas pessoais. Queixava-se, por exemplo, de que em 1967, na viração do governo Castelo Branco para o governo Costa e Silva, Golbery deixara de lhe passar a chefia do SNI, onde o sucederia. Médici e sua equipe tinham bons motivos para acreditar, como de fato aconteceu, que o futuro presidente Geisel estabeleceria uma nítida linha divisória entre o seu governo, especialmente em matéria institucional, e o de seu antecessor. Ora, Médici presumia-se o responsável pela indicação de Geisel e se considerava traído pela fixação tão antecipada desse contraste em que passaria à História – como aconteceu – como chefe de um governo atrabiliário, enquanto Geisel seria o presidente que pôs fim à tortura e à censura.

Às três da tarde em ponto – como estava combinado e de acordo com as negociações, que consideraram o aviso de que na TV tudo é cronometrado, com hora para começar e terminar –, o rosto de Ulysses Guimarães, presidente do MDB e candidato da oposição, deveria surgir simultaneamente nos vídeos do país inteiro. Pelo acerto, o discurso duraria vinte minutos. E durou. O MDB honrou integralmente a sua parte, cumprida por Ulysses, que começou na hora e obedeceu o tempo de duração estabelecido para seu discurso. Mas a TV não o transmitiu.

O próprio general Médici passava os fins de semana na Granja do Riacho Fundo, sua residência presidencial preferida, onde construía um galpão crioulo para seus churrascos gaúchos. Naquele começo de tarde, acompanhado do capitão Pachally, seu ajudante de ordens preferido, estava a postos diante da TV. Esperou em vão.

Ulysses olhava distante, como se estivesse fixando a câmara que o focalizava, instalada na galeria do plenário e captando sua imagem através de *zoom*. Esperou que ajeitassem o microfone e acenou teatralmente à plateia. A convenção aplaudia de pé. A TV captou a aclamação entusiástica, cadenciada,

“Um, dois, três
quatro, cinco mil,

Ulysses Guimarães
presidente do Brasil”.

Embora tudo já estivesse acertado, algo estranho começou a acontecer com os planos da transmissão desde o fim do expediente de sexta-feira, a menos de 24 horas da convenção do MDB. O ministro Leitão de Abreu chamou o secretário de Imprensa, Carlos Felhberg, e determinou-lhe expressamente que obtivesse, sem falta, a publicação nos jornais de sábado de uma nota oficial do Palácio do Planalto esclarecendo que a TV Nacional havia atendido a requerimento do MDB para cessão do seu equipamento, mas que a transmissão ocorreria “sem qualquer participação da Agência Nacional”. O eficiente Felhberg ligou ele próprio para as redações e sucursais em Brasília dos grandes jornais e deu ênfase a um apelo para a publicação daquela nota no dia seguinte. Felhberg não sabia por que, mas havia entendido que “a nota é muito importante, não deixem de dar”, como recomendava aos chefes de sucursal. Preocupado, voltou a ligar no fim da noite para certificar-se de que sua nota havia sido enviada aos grandes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A providência era um sinal de que o sistema de repressão, despertado pelo noticiário, reagira energicamente à ideia da transmissão. Citado como “comunidade de informações”, esse sistema, invisível apenas para quem não queria observá-lo, mas acintoso e exibicionista de seu poder ilimitado, comandava ostensivamente o governo Médici. Percebendo os riscos da concessão, Leitão de Abreu preparou seu recuo, lavou as mãos e deixou a solução final para a repressão. A nota que saiu nos jornais de sábado era o seu *álibi*.

Indiferente e desavisado das mudanças nas disposições do governo, até mesmo por que o MDB, até o fim da ditadura, não manteve canais expeditos com os núcleos secretos do regime, Ulysses subiu à tribuna e começou seu discurso, certo de que estava sendo visto e ouvido pelo Brasil de norte a sul. Sua *performance* foi extraordinária.

Sem titubeios, leu o texto que seria lembrado como seu mais belo e importante discurso. Existem os originais desse discurso, redigido à mão, bem ao seu estilo. Foi totalmente concebido e escrito por ele, sem colaboradores ou revisores. Frases sincopadas, colocadas no papel só depois de ditas em voz alta, conforme a regra em que sempre acreditou e que atribuía ao famoso advogado francês *maitre* Maurice Garçon. Um

bom discurso parte de uma boa ideia, bem expressa, no princípio, com um recheio acidental, e um final dramaticamente inesquecível.

Os três primeiros parágrafos pareciam os termos de um silogismo:

“O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira.

O anunciado como candidato, em verdade, já é o presidente. Não aguarda a eleição, e sim a posse.

Na oposição também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. A quinze de janeiro próximo, com o apelido de eleição, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação, na qual senadores, deputados federais e estaduais da agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade”.

A projetada e contratada rede nacional de TV fora reduzida a uma transmissão em circuito fechado. Os técnicos das redes de TV e da Embratel assistiam ao discurso como autômatos controladores da qualidade de imagem e som, que estavam entregando e recebendo em perfeitas condições para transmissão. Daí para a frente, o problema não era mais deles, mas de um desconhecido que estava nos estúdios da TV Nacional, em Brasília, justamente para tomar a decisão de mandar para o ar o discurso de Ulysses. Ou não.

Com a desenvoltura de quem sabia muito bem o que fazer, o coronel Ronaldo – os operadores nunca souberam seu sobrenome, nem se era apenas mero codinome, ou mesmo se era coronel – chegou à paisana e acompanhou em silêncio a gravação, pois a determinação de que as imagens não iriam ao ar ao vivo já havia sido tomada pela manhã.

No final do discurso de Ulysses, o coronel Ronaldo tirou da mala tipo 007 um telefone sem fio, como se fosse um *walkie-talkie* – na realidade, um telefone celular, mas que naquela época era exclusivo dos serviços secretos –, digitou um número e afastou-se para falar sem ser escutado pelos operadores.

Nunca se soube com exatidão o motivo do cancelamento da transmissão. O MDB não recebeu explicações, nem pediu seu dinheiro de volta. Nem mesmo o próprio Médici foi informado com detalhes sobre o que aconteceu. Disseram-lhe apenas o essencial: o deputado Ulysses Guimarães havia sido insolente, traíra a boa vontade do governo e a transmissão fora cancelada.

Eis precisamente o que aconteceu. As imagens foram captadas no Congresso, a Embratel as transmitiu para todo o Brasil, conforme o contrato e pagamento antecipado feito pelo MDB; as emissoras de TV as receberam e gravaram. Só em Joinville, Santa Catarina, uma estação colocou o discurso no ar, por inadvertência, já que havia uma recomendação apócrifa, embora transmitida por canal oficial, de que se esperasse um ok de Brasília para início da transmissão. Esse sinal liberatório jamais chegou e a transmissão isolada em Santa Catarina não foi punida.

O jornal *O Estado de S. Paulo* conseguiu fazer uma versão detalhada desses acontecimentos, apurada e escrita pelo diretor da sucursal de Brasília, Carlos Chagas. Mas a censura proibiu a publicação. Uma cópia desse texto foi guardada por Ulysses, entre seus papéis pessoais.

Como aconteceu sempre durante a ditadura, os fatos consumados se esgotavam em si mesmos. Podiam ser arbitrariedades da censura, assassinatos políticos ou crimes comuns. Como o da menina Ana Lúcia, de Brasília, um hediondo mistério policial que ficou insolúvel e sobre o qual os jornais receberam ordens de silenciar, tão logo apareceu como suspeito o filho do então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Da mesma forma, o cancelamento da transmissão já autorizada e paga do discurso do candidato da oposição à Presidência da República morreu como assunto e preocupações. Oficialmente, houve uma falha técnica.

Depois de ler nos jornais o discurso de Ulysses, Médici comentou: “Crítica direta, desde que respeitosa, ainda vai, mas ironia, não aceito. O discurso é odioso”. Na opinião de Médici, Ulysses não se comportara à altura da regalia que lhe era oferecida. O presidente estava irritado com a propaganda intensiva da oposição, usando a inócua candidatura presidencial de Ulysses:

“O Movimento Democrático Brasileiro não alimenta ilusões quanto à homologação cega e inevitável, imperativo da identificação do voto ostensivo e da fatalidade da perda do mandato parlamentar, obra farisaica de pretenso Colégio Eleitoral, em que a independência foi desalojada pela fidelidade partidária.

A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a nação que o sistema não é democrático (...).”

Em seu apartamento, na Asa Norte, o pequeno e fisicamente frágil – lembrava um vietnamita – general Milton Tavares foi a primeira e decisiva instância da decisão de proibir a transmissão. Ele estava ouvindo o

discurso por um canal de voz e instruiu o coronel Ronaldo para determinar a existência de falha técnica que cancelava a transmissão. O general Milton Tavares – que mais tarde comandaria o Segundo Exército em São Paulo e ordenaria os famosos voos de helicópteros sobre concentrações de grevistas no ABC – era o terrível chefe do Centro de Informações do Exército (Ciex). Cercado por um grupo de oficiais – que, com a abertura, caíram em desgraça, ainda durante a ditadura, como o coronel Etchgoyen –, centralizava a repressão política e foi definitivo na ordem fulminante para cancelar a transmissão do discurso de Ulysses: “Esse idiota não vai ao ar. Não foi ao vivo, nem vai em gravação”.

Ao saber do veredicto do chefe do Ciex, o ministro Leitão de Abreu concordou sem constrangimento: “Inimigo é inimigo. Não adianta querer mudar a natureza das coisas”.

Decorridas 48 horas da convenção, o essencial da mensagem do presidente do MDB estava nos jornais. Ulysses, cunhando a expressão “anticandidato”, havia conseguido uma forma contundente de denúncia. Iria percorrer o país lançando um brado tão forte quanto denunciante:

“Navegar é preciso
Viver não é preciso”.

Às nove da manhã de 24 de setembro, como acontecia todas as segundas-feiras, o presidente Médici subiu com toda a solenidade a rampa do Palácio do Planalto, em meio a um caprichado cerimonial militar, criado justamente durante seu governo. Recebido por ministros e assessores especiais, estes o seguiam ao gabinete do segundo andar. Reviviam a tradição dos quartéis de cumprimentar o comandante no início do expediente. Habitualmente, para atender ao assunto mais estimado do chefe, discutiam-se os resultados do futebol da véspera. Mas, naquele dia, o tema foi a frustração da esperada transmissão da convenção do MDB. Um coronel ironizou:

“Quer dizer que se não tivesse havido a tal falha técnica e caído a transmissão... (*risos e mais risos, puxados pelo próprio Médici*) teríamos engolido muito mais do que essa própria candidatura inútil já representa? E os malandros pretendiam usar a Embraetel, obra dos governos revolucionários que eles esculhambam! Como se fôssemos otários...”.

Enquanto se debochava dele no Palácio do Planalto, o discurso de Ulysses repicava forte, graças aos trechos publicados pelos jornais:

“Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *corpus* e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio e à televisão, ao teatro e ao cinema.

(...) triste tarefa esta de pregar numa *república* que não consulta a voz dos cidadãos e numa *democracia* que silenciou a voz das urnas. Eis um tema para o teatro de Bertolt Brecht, que, em peça fulgurante, escarnece do arbítrio prepotente ao aconselhar que, se o povo perde a confiança do governo, o governo deve dissolver o povo e eleger um outro.

O drama dos censores é que se fazem mais furiosos quanto mais acreditam nas verdades que censuram. E seu engano fatal é presumir que a censura, como a mentira, pode exterminar os fatos, eliminar os acontecimentos, decretar o desaparecimento das ocorrências indesejáveis.

Liberdade sem ordem e segurança é o caos. Em contraposição, ordem e segurança sem liberdade são a permissividade das penitenciárias.

Srs. Convencionais, a caravela vai partir. As velas estão pândas de sonho, aladas de esperança. O ideal está ao leme e o desconhecido se desata à frente.

No cais alvoroçado, nossos opositores, como o Velho do Restelo de todas as epopeias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e a invencibilidade do *establishment*. Conjuram que é hora de ficar e não de aventurar.

Mas, no episódio, nossa carta de marear não é de Camões, e sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado:

‘Navegar é preciso.

Viver não é preciso’.

Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo brasileiro: Alvissaras, meu capitão, terra à vista!

Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra limpa e abençoada da liberdade”.

Ulysses explicaria que se inspirou, para a escolha do “navegar é preciso” do seu discurso, no efeito desafiador que sempre observou, desde criança, quando se cantavam os versos de Evaristo da Veiga para a melodia atribuída a D. Pedro I, para o Hino da Independência:

“Ou ficar a pátria livre,
ou morrer pelo Brasil”.

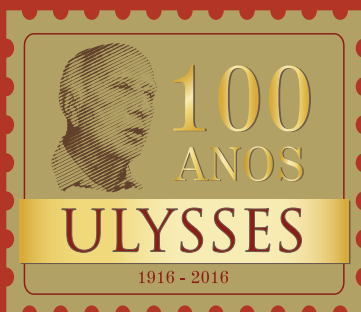
É possível que os ouvidos do censor militar também tenham estabelecido a mesma conexão de sentido e ênfase entre o “navegar é preciso”, do discurso, e o “ou ficar a pátria livre”, do hino. E o sincretismo, ensinavam os manuais da repressão, é o mais perigoso dos códigos subversivos brasileiros, desde as senzalas.

Mas a nova leitura do refrão do fado de Caetano Veloso, que a um só tempo era a voz de comando do general romano e o dilema existencial do poeta português, estava lançada como grito de guerra contra a ditadura. Sem a preciosa ajuda da TV, difundia-se celeremente como apelo à resistência política dos brasileiros. Ulysses não achava que o fenômeno fosse tão espantoso.

“As verdades mais antigas do mundo vieram da Grécia, onde não havia meios de comunicação e a palavra era transmitida de pessoa a pessoa. Uma dessas verdades, é bom lembrar, é o mito de Sísifo, ou o eterno recomeçar.”

A experiência democrática dos últimos anos levou à crescente presença popular nas instituições públicas, tendência que já se pronunciava desde a elaboração da Constituição Federal de 1988, que contou com expressiva participação social. Politicamente atuante, o cidadão brasileiro está a cada dia mais interessado em conhecer os fatos e personagens que se destacaram na formação da nossa história política. A Câmara dos Deputados, que foi e continua a ser – ao lado do povo – protagonista dessas mudanças, não poderia deixar de corresponder a essa louvável manifestação de exercício da cidadania.

Criada em 1977 com o objetivo de enaltecer grandes nomes do Legislativo, a série Perfis Parlamentares resgata a atuação marcante de representantes de toda a história de nosso Parlamento, do período imperial e dos anos de República. Nos últimos anos, a série passou por profundas mudanças, na forma e no conteúdo, a fim de dotar os volumes oficiais de uma feição mais atual e tornar a leitura mais atraente. A Câmara dos Deputados busca, assim, homenagear a figura de eminentes tribunos por suas contribuições históricas à democracia e ao mesmo tempo atender os anseios do crescente público leitor, que vem demonstrando interesse inédito pela história parlamentar brasileira.



edições
câmara

Conheça outros títulos da Edições Câmara em:
livraria.camara.leg.br